



ORGS.

SÓNIA DUARTE
ROGELIO PONCE DE LEÓN

A GRAMÁTICA RACIONALISTA NA PENÍNSULA IBÉRICA (SÉCULOS XVI-XIX)

A GRAMÁTICA RACIONALISTA DA PENÍNSULA IBÉRICA (SÉCULO XVI-XIX)

As relações culturais entre Portugal e Espanha têm sido, nas últimas décadas, objeto de atenção e de investigação de um considerável número de estudiosos – não só portugueses ou espanhóis –; tal não parece, contudo, ter-se verificado, pelo menos até à década passada, no âmbito da historiografia linguística: estudos sobre, por exemplo, a receção da tradição gramatical espanhola em Portugal ou da correspondente portuguesa em Espanha, até há relativamente pouco tempo, eram, na ótica mais otimista, escassos. Para este panorama – de desânimo... – é possível que tenha contribuído certo desconhecimento dos factos históricos – obras, autores, contextos sociopedagógicos – no país vizinho, bem como da literatura científica, publicada de ambos os lados da fronteira, na área, acima referida, da historiografia linguística. É verdade, todavia, que esta situação, felizmente, tem vindo a mudar, desde há alguns anos, com a celebração de congressos, colóquios e encontros, decorridos em Portugal ou em Espanha, ou mesmo noutros países, onde alguns investigadores – em número cada vez maior – têm aprofundado e discutido aspetos de relevo no atinente à inter-relação de ideias e correntes gramaticais no contexto peninsular.

Precisamente com o intuito de favorecer, entre os especialistas, o mútuo conhecimento do pensamento linguístico em Portugal e em Espanha, reúnem-se neste volume oito estudos que analisam a incidência e o desenvolvimento dos postulados racionalistas – entendidos estes num sentido o mais lato possível – durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Os trabalhos aqui apresentados, em suma, pretendem ser um humilde contributo para um melhor conhecimento da origem e da evolução, em Portugal e em Espanha, de uma corrente gramatical tão decisiva no contexto europeu, como foi, com efeito, a gramática racionalista.



A Gramática Racionalista na Península Ibérica

(Séculos XVI-XIX)

ORGS.

Sónia Duarte

Rogelio Ponce de León

Porto, FLUP, 2015

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: A gramática racionalista na Península Ibérica (séculos XVI-XIX)

ORGANIZAÇÃO: Sónia Duarte e Rogelio Ponce de León

EDIÇÃO: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e CLUP

ANO DE EDIÇÃO: Impresso em Março de 2015

COLEÇÃO: FLUP e-DITA

EXECUÇÃO GRÁFICA: Gráfica Firmeza Lda. / Porto

TIRAGEM: 100 exemplares

DEPÓSITO LEGAL: 390842/15

ISBN: 978-989-8648-43-3

ISSN: 1646-1525

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto PEst-OE/LIN/UI0022/2014.

Sumário

Introdução	5
A gramática racionalista em Portugal	7
A gramática racionalista em Portugal no século XVI (1497-1610) Rogelio Ponce de León Romeo	9
A gramática racionalista em Portugal no século XVII: A obra de Amaro de Roboredo Barbara Schäfer-Priess	41
A gramática racionalista em Portugal no século XVIII Monica Lupetti	55
A gramática racionalista em Portugal no século XIX Maria Helena Santos.....	73
A gramática racionalista em Espanha	103
La gramática racionalista en España y Europa en el siglo XVI Manuel Mañas Núñez.....	105
La gramática racionalista en España y Europa en el siglo XVII M ^a Dolores Martínez Gavilán	133
A gramática racionalista em Espanha no século XVIII Sónia Duarte.....	201
La gramática racionalista en España en el siglo XIX Manuel Iglesias Bango	261

Introdução

As relações culturais entre Portugal e Espanha têm sido, nas últimas décadas, objeto de atenção e de investigação de um considerável número de estudiosos – não só portugueses ou espanhóis –; tal não parece, contudo, ter-se verificado antes, pelo menos até à década passada, no âmbito da historiografia linguística: estudos sobre, por exemplo, a receção da tradição gramatical espanhola em Portugal ou da correspondente portuguesa em Espanha, até há relativamente pouco tempo, eram, na ótica mais otimista, escassos. Para este panorama – de desânimo... – é possível que tenha contribuído certo desconhecimento dos factos históricos – obras, autores, contextos sociopedagógicos – no país vizinho, bem como da literatura científica, publicada de ambos os lados da fronteira, na área, acima referida, da historiografia linguística. É verdade, todavia, que, como já foi dito, esta situação, felizmente, tem vindo a mudar, desde há alguns anos, com a celebração de, entre outras iniciativas científicas, congressos, colóquios e encontros, decorridos em Portugal ou em Espanha, ou mesmo noutros países, onde alguns investigadores – em número cada vez maior – têm aprofundado e discutido aspetos de relevo no atinente à inter-relação de ideias e correntes gramaticais no contexto peninsular.

Precisamente com o intuito de desenvolver, entre os especialistas, o mútuo conhecimento da evolução das ideias linguísticas em Portugal e em Espanha, reúnem-se neste volume oito estudos, os quais pretendem ser um humilde contributo para um melhor conhecimento da origem, desenvolvimento e evolução, em Portugal e em Espanha, de uma corrente gramatical tão decisiva no contexto europeu, como foi, com efeito, a doutrina racionalista – entendida esta num sentido o mais lato possível -. Os trabalhos aqui referidos

constituem as versões escritas das conferências que foram proferidas no âmbito de encontros científicos celebrados – entre 2008 e 2012 – sob o lema *A gramática racionalista na Península Ibérica*, organizados pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP) e para os quais foram convidados especialistas nacionais e internacionais em historiografia linguística no contexto português e no espanhol, que analisaram a incidência e o desenvolvimento dos postulados racionalistas durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. A todos eles os organizadores agradecem a sua dedicação, bem como a sua paciência perante a – enorme – demora na publicação destes estudos, à qual os autores foram totalmente alheios.

Os organizadores querem, finalmente, expressar o seu sincero agradecimento ao Coordenador do CLUP, Prof. Doutor João Veloso, sem cujo apoio não teria sido possível a publicação da presente obra.

Sónia Duarte
Rogelio Ponce de León

A Gramática Racionalista em Portugal

(Séculos XVI-XIX)

A gramática racionalista em Portugal no século XVI (1497-1610)*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A realização de um trabalho, no âmbito da historiografia linguística portuguesa, como o que vai ser apresentado nestas páginas parece-me que se depara com problemas que não são fáceis de resolver e que podem condicionar fortemente a análise das fontes objeto de estudo e as conclusões a que se poderá chegar. Há, neste sentido, um conjunto de aspetos relevantes para o tema em análise que ou não foram suficientemente desenvolvidos ou, a meu ver, não foram corretamente respondidos. Por exemplo, cabe perguntar-se pela penetração de critérios doutrinários logicistas para a explicação do funcionamento da língua na gramaticografia da língua portuguesa e naquela que descreve a língua latina, bem como pelo grau de divulgação da teoria racionalista no contexto gramaticográfico português. Relativamente a esta questão, não faltam especialistas que sublinham a matriz logicista ou universalista dos tratados do português publicados no século XVI; é o caso de M^a Helena Carvalhão Buescu, para a qual:

os gramáticos [portugueses] do Renascimento encontram [...] no modelo gramatical clássico o modelo universal. Não estamos tão longe da gramática de Port-Royal, do “cartesianismo” lingüístico, nem sequer do generativismo moderno, como poderia parecer (Buescu 1984a: 171);

* O presente estudo foi realizado no âmbito do projecto de investigação “Centro de Linguística da Universidade do Porto – Unidade de I&D – Ano 2010” financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

mais adiante a autora faz finca-pé na mesma questão, a propósito, desta vez, da *Grammatica da lingua portuguesa* (Lisboa 1540) de João de Barros:

nessa obra [a gramática de Barros], que consideramos como o “elo” entre os mentores da Gramática Antiga e os inovadores “cartesianos” de Port-Royal, cuja doutrina, por sua vez, atrai para a linguística moderna, a categorização lógica subjaz a todo o discurso e constitui infra-estrutura mental sobre a qual se edifica a doutrina gramatical barrosiana (Buescu 1984a: 179).¹

Em minha opinião, nos tratados metagramaticais do português – com a exceção, bem conhecida, da *Grammatica da lingoagem portuguesa* (Lisboa 1536) de Fernão de Oliveira –, não se pode ver senão o esforço dos seus autores em ajustar a descrição gramatical ao modelo latino ou às fontes – renascentistas – em que se baseiam, sem quaisquer fundamentos, em minha opinião, estabelecidos em torno da explicação lógica dos factos linguísticos. Não parece, por conseguinte, que os tratados metalinguísticos quinhentistas centrados na codificação do português possam constituir um tipo de material relevante para o propósito deste estudo. Com esta afirmação, de maneira nenhuma estou a negar a evidente importância das obras dos primeiros gramáticos do português e o seu contributo para a descrição e a gramatização de certos aspetos da língua portuguesa. Contudo, se se atentar na evolução das ideias gramaticais ou na introdução das correntes teóricas mais inovadoras no Portugal de Quinhentos, deveremos ter em conta os tratados que integram a gramaticografia do latim². Para certas áreas, como a teoria sintática, o estudo das fontes latinas parece-me essencial; para o tema em estudo, assim, com efeito, acontece.

Há, por outro lado, no quadro da gramaticografia latino-portuguesa quinhentista, certos fatores que condicionam claramente o presente trabalho; refiro-me ao facto de, pelo menos até 1615 – ano da publicação da *Verdadeira grammatica latina para se bem aprender em breue tempo* de Amaro de Roboredo –, não haver autores que configurem os seus tratados de forma integral em torno da doutrina racionalista; ou, por outras palavras, faltam, em Portugal, no âmbito do período cronológico em estudo, vultos como Thomas

¹ Quanto à eventual “ligação” entre a gramática barrosiana e a doutrina racionalista, a referida investigadora, noutro trabalho, parece contradizer-se quando confronta aquela com a *Gramática castellana* (Salamanca 1492) – mais “especulativa” esta, segundo a autora – de Antonio de Nebrija: “a gramática de Barros é preceitativa, a de Nebrija doctrinal, o que documenta a intenção eminentemente pedagógica do autor português e a feição especulativa de Nebrija” (Buescu 1984b: 88).

² Concorde, por conseguinte, com Telmo Verdelho quando afirma que “sem menos louvar o mérito documental destas primeiras gramáticas do nosso vernáculo, como enunciados teóricos da linguística portuguesa, e como instrumentos culturais, fica-nos a convicção de que o processo didático e a reflexão e normativa sobre o português passaram, a partir da sua publicação e até ao fim do século XVIII, quase exclusivamente pela gramaticografia latina” (2001: 85).

Linacre, Giulio Cesare Scaligero ou Francisco Sánchez de las Brozas. É possível, não obstante, analisar o grau de penetração dos critérios logicistas na gramaticografia latino-portuguesa³ quinhentista. Considerando como balizas cronológicas o ano de 1497 – ano da publicação dos comentários à gramática de Juan de Pastrana, da autoria dos mestres de gramática Pedro Rombo e António Martins – e o de 1610 – data da publicação da *Arte pera em breue saber latim* de Pedro Sanches de Paredes, julgo pertinente estabelecer uma periodização que coincide só parcialmente com aquela que propõe Telmo Verdelho (1995: 89-133; 2001: 88-92), relativamente àquilo que denomina de “século áureo da gramaticografia portuguesa” (Verdelho 1995: 89). O referido investigador estabelece a seguinte divisão: i) período pastrano ou pré-humanista (1497-1530), caracterizado pela difusão, nas escolas e universidades portuguesas (Verdelho 1995: 90-97; Verdelho 2001: 89-91), do *Thesaurus pauperum*, uma arte gramatical composta no fim do século XIV (Codoñer 2000: 21) pelo talvez maiorquino ou castelhano Juan de Pastrana (Codoñer 2000: 14) e dos comentários àquela por António Martins, Pedro Rombo ou João Vaz, bem como a reação à doutrina que fundamentavam estes tratados; ii) período vernáculo (1530-1572), no qual “o facto mais relevante [...] é, idubitavelmente, a emergência das primeiras teorizações da língua portuguesa” (Verdelho 1995: 98-122); iii) finalmente, um terceiro período – de que não se ocupa Verdelho na obra citada, pelo menos no que à gramaticografia se refere – “marcado pelo predomínio da escolarização dos jesuítas e pelo início da gramaticografia moderna” (Verdelho 1995: 90). A divisão apresentada por este investigador está motivada pelo aparecimento dos tratados que descrevem o vernáculo, mas também parece obedecer à forma como se realizava, no século XVI, a escolarização da língua latina.

No âmbito do tema do presente trabalho, proponho, como foi anteriormente dito, uma periodização relativamente diferente, também tripartida, que toma como referência os humanistas que influenciaram as artes gramaticais latino-portuguesas desta época, com decisivas repercussões na teoria gramatical subjacente àquelas: i) o período de *transição*, caracterizado pela introdução em Portugal dos primeiros gramáticos renascentistas – nomeadamente Juan de Pastrana, Antonio de Nebrija, Johannes van Pauteren ou de Spauter (Despauterius) e William Lily/Erasmus⁴ –, que se estende ao longo da primeira metade do século XVI; ii) o período linacriano, marcado pela penetração, nos

³ Com a expressão ‘gramaticografia latino-portuguesa’, refiro-me, no presente trabalho, ao conjunto de gramáticas, tratados e comentários, redigidos em português ou em latim, que versam sobre aspectos da gramática latina e cujo objetivo era o ensino do latim.

⁴ Trata-se do *Libellus de constructione octo partium orationis* (Londres 1513), redigido por William Lily e revisto por Erasmo de Rotterdam (Sánchez Salor 2002a: 421).

tratados latino-portugueses, de certos critérios defendidos nos *De emendata structura latini sermonis libri sex* (Londres 1524) de Thomas Linacre, com especial incidência nos dois últimos terços de Quinhentos; iii) o terceiro período – que poderia denominar-se de sanctiano e que, adiantado, tem menor relevo do que o anterior – diz respeito a ao uso de certos procedimentos integrados na teoria subjacente à *Minerua seu de causis linguae latinae* (Salamanca 1587) de Francisco Sánchez de las Brozas.

2. O RASTO DA GRAMÁTICA RACIONALISTA NO PORTUGAL DE QUINHENTOS

2.1. O período pastrano

No que toca ao primeiro período, certos investigadores (Ramalho 1977-1978: 59; Verdelho 1995: 91; Sánchez Salor 2002b: 185) salientaram, como foi acima referido, a divulgação da gramática de Juan de Pastrana – editada parcialmente por Carmen Codoñer (2000) –, intitulada *Grammatica Pastrane* ou *Thesaurus pauperum siue speculum puerorum* (Lisboa 1497), no contexto escolar português, durante as três primeiras décadas do século XVI – a última edição data de 1522 (Verdelho 2001: 89) –. Este fenómeno viu-se reforçado, no plano pedagógico e editorial, com a elaboração de tratados, da autoria de mestres portugueses de gramática, que, editados juntamente com a arte de Pastrana, comentavam-no em notas marginais e acrescentavam-lhe, em forma de explanações, matéria gramatical; refiro-me, em concreto, às *Materierum editio a baculo cecorum breuiter collecta* (Lisboa 1497) de António Martins e às *Materiarum editio ex baculo cecorum [...] breuiter collecta* (Lisboa 1497) de Pedro Rombo. Em 1501, João Vaz parece ter preparado outra edição da *Grammatica Pastrane*, à qual “anexou [...] materiais de António Martins e de Antonio de Nebrija” (Verdelho 1995: 92). O próprio João Vaz, de acordo com Santiago López Moreda (1999: 220)⁵ e Eustaquio Sánchez Salor (2002b: 192), tomou, nos seus *In grammaticae rudimentis commentarii* (Lisboa 15..), como fonte Pastrana. Contudo, nas escolas portuguesas – como, de resto,

⁵ Embora López Moreda refira que “[l]a gramática de João Vaz [...] sitúa a nuestro autor como punto de enlace entre la tradición de los antiguos, representada por Pastrana y la nueva corriente humanística que pretende una mayor claridad didáctica enmendando y comentando las doctrinas previas, no sólo de Pastrana, sino también de su fuente más próxima, Antonio Martins” (1999: 220), páginas depois este investigador reconhece que a proposta de Vaz se aproxima mais da gramática de Pastrana do que da dos debeladores da barbárie: “[e]l esquema de J. Vaz, aunque reducido, es en gran parte como el de Pastrana y, pese a su admiración por Valla [...], lo cierto es que olvida la gran aportación de los humanistas [...]. A este respecto, la gramática de J. Vaz nos resulta particularmente descorazonadora” (López Moreda 1999: 224). Não me foi possível consultar o exemplar dos *In grammaticae rudimentis commentarii* guardado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, por este se encontrar em restauro aquando da realização do presente trabalho.

em Espanha –, houve mestres que rejeitaram a arte de Pastrana, porquanto era considerada – justamente – herdeira da gramática medieval e, por conseguinte, *bárbara*. São, a este respeito, bem conhecidas - pelos trabalhos, já referidos, de Americo da Costa Ramalho (1977-1978) e Eustaquio Sánchez Salor (2002b: 192-200; 2006: 273) - as duras críticas dirigidas, contra Pastrana e os seus seguidores, por Estêvão Cavaleiro, no prólogo à sua *Noua grammatices Marie matris Dei Virginis ars* (Lisboa 1515). Tais críticas não são senão a manifestação, no limiar do século XVI, da intensa polémica gramatical – que parece ter ultrapassado os limites do ensino do latim⁶ – entre os docentes que queriam manter o *Thesaurus pauperum* e aqueles que eram adeptos dos manuais compostos pelos primeiros humanistas *debeladores da barbárie*, como era o caso de Estêvão Cavaleiro, gramático que segue as *Introductiones latinae* (Salamanca 1488) de Nebrija (Sánchez Salor 2002b: 198; 2006: 277-278). Pese embora a crítica de que foram alvo Pastrana e os seus seguidores portugueses, para o presente trabalho, os tratados de António Martins e de Pedro Rombo constituem um valioso testemunho da evolução das ideias linguísticas em Portugal, enquanto elementos que vinculam a teoria gramatical medieval e a gramática renascentista de tipo logicista. Seja como for, antes de passar a analisar a vertente especulativa das obras portuguesas referidas, julgo necessário apresentar certas características relevantes, para o objetivo deste trabalho, do *Thesaurus pauperum* de Pastrana.

A consideração da gramática de Juan de Pastrana, entre os investigadores, não parece ser consensual. Por um lado, Carmen Codoñer refere-se a ela, em termos negativos, como:

una farragosa acumulación de *regulae* que impiden ver las normas generales: árboles genealógicos envueltos en el follaje de las innumerables precisiones que testimonian que la lengua es un fenómeno irreductible a leyes de cumplimiento inexorable (2000: 14).

Por seu turno, a apreciação de Eustaquio Sánchez Salor sobre o *Thesaurus pauperum* é muito diferente, porquanto este investigador sublinha, no plano da teorização gramatical, a modernidade de Pastrana, por diversas razões: em primeiro lugar, é posta em relevo a importância da sintaxe no quadro da exposição gramatical do referido tratado, na medida em que a sequência que apresenta da matéria sintática segue, na opinião do referido investigador, a ordem subjacente dos constituintes da oração – isto é: primeiro é abordada a construção do nome e a seguir a do verbo (Sánchez Salor 2002b: 189) –.

⁶ O trabalho pioneiro de Américo da Costa Ramalho dá-nos notícia de que “[n]a Torre do Tombo existe o pergaminho, datado de 11 de Agosto de 1488, em que D. João II autoriza Cavaleiro a usar arma de defesa para se precaver de Pedro Rombo que o mandara procurar por dois homens, cujos nomes são mencionados, com a incumbência de o matarem” (1977-1978: 57).

O referido autor nota ainda uma maior precisão na caracterização, de novo no plano da sintaxe, da *constructio intransitiua* – centrada na descrição da concordância –, bem como da *constructio transitiva* (Sánchez Salor 2002b: 200), que Pastrana parece identificar com a relação entre o verbo e os constituintes subcategorizados por ele⁷, se bem que se centre apenas em dois tipos de construção, na passiva e na ativa:

Prima uero species constructionis transitivae est passio, qua diuersae dictiones coniunguntur quarum una est persona patiens et alia agens, agente existente intransitivae et patiente transitivae [...].

Secunda species constructionis transitivae est actio qua diuersae dictiones coniunguntur, quarum una est persona agens et reliqua patiens; patiente existente intransitivae et agente transitivae (Pastrana 2000: 66-67).

A redução dos esquemas de construção sintática não é senão um sinal da consideração da *Grammatica Pastranae* como um vínculo entre a gramática medieval e a corrente racionalista que se desenvolve, de forma mais acentuada, em meados de Quinhentos (Sánchez Salor 2002a: 416-418). Com efeito, nos tratados racionalistas desse período, há uma redução das regras sintáticas – como acontece, com efeito, na arte de Pastrana –, bem como uma redução dos esquemas sintáticos básicos – associada a uma tipologia dos verbos que os divide precisamente em ativos e passivos –. Mas, por outro lado, estamos perante uma gramática herdeira da tradição escolar medieval, tal como afirma Carmen Codoñer: “la gramática de Pastrana se atiene a una distribución tradicional dentro de las gramáticas destinadas a la pedagogía y vigentes durante la Edad Media” (2000: 22). Neste quadro, muito possivelmente se possam explicar certos traços logicistas do *Thesaurus pauperum*, precisamente por essa relação – ainda viva na altura em que é composto – com as várias correntes medievais de gramática que coexistem nos séculos XIII e XIV⁸. Mais especulativa, pese embora a motivação didática da obra, resulta ser a teoria gramatical subjacente à *Materies* de Fernando Nepote⁹ – também publicada por Carmen Codoñer (2000: 89-147). Trata-se de um manual composto no último terço do século XV (Codoñer 2000: 39)

⁷ “Secunda enim species constructionis est constructio transitiva que est unio congrua diuersarum dictionum pertinentium ad diuersa, ut ‘lego lectionem’. Cuius sunt due species, scilicet actio et passio” (Pastrana 2000: 66).

⁸ Sobre os pontos de convergência entre a gramática normativa e a modista, Carmen Codoñer observa que “[l]a importancia que la gramática especulativa alcanza en aquellos momentos es tal que, aunque su existencia marcha paralela a la de la gramática normativa, sin interferencias perceptibles, a la larga ésta incorpora, si no en profundidad sí superficialmente, marcas de los modistas” (2000: 20).

⁹ Sobre a não simples conjugação dos traços especulativo e normativo no tratado de Nepote debruça-se Carmen Codoñer, para a qual “[d]iríase que estamos ante una gramática aplicada al aprendizaje de la versión latina que intenta aplicar criterios modistas a los[ic] descripción de los hechos, cosa que le resulta muy complicada debido al carácter práctico y no especulativo de la misma” (2000: 39).

e com o qual as *materiae* de António Martins e Pedro Rombo mantêm uma íntima relação textual, tal como adiantou Carmen Codoñer¹⁰.

Com efeito, António Martins e Pedro Rombo parecem ter introduzido em Portugal não só a arte de Pastrana, como também a *Materies* de Nepote; facto este, em minha opinião, com consequências relevantes quanto à teorização gramatical latino-portuguesa, dado que os referidos mestres apresentam propostas linguísticas de traços claramente medievais – e parcialmente especulativos –, aproximando estas da doutrina logicista quinhentista. Uma prova do vínculo destes materiais com a gramática medieval, bem como da tensão entre o carácter normativo e o especulativo, é constituída pela análise que os dois autores – na esteira, como foi adiantado e como se verá com maior pormenor nos quadros seguintes, da *Materies* de Fernando Nepote – desenvolvem acerca da sintaxe verbal; concretamente, como salientei recentemente (Ponce de León no prelo), acerca da impessoalidade verbal. De forma acertada, partindo de uma das três características do verbo – a *proprietas* –, logo no início dos tratados, é estabelecida uma classificação escolar – mas, sempre, de base semântica – do verbo em pessoal e impessoal:

Nepote (2000 [cc. 1480])	Rombo (1497)	Martins (1497)
<p>Ad meliorem tamen et perfectionem intelligentiam suppositi et uerbi est sciendum quod circa quodcumque uerbum sunt notanda tria: proprietas, significatio et natura. Proprietas in uerbo est uis qua uerbum dicitur personale uel impersonale; unde uerbum personale est illud quod significat actum certitudine numeri et persone; et cognoscitur cum in eius uulgari recte dicitur <i>yo</i>. Sic ‘amo’ <i>yo amo</i> [...]. Et uerbum impersonale est illud quod significat actum sinecerto numero et sine certa persona. Et cognoscitur cum in eius uulgari non recte dicitur <i>yo</i>. Sic ‘seruitur’ <i>se serve</i> ‘dicitur’ <i>dicese</i> o <i>dicen</i>; ‘amare’, ‘amandi’, ‘tedet’ (94).</p>	<p>Circa quodcumque uerbum sunt notanda tria que requiruntur ad suam dependentiam, scilicet proprietas, significatio et natura. Unde proprietas in uerbo. Est uis significandi ipsum fieri sub determinato uel indeterminato modo loquendi. Per proprietatem intelligimus utrum uerbum sit personale uel impersonale. Verbum personale est quod de se significat cum certitudine numeri et persone. Verbum impersonale est quod de se significat sine certitudine numeri et persone (f. 3 r).</p>	<p>Circa quodcumque uerbum sunt notanda tria, scilicet proprietas, significatio et natura. Ad primum dicendum quod proprietas in uerbo est uis significandi ipsum fieri sub determinato uel indeterminato modo loquendi. Unde per proprietatem intelligimus utrum tale uerbum sit personale uel impersonale? Quid est uerbum personale? Est illud quod de se significat cum certitudine numeri et persone ut ‘lego, is’. Verbum impersonale est illud quod de se significat sine certitudine numeri et persone, ut ‘amatur’, ‘legitur’, ‘tedet’ etc. (f. 3 r).</p>

Quadro 1

¹⁰ “De Antonio Martins, gramático português de esta época, se conservan unas *materiae* [...]. La presentación que se hace de ella [i. e. de la obra de Martins] en el colofón [...] muestra coincidencias evidentes con Nepote” (Codoñer 2000: 35, nº 75).

Contudo, mais adiante, os mestres portugueses parecem atribuir ao verbo impessoal um elemento em função de sujeito *a parte ante* – anteposto –; por outras palavras, os autores não estão a determinar senão o sujeito lógico da oração:

Nepote (2000 [cc. 1480])	Rombo (1497)	Martins (1497)
<p>Verbum impersonale paulo ante dictum est quod est illud quod significat sine certitudine et persone ut oblique dicitur de supposito, ut ‘seruitor’, ‘tedet’, ‘legere’. Et est duplex, scilicet perfecti modi et imperfecti modi (101).</p> <p>Et nota quod triplex est persona in uerbo, una que dicitur persona suppositalis, que recte importatur per nominatiuum casum, et ista est extrinseca. Alia que est uis significandi ipsum fieri sub determinato uel indeterminato modo loquendi de se, ut ‘de se’; ad aliud, ut ‘ad aliud’; de alio, ut ‘de alio’. Alia que dicitur res uerbalis. A primis duabus uerbum impersonale priuatur, quia res uerbi in omni uerbo intelligitur, ut in ‘amo’ ‘amatio’ in ‘tedet’ ‘tedium’. Et a priuatione persone intelligitur priuatio numeri (102-103).</p>	<p>Circa materiam uerbi impersonalis in generali est sciendum quod uerbum impersonale est uerbum designatiuum actus ut oblique dicitur de supposito. E<t> dicitur a priuatione personae que recte significatur per nominatiuum; uel a priuatione personalis proprietatis que est uis significandi ipsum fieri sub determinato modo loquendi de se ut de se; <ad> aliud ut ad aliud; de alio, ut de alio, quoniam de se uerbum impersonale nullam determinatam personam significat. Unde si actus comparatur ad certam substantiam per nominatiuum designatam et ad certum numerum est personale; si autem non, est impersonale [...]. Et fuit inuentum duplici de causa scilicet causa necessitatis fuit inuentum uerbum infinitiui modi gerundii vel supini ad designandum actum quem oportet intelligi sub obliquitate ad aliud relata. Causa commoditatis fuit inuentum uerbum impersonale finiti modi propter locutione de incerto supposito: que sepe occurrit in expediendis negotiis. Et uerbum impersonale perfecti modi sine compositione est duplex scilicet in ‘ur’ et in ‘t’ (f. 3 v).</p>	<p>Circa materiam uerbi impersonalis in generali sunt notanda quatuor. Primum quid est uerbum impersonale. Secundum a priuatione cuius dicitur sine certitudine numeri et persone. Ad secundum a priuatione cuius dicitur uerbum impersonale? Dico quod a priuatione persone que recte significatur per nominatiuum. Vel aliter dicitur a priuatione personalis proprietatis; que est uis significandi ipsum fieri sub determinato modo loquendi de se ut de se; ad aliud, ut ad aliud; uel de alio, ut de alio, quoniam uerbum impersonale de se nullam determinatam personam significat. Unde sciendum est quod si actus comparatur ad certam substantiam per nominatiuum designatam; et ad certum numerum est personalis; si autem non, est impersonalis. Et nota quod in uerbo duplex est persona, scilicet intrinseca et extrinseca. Extrinseca est illa que explicito reddit suppositum uerbo. Sed intrinseca est duplex, scilicet persona suppositalis, id est res uerbalis a qua nullum uerbum priuatur. Et ab ista</p>

Nepote (2000 [cc. 1480])	Rombo (1497)	Martins (1497)
		<p>non dicitur uerbum personale nec impersonale, quia intelligitur in omni verbo. Alia est quedam proprietates significandi ipsum fieri sub determinato modo loquendi de se ut de se, hoc est in prima persona. Ad aliud ut ad aliud, hoc est in secunda persona. De alio ut de alio, hoc est in tertia persona. Et a priuatione talis persona dicitur uerbum impersonale. Ad tertium quotuplex est? Dico quod est duplex, scilicet terminatum in 'ur' et in 't' [...] (f. 4 r).</p>

Quadro 2

Nos passos reproduzidos dos tratados de Rombo e de Martins, o verbo impessoal é caracterizado pela ausência de um dos três elementos¹¹ inerentes ao verbo: a *proprietates*, que confere ao verbo a capacidade para determinar ou indeterminar o sujeito da ação verbal e que se pode enquadrar na componente semântica do verbo – ou, pelo menos, numa delas –. No atinente à *Materies* de Martins – bem mais pormenorizada do que a de Rombo –, interessa, sobre esta questão, sublinhar a estruturação bipartida do morfema de pessoa em *persona extrinseca* e *persona intrinseca* – na esteira, como pode ser apreciado no Quadro 2, da *Materies* de Fernando Nepote¹² –, e desta última em *persona suppositalis* e em *proprietates*, noção à qual me acabo de referir. Para Martins, é a ausência da *proprietates* – e não da *persona suppositalis*, que este gramático identifica, diferentemente da abordagem de Nepote, com a *res uerbalis* – a que produz a impessoalidade verbal. Com efeito, a análise que faz Martins da pessoa verbal afasta-se daquela que aparece na *Materies* de Nepote, na qual é apresentada a seguinte classificação deste acidente:

¹¹ A eles, anteriormente, Rombo e Martins já se tinham referido: são a *proprietates*, a *significatio* e a *natura*.

¹² A distinção da *persona* em *intrinseca* e *extrinseca* tem antecedentes na gramática medieval; por exemplo, em Roger Bacon: “persona duplex est; scilicet persona que est suppositum, et persona que est personalis proprietates; a privacione personalis proprietates dicitur impersonale, quia illa nascitur in verbo per comparacionem ad substantiam a parte ante in recto; persona que est suppositum est duplex; scilicet res verbi intrinseca, et nominaliter intellecta; et quia omne nomen est tercie persone, de hac dicit Priscianus quod impersonalia si interius respiciantur sunt tercie persone; alia vero est persona que est suppositum extrinseca, scilicet substantia infinita intellecta a parte post in oblico, que quidem persona finiatur adicione pronominis, sicut dicit Priscianus in primo *Construccionum*” (1940[1265?]: 79-80).

Persona uerbalis		
persona suppositalis = persona extrinseca [a sua ausência produz a impessoalidade verbal]	uis significandi ipsum fieri sub determinato uel indeterminato modo loquendi = persona intrinseca [prima] [a sua ausência produz a impessoalidade verbal]	res uerbalis = persona intrinseca [secunda] [característica imanente do verbo]

Quadro 3

Seja como for, para Martins – e também para Nepote¹³ – o verbo parece ser constituído por um elemento permanente – a *res uerbalis* – que, em rigor, impede de haver verbos plenamente impessoais. Esta proposta teórica aproxima-se daquela que, no século XVI, defende – como faz, como é bem conhecido, o Brocense (1995[1587]: 220-232) – a atribuição de um sujeito – em certos casos, com uma relação com o verbo *cognatae significationis* – a cada forma verbal, eliminando, desta maneira, a hipótese da impessoalidade verbal.

Por sua vez, a pormenorizada análise, tanto em Rombo como em Martins, do infinitivo como uma das duas classes de verbos impessoais¹⁴, aproxima os tratados em estudo da doutrina racionalista de Quinhentos:

Nepote (2000 [cc. 1480])	Rombo (1497)	Martins (1497)
In materia infinitiui sunt notanda septem: Primum quid est infinitiuus. Secundum, unde dicitur. Tertium, quotuplex est. Quartum quot modis potest dari thema infinitiui. Quintum quomodo componitur latinum. Sextum quot modis accipitur. Septimum quot constructiones habet infinitiuus. Ad primum. Infinitiuus est uerbum impersonale imperfecti modi de se actus uerbi significatiuum cum	Infinitiuus est uerbum impersonale de se ac<tus> rei cum imperfectione designatiuum sub certo tempore et est eiusdem significationis et nature sicut uerbum a quo descendit (f. 4 r).	Circa materiam infinitiui sunt notanda quatuor. Primum quid est. Secundum an uerbum infinitiui sit personale uel impersonale. Tertium cuius significationis et nature sit. Quartum quot constructiones habet. Ad primum quid est? Dico quod est uerbum impersonale de se actus rei cum imperfectione designatiuum sub certo tempore. Ad secundum utrum sit personale uel impersonale? Ad hoc respondendum

¹³ O gramático castelhano chega a apresentar exemplos: “in ‘amo’ ‘amatio’ in ‘tedet’ ‘tedium’”. Exemplos correspondentes a estes não aparecem no tratado de Martins.

¹⁴ Relembrem-se as palavras de Nepote: “[Verbum impersonale] est duplex, scilicet perfecti modi et imperfecti modi [i. e. infinitivo]” (2000: 101).

Nepote (2000 [cc. 1480])	Rombo (1497)	Martins (1497)
certo modo et tempore, quoniam infinitiuus est actus et significatum uerbi est eiusdem significationis et nature sicut uerbum a quo nascitur [...] (106-107).		est cum sua deffinitione dicendo quod est uerbum impersonale. Ad tertium cuius significationis et nature sit? Est dicendum quod est eiusdem significationis et nature sicut uerbum a quo descendit. Ad quartum quot constructiones habet? Dico quod sex (f. 6 r).

Quadro 4

Segundo os dados de que disponho, o tratamento, nestes comentários, do infinitivo como verbo impessoal parece ser o primeiro testemunho deste tipo de análise na gramaticografia latino-portuguesa e antecede, a respeito desta questão, quase 120 anos as propostas racionalistas registadas na *Verdadeira grammatica latina para se bem saber em breue tempo*¹⁵ (Lisboa 1615), o primeiro tratado gramatical de Amaro de Roboredo (Ponce de León 2008: 249).

2.2. O período linacriano

Na querela gramatical que, em Portugal, se originou entre os defensores de Pastrana e os de Nebrija – e doutros autores que já foram referidos acima, como Despauterius e Lily/Erasmus –, parecem ter vencido estes últimos, o que se manifestou na composição de artes que seguem os esquemas das gramáticas europeias mais importantes (como as de Nebrija ou Despauterius), bem como de outros tratados de repercussão internacional (como é o caso do *libellus* sintático de Lily/Erasmus). Neste grupo, parece-me que devem enquadrar-se os seguintes manuais para o ensino do latim:

Estêvão Cavaleiro (1515): *Noua grammatices Marie Matris Dei Virginis ars* (Lisboa).

João de Barros (ca. 1538): *Grammatices rudimenta*, ms. (Biblioteca Nacional de Lisboa, cota IL. 148).

Máximo de Sousa (1535): *Institutiones tum lucide, tum compendiose latinarum literarum* (Coimbra).

Nicolau Clenardo (1538): *Institutiones grammaticae latinae* (Braga).

Jerónimo Cardoso (1552): *Grammaticae introductiones breuiores et lucidiores* (Lisboa).

¹⁵ Desta obra – da qual há apenas um exemplar localizado – foi publicada recentemente uma edição fac-similiada com estudo preliminar de Gonçalo Fernandes, Rogelio Ponce de León e Carlos Assunção (2007).

A partir, no entanto, do início da segunda metade de Quinhentos, começa a haver autores que, para a fundamentação e a configuração de certos aspetos dos seus tratados e gramáticas, acolhem propostas teóricas diferentes daquelas que se registam nas *Introductiones latinae* de Nebrija ou noutras artes de referência; refiro-me, concretamente, como já adiantei, aos *De emendata structura latini sermonis libri sex* de Thomas Linacre, autor que, como é bem conhecido, introduz uma orientação da teoria gramatical para terrenos próximos da gramática racionalista – embora, quanto a esta questão, pareça não haver total consenso entre os especialistas¹⁶ –. A este respeito, um dos aspetos característicos na teoria linacriana é o estabelecimento das figuras de construção como componente essencial da sintaxe, precursora, segundo María Luisa Harto Trujillo (1998: 29) dos pressupostos gramaticais de Scaligero e do Brocense. Ainda neste sentido, Sánchez Salor afirma que:

En él [Linacre] encontramos ya los rasgos típicos de las figuras de construcción en la Gramática racional de la segunda mitad del s. XVI:

- Las figuras de construcción son un procedimiento gramatical y no un *uitium*. Y un procedimiento gramatical de gran importancia.
- Operan entre dos niveles gramaticales o sintácticos: el de la construcción racional completa y el de la construcción de nivel de uso [...] (2002a: 534).

Os manuais portugueses que se fundamentam – em maior ou menor medida – em diversos aspetos da obra gramatical de Linacre tiveram uma difusão variável: certas obras só foram publicadas uma vez – como o *De uerborum coniugatione commentarius* (Lisboa 1540) de André de Resende –, noutros casos, pelo contrário, tiveram uma difusão enorme – como a gramática de Manuel Álvares –. Não faltam, com efeito, a partir da década de quarenta, referências explícitas, por parte de gramáticos portugueses, ao humanista britânico. No *De uerborum coniugatione*, por exemplo, Resende defende, com a autoridade de Linacre, a inclusão, no presente do imperativo latino, das formas verbais habitualmente consideradas pelos gramáticos como de futuro do imperativo: “Praesens tempus imperatiui duplicem habere uocem, ‘ama’, ‘amato’, quarum alteram neoterici praesens faciunt, alteram futuri,

¹⁶ Perante os investigadores que defendem Linacre como fonte ou antecedente da *grammatica sanctiana* (Percival 1976: 243-245; Padley 1982: 49; Harto 1998: 31; Sánchez Salor 2002a: 430-433), outros autores, pelo contrário, questionam esta leitura “logicista” da obra gramatical linacriana – especialmente no que toca à análise da elipse (Jensen 1986: 117, 122-123) –, o próprio W. Keith Percival salienta os aspetos diferenciadores entre o *De emendata structura e a Minerua*: “Linacre differs from Sanctius in that he actually provides terms for the two types of construction. He also treats the class of verbs differently from Sanctius, dividing them semantically into three types (active, passive, neuter) and syntactically into two (transitive and intransitive). Nor is there any trace of the rationalistic tenor which characterizes the *Minerua*” (1976: 244-245).

recte et uere Linacer Britanus, uir doctissimus, iam ante peruicit” (Resende 1540: f. cv^o)¹⁷. Por sua vez, Duarte Pinhel no seu *Latinae grammatices compendium* (Lisboa 1543), na esteira de Linacre e de Resende, agrega ao paradigma do presente do imperativo, as formas do futuro: “Imperatiuus, quasi praesens uel futurum / Singular. ‘Es’ uel ‘esto’. ‘Sit’ uel ‘esto’. *Tu see.* / Pluralis. ‘Simus’, ‘este’ uel ‘estote’, ‘sint’ uel ‘sunto’. *Nos seiamos*” (Pinhel 1543: f. Fiiiv^o)¹⁸. Não parece, contudo, que, até meados de Quinhentos, os gramáticos latino-portugueses tenham reorganizado o esquema sintático das suas obras a partir dos pressupostos linacrianos. No caso, de novo, do *Latinae grammatices compendium*, a estrutura da sintaxe (Pinhel 1543: ff. aar^o-cciiir^o) parece ter sido tomada de tratados que configuram a matéria a partir do eixo concordância / regência – talvez a *Syntaxis* despauteriana –; já no relativo à regência, sob a epígrafe *De constructione quarundam partium orationis* – a mesma que aquela que aparece na gramática de Nebrija –, Pinhel aborda, provavelmente na esteira do livro quarto nebrissense, a sintaxe verbal e, a seguir, a das restantes *partes orationis*. É interessante, porém, notar que Pinhel intercala um tratado sobre a construção figurada – *De figuris constructionum* (Pinhel 1543: ff. ccr^o-cciiir^o) – que não aparece no livro sintático das *Introductiones latinae* – embora aquele tenha sido tomado, a meu ver, dos *Erotemata* nebrissenses (Nebrija 1540: f. lxiiiir^o/v^o) –, o que poderia indiciar a inclusão consciente, por parte do autor, das figuras no plano geral da sintaxe, tal como defende Linacre. Por outro lado, a caracterização inicial da sintaxe – “[s]yntaxis est orationis partium quasi quaedam structura, recta et congruens ac sine uitio, ad formandam orationem ac explicandam aliquam animi conceptionem” (Pinhel 1543: f. av^o) – poderia seguir a definição correspondente do tratado linacriano, em cujo livro terceiro começa a tratar da:

[...] partium inter se emendata structura, quae etiam constructio dicitur [...].

Est igitur constructio debita partium orationis inter se compositio, sicuti recta grammatices ratio exigit.

Porro recta grammatices ratio ea est, quae ueterum probatissimi plurimum, cum loquendo tum scribendo sunt usi (1998[1524]: 214).

¹⁷ De forma coerente com o comentário reproduzido, Resende gramatiza este aspeto no paradigma do imperativo: “Quasi presens, uel futurum. / *Ama tu.* / S. Ama. Amet [...]. Aliter. / *Ama tu.* / S. Amato tu. Amato ille” (Resende 1540: f. ciiv^o).

¹⁸ Agradeço ao Prof. Telmo Verdelho o facto de me ter facultado fotocópia da gramática de Duarte Pinhel.

As figuras de construção também estão presentes no capítulo sintático dos *Grammatices duo compendia* de Fernando Soares Homem (1557: ff. 48r-50r)¹⁹, se bem que este critério possa ter sido tomado do respetivo tratado despauteriano. Seja como for, parece que quer em Duarte Pinhel, quer em Fernando Soares Homem há plena consciência de que, no quadro da sintaxe, devem ser integradas estruturas que se afastam das regras apresentadas.

A reorganização da sintaxe em torno dos eixos da *constructio iusta* / *constructio figurata*, incipiente ainda nas gramáticas de Pinhel e Soares Homem, parece concretizar-se, de uma maneira mais nítida, como pus em relevo há alguns anos (Ponce de León 2006b), num tratado sintático que comenta o livro IV das *Introductiones latinae nebrissenses*, intitulado *In librum quartum Antonii Nebrissensis de constructione decem partium orationis lucidissima explanatio* (Lisboa 1565), do humanista galego Álvaro de Cadaval, no qual, a *constructio figurata* é integrada de forma natural numa estruturação quadripartida da sintaxe:

Constructio est debita partium orationis compositio. Et est quadruplex: recta, rectissima, obliqua et figurata. Constructio recta fit per nominatiuum et uerbum et accusatiuum [...]. Constructio rectissima fit per nominatiuum, uerbum et duos accusatiuos [...]. Constructio obliqua fit per nominatiuum, uerbum et casum obliquum [...]. Constructio figurata quando figurate loquimur (Cadaval 1565: f.4r^o);

bem como num opúsculo anónimo – se bem que certos investigadores o tenham atribuído a Manuel Álvares (Verdelho 1995: 121-122) – intitulado *De constructione octo partium orationis* (Coimbra 1555), que foi publicado, entre 1555 e 1570, em cinco ocasiões; em quatro delas, aparece como material complementar à edição que se realizou em Portugal da gramática de Johannes Despauterius: os *Carmina Ioannis Despauterii de arte grammatica* (Coimbra 1555) (Ponce de León 2002a: 232-233). A este respeito, importa salientar o facto de, a meu ver, a via principal de entrada, em Portugal, do pensamento gramatical do humanista britânico serem precisamente os tratados gramaticais elaborados por docentes da Companhia de Jesus, em cujas aulas quinhentistas se serviam - tal como registam os livros de curso dos colégios -, para além da gramática de Nebrija e dos *Commentarii grammatici* de Despauterius, do tratado de Tomás Linacre, obra especialmente do agrado de certos pedagogos e docentes de gramática jesuítas (Ponce de León 2000: 240-241). No que

¹⁹ De novo agradeço ao Prof. Telmo Verdelho o facto de me ter facultado fotocópia da gramática de Fernando Soares Homem.

toca à influência do tratado linacriano sobre o *De constructione octo partium orationis*, referi que esta é mais nítida do que nas gramáticas anteriores, mas ainda não parece ser assumida explicitamente pelo autor; ou, por outras palavras, não há, no *De constructione octo partium orationis*, uma referência expressa à organização da sintaxe em *iusta* e *figurata*, sem qualquer preceito preliminar. Contudo, como já referi num trabalho anterior (Ponce de León 2002a: 218-224), a organização sintática bipartida linacriana subjaz de forma diáfana ao opúsculo português. Com efeito, no início do último capítulo – em que é desenvolvida a matéria relativa às figuras de construção –, é sintomática a enunciação dos dois tipos de construção oracional: “[c]um nihil in oratione deest quominus perfecta sit, iusta et integra uocatur. Si ad plenam constructionem aliquid ex consuetudine omissum est, quod facile subaudiri potest, oratio figurata uocatur” (2002a[1555]: 250). O avanço, no quadro das ideias sintáticas em Portugal, parece claro, porquanto os procedimentos linguísticos integrados na construção figurada passam a fazer parte da descrição sintática ao mesmo nível que o da construção normativa, se bem que a primeira parta, de acordo com a afirmação reproduzida acima, necessariamente da segunda – e, nessa perspetiva, não é irrelevante a sequência de exposição: primeiro a *constructio iusta*, depois a *figurata* –. Outro aspeto que me parece relevante é, no capítulo dedicado à construção do verbo, a preeminência – é verdade que ainda não sistemática – da caracterização sintática sobre as habituais taxinomias apresentadas nas gramáticas latinas renascentistas; refiro-me, concretamente, à definição que oferece o autor sobre os verbos - seja qual for o tipo - que subcategorizam um acusativo interno: “[o]mne uerbum actiuum, aut deponens actiuae significationis, aut commune, quum in actiua significatione dicitur, constructur cum accusatiuo, qui rem significet patientem” (2002a[1555]: 238), preceito que, a meu ver, segue de perto, *mutatis mutandis*, o pensamento linacriano²⁰.

Antes, referia-me ao facto de os alvaresianos *De institutione grammatica libri tres* constituírem o ponto alto da introdução da doutrina de Thomas Linacre na gramaticografia latino-portuguesa, questão que já foi sublinhada por Manuel Mañas (1999: 237-249), num estudo pioneiro sobre a sintaxe alvaresiana. Com efeito, os eixos – explícitos – em torno dos quais é configurada a teoria sintática alvaresiana são, por um lado, a *constructio intransitiua* e a *constructio transitiua* e, por outro, a *constructio iusta* e a *constructio figurata* (Ponce de León 2005: cxliii). Este esquema é claramente apresentado no comentário que inicia o livro segundo:

²⁰ “Omne igitur actiuum uerbum, qua utique est actiuum, in accusatiuum patientis personae transit” (Linacre 1998[1524]: 306).

Syntaxis Graece, Latine constructio, est recta partium orationis inter se compositio. Porro recta compositio ea censenda est qua usi sunt auctores qui pure et emendate scripserunt. Haec duplex est: altera transitiva, cum partes nimirum orationis in casum dissimilem praecedenti transeunt [...]. Altera intransitiva, cum orationis partes aut nullum post se casum habet [...]; aut certe non diuersum ab eo qui antecessit [...]. Utraque in iustam et figuratam diuiditur: illa omnibus suis numeris perfecta atque expleta est [...]. In hac, ut plena sit, nonnihil desideratur (Álvares 2005[1572]: 289).

Contudo, a partir do *De emendata structura*, Manuel Álvares não se limita apenas a elaborar teoria sintática sobre a divisão da *constructio* em *intransitiua* e *transitiua*; do gramático britânico toma também a noção de *persona* e, consequentemente, a distinção entre a *persona constructionis* e a *persona sermonis*²¹, conceitos que, na teoria sintática alvaresiana, são utilizados de forma ocasional – mas decisiva – para explicar a atribuição – ou não – de um sujeito gramatical às formas verbais consideradas impessoais pelos gramáticos:

Habet itaque [afirma o gramático madeirense] uerba impersonalia tertiam personam. Quod autem Varro ea appellauit ‘uerba sine personis’, ‘praecipuas’ intellexit ‘personas’. Impersonalium máxime passiuae declinationis quaedam fere nunquam admittunt casum nominandí, cuiusmodi sunt ‘itur’, ‘statur’, ‘egetur’, ‘caletur’, ‘seruitum est’ et caetera eiusdem generi, quae potissimum sunt impersonalia, siquidem priuantur utraque persona et sermonis et constructionis anteriore. Persona sermonis est aut eius qui loquitur, ut ‘scibo’, aut eius ad quem sermo dirigitur, ut ‘scibis’, aut eius de quo fit sermo, ut ‘scibit’. Persona uero constructionis uocatur praecipue nominatiuus gentis seu patientis, ablatiuus agentis et acusatiuus patientis (2005[1572]: 152-153).

Relativamente a estas noções, concordo com M^a Luisa Harto Trujillo quando afirma que:

la *persona constructionis* debe ser considerada como un concepto puramente gramatical, a pesar de que repose sobre el contexto y la realidad extralingüística; mientras que la *persona sermonis* se refiere a la situación concreta del referente en el discurso, ya sea emisor, receptor, o simplemente sea aludido (Harto Trujillo 1998: 217, n^o 6).

Se comparada com a proposta de Thomas Linacre, importa, seja como for, sublinhar, no âmbito da *persona constructionis*, o facto de haver uma redução,

²¹ “Sunt ergo constructionis duo prima genera. Alterum, cui nec deest quippiam, nec redundat, nec loco suo abest, nec immutatur, quod non immerito ‘iustum’ appelletur. Alterum contra, cui deest aliquid, uel redundat, uel loco suo abest, uel immutatur, non tamen sine summorum in Romana lingua uirorum exemplo, quod ‘figuratum’ dici potest.

Horum quoniam utrumque tractare seorsum statuimus, prius in duplex rursus genus diducimus. Alterum, quod ex personae ratione totum pendet, quod argumento prosopice appellat. Alterum, quod personae discrimen non agnoscit. ‘Personam’ hoc loco generaliter appello, quicquid rationem exhibet alicuius, ut subsistentis, uel uocati, uel agentis, uel patientis, uel cui accedit decedit quippiam, uel causae, uel loci, uel temporis, uel instrumenti, uel denique quod casus alicuius propriam rationem praefert. Voceturque (si non displicet) haec ‘constructionis persona’, sicuti altera, quae ab hac est diuersa, ‘sermonis’, nempe quae loquitur, ad quam sermo dirigitur, de qua sermo habetur” (1998[1524]: 216).

na doutrina alvaresiana, dos referentes a que aludem os elementos gramaticais – *nominatiuus agentis seu patientis*, *ablatiuus agentis* e *acusatiuus patientis* – a que se refere a *persona constructionis*. Tal redução provavelmente obedece a uma tentativa de adequação dos traços da *persona constructionis* ao objeto de análise: os verbos impessoais. De facto, estes, de novo na esteira de Thomas Linacre, ocupam uma posição central no pensamento sintático de Manuel Álvares, que os analisa minuciosamente nos dois primeiros livros da gramática. Com efeito, o humanista madeirense advoga, com a autoridade dos *grammatici antiqui*, que os verbos impessoais são assim chamados, como se pode observar no passo reproduzido acima, porque carecem de primeira e segunda pessoas, mas não porque careçam da concordância com um constituinte – elidido ou presente na realização oracional – que assume a função de sujeito. Esta análise abrange tanto os impessoais ativos como os passivos. Relativamente aos primeiros, são numerosos os comentários nos *De institutione grammatica libri tres*, nos quais é determinada, na oração, a sequência em função de sujeito e, por conseguinte, a recusa à análise da forma verbal como impessoal. Assim acontece, por exemplo, com os usos aparentemente impessoais de *est*, *interest* e *refert*:

Est, interest, refert cum officium atque ad rem pertinere significant, prima et secunda persona carent, qua de causa impersonalia uerba siue uerba sine personis, ut Varro loquitur, possunt appellari. Itaque cum uerbum impersonale dicimus, praepositio ‘in’ priuationem declarat primae et secundae personam, quibus uerbum priuatur, non nominatiui, siue personae agentis seu patientis, ut grammatici iuniores uolunt [...]. Haec tria uerba [...] modo nominatiuum habent aperte. Cic., 5, Tusc.: “Sapientis est proprium nihil quod poenitere possit facere” [...]. Modo infinitum uerbum aut orationis membrum loco nominatiui accipiunt. Idem, 2, De Orat.: “Tardi ingenii est riuulos consecrari, fontes rerum non uidere”. Idem, Ad Apium, lib. 3: “Utriusque nostrum magni interest prius ut te conueniam quam decedas”. *Prius ut te conueniam quam decedas*, hoc membrum siue pars totius orationis uerbi *interest* nominatiuus est. Itidem *maiores natu uereri* uice nominatiui ponitur, nisi quis uelit *officium* seu *proprium* subaudire, ut “Adolescentis officium est maiores natu uereri”, ut illud “Sapientis est proprium nihil quod poenitere possit facere” (Álvares 2005[1572]: 331).

Como se pode observar na passagem reproduzida, Álvares trata de analisar, no plano da realização oracional, os segmentos que podem funcionar *uice nominatiui*, se bem que não exclua a hipótese do recurso à elisão de um segmento da oração – por exemplo, no caso das duas últimas orações referidas, os substantivos *officium* ou *proprium*²².

²² É possível que Álvares esteja a evocar a doutrina defendida pelo Brocense nas *Verae breuesque grammatices latinae institutiones* (Lyon 1562), nas quais, sobre a análise do genitivo com o verbo *sum*, é dito o seguinte: “Dicimus *patris est*, uel *patrium est*; *regis est*, uel *regium est*, et subintelligimus ‘officium’, ‘munus’, ‘negotium’ siue ‘consilium’” (Sánchez de las Brozas 1566[1562]: f. 22^r). No entanto, a meu ver, não há dados consistentes que permitam tornar a afirmação precedente em mais do que uma mera suposição.

No que toca às formas impessoais passivas, é detetado o mesmo cuidado na análise oracional, porquanto os verbos impessoais deverão ter, de forma expressa ou subentendida, um sujeito:

Habent itaque impersonalia personam tertiam, qua si destituta essent qui fieri posset ut casum ante se haberent? Verum enimvero cum ante se casum recipiunt, finita dicenda sunt, tunc enim et numerus et persona apertissime definiuntur, ut *Vita haec quae uiuitur, potius mors qua multa dicenda est*. Item, *Curritur campus, mare nauigatur; Tertia uiuitur aetas; Tota Mihi dormitur hyems [...]* (Álvares 2005[1572]: 171).

Esta posição leva o autor a tratar de esclarecer, em não poucas passagens dos livros primeiro e segundo, os motivos por que estes verbos foram denominados impessoais pelos gramáticos antigos, cuja autoridade Álvares contrapõe à dos gramáticos *recentiores*. De novo no atinente às formas passivas, o jesuíta explica que:

Appellantur ergo uerba quae habent tempora sine personis siue, ut iuniores loquuntur, impersonalia, non quod sine patientibus personis a fronte expressis fere legantur, sed quia personis priuantur. Cum audis personas, intellige quae principatum tenent [i. e. a primeira e a segunda] [...]. Merito haec defectiua siue mutila existimanda esse censet Donatus, utpote quibus praecipue personae deficiant (Álvares 2005[1572]: 379).

Com efeito, o gramático jesuíta, no fragmento acima reproduzido, invoca a autoridade dos gramáticos *ueteres* – neste caso, Donato, entre outros –; não me parece credível, porém, que Álvares não tenha lido atentamente o *De emendata structura*, no qual certas formas verbais, consideradas impessoais, são denominadas defetivas – “[q]uinque numero defectiua nontantur, quae impersonalia uulgo grammaticorum dicuntur: *poenitet, tedet, miseret, piget, pudet*” (Linacre 1998[1524]: 360) –. Importa, a este respeito, referir que Álvares parece, no quadro dos verbos passivos impessoais, avançar na análise iniciada por Linacre – se bem que numa direção diferente daquela que é adotada por Francisco Sánchez de las Brozas –, porquanto o humanista britânico afirma que há um grupo de formas passivas – cuja voz ativa pode apenas subcategorizar um acusativo interno; do tipo, por conseguinte, *uiuo uitam* – consideradas impessoais por aparecerem sem sujeito expresso: “quae tertiam fere singularem recipiunt, ut *statur, curritur, dormitur*. ‘Impersonalia’ ideo dicta, quod sine patientibus personis a fronte expressis fere legantur” (Linacre 1995[1524]: 84); por seu turno, o jesuíta, como acabamos de ver, defende²³ a atribuição, para este tipo de verbos, de um segmento em função

²³ Interessa sublinhar que, no discurso gramatical alvaresiano, o membro do enunciado “non quod sine patientibus personis a fronte expressis fere legantur” parece evocar, como polifonia textual, as palavras já referidas de Thomas Linacre.

de sujeito, ao ponto de estabelecer com a forma passiva a concordância no plural, no caso de o sujeito estar nesse número: “Non uideo cur uerba haec interim non habeant, si opus erit, tertiam personam multitudinis. Cur enim non dicant glires *Totae nobis dormiuntur hyemes?*” (Álvares 2005[1572]: 380). É verdade que Linacre também defende a atribuição de um sujeito no plural para as formas passivas *impessoais*²⁴; contudo, Álvares parece aprofundar esta questão e, a partir da delimitação de um sujeito para estas formas – ou pelo menos para muitas delas... –, realçar o facto de muitos dos denominados *verbos neutros* poderem subcategorizar uma sequência em função de complemento direto e, por sua vez, muitos dos *uerba actiua* poderem utilizar-se de forma absoluta; estes são exemplificados, a partir de uma citação de Plauto, com as formas ativas correspondentes a *amatur* e *egetur*:

Deinde ab *amo* et similibus uerbis quae in omnes personas transeunt, fieri impersonalia, quod ueterum auctoritate probari potest. Plaut., Pseud.: “Quid agitur, Callidore? Cat.: Amatur atque egetur acriter”. Hoc est dicere “Quid agis? Amo atque Egeo”. Caeterum ab his uerbis tum demum fiunt impersonalia cum uoce actiua absolute ponuntur, quod uerbis *amo*, *turbo* potissimum accidit [...]. Verum [...] dices ubi est nominandi casus utriusque uerbi amandi et egendi? Verbi amandi honestius tacetur quam exprimitur. Egendi atque caeterorum, quae primo aspectu prorsus uidentur absoluta, usitatus ornatiusque sumpprimitur quam explicatur [...]. *Seruitus* [como sujeito interno de *seruitur*] elegantius omittitur quam adhibitur, quanuis aliquando actiuo adiungatur. Plaut., Milit.: “Nam ego iandiu apud hunc seruitutem seruiro” (Álvares 2005[1572]: 379).

Seja como for, Manuel Álvares impõe – como, de resto, acontece com a doutrina linacriana –, na atribuição do sujeito a certas formas passivas²⁵, restrições condicionadas pelo uso. Acontece assim com a determinação do sujeito para certas formas *impessoais passivas*:

Dicet aliquis: “subaudiuntur nominandi casus *itio* [para *itur*], *statio* [para *statur*], *calor* [para *caletur*], *seruire*, id est, *seruitus* [para *seruitur*]”. Ideo dixi, fere nunquam quae sunt huius generis antecedere casum, quia, etiam si demus posse audiri, nunquam tamen in publicum prodeunt (Álvares 2005[1572]: 153).

²⁴ “Alia in tertia duntaxat singular talem interpretationem admittunt, ut ea quorum actio in aliquo cognatae tantum significationis transit, quo modo tertia persona quorundam, quae alias neutra absoluta sunt, passiuam interpretationem recipit, ut *curritur stadium*, quanquam nihil prohibet, quo minus haec quoque, si opus sit, pluriatiue proferantur. Tametsi Diomedes repugnat, sed nulla nixus ratione. Cur enim non *curruntur stadia*, sicut *curritur stadium* dicas?” (Linacre 1998[1524]: 84).

²⁵ “[...] [E]n Linacro, *usus y auctoritas* parecen estar aún por encima de la *ratio*, que debe someterse a ellos” (Harto Trujillo 1998: 33).

Ou no tratado dedicado às partes da oração – em concreto, ao verbo –:

Cum [...] praecedens casus ita desideratur ut uix subaudiri possit, tunc infinita [i. e. *impersonalia*] licebit appellare, quod et numerus et persona aut contra communem loquendi consuetudinem aut difficillime definiatur. Liu., 1, Ab Urb.: “Siccitate eo anno laboratum est”. Ibid.: “Ad laniculum forte uentum erat”. Terent., Adolph.: “Cessatum usque adhuc est”. Cic., Pro Quint.: “Ad me uentum est”. Idem, Ad. Att., lib. 10: “Hic maneri diutius non potest”. Ad eundem, lib. 2: “Item ante non esse itum obuiam, cum iri máxime debuit”. Ubi enim reperiemus casus qui haec et similia possint antecedere? An *labor, uentio, cessatio, mansio, itio*? *Cessatio cessatum est, Itio itum est* non patitur Latini sermonis consuetudo. Dicit fortasse aliquis confugiendum esse ad nomina uerborum, hoc est, ad uerba infiniti modo quae nominum partes agunt, ut *Laborare laboratum est, Venire uentum est, Cessare cessatum est*, et caetera eodem modo. Quo remedio soloecismum quidem subterfugiemus, sed quis unquam sic est locutus? (Álvares 2005[1572]: 172).

Esta limitação é extensível, de forma coerente, ao eventual estabelecimento do complemento direto para certos verbos neutros, se bem que, em certos casos, estes verbos possam subcategorizar um acusativo interno, como é o caso de *seruio*²⁶. Por conseguinte, na teoria alvaresiana, a elipse não é considerada um procedimento sistemático na determinação deste tipo de constituintes como complemento direto, porquanto alguns verbos neutros rejeitam, em opinião do gramático madeirense, esta possibilidade, como é o caso de *egeo*: “Egendi uerbum non eiusdem esse generis, nec enim dicimus *egeo egestatem*, ut *noceo noxam, seruio seruitutem*: qui enim diuitiarum flagrant cupidine, non egent egestate, sed pecunia” (Álvares 2005[1574]: 380). Com efeito, pode observar-se, dos passos reproduzidos, que a análise que Álvares faz dos verbos impessoais está fortemente condicionada pelo plano da realização oracional, afastando-se, assim, dos esquemas sintáticos tripartidos subjacentes – nominativo + verbo + acusativo – que os gramáticos racionalistas da época propõem. Neste sentido, não obstante a descrição sintática levada a cabo por Manuel Álvares ter sido interpretada por alguns investigadores como uma sorte de junção entre a gramática normativa e a gramática racional, em minha opinião, a doutrina alvaresiana parte de uma fonte comum aos gramáticos racionalistas – os *De structura emendata latini sermonis libri sex* – para abrir uma via, de tipo não racionalista, de análise dos constituintes no plano da realização oracional, não assumindo a elipse como procedimento sistemático para a explicação das irregularidades detetadas no nível do uso. É verdade, a este respeito, que Álvares, em duas ocasiões, nas páginas iniciais do livro dedicado à sintaxe – em particular, no momento de abordar a concordância entre participios e predicativos com os

²⁶ “*Seruitus* [como sujeito interno de *seruitur*] elegantius omittitur quam adhibetur, quanuis aliquando actiuo adiungatur. Plaut., Milit.: “Nam ego iandiu apud seruitutem seruio” (Álvares 2005[1572]: 379-380).

respetivos substantivos –, defende, na esteira talvez de Prisciano (Ponce de León 2005: cxlv) e – de novo – de Linacre²⁷, o estabelecimento de dois planos linguísticos: i) o da produção ou realização linguística e ii) o das relações estruturais, de forma que, no segundo, perante a eventual variação na ordem dos constituintes no primeiro, são asseguradas as conexões sintáticas entre eles (Ponce de León 2005: cxlv-cxlvii). Esta distinção advém da preocupação de Álvares por explicar as relações de concordância entre certos participios, em formas verbais da voz passiva, e o sujeito e o predicativo respetivo:

Participia *factus, creditus, dictus, dicendus, uisus, appellatus* et caetera eiusdem generis, si inter duo substantiua ponantur, non continuo cum praecedente consentient. Quis enim sic audeat loqui: “Reipublicae pestis a Cicerone appellata est Antonius”, “Furiam a M. Tullio aiunt dictam Clodium”? Nec itidem, si post utrunque collocentur, cum alterutro consentire poterunt, nisi quis existimet (ne a propositis exemplis recedamus) bene latine dici “Reipublicae pestis a Cicerone Antonius appellata est”. Quid igitur obseruandum? Ego sic existimo, habendam esse rationem, quod ad constructionem attinet, non collocationis uerborum, sed ipsarum rerum, ut enim permutatis uerbis non mutatur sensus, ita nec constructionis ratio. Itaque quocunque modo disponantur substantiua, eadem erit constructio: “Antonius a Cicerone appellatus est reipublicae pestis”, hic est rerum simplex ordo. Commuta uersa, ut libet, substantiua, muta quadrata rotundis: *Antonius* et participium appellatus semper cohaerebunt (Álvares 2005[1572]: 294).

Idêntica proposta é defendida pelo gramático madeirense ao dilucidar a concordância correta do verbo copulativo e de outros verbos predicativos quando estes são construídos com um sujeito e um predicativo que divergem quanto ao número e/ou quanto ao género:

Illud Mihi pene exiderat quod plerique omnes grammatici tradunt, uerbum substantium –quod idem de uocatio dictum sit–, cum inter duos nominandi casus diuersi ponitur, consentire cum praecedenti, ut “Adolescentes modesti sunt ornamentum iuuentutis”; cum uero post utrunque collocatur, cum propiori, ut “Adolescentes modesti ornamentum est iuuentutis”, “Ciues flatigiosi sentina reipublicae appellatur”. Quo pacto certe non ausim loqui sine idonei alicuius auctoris testimonio, nam haec soloecismi speciem prae se ferunt. Nen enim uerborum mutatio constructionem mutat. Videndum itaque est utrum substantium sit uerbi, ut ita dicam, basis et fundamentum, nam cum eo uerbum consentiet ubicunque sit locorum. Verbi causa in hac oratione, ne longius abeamus, “Adolescentes modesti sunt ornamentum iuuentutis”, uerbi basis et fundamentum, quod suppositum uocat, est

²⁷ Se considerarmos a interpretação que Kristian Jensen (1986: 119) faz da seguinte afirmação de Linacre sobre a construção transitiva: “Omnibus [...] transituue coniunctis commune est quod uox a qua transitus personae fit, natura praecedere postula team, in quam transitus fit: *Pater Pamphili, filia Chremetis, dixi natura*. Nam si rhetorum structura auribus potius consulens, hoc non seruat, nihil id ad grammaticum” (Linacre 1998[1524]: 240).

adolescentes modesti; quocunque modo uertas haec uerba, sempre uerbum suum requiret suppositum: “Ornamentum iuuentutis sunt adolescentes modesti”, “Modesti adolescentes ornamentum sunt iuuentutis”, “Reipublicae sentina appellantur ciues flatitiosi”, “Flagitiosi ciues reipublicae sentina appellantur” [...] (Álvares 2005[1572]: 304).

Importa, relativamente aos passos reproduzidos, sublinhar a clara distinção entre os dois planos linguísticos, bem como uma tentativa de determinação do constituinte que tem prioridade na concordância com o participio o com o verbo – caracterizado por Álvares como *basis* e *fundamentum*, e também referido por este autor com o termo *suppositum* (ou, por outras palavras, o sujeito do verbo). Contudo, parece-me que não se devem identificar os dois níveis propostos pelo jesuíta com aqueles que defendem os gramáticos racionalistas coevos (o plano em que se dão os esquemas oracionais lógicos e o da realização linguística). É necessário lembrar, a este propósito, que Álvares condiciona os procedimentos de concordância à norma linguística²⁸, ao ponto de supeditar à mesma as regras gramaticais: “Nulla melior tutiorque praeceptio est quam optimorum auctorum usus; quo praeceptore securus loqueris et scribes” (Álvares 2005[1572]: 305).

Segundo o que acabamos de ver, há, nos *De institutione grammatica libri tres*, uma tentativa de explicação de certas estruturas linguísticas, na esteira da gramática de Thomas Linacre. Neste sentido, julgo que se podem detetar dois eixos que configuram a gramática alvaresiana: i) o eixo descritivo – e prescritivo –, essencial na medida em que a gramática se redige para os estudantes aprenderem a falar e a escrever em latim, e ii) o eixo de reflexão linguística, no qual Álvares aproveita a teorização gramatical anterior – e muito especialmente aquela que subjaz à doutrina linacriana –, para analisar certas estruturas gramaticais, sem bem que esta análise seja orientada, a meu ver, num sentido diferente daquele que a doutrina racionalista de Scaligero e do Brocense adota. Desta forma, Manuel Álvares encara a análise das construções sintáticas através de certos procedimentos – como por exemplo a elipse²⁹ – não como uma sorte de, por assim dizer, *regras transformacionais* – que produzem orações, no plano da atuação, afastadas dos esquemas lógicos subjacentes (Breva-Claramonte 1983: 218-219) –, mas como um recurso operativo no

²⁸ Relembrem-se as reservas do gramático perante algumas realizações: “Quo pacto certe non a-sim loqui sine idonei alicuius auctoris testimonio, nam haec soloeicimi speciem prae se ferunt” (Álvares 2005[1572]: pag.?).

²⁹ A elipse constitui um elemento chave na doutrina racionalista; por exemplo naquela que desenvolve o Brocense (Sánchez Salor 1995: 26).

plano da realização linguística – e também no das relações estruturais... –, rejeitando, por isso, a ocorrência desses recursos, em certos contextos linguísticos, considerados pelo gramático anómalos ou muito pouco aceitáveis.

2.3. Período sanctiano

No que se refere à introdução em Portugal da doutrina defendida na *Minerva seu de causis linguae latinae* de Francisco Sánchez de las Brozas – que, como disse, foi impressa pela primeira vez em Salamanca, em 1587, mas da qual já tinha sido publicada uma primeira versão em Lyon, em 1562 (Liaño 1971; Estal 1975; Fernandes 2004) –, a primeira obra que acolhe, no contexto gramaticográfico português, de forma mais ou menos sistemática, os fundamentos teóricos sanctianos, é a *Arte de grammatica pera em breue saber latim* (Lisboa 1610) de Pedro Sanches de Paredes, parente do Brocense (Ponce de León 2006a: 64). No entanto, décadas antes, tinha sido impresso um tratado ao qual me referi brevemente no ponto 2.2 – a propósito de certos traços linacrianos contidos nele – e que, tal como defendi num trabalho anterior (Ponce de León 2006b), apresenta paralelismos chamativos – é verdade que pontuais – com passagens da primeira versão da *Minerua*; estou a referir-me à *In librum quartum Antonii Nebrissensis de constructione decem partium orationis lucidissima explanatio* (Lisboa 1565) do mestre galego Álvaro de Cadaval, autor que, além de esclarecer os muito obscuros escólios do livro sintático nebrissense, faz como faziam muitos comentadores do *Antonio*; Nas palavras de Sánchez Salor:

[I]a única forma que tenía un gramático de meter la propia doctrina en la enseñanza era la de introducir comentarios, addenda o glosas a la doctrina de Antonio. De ahí que a partir de un momento empiecen a proliferar los comentarios a la Gramática de Antonio, sobre todo al libro IV que es el libro de la sintaxis (2002: 133).

Com efeito, um dos objetivos do catedrático da Universidade de Santiago de Compostela foi o de agregar teoria gramatical que não se encontrava registada nas *Introductiones latinae* nebrissenses... Uma análise mais ou menos atenta da *Explanatio* de Cadaval poderá revelar a assunção de traços teóricos tomados dos *Commentarii grammatici* de Despauterius ou, como acima indiquei, dos *De emendata structura latini sermonis libri sex* de Linacre (Ponce de León 2006b)... E – muito provavelmente – da primeira *Minerua*, porquanto o humanista galego introduz traços doutrinários muito próximos da doutrina sanctiana; por exemplo, na análise dos verbos impessoais ou na interpretação sintática que faz dos possessivos *mea, tua, sua* subcategorizados pelos verbos *interest e refert*, não como ablativos mas como acusativos:

Haec duo uerba *interest* et *refert*, quae cum aliis grammaticis diximus esse impersonalia, esse personalia habereque suppositum, et *mea, tua, sua, nostra, uestra, cuius* esse accusatiuos plurales, qui reguntur a uerbo *interest* ratione praepositionis, a uerbo *refert* propter eiusdem uerbi naturam, nulli mediocriter docto dubium est (Cadaval 1565: 17v^o)³⁰.

Há, ainda, a propósito destas formas verbais, uma grande semelhança textual entre a *Explanatio* e a *Minerua* de 1562, como se pode ver do confronto dos seguintes fragmentos:

Sánchez de las Brozas (1576[1562])	Cadaval (1565)
<p>Quam falsa esse ostendit Plinius in exemplis citatis: <i>patriam referre, solum referre non uuam</i>. Sed rursus ab ipse ignorantia matre, ut Antaeus olim a terra, uires resumunt et ita disputant. Quemadmodum disiuncte dicimus, <i>in re mea est</i>; ita coniuncte dicemus, <i>interest mea</i>: nam <i>interest</i> componitur ab <i>in</i> et <i>re</i> et <i>est</i>. Audite moriones serio ridiculi. Latini non dicunt, <i>in re mea est</i>, pro <i>ad me pertinet</i> seu <i>spectat</i>, sed <i>in rem meam este</i>, aut <i>e re mea est</i> (110).</p>	<p>Quod Plinius ostendit in exemplis citatis: <i>patriam referre, solum referre non uuam</i>. Grammaticorum autem insula est ratio. Quemadmodum –inquiet– disiuncte dicimus <i>in re mea est</i>, ita coniuncte dicemus, <i>interest mea</i>, nam <i>interest</i> componitur ab <i>in</i> et <i>re</i> et <i>est</i>. Quod catoniano risu dignum uidetur. Latini non dicunt <i>in re mea est</i>, pro <i>ad me pertinet</i> seu <i>spectat</i>, sed <i>in rem meam este</i> aut <i>e re mea est</i> (f. 18r^o).</p>
<p>Si genitiuus uerbis non adhaeret, cur dicimus, <i>praeceptoris est docere</i>? Quia subintelligitur <i>officium, negocium, munus, iudicium, siue consilium</i>. Quae nomina saepe exprimuntur (108-109).</p>	<p>Cum dicimus <i>praetoris est consulere reipublicae, Boni pastoris est tendere non deglubere pecus, Non est prudentis bis in bello capi</i>, quod falsum est, nam in huiusmodi orationibus breuitatis et elegantiae gratia supprimitur suppositum, quod est <i>opus</i>, uel <i>munus</i>, uel <i>officium</i>, uel <i>consilium</i>, uel <i>iudicium</i> (f. 18v^o).</p>

Quadro 5

Se esta hipótese fosse aceite, dever-se-ia adiantar várias décadas a receção das ideias sanctianas em Portugal.

No que toca à *Arte de grammatica* de Pedro Sanches de Paredes – cuja redacção é anterior a 1607, de acordo com uma das licenças da obra –, estamos

³⁰ Coteje-se o passo reproduzido com o que consta da *Minerua* de 1562: “[...] dicimus, *regis interest gubernare*, et non dicimus, *mei interest gubernare*. Sed pro genitiuus passiuus adhibemus accusatiuos plurales *mea, tua, sua, nostra, uestra, cuius* uel *cuius*. In uerbo quidem *interest*, propter praepositionem *inter*. In uerbo autem *refert*, propter eius naturam (actiuum enim est)” (Sánchez de las Brozas 1975[1562]: 109).

³¹ Esta *arte* – da qual, até há pouco tempo, não eram conhecidos exemplares – foi estudada brevemente por Gonçalves Fernandes (2002; 2005).

perante o primeiro (Ponce de León 2002: 499) dos inúmeros comentários redigidos, na sua maior parte, em língua portuguesa da gramática de Manuel Álvares (Ponce de León 2001), mas também estamos perante o comentário – a meu ver – mais peculiar – e o de menor difusão editorial –, porquanto, em forma de anotações aos preceitos sintáticos (Sanches de Paredes 2008[1610]: 141-183), é apresentada, de forma sistemática, uma explicação logicista que, obviamente, não se regista na arte alvaresiana – nem nas edições desta até à morte do autor, nem na edição ao cuidado do também jesuíta António Velez, impressa em Évora em 1599 – (Ponce de León 2002: 499-507; Ponce de León 2006: 63-67). Interessa, a este respeito, confrontar a matéria contida na *grammatica* de Sanches de Paredes com os preceitos e comentários da *editio uellesiana* e com os das *Verae breuesque grammatices latinae institutiones* (1562)³² do Brocense:

Sánchez de las Brozas (1576[1562])	Álvares/Velez (1599)	Sanches de Paredes (2008[1610])
i) O ablativo como regência de certos adjetivos		
Adiectiua nomina (participiis exceptis) nullum casum regunt, nam quando dicimus <i>romanorum primi, romanorum doctissimi</i> , deest <i>ex numero</i> . Illa uero <i>plenus rimarum, lassus uiarum, integer uitae, sceleris purus, cupidus honoris graeca</i> sunt, in quibus deest praepositio EK, quae apud illos genitiuum regit. <i>Dignus honore, uacuis auris, uiduus pharetra, frumento copiosus, supple ab</i> (23).	Quauis oratores libentius substantiua cum adiectiuis copulent ut <i>Vir summa eloquentia, eximia uirtute, excellenti ingenio</i> , tamen non raro ipsis adiectiuis ablatiuum laudis aut uituperationis attribuunt (417).	Muytos adiectiuos de louuor, ou vituperio podem tambem ter ablatiuo. Mas debaixo do adiectiuo se entende o substantiuo, & hũa preposiçam tacita, <i>In, vel A</i> , donde se rége: <i>Vt Integer pudore: Asper ingenio: Inclytus armis, vir</i> (147).
	Adiectiua diuersitatis et numeralia ordinis ablatiuum cum praepositione <i>a uel ab</i> admittunt (411).	Algũs destes nomes tambem regem Ablatiuo com preposiçam <i>A, vel Ab</i> : como sam: <i>Extorris, Alienus, Immunis, Exul, Integer, Liber</i> , ou por milhor dizer, todos elles, ou quasi a podem ter, como a tem outros muitos, mas callase as mais vezes (151).

³² Utilizo, para o efeito, a edição salmantina (*excudebat Mathias Gastius*) de 1576. Parto do suposto de que Pedro Sanches de Paredes utilizou, como inspiração para a sua arte, uma das edições da gramática escolar do Brocense.

<p>Ablatiuus a praepositione pendet, sed eleganter illa multis modis subicitur, nam in comparatione (ut, <i>doctior Cicerone</i>) deest <i>prae</i> (22).</p>	<p>Comparatiuo utimur cum ablatiuo quando uel plura diuersi generis comparantur [...], uel cum duo eiusdem aut diuersi generis conferuntur (433).</p>	<p>Vsamos de comparatiuo com Ablatiuo, quando se comparam muitas cousas de diuerso genero: <i>Vt Luce sunt clariora nobis tua consilia</i>. Ou quando se comparam duas cousas do mesmo, ou diuerso genero. <i>Cic. Octa. Quae non posterior dies acerbior priore populo Romano illuxit?</i> O mesmo caso rege o Positiuo com este aduerbio <i>Magis: ut, Quid magis est durum saxo?</i> porque tem força de comparatiuo. Verdade seja que se supple a preposiçam, <i>Prae</i> (152-153).</p>
<p>ii) A análise de <i>mea, tua, sua...</i> como constituintes subcategorizados por <i>interest</i> e <i>refert</i></p>		
<p>Actiuum uerbum est, quod actionem significat, ut <i>uiuo, amplector, memini</i>. Semper et necessário transit in accusatiuum: ut <i>amo literas</i>. Sic <i>delectat, iuuat, decet, oportet, refert</i>, ut <i>hoc refert mea negotia</i>, id est, <i>repraesentat</i> (24). [...] Si accedat [a <i>sum</i>] praepositio INTER, dicimus <i>patris interest</i>, et <i>regis interest gubenare</i>, et subintelligimus accusatiuum pluralem <i>negotia, officia</i>, siue <i>consilia</i>, nec tunc illis quinque genitiuis utimur, sed accusatiuis <i>mea, tua, sua, nostra, uestra, cuius</i>, ut <i>non mea sed regis interest gubernare</i>, id est, <i>gubernare non est inter mea, sed inter officia regis</i> (26-27).</p>	<p><i>Interest</i> [...] et <i>refert</i> ablatiuos <i>mea, tua, sua, nostra, uestra</i> sibi uendicarunt; quibus ablatiuis addi possunt genitiui <i>unius, solius, ipsius</i> caeterique qui possessiuis adduntur (566).</p>	<p>Podem [<i>interest, refert</i>] sòmente tomar Estes cinco Accusatiuos Da terminaçào neutral, <i>Mea, Tua, Nostra, Vestra, Sua</i>, em numero plural: <i>Hoc interest mea, & tua</i>. Os quais pera o verbo <i>Sum</i>, Se acabam todos em <i>Vm: Vt Iocari non est meum</i>. <i>Mea, Tua, Nostra, &c.</i> sam Accusatiuos neutrays, que regem <i>Interest, & Refert</i>, & entenderseham os substantiuos, <i>Officia, vel Negotia: vt Hoc est inter mea negotia, vel officia. Hoc refert tua, id est, Repraesentat tua negotia, vel officia</i>. O verbo <i>Sum</i> em lugar de <i>Mea, Tua, Sua, &c.</i> tem <i>Meum, tuum, suum, &c. Vi Puto esse meum (supple officium) quid sentiam exponere</i> (154).</p>

iii) Elisão de preposições em constituintes aparentemente subcategorizados pelo verbo		
<p>In uerbis copiae et inopiae causa cernitur uelut efficiens, ideo deest <i>a</i> uel <i>ab</i> (159).</p>	<p>Vult sextum <i>indigeo, careo, uaco, uictito, uescor</i> [...]. Haec etiam ablatiuo gaudent, ut <i>egere tempore, indigere pecunia, facessere urbe</i> [...]. Verborum ablatiuum exigentium, quae ediscenda proponuntur et quorundam aliorum quod ea non facile occurrant, exempla subiiciam. Inter quae nonnulla, quae ad ablatiuum causae referri possent, consulto immiscentur, propterea quod non omnes ita philosophiae praecepta callent, ut rerum causas possint in uerborum constructione speculari (459-460).</p>	<p><i>Egeo, Indigeo, Citeo, Abundo, Vaco, uiuo, Victito</i> [...]. <i>Regem todos Ablatiuo</i> (159-160).</p> <p>Estes sam os verbos que mais ordinariamente regem Ablatiuo. Nos demais se rege da preposição <i>tacita</i>, como fica ditto: & ainda em quasi todos estes (160-161).</p>
<p>Duos [...] diuersae rei accusatiuos nullum uerbum regit. Nam in illis, undecim (<i>admoneo, moneo, rogo, flagito, posco, reposco, edoceo, doceo, erudio</i> atque <i>interrogo, coelo</i>) Graeco more deest KATA, id est <i>circa, iuxta</i> uel <i>secundum</i> (25) Si [...] sunt diuersae rei accusatiui, ille tantum mutatur qui non dependet a praepositione, ut <i>doceo te artes, tu doceris artes</i> (26).</p>	<p>Quaedam accusandi geminum sibi sumere casum Verba queunt <i>moneo, doceo</i> cum prole: <i>reposco, Flagito, posco, rogo</i>: quibus adde <i>interrogo, celo</i>. <i>Moneo, doceo</i> cum compositis, item <i>flagito, posco, reposco, rogo, interrogo, celo</i>, duos accusandi casus admittunt (496).</p>	<p><i>Moneo, & Doceo</i>, e os cõpostos, <i>Reposco, Flagito, Posco, Rogo, Interrogo, atque Celo</i>, Regem dous Accusatiuos: <i>Doceo te grammaticam</i>. [...]</p> <p>Estes verbos nam regem mais que o Accusatiuo da pessoa, porque o outro rege-se de hũa preposição <i>tacita</i>, q̃ serà <i>Circa, Iuxta, ou Per</i>: vt <i>Doceo te grammaticam: id est, circa grammaticam</i>. Isto se vee claro na passiuã; <i>Tu doceris a me grammaticam</i> (166-167).</p>

Quadro 6

Do quadro apresentado, pode observar-se que Pedro Sanches segue a estratégia da maior parte dos comentadores da gramática de Manuel Álvares: glosa os preceitos alvarísticos em português e agrega explicações a propósito deles, introduzindo, em certos casos, teoria alheia à gramática que comentam

(Ponce de León 2001: 337); no entanto, diferentemente dos denominados *cartapácios*, Pedro Sanches acrescenta informação linguística proveniente da doutrina sanctiana. No caso dos exemplos analisados, as construções, no plano da realização, são explicadas através da elisão de um constituinte – um substantivo ou uma preposição –, por forma a reduzir as múltiplas realizações sintáticas aos esquemas lógicos subjacentes: a) na doutrina sanctiana, o ablativo deve sempre ser regido por uma preposição (Sánchez de las Brozas 1995[1587]: 154-162); coerentemente com tal proposta, na *Arte pera em breue saber latim*, o ablativo não poderá ser regido por certos nomes a não ser que *se entenda* a preposição *in* ou *a* e, no comparativo, *suplese* a preposição *prae*; b) por seu turno, o Brocense advoga que o verbo deve, apenas e obrigatoriamente, subcategorizar um acusativo (Sánchez de las Brozas 1995[1587]: 234-241); por conseguinte, na gramática de Sanches de Paredes, outras aparentes regências do verbo são, na verdade, explicadas pela elisão de um nome – em *refert* e *interest*, *negotia* ou *officia* – ou de uma preposição – *circa*, *iuxta* ou *per* no segundo acusativo de verbos como *doceo* –. Interessa, por outro lado, salientar o facto de, na proposta de Pedro Sanches de Paredes, este procedimento sintático – a elisão – não ser apenas uma figura de construção à qual os gramáticos recorrem ocasionalmente para descrever as diferentes construções sintáticas; pelo contrário, dos fragmentos reproduzidos acima, pode deduzir-se que a elipse constitui uma operação à qual se deve recorrer para explicar a realização divergente dos esquemas lógicos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, foi analisado, de forma mais ou menos atenta, o modo como os gramáticos portugueses – os latino-portugueses – de Quinhentos se aproximam – ou não – da doutrina racionalista. Foi também suficientemente esclarecido que, no século XVI, não há autores portugueses que se possam enquadrar de forma clara e unívoca na corrente logicista – como, com efeito, acontece, noutros países, com Scalígero ou com o Brocense –. A este respeito, perante a questão de se houve uma corrente racionalista consolidada na gramaticografia portuguesa deste período, julgo que a resposta deverá ser negativa: no início do século XVI, os comentadores portugueses da gramática de Juan de Pastrana propõem uma abordagem que segue ainda de perto a matriz especulativa da gramática medieval e, por esta razão, apresentam elementos mais próximos da gramática racionalista renascentista do que as artes que sairão dos prelos portugueses durante as décadas seguintes; a partir do segundo terço do século, por sua vez, é detetada uma evolução da descrição gramatical latino-portuguesa no que se refere à penetração dos postulados de Thomas Linacre; especial atenção merece o

caso de Manuel Álvares, gramático que parte do *De emendata structura* para tratar de resolver certas construções sintáticas problemáticas - na perspectiva do jesuíta -, como é o caso da atribuição de um sujeito para muitos verbos que tradicionalmente eram analisados como impessoais. Só no limiar do século XVII – com a exceção residual, pelo menos quanto à análise sintática, da *Explanatio* de Álvaro de Cadaval –, pode vislumbrar-se, na esteira do Brocense, a aplicação mais ou menos sistemática da elipse para explicar certas estruturas sintáticas na realização linguística; é o caso da *Arte pera em breue saber latim* de Pedro Sanches de Paredes. Nos séculos XVI e XVII, a corrente racionalista latino-portuguesa – muito reduzida – culmina com a obra gramatical de Amaro de Roboredo. Seja como for, não seria adequado pensar que, por essa razão, na gramática latino-portuguesa quinhentista não houve reflexão sobre a teoria linguística; pelo contrário, as gramáticas analisadas no presente trabalho mostram precisamente o esforço dos autores por conjugar a descrição e a análise da língua latina com o seu ensino. Constituem, por esta razão, um conjunto de obras chave para o estudo das ideias linguísticas em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARES, Manuel. 1572. *De institutione grammatical libri tres* (cf. PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2005).

ÁLVARES, Manuel. 1599. *Emanuelis Aluari e Societate Iesu de institutione grammatical libri tres, Antonii Vellesii ex eadem Societate Iesu in Eborensi Academia praefeti studiorum opera aucti et illustrate*. Évora: Manuel de Lyra.

BREVA-CLARAMONTE, Manuel. 1983. *Santius' Theory of Language: A contribution to the history of Renaissance linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins (Series III – Studies in the History of Linguistics. Volume 27).

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. 1984a. *Babel ou a ruptura do signo: A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. 1984b. *Historiografia da língua portuguesa. Século XVI*. Lisboa: Sá da Costa.

CADAVAL, Álvaro de. 1565. *In librum quartum Antonii Nebrissensis de constructione decem partium orationis Cadabalis Grauii Calydonii lucidissima explanatio*. Lisboa: Francisco Correia.

CODOÑER, Carmen. 2000. *Gramáticas latinas de transición: Juan de Pastrana, Fernando Nepote. Introducción y edición*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca (Acta salmanticensia: Estudios Filológicos; 275).

COMPANHIA DE JESÚS. 1555. *De constructione octo partium orationis* (cf. PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2002a).

FERNANDES, Gonçalo. 2002. “A primeira gramática latina escrita em

Português”. *Revista Portuguesa de Humanidades* 6:1-2. 481-495.

FERNANDES, Gonçalo. 2004. “A edição *Princeps* da *Minuerua* (León 1562) de Sánchez o Brocense”. *Revista Portuguesa de Humanidades* 8: 1-2. 251-265.

FERNANDES, Gonçalo. 2005. “A Arte de Grammatica (1610) de Pedro Sánchez”. *Boletim de Estudos Clássicos* 44. 137-145.

HARTO TRUJILLO, María Luisa. “Introducción”. 11-46 (cf. LINACRE, Thomas. 1998[1524]).

HOMEM, Fernando Soares. 1557. *Grammatices duo compendia, eo modo in methodon contracta, ut nihil aut redundet, aut desit*. Coimbra: João Álvares.

JENSEN, Kristian. 1986. “*De emendata structura latini sermonis: the latin grammar of Thomas Linacre*”. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 49. 106-125.

LIANO, José María. 1971. “La primera redacción de la *Minerva*”. *Estudios Clásicos* 15/63 (mayo). 187-205.

LINACRE, Thomas. 1998[1524]. *De emendata structura latini sermonis*. Introducción, edición crítica, traducción y notas por M^a Luisa Harto Trujillo. Cáceres: Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones (Grammatica Humanistica. Serie Textos. 1).

LÓPEZ MOREDA, Santiago. 1999. “Los *In Grammaticae Rudimentis commentarii* de João Vaz. Concepto de *Elegantia*”. *Actas do I Congresso Internacional Humanismo Novilatino e Pedagogia: Gramáticas, Criações Maiores e Teatro* ed. por António Maria Martins Melo, 217-235.. Braga: Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Filosofia – UCP.

MAÑAS, Manuel. 1999. “Aproximación a la Sintaxis Latina de Manuel Álvares”. *Actas do I Congresso Internacional Humanismo Novilatino e Pedagogia: Gramáticas, Criações Maiores e Teatro* ed. por António Maria Martins Melo. Braga: Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Filosofia – UCP. 237-249.

MARTINS, António. 1497. *Materierum editio a baculo cecorum breuiter collecta*. Lisboa: Valentim Fernandes.

NEBRIJA, Antonio de. 1540[1488]. *Aelii Antonii Nebrissensis introductiones in latinam grammaticen per eundem recognitae atque exactissime correctae glossematis cum antiquo exemplari collatis*. Granada: s. impr.

NEPOTE, Fernando. cc. 1480. *Materies* (cf. CODOÑER, Carmen. 2000).

PASTRANA, Juan de. *Grammatica* (cf. CODOÑER, Carmen. 2000).

PADLEY, G[eorge] Arthur. 1982. “L’importance de Thomas Linacre (env. 1460-1524) comme source dans l’évolution des theories grammaticales en Europe au XVIe et au XVIIe siècles”. *Langues et Linguistique* 8: 2. 17-56.

PERCIVAL, W[illiam] Keith. 1976. “Deep and surface Structure Concepts in Renaissance and Mediaeval Syntactic Theory”. *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics* ed. por Henry Parret, 238-253. Berlin/New York: Walter de Gruyter.

PINHEL, Duarte. 1543. *Latinae grammatices compendium*. Lisboa: Luís Rodrigues.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2000. “Las propuestas metodológicas para la enseñanza del latín en las escuelas portuguesas de la Compañía de Jesús a mediados del siglo XVI”. *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos* 19. 233-257.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2001. “El Álvarez en vernáculo: las exégesis de los *De institutione grammatica libri tres* en Portugal durante el siglo XVII”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série “Línguas e Literaturas”* 18. 317-338.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2002a. “Textos gramaticales jesuíticos para la enseñanza del latín en Portugal: el *De constructione octo partium orationis* (Coimbra 1555)”. *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios latinos* 22:1. 211-253.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2002b. “O Brocense na teoria gramatical portuguesa no início do século XVII”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série “Línguas e Literaturas”* 19. 491-520.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2005. *Aproximación a la obra de Manuel Álvares. Edición crítica de sus De institutione grammatica libri tres*. Madrid: Universidad Complutense. Servicio de Publicaciones. 1 CD-Rom.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2006a. “De pasiones gramaticales: en torno a las *Obieções contra esta Grammatica, & repostas a ellas* de Amaro de Roboredo”. *Península. Revista de Estudos Ibéricos* 3. 61-99.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2006b. “Consideraciones sobre las ideas sintácticas de Álvaro de Cadaval (cc. 1505-1575) en el marco de la teoría gramatical renacentista”. *Caminos Actuales de la Historiografía Lingüística. Actas del V Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*, v. II ed. por Antonio Roldán [et. al.], 1257-1269. Murcia: Universidad de Murcia,.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2008. “Fuentes españolas en la primera gramática latina de Amaro de Roboredo”. *Gramma-Temas 3: España y Portugal en la tradición gramatical* ed. por Marina Maquieira & María Dolores Martínez Gavilán. León: Universidad de León, Centro de Estudios Metodológicos e Interdisciplinarios.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. No prelo. “Os verbos impessoais na gramaticografia latino-portuguesa (1497-1552)”. *Lusofone SprachWissenschaftsGeschichte II* ed. por Rolf Kemmler & Barbara Schäfer-Priess. Tübingen: Calepinus Verlag.

RAMALHO, Américo da Costa. 1977-1978. “Um capítulo da História do Humanismo em Portugal: o “Prologus” de Estêvão Cavaleiro”. *Humanitas* 29-30. 121-151.

RESENDE, André de. 1540. *De uerborum coniugatione commentarius*. Lisboa: Luís Rodrigues.

ROBOREDO, Amaro de. 2007[1615]. *Verdadeira grammatica latina para se bem saber em breue tempo*. Prefácio de Amadeu Torres e Estudo

introdutório de Gonçalo Fernandes [et. al.]. Vila Real: Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

ROMBO, Pedro. 1497. *Materiarum editio ex báculo cecorum [...] breuiter collecta*. Lisboa: Valentim Fernandes.

SANCHES DE PAREDES [= SÁNCHEZ], Pedro. 2008. *Arte de grammatica, pera em breve saber latim*. Prefácio de Amadeu Torres e Estudo introdutório de Rogelio Ponce de León [et. al.]. Vila Real: Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco. 1566. *Verae breuesque grammatices latinae institutiones*. Salamanca: Matías Gast.

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco. 1576. *Verae breuesque grammatices latinae institutiones*. Salamanca: Matías Gast.

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco. 1975[1562]. *Minerua (1562)*. Introducción y estudio de Eduardo del Estal Fuentes. Salamanca: Universidad de Salamanca. Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico.

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco. 1995[1587]. *Minerua o De causis linguae latinae*. Introdução e edição de Eustaquio Sánchez Salor (livros I, III, IV) e de César Chaparro Gómez (livro II). Cáceres: Institución Cultural “El Brocense” / Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones.

SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. 1995. “Introducción”. 7-31. (Cf. SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco. 1995).

SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. 2002a. *De las “elegancias a las “causas” de la lengua: retórica y gramática del humanismo*. Alcañiz: Institutos de Estudios Humanísticos; Madrid: Ediciones del Laberinto/Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Cádiz: Universidad de Cádiz. Servicio de Publicaciones; Zaragoza: Universidade de Zaragoza. Servicio de Publicaciones; Teruel: Instituto de Estudios Turolenses (Colección de Textos y Estudios Humanísticos “Palmyrenus”; Serie Estudios I).

SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. 2002b. “Nebrija contra Pastrana en el Portugal de 1500”. *Cataldo e André de Resende: Congresso Internacional do Humanismo Português (Coimbra, Lisboa, Évora, 25 a 29 de Outubro de 2000)*, 185-206. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos.

SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. 2006. “El gramático humanista Cavaleiro: Su *Grammatices Ars*”. *Humanitas* 58. 185-206.

VERDELHO, Telmo. 1995. *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica.

VERDELHO, Telmo. 2001. “Um remoto convívio interlinguístico: tradição teórica e herança metalinguística latino-portuguesas”. *Caminhos do português. Exposição comemorativa do ano europeu das línguas* coord. por Maria Helena Mira Mateus, 75-94. Lisboa: Biblioteca Nacional.

A GRAMÁTICA RACIONALISTA EM PORTUGAL NO SÉCULO XVII: A OBRA DE AMARO DE ROBOREDO

1. INTRODUÇÃO

O racionalismo na gramática portuguesa no século XVII tem um representante importante na pessoa de Amaro de Roboredo, autor de várias obras sobre as línguas latina e portuguesa.

Quando comecei, nos anos oitenta, a ocupar-me da história da gramaticografia portuguesa, Amaro de Roboredo era uma personagem muito pouco conhecida. Hoje já há duas edições fac-similadas do seu *Método gramatical* (Kossárik 2002; Assunção/Fernandes 2007) e diversos estudos sobre os seus escritos linguísticos (cf. bibliografia em Assunção & Fernandes [eds.] 2007: XCVII-CII e Schäfer-Prieß 2006: 73). Com toda a razão, porque a obra de Roboredo tem, na minha opinião, um lugar preeminente na história não só da gramaticografia portuguesa (ou latino-portuguesa), mas também cotejando com obras contemporâneas comparáveis em outros países. Roboredo criou um método completo e coerente para a aprendizagem de línguas estrangeiras. Neste artigo, vou tentar mostrar o impacto que têm neste modelo as ideias racionalistas.

2. O RACIONALISMO NO MODELO TEÓRICO E DIDÁTICO DE AMARO DE ROBOREDO

O racionalismo manifesta-se na obra de Amaro de Roboredo de duas maneiras: é uma pressuposição para a sua teoria universalista da linguagem e uma componente importante do seu modelo didático.

2.1. Teoria da linguagem

2.1.1. Gramática, cópia e frase no Método gramatical

Para Roboredo, cada língua consiste em *gramática, cópia e frase*. É uma divisão que foi corrente na época e que foi a base do ensino jesuítico¹. As três partes do *Método* correspondem a estas partes da língua:

1. *Gramática exemplificada na Portuguesa, & Latina*
[Recopilaçam da grammatica portuguesa, e latina, pela qual com as 1141. sentenças insertas na arte se podem entender ambas as linguas]²
2. *Cópia de palavras exemplificada nas Latinas, artificio experimentado para entender latim em poucos meses*
3. *Frase exemplificada na latina, em que se exercitão as syntaxes ordinarias, & collocação rhetorica [...]*

A *gramática* compreende a descrição das partes da oração com a flexão nominal e verbal e a sintaxe de concordância e de regência. A *cópia* apresenta-se em forma de um vocabulário básico latim composto em sentenças, segundo o modelo da *Ianua Linguarum* dos Padres de Salamanca (cf. Schäfer-Priess 2006:75-78). A *frase* trata das particularidades da sintaxe latina.

Roboredo explica a diferença entre a *gramática* e a *cópia e frase* da seguinte maneira:

De star a Latina reduzida a arte ha tantos annos, & irse sempre a arte aperfeiçoando, podemos dizer, q̃ soube Francisco Sanchez Brocense mais Grammatica Latina em nossos tempos, que Cicero, & Varrão columnas da lingua, nos seus, que lhe precederom 1640 annos. Elle mais Grammatica, & estes mais Latim. Porque a Grammatica depende da razão, que a natureza vai pelo tempo descobrindo aos bõs ingenhos, que sobre ella trabalhão: & como a lingua consta de Grammatica, Cópia & Frase [...] aquelle alcançou mais Grammatica, & estes sabião mais Cópia, & Frase com mais propriedade, porque como Materna lingua a usavão des os berços. E a natural pronunçiação, & sitio das palavras no modo de fallar, não o podia o Espanhol encontrar facilmente; porque nem a Latina se falla em provincia algũa [...]. Exemplo seja hoje hum Castelhana avisado, & ainda scrittor, que pronunçiará melhor a sua lingua Materna, saberá mais Cópia, & Frase, que hum Portugues, & cõ tudo pode haver portugues que lhe ensine a Grammatica da lingua, que tambem falla (Roboredo 1619: b1r).

¹ Bathe por exemplo, um dos modelos de Roboredo, distingue na língua quatro *partes praecipuae*: os vocábulos, a gramática (*congruitas*), as frases (expressões idiomáticas) e a *elegantia*: “[...] praenotandum est cuiuslibet linguae corpus ex quatuor praecipuis membris consistere, vocabulis, congruitate, phrasibus, et elegantia: vocabula dictionarium, congruitates grammatica, phrases autores, elegantiam suis schematibus rhetores depingunt; phrases vocamus idiotismos, sive peculiaries cuiuslibet linguae loquendi modos” (Bathe 1611, cf. O’Mahony 1981: 142).

² Trata-se de uma folha com taboas de declinação e conjugação que falta em quase todos os exemplares que existem. Foi redescoberto por Gonçalves Fernandes e faz parte da sua edição facsimilada, entre as páginas 78 e 79 (Assunção/Fernandes 2007:VII-IX).

A *gramática* é portanto a parte da língua que se pode aprender artificialmente, *por arte*, ao passo que a *cópia* e a *frase* se adquirem *direitamente* (Roboredo 1619: av2), *por uso*, normalmente num ambiente natural, como ao aprender a língua materna. A gramática prototípica é, portanto, a da língua estrangeira, a *cópia* e a *frase* típicas são as da materna. Mas, evidentemente, a língua estrangeira tem também um vocabulário e estruturas sintáticas que se devem aprender, e a língua materna tem igualmente uma gramática que se pode entender e descrever.

Para ensinar a *cópia* e a *frase*, artificialmente, mas *sem razão*, Roboredo oferece as duas últimas partes do *Método*.

A primeira parte, a *gramática*, serve primeiramente para consciencializar das estruturas gramaticais da língua materna e depois transferir as regras, julgadas universais, para a língua estrangeira, neste caso o latim. Para Roboredo, as estruturas gramaticais que se aprendem naturalmente não têm o mesmo valor que a gramática adquirida artificialmente. Só a compreensão consciente das formas gramaticais, seja da língua materna ou de uma língua estrangeira, faz justiça à razão humana:

E se quando se teê por mui Latinos, lhes perguntamos a razão da lingua, que fallão, emudecendo na propria, a dão melhor na estranha que aprenderom & não fallão. Falla o papagaio, o que lhe ensinão, sem dar disso razão, porque a não tem; mas o homem racional porque a não ha de dar? (Roboredo 1619:b1v)

Por isso, os falantes devem estar conscientes da *razão* não só da língua estrangeira que aprenderam *por arte*, mas também da materna.

Uma consequência necessária do racionalismo é o universalismo: sendo a razão a mesma para todos os homens e sendo a língua a expressão dessa razão, as várias línguas não podem ser completamente diferentes:

A razão he, que os Latinos erão homêes, com os quaes concordamos na racionalidade, que encaminha o entendimento, & lingua, a declarar, o que sentimos: & ainda que as palavras sejam diversas, assi cada hũa per si, como muitas juntas na razão da frase, com tudo a união racional dellas em todos he a mesma. (Roboredo 1619: a4v)

Encontram-se aqui ideias racionalistas e universalistas como foram divulgadas na época pelas obras de, por exemplo, Scalígero e, sobretudo, Sánchez de las Brozas, que Roboredo nomeia como modelo em vários lugares. Há, porém, diferenças consideráveis entre as teorias linguísticas de Sánchez e de Roboredo.

2.1.2. A teoria linguística de Sánchez de las Brozas

Na *Minerva* de 1587, o Brocense distingue entre uma estrutura sintática abstrata (*profunda*), racional e universal, e estruturas sintáticas particulares, sendo as diferenças entre as duas estruturas explicadas pela elipse (cf. Bossong

1990:179-181 e Ponce de León 2002:494-495). Por exemplo, Sánchez atribui à frase (a) uma estrutura subjacente (b), considerada como válida para todas as línguas:

- (a) Petrus et Paulus disputant
- (b) Petrus disputat, et Paulus disputat

Explica: “Coniunctio non iungit similes casus, ut inepte traditur, sed tantum iungit sententias” (Sanctius 1986[1587]:43v).

Outro exemplo conhecido é o *nominativus cognatus* em frases como (*taedia*) *taedet (pluvia) pluit* (Sanctius 1986[1587]:166v), onde é acrescentado na estrutura abstracta um sujeito que nunca aparece no enunciado concreto.

O objetivo de Sánchez é explicar as irregularidades aparentes do uso pela razão: “[...] l’usus [...] n’est pas un ensemble de faits inclassables, résistant à tout effort de rationalisation, mais au contraire un ensemble de données qui ne changent pas sans raison, autrement c’est *abusus* et non *usus* qu’il faudrait dire” (Clérico 1982:22).

A teoria de Sánchez pode ser esquematizada da seguinte maneira:

USUS	<i>estrutura superficial</i> sintática sintaxe particular, concreta <i>Petrus et Paulus disputant</i> (Sanctius 1986[1587]:43v)	ELIPSE
RATIO	<i>estrutura profunda</i> sintática sintaxe abstracta, lógica <i>Petrus disputat, et Paulus disputat</i>	

Quadro 1

2.1.3. Racionalismo e universalismo na obra de Roboredo

Roboredo adapta do modelo sanctiano a distinção entre o universal (que é ao mesmo tempo racional) e o particular, mas, para ele, não se trata, em primeiro lugar, de uma distinção entre um nível abstrato e um nível concreto; Roboredo trata antes de fazer corresponder a parte universal da língua à gramática, em contraposição ao vocabulário e às estruturas sintáticas particulares. Ao passo que Sánchez tenta explicar o uso particular pela estrutura universal subjacente, para Roboredo é uma característica do uso o não se conformar às regras fixas que não se podem aprender sistematicamente.

USO (particular)	vocabulário (cópia de palavras) sintaxe particular (frase) <i>composição figurada</i> : violação da <i>ordem natural</i> , elipse
RAZÃO (universal)	morfologia nominal e verbal sintaxe regular: concordância e regência <i>ordem natural</i>

Quadro 2

A elipse, que serve na *Minerva* para derivar uma estrutura concreta de uma base abstrata, aplica-se unicamente numa parte da gramática, a sintaxe simples, onde Roboredo se refere diretamente a Sánchez (cf., por exemplo, Roboredo [1619: 184]: “na Regencia de Genitivo se commette muitas vezes a figura *Ellipse*, pela qual as terminações neutras dos Adjectivos teem as vezes de Sustantivo para regerem Genitivo”). Em reconstruções sintáticas, como por exemplo *taedium taedet* ou *pluvia pluit* para *taedet* ou *pluit* (Roboredo 1619: 184; *nominativus cognatus*, vide acima), onde uma realização concreta é muito pouco provável, pode-se falar de uma estrutura abstrata no sentido sanctiano. Mas, de resto, a estrutura de base é para Roboredo uma frase concreta, a *oração do gramático*, em contraposição à *oração do retórico*:

As palavras da oração do grammatico põi o rhetorico em sitio quasi opposto. Porque o grammatico segue a ordem natural, que mostram os numeros, que vão sobre as sentenças da segunda parte deste Methodo. Porem o rhetorico como pretende enfeitar essa oração, collôca as palavras no sitio, que melhor armonia faz aa orelha: & nesta armonia consiste seu elegante ornamento, hora alongando, hora abbreviando, hora levando as palavras fora de sua propria significação (Roboredo 1619: 203).

As frases *regulares* (por exemplo *Virtus occupavit animam*) são atribuídas ao gramático, as outras (*Animam Virtus occupavit*), ao retórico – as duas são enunciados concretos possíveis.

Para além disto, a gramática de Roboredo não é unicamente uma sintaxe, mas consiste também, ou sobretudo, na flexão nominal e verbal, onde não se pode encontrar facilmente uma *estrutura profunda*

Racional para Roboredo, portanto, não quer dizer *abstracto* no sentido sanctiano. O que distingue a flexão nominal e verbal do vocabulário e da sintaxe é que na gramática há categorias fixas (por exemplo, as partes do discurso), relações (concordância e regência) e paradigmas (flexão), e que se podem formular regras que são aplicáveis a uma multiplicidade de palavras, ao passo que as palavras lexicais e as frases devem aprender-se isoladamente.

Neste sentido, a morfologia flexional é também abstrata – o que se mostra claramente na *Recopilação*, onde são indicadas unicamente as desinências flexionais -, mas de uma maneira essencialmente diferente.

Se *racional* implica *universal*, precisa-se de uma classificação das formas gramaticais que sirva para todas as línguas, no caso do *Método*, pelo menos para o latim e o português. Não supreende que Roboredo tome como norma o sistema do latim, visto o alto prestígio e a tradição da identificação de *gramática* e *latim*. Põe, porém, as formas portuguesas em primeiro lugar, segundo o princípio didático de que a língua materna deve ser o ponto de partida.

Numero singular			Primeira	Segunda	Terceira	
	Nominativo		Alt-o	Alt-a	Torr-e	Quem.
	Genitivo	d'	Alt-o	Alt-a	Torr-e	De quem.
	Dativo	a	Alt-o	Alt-a	Torr-e	A quem, pera quem.
	Accusativo		Alt-o	Alt-a	Torr-e	Quem padece.
	Vocativo		Alt-o	Alt-a	Torr-e	Quem he chamado.
	Ablativo		Alt-o	Alt-a	Torr-e	Sem que. Com que. Em que. Onde. De que. Onde,

Quadro 3: *Exemplo das tres declinações Portuguesas* (Roboredo 1619: 2)

Evidentemente, não se trata de um inventário das formas nominais portuguesas, mas das correspondências típicas portuguesas aos casos latinos. Numa perspetiva diferente, poderia dizer-se que Roboredo deriva da gramática latina um sistema onomasiológico considerado como universal e exemplificado primeiro, no *Método*, com formas portuguesas. Os casos são *casos semânticos*, cuja função é definida por expressões com pronomes interrogativos e seus correspondentes relativos. Esta tabela poderia preencher-se, teoricamente, para cada língua.

Ao paradigma português, Roboredo faz seguir o paradigma latino correspondente:

	Primeira	Segunda		
Nominativo	Alt-us	Alt-a	Alt-um	Quem.
Genitivo	Alt-i	Alt-ae	Torr-e	De quem.
Dativo	Alt-o	Alt-ae	Torr-e	A quem, pera quem.
Accusativo	Alt-um	Alt-am	Torr-e	Quem padece.
Vocativo	Alt-e	Alt-a	Torr-e	Quem he chamado.
Ablativo	Alt-o	Alt-a	Torr-e	Sem que. Com que. Em que. Onde. De que. Donde,

Quadro 4: *Exemplos das cinco Declinações Latinas* [as duas primeiras] (Roboredo 1619: 2)

Na conjugação dos verbos, Roboredo segue também o inventário das formas do latim. A uma forma latina podem corresponder duas ou várias em português (por exemplo: lat. *amavissem* (mais-que-perfeito do subjuntivo) – port. *Amaße, teria, tivêra, & tivesse amado*, Roboredo 1619: 16).

É interessante que uma categoria só é estabelecida se é representada por formas sintéticas em latim. Assim, as formas do passivo do sistema do perfeito não são consideradas, porque não só em português, mas também em latim são formas analíticas (*rodeios, amatus sum, fui amado*, etc. (Roboredo 1619: 16)). Aparecem na terceira parte do *Método*, o “Exemplo latino da frase”, como fenómeno particular do latim.

Há ao menos uma exceção ao princípio latino: as formas do participio passivo latinas são classificadas na categoria do supino, porque em português se formam com o participio do passado:

Supino	† ³ A Amár, & para amár	Am-[a]tum
2. Part. act. de fut.	† Cousa que ha de amár, ou sta para amar	Am-atûrus, a, um
2. Part. passivo de pret.	Cousa amada	Am-âtus, a, um

Quadro 5: *Terceira cabeça que he o Supino*

³ A cruz significa que se trata dum *rodeio*, uma forma analítica ou perifrástica.

Seguese a voz passiva da Latina; porque a Portuguesa não tem mais que o participio, Amado, respondente ao Latino *Amatus, a, um*; & com elle, & o verbo, *Sou*, interpreta a voz passiva; como se vê, & adiante se dirá [...] (Roboredo 1619: 16).

Para Roboredo, portanto, a parte racional e universal da língua consiste, na sintaxe, em frases completas (sem elipse) em ordem natural, nas regras de concordância e de regência, e no sistema nominal e verbal nas categorias e paradigmas. Apesar das diferenças formais, que Roboredo explica pormenorizadamente, há dentro de cada língua uma categorização das partes do discurso e regras fixas de flexão, e podem-se estabelecer categorias onomasiológicas com correspondências em todas as línguas.

3. RACIONALISMO E UNIVERSALISMO AO SERVIÇO DA DIDÁTICA

Roboredo elaborou o seu modelo didático para reformar o ensino do latim como era praticado nos colégios dos Jesuítas. Segundo Ó Mathúna (1986: 137-138), os estudantes começavam pelo estudo da gramática⁴ e pela tradução da língua materna para a latina. Este curso durava entre três e seis meses. Em seguida, tinham de aprender a *cópia* e a *frase*. Quase desde o início do curso liam-se textos clássicos, sobretudo Cícero, cujo estilo os estudantes deviam imitar. A língua de instrução devia ser, desde o início e unicamente, o latim⁵ (Ó Mathúna 1986:137, 138; cf. Schäfer-Priess 2006:75).

Roboredo, como vimos, não se afasta da tripartição *gramática – vocabulário – frases* e da sua ordem no ensino. A sua crítica dirige-se ao método de ensinar estas partes.

Primeiro, reclama que a língua de instrução seja a materna, para que os alunos possam entender as regras em vez de simplesmente as decorar.

[...] tirou Aristoteles da experiencia de nossas limitadas potencias esta conclusão: *Absurdum est simul quaerere scientiam, et modum sciendi*. E não sentem os incômodos deste absurdo, os que não experimentão os commodos do stylo contrario. E serialhes facil studando Grego, ou Hebreo per hũa arte toda em Grego, ou Hebreo: onde a custa de seu trabalho experimentarião, ã fica a tal arte, como testemunha de menor idade do que o mestre diz: do qual aprendem então dereitamente, & não da arte. Porque tendo esta sem Mestre nunca saberão a lingua:

⁴ “[...] praecipua exercitia inferiorum classium sunt declinare, coniugare, concordantiae, compositio per species verborum, quae sunt fundamenta omnium quae postea sequentur [...]” (*Ratio studiorum*, citado segundo Ó Mathúna 1986: 138) A gramática decretada para todos os colégios era a *De institutione grammaticae libri tres* do Jesuita Manuel Álvares de 1572.

⁵ “Latine loquendi usus severe in primis custodiatur, iis scholis exceptis in quibus Latine nesciunt; ita ut in omnibus que ad scholam pertinent, nunquam liceat uti patrio sermone, notis etiam adscriptis, si qui neglexerint; eamque ob rem, latine perpetuo magister loquatur” (Ó Mathúna 1986: 140).

& tendo Mestre sem a tal arte, a podem saber; & muito melhor, tendo Mestre & arte que entendão. O mesmo he da Materna para a Latina, sendo a Grammatica em Latim. E o fugir deste absurdo, hé o primeiro fundamento daquillo, que estes teẽ por milagre; entrar hum minino dentro de anno na Latina (Roboredo 1619: a2v).

Além disso, Roboredo insiste em começar o ensino pela gramática da língua materna. Conforme ao seu princípio universalista, crê que as regras gramaticais da língua materna, que se aprendem mais facilmente do que as da estrangeira, se podem transferir para esta.

E a lingua Materna se ha primeiro de ensinar per arte aos mininos (Roboredo 1619: a4r).

O principiante, que passar per este Methodo para as outras linguas tem meio caminho andado, tendo decorado na primeira as regras que servem para todas, e achandoas correspondentes nos lugares em que vão postos os preceitos. E viráse a facilitar mais o comercio entre as Nações & a descobrir muitas propriedades da lingua estranha, fazêdo da Materna quasi regra commum. Como por exemplo, quem souber bem per arte a Portuguesa, ou Castelhana, descorrendo na Latina per semelhança, irá descobrindo hum concerto, propriedade, & methafora racional, & ainda as irrregularidades, & particulares modos de fallar, que o ignorante vulgo introduzio: os quaes são certas quebras da arte, que sendo mui arreigadas devemos usar. A razão he, que os Latinos erão homẽs, com os quaes concordamos na racionalidade, que encaminha o entendimento, & lingua, a declarar, o que sentimos; & ainda que as palavras sejam diversas, assi cada hũa per si, com muitas iuntas na razão da frase, com tudo a união racional dellas em todos he a mesma. (Roboredo 1619: a4v)

3.1. Gramática

Como já vimos, Roboredo constrói a sua gramática segundo os seus princípios teóricos: começa pelas formas da língua materna e explica a gramática em português. Pressupõe-se o conhecimento das regras gramaticais para a análise das sentenças da *Ianua Linguarum* apresentadas na segunda parte do *Método* e no livro publicado separadamente em 1623.

Embora primeiramente prevista para o ensino da cópia, a *Porta das linguas* não serve unicamente para ensinar o vocabulário básico do latim, mas oferece também uma aplicação da gramática a frases concretas. Com os conhecimentos adquiridos na parte gramatical do *Método* e com a ajuda das marcas gramaticais, das traduções das palavras e da numeração, o aluno pode analisar as frases latinas.

Roboredo explica:

[...] quisera que tiveras sabido os principios do Nome ao menos, e do Verbo com suas declinaçæões [...] Do Nome, se he Sustantivo, se Adjectivo. Se he Sustantivo, pela cabeça sobre si sabe a Declinação, Genero, Numero, Caso, e o regente daquelle caso, o qual regente tem sobre si o menor numero: como na primeira sentença. 2. Nomine, rege o 3. Trinitatis. Porem se for Adjectivo, dirás que está posto no mesmo Caso, Numero, e Genero do Sustâtivo, como aquelle que sem Sustantivo, com o qual concorda, não entra na oração, como na mesma sentença notarás em 4. Sanctissimæ. Logo verás se esse Adjectivo he de hũa terminação, se

de duas se de tres: ou se he Pronome, se Participio, se Interrogativo, se Relativo, se Partitivo, se Numeral, se Possessivo, se positivo, se Comparativo, se Superlativo (Roboredo 1623:26).

A *razão* da língua exprime-se pela numeração: a ordem 1 – 2 – 3... é a *ordem natural*, que é respeitada na sentença seguinte nas traduções portuguesa e castelhana, mas não na versão latina, onde se trata da *ordem retórica*:

2 a, ae. f. 3 a, ae. f. 1 so, is. ac.

Anguillam cauda capéssis.

(1 2 3

Tomas a anguía pelo rabo.

Tomas la anguila por la cola). (Sentença 192, Roboredo 1623:66-67⁶).

A falta de um número indica uma elipse, que, neste exemplo, se produz também unicamente na frase latina, onde a cópula não aparece:

1 um, i n. 3 um, i. n. 4 us

Principium dimídium totfus

(1 2 3 4

O principio he a ametáde do todo.

El principio es la mitád del todo.) (Sentença 4, Roboredo 1623:34-35)

É interessante que a base sintática, a *estrutura profunda*, não é a ordem do latim clássico, mas a *ordem natural* (Schäfer-Prieß 2000:258) a que correspondem melhor as línguas modernas.

As indicações gramaticais são *racionais* ou universais na medida que se podem identificar as partes do discurso que se correspondem em latim e em português e castelhano (mas não forçosamente em todas as línguas), e, junto com a numeração, as relações entre as palavras. É evidente que aqui o proveito didático é mais relevante do que a pretensão teórica.

3.2. A cópia

O vocabulário é considerado como não sendo universal e não sendo dependente da razão. Tem, porém, que ser aprendido artificialmente numa língua estrangeira, e o método que ofereceram os Padres de Salamanca na sua *Ianua Linguarum*, i.e. combinar as palavras do vocabulário fundamental em frases, parece-lhe a Roboredo muito mais eficaz do que o método onomasiológico:

⁶ Para uma análise mais pormenorizado das sentenças da *Porta das linguas*, vide Schäfer-Prieß (2006:81-86).

[...] não sómente se escusavão aquelles rodeios, pelos quaes nas escolas são os principiantes encaminhados a copia de palavras, debaixo destes titulos: De cousas domesticas. De cousas divinas. De cousas de auditorios, de guerra, de navegação &c. (em que he certamente maior a perda do tempo, que o ganho de palavras) mas que ainda toda a copia necessaria para entender, fallar, e escrever livros se tira desta obra de maneira que rendem mais per esta via seis meses, que pela ordinaria quatro, ou seis annos (Roboredo 1623: [2-3]).

O método da *Ianua Linguarum* teve na sua época um sucesso considerável, de que a *Porta das línguas*, infelizmente, não participou (Schäfer-Prieß 2006:88-89).

3.3. A frase

Sendo a frase definida como “hum particular modo de fallar de cada lingua” (Roboredo 1619: 182), a terceira parte do *Método* (“Exemplo latino da frase”) trata de uma só lingua, a latina. Nesta parte, Roboredo serve-se muitas vezes da elipse para explicar as particularidades da sintaxe latina. Integra lá também, por exemplo, as formas analíticas do passivo que omitiu na parte gramatical, porque a gramática é para ele ligada à forma sintética. Se, como no caso do particípio passivo do sistema do perfeito, não há formas sintéticas ao menos em uma das línguas, a categoria já não faz parte da *gramática*, mas da *frase*:

No rodeio do Particípio passivo de preterito se ajudão os tempos da primeira cabeça, & os da segunda: como, *Amatus sum, vel fui.* &c. *Amatus sim, vel fuerim* &c. *Amatus eram, vel fueram* &c. *Amatus essem, vel fuisset* &c. *Amatus ero vel fuero* &c. (Roboredo 1619:192).

4. CONCLUSÃO

O racionalismo e, daí resultante, o universalismo linguísticos são os pilares do método didático que Roboredo apresenta no seu *Método gramatical para todas as línguas* e na *Porta das línguas*. Da premissa de todos os homens serem dotados da mesma razão, Roboredo deduz, dum lado, que línguas diferentes têm as mesmas estruturas básicas e que a reconstrução destas estruturas pode facilitar a aquisição das línguas estrangeiras. Do outro lado, Roboredo exige que a racionalidade seja considerada no ensino de maneira que os alunos *percebam* as regras gramaticais em vez de simplesmente as decorar, o que só é garantido se a lingua de instrução for a materna.

Para a teoria linguística, Roboredo encontrou um modelo na teoria de Sánchez de las Brozas, que modificou, porém, de maneira considerável: Sánchez não alimentou intenções didáticas (cf. Ponce de León 2002:496), ao passo que, para Roboredo, o objetivo mais importante foi oferecer um novo método para o ensino das línguas estrangeiras (em primeiro lugar, evidentemente, do latim). Resulta uma obra de uma coerência impressionante com certas considerações didáticas dignas de discussão ainda hoje em dia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, Carlos & FERNANDES, Gonçalo (eds.). 2007. Amaro de Roboredo, *Methodo grammatical para todas as linguas*. Edição facsimilada com prefácio e estudo introdutório de Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Centro de Estudos em Letras.

BOSSONG, Georg. 1990. *Sprachwissenschaft und Sprachphilosophie in der Romania. Von den Anfängen bis August Wilhelm Schlegel*. Tübingen: Narr.

CLÉRICO, Geneviève. 1982. "Introduction". 11-95. Cf. Sanctius Brocensis, Franciscus. 1982[1587].

FERNANDES, Manuel Gonçalo de Sá. 2002. *Amaro de Roboredo, um Pioneiro nos Estudos Linguísticos e na Didáctica das Linguas*. Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa. Vila Real.

KOSSÁRIK, Marina A[fanasiévna]. (ed.). 2002. Amaro de Roboredo, *Methodo grammatical para todas as linguas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Ó MATHÚNA, Seán P. 1986. *William Bathe, S.J., 1564-1614: A Pioneer in Linguistics*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins.

O'MAHONY, Sean F. 1981. "The Preface to William Bathe's *Ianua Linguarum* (1611)". *Historiographia Linguistica* 8,1:131-164.

PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. 2002. "O Brocense na teoria gramatical portuguesa no início do século XVII." *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Série "Linguas e Literaturas"* 19. 491-520.

ROBOREDO, Amaro de. 1619. *Methodo grammatical para todas as linguas*. Lisboa: Craesbeeck.

ROBOREDO, Amaro de. 1623. *Porta de linguas ou modo muito accommodado para as entender; publicada primeiro com a tradução Espanhola. Agora acrescentada a Portuguesa com numeros interliniaes pelos quaes possa entender sem mestre estas linguas o que as não sabe, com as raizes da Latina mostradas em hum compendio do Calepino, ou por melhor do Tesouro para os que a querem aprender, e ensinar brevemente; e para os estrangeiros que desejão a Portuguesa, e Espanhola./Ianua linguarum sive modus maxime accommodatus ad eas intelligendas prius in lucem editus cum versione Hispanica*. Lisboa: Crasbeeck.

SANCTIUS BROCENSIS, Franciscus [= Francisco Sánchez de las Brozas]. 1986[1587]. *Minerva seu de causis linguae Latinae*. Reprint of the edition Salamanca 1587 with an introduction by Manuel Breva-Claramonte. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog.

SANCTIUS BROCENSIS, Franciscus. 1982[1587]. *Minerve ou les causes de la langue latine*. Introduction, traduction et notes par Geneviève Clérico. Lille: Presses Universitaires de Lille.

SCHÄFER-PRIEB, Barbara. 1990. “Amaro de Roboredos Methodo grammatical para todas as linguas (1619)” ed. por Axel Schönberger & Michael Scotti-Rosin, *Zur Wissenschaftsgeschichte der deutschsprachigen Lusitanistik. Akten des 1. gemeinsamen Kolloquiums der deutschsprachigen Lusitanistik und Katalanistik. Beihefte zu Lusorama* 3. 55-74.

SCHÄFER-PRIEB, Barbara. 2000. *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822. Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*. Tübingen: Niemeyer.

SCHÄFER-PRIEB, Barbara. 2006. “A *Porta das linguas* (1623) de Amaro de Roboredo”. *Portugiesische Sprachgeschichte und Sprachgeschichtsschreibung* ed. por Rolf Kemmler, Barbara Schäfer-Prieb & Axel Schönberger, 73-91. Frankfurt a. M.: Domus Editora Europaea.

A GRAMÁTICA RACIONALISTA EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII

1. INTRODUÇÃO

A breve lista que se segue é o resultado de um simples inquérito bibliográfico que levámos a cabo com o auxílio de catálogos informatizados, com a intenção de responder à seguinte dúvida: quantas são e quais são as gramáticas que se apresentam como *filosóficas*? Dum ponto de vista puramente formal, isto é, de superfície, os requisitos mais evidentes para esta consideração são o de tais gramáticas conterem o termo *racional* ou *filosófico* e/ou o de terem sido publicadas entre os séculos XVIII e XIX. Apesar de não se tratar de um arco temporal muito vasto, registamos uma frequência mais elevada de publicações do que aquela que estaríamos à espera, e as mesmas ocorrem num raio territorial que se estende além-mar, no Brasil e em Goa:

Bernardo de Lima e Melo Bacelar, *Grammatica Philosophica e Orthographia Racional da Lingua Portugueza*, na Off. de Simão Taddeo Ferreira, 1783;

António José dos Reis Lobato, *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa. Composta e Offerecida ao Ill.mo Sr. Sebastião José de Carvalho e Melo*, Marquês de Pombal, Lisboa, na Reg. Off. Imp.1771;

João de Sousa Pinto de Magalhães, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, 1780 [parece que nunca chegou a ser publicada];

Fr. Bernardo de Jesus Maria, *Grammatica Philosophica e Orthografia Racional da Lingua Portugueza, para se Pronunciarem e Escreverem*

com Acerto os Vocábulos deste Idioma, Lisboa, na Officina de Simão Tadeu Ferreira, 1783;

António de Morais Silva, *Epitome de Grammatica da Lingua Portugueza*, Lisboa, na Off. de Simão Tadeu Ferreira, 1806;

Jerónimo Soares Barbosa, *As Duas Linguas, ou Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza Comparada com a Latina, para Ambas se Aprenderem ao Mesmo Tempo*, Coimbra, Real Impressão da Universidade, 1807;

Manuel Pedro Tomás Pinheiro e Aragão, *Memorias Curiosas para a Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa, Compostas e Arranjadas para uso dos Alumnos*, Lisboa, na Imp. Regia, 1812;

João Crisóstomo de Melo, *Grammatica Philosophica da Linguagem Portuguesa*, Lisboa, Imp. Regia, 1818;

Jerónimo Soares Barbosa, *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Princípios de Grammatica Geral Aplicados à Nossa Linguagem*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1822;

Fr. Diogo de Mello e Menezes, *Grammatica Philosophica da Lingua Latina, Reduzida a Compendio, Dedicada ao Infante D. Miguel, Glória e Salvação da Pátria*, Lisboa, Off. da Honrosa Conspiração, 1823;

Fr. Diogo de Mello e Menezes, *Grammatica Racional da Lingua Latina, para Uso dos Alunos da Real Casa Pia de Belém, Dedicada a S. M. D. de Bragança, Libertador e Regente de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1835;

António Camilo Xavier de Quadros, *Grammatica Filosófica, para Uso dos Seus Discipulos e de Quem Mais a Quizer*, Lisboa, Typ. Carvalhense, 1839;

P. António da Costa Duarte, *Compendio de Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, Escolhido pela Congregação do Lyceu do Maranhão para Uso do Mesmo Lyceu*, segunda edição acrescentada, Maranhão, 1840 [primeira edição, 1829];

João Nuno de Andrade, *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza por Systema Philosophico. Offerecida ao Ill.mo e Ex.mo Sr. José Ferreira Pinto Basto*, Lisboa, Tip. de António Sebastião Coelho, 1841;

José Aleixandre de Passos, *Compendio da Grammatica Portugueza pelo Methodo Analytico*, etc., Rio de Janeiro, na Tip. de M. A. da Silva Lima, 1848;

João Daniel de Sines, *Extracto Racional da Grammatica Geral, ou Metafísica das Linguas*, Lisboa, na Imp. de Luca Evangelista, 1849;

Daniel Ferreira Pestana, *Princípios de Grammatica Geral Aplicados á Lingua Portugueza, Publicados e Oferecidos a Mocidade de Goa*, Nova Goa, na Imp. Nacional, 1849;

José Joaquim da Silva Pereira Caldas, *Princípios Elementares de Grammatica Geral Aplicados á Lingua Portugueza: ou Methodo Philosophico de Apprender Esta Lingua com Facilidade*, Braga, Typografia Bracarense, 1851;

Manuel Pinheiro de Almeida e Azevedo, *Compendio de Philosophia Racional, Contendo a Psychologia Empírica, a Ideológica, a Grammatica e a Lógica*, Braga, Typ. União, 1860;

Manuel Soares da Silva Bezerra, *Compendio de Grammatica Philosophica*, Ceará, Typografia social, 1861;

Raimundo Câmara Bettencourt, *Epitome da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, Rio de Janeiro, editores E. & H. de Laemmert, 1862;

Aleixandre José de Melo Morais, *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza, Ensinada por Meio de Quadros Analyticos, Methodo Facilimo para Aprender a Lingua*, Rio de Janeiro, 1869.

O nosso objetivo não é, no presente trabalho, o de analisar exaustivamente todos os títulos listados, o que seria um trabalho pouco proficuo e aborrecido, mas sim o de levar a cabo um *excursus* daquelas obras que, por qualquer motivo, deixaram uma marca na historiografia gramatical lusitana inserindo-se num contexto racionalista europeu.

Refletiremos, então, sobre algumas destas gramáticas destacando as razões do debate que as mesmas suscitaram, sublinhando, desde já, que duas das gramáticas que tiveram um papel mais relevante durante o século XVIII são, curiosamente, aquelas que não apresentam no seu título nem o termo *racional* nem o termo *filosófico*.

Começaremos por afirmar que, se, de um ponto de vista geral, *racionalista* é tudo aquilo que apresenta um esquema explicativo resultante de uma reflexão integral –, ou seja, que é correto partir do conceito mais amplo do termo –, de um outro ponto de vista, há uma razão pela qual poderá fazer sentido aplicar o conceito de “racional” só a partir de um momento histórico preciso. A razão é o diálogo que este conceito mantém com outras definições como aquelas de *gramática filosófica* e *gramática geral*. A este respeito, tomemos em consideração o *Routledge Dictionary of Language and Linguistics* (Bussmann, Cazzazzi, Traugh 2013: 182), que nos apresenta o conceito de *gramática filosófica* como: “the attempt to develop a general model of grammar, based on logical principles and from which the structures and regularities of all languages can be derived”.

A publicação da *Gramática de Port-Royal*, em 1660, por Antoine Arnauld e Claude Lancelot (Simone 1969), assinala efetivamente uma viragem epistemológica, dando início a um afastamento progressivo do modelo latino dos textos escritos com fins de aprendizagem linguística. Com base no racionalismo francês (exemplificado na perfeição em obras como o *Discurso do Método* de Descartes), encontramos, então, as primeiras tentativas de redação de gramáticas filosóficas elaboradas a partir do axioma segundo o qual a língua é a expressão do pensamento e este último é regulado por leis universais a todos os seres humanos. Daqui se deduz que a língua reflete estas mesmas leis e que, como tal, é possível elaborar uma gramática geral, comum a todas as línguas.

Antes de Port-Royal, que – como acabamos de afirmar – representa o auge do pensamento lógico-racionalista, já Júlio César Scaligero (*De causis linguae latine*, Lião, 1540), Petrus Ramus (*Grammatica latina*, Paris, 1548) e Francisco Sánchez de la Brozas, conhecido como “El Brocense” (*Minerva sive de causis linguae latinae*, Salamanca, 1587) tinham tentado encontrar as bases filosóficas do estudo da linguagem. Scaligero, em primeiro lugar, tentou aplicar à língua as categorias lógicas de Aristóteles. Estas premissas, no entanto, não nos autorizam a usar o conceito de *racionalismo lato sensu* que referimos anteriormente. Se é verdade que já a partir da segunda metade do século XVII a gramática deixa de ser definida apenas como um conjunto de regras, normas e preceitos, existindo a preocupação de dar ao seu uso bases racionais, é igualmente incontestável que, em Portugal, só no fim do XVIII a norma e o bom uso deixam de ser a única preocupação da teorização gramatical.

2. ROBOREDO: UM RACIONALISTA?

A primeira grande reformulação teórica dos métodos de ensino das línguas estrangeiras, acontecerá em Portugal apenas em Setecentos. Esta reformulação deve-se principalmente a Luís António Verney (1713-1792), que no seu *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), numa crítica profunda à organização curricular do ensino – naquele momento dominado exclusivamente pelos jesuítas – sublinha, em primeiro lugar, as exigências da burguesia, culta e enriquecida graças ao recente desenvolvimento mercantilista português¹.

De acordo com aquilo que expusemos até agora, parece-nos anacrónica e forçada a hipótese de inserir Amaro de Roboredo (ante 1590-post 1627) na corrente racionalista. Trata-se mais de uma questão de conteúdo do que de uma questão biográfica. Nos últimos anos, o gramático trasmontano tem sido alvo de uma atenção que não tivera até aqui por parte dos estudiosos. E, apesar de eu própria ter em várias ocasiões sublinhado o seu pioneirismo² (refiro-me principalmente ao *Methodo Grammatical para todas as Linguas*, de 1619, e à *Porta de Linguas*, de 1623) acho que é forçado atribuir-lhe um racionalismo programático.

Se por um lado, como já notou Barbara Shäfer-Prieß³, é visível a dívida de Roboredo para com o Brocense, por outro são muitos os pontos que o afastam deste último e sobretudo que o afastam da corrente especulativa que só surgirá em Portugal no século XVIII. Roboredo adota, do modelo do Brocense, a distinção entre *universal* e *particular*, mas, para ele, a distinção entre um nível abstrato e um nível concreto não é relevante. Ele atribui a característica universal da língua à gramática mas, enquanto Sánchez de la Brozas procura explicar cada uso através da estrutura universal que lhe subjaz, já para Roboredo a característica do uso é aquela de não se adaptar às regras fixas, que não se podem aprender sistematicamente. Conceito que, do nosso ponto de vista, se afasta bastante da lógica racionalista.

Roboredo foi, sem dúvida, um grande inovador do ponto de vista pedagógico (apesar de ter sido, neste sentido, pouco citado, foi, na verdade,

¹ Uma interessante síntese da polémica e do seu enquadramento sociocultural e histórico encontra-se em Pires 2001: 135-155, onde a autora não se limita a salientar as ideias linguísticas elucidadas por Verney no *Verdadeiro Método*, mas insere pormenorizadamente a sua política linguística dentro dos moldes da reforma pombalina.

² Veja-se a este propósito Lupetti 2010 e Lupetti & Tocco 2010.

³ Reporto-me ao texto da conferência que Barbara Shäfer-Prieß proferiu no CLUP a 28 de novembro de 2008. O artigo é publicado neste mesmo volume.

o primeiro a falar de aprendizagem e conhecimento minucioso da língua materna como requisito prévio para a aprendizagem de uma segunda língua⁴). Contudo, ele aparece ainda muito ligado à tradição clássica, à ideia do bom uso linguístico, e os seus compêndios registam aqui e ali uma série de normas que o aproximam mais das gramáticas normativas do que das filosóficas. Schäfer-Prieß diz-nos o seguinte:

Se ‘racional’ implica ‘universal’, precisa-se de uma classificação das formas gramaticais que serve para todas as línguas, no caso do *Methodo grammatical* ao menos para latim e português. É pouco surpreendente que Roboredo tome como norma o sistema do latim, visto o alto prestígio e a tradição da identificação de ‘gramática’ e ‘latim’. Põe, porém, as formas portuguesas em primeiro lugar, segundo o princípio didático que a língua materna deve ser o ponto de partida (Schäfer-Prieß 2008: 4).

No entanto, e para além desta sagacidade pedagógica sublinhada por Schäfer-Prieß, é a prática comparativa constante com a língua clássica, se bem que devedora do intuito didático, que nos faz parecer pouco apropriada a colocação deste nosso gramático dentro do pensamento racionalista *tout court*, que surge de forma polémica como vontade de haver um rigor científico que se contraponha ao formalismo das gramáticas renascentistas. Toda a produção gramatical do século XVII se debate sobre a relação que subsiste entre o método gramatical e o desejo de racionalização da gramática, colocando-se esta entre a tradição humanista do bom uso e a conceção de que a gramática representa uma parte explicativa da ordem da razão. Roboredo testemunha, certamente, esta dialética mas não vai além da mesma e dele farão eco, especialmente, Domingos de Araújo, cuja *Grammatica latina. Novamente ordenada, e convertida em portugues pera menos trabalho dos que começam aprender* (1627) é reformulada por António Félix Mendes (*Grammatica Portuguesa da Lingua Latina*, 1741) e depois adotada como consequência da reforma pombalina dos estudos; e ainda Fructuoso Pereira com a sua *Arte de Gramatica, latina, portuguesa, benedictina*, de 1652.

3. PREDECESSORES DO RACIONALISMO: REIS LOBATO

Na linha da teorização de Verney e ciente da desadequação dos estudos linguísticos, no que dizia respeito fosse às línguas vulgares fosse ao latim, António José dos Reis Lobato (17??-1804) redige a *Arte da Gramática da Língua Portuguesa* (1770), onde defende que a aprendizagem da gramática da língua materna deve levar, por um lado, a saber falar corretamente essa

⁴ O autor reitera este conceito em várias ocasiões nos capítulos preambulares do *Methodo Grammatical* e da *Porta das Linguas* e fá-lo apresentando sistematicamente as razões que o levam a conceber essa metodologia.

língua, e por outro, a perceber o funcionamento não só da língua materna, mas também o das línguas estrangeiras, com base nos princípios universais enunciados na *Grammaire Générale e Raisonnée* (1660) e na *Logique de Port-Royal* (1662). A gramática da língua materna deve funcionar como suporte para a aprendizagem de qualquer outra língua, ideia já defendida, como dissemos anteriormente, por Amaro de Roboredo, no *Método Gramatical para Todas as Línguas* (1619) e na *Porta* (1623). A recente corrente da *gramática contrastiva* serve-se, de resto, do mesmo princípio.

Nas últimas décadas de Novecentos, os estudiosos da didática das línguas movem-se nesta direção. A comparação sistemática de uma estrutura linguística da mesma categoria, mas pertencente a línguas diferentes, permitiu individualizar aspetos gramaticais que podem apresentar graus diferentes de dificuldade no momento em que o aluno os estuda. Decorre, então, que a dificuldade de aprendizagem pode variar de acordo com a afinidade existente entre língua e objeto.

É na gramática de Lobato que podemos ler de forma evidente a exigência de criar escolas onde o português se aprenda e se ensine, independentemente do latim. Não podemos esquecer que o texto de Lobato é uma gramática escolástica que dá forma a um programa político de reforma do ensino que queria afirmar-se como racional.

Referindo-se ainda a Roboredo, Lobato trata novamente do problema da formação dos docentes de língua, que não só muitas das vezes eram incompetentes – como já Barros tinha denunciado no seu *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem* (1540)⁵ – como ainda, guiados pelo desprezo da língua vulgar e de tudo aquilo que não pertencesse à esfera dita *clássica*, teriam sido os primeiros a considerar supérfluo o ensino do português.

Os alunos, por sua vez, que tivessem assimilado os princípios do funcionamento da língua materna, estariam na posição de fazer autonomamente a leitura de um historiador português “simples”, aprofundando posteriormente, e sem qualquer dificuldade, os seus estudos linguísticos e aumentando ao mesmo tempo a sua própria bagagem cultural. Para além disso, já Amaro de Roboredo tinha indicado em varias ocasiões a fase da leitura como fundamental para a aprendizagem da língua, materna ou não materna.

A este propósito, e referindo-nos mais uma vez ao século XX, é possível averiguar que não há uma grande diferença entre o binómio naquela altura inovador *língua-leitura dos textos* proposto por Roboredo e Lobato, e a abordagem metodológica, mais recente mas já ultrapassada, definida como *tradicional*, que defende a combinação da prática da leitura com a da tradução para a aprendizagem de uma L2.

⁵ Leia-se Lupetti 2005: 19-24.

Para além do interesse que revela do ponto de vista pedagógico – em certo sentido obrigatório, se considerarmos que a adoção escolástica da obra de Lobato, imposta pelo governo pombalino como único texto⁶, limitava consideravelmente a circulação de outras obras da mesma natureza – cabe dizer que ela também se distingue por abrir as portas ao racionalismo lusitano propriamente dito.

Nas suas páginas, encontra-se ainda o conceito de gramática como *arte* que prescreve regras para formar corretamente frases, mas Lobato coloca-se de forma central no meio daquela que Costa Assunção define como *bipolarização* da gramática como ciência e como arte (Assunção 1997). Se, por um lado, chama à atenção o facto de Reis Lobato recusar a classificação tripartida do discurso e adotar aquela em oito partes, preferida pelo mundo clássico, a subdivisão da sua obra em quatro e o equilíbrio interno no desenvolvimento de cada uma delas, aproximam-no das gramáticas do Brocense e de Petrus Ramus.

4. O RACIONALISMO LUSITANO *TOUT COURT*: A RECEÇÃO DE PORT-ROYAL EM BERNARDO DE LIMA E MELO BACELAR, JOÃO CRISÓSTOMO DE COUTO E MELO E JERÓNIMO SOARES BARBOSA

A partir do final do século XVII, as estratégias de sistematização e simplificação gramatical caracterizavam o ensino da língua, numa relação fortemente conexas ao processo dialético/lógico do pensar. A ligação entre a gramática e a dialética avançou muito com o magistério de Petrus Ramus e daqui despoletou a transferência do método de dedução racional ao campo da hierarquização dos conceitos gramaticais. Na onda do que acontecia no âmbito das ciências exatas, os gramáticos tentam estabelecer os princípios linguísticos universais que estariam na base de todas as línguas e que orientariam todo o pensamento humano⁷.

A análise sistemática das línguas, que será um dos traços diferenciadores deste período, leva a distinguir dois níveis de descrição linguística: um que reencontra as estruturas abstratas do seu próprio funcionamento, e outro que estuda em particular e concretamente o funcionamento de cada língua.

⁶ Continuam a ser, a este respeito, duas referências imprescindíveis, Andrade 1981 e 1982. Mas veja-se também Costa 1979.

⁷ Esta tendência é anunciada pelo gramático espanhol Francisco Sánchez de las Brozas, que, na sua *Minerva Seu de Linguae Latinae Causis et Elegancia* (1562), se propunha destruir algumas ideias radicadas entre os gramáticos que o precediam oferecendo ele propostas originais. Por exemplo, a propósito das áreas que constituíam a gramática, ele mesmo nega a repartição clássica em quatro partes. A sua obra teve grande sucesso aquando da sua publicação e a sua influência fez-se sentir, continuando a ser citada por grandes gramáticos – não só portugueses – nos séculos que se seguiram.

É a tendência racionalista daqueles anos que faz com que o texto de Port-Royal, para perceber os fundamentos da gramática, apele ao espírito, desenvolvendo principalmente três operações: conceber, ajuizar e raciocinar. Estes pressupostos filosóficos, propostos já pela corrente modista medieval, farão nascer uma teoria gramatical complexa e inovadora que se desenvolve em torno do conceito fundamental de *signo*, ao qual cabe a função de exemplificar o pensamento. Assim, o signo será estudado sob dois aspetos: em primeiro lugar como som e carácter e, sucessivamente, enquanto portador de significado⁸.

A propósito das partes do discurso é introduzida uma novidade, ou seja, uma distinção entre as palavras que designam um objeto do pensamento e aquelas que identificam a forma do pensamento humano. Ao primeiro conjunto pertencem o nome, o artigo, o pronome, o participípio, a preposição e o advérbio; no segundo podemos encontrar o verbo, a conjunção e a interjeição. À sintaxe, identificada mais uma vez em Port-Royal como *construção*, é dedicado apenas o último capítulo do volume, onde encontramos a clássica subdivisão em *concordância* e *regência*. A primeira é considerada idêntica para todas as línguas, enquanto que a segunda se realiza sempre de maneira diferente. A explicação para esta variedade é clara se considerarmos que em algumas línguas a regência dá-se por meio dos casos, e noutras através de *partículas* (preposições, conjunções) que desempenham o mesmo papel.

Usando a lógica, a gramática atribui ao sistema da razão pura um espaço específico na disciplina filosófica: falar de gramática filosófica significa elevar a lógica à categoria de arte de pensar. Na tradição clássica, sendo uma das partes da filosofia, a lógica tem o dever de analisar a veridicidade ou a falsidade dos juízos de valor, concatenar os juízos e o próprio método científico. Neste sentido, e já que coloca em relevo não só o conjunto das regras necessárias ao pensamento correto, mas também o conjunto das leis que demonstram esta correção, a lógica tende a elevar-se de arte a ciência.

Os séculos XVIII e XIX assistem ao aparecimento, em Portugal, de muitas gramáticas filosóficas. Isto é verificável se olharmos para a lista que abre este trabalho. No entanto, uma análise sumária das obras listadas permite-nos afirmar que o uso dos termos *racional* e *filosófico* nos conduz a uma categoria vazia, indício de uma reivindicação banal de cientificidade, de um desejo por parte dos autores em aderir mais a uma moda do que a um discurso disciplinar. Não são poucos os casos em que a uma proposta de inovação, apresentada com letras maiúsculas no frontispício e reiterada

⁸ Esta é a mesma dicotomia que levará Ferdinand de Saussure (1857-1913) a falar de *significante* e *significado*.

com eloquência nos preliminares, correspondem, na verdade, conteúdos conservadores e, além do mais, repetitivos.

Existem, no entanto, três obras na lista proposta que merecem uma reflexão mais atenta até por terem sido objeto, nestes anos, de discussões por parte de críticos e estudiosos, a propósito da dívida que estas têm com o racionalismo europeu.

Refiro-me, nomeadamente, à *Grammatica Philosophica e Orthografia Racional da Lingua Portuguesa* (1783), de Bernardo de Lima e Melo Bacelar, à *Grammatica Filosófica da Linguagem Portuguesa* de João Crisóstomo, de 1818 – um caso, curiosamente, até hoje quase desconhecido – e a Jerónimo Soares Barbosa, com a sua *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* ou *Principios da Grammatica Geral applicados à Nossa Linguagem* (1822). Estes textos, ainda pouco conhecidos e estudados, podem ser reconhecidos como “monumentos” do racionalismo que imperava no panorama intelectual da época.

A *Grammatica Filosofica e Ortográfica Racional da Lingua Portuguesa* (1783) de Melo Bacelar⁹ permanece até hoje para muitos estudiosos de interesse questionável; há quem, como Amadeu Torres¹⁰, tenha defendido que esta devia ser resgatada do esquecimento e reclamado a necessidade de um estudo monográfico sobre a mesma. Não nos interessando a polémica, aquilo que é importante perceber é a ligação deste texto às gramáticas que o precederam e às que lhe são posteriores.

Sabemos através do próprio autor que se trata de uma gramática filosófica porque pensa segundo as leis gramaticais, não se limitando a colecioná-las como se fazia nas gramáticas de preceitos. Apesar da matriz filosófica da obra, Melo Bacelar não se abstém de apresentar as letras do alfabeto e as sílabas do português, considerando dois aspetos, aqueles do *som* (pronúncia) e aqueles da *figura* (grafia), que em grande parte dos casos não coincidem. A descrição detalhada da articulação dos sons muito deve, claramente, a Fernão de Oliveira, apesar de a finalidade desta exposição ser completamente diferente. Oliveira, como sabemos, ilustra os sons apenas para guiar o discente na pronúncia, porque é assim que devem ser pronunciadas. E as

⁹ Sabemos muito pouco sobre a biografia deste autor. Nasceu presumivelmente em Chaves, por volta de 1736, e entrou na ordem franciscana onde foi rebatizado com o nome de Frei Bernardo de Jesus Maria. Viveu no Alentejo, e de 1769 a 1777 foi preso por aderir ao movimento reformista da *Jacobeia*. Influenciado pelos ideais iluministas, publicou em 1783, além da *Gramática*, um *Dicionário da Lingua Portuguesa*. No mesmo ano saiu também a *Arte e Dicionário do Comércio e Economia Portuguesa*. A partir desta data, dele sabe-se muito pouco, apenas que em 1786 trabalhava na Biblioteca Real de Paris.

¹⁰ Veja-se a introdução do estudioso na edição ao cuidado do próprio da *Gramática Filosófica da Lingua Portuguesa de Bernardo de Lima e Melo Bacelar*, Lisboa, Academia da História. Em bibliografia, veja-se Bacelar 1996.

suas intenções terminavam aqui. Melo Bacelar, atento seguidor de Port-Royal, vai além disto: confere aos sons uma função mais difícil, ou seja, “tornar concreto” o pensamento do homem para transmiti-lo a quem o ouve.

A gramática é então uma coleção de leis com as quais produzimos e dispomos os próprios sons. Afastando-se da tetra-partição clássica da gramática, Melo Bacelar apresenta-nos uma subdivisão *sui generis*. A subdivisão é feita em três secções: “Grammatica do Agente ou Nominativo”, “Grammatica da Acção ou Verbo” e “Grammatica do Accionado, Paciente ou Caso”, onde as listadas são, então, as *partes essenciais da Grammatica*.

Tal como Barros, também ele defende que as categorias principais do discurso são as do nome e do verbo¹¹. A propósito do nome, apresentam-se duas subdivisões: a primeira faz uma distinção entre substantivos concretos e abstratos; a segunda entre nomes próprios e comuns (ou *apelativos*)¹². Até neste caso a classificação adotada é muito semelhante àquela de Port-Royal. Os verbos analisados dividem-se, por sua vez, em: *ativos, passivos, neutros, recíprocos, regulares, irregulares e defetivos*. Tratando-se de uma das partes mais importantes do discurso, o verbo – tal como acontecia com o nome – pode apresentar *adjuntos*; estes, por sua vez, podem ser *anteriores, concomitantes ou posteriores*. Por fim, e no que se refere ao adjetivo, são apresentadas várias tipologias: *de duas formas, de uma forma, positivo ou absoluto, comparativo, superlativo, numeral, universal, particular, demonstrativo*. Dentro da categoria adjetival encontramos os pronomes *possessivo, relativo e interrogativo*, e o *participio ativo e passivo*, que tem a função de determinar o nome.

Apesar de não se negar a originalidade de Melo Bacelar ao apresentar uma gramática tripartida, muitos estudiosos continuam a exprimir as suas perplexidades com razão; perplexidades devidas, em primeiro lugar, à confusão que se cria dentro da obra entre as funções semânticas (*agente, paciente*) e aquelas sintáticas (os casos latinos). O modelo de análise proposto pelo gramático, no qual o *agente* também é chamado *nominativo* e o *paciente* também é identificado como *acusativo*, gera de facto vários problemas, na medida em que não é certo que as funções semânticas coincidam sempre com a funções sintáticas.

A obra de Couto e Melo, segundo José Moreira da Silva (1997: 561), supera a exemplificação conceptual de Melo Bacelar e aproxima-se da lição das gramáticas gerais, que parece conhecer muito bem, fazendo referências

¹¹ As outras partes do discurso (pronome, preposição, advérbio, conjugação e interjeição) são consideradas, de acordo com o Brocense, como meros adjuntos ou sincategoremáticas.

¹² Os adjuntos do nome podem ser de dois tipos: intrínsecos (número e género) e extrínsecos (artigo, adjetivo, preposição, advérbio, conjugação e interjeição).

explícitas a Garat, Descartes, D'Alembert, Beauzée, Girard, Condillac e muitos outros. Partindo da consideração de que os nossos sentidos são os veículos da consciência do mundo, é fundamental para o gramático definir os conceitos de *ideia, cor, cheiro, juízo, substância, sujeito, atributo, frase, sintaxe e linguagem*. Para pensar corretamente, para falar e escrever com exatidão, é fundamental conhecer as *operações do nosso entendimento*, conhecer e dominar a nossa faculdade linguística, desenvolver a capacidade de raciocínio.

Se as gramáticas apresentadas até aqui se caracterizam de forma unívoca como *artes de pensar*, aquela de Soares Barbosa, à qual nos dedicaremos brevemente, caracteriza-se pelo confluir dos termos *gramática e filosofia*, ou seja *ciência* que, tendo várias declinações possíveis ao longo da obra, deixa transparecer um substrato cultural superior àquele das duas gramáticas referidas anteriormente.

Jerónimo Soares Barbosa¹³ foi um pedagogo incansável que se dedicou seja à didática seja à investigação. São da sua autoria as reformas mais importantes levadas a cabo no ensino primário durante o período que nos interessa.

A partir da obra *Escola Popular das Primeiras Letras* (1796) reparamos numa tónica claramente pedagógica: trata-se de uma gramática elementar do português, onde cada capítulo contém estratégias metodológicas dirigidas ao professor. No volume *As Duas Linguas* (1807) compara, por sua vez, o português e o latim, com a intenção de sabotar o obsoleto costume escolástico, que aqui e ali se usava ainda e, segundo o qual, a aprendizagem da língua latina deveria preceder a da língua materna.

Barbosa defende esta tese e, segundo o seu parecer, os alunos aprendem com mais facilidade a gramática da língua que praticam todos os dias. Uma vez assimilada a gramática portuguesa, aprender a gramática latina seria muito mais simples. Esta teoria não é original: sabemos, e cá também o repetimos varias vezes, que gramáticos como João de Barros, Amaro de Roboredo e Reis Lobato já a haviam ilustrado. No entanto, e de acordo com Barbosa, estes não conseguiram modificar totalmente o método de aprendizagem da língua porque continuavam a moldar a gramática portuguesa na latina.

A obra que tornou célebre Soares Barbosa foi, no entanto, a *Gramática Filosófica*¹⁴ (publicada postumamente, em 1822), que se insere na tradição

¹³ Jerónimo Soares Barbosa nasce em Ansião, em 1737, e morre provavelmente em 1816. Estuda no seminário em Coimbra, onde é ordenado presbítero em 1762. Naquela mesma cidade frequentou a universidade onde, em 1768, obteve o grau de bacharel em direito canónico. De 1766 a 1790 foi professor de retórica e poética no Colégio das Artes de Coimbra. Em 1789 foi eleito sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa e em 1799 membro da Junta da Direção Geral dos Estudos da Universidade de Coimbra.

¹⁴ Segundo Malaca Casteleiro (1979: 203) a obra é ainda hoje “um dos melhores modelos de descrição gramatical existentes sobre o português”.

universal e filosófica de Port-Royal e que, ao seguir os princípios racionalistas da linguística cartesiana, revelou um conhecimento aprofundado, por parte do autor, das gramáticas racionalistas anteriores, mas também a leitura dos franceses Beauzée e Du Marsais¹⁵.

A organização da obra de Barbosa segue o modelo da maioria das gramáticas filosóficas: trata primeiramente da parte *mecânica* da língua composta pela *Ortoépia* (= fonética) e pela *Ortografia*; e sucessivamente da parte *lógica*, ou seja da *Etimologia* (= morfologia) e da *Sintaxe*.

Sustentando, de acordo com Port-Royal, que as línguas se distinguem umas das outras apenas na forma que cada uma escolhe para combinar e indicar as mesmas ideias, o gramático enuncia, em primeira instância, os princípios gerais e depois, a partir destes, formula as regras gerais que aplica primeiro ao português e depois ao latim.

Cada regra vem seguida de exemplos que demonstram as categorias comuns das duas línguas. Quando isto não ocorre segue-se o procedimento inverso: dá-se primeiro o exemplo latino e depois a tradução portuguesa acompanhada da explicação da divergência.

Barbosa define as línguas como instrumentos analíticos do pensamento: o sistema morfológico de cada língua baseia-se, portanto, no sistema lógico das ideias do homem. Como consequência, se todos os homens pensam segundo as suas próprias leis, todas as línguas devem ser governadas pelos mesmos princípios universais. À gramática filosófica cabe o dever de descrever cientificamente os eventos linguísticos descobrindo as estruturas linguísticas profundas que lhes subjazem. Assim argumenta:

A Grammatica [...] tem naturalmente duas partes principaes; huma *Mechanica*, que considera as palavras como meros vocabulos e sons articulados, ja pronunciados, ja escriptos, e como taes sujeitos ás leys physicas dos corpos sonoros, e do movimento; outra *Logica*, que considera as palavras não ja como vocabulos, mas como signaes artificiaes das ideas e suas relações, e como taes sujeitos ás leys psychologicas, que nossa alma segue no exercicio das suas operações e formação do seu pensamento: as quaes leis sendo as mesmas em todos os homens de qualquer nação que sejam ou fossem, devem necessariamente communicar ás Linguas, pelas ques [*sic*] se desenvolvem e exprimem estas operações, os mesmos principios e regras geraes, que as dirigem. Á parte *Mechanica* das Linguas e sua *Grammatica* pertencem a *Orthoepia* e a *Orthographia*; e á parte *Logica* pertencem a *Etymologia* e a *Syntaxe* (Barbosa 1822: VIII-IX).

¹⁵ Nicolas Beauzée (1717-1789), gramático e tradutor francês simpatizante da Revolução, é recordado por ter participado, com César Chesneau du Marsais (1676-1756), na redação da *Encyclopédie Méthodique* (1786-1789) – obra duramente criticada pela Igreja – nascida como complemento à *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Artes et des Métiers, par une Société de Gens de Lettres* (1751-1752).

Uns parágrafos depois, ao refletir sobre a ligação entre a língua e o desenvolvimento das ideias¹⁶, conclui: “Porêm deixada pelos Philosophos nas mãos de homens, ou ignorantes, ou pouco habeis, [a gramática] se reduziu a hum systema informe e minucioso de exemplos e regras, fundadas mais sobre analogias apparentes, que sobre a razão, a quem só pertence inquirir e assignar as verdadeiras causas da Linguagem, e segundo ellas ordenar a Grammatica de qualquer Lingua particular” (Barbosa 1822: X).

Se os juízos sobre a obra de Melo Bacelar foram unânimes, já sobre Soares Barbosa a crítica expressa-se de maneira não homogénea. Muitos estudiosos, sobretudo brasileiros, defendem que as suas definições são *cerebrinas*. Para Leonor Lopes Fávero esta obra é pioneira porque “o seu autor vê a língua como um cientista: pressente, discerne, apresenta posicionamentos que a linguística vem privilegiando em nossos dias” (1996: 258). Encontram-se, na verdade, assuntos como o infinitivo pessoal e a subdivisão e classificação das preposições trabalhadas a partir dos conceitos de *espaço* e *tempo*, *movimento* e *repouso* (= situação) que denotam uma modernidade extraordinária, tanto que serviram de modelo ainda ao longo do século XIX. Voltando, pela última vez, ao diálogo entre gramática e pedagogia linguística, podemos assinalar os traços deixados por esta obra na análise sintática, durante muito tempo inflacionada nas aulas de português.

Muitas das ideias de Barbosa são ainda perceptíveis dois séculos mais tarde na teoria da gramática generativa de matriz chomskiana. Ou seja, esta gramática, tida como confusa e complicada por muitos contemporâneos do gramático revela-se, contrariamente, uma fonte linguística moderna e fértil, que merece ser ainda aprofundada e estudada¹⁷.

5. CONCLUSÕES

Apesar de termos traçado um percurso lógico ao longo deste trabalho é evidente que faltam as provas substanciais para podermos afirmar a existência

¹⁶ “[...] sendo a Grammatica de qualquer Lingua a primeira theoria, que principia a desenvolver o embrião das ideias confusas da idade pueril; e dependendo da exatidão de seus principios e bom progresso nos mais estudos: ella deve ser huma verdadeira Logica que, ensinando-se a falar, ensine ao mesmo tempo a discorrer. Que por isso a Grammatica foi sempre reputada como huma parte da Logica, pela intima connexão, que as operações do nosso espirito tem com os signaes, que as exprimem” (Barbosa 1822: X).

¹⁷ Testemunho da fertilidade desta gramática e do facto de ela ter sido apreciada fora de Portugal é, por exemplo, a sua tradução/adaptação italiana (de cuja realização e circulação estamos a tratar pormenorizadamente em outro trabalho): *Grammatica della lingua portoghese ad uso degli italiani sulle tracce della grammatica filosofica della lingua portoghese dell' Illustre Signor Jerónimo Soares Barbosa, socio dell'Accademia Reale delle Scienze di Portogallo, ec. ec., com vari esercizi nelle due lingue, compilata da Antonio Bernardini, cancelliere del Consolato Generale dell'impero del Brasile negl'II. RR. Stati Austriaci e giurato traduttore e interprete della lingua portoghese*, Trieste, 1858 – Milano, Tipografia Borroni, 1859.

da continuidade efetiva de uma corrente racionalista em Portugal. Para que isto seja possível, deve-se tentar uma análise detalhada e comparativa dos títulos da nossa lista inicial que, apesar de tudo, são apenas uma amostra. Só assim será possível ter um quadro completo do racionalismo português em termos de micro e macroestruturas (imitações estruturais, reformulações, reutilizações de exemplos, mas também os contextos políticos e sociais da produção das gramáticas).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, António Alberto Banha de. 1981. *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771)*. 2 vols. Coimbra: por Ordem da Universidade.

ANDRADE, António Alberto Banha de. 1982. *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*. Lisboa: IN-CM.

ARAÚJO, Domingos de. 1627. *Grammatica Latina. Novamente Ordenada, e Convertida em Portugues pera Menos Trabalho dos que Começaõ Aprender*. Lisboa: Pedro Craesbeeck.

ASSUNÇÃO, Carlos da Costa. 1997. “Uma leitura da introdução da *Grammatica da Língua Portuguesa* de Reis Lobato (1770)”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série “Línguas e Literaturas”* XIV. 165-181.

BACELAR, Bernardo de Lima e Melo. 1996[1783]. *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*. Reprodução fac-similada ed. por Amadeu Torres. Lisboa: Academia Portuguesa da História (= *Subsídios para a História Portuguesa*, 27).

BARBOSA, Jerónimo Soares. 1807. *As Duas Línguas, ou Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa Comparada com a Latina, para Ambas se Aprenderem ao Mesmo Tempo*. Coimbra: na Real Impressão da Universidade.

BARBOSA, Jerónimo Soares. 1822. *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral Aplicados à Nossa Linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

BARBOSA, Jerónimo Soares. 2004[1822]. *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa ou Principios de Gramática Geral Aplicados à Nossa Linguagem*. Edição fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres. Lisboa: Academia das Ciências.

BARBOSA, Jerónimo Soares. 2005[1822]. *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*. Edição anastática, comentário e notas críticas de Amadeu Torres. Braga: Universidade Católica Portuguesa (= Publicações da Faculdade de Filosofia).

BARROS, João de. 1971[1540]. *Gramática da Língua Portuguesa. Cartinha. Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem. Diálogo da Viciosa Vergonha*. Edição de Maria Leonor de Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras.

BUSSMANN, Hadumod, Kerstin Kazzazi & Gregory Trauth. 2013. *Dictionary of Language and Linguistics*. London & New York: Routledge.

CASTELEIRO, João Malaca. 1979. “A Doutrina Gramatical de Jerónimo Soares Barbosa”. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa – Classe de Letras XXI*. 197-214.

COSTA, Maria Helena de Teves. 1979. “Livros Escolares de Latim e de Grego Adoptados pela Reforma Pombalina dos Estudos Menores”. *Arquivos do Centro Cultural Português XIV*, 287-309. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.

FÁVERO, Leonor Lopes. 1996. *As Concepções Lingüísticas do Século XVIII. A Gramática Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp.

LOBATO, António José dos Reis. 1770. *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*. Lisboa: na Regia Officina Typografica.

LUPETTI, Monica. 2005. *Didattica del portoghese europeo. Note storico-metodologiche e bibliografiche*. Pisa: Tep.

LUPETTI, Monica. 2010. *Dalla Ianua alla Porta. Il metodo di Amaro de Robredo al crocevia della riflessione linguistica secentesca portoghese ed europea*. Pisa: ETS.

LUPETTI, Monica & Valeria Tocco. 2010. “Educare per sentenças nelle corti portoghesi tra Cinque e Seicento”. *Costumi educativi nelle corti europee (XIV-XVIII secolo)* ed. por Monica Ferrari, 117-133. Pavia: Pavia University Press.

MATEUS, Maria Helena Mira. 1996. “Factos Prosódicos nas Gramáticas Portuguesas”. *Actas do 11º Encontro Nacional da APL org.* por Inês Duarte & Matilde Miguel, 123-142. Lisboa: Colibri.

MENDES, António Félix Mendes. 1741. *Grammatica Portuguesa da Lingua Latina para Uso dos Cavaleiros, e Nobres, que Tem Mestre em Sua Casa*. Lisboa: na Nova Officina Almeydiana.

PEREIRA, Fructuoso. 1636. *Arte da Grammatica, Latina, Portuguesa, Benedictina*. Primeira parte. Lisboa: Lourenço Craesbeek.

PEREIRA, Fructuoso. 1643. *Arte da Grammatica, Latina*. Lisboa: Lourenço de Anvers.

PEREIRA, Fructuoso. 1652. *Arte da Grammatica, Latina, Portuguesa, Benedictina*. Segunda parte. Lisboa: Domingos Lopes Rosa.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves. 2001. “Verney e a Língua Portuguesa”. *Caminhos do Português*, 135-155. Lisboa: Biblioteca Nacional.

RAMUS, Petrus. 1548. *Grammatica Latina*. Paris: s.e.

ROBOREDO, Amaro de. 1619. *Methodo Grammatical para Todas as Linguas. Consta de Tres Partes: i) Grammatica Exemplificada na Portuguesa, & Latina; ii) Cópia de Palavras Exemplificada nas Latinas, Artificio Experimentado para Entender Latim em Poucos Meses; iii) Frase Exemplificada na Latina em que se Exercitão as Syntaxes Ordinarias & Collocação Rethorica, como Mostra a 3. & 4. Folha*. Lisboa: per Pedro Craesbeeck.

ROBOREDO, Amaro de. 2002[1619]. *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*. Ed. fac-similada de Marina Kossárik. Lisboa: IN-CM.

ROBOREDO, Amaro de. 2007[1619]. *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*. Ed. fac-similada, prefácio e estudo introdutório de Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes. Vila Real: Centro de Estudos em Letras – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

ROBOREDO, Amaro de. 1623. *Porta de Linguas ou Modo Muito Accommodado para as Entender; Publicada Primeiro com a Tradução Espanhola. Agora Acrescentada a Portuguesa com Numeros Interliniaes pelos quaes Possa Entender sem Mestre Estas Linguas o que as Não Sabe, com as Raizes da Latina Mostradas em hum Compendio do Calepino, ou por Melhor do Tesouro para os que a Querem Aprender, e Ensinar Brevemente; e Para os Estrangeiros que Desejão a Portuguesa, e Espanhola*. Lisboa: Pedro Craesbeeck.

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco (=El Brocense). 1587. *Minerva sive de causis linguae latinae*. Salamanca: Renaut.

SCALIGERO, César Júlio. 1540. *De causis linguae latine*. Lyon: Sébastien Gryphius.

SILVA, José Moreira da. 1997. “Gramática e Filosofia (a Propósito de Três Gramáticas Filosóficas da Língua Portuguesa)”. *Actas do XII Encontro da APL*, 559-565. Lisboa: Colibri.

SIMONE, Raffaele (ed.). 1969[1660-1662]. *Grammatica e Logica di Port-Royal*. Roma: Ubaldini Editore.

TORRES, Amadeu. 2004. “O Contributo Conceptual das Gramáticas Filosóficas para a História da Língua Portuguesa”. *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa: Actas do Encontro em Homenagem a Maria Helena Paiva, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 5-6 de Novembro de 2003* org. por Ana Maria Brito, Olívia Figueiredo & Clara Barros, 385-395. Porto: Secção de Linguística do Departamento de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VERNEY, Luís António. 1949[1746]. *Verdadeiro Método de Estudar*. 4 vols. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

A GRAMÁTICA RACIONALISTA EM PORTUGAL NO SÉCULO XIX

1. A constituição de um domínio de estudo especificamente gramatical ocorre na Época Helenística – após o surgimento, na Época Arcaica, de diversas reflexões de cariz metalinguístico quer no quadro da atividade poética, quer no seio da filosofia (de pendor cosmológico ou antropológico) -, configurando-se no âmbito da lógica, mais especificamente, sob a égide da dialética do Antigo Estoicismo (século III A.E.C.), desenvolvendo-se, depois, no quadro da atividade filológica e consolidando-se, finalmente, no seio do exercício da atividade gramatical propriamente dita.

Na verdade, muito embora o seu objetivo não radicasse no estudo da língua grega em si mesma e por si mesma, ao descreverem o aspeto fónico das unidades linguísticas do grego (Ildefonse 1997: 139), mediante o objetivo de, a partir da tripartição *phonè-léxis-lógos*, conhecer as normas conducentes à composição de um enunciado correto (Ildefonse 1997: 140), os Estoicos abrem o caminho para a constituição da gramática como disciplina autónoma (Ildefonse 1997: 134), tanto mais que, ao longo do século II A.E.C. e entre o século II e o século I A.E.C., já no âmbito do chamado Médio Estoicismo (Baratin 1989b: 216), cederão, progressivamente, aquela tarefa específica a uma disciplina gramatical técnica que perspetivaria a correção não como qualidade do discurso, mas, antes, como qualidade intrinsecamente associada à língua (Baratin 1989a: 196, 203; Ildefonse 1997: 140), passando a dialética estoica, juntamente com a retórica, a ocupar-se do estudo do significado.

Entretanto, no século II A.E.C, incrementam-se as atividades filológicas, na Real Biblioteca de Alexandria (Baratin 1989a: 202), tendo-se constatado que os gramatistas eram, por excelência, os detentores da formação necessária para o seu exercício (Joly 1986: 111,112; Baratin 1989a: 202).

Compreende-se, assim, que, se, no século II A.E.C., o ensino da leitura e da escrita, pelos gramatistas, e a atividade filológica integram, numa primeira etapa, a especialidade da gramática, constituindo as suas duas faces (Baratin 1989a: 202), entre o século II e o século I A.E.C., numa segunda etapa, se transite, progressivamente, para o entendimento da *gramática* como *sistema da linguagem*, facto que implicava a determinação das regras de funcionamento da língua. É nessa época que aparece, precisamente, a obra *Preceitos*, de Dionísio da Trácia (ca 170-90 A.E.C.), que terá estado, juntamente com obras de autores posteriores, de entre os quais se destaca Apolónio Díscolo (século II E.C.), na base da composição, no século IV E.C., de um tratado anónimo, que constitui a obra gramatical mais antiga de que dispomos, hoje, a saber, *Téchne grammatiké*.

No século I A.E.C., os gramáticos produzem tratados descritivos da língua grega, mais exatamente, as *tékhnai* (Ildefonse 1997: 458; Baratin 1989b: 210, 213), bem como tratados específicos de feição explicativa *perì hellenismou*, ou seja, “sur les fondements du ‘système’, sur ce qui autorisait à dire (au-delà de constatations empiriques) qu’une forme était correcte ou ne l’était pas” (Baratin, 1989b: 213), com base em textos de autores que não faziam uso das liberdades dos poetas e, sobretudo, com base na força da racionalidade, indispensável à explicação das outras construções (Baratin 1989c: 233).

No que diz respeito ao estudo da língua latina, Caio Suetónio aduz que o estudo da gramática fora fundado e desenvolvido, nos últimos anos do século II A.E.C. e nos primeiros anos do século I A.E.C., por Lucius Aelius Lanuvinus¹ e pelo seu genro (Suetónio, “De grammaticis et rhetoribus”, *apud* Rolfé 1998: II, 378, cap. III [379, cap. III]), ainda que seja Marco Terêncio Varrão (116 A.E.C.-27 A.E.C.) quem se destaca, ao produzir, entre 45 e 44 A.E.C. - sensivelmente a par ou pouco depois de gramáticos gregos se haverem dedicado, através do uso da língua grega, à abordagem dos critérios de correção na língua latina –, *De lingua latina*, de que nos restam apenas os livros consagrados à etimologia e à analogia, o V e o X, de entre os originais vinte e cinco livros (Arens 1975: I, 51; Desbordes 1998: 69), aí unindo o tratamento da etimologia histórica à formação sincrónica de palavras, por derivação (*declinatio voluntaria*) ou inflexão (*declinatio naturalis*), em função da ideia, segundo Robins (2000: 87 e *passim*), de que a língua se desenvolveria a partir de uma série limitada de formas linguísticas primordiais, de cujas alterações se originaria o léxico, que se formaria de acordo quer com o princípio da analogia quer com o princípio da anomalia.

¹ Suetónio não alude ao facto de que Lucius Aelius, também cognominado Stilo, terá sido mestre de Marco Terêncio Varrão.

Entretanto, segue-se-lhe, no século I E.C., Remmio Palemón, que terá elaborado uma *Ars grammatica* cuja terceira parte terá integrado o tratamento das infrações à tão desejada correção gramatical (Arens 1975: I; 53), tendo a primeira parte sido consagrada ao tratamento de *voz, letra, sílaba* e a segunda parte dito respeito ao estudo das *partes do discurso*, aí tendo sido acrescentada a *interjeição* às sete classes de palavras identificadas na língua latina, conforme salienta Martínez González (2009: 16).

No século IV, também a *Ars grammatica*, de Élio Donato (ca 350 E.C.), que se enquadra, segundo Vivien Law (1997: 54-55), no tipo *Schulgrammatik*, em vista de, sistematicamente, definir cada *parte do discurso* abordando cada uma das suas propriedades (*accidentia*), trata, no quadro de uma terceira parte, dos *vitia*, ou desvios negativos, e das *uirtutes*, ou desvios positivos, transitando-se do quadro estrito da correção para o quadro do desvio em geral (Baratin 1989b: 210, 211).

Não despreciando é o facto de que a perspetivação da *sintaxe* como tratamento “de ordinatione earum (dictionum), quae solet fieri ad constructionem orationis perfectae” (Prisciano, livro XVII, *apud* Chevalier 1968: 28 e n7), definição em que radica o conceito lógico de *oração perfeita* que, a par do seu antónimo, envolve “a distinção da *transitividade* (não *transitividade*) dos verbos”, implicando, necessariamente, portanto, a noção de *regência* (Silva 1996: 20), terá sido formulada, pela primeira vez, por Prisciano, cuja obra gramatical emerge, em Constantinopla, no primeiro quartel do século VI E.C. Não é, por isso, por acaso que o referido autor latino, na esteira dos gregos Apolónio Díscolo (século II E.C.) e Élio Herodiano (fl. século II E.C.)², define, nas suas *Institutiones grammaticae*, cada uma das *partes da oração* – *nome, verbo, participio, pronome, preposição, advérbio, interjeição e conjunção* –, a partir das suas *proprietates significationum* (Prisciano, *Institutiones grammaticae*, *apud* Keil, *apud* Almeida 2001: 18), levando, adicionalmente, porém, em linha de conta aspetos formais e, nalguns casos, aspetos de construção ou sintáticos.

A partir de 600 E.C., é, em especial, no Norte da Europa, particularmente, nas Ilhas Britânicas, que se desenvolve o estudo da gramática, dada a necessidade de ensinar as *Sagradas Escrituras* a populações recém-convertidas ao Catolicismo que tinham de aprender o latim como língua estrangeira (Luhtala 1994: 1463: col. 1). Assim, no período pré-carolíngio, são elaborados comentários à *Ars minor* de Donato (Luhtala 1994: 1464, col. 2; Arens 1975: I, 57), surgindo gramáticas elementares que, muito embora constituam uma espécie de réplicas dessa parte da obra gramatical de Donato,

² “En adaptant à la grammaire latine les principes établis au Ile siècle par Hérodien et Apollonius, Priscien se propose donc[, nas *Institutiones grammaticae*,] de corriger ses erreurs” (Holtz 2000: 525, col. 2).

são informadas de paradigmas e exemplos adicionais, que começam a circular autonomamente, a partir do final do século VII (Luhtala 1994: 1461, col. 1).

Se os professores procuram uma descrição adequada das formas do latim ao longo do século VII, em que vem a lume, na Península Hispânica, *Etymologiae sive origines*, de Isidoro (560-636), Bispo de Sevilha, em vinte livros, no âmbito dos quais o autor trata quer das Artes Liberais, encabeçadas por uma breve súpula da doutrina gramatical tradicional, tida por origem e base de todas aquelas outras Artes, quer de matérias concernentes a muitos outros aspetos da vida, de que se destacam, entre outras, a título exemplificativo, as referentes ao direito, à medicina, à história natural, à hagiologia e à hagiografia (Luhtala 1994: 1464, col. 1), é no âmbito da Renascença Carolíngia, cerca do século IX E.C., que verão emergir, no seio da grande renovação cultural impulsionada por Carlos Magno, alguma inovação teórica atinente ao estudo da linguagem e da(s) língua(s). Com efeito, deve-se ao anglo-saxão Alcuíno de Iorque (735-804) o despertar de interesse quer na retórica – embora, segundo Vivian Law (1997: 155), ainda se não conheça até que ponto essa arte liberal terá influenciado o estudo da gramática –, quer na dialética, que, por volta de 800, se vê representada por obras que incluem preocupações com a linguagem, designadamente, traduções para o latim e comentários, levados a cabo por Boécio (ca 480 E.C.-ca 524 E.C.), do que vem a ser intitulado, em latim, *De interpretatione*, de Aristóteles (384 A.E.C.-322 A.E.C.), *Introductio in Praedicamenta*, ou *Isagoge*, de Porfírio (ca 234 E.C.-ca 305 E.C.), bem como uma paráfrase de uma outra obra de Aristóteles, *Categorias*, saída do círculo de Themistius (317 E.C. -ca 390 E.C.), intitulada *Categoriae decem* (Law 1997: 156). Alcuíno de Iorque recupera, ainda, dois trabalhos de Prisciano, a saber, *Partitiones duodecim versuum Aeneidos principalium*, em cuja base dá entrada, no *curriculum* gramatical, um novo método de ensino, por via de “the parsing grammar” (Luhtala 1994: 1461, col. 2), mediante o qual se analisam formas linguísticas individuais sob a forma de pergunta e resposta³, e *Institutiones grammaticae*, que inclui mais aspetos teóricos que qualquer outra obra precedente do latim tardio, a isso se devendo o reconhecimento tardio da sua importância (Luhtala 1994: 1462, col. 1; Holtz 2000: 525, col. 1-526, col. 1).

Chamado a colaborar com a corte de Carlos Magno, enquanto *magister* - cujo papel principal, na época, era “d’enseigner les arts libéraux, et d’abord la grammaire” (Holtz 2000: 528, col. 2) -, num grande projeto de revitalização do saber que implicava a reforma da estrutura religiosa e a educação do

³ A[nneli] Luhtala observa que, embora este tipo de gramática se popularize ao longo da Idade Média, não substitui a pedagogia baseada no método donatiano (Luhtala 1994: 1462, col. 1).

povo, conhecem-se de Alcuino de Iorque, entre outras obras, um manual sobre dialética, intitulado *De vera philosophia*, em que as Sete Artes Liberais são encaradas como representativas da estrutura profunda do conhecimento verdadeiro, apenas adquirível pelo estudo da *Sagradas Escrituras* (Luhtala 2000: 518, col. 1), e um manual de gramática, a saber, *De grammatica*, escrito sob a forma de diálogo, método correntemente utilizado em tratados de pedagogia gramatical elaborados sob a égide da *Ars minor* de Donato, muito embora os interlocutores representados não sejam o mestre e o aluno, como, habitualmente, sucedia, mas, antes, dois alunos, em presença do mestre, que, de quando em vez, intervém como moderador (Holtz 2000: 529, col. 2), aí ecoando doutrinas de Donato complementadas por doutrinas de Prisciano – no caso, apenas as constantes dos livros I a XVI, que viriam a ser denominados, a partir do século XI, de *Priscianus maior* –, em conformidade com a noção, que teria transmitido a alunos da escola da catedral de Iorque, antes mesmo da sua ida para a corte de Carlos Magno, de que o pensamento linguístico de Donato faria sentido apenas enquanto complementado ou completado pelas ideias linguísticas de Prisciano⁴ (Holtz 2000: 528, col. 1). Segundo Anneli Luhtala (1994: 1466, col.1), em *De grammatica*, Alcuino de Iorque justapõe já as definições do *nome* e do *verbo* aventadas, por um lado, pelo dialético, que, aliás, só reconhecia essas duas *partes do discurso*, e, por outro lado, pelo gramático, não se atrevendo, porém, a assimilá-las.

No final do século IX e ao longo do século X, os gramáticos aplicam, com sistematicidade, às definições gramaticais, as noções refletoras da doutrina contida na obra de Aristóteles e no texto de Porfírio, designadamente, as de *species*, *genus*, *differentia*, *proprietas* e *accidens* (Law 1997: 139). Curiosamente, segundo Law (1992: 148, col. 2), no século IX, um monge de St. Gall terá procurado fazer corresponder cada uma das categorias do *nome comum* apontadas por Prisciano a uma ou a outra das dez categorias lógicas de Aristóteles.

Certo é que os carolíngios, na busca de compreensão do modo como se relacionavam as categorias linguísticas e as categorias do mundo mental/real (Law 1997: 161), foram responsáveis pelas primeiras tentativas de aplicação

⁴ “[...] Donat fournit le moule en ce qu’il s’agit d’un traité de *partibus orationis* introduit, comme l’*Ars maior*, par une partie plus courte consacrée aux éléments constitutifs des mots, lettres, syllables, et aux définitions générales, inspirées pour une part des *Etymologies* d’Isidore de Séville. L’ordre de traitement des *partes orationis* est celui de Donat. Mais la matière elle-même est pour la plus grande partie empruntée aux *Institution[es grammaticales]*, y compris les exemples. Toutefois, c’est un peu comme si seuls existait les livres I à XVI des *Institution[es grammaticales]* ou encore comme si Alcuin n’avait disposé que du premier tome des œuvres de Priscien. [...]” (Holtz, 2000: 530, col. 1). Sabemos, contudo, que Alcuino de Iorque produz uma versão de excertos dos dois últimos livros das *Institutiones grammaticae*, de Prisciano, sobre sintaxe: “Alcuin’s excerpted version of Priscian’s work drew mainly upon the *Priscian minor*, which suggests that the Carolingians were not uninterested in syntactic questions” (Luhtala 1994: 1467, col. 1).

ao estudo da(s) língua(s) das novas questões e técnicas apreendidas por via do estudo da dialética, facto que desembocou na constituição dos alicerces da gramática especulativa (Law 1997: 147).

Ora, entre o século XI e o século XII, William de Conches (*ca* 1080-*ca* 1154), no Norte da Europa, por influência doutrinal e metodológica da dialética sobre a gramática (Bursill-Hall 1975: 203; Law 1997: 140) e em função de uma acentuada consciência da necessária natureza explicativa de uma gramática teórica, ao salientar a necessidade de suplementação da descrição gramatical de Prisciano, põe em destaque as *causae inventionis* das classes de palavras e dos seus correspondentes acidentais, exercendo uma importante influência sobre Petrus Heliae (Bursill-Hall 1994: 2229, col. 2), que, em Paris, se proporá, cerca de 1140, no âmbito de um comentário à obra de Prisciano, realizar o estudo da gramática com base na lógica aristotélica - fundamentalmente conhecida, então, através da tradução latina de traduções árabes das obras principais do Estagirita e de comentários destas levados a cabo por Mohammed Ibn Roschd (Averróis) (1126-1198).

Petrus Heliae debruça-se, todavia, sobre factos relacionados com a estrutura de superfície das línguas (Bursill-Hall 1975: 206), tendo sido, provavelmente, o primeiro a organizar as novas ideias num discurso gramatical coerente, apologizando, entretanto, a autonomia da gramática relativamente à lógica, o que não tinha estado sob escopo dos seus predecessores imediatos.

Por volta de 1150, é redescoberto o tratado aristotélico sobre o método científico, *Posterior analytics*, que traz à tona a ideia de que a ciência deveria lidar com factos universais necessários e não com detalhes acidentais (Covington 1992: 149, col. 2). Aristóteles considerava que a ciência se atingiria por dedução, a partir de princípios universais obtidos, por via indutiva, através da *simples enumeração* de todos os casos particulares possíveis (Abbagnano 2000: 21).

É de então ao século XIV que se constitui o período dourado da Escolástica, a saber, o período de filósofos como Robert Grosseteste (*ca* 1170-1253), Albertus Magnus (*ca* 1200-1280), Tomás de Aquino (1224/5-1274), de lógicos como William de Sherwood (*ca* 1200-*ca* 1266), Petrus Hispanus (*fl.* 1230s-40s), Lambert de Auxerre (*fl.* 1250s) e de gramáticos como Jordan da Saxónia (*ca* 1190-1237), Roger Bacon (*ca* 1214/1220-*ca* 1292), Robert Kilwardby (*ca* 1200-1279), Ralph de Beauvais (*fl.* séc. XII) e Nicholas de Paris (*fl. circa* 1240). Os estudos gramaticais ganham novo ímpeto, em virtude da associação da gramática com a lógica e a filosofia, sendo, temporariamente, secundarizados os estudos literários.

Na primeira metade da centúria ducentista, identificada com o período da gramática pré-modista, Jordan da Saxónia propõe a noção de *gramática universal*, enquanto condição *sine qua non* para o seu reconhecimento como

ciência, salientando a necessidade de “distinguer l’être sensible des mots, divers suivant les langues, de leur être de raison, commun dans toutes” (Stéfanini 1977: 101). Haveria, conseqüentemente, segundo Roger Bacon apologizará, provavelmente já na segunda metade do século XIII, no âmbito da sua *Grammatica graeca*, dois tipos de problemas em todas as línguas: um tipo de problemas que eram próprios de uma língua específica e outro tipo de problemas que eram comuns a todas as línguas e que, dado o seu caráter generalizante, poderiam dar lugar à existência de uma gramática geral (da linguagem humana), que constituiria uma ciência. Assim, para que o lógico estudasse o *sermo verus*, isto é, as condições de verdade de uma dada proposição, o gramático, encarando a oração gramatical como “formación abstracta, existente en el espíritu” (Arens 1975: I, 66), teria de cuidar do *sermo congruus* (Arens 1975: I, 65-66), ou seja, da construção correta da oração que encerrasse a proposição (Rosier 1981: 50).

Os gramáticos veem-se, assim, obrigados a distinguir a *gramática tradicional*, que passam a designar por *grammatica positiva*, ou *impositiva*, ou *practica*, ou *usualis*, dedicada à variabilidade dos usos particulares (Rosier-Catach 2000: 542) e tida por *arte* (Grondeux 2000: 605), de *grammatica regularis*, ou *speculativa*, ou *theorica*, tida por científica, por se ocupar de factos suscetíveis de serem descritos por meio de regras gerais (Rosier-Catach 2000: 542; Grondeux 2000: 598).

A reivindicação mais sugestiva desse estatuto de cientificidade aparece, segundo Louis G. Kelly (1977: 107), na obra paradigmaticamente modística de Thomas de Erfurt (*fl.* início do século XIV)⁵, escrita entre 1300 e 1310 e intitulada *Novi modi significandi*, ou *Grammatica Speculativa*⁶, mais concretamente, logo na primeira afirmação do seu preâmbulo: “In all science, understanding and knowledge derive from a recognition of its principles, as stated in I Physicorum, Text Comment 1” de Aristóteles (Thomas of Erfurt 1972: [135]; Kelly 1977: 107).

Com efeito, o movimento dos Modistas, na segunda metade do século XIII, reflete o grau mais elevado de logicização da gramática - numa tentativa de codificação e refinação do trabalho pioneiro de académicos como Petrus

⁵ Parece que Thomas de Erfurt estudou em Paris por volta de 1300. Não se sabe, entretanto, se ele terá estudado e/ou ensinado em Paris. Passou grande parte da sua adultez em Erfurt, onde ensinou em duas escolas que viriam a constituir parte do núcleo da Universidade de Erfurt, fundada na parte final do século XIV. Para além da *Grammatica Speculativa*, escreveu comentários às obras de Aristóteles e um *Fundamentum puerorum*, tratado métrico elementar sobre sintaxe destinado a meninos que frequentassem a escola.

⁶ Segundo Bursill-Hall (apud Thomas of Erfurt 1972: [vii]), só no século XX se atribuiu a sua autoria a Thomas de Erfurt. Nos incunábulo, tal autoria era, usualmente, atribuída a John Duns Scotus (1265/66-1308). Em Inglaterra, foi Albertus Magnus quem foi identificado como seu autor. Entretanto, no século XX, aparece uma edição não anotada, em forma mimeografada, reproduzida pela Librairie Philosophie M. Doyon do Quebec, cujo editor (desconhecido) atribui a autoria da gramática a Thomas de Erfurt.

Heliae, Robert Kilwardby, Petrus Hispanus e Roger Bacon, entre outros -, fazendo parte integrante da sua terceira e última geração Radulfo Brito (ca 1270-ca 1320), que “completa o programa modista com a criação de uma base teórica para a sua sintaxe” (Beccari 2007: 49), e Thomas de Erfurt, que “sintetiza de maneira organizada as idéias principais que os modistas anteriores haviam desenvolvido” (Beccari 2007: 49; Bursill-Hall 1975: 208).

Os Modistas acreditavam, de facto, que a gramática tinha a sua base na realidade e não na linguagem/nas línguas em si mesma/s. Haveria, assim, uma gramática universal dependente da estrutura da realidade, o que significava que as regras da gramática eram independentes de qualquer língua em que pudessem ser expressas, facto que implicou, naturalmente, que cressem na possibilidade da existência de um só sistema gramatical universal válido e fixo para todas as línguas, apenas a descobrir pelo filósofo da linguagem, que estudaria as propriedades das coisas, a partir das quais chegaria ao conhecimento dos *modos de ser* peculiares das diversas coisas (Thurot, *apud* Arens 1975: I, 58-59). Formatam tal posicionamento epistemológico, partindo do sistema gramatical de Donato e de Prisciano, mas - por entenderem que a atividade gramatical devia ser regulada por princípios e não constituir um mero registo de dados linguísticos - restabelecendo a caracterização das classes de palavras e dos seus acidentes mediante a utilização de terminologia procedente das teorias lógicas e filosóficas que lhes eram coevas.

No âmbito da análise gramatical, mantêm, porém, separada a lógica - adstrita ao estudo da significação e, portanto, da *palavra*, tida como unidade mínima significativa de estudo - da gramática - consagrada ao estudo da conceptualização, na mente, das coisas reais e da consignificação, mediante a definição de *parte do discurso* como “construtível”, ou seja, como unidade mínima de construção -, a ciência que, segundo Thomas de Erfurt, tendo por objeto o latim (Bursill-Hall 1975: 201), então perspetivado como “a more ‘perfect’ language than any of the vernaculars” (Bursill-Hall 1994: 2230, col. 2) e, portanto, como língua universal em que se exprimiria o entendimento da realidade universal da razão humana, ensinaria “[...] a escribir bien, a entender bien lo bien escrito, a unir bien lo entendido, a pronunciar bien lo bien unido” (*Opera omnia*, trad. esp. *apud* Arens 1975: I, 58).

A metateoria modística encontrará, porém, acérrimos opositores nos averroístas latinos⁷ e nos adeptos do nominalismo de William d’Ockam (ca 1285-1347/1349), que representará um novo ponto de partida para filosofia

⁸⁰ Na segunda metade do século XIII, desenvolveu-se, no mundo latino, uma orientação filosófica decorrente do pensamento de Averróis, que havia sido o principal intérprete de Aristóteles na filosofia árabe. O principal averroísta latino foi Siger de Brabante (ca 1235/1240-1284).

da baixa Idade Média, da mesma forma que a doutrina gramatical daí procedente representará um novo ponto de partida para a gramática⁸. Ainda assim, segundo W. Keith Percival (1975: 239-240), “[m]odistic grammars [...] were still being reprinted in the sixteenth century and modistic concepts are clearly discernible in some philosophical discussions of language”.

Duas aspirações aparentemente contraditórias marcam a Renascença, segundo Claire Lecointre (2000: 1003, col. 1): por um lado, “le latin reste, par-delà les clivages religieux et idéologiques, le lien privilégié qui unit l’ensemble des lettrés au sein d’une même *Respublica litteraria*”; por outro lado, “s’affiche [...] la conscience d’une culture nationale, dont le lieu naturel d’expression est le vernaculaire” (Lecointre 2000: 1003, col. 1). Com efeito, se se cultiva a dimensão estética da língua latina, ou seja, a *elegantia*, traduzível num estilo puro, claro e belo, razão por que as gramáticas dos humanistas têm por objeto “la description du latin des bons auteurs” e integram “une théorie des figures (dites de construction)” (Lecointre 2000: 1003, col. 2), considera-se, da mesma forma, que aquelas mesmas qualidades deveriam pautar o uso das línguas vernáculas (Lecointre, 2000: 1003, col. 1).

2. Depois da gramática de cariz filológico do primeiro Humanismo, o inglês Thomas Linacre (c.1460-1524) faz renascer, em 1524, “l’effort de rationalisation”, com *De emendata structura Latini sermonis* (Lecointre 2000: 1004, col. 2), sendo seguido pelo italiano Giulio Cesare Scaligero (1484-1558), que aparece como o autor que, por partir da indagação das causas que subjazeriam aos usos da língua latina, estabelece, de novo, o estudo da linguagem sobre alicerces filosóficos, introduzindo na gramática a metalinguagem da lógica aristotélica à maneira escolástica (Lecointre 2000: 1004, col. 2; Martínez Gavilán 1999: 484) e fixando por objetivo a identificação dos princípios que assegurariam a organização racional da língua latina e explicariam, conseqüentemente, os usos corretos, não fosse a *gramática* tida por ciência do falar correto ou puro (Lecointre 2000: 1004, col. 2).

O espanhol Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600) dá continuidade ao referido esforço de racionalização, vindo o seu pensamento a ser difundido depois que Gasparus Scioppius (1576-1649) procurou tornar a sua obra mais acessível a um público escolar (Lecointre, 2000: 1004, col. 1). Tomando o modelo do italiano Tomás de Aquino (1225-1274), que, inspirado em *De interpretatione* de Aristóteles e no pensamento de Agostinho de Hipona,

⁸ Em 1333, Johannes Aurifaber (1295-1333) aduziu argumentos contra “les fondements logiques et métaphysiques de la théorie des *modi significandi*” (Lecointre, 2000: 1003, col. 2), na sua *Determinatio contra modos significandi*.

estabelecera a diferença entre *verbum interius*, *verbum cordis* ou *verbum mentis*, ou seja, “aquilo que elabora aquilo que conhece enquanto conhece”, e *verbum exterius*, que o exprime ou realiza e que é, por natureza, secundário, podendo ser perspetivado enquanto *imaginem vocis* ou enquanto efetivamente proferido por via da voz, Sánchez de las Brozas recupera a distinção entre *verbo interior* e *verbo exterior*, mas propõe, por uma banda, a subdistinção, sob o conceito de *verbo mental*, entre verbo mental propriamente dito, ou verbo interior, comum a todos os homens, mas inalcançável em si mesmo, e o verbo mental exterior, que reconstruiria, de maneira analítica, o sentido do verbo mental interior, e, por outra banda, a subdistinção, sob o conceito de *verbo mental exterior*, entre locução interior e locução exterior, que apresentariam estruturas rigorosamente paralelas (Lecointre, 2000: 1005: col.1-col.2).

Também o italiano Tommaso Campanella (1568-1639) e o espanhol Juan Caramuel y Lobkowitz (1606-1682) elaboram gramáticas com pretensões universais. Tommaso Campanella distingue dois tipos de gramática, designadamente, a *grammatica civilis*, enraizada na autoridade dos bons autores, e a *grammatica philosophica*, fundamentada na razão, que permitiria explicar os mecanismos gerais de funcionamento da linguagem, independentemente da sua ocorrência em qualquer língua particular, sendo, por isso, considerada científica (Lecointre 2000: 1007: col.2). Deste tipo de gramática é reflexo a obra *Philosophiae rationalis partes quinque videlicet: grammatica, dialectica, poetica, historiographia, iuxta propria principia*, dada à estampa entre 1637 e 1638. Quanto a Juan Caramuel y Lobkowitz, apologiza, na sua «Grammatica Audax», publicada, em 1654, enquanto primeira parte de uma obra muito mais abrangente, a saber, *Praecursor Logicus*, que as estruturas gramaticais das línguas refletem as categorias do pensamento, razão por que todas as línguas deteriam características comuns, que as categorias gramaticais são correlatas das categorias lógicas e que deve ser a razão e não o uso a guiar a língua (Martínez Gavilán 1999: 485-489).

3. No que às línguas vernáculas diz respeito, importa mencionar, no século XVII, o papel pioneiro de *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619), de Amaro de Roboredo, de *Delle cagioni della lingua toscana* (1623), de Benedetto Buonmattei (1581-1648), bem como a projeção da *Grammaire Générale et Raisonnée* (1660), do filósofo Antoine Arnauld (1612-1694) & do gramático Claude Lancelot (c. 1615-1695), e de *La logique ou l'art de penser* (1662), de Antoine Arnauld & Pierre Nicole (1625-1695).

Quanto à obra portuguesa, Amaro de Roboredo distingue “GRAMMATICA”, ou seja, gramática “universal” (Roboredo 1619: 64), consagrada ao “que he commum a muitas, ou a todas” (Roboredo 1619:

“Prologo”, [s.p]), de “Prattica” (Roboredo 1619: 65) da *gramática*. O gramático seiscentista, certo de que “[teria havido] hũa sô lingua quando a razão era mais unida” e convicto de que “importa ir ao menos per diviões descobrindo [tal língua]”, observa que “a Grammatica depende da razão, que a natureza vai pelo tempo descobrindo aos bõs ingenhos, que sobre ella trabalhão”, atribuindo à racionalidade o poder de *encaminhar* o entendimento e, por consequência, qualquer língua, de que constam “Grammatica, Copia & Frafe”, no sentido de proporcionar aos seus falantes a possibilidade de “declararem” o “sentir” (Roboredo 1619: “Prologo”, [s.p]). Em relação à obra de Buonmattei, também já aí se opera a distinção entre a perspetivação geral, especulativa, ou teórica e a perspetivação particular, essencialmente prática, da gramática (Carvalho 1984: 14-15, n13). No atinente às obras francesas, que formam um “conjunto unitario” (Laborda Gil 2004: 73), os investigadores não são unânimes no que diz respeito à questão das influências que essas obras recebem: Donzé detetou nelas o influxo do cartesianismo; Jan Miel e Sylvain Auroux viram nelas a influência do pensamento de Agostinho de Hipona (354 E.C.-430 E.C.) e de Blaise Pascal (1623-1662) (Auroux 2000: 1022, col.1; Laborda Gil 2004: 77).

No século XVII, desenvolvem-se, portanto, duas tendências linguísticas paralelas, manifestas, na busca do universal, em dois movimentos linguísticos impulsionados por correntes filosóficas distintas – racionalismo e empirismo.

Assim, por uma parte, deparamo-nos, na centúria de Seiscentos, com o movimento da *gramática geral*, representado pela *Grammaire Générale et Raisonnée* e pela *Logique*, obras consagradas à compreensão da unidade da linguagem enquanto manifestação do pensamento, comum a todos os homens, sendo, portanto, tributárias das ideias racionalistas de René Descartes, que entroncam na filosofia de Agostinho de Hipona e, em última instância, na filosofia de Platão; por outra parte, deparamo-nos com a gramatização de um número crescente de línguas vernáculas e com a apreensão, por parte de muitos estudiosos, do facto de que as línguas naturais dificilmente funcionariam como instrumentos plenamente rigorosos de expressão do conhecimento científico, emergindo, por isso, variados projetos de criação de uma língua universal artificial que satisfaria o requisito de transmitir sem ambiguidade tal conhecimento⁹ (Martínez Gavilán 1999: 480). Curiosamente, como refere Amor Couto (2001: 21, n13), encontraremos a recuperação e a consequente apresentação à Academia das Ciências de Lisboa de um desses projetos, no dealbar do século XIX, precisamente em 1800, pelo matemático José Maria Dantas Pereira (1772-1836).

⁹ Entre os proponentes de projetos dessa índole, encontramos Isaac Newton (1642-1727) (Maat 2000: 1036, col. 2).

Segundo Sylvain Auroux, respondendo à questão, colocada no âmbito da Renascença, sobre como dominar a diversidade das línguas do mundo, Port-Royal interessa-se não pelos elementos de todas as línguas, mas pelos elementos presentes em todas as línguas, supondo que essa comunidade refletiria a própria natureza da linguagem humana (Auroux 2000: 1023, col.1). Daí que seja lexicalmente preferido o uso do qualificativo *geral* ao uso do qualificativo *universal*, que dificilmente encontraremos na língua francesa, exceto em Antoine Court de Gébelin (1725-1784), que se inspira na tradição inglesa da *gramática geral*, designadamente, em *Hermès* (Auroux 2000: 1022, col. 2), obra inglesa que, tendo saído da pena de James Harris (1709-1780), em 1751, e tendo sido traduzida para o francês, por Jean-François Thurot (1768-1832), teria influenciado a produção de gramáticas gerais quer em Inglaterra quer em outros países (André Joly, *apud* Thurot 1970: 8). Curiosamente, porém, é o próprio Nicolas Beauzée (1717-1789) quem aponta o termo inglês usado por Harris – *universal* – como significando, mais exatamente, *geral*.

Digno de nota é, entretanto, o facto de, em 1689, o britânico George Hickes (1642-1715) trazer a lume as suas *Institutiones grammaticae anglo-saxonicae et moesogothicae*, por via das quais intenta fazer uma obra simétrica à de Port-Royal para as línguas germânicas, dado considerar que aquela obra se limitava, ainda assim, apenas às línguas românicas.

Depois da obra seiscentista de Port-Royal, ter-se-á de esperar pela obra de Nicolas Beauzée, de 1767, e pelos artigos gramaticais da *Encyclopédie* de d’Alembert e Diderot (1713-1784) (a partir de 1751), redigidos principalmente por César Chesneau Du Marsais (1676-1756), até à letra G, e, após a sua morte, sobretudo por Beauzée, os quais são retomados, corrigidos e completados na *Encyclopédie Méthodique* (1782-1786), vindo, no último quartel do século XVIII, a densificar-se a produção de gramáticas gerais, como resultado do movimento dos Ideólogos, que tinham desempenhado um papel importante, em França, entre 1785 e 1803, ao criarem disciplinas de gramática geral nas Escolas Centrais (Auroux 2000: 1023, cols. 1-2).

A tradição francesa de *gramática geral* é, essencialmente, na verdade, produto do Iluminismo, representando, segundo Sylvain Auroux (2000: 1023, col. 2), «un programme scientifique développé par des grammairiens fortement engagés dans la connaissance empirique de différentes langues» e correspondendo, por isso, “à la naissance de la grammaire moderne”.

4. O que se observa no século XIX português corresponde a uma diversidade de opções associadas, não raro ecleticamente, à *gramática geral*, cujas vertentes se encontram seminalmente ancoradas em linhas de pensamento

que ascendem, por um lado, a Platão (ca 427 A.E.C.-347 A.E.C.), e, por outro lado, a Aristóteles.

Exporemos, por isso, apenas os casos que ilustram de forma mais significativa essa diversidade de opções epistemológicas.

4.1. Arriscamo-nos a afirmar que os autores de grande parte dos textos metalinguísticos do português dados à estampa em Portugal na centúria de Oitocentos se inscrevem no grande movimento da *gramática geral*, prevalecendo - não obstante o ecletismo - a vertente iluminista, ora tendencialmente empirista, na linha de Nicolas Beauzée, ora explicitamente empirista, na linha de Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780) e, de forma mais radical, na linha dos Ideólogos franceses.

4.1.1. Importa verificar que conceito de *gramática* dominou, prevalentemente, os estudos metalinguísticos portugueses do século XIX.

Começamos, assim, por detetar, no início do século XIX, o recurso ao conceito binómico de *gramática universal-gramática geral*.

Em 1802, ano em que António de Moraes Silva (ca 1756-1824) termina a redação do seu *Epítome da grammatica da lingua portugueza*, muito embora o publique em Lisboa apenas no ano de 1806, surge a distinção entre “Grammatica Universal”, na qual se consubstanciaríamos os métodos e princípios da atividade linguística comuns a todas as línguas, e “Grammatica particular”, que, enquanto “arte”, ensinaria “a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras” (Moraes Silva 1806: 9), ou ensinaria “a falar e escrever qualquer lingua correctamente, segundo o modo por que a fallarão os melhores escriptores e as pessoas mais doudas e polidas” (Moraes Silva 1922[1813]: 97, col. 1), sendo, assim, aplicados a uma língua particular os métodos e princípios da atividade linguística observáveis na generalidade das línguas, segundo os usos adotados pelos que o gramático entendia que melhor a falavam.

Como ele, operará, ainda, Manoel Dias de Souza (ca 1755/1760-1827), em 1804. Para este autor, a *gramática universal* seria imutável, tal como a natureza, de que consituiria uma cópia (Souza 1804: 1-2), ensinando “a qualidade das palavras que devem entrar na expressão das nossas ideas” (Souza 1804: 1), enquanto a *gramática particular* ensinaria “a diversa fôrma que devemos dar ás palavras, a fim de nos acomodar á capacidade d’aquelles de quem pertendemos ser entendidos” (Souza 1804: 1), sendo “pelo contrario infinitamente variavel”, segundo “o genio inconstante de cada povo e de cada seculo” (Souza 1804: 2). É importante mencionar que Manoel Dias de Souza se coloca, explicitamente, sob a égide de Antoine Court de Gébelin, de cuja *Grammaire universelle et comparative* traduz inúmeros troços, com

ele partilhando a ideia de que existiriam palavras primitivas comuns a todas as línguas, as quais constituiriam raízes originais e elementares miméticas das coisas ou das ideias que o homem formasse das coisas. Parece ressoar aí o pensamento linguístico evidenciado numa obra publicada no ano de 1765, por Charles de Brosses (1709-1777), *Méchanique des langues* (1765), que:

accrédita [...] le principe d'une histoire du langage intégralement soumise à des 'lois' de type physique [...]. Le temps de l'origine est investi d'une rationalité phonomimétique ou phonostylistique débordant largement sur la vie ultérieure du langage. Le système d'explication de la naissance des mots étend son optimisme sur leurs 'dérivations' et changements, en repoussant l'apparent arbitraire des signes (Droixhe 2000: 1066, col. 1).

Dias de Souza reclama, também, a influência de Nicolas Beauzée, que, segundo Auroux & Boës (1981: 22, 34), teria sido o mentor de um programa científico que teria sob escopo, através do recenseamento e da análise do maior número possível de línguas naturais, construir, por via compositiva, uma teoria da linguagem, confirmável nas diversas línguas particulares, efetuando, assim, a transição para a *gramática comparativa*. Na verdade, Court de Gébélin e Dias de Souza partilhariam com Beauzée & Douchet (1784: 190 col. 1) a noção de que a *gramática* que eles denominam de *universal* e que estes consideram *geral* integraria “des principes immuables & généraux de la parole prononcée ou écrite dans toutes les langues”, “principes immuables dictés par la nature” “& d'un ufage univerfel” (Beauzée & Douchet 1784: 190, col. 1), constituindo o resultado da análise do pensamento “& [...] ne suppos[ant] que la possibilité des langues» (Beauzée & Douchet 1784: 190, col. 2).

Não há dúvida de que é, precisamente, o binómio *gramática geral - gramática particular* que constitui a ferramenta mais utilizada ao longo do século XIX português.

Vemo-lo propugnado em Couto e Melo (ca 1778-1838), que, ainda que se proponha apresentar as normais divisões e subdivisões a que os gramáticos nacionais e estrangeiros submetiam o que se chamava tradicionalmente de *verbos adjetivos*, a fim de se manter sob o que poderíamos designar de *clima epistemológico* da época, reconhece que tais divisões e subdivisões se opunham aos resultados do método de análise do discurso e, portanto, aos princípios da *gramática geral*: “é preciso considerar as cousas pelo que são na sua essência, e não em sua aparência” (Melo 1818: 88, 89 e n1). Atuando de outro modo, descarta os *Participios*, cuja existência entende “[ser] nula segundo os principaes pontos, em que se-funda a *Gramática Geral*; e particularmente a *Portuguêza*” (Melo 1818: 117, n. 2). Com efeito, depois de expender sobre “quaes são as operações do nosso entendimento”, de indicar as faculdades do espírito “que êle emprega para as exercitar” (Melo 1818:

36), designadamente, a *percetibilidade*, a *memória*, a *razão* e a *vontade* (Melo, 1818: 8), de desenvolver «os princípios fundamentaes da construção do *raciocínio*», de apontar - na senda expressa de Francis Bacon (1561-1626) - o «*Método Analítico*», enquanto “sistema de preceitos” “que nos conduz dos efeitos para as causas” (Melo 1818: 33-34; cf. 36, n. 1), como o método de “investigação da verdade” a seguir na análise do entendimento, trata, a partir da diferenciação entre linguagem do acionado e línguas artificiais (Melo 1818: 16), da “expressão das operações inteletuaes, ideias, juizos e raciocínios; as quaes [...] fazem tôda a matéria, [...] a qual já denominei *Gramática*” (Melo 1818: 36-37), colocando-se, explicitamente, sob a influência do ideário de Ideólogos franceses como, por exemplo, Dominique Joseph Garat (1749-1833), Roch-Ambroise Cucurron Sicard (1742-1822) e Constantin François Chasse-bœuf de Volney (1757-1820). Podemos, portanto, asseverar que, para Couto e Melo, não sendo apenas expressões dos pensamentos, mas também instrumentos necessários para os adquirir (Melo 1818: 15-16, n. 1), as línguas são métodos analíticos do pensamento humano.

Vemos, ainda, o referido binómio implicitado em Francisco Soares Ferreira (1777-1830/1831), que define *gramática* como “Arte que ensina a fallar e escrever correctamente huma lingua”, ou seja, ensina a “exprimir pensamentos por meio de palavras, as quaes são os signaes das nossas idéas, e podem exprimir-se, ou por sons formados pela boca, ou por caracteres traçados pela mão” (Ferreira 1819: 7), parecendo o autor adotar a noção de *gramática particular*, utilizada por Du Marsais e por Nicolas Beauzée.

Vemo-lo, também, em Soares Barboza (1737-1816), para quem, já em 1803, a *gramática geral*, que abrangeria “os usos e factos de todos ou da maior parte dos idiomas conhecidos” (Barboza 1862: xi), e a *gramática razoada e filosófica*, que, descobrindo o mecanismo de formação da linguagem, “nas leis physicas do som e do movimento dos corpos organicos”, bem como as primeiras causas e as razões dos procedimentos uniformes que todas as línguas seguem na análise e na enunciação do pensamento, “nas leis psychologicas”, deviam, enquanto gramática “scientifica” (Barboza 1862: xi), fundamentar toda a *gramática particular*, prática e rudimentar, que, por seu turno, devia ser “uma Logica practica”, que ensinasse, simultaneamente, “a falar bem a propria Lingua” e “a bem discorrer” (Barboza 1862: xiv), razão por que, tal como apologizara Condillac, “depende[ria] da exactidão dos seus principios o bom progresso nos mais estudos” (Barboza 1862: xii).

Vemo-lo em Francisco Solano Constancio (1777-1846), segundo o qual, uma vez que as línguas deteriam regras invariáveis fixas decorrentes de uma relação natural existente entre as sensações, entre as ideias e entre os pensamentos, e, consequentemente, existente entre as formas linguísticas que os expressariam, encontrando-se, portanto, nas diversas línguas, “os

mesmos elementos intelectuais”, tais regras ou princípios fixos constituiriam a *gramática geral analítica* (Constancio 1831: 2), da qual o autor distingue a *gramática particular* do português, que, fundada naquela, constituiria uma “coleção de preceitos” que teriam de se observar na fala, na escrita e na leitura corretas de uma dada língua, em conformidade com o uso que os doutos tivessem estabelecido (Constancio 1831: 1). Considera, ainda, o autor, sob a influência de Condillac e, portanto, na linha do pensamento filosófico lockiano, que:

“[d]epois dos sons instinctivos pelos quais o homem exprime os seus affectos antes de possuir uma língua, como os vagidos e gritos das crianças, e dos sons imitativos, as primeiras vozes significativas, que são a base de toda a linguagem, pertencem todas à mesma ordem, e indicam percepções coletivas e complexas, como *cabeça, pé, mão, sol, lua*; e outras simples, mas comuns a muitos indivíduos, como *côr, branco, preto, doce, amargo, alto, baixo, redondo, forte, frouxo, macho, fêmea*” (Constancio 1831: 19-20).

Para Solano Constancio, estritamente falando, “todas as palavras de uma língua qualquer primitivamente exprimiram objetos sensíveis, sensações diretas, indivíduos considerados no seu todo ou concretamente”, razão por que não existiria “distinção essencial entre as diversas palavras de que se compõem as línguas”, sendo as divisões em classes de palavras “puras invenções dos gramáticos e inexatíssimas expressões” (Constancio 1831: 19).

Vemos, ademais, o supramencionado binómimo implicitado na obra de Luiz Francisco Midosi (1796-1877) dada ao prelo em 1842, dado que o seu conceito de *gramática portuguesa* – “a arte que ensina a fallar e escrever correctamente a lingua portugueza” - se adscreveria, provavelmente, à noção de *gramática particular*, tanto mais que, ao submeter a sua obra ao pensamento expresso por Hugh Blair (1718-1800), nas *Lectures on Rhetoric and the Belles Lettres* (1783), sobre o entendimento da gramática – “[t]he study of arranging and expressing our thoughts with propriety, teaches to think, as well as to speak, accurately [*sic!*]” (Hugh Blair, *apud* Midosi 1842: 2) –, evoca o pensamento linguístico de Étienne Bonnot de Condillac. Por outro lado, ao definir *língua* como “collecção de vocábulos que usa qualquer Povo para exprimir o pensamento” (Midosi 1842: 7), traz à memória a definição que, conferindo primordialidade à língua falada, Beauzée exhibe de *langue*, a saber, “la Totalité des *Ufages* propres à une nation pour exprimer les pensées par la voix” (Beauzée 1786: 602, col. 2).

Vemo-lo, ainda, em Francisco Ferreira de Andrade Junior (1806-?), que parte da distinção condillaciana entre linguagem de ação e línguas analíticas (Andrade Junior 1850: 21), para definir *gramática* como “a arte de analysar e enunciar o pensamento”, dando conhecimento dos “signaes com que se faz essa analyse”, ensinando “as relações que ligão esses signaes entre si”, bem como

“a recta enunciação do pensamento pela palavra fallada”, e mostrando “como enuncia[r] o pensamento pela palavra escripta” (Andrade Junior 1850: 1).

Vemo-lo, também, em Bento José de Oliveira (1814-), para quem a *gramática geral* “tracta dos principios geraes e communs a todas as linguas” (Oliveira 1862: 3), enquanto a *gramática particular* “ensina a falar e a escrever sem erros qualquer lingua em particular” (Oliveira 1862: 3).

Só com Augusto Epiphanyo da Silva Dias (1841-1916) o termo *gramática geral* dá conta do resultado da transição epistemológica para o movimento da *gramática histórica e comparativa*. Com efeito, do seu ponto de vista, o objetivo da *gramática geral* consiste em, a partir da comparação das *gramáticas científicas* das línguas - ou seja, a partir da descoberta das leis segundo as quais se tivessem operado as modificações que tivessem feito surgir um organismo de uma língua de um organismo anterior e a partir da investigação da natureza dessas leis -, chegar às leis supremas que presidem à fixação e à manifestação do pensamento pela palavra, esclarecendo-as à luz da psicologia (Dias 1870: 3). Por sua vez, a *gramática prática* de uma língua é definida como uma *arte* que integra, num dado período temporal, “a collecção de regras que se observam no emprego dessa lingua” (Dias 1870: 7), fundamentando-se, porém, numa teoria (cf. Dias 1870: 3). Esta perspetivação da *gramática* será partilhada por Francisco José Monteiro Leite (*fl.* 1887), na década de oitenta do século XIX.

No entanto, verificamos que, em 1880, Domingos José de Azevedo (1841-1910), por exemplo, retoma o paradigma da *gramática geral* setecentista. Na verdade, começa por definir *gramática* como “a sciencia da linguagem, isto é, a sciencia que trata dos signaes do pensamento, considerados nos seus elementos, modificações e combinações” (Azevedo 1880: 14), e divide-a, posteriormente, em *gramática geral*, enquanto “a sciencia que trata dos principios geraes e invariaveis, communs a todas as linguas”, e em *gramática particular*, entendida como “a arte de aplicar os principios geraes e invariaveis ás instituições arbitrarías e usuaes de uma lingua particular” (Azevedo 1880: 14). Assim sendo, a *gramática portuguesa* é encarada como “uma arte que indica os meios de se evitarem as locuções viciosas, de se empregarem phrases ou vocabulos menos correctos, ensinando ao mesmo tempo como se devem expressar os pensamentos, segundo o uso dos bons escriptores portuguezes” (Azevedo 1880: 14).

4.1.2. Os modos de perspetivação do fenómeno da linguagem, do fenómeno das línguas e da gramática refletem-se, diretamente, no tratamento da língua portuguesa, verificando-se a aplicação de conceitos operatórios que continuam a refletir, prevalentemente, o movimento iluminista da *gramática geral*.

Observar-se-ão, assim, diferentes propostas de categorização das unidades linguísticas constitutivas do sistema linguístico português, que decorrem da sujeição ora a um ideário epistemológico que apelidaremos de racionalista exógeno, de base claramente empirista, que ascende por um lado, a Étienne Bonnot de Condillac e, por outro lado, a John Wallis (1616-1703), adepto do empirismo apologizado por Francis Bacon (1561-1626), e autor do que Rouse & Verrac (1992: 344, 345) consideram ser a primeira descrição autêntica do inglês, escrita em latim para benefício dos aprendentes estrangeiros – *Grammatica Linguae Anglicanae cui præfigitur de loquela five sonorum formatione, tractatus grammatico-physicus* – e publicada em 1653 no quadro de uma corrente filosófico-linguística que tinha procurado pôr a funcionar um sistema de signos mais ou menos ideográficos suscetíveis de revelar a universalidade das coisas e de fundamentar uma gramática dita universal que estaria, provavelmente, na base da constituição de uma língua universal, ora a um ideário epistemológico que denominaremos de racionalista ecleticamente endógeno e exógeno, que ascende a Nicolas Beauzée.

Com efeito, parte-se de um sistema de sete classes de palavras - os *nomes*, ou *substantivos*, os *adjectivos articulares*, os *adjectivos attributivos*, os *verbos*, os *advérbios*, as *preposições* e as *conjunções* (Moraes Silva 1806) - e de um sistema de seis classes de palavras - *interjeição*, *nome substantivo*, *nome adjectivo*, *verbo substantivo*, *preposição*, *conjunção* (Barboza ³1862), passando-se por um sistema de dez classes de palavras - *nome* ou *substantivo*, *artigo*, *adjectivo*, *pronome*, *particípio*, *verbo*, *preposição*, *advérbio*, *conjunção* e *interjeição* (Souza 1804; Oliveira 1862/1864; Azevedo 1880; Leite 1882/1887) -, que se aplica em momentos da centúria muito distanciados entre si, bem como por um sistema de cinco classes de palavras - *substantivos*, *adjectivos*, *verbos*, *preposições* e *conjunções* (Couto e Melo 1818) -, por um sistema de nove classes de palavras - *artigo*, *nome*, *pronome*, *verbo*, *particípio*, *preposição*, *advérbio*, *conjunção* e *interjeição* (Ferreira 1819; Midosi 1842: 8) - e, ainda, por um sistema de três grandes classes de palavras - *nome*, *verbo*, palavras conectivas (*preposição* e *conjunção*) (Andrade Junior 1850¹⁰).

O facto de o *nome*, ou *substantivo*, ocupar o primeiro lugar, no conjunto das classes de palavras, parece continuar a dever-se à perspetivação de que o conhecimento das coisas do mundo se originaria na substância, categoria lógica que teria o seu correlato naquela categoria linguística.

¹⁰ Para além das consecutivas subdivisões a que submete o nome, o autor toma em consideração, no âmbito das *palavras conectivas*, elementos mínimos de significado indicadores, por exemplo, de género, número e pessoa.

De entre todas as classes de palavras, parece-nos, entretanto, importante destacar o tratamento conferido, pelos autores, ao *verbo*.

Observa-se, em geral, a apologia da ideia prisciânica emitida pelos responsáveis pela produção da *Grammaire générale et raisonnée* (Arnauld & Lancelot 1969: 66, 71) de que o verbo *ser*, correspondente ao verbo francês *être*, chamado de *verbo substantivo*, é, à semelhança do que sucede no latim, o único verdadeiro verbo ou o verbo por excelência, tendo um uso principal, a saber, o de significar “afirmação”, ou seja, “a ação do espírito do homem que atribui, pela fala, um atributo a um sujeito” (*idem*).

No entanto, para muitos gramáticos portugueses (Souza 1804: 49-50; Melo 1818: 87; Andrade Junior 1850: 11, 62¹¹, Barboza 1862: 146 147), o verbo *ser* marca, linguisticamente, numa ‘proposição’, uma relação de coexistência do sujeito com a sua respetiva qualidade, tal como, na senda do que, no século XVI (*apud* Beauzée 1767: tome I, 407, 408), havia exposto Robert Estienne (1503-1559), propugnam Du Marsais (1769: 281; 1987: 441), o abade de Condillac (1947: *Cours d’études, II – Grammaire*, 467, col. 2) e A. Court de Gébelin (1778: 174), vislumbrando-se, em Moraes Silva, a recuperação de uma proposta teórica coeva que tendia a reformular conceitos vigentes, ao trazer à colação os conceitos, aparentemente propostos por François-Urbain Domergue (1745-1810), de “*attribut commun*”, “*attribut particulier*” e “*attributs combinés*” (Thurot *apud* Harris 1796: 38), mediante a observação de que todos os verbos afirmam a “existência”, enquanto *atributo geral* identificado, por excelência, com o verbo *ser*, a que “e ajuntão todos os atributivos e ainda nomes usados compreensivamente ou atributivamente”, que poderiam ser designados por *atributos particulares* (Moraes Silva 1806: 55, n. 54, 60).

Digno de ressalva é o facto de alguns gramáticos portugueses adscreverem, explícita ou implicitamente, ao verbo substantivo *ser* o traço lógico-semântico de *existência intelectual*, preferindo, por isso, a nomenclatura proposta por Nicolas Beauzée e aplicando, consequentemente, ao verbo substantivo português a classificação de *verbo abstrato* e aos verbos ditos adjetivos a classificação de *verbos concretos* (Ferreira 1819: 28; Oliveira 1862: 18; Oliveira 1864: 16, 17; Azevedo 1880: 74).

É, entretanto, curiosamente, na década de oitenta do século XIX que Francisco José Monteiro Leite epitoma as correntes interpretativas do valor do verbo substantivo no quadro da *gramática geral* (Leite 1882: 91 38; 1887: 130, 49, 50).

¹¹ O autor aproxima, no que ao português diz respeito, o verbo *ser*, que não deixa de ser apresentado como *palavra por excelência*, do verbo *estar*, no qual também se poderia detetar uma ideia de *existência* quando modificado fosse por um *adjetivo atributivo* representativo de um atributo accidental.

Quem, em Portugal, logo na terceira década do século XIX, parece rejeitar, publicamente, pela primeira vez, a distinção tradicionalmente estabelecida entre verbo substantivo e verbos adjetivos é Francisco Solano Constancio (1831: 71, 72, 94; 1836: x, col. 1), informado pelo conhecimento - ainda limitado - de resultados de aplicação às línguas naturais de um método histórico e comparativo de análise linguística, nisso vindo a ser seguido, na década de 70, por Augusto Epiphânio da Silva Dias (1870: 18, n. 1, 20, n. 1).

4.1.3. Não de somenos importância é o facto de que é, ainda, sob a égide do grande movimento da *gramática geral* que se passa a utilizar e se difunde, em Portugal, no século XIX, o conceito de *proposição*, vindo a diferenciar-se, logo no início do século, para efeitos, provavelmente, didáticos, a sua composição e análise lógica da sua composição e análise gramatical.

Efetivamente, a *proposição* é entendida como a expressão do pensamento, mais especificamente, do juízo ou da vontade (Moraes Silva 1806: 16, n*); ou tão-só do juízo (Souza 1804: 156; Melo 1818: 239; Ferreira 1819: 114; Constancio 1831: 222; Barboza 1862: 276; Andrade Junior 1850: 132, 141¹²; Oliveira 1862: 55; Oliveira 1864: 61; Azevedo 1880: 15, 153; Leite 1882: 91, 129), sendo-lhe atribuídas duas ou três partes essenciais, correspondentes, exatamente, às partes essenciais em que se entendia decompor o juízo, segundo a lógica, a saber, o sujeito e o atributo, em que se incluía o nexa, ou, então, o sujeito, o atributo e o nexa que os unia.

Desta forma, os gramáticos cujas obras metalinguísticas temos vindo a escrutinar ora consideram que a *proposição* se compõe, basicamente, ou de *nome*, *verbo* e *adjetivo* (Souza 1804: 157), ou de *sujeito*, *atributo* e *verbo* (Moraes Silva 1806: 82-83; Ferreira 1819: 114), ou de *sujeito*, *verbo* e *atributo* (Melo 1818: 238; Azevedo 1880: 154), ou de *sujeito*, *atributo* (identificado com o termo *predicado*) e *verbo* (Barboza 1862: 88, 116, 153, 276, 315), ou de *sujeito*, *verbo* e *atributo* (identificado com o termo *predicado*) (Oliveira 1862: 56; Oliveira 1864: 62), ora entendem que a *proposição* se compõe de *sujeito* e *atributo*, incluindo este o verbo, que nele se destaca essencialmente (Andrade Junior 1850: 131-132; Leite 1887: 130).

Solano Constancio (1831: 204), por seu turno, introduz uma nota dissonante, que o vincula à herança gramatical latina de que, explicitamente, deseja afastar-se, pois observa que uma *proposição* pode conter um *agente*, ou *nominativo*, e um *atributo* ligados entre si através dos verbos de existência ou situação *ser* ou *estar* ou pode conter um *agente*, ou *nominativo*, “expresso ou subentendido”, “com ou sem atributo”, “ligado por um verbo ao seu

¹² A meio do século, surge, significativamente, a subdistinção entre *proposição assertiva* e *proposição dubitativa ou interrogativa* (Andrade Junior 1850: 158, 161).

regime directo ou indirecto”. Na verdade, apesar de algumas das suas asseverações transparecerem algum conhecimento de resultados da aplicação do método histórico-comparativo ao estudo das línguas naturais, ao se colocar sob o patrocínio intelectual de John Horne Tooke (1736-1812), de cuja *Epea pteroenta: or, The Diversions of Purley*, Parte I, publicada, em Londres, precisamente no sétimo ano (1798) que Solano Constancio perfazia em Londres, o autor português cita a observação de que a gramática filosófica constituía apenas “a most necessary step towards wisdom and true knowledge” (*apud* Constancio 1831: segunda capa), revela, ainda, alguma permeabilidade à influência que a supraindicada obra do mencionado académico inglês nele, certamente, tivera, como tivera na sociedade inglesa do primeiro terço do século XIX, tendo tornado Inglaterra imune à nova *filologia*, “until the results and methods finally had to be imported fom the continent in the 1830’s” (Hans Aarsleff, *apud* Naumann 2000: 1053, col. 2).

Interessantemente, Midosi (1842: 73), que utiliza o termo *sentença*, que Moraes Silva prefere a *proposição*, aduz que a *sentença* dita *simples* é tida por composta de “sujeito e verbo”. Deduz-se, entretentes, das asserções de Midosi que uma “*sentença simples*” integra uma oração, cujas partes constitutivas são “sujeito”, que, sendo realizado por um “Nome substantivo”, “significa a cousa de quem se falla”, “verbo”, que é identificado com um “*atributo*, que afirma ou nega uma acção”, e, nalguns casos, “*paciente*”, que, sendo igualmente realizado por um “nome” (Midosi 1842: 73), corresponde à “cousa a que [a] acção diz respeito” (Midosi 1842: 74).

Constatamos, assim, que apenas Andrade Junior e Monteiro Leite parecem seguir Arnauld & Lancelot, para quem a *proposição* apresentava dois termos, o *sujeito* e o *atributo*, ligados entre si no espírito do homem, sendo tal ligação, que significava *afirmação*, linguisticamente assinalada pelo verbo (Arnauld & Lancelot 1969: 66, 67), muito embora Andrade Junior tenda a refletir a noção de Du Marsais, que, juntamente com Beauzée, entendia, igualmente, que a *proposição* encerrava *sujeito* e *atributo*, de que o verbo iniciava sempre o *atributo*, nisso sendo, também, seguido por Beauzée (1767: t. II, 9-10).

Entretanto, Moraes Silva e Soares Ferreira estribam-se, plenamente, no pensamento de Condillac, que defendia que uma *proposição* devia ser composta de “trois termes” (Condillac 1947: *Cours d’études, II – Grammaire*, 453, col. 2) e, portanto, de “trois mots[,] e, sorte que deux soient les signes des deux idées que l’on compare, et que le troisième soit le signe de l’opération de l’esprit, lorsque nous jugeons du rapport de ces deux idées” (Condillac 1947: *Cours d’études, II – Grammaire*, 452, col. 2).

Constata-se, deste modo, que o primeiro lugar é, na *proposição*, na *sentença* ou na *oração*, sempre ocupado pelo *sujeito*, realizado, essencialmente, por via de um *nome*, ou *substantivo*. Dá-se, portanto, prioridade à substância (ora

radicante no sujeito, ora radicante no mundo em que o sujeito imirja para obtenção de conhecimento).

4.1.4. A par do conceito de *proposição*, há que fazer referência ao conceito de *complemento*. Muito embora seja utilizado, ao que parece pela primeira vez em Portugal, em 1802, por Moraes Silva, que o usa duas vezes na obra que sinalizamos, e, em 1803, por Jeronymo Soares Barboza, que dele faz uso sistematicamente, o conceito de *complemento* vai-se impondo desde, pelo menos, 1804, ano em que Dias de Souza dá ao prelo a sua *Grammatica portugueza*, restando, porém, saber se esse termo já teria surgido na obra de cariz didático que esse mesmo autor lançara em 1784.

Fora Du Marsais quem introduzira o termo *Complément* na linguagem gramatical (Beauzée 1767: 80; Thurot *apud* Harris 1796: 167, n1): “le grand mérite [...] de Du Marsais [...] c’est qu’il a explicité les principes qui fondent en raison, mais surtout en pratique la notion de complément” (Chevalier 1968: 650).

Beauzée define “[c]omplément d’un mot” como “addition faite à ce mot, afin d’en changer ou d’en compléter la signification” (Beauzée 1767: tome II, 44). Refere-se, assim, ao *complemento* de *espécies de palavras* detentoras de *significação generalizante* e suscetíveis de receber diferentes graus de determinação (Beauzée 1767: tome II, 45), bem como ao *complemento* de *espécies de palavras* que detêm uma *significação relativa* e que exigem a expressão de um termo consequente (Beauzée 1767: tome II, 45; 1789: 441, col. 1, col. 2).

A terminologia aplicada, por Beauzée (1767: t. II, 55-63), nas subespecificações do conceito de *complemento* é, entretanto, seguida de perto, de forma geral, pelos gramáticos portugueses, a partir, sobretudo, da noção de *regência* que, juntamente com a noção de *identidade*, ou *concordância*, subjaz ao tratamento da sintaxe, na quase totalidade dos estudos metalinguísticos portugueses oitocentistas influenciados pelo movimento da *gramática geral* que temos sob nossa mira, inerindo, no entanto, por influência de Du Marsais e de Beauzée, ao termo *regência* a ideia de *determinação* ou de *dependência*, que substitui, clara e sistematicamente, o termo *regência* apenas na gramática de Dias de Souza (1804: 116, 119, 159, 167, 208, 209).

Relativamente ao conceito de *complemento*, podemos, então, asserir que Dias de Souza (1804: 129, 170-171) adota a terminologia beauzense, como faz, aliás, o seu modelo, Court de Gébelin, o mesmo sucedendo com Couto e Melo (1818: 234-237), com Soares Ferreira (1819: 122, 124, 125), que ainda usa, de forma intercambiável, o termo *complemento* e *regime* (1819: 30), com Solano Constancio (1830: 179, 180, 204, 207, 229, 230, 232, 235, 238), com Soares Barboza (1862: 82, 153, 157-158, 200, 216, 236-239, 254-258, 263, 277-279, 298-299, 300-306, 316-330), com Andrade Junior

(1850: 131, 133-135, 140-142, 155-162), com Bento de Oliveira (1862: 15-16, 18-19, 43, 47, 58-59, 60, 69-73; 1864: 13-15, 17-18, 47, 37, 40-41, 52, 65-67, 77-80, 82), com Domingos de Azevedo (1880: 155-157), que lembra, parenteticamente, o termo que *complemento* substitui, e com Monteiro Leite (1882: 32, 37, 39, 84, 85-88, 92, 95, 117-118; 1887: 50, 51, 52, 111, 114, 121-122, 131, 132, 151-152, 153-160, 186, 191-192, 193), verificando-se, neste último, a utilização do termo *regime* em troços da edição de 1882 da sua obra gramatical sob análise aos quais corresponderão, na edição de 1887, troços que já incluem o termo *complemento* (1882: 72; 1887: 114) e a utilização, de forma intercambiável, do termo *complemento* e do termo *regime* (1887: 151). Digno de registo é o facto de Midosi (1842) não utilizar o termo *complemento*, apesar de utilizar o termo *regimen* (Midosi 1842: 79) e *regente* (Midosi 1842: 89).

5. Em suma, podemos asserir que alguns factos são comuns à diversidade de pontos de vista evidenciada nas obras metalinguísticas do português que, sendo publicadas, na centúria de Oitocentos, se colocam sob a égide das variantes epistemológicas representativas da *gramática geral*, prevalecendo, às vezes ecleticamente, a vertente tendencialmente empirista representada por Nicolas Beauzée, por um lado, e, por outro lado, a variante ora marcadamente empirista, que tem o seu epigono em Étienne Bonot de Condillac, ora radicalmente empirista, na linha dos Ideólogos franceses, a saber:

- o facto de que o pensamento está associado ao domínio da linguagem verbal e, portanto, ao uso de línguas específicas, independentemente de o pensamento ter primazia sobre a linguagem ou de a linguagem ter primazia sobre a formação do pensamento;

- o facto de que as línguas são, de modo geral, encaradas como métodos analíticos do pensamento;

- a emergência e difusão do conceito de *proposição* como reflexo do juízo (lógico), daí decorrendo, de forma sistemática, com uma exceção detetada, até à década de setenta, a conceituação do *verbo*, mais exatamente, do chamado *verbo substantivo*;

- o facto de que, no que às classes de palavras diz respeito, não levando em linha de conta, em alguns casos, a distinção entre a *interjeição* e as ditas *palavras discursadas*, é o *substantivo* que aparece em primeiro lugar, tal como o *sujeito*, no quadro da análise da sintaxe, aparece, enquanto paradigmaticamente realizado por um núcleo substantival, como o termo mais importante da *proposição* ou da *oração*: se os autores da *Grammaire Générale et Raisonnée*, mediante a defesa do primado do sujeito, priorizam, segundo o ponto de vista da lógica, a substância, Condillac é guiado pela

suposta ordem da geração de ideias e das suas denominações, começando pelos objetos das primeiras sensações (Ricken 1984: 343; Siouffi 2000: 145);
- finalmente, o facto de que o conceito de *complemento* passa, progressivamente, a substituir o conceito de *regime*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABBAGNANO, Nicola. ⁵2000[1976]. *História da filosofia*. Vol. 6. Trad. port. por António Ramos Rosa. Lisboa: Editorial Presença.

ALMEIDA, Joaquim da Costa. 2001. *Reflexos de Prisciano na Gramática da Língua Portuguesa de João de Barros. Subsídios para a didáctica da língua no século XVI*. Dissertação de Mestrado em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

AMOR COUTO, Manuel. 2004. “Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filológica de Jerónimo Soares Barbosa”. *Revista Galega de Filoloxía* 5. 11-31.

ANDRADE JUNIOR, Francisco Ferreira de. 1850. *Grammatica das grammaticas da lingua portugueza ou principios e preceitos compilados dos mais acreditados autores que sobre este assumpto tem tratado até o presente, e explicados de modo a serem comprehendidos por pessoas de todas as intelligencias*. Lisboa: Na Typographia das Sciencias e Artes.

ARNAULD, Antoine & Claude Lancelot. 1969. *Grammaire générale et raisonnée, contenant les fondements de l'art de parler, expliqués d'une manière claire et naturelle; les raisons de ce qui est commun a toutes les langues, et des principales différences qui s'y rencontrent, etc.*; avec les remarques de Ch. Duclos, nouvelle édition d'après l'édition de l'Imprimerie d'Auguste Delalain. Paris: Republications Paulet.

ARENS, Hans. 1975. *La lingüística: sus textos y su evolución desde la Antigüedad hasta nuestros días*, versión española de José María Díaz-Regañón López. Tomos I e II. Madrid: Gredos.

AUROUX, Sylvain & A[nne] Boës (avec la collaboration de Ch[arles] Porset). 1981. “Court de Gêbelin (1725-1784) et le comparatisme. Deux textes inédits”. *Histoire, Épistémologie, Langage* 3:2: *De la grammaire à la linguistique*. 21-67.

BARATIN, Marc. 1989a. “La constitution de la grammaire et de la dialectique”. *Histoire des idées linguistiques*. Tome 1: *La naissance des métalangages en Orient et en Occident* dir. par Sylvain Auroux, 186-206. Liège/Bruxelles: Pierre Mardaga Éditeur.

BARATIN, Marc. 1989b. “La constitution de la grammaire et de la dialectique”. *Histoire des idées linguistiques*. Tome 1: *La naissance des métalangages en Orient et en Occident* dir. par Sylvain Auroux, 207-227. Liège/Bruxelles: Pierre Mardaga Éditeur.

BARATIN, Marc. 1989c. “La constitution de la grammaire et de la dialectique”. *Histoire des idées linguistiques*. Tome 1: *La naissance des métalangages en Orient et en Occident* dir. par Sylvain Auroux, 228-242. Liège/Bruxelles: Pierre Mardaga Éditeur.

BARATIN, Marc. 1989d. *La naissance de la syntaxe à Rome*. Paris: Les Éditions de Minuit.

BARBOZA, Jeronymo Soares. ³1862. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia.

BEAUZÉE, Nicolas. 1767. *Grammaire générale, ou exposition raisonnée des éléments neccessaires du langage, pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues*. Tomes I & II. A Paris: De l'imprimerie de J. Barbou, rue & vis-à-vis la grille des Mathurins.

BEAUZÉE, Nicolas. 1789. "Complément". *Encyclopédie méthodique. Grammaire et littérature*; par MM. Du Marsais, Marmontel, de l'Académie Françoisfe, [et] M. Beauzée, de la même Académie, dédiée et présentée a Monsieur Le Camus de Néville, Maître des Requêtes, Intendant de Bordeaux, tome I, partie II, 441: col. 1-447: col. 1. A Paris: chez Panckoucke.

BEAUZÉE, Nicolas & Jacques-Philippe-Augustin Douchet. 1784. "Grammaire". *Encyclopédie méthodique. Grammaire et littérature*, dédiée et présentée a Monsieur Le Camus de Néville, Maître des Requêtes, Directeur Général de la Librairie, tome II, partie I, 189: col.2 -197: col. 1. A Paris/A Liège: chez Panckoucke /chez Plomteux.

BECCARI, Alessandro Jocelito. 2007. *Uma abordagem da Gramática Especulativa de Thomas de Erfurt: antecedentes históricos, metalinguagem, classes do nome e do pronome, sintaxe*. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Letras (área de concentração: Estudos Linguísticos). Curitiba: Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná.

BURSILL-HALL, G[oeffrey]. L[eslie]. 1975. "The Middle Ages". *Current Trends in Linguistics*, vol. 13: *Historiography of Linguistics*, ed. by Thomas A. Sebeok, 179-230. The Hague/Paris: Mouton.

CARVALHO, José G[onçalo]. Herculano de. 1984. *Pequena contribuição à história da linguística*. Coimbra: Coimbra Editora.

CHEVALIER, Jean-Claude. 1968. *La notion de 'complément' chez les grammairiens. Étude de grammaire française (1530-1750)*. Genève: Librairie Droz.

CONDILLAC, Étienne Bonnot de. 1947. *Essai sur l'origine des connoissances humaines. Œuvres philosophiques de Condillac*, texte établi et présenté par Georges le Roy, vol. 1, 1-118. Paris: Presses Universitaires de France.

CONDILLAC, Étienne Bonnot de. 1947. *Cours d'études pour l'instruction du Prince de Parme. Œuvres philosophiques de Condillac*, texte établi et présenté par Georges le Roy, vol. 1, 395-776. Paris: Presses Universitaires de France.

CONSTANCIO, Francisco Solano. 1831. *Grammatica analytica da lingua portugueza, offerecida á mocidade estudiosa de Portugal e do Brasil*. Paris/Rio de Janeiro: Aillaud/Souza, Laemmert & C.^a.

COVINGTON, Michael A. 1992. "Medieval Scholastic Grammar". *International Encyclopedia of Linguistics*, vol. 2, ed. by William Bright, 149: col. 1-152: col. 1. New York/Oxford: Oxford University Press.

DESBORDES, Françoise. 1998. "La pratique étymologique des Latins et son rapport à l'histoire". *Lexique 14: L'étymologie, de l'Antiquité à la Renaissance*, coord. et prés. Claude Buridant, 69-79. Presses Universitaires du Septentrion.

DROIXHE, Daniel. 2000. "Universal Language Schemes in the 17th Century". *History of the Language Sciences: an International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, vol. 1, ed. by Sylvain Auroux, E.F.K. Koerner, Hans-Josef Niederehe & Kees Versteegh, 1057-1071. Berlin/ New York: Walter de Gruyter.

DU MARSAIS, César Chesneau. 1769. *Logique et Principes de grammaire*, ouvrages posthume en partie, [&] en partie extraits de plusieurs Traités qui ont déjà paru de cet Auteur. Première Partie. A Paris: chez Briasson, Libraire, Le Breton, premier Imprimeur du Roi, & Herissant Fils, Libraire.

DU MARSAIS, César Chesneau. 1987. *Les véritables principes de la grammaire et autres textes (1729-1756)*, texte revu par Françoise Douay-Soublin. Tours: Centre National des Lettres/Librairie Arthème Fayard.

FERREIRA, Francisco Soares. 1819. *Elementos de grammatica portugueza, ordenados segundo a doutrina dos melhores grammaticos, para aplanar á mocidade o estudo da sua lingua*. Lisboa: Na Impressão Regia.

GRONDEUX, Anne. 2000. "La *Grammatica positiva* dans le Bas Moyen Âge". *History of the Language Sciences: an International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, vol. 1, ed. by Sylvain Auroux, E.F.K. Koerner, Hans-Josef Niederehe & Kees Versteegh, 598-610. Berlin/New York: Walter de Gruyter.

HARRIS, James. 1796. *Hermès, ou recherches philosophiques sur la grammaire universelle*, ouvrage traduit de l'anglois, de Jacques Harris, avec des remarques et des additions, par François Thurot. Paris: Imprimerie de la République.

HOLTZ, Louis. 2000. "Alcuin et la redécouverte de priscien a l'époque carolingienne". *History of the Language Sciences: an International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, vol. 1, ed. by Sylvain Auroux, E.F.K. Koerner, Hans-Josef Niederehe and Kees Versteegh, 525: col. 1-532: col. 2. Berlin / New York: Walter de Gruyter.

ILDEFONSE, Frédérique. 1997. *La naissance de la grammaire dans l'antiquité grecque*. Paris: J. Vrin.

KELLY, Louis G[erard]. 1977. "La physique d'Aristote et la phrase simple dans les ouvrages de grammaire spéculative", trad. de l'anglais par Georges Garnier. *La grammaire générale: des modistes aux idéologues*, ed. par André Joly & Jean Stéfani, 107-124. Villeneuve-d'Ascq: Publications de l'Université de Lille III.

LABORDA GIL, Xavier. 2004 [1978]. *La gramática de Port-Royal: fuentes, contenido y interpretación*, Tesis de Licenciatura en Filología, edición electrónica. Barcelona: Universidad de Barcelona.

LAW, Vivien. 1992. "Early Middle Ages". *International Encyclopedia of Linguistics*, vol. 2, ed. by William Bright, 147: col. 2-149: col. 1. New York / Oxford: Oxford University Press.

LAW, Vivien. 1997. *Grammar and Grammairens in the Early Middle Ages*. London/New York: Longman.

LECOINTRE, Claire. 2000. "Les transformations de l'héritage médiéval dans l'Europe du XVIIe siècle". *History of the Language Sciences: an International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, volume 1 ed. by Sylvain Auroux, E.F.K. Koerner, Hans-Josef Niederehe & Kees Versteegh, 1002-1008. Berlin/New York: Walter de Gruyter.

LEITE, Francisco José Monteiro. 1882. *Nova grammatica portugueza para uso dos lyceus e das escholas normaes conforme os programmas officiaes*. Porto: Clavel & C.^a A. J. da Silva Teixeira.

LEITE, Francisco José Monteiro. 1887. *Grammatica portugueza dos lyceus, em que se contém toda a doutrina exigida pelo ultimo programma official, organizado pelo Conselho Superior d'Istrucção Publica*. Porto: Eduardo da Costa Santos.

LUHTALA, A[nneli]. 1994. "Grammar, Early Medieval". *The Encyclopedia of Language and Linguistics*, vol. 3, ed. by R. E. Asher (editor-in-chief), 1461: col. 1-1468: col. 1. Oxford/ New York/ Seoul/ Tokyo: Pergamon Press Ltd.

LUHTALA, Anneli. 2000. "Linguistics and theology in the Early Medieval West". *History of the Language Sciences: an International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, vol. 1, ed. by Sylvain Auroux, E.F.K. Koerner, Hans-Josef Niederehe & Kees Versteegh, 510: col. 1-525: col. 2. Berlin/New York: Walter de Gruyter.

MAAT, Jaap. 2000. "Universal language schemes in the 17th century". *History of the Language Sciences: an International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, vol. 1, ed. by Sylvain Auroux, E.F.K. Koerner, Hans-Josef Niederehe & Kees Versteegh, 1030: col. 1-1043: col. 2. Berlin/New York: Walter de Gruyter.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 1999. "La *Grammatica Audax* (1654) de Juan Caramuel y la tradición de la gramática general y filosófica". *Actas del I Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística (A Coruña, 18-21 de febrero de 1997)* ed. por Mauro Fernández Rodríguez, Francisco García Gondar & Nancy Vázquez Veiga, 479-491. Madrid: Arco/Libros.

MARTÍNEZ GONZÁLEZ, Antonio. 2009. "Antecedentes clásicos: la Gramática en Grecia y Roma". *Historia de las ideas lingüísticas. Gramáticos de la España meridional* ed. por Antonio Martínez González, 13-16. Frankfurt am Main: Peter Lang.

MELO, João Crisóstomo do Couto e. 1818. *Gramática filosófica da linguagem português*. Lisboa: Na Impressão Régia.

MIDOSI, Luiz Francisco. 1842. *Compendio de grammica portuguesa para instrução da mocidade e uso das escolas*. Lisboa: Na Imprensa Nacional.

MORAES SILVA, Antonio de. 1806. *Epitome de grammica da lingua portuguesa*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

NAUMANN, Bernd. 2000. “Die ‘Allgemeine Sprachwissenschaft’ um die Wende zum 19. Jahrhundert”. *History of the Language Sciences: an International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, vol. 1, ed. by Sylvain Auroux, E.F.K. Koerner, Hans-Josef Niederehe & Kees Versteegh, 1044: col. 1-1056: col. 2. Berlin/New York: Walter de Gruyter.

OLIVEIRA, Bento José de. 1862. *Nova grammica portuguesa compilada de nossos melhores auctores*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

OLIVEIRA, Bento José de. 1864. *Nova grammica portuguesa compilada dos nossos melhores auctores*, segunda edição melhorada. Coimbra: na Imprensa da Universidade.

PERCIVAL, Keith. 1975. “The Grammatical Tradition and the Rise of the Vernaculars”. *Current Trends in Linguistics*, vol. 13: *Historiography of Linguistics* ed. by Thomas A. Sebeok, 231-275. The Hague/Paris: Mouton.

RICKEN, Ulrich. 1989. “Les premières éditions de la *Grammaire de Condillac et ses différents textes*”. *Actes du XVIIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes (Université de Trèves (Trier) 1986)*, tome VII, *Histoire de la linguistique et de la philologie romanes. Philologie romane et langues romanes; prise de conscience ou: la philologie pour quoi faire ?*. *Travaux en cours* ed. par Dieter Kremer, 92-100. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.

ROBINS, R[obert]. H[enry]. 2000. *Breve historia de la lingüística*. Trad. esp. de María Condor. Madrid: Ediciones Cátedra (Grupo Anaya, S.^a).

ROBOREDO, Amaro de. 1619. *Methodo grammatical para todas as lingvas*. Lisboa: Pedro Craesbeeck.

ROLFE, J[ohn] C[arew] ed. and transl. 1998. *Suetonius*, revised with new introduction, volumes I, II. Cambridge / London: Harvard University Press.

ROSIER, Irène. 1981. “La notion de partie du discours dans la grammaire spéculative”. *Histoire, Épistémologie, Langage* 3:1. 49-62.

ROSIER-CATACH, Irène. 2000. “La grammaire spéculative du Bas Moyen-Âge”. *History of the Language Sciences: an International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*, volume 1, ed. by Sylvain Auroux, E.F.K. Koerner, Hans-Josef Niederehe & Kees Versteegh, 541-550. Berlin / New York: Walter de Gruyter.

ROUSSE, Jean & Monique Verrac. 1992. “Grande-Bretagne”. *Histoire des idées linguistiques*, tome 2: *Le développement de la grammaire occidentale*, dirig. par Sylvain Auroux, 339-358. Liège: Pierre Mardaga Éditeur.

SANTOS, Maria Helena Pessoa. 2010. *As ideias linguísticas portuguesas na centúria de Oitocentos*, Partes I e II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. ³1996. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto.

SIOUFFI, Gilles. 2000. "Les ambiguïtés de la rationalité dans le discours linguistique: l'exemple de l'époque classique (XVIIe-XVIIIe siècles)". *Actes du XXIIe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes: Bruxelles, 23-29 juillet 1998* ed. par Annick Englebert, Michel Pierrard, Laurence Rosier & Dan Van Raemdonck, 139-147. Tübingen, Niemeyer.

SOUZA, Manoel Dias de. 1804. *Grammatica portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres grammaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros*. Coimbra: Na Imprensa da Universidade.

STÉFANINI, Jean. 1977. "De la grammaire aristotélicienne". *La grammaire générale: des modistes aux idéologues*, ed. par André Joly & Jean Stéfanini, 97-106. Villeneuve-d'Ascq: Publications de l' Université de Lille III.

THOMAS OF ERFURT (1972). *Grammatica speculativa*, an edition with translation and commentary by G. L. Bursill-Hall. London: Longman.

THUROT, Jean-François. 1970. *Tableau des progrès de la science grammaticale (Discours préliminaire a "Hermès")*, introduction et notes par André Joly. Bordeaux: Ducros.

A Gramática Racionalista em Espanha

(Séculos XVI-XIX)

LA GRAMÁTICA RACIONALISTA EN ESPAÑA Y EUROPA EN EL SIGLO XVI*

1. INTRODUCCIÓN

Durante el siglo XVI surge un método de estudio gramatical que trata de diferenciarse de las gramáticas descriptivo-normativas y meramente instrumentales. Su intención no es ya capacitar al *puer* para leer y comprender los textos grecolatinos (lo que llamamos *enarratio auctorum*) ni tampoco prescribirle las reglas de la *elegantia* retórico-gramatical según el *usus* de los autores más autorizados. Ahora, retomando los planteamientos de gramáticos antiguos, como Apolonio Díscolo y Prisciano, se intenta reflexionar teóricamente sobre la lengua. Se distingue claramente entre la gramática y los textos; la gramática deja de convertirse en *ancilla*, reclama una identidad propia y su estudio se dignifica (Sánchez Salor 2002: 291 ss.), siendo considerada una “ciencia” a la que debe aplicarse la *ratio* como criterio científico; la interpretación de los textos (*enarratio auctorum*), en cambio, pasa al campo de la retórica, que se convierte así en hermenéutica.

Esta postura, que triunfa especialmente en los tratados gramaticales de la segunda mitad del siglo XVI, lleva implícitas varias consecuencias: se omite explícitamente la parte de la *enarratio auctorum* como función del gramático; desaparece el estudio de la fonética y morfología; se abandona también el estudio léxico; la gramática se convierte en un análisis de la teoría gramatical centrado en la *oratio* o sintaxis, que se convierte en el *scopus* de

* El presente artículo se inscribe en el marco de los siguientes Proyectos de Investigación: “Las teorías gramaticales y las gramáticas latinas y vernáculas (siglos XVI-XVIII)” (Referencia: FFI2011-24479), dirigido por el Dr. D. Eustaquio Sánchez Salor; y “Textos e imágenes de la memoria: retórica y artes de memoria en el siglo XVI” (Referencia FFI2011-26420), dirigido por el Dr. D. Luis Merino Jerez.

la gramática (Codoñer 2003: 137-167; Sánchez Salor 2002: 360-363); y, en fin, se distingue un doble nivel de análisis lingüístico: el nivel de lengua y el de habla, también llamados estructura profunda y superficial o semántica y sintaxis.

Este nuevo tipo de estudio gramatical se distancia de los métodos de Valla, de Nebrija y de sus seguidores y, en este sentido, supone una ruptura con la gramática inmediatamente anterior; pero vuelve a reconsiderar algunos planteamientos de los gramáticos antiguos (Apolonio y Prisciano) y de la gramática medieval modista de los siglos XIII y XIV y, en este sentido, podemos hablar de continuidad lingüística (Sánchez Salor 1996: 25-48).

Vemos, por tanto, que en el siglo XVI la gramática deja paso a la lingüística y que del estudio de *usus* elegante se pasa a la reflexión sobre las *rationes* de la lengua. Podemos, entonces, afirmar en un sentido amplio que durante el siglo XV y el primer tercio del XVI domina la gramática de la “elegancia”; que a lo largo del siglo XVI se va imponiendo la gramática racionalista; y que durante el siglo XVII ésta deriva en gramática filosófica.

2. GRAMÁTICA DESCRIPTIVA *VERSUS* GRAMÁTICA RACIONAL

La obra que más claramente encarna la gramática racional del siglo XVI es la *Minerva seu de causis linguae latinae* del Brocense. Al estar publicada en 1587, esto es, al final del llamado Humanismo renacentista, ello le permite conocer todos los planteamientos gramaticales anteriores y servirle de ellos para sus formulaciones lingüísticas. Constituye, en efecto, el clímax de la tendencia lingüística racionalista y, asimismo, es el testamento gramatical de Francisco Sánchez de las Brozas.

La *Minerva*, como decimos, supone la máxima manifestación de la corriente gramatical racionalista de los siglos XVI y XVII. Sabido es que, en términos generales, todas estas gramáticas racionales, generales y filosóficas suponen una continuación y evolución del pensamiento lingüístico renovador difundido por el Humanismo renacentista, aunque en ocasiones sus ideas parecen volver a las concepciones lógico-gramaticales de la gramática especulativa medieval y son conjugadas con los nuevos planteamientos preceptuados por los *studia humanitatis* (Ponce de León 2002: 493). Así, se puede hablar de dos tendencias gramaticales, normalmente enfrentadas, aunque a veces conciliables.

Por un lado, tenemos la gramática normativa, prescriptiva y descriptiva del *usus* y la *elegantia*, que surge tempranamente a mediados del siglo XV como reacción a la gramática medieval y cuya máxima pretensión es recuperar y enseñar el latín correcto y elegante de los autores clásicos; en este apartado tenemos fundamentalmente a Valla (López 1999), Nebrija y sus seguidores,

pudiéndose incluir también el *Mercurius Maior* (1540) de Saturnio (Mañas 1997) pues, a pesar de sus reflexiones lógico-lingüísticas de carácter racional y general, no deja de ser una gramática normativa y descriptiva, y los *De institutione grammatica libri tres* (1572) del jesuita madeirense Manuel Álvarez (Gómez 2003), por la inclinación didáctica que subyace en su obra¹, si bien ello no impide que haya extensas explicaciones sintácticas conectadas con el tipo de gramática teórica y general (Mañas 1999).

La segunda tendencia gramatical es la que Sánchez Salor ha llamado la “gramática de las causas” y su fin último consiste en el análisis de las *rationes* y las *causae* filosóficas y lingüísticas que explican las expresiones concretas de una lengua determinada, normalmente el latín, aunque estas operaciones y esquemas racionales tendrían validez para todas las lenguas; se distinguen, pues, dos niveles: un nivel de estructura profunda o racional, donde operan esquemas o reglas más o menos generales que dan cuenta de los constituyentes lógicos de la frase y de las relaciones entre ellos; y un nivel de estructura superficial o de realización sintáctica, que es el uso, donde puede haber cambios respecto a la estructura racional debidos a la intervención de reglas gramaticales en el paso de un nivel a otro, reglas como la elipsis, el cambio de orden, etc., que dan cuenta de las asimetrías entre un nivel y otro (Sánchez Salor 2002: 352 ss.). Dentro de esta corriente se ubican diversos tratados del siglo XVI, como los *De emendata structura latini sermonis libri sex* (1524) de Linacro (Harto 1998), el *De causis linguae latinae* (1540) de Julio César Escalígero (Galán 2004), las *Scholae grammaticae* (1559) de Petrus Ramus o la mencionada *Minerva seu de causis linguae latinae* (1587) de Francisco Sánchez de las Brozas (Sánchez Salor & Chaparro 1995); pero también una serie de gramáticas filosóficas² aparecidas en el siglo XVII, tales como la *Grammatica philosophica* de Gaspar Scioppio (1628)³, los siete libros del *Aristarchus sive de arte grammatica* (1635 y 1695) de Gerardo Juan Vossio, la *Grammatica philosophica* de Tomás Campanella (1638)⁴ o la *Grammatica*

¹ Cf. Percival (1975: 242). De hecho, como veremos más adelante, G. Scioppio la considera una gramática perteneciente a la tradición anterior (*grammatica cloacina*), que es la que se propone erradicar, y no una gramática de las “causas”.

² El propio filósofo Francis Bacon (1561-1626) bosquejó en su obra *De dignitate et augmentis scientiarum* (1605 y 1623) la distinción entre una *grammatica litteraria* (el ars para aprender gramática), una *grammatica philosophica* (que estudia la relación entre las palabras y las cosas) y una *grammatica nobilissima* que, comparando las diversas lenguas entre sí, las enriquece y crea una lengua perfecta, cf. Lecointre (2000-2001: 1007).

³ Hay estudio, edición crítica y traducción francesa en la tesis doctoral de Claire Lecointre (1993), aunque no hemos podido consultarla. Está anunciada su próxima publicación en Genève, Droz, pero, hasta la fecha, no tenemos noticia de que haya visto la luz.

⁴ Tomás Campanella (1568-1639), dominico italiano, distingue en su *Philosophiae rationalis pars prima continens grammaticalium libros tres* (1638) dos tipos de gramáticas: la *grammatica civilis* o gramática de uso, que se apoya en la autoridad de los buenos escritores, y la *grammatica philosophica*, general, teórica y racional, que es vista como una ciencia y tiene claras resonancias de la gramática modista (Padley 1976: 160-178.).

audax (1654) de Juan Caramuel (Martínez 2001), influidas todas en mayor o menor medida por los autores antes citados, pero especialmente por el Brocense (Sánchez Salor 2012). En todas estas obras se otorga a la gramática la categoría de ciencia, por lo que no son libros destinados a la enseñanza escolástica de la lengua latina, sino más bien al análisis racional de las estructuras lingüísticas, fundamentalmente sintácticas, desde presupuestos filosóficos y lingüísticos. Estos autores, en efecto, cuando quieren hacer manuales para aprender los rudimentos gramaticales del latín, publican obras que llevan por título *Rudimenta grammatices* o *Rudimenta grammaticae philosophicae*, como es el caso de Linacro y Scioppio respectivamente, o *Institutiones grammaticae latinae*, como ocurre con el Brocense, siempre de forma paralela y complementaria a sus grandes tratados más teóricos y generales.

Como resumen de todo lo dicho, nos parece ilustrativo exponer una larga cita del jesuita Hervás y Panduro (1735-1809) donde, de forma implícita, distingue ya entre estas dos tendencias gramaticales de las que venimos hablando (la gramática de las elegancias y la gramática de las causas) y, con cierto fervor patriótico, proclama a los españoles, en concreto al Padre Álvarez (al que parece considerar español) y, sobre todo, al Brocense, como los fundadores y propulsores de la gramática teórica, racional y general que inspiró luego a los gramáticos modernos de los siglos posteriores, destacando el valor didáctico de la gramática de Álvarez y, sobre todo, las excelencias pedagógicas de la gramática reformada de Nebrija, por ser la usada en España, pero también por ser obra, más que de Nebrija, del jesuita Juan de la Cerda, quien introdujo en el texto nebricense las ideas lingüísticas sanctianas:

La nación española, según la confesión de los críticos, fue la primera, que reformando las confusas y aun inútiles ideas que había en las obras de los gramáticos antiguos, propuso para el estudio práctico de la latinidad el mejor método gramático, que después ha servido de modelo para formar las gramáticas de otras lenguas. Walchio en la historia crítica de la lengua latina dice que el P. Manuel Álvarez fue el primero que, despreciando las ridiculeces de los antiguos y fixando la atención en cosas sólidas, escribió las mejores instituciones del idioma latino. Éste es el común sentir de los gramáticos, del qual no se atrevió a separar Gaspar Scioppio, que aunque enemigo siempre irreconciliable e irreligioso de los Jesuitas (como se nota en las obras de Baile y Baillet) no pudo menos de confesar que 'Álvarez se llevó la palma entre los gramáticos por sus instituciones gramáticas; y que Francisco Sánchez por su libro intitulado *Minerva* (publicado cinco años después de la muerte de Álvarez) mereció ser llamado padre y doctor de los gramáticos'. Justo Lipsio llamó a Sánchez Mercurio y Apolo de España. La gramática de Álvarez ha sido comunísima en varios Reynos de Europa, y la he visto traducida en Italiano, Ilirico, Alemán y Japón; mas sin ofender la gloria de este primer reformador de las gramáticas, se puede y debe decir que su gramática es inferior a la que se usa en España con el nombre de Antonio Nebrija. Esta gramática, que como notan Nicolás Antonio y Baillet, es del P. Juan de la Cerda (y con error se cree de Nebrija) ha merecido sumas alabanzas de Scioppio, de Vossio, y de otros gramáticos de fama; y según mi parecer,

para su total perfección solamente sería de desear que se pusiesen en español los versos latinos que Cerda pone para dar las reglas de los géneros de los nombres y de los pretéritos y supinos de los verbos. Enseñando yo la latinidad en el colegio Jesuítico de Cáceres puse en versos Españoles las dichas reglas; y experimenté útil esta traducción (Hervás y Panduro 1789: 96-97).

Vemos cómo Hervás y Panduro considera que la gramática de Álvarez es inferior a la gramática de Nebrija reformada por el Padre De la Cerda, lo que equivale a decir que la *grammatica sanctiana* (pues está demostrado que De la Cerda incluye doctrinas de la *Minerva*) es también superior a la de Álvarez (Sánchez Salor 2002: 146-197).

3. EL ORIGEN DEL SIGNO LINGÜÍSTICO

Buena muestra de que las gramáticas racionalistas son auténticos tratados de lingüística general es que abordan problemas tan controvertidos y debatidos en la historia de la lingüística como el del origen del lenguaje. La relación de las palabras con la realidad o, dicho de otro modo, el vínculo existente entre el significante y el significado ya se planteaba en el *Génesis* (2.19-20), cuando Adán, cumpliendo el mandato divino, puso nombre a todos los vivientes reflejando sus cualidades esenciales. No obstante, son dos los planteamientos que más polémica han suscitado: tenemos, por un lado, la doctrina de Platón y de los platónicos, para quienes existe un lazo natural o no arbitrario entre signo y contenido (tesis naturalista); y por otro lado, la concepción de Aristóteles y de los aristotélicos, quienes defienden la arbitrariedad del signo lingüístico, afirmando que los lazos entre las palabras y las cosas están fundamentados exclusivamente en la convención (tesis convencionalista). Estas dos posturas, la naturalista y la convencionalista, que llevan implícita la oposición *physis/nómos*, son las fundamentales y en torno a ellas se articulan siempre todas las nomos discusiones al respecto mantenidas posteriormente a lo largo de la Edad Media y el Renacimiento, ya tomando partido por una de las dos, ya intentando combinar ambas.

Podemos afirmar que durante la Edad Media la posición dominante fue la de la arbitrariedad del signo lingüístico, pues la Escolástica medieval, aristotélico-tomista, terminista y nominalista, se fundamenta en Aristóteles, especialmente en lo relativo a la lógica. En pleno Renacimiento se sigue sosteniendo esta postura tanto por parte de la Neoescolástica que – especialmente en España – convive con el Humanismo, como por los humanistas que se confiesan claramente aristotélicos; es el caso, por ejemplo, de Julio César Escaligero. Sin embargo, existe una notable diferencia entre estas dos corrientes: mientras que la Neoescolástica hereda su actitud de la tradición medieval, sin fijarse en los textos originales del Estagirita, los humanistas beben directamente de las fuentes griegas, despreciando las

interpretaciones y desarrollos que los lógicos terministas y nominalistas del Medievo hicieron de las obras de Aristóteles en sus denominadas *Summulae*.

Pero hay también otra serie de humanistas, normalmente de tendencia erasmista y neoestoica, que se sienten más atraídos por las posturas platónicas, quizás porque se adecuan mejor a los postulados cristianos. Dentro de esta corriente habremos de situar las tesis naturalistas sobre el origen del lenguaje contenidas en los *Paradoxa* y en la *Minerva* de Francisco Sánchez de las Brozas.

Como hemos dicho, Escalígero dedica los tres primeros capítulos (capítulos 66-68) del libro III del *De causis linguae latinae* a exponer su teoría aristotélica de la arbitrariedad del signo lingüístico. Desde presupuestos lógicos y epistemológicos (capítulo 66), establece que hay un primer modo de conocimiento, el conocimiento sensorial, según el cual las realidades quedan impresas en el intelecto mediante los sentidos: lo que queda en la mente, como si fuera un espejo, son las imágenes o nociones de las realidades. Pero también hay un segundo modo de conocimiento, el conocimiento intelectual, en el que las imágenes de las realidades llegan al intelecto mediante el lenguaje escrito o hablado. Escalígero distingue así cuatro niveles en este segundo modo de intelección: la palabra escrita (*scriptura*), la palabra hablada (*vox*), la imagen mental (*notio*) y la realidad (*res*). La palabra escrita es signo de la palabra hablada; la palabra hablada es signo de la imagen mental; y la imagen mental es signo de la realidad. De estos cuatro elementos descritos, dos de ellos, la *res* y la *notio* existen por naturaleza, mientras que los otros dos, la *vox* y la *scriptura* son convencionales, se deben al arbitrio del primero que puso nombre a las cosas y, por ello, tales nombres son diferentes en los distintos idiomas. Según estos planteamientos, define la *dictio* o palabra del siguiente modo:

Nota unius speciei quae est in animo, indita ei rei cuius est species secundum vocem pro arbitratu eius qui primo indidit (Escalígero, *De causis* III.66: 268-269).⁵

En esta definición encontramos los elementos fundamentales de su doctrina: la realidad extralingüística (*res*), la imagen mental o significado (*species quae est in animo*) y la palabra convencional o significante (*vox*).

El segundo capítulo (67) está dedicado a refutar y ridiculizar la doctrina naturalista platónica con argumentos sólidos y racionales como los siguientes: en todas las lenguas se da la homonimia, esto es, una misma palabra designa cosas diferentes (por ejemplo: *canis* significa una constelación y un animal);

⁵ “Signo de una sola imagen mental que designa a la cosa de la que es imagen con un vocablo que se debe al arbitrio del que le puso el nombre por primera vez”.

también vemos que una sola y misma realidad se designa con palabras distintas en las distintas lenguas (por ejemplo, “viento” se dice *ventus* en latín y *ánemos* en griego); y comprobamos, asimismo, que una misma palabra puede significar cosas distintas en lenguas diferentes (por ejemplo: la palabra *rub* es en ligur un número, “veinticinco”, mientras que en ilirio significa “servilleta”).

Finalmente, Escalígero, sin abandonar su posición convencionalista, matiza que la arbitrariedad del signo no es caprichosa o fortuita, sino que está asentada en una base racional. Tal arbitrariedad sería absoluta en las palabras primitivas, pero la racionalidad intervino luego creando infinidad de nuevas palabras mediante mecanismos puramente racionales como la flexión, la derivación o la composición. Así, por ejemplo, la palabra primitiva y arbitraria sería *amare*, mientras que el sustantivo *amator* estaría ya formado por derivación a partir de *amare*: *amator* no deja de ser un signo arbitrario en cuanto a la relación entre significante y significado, pero su formación obedece ya a un criterio racional (Galán 2004: XXXVII-XXXVIII).

Esta doctrina de Escalígero, pero que era también la sostenida por los lógicos neoescolásticos, es refutada por Sánchez de las Brozas en dos ocasiones. Efectivamente, ya en los *Paradoxa* de 1582, concretamente en la paradoja titulada *Vnius vocis unica est significatio* (“Una palabra tiene un solo significado”), luego reproducida en la *Minerva* de 1587, abordaba el Brocense el problema de la naturaleza de las palabras. Entre las cuatro razones que ofrece para probar la inexistencia de la homonimia y la equivocidad, figura la siguiente:

Si voces, ut ait Plato in Cratylo et Aulus Gellius, lib. 10 cap. 4, et divinae litterae nos passim docent, natura significant, quonam, obsecro, pacto uno eodemque nomine diversae naturae nuncupabuntur? Sin autem, ut docet Aristoteles, qui cum Platone non pugnat, modo recte intelligatur, significant ex instituto -institutum autem seu ad placitum intelligo prudentium virorum, qui rerum inspecta natura nomina solent imponere-, dementem et insanum impositorem vocum iudicemus oportet, qui mensam et librum uno nomine nominari praeceperit (Sánchez, *Minerva* IV: 608-609).⁶

Según se comprueba, las fuentes que utiliza El Brocense son cuatro: Platón, Gelio, las Sagradas Escrituras –una fuente fundamental para nuestras

⁶ “Si las palabras –como dice Platón en el *Cratilo*, Aulo Gelio, en el libro 10, cap. 4, y como demuestran constantemente las Sagradas Escrituras– tienen un significado por naturaleza, ¿cómo es posible, pregunto, que con la misma y única palabra se nombren distintas naturalezas? Pero si, como quiere Aristóteles –el cual, si se le interpreta bien, no polemiza con Platón–, su significado les viene por convención –con ‘convención’ quiero decir la voluntad de los hombres inteligentes que, tras comprobar la naturaleza de las cosas, suelen ponerles nombre–, deberíamos considerar demente y loco al que ordenase designar con una sola palabra a la mesa y al libro”.

posteriores argumentaciones— y Aristóteles⁷. Pues bien, conciliando las doctrinas platónicas y aristotélicas, Sánchez de las Brozas se decanta por la posición naturalista de Platón: los nombres son producto del arte, no algo convencional o arbitrario, sino el resultado de una acción racional y, por ello, reflejan la naturaleza de la cosa significada (Lisi 1993; Mañas 2001).

Con mucho mayor detalle expresó su doctrina sobre el origen del lenguaje al inicio de la *Minerva* de 1587. En esta ocasión, el Brocense se reafirma en su posición naturalista, sirviéndose para ello de las mismas fuentes ya señaladas y del mismo método ecléctico donde se fusionan elementos de diversa índole. En efecto, mediante la fusión de argumentos filosóficos (las citas de Platón y Aristóteles), religiosos, místicos o divinos (la cita del *Génesis*) y filológicos (etimologías de distintas palabras), cree demostrar, en clara polémica con los presupuestos de Julio César Escaligero, que toda palabra es una imitación más o menos imperfecta de la realidad, desvelando su esencia y sirviendo como instrumento comunicativo; que la palabra guarda siempre una causa racional respecto a la naturaleza de la cosa designada; que la tarea del buen gramático será la de descubrir el núcleo verdadero de la palabra y, así, facilitar la comunicación y la comprensión del mundo. Se trata de conjugar la lingüística con la filosofía e intentar explicar el lenguaje acudiendo al mundo lógico-ontológico de las Ideas platónicas. Platón es la autoridad en la que el Brocense se basa para afirmar la existencia de causas explicables racionalmente en la relación palabra-realidad, y lo hace desde las tesis naturalistas. Leamos sus propias palabras:

Audi philosophos, qui nihil fieri sine causa obnixè testantur; audi Platonem ipsum, qui nomina et verba natura constare affirmat, qui sermonem esse a natura, non ab arte contendit. Scio Aristoteles aliter sentire, sed nemo diffitebitur nomina esse velut instrumenta rerum et notam; instrumentum autem cuiuslibet artis ita illi arti accommodatur [...]. Qui igitur primi nomina rebus imposuere, credibile est illos adhibito consilio id fecisse; et id crediderim Aristotelem intellexisse, quum dixit ad placitum nomina significare. Nam qui nomina casu facta contendunt, audacissimi sunt; nimirum illi qui universi mundi seriem et fabricam fortuito ac temere ortam persuadere conabantur. Nomina certe et verba rerum naturam significare cum Platone assererem libentissime, si hoc ille tantum de primaeva omnium linguarum asseverasset. Vt in Genesi legimus: 'Formatis igitur Dominus Deus de humo cunctis animantibus terrae et universis volatilibus caeli, adduxit ea ad Adam, ut videret quid vocaret ea: omne enim quod vocavit Adam animae viventis ipsum est nomen eius. Apellavitque Adam nominibus suis cuncta animantia et universa volatilia caeli et omnes bestias terrae. Vides in illo primo sermone, quicumque ille fuit, nomina et etymologias rerum ab ipsa natura fuisse depromptas. Sed ut hoc in caeteris idiomatis asseverare non possum, ita mihi facile persuaserim in omni idiomate cuiuslibet nomenclaturae reddi posse rationem

⁷ Cf. Plat., *Crat.* 383a-b; Gell. 10.4; Arist., *De int.* I 1.16a 19-17a 7 y *Rhet.* III 1.1404a 10-39; respecto a las Sagradas Escrituras, quizás aluda al pasaje del Gen. 2.19-21, que más adelante comentaremos.

[...] Sed dices: qui potest fieri ut vera sit nominis etymologia, si una eademque res variis nominibus per orbem terrarum appellatur? Dico: eiusdem rei diversas esse causas, quarum illi hanc, nos aliam contemplamur. Sic Graeci ‘ánemon’, Latini ‘ventum’ appellauere: illi a spirando, hi a veniendo [...]. Non igitur dubium est quin rerum omnium, etiam vocum, reddenda sit ratio [...]. Scio Caesarem Scaligerum aliter sentire. Sed haec vera ratio est (Sánchez, *Minerva* I: 38-40).⁸

Según leemos, para Sánchez tuvo que existir una lengua originaria, la adánica (¿el hebreo?), producto de la razón, que se adecuaba por naturaleza a los objetos designados. Las lenguas modernas, en cambio, aunque no mantienen esta adecuación de la misma manera que la *primaeva lingua*, tampoco son producto de la casualidad, sino del arte y de la razón. Dada una misma realidad, cada lengua presenta una palabra diferente que revela diferentes aspectos de esa realidad, tal y como el sujeto la percibe. La tarea del gramático será la de poner de manifiesto esta conexión causal. La teoría, pues, del Brocense se sitúa implícitamente dentro de la corriente platónica. Y su doctrina nace, por una parte en clara polémica con la de Escalígero, pero, por otra, en absoluta dependencia de ella. De hecho, la cita final del pasaje es clara: el humanista extremeño ha tomado casi todos sus argumentos a favor de la tesis naturalista de los tres primeros capítulos del libro III del *De causis linguae latinae* de Escalígero; pero los ha utilizado en distinto sentido que el gramático y filósofo italiano, precisamente para rebatir la teoría convencionalista de éste.

⁸ “Escucha a los filósofos, que insisten en que no hay nada sin causa. Escucha a Platón, quien afirma que los nombres y las palabras tienen una base natural, quien pretende que la lengua se basa en la naturaleza, no en la invención. Sé que los aristotélicos piensan de otra forma, pero nadie negará que los nombres son como los ‘instrumentos’ y la marca de las cosas; y cualquier instrumento de una técnica se acomoda a esa técnica [...] Así pues, quienes pusieron por primera vez nombres a las cosas, es probable que lo hicieran deliberadamente; y esto, pienso yo, es lo que entendió Aristóteles, cuando dijo que el significado de las palabras es convencional. Y es que quienes piensan que los nombres se crearon por casualidad, son muy atrevidos; son ciertamente aquellos que intentaban convencernos de que la ordenada fábrica del mundo nació por casualidad y acaso. Yo ciertamente afirmaré con Platón que los nombres y las palabras aluden a la naturaleza de las cosas, si él, al afirmar esto, se refiere sólo a la primera de todas las lenguas. Como leemos en el Génesis: “Así pues, el Señor Dios, creados todos los seres vivos de la tierra y todos los pájaros del cielo, se los presentó a Adán para que viera cómo llamarlos: y es que el nombre de todo ser viviente es el nombre que le dio Adán. Y Adán llamó por sus nombres a todos los seres animados, a todas las aves del cielo, y a todas las bestias de la tierra”. Está claro, pues, que en aquella primera lengua, cualquiera que fuera, los nombres tomaron su etimología de la propia naturaleza de las cosas. Pero, de la misma forma que yo no puedo afirmar esto de cualquier idioma, así también estoy convencido de que en cualquier idioma se pueda dar razón de todo nombre [...] Se me dirá: ¿Cómo puede suceder que haya una verdadera etimología de los nombres, si una misma cosa es llamada con distintos nombres a lo largo del orbe de la tierra? Respondo: toda cosa tiene diferentes causas, de las cuales, a la hora de poner nombre, tenemos en cuenta allí unas, aquí otras. Así, a la misma cosa los griegos la llamaron *ánemos*, los latinos “viento”; aquellos, la pusieron en relación con “respirar”, estos con “venir” [...] No hay, pues, ninguna duda de que se debe buscar la explicación racional de todas las cosas, también de las palabras [...] Yo sé que César Escalígero piensa de otra forma. Pero la razón verdadera es la que yo he dicho”.

Resulta, por tanto, claro que una de sus fuentes principales es Escalígero, en donde se encontraban, por lo demás, todas las fuentes primarias y ejemplos que El Brocense utiliza; todas excepto una. ¿De dónde ha salido la cita del *Génesis*, lo de la *primaeva lingua* y el reflejo causal que existe entre el nombre y la cosa conforme a las tesis platónicas? Creemos que, además de en Escalígero, Sánchez estaba poniendo su punto de mira en otro autor, también humanista y platónico confeso, profesor de la Universidad de Salamanca, compañero y amigo suyo o, al menos, perteneciente al mismo círculo literario e intelectual, igualmente erasmista y, como él, también perseguido por la Inquisición. Nos estamos refiriendo a Fray Luis de León, en cuya obra *De los nombres de Cristo* (1583) encontramos toda una “teoría luisiana sobre el nombre”. Al comenzar la obra, en efecto, habla de los nombres en general y expone una doctrina curiosamente coincidente con la del Brocense. El agustino define así el nombre:

El nombre, si avemos de dezirlo en pocas palabras, es una palabra breve, que se sustituye por aquello de quien se dice, y se toma por ello mismo. O nombre es aquello mismo que se nombra, no en el ser real y verdadero que ello tiene, sino en el ser que le da nuestra boca y entendimiento (Fray Luis de León, *De los nombres de Cristo*: 155),

insistiendo en que

el nombre es como imagen de la cosa de quien se dice, o la misma cosa disfrazada en otra manera, que sustituye por ella y se toma por ella (*ibid.*: 157).

Pues bien, también el Brocense, en otra de sus *Paradoxa* reproducida luego en la *Minerva*, cuando se pronunciaba contra la antífrasis, había dicho:

Si Platoni credimus in Cratylo et Aristoteli tertio Rhetoricorum, qui nomina simulacra quaedam et imagines esse asserunt rei illius quam imitantur et nominant, extremae demenciae fuerit nomina per contrarium sensum excogitare (Sánchez, *Minerva* IV: 640-641).⁹

Es decir, para Fray Luis y para Sánchez el nombre es un reflejo del ser de las cosas: puro platonismo, conciliado una vez más con el aristotelismo y no opuesto a él. En general, ambas doctrinas, la luisiana y la sanctiana, coinciden, lo que ocurre es que el planteamiento del agustino, dado el carácter de su obra, escrita además en castellano, es más vulgarizador, mientras que el del extremeño es más científico, con citas de autoridades y con ese tono polémico que le caracteriza. Pero, lo más importante: el cariz religioso o místico con el

⁹ “Si creemos a Platón, en el *Cratilo*, y a Aristóteles, en el libro 3 de la *Retórica*, que dicen que los nombres son simulacros e imágenes de aquello a lo que imitan y nombran, sería de extrema demencia tomar una palabra por su significado contrario”.

que el Brocense barnizaba sus tesis al comienzo de la *Minerva*, mediante la alusión a esa *primaeva lingua* en la que, por intervención de un ser inteligente superior (Dios), los nombres tomaron su etimología de la propia naturaleza de las cosas, se encuentra también en *De los nombres de Cristo*, donde leemos a propósito del lazo natural entre significante y significado:

No se guarda esto siempre en las lenguas; es grande verdad. Pero si queremos dezir la verdad, en la primera lengua de todas casi siempre se guarda. Dios, a lo menos, así lo guardó en los nombres que puso, como en la Escritura se ve. Porque si no es esto, ¿qué es lo que se dice en el *Génesi* que Adam, inspirado por Dios, puso a cada cosa su nombre, y que lo que él las nombró, ésse es el nombre de cada una? Esto es dezir que a cada una les venía como nascido aquel nombre, y que era assí suyo, por alguna razón particular y secreta, que si se pusiera a otra cosa no le viniera ni quadrara tan bien (Fray Luis de León, *De los nombres de Cristo*: 159).

En este texto vemos que está la clave de la doctrina sanctiana. Aparece “la primera lengua de todas”, que parece ser el hebreo; pero también el argumento tomado del *Génesis*; y la idea de que el nombre de cada cosa le venía dado “por alguna razón particular y secreta”. Esta es la *ratio*, la explicación racional de todo nombre, según diría el Brocense años después.

Parece, entonces, claro que la posición platónica de Sánchez respecto al origen del lenguaje nace primeramente cómo réplica a la postura de Escalígero, que este caso era tan aristotélica como la de la Neoescolástica. No obstante, aunque gran parte de los argumentos sanctianos están inspirados y hasta tomados de Escalígero, si bien para demostrar lo contrario, también resulta evidente que el fundamento platónico de su posición se encuentra en la teoría luisiana del nombre. Efectivamente, entre Luis de León y Francisco Sánchez encontramos un mutuo influjo, producto, seguramente, de su pertenencia al mismo círculo literario. Los textos citados de los *Paradoxa* del Brocense pudieron influir en las reflexiones lingüísticas de Fray Luis; y al contrario, los planteamientos del agustino en *De los nombres de Cristo* (1583) debieron ser decisivos en la exposición definitiva que el humanista de Brozas inserta al comienzo de su *Minerva* (1587).

4. SINTAXIS CASUAL

Una característica propia de la gramática racionalista del siglo XVI es la simplificación y la sistematización, determinando así que cada unidad lingüística tiene un valor general a nivel de sistema y unos valores específicos y concretos a nivel de habla o de realización. Todas estas realizaciones (*usus*) tienen su causa y son explicables desde un punto de vista racional (*ratio*). La *ratio*, por tanto, coincide con el nivel de lengua y el *usus* con el nivel de habla.

Y esta simplificación y sistematización las vemos en la sintaxis casual formulada por Escalígero y el Brocense. Ambos autores establecen un sistema

de oposiciones muy semejante al que formula el moderno estructuralismo y establecen que los casos tienen un valor general y único a nivel de lengua o gramatical y unos matices a nivel de habla, matices que dependerán del contexto semántica (Sánchez Salor 2000). Estos valores concretos a nivel de uso y de realización se explican desde aquel valor general, para lo cual habrá que tener en cuenta que en el paso de la estructura racional de base a la de realización han intervenido ciertas reglas, como la elipsis o la aparición de un contexto semántico, que explican los matices, los valores o las realizaciones concretas.

Escalígero (libro IV, capítulos 80-85) establece que son seis los casos latinos: cinco propiamente lingüísticos y uno, el vocativo, más de naturaleza extralingüística. Y, desde un prisma claramente filosófico y, más concretamente aristotélico, expone que cada caso lingüístico responde a los cinco elementos que intervienen en toda acción:

- Nominativo----- *id quod agit* (“lo que hace”, el Agente, la causa eficiente)
- Acusativo----- *id quod factum recipit* (“lo que recibe la acción”, causa material)
- Genitivo----- *id quod fit* (“lo que se hace”, causa formal)
- Dativo----- *finis cuius causa fit* (“para quien se hace”, causa final)
- Ablativo----- *privatio* (“la privación” o *stéresis*).

Éstas son las funciones generales o significados básicos de cada caso según la *ratio* gramatical. Pero, partiendo de esto, Escalígero admite que los casos pueden tener distintas realizaciones concretas, meras variaciones contextuales que responden exclusivamente a una cuestión de *usus*. Cada caso, por tanto, como en la moderna lingüística estructuralista, posee una única función general a nivel de lengua, aunque a nivel de habla puede presentar distintas realizaciones concretas. Y consciente de que los valores de cada caso son mucho más genéricos que lo que sus denominaciones tradicionales (nominativo, vocativo, acusativo...) presuponen, renuncia a usar la terminología gramatical al uso y propone llamarlos caso recto (nominativo), caso segundo (vocativo), caso tercero (dativo), caso cuarto (acusativo), caso quinto (vocativo) y caso sexto (ablativo), en el que también está incluido el caso séptimo o instrumental (Galán 2004: XLII-XLIII).

Pues bien, El Brocense retoma estos novedosos planteamientos y, ya desde un punto de vista más gramatical que filosófico, crea un auténtico sistema de oposiciones de casos:

In omni porro nomine natura sex partes constituit: primum ipsam nomenclaturam, cui merito datus est rectus, qui vere nomen est... Deinde quid generet aut possideat. Tertio cui fine vel operi destinetur. Quarto in quem finem tendat actio. Quinto vocandi officium. Postremo modum, in quo causas et instrumentum collocamus. Hic est sextus casus qui pessime vocatur ablativus, quum sit in illo comparatio, ut ‘doctior Cicerone’, et modus, ut ‘lento gradu’, et

causa efficiens, ut ‘amore patris’, et materia, ut ‘lapide quadrato’, et instrumentum, ut ‘lapide ictus’ (Sánchez, *Minerva* I 6: 62-63).¹⁰

Para el Brocense, en efecto, el nominativo tiene siempre un valor general y único, el de *suppositum*, esto es, la función de sujeto. Además, en lo que respecta a la concordancia del sujeto y verbo, el nominativo es siempre el que rige y nunca es regido por el verbo. Asimismo, cuando hay dos nominativos en una oración, resulta que no tienen la misma función: el nominativo que nosotros llamamos predicativo o aposición se explica por la elisión del verbo *sum* (*Ego Annibal= ego ens Annibal* o *qui sum Annibal*); y nominativo predicado en los verbos pasivos (*vocor Sanctius*) se explica por la reciprocidad, esto es, porque tras el verbo pasivo aparece un nominativo que remite al sujeto, que es la función propia de todo recíproco: remitir al sujeto (Sánchez, *Minerva* II 2: 126-127).

El vocativo es el caso de la sintaxis impresiva y, en la doctrina del Brocense, queda claro que nunca va regido por nada (Sánchez, *Minerva* II 6).

El acusativo es objeto de un verbo activo o sujeto de un infinitivo, yendo en todos los demás casos regidos por una preposición, que puede ir expresa o elidida (Sánchez, *Minerva* II 5). Aquí el Brocense no consiguió encontrar un valor único a nivel de estructura racional (Sánchez Salor 1995: 15).

Sí lo logró, en cambio, con la doctrina sobre el genitivo y el dativo. La doctrina fundamental que el Brocense establece para el genitivo es que siempre supone una relación entre nombre y nombre, sin que quepa la posibilidad de que un genitivo dependa nunca de un verbo. El genitivo, por tanto, depende siempre, funcionalmente, de un nombre, esto es, tiene un carácter adnominal y, cuando a nivel de uso nos encontramos con genitivos aparentemente adverbiales, como ocurre con las contrucciones tras verbos de memoria, de vender, de acusar, etc., hay que pensar en una elipsis: en *magni emi* falta el sustantivo *pretio*; en *pluris facio* falta *aestimatione*; en *acusso furti* falta *crimen*; en *puDET me peccati* falta *puDor*. El problema, pues, del genitivo adverbial queda así solucionado, logro al que ni siquiera llegó la actual gramática estructural de Lisardo Rubio (Sánchez, *Minerva* II 3; Sánchez Salor 2000: 18).

¹⁰ “En todo nombre la naturaleza estableció seis matices: en primer lugar, la propia denominación, forma que con razón se llama caso recto, ya que verdaderamente es el nombre [Nominativo]... El segundo matiz es quién lo genera o posee [Genitivo]. El tercero es a qué fin o acción está destinado [Dativo]. El cuarto es hacia qué fin tiende la acción [Acusativo]. El quinto es el matiz de la llamada [Vocativo]. Y por último, el modo, dentro del cual incluimos también las causas y el instrumento [Ablativo]. Este es el caso sexto que, muy erróneamente, es llamado ablativo, cuando con él se marca la comparación como en *doctior Cicerone*, el modo, como en *lento gradu*, la causa eficiente, como en *amore patris*, la materia, como en *lapide quadrato*, y el instrumento, como en *lapide ictus*”.

En cuanto al problema del dativo, también el Brocense lo soluciona fijando para este caso el significado de “adquisición” –los estructuralistas lo denominarán “interés”–; y a partir de este único valor general se explican todas sus variantes de uso. De hecho, el dativo se puede añadir a cualquier frase ya construida, porque todo contenido de una oración puede ser referido en favor o en detrimento de alguien. Incluso en los usos más raros puede percibirse ese valor general de adquisición, como ocurre en las expresiones *Vae victis, hei mihi* (“¡ay de los vencidos!”, “¡ay de mí!”): son, evidentemente, dativos que significan “adquisición”; y las partículas *vae* o *hei* son los sujetos de un verbo elidido y, por tanto, sobreentendido; la construcción sintáctica completa a nivel de estructura racional sería: *Vae victis est; hei mihi erit*. En otras ocasiones, aparentes dativos no entran en el sistema y resulta imposible defender que expresen “adquisición”, como en los giros *sum ruri, natus Carthagini*; lo que ocurre, según el Brocense, es que no son dativos, sino ablativos, y por tanto no tienen por qué significar “adquisición” o “interés”. Asimismo, el llamado dativo agente también tiene para el Brocense ese único y general significado de “adquisición”; igualmente, cuando nos encontramos con dos dativos en la misma frase (*hoc erit tibi curae; datur tibi hoc vitio*: “esto te sirve a ti de preocupación; se te imputa a ti la culpabilidad de esto”), ninguno de ellos es regido por el verbo, sino que los dos significan “adquisición”, cada uno a su modo (Sánchez, *Minerva* II 4: 140-143).

Respecto al ablativo, el Brocense prefiere llamarlo “caso sexto”, porque se trata de un caso multifuncional que sirve para expresar la comparación, el modo, la causa eficiente, la materia o el instrumento; por tanto, por su variedad de significados y valores no puede llamarse ablativo, pues este término sólo alude a una de sus muchas funciones. Para este “caso sexto” sostiene una doctrina similar a la del acusativo: todo ablativo va regido por una preposición, ya sea expresa o elidida; e incluso el ablativo absoluto es un giro preposicional (Sánchez, *Minerva* II 7).

Vemos, en fin, cómo el Brocense sigue y perfecciona la doctrina de Escalígero, adelantándose a la gramática estructural y proponiendo un auténtico sistema de oposición de casos, donde cada uno tiene un significado general a nivel de lengua o de gramática y unos matices a nivel de habla que dependen del contexto. En consecuencia, el Brocense también distingue, o al menos intuye, en la sintaxis oracional un nivel semántico y un nivel sintáctico, tal y como han hecho las corrientes lingüísticas más modernas (generativista, transformacional o semanticista). Efectivamente, la definición que el Brocense hace del sistema de los casos latinos es claramente semántica. En el texto antes transcrito (Sánchez, *Minerva* I 6: 62-63) habla de un caso generador (genitivo), de un caso en el que se pone el destino o el fin (dativo), de un caso al que apunta el significado del verbo (acusativo) y de un caso que

indica las concomitancias del proceso verbal (ablativo). Son todos conceptos semánticos y no funcionales; el Brocense, entonces, se está moviendo en un nivel semántico, entendido en el sentido moderno del término.

5. SINTAXIS ORACIONAL

5.1. La oración simple

La doctrina sintáctica racionalista sobre la oración simple se centra en la cuestión de cuáles son los constituyentes mínimos necesarios para que haya oración y cómo se relacionan dichos constituyentes.

De este tema se ocupa primeramente Linacro en el libro IV de su *De emendata structura*, donde se centra en los verbos activos, pasivos y neutros, omitiendo los deponentes y comunes porque, en su opinión, se trata de tipos de verbos que presentan un significado y construcción similares a los demás. Vemos, por tanto, cómo Linacro intenta simplificar y sistematizar los tipos verbales, algo característico de la gramática racionalista, descartando criterios formales y atendiendo sólo a criterios sintácticos y de significado. En realidad, y resumiendo su doctrina, viene a decir que sólo existen verbos activos y pasivos. Del verbo activo realiza una triple clasificación:

- Verbos que pueden construirse con cualquier acusativo: *doceo te > doceor a te*.
- Los que se construyen sólo con un acusativo de tercera persona: *aro terram > terra aratur*.
- Los que se construyen sólo con un acusativo *cognatae significationis*: *curro cursum > curritur*.

La conclusión que se desprende de su doctrina verbal es que no existen los verbos intransitivos, pues todos pueden llevar un acusativo (explícito o implícito), ni tampoco los verbos impersonales del tipo *curritur*, *vivitur*, pues en estos casos se ha elidido el *nomen cognatum*, tal y como habían ya apuntado Apolonio Díscolo y Prisciano (Harto 1998: 39-40).

Algo parecido establece Escalígero en el libro V de su *De causis* (capítulo 90). Con esa misma tendencia simplificadora y sistematizadora, excluye de su clasificación y tratamiento los tradicionales verbos neutros, deponentes y comunes, precisamente porque descarta los criterios morfológicos y sintácticos (que considera criterios de *usus*) y admite únicamente un criterio lógico-semántico, propio del nivel de la *ratio*. Así, para Escalígero, desde el prisma de la *ratio* (nivel de lengua) sólo hay dos clases principales de verbos: activos y pasivos. En cambio, desde un nivel propiamente de *usus* (nivel sintáctico o de habla), los verbos activos pueden ser de dos tipos: transitivos, cuando la acción pasa del agente a otro (*amo te*), y absolutos, cuando la acción permanece en el agente (*amo*). De este modo, desaparecen los tradicionales verbos neutros o intransitivos como *curro* o *vivo*, porque el que corre o vive, corre o vive algo, concretamente lo que Linacro había llamado acusativo

cognatae significationis: curro cursum, vivo vitam. En cuanto a los verbos pasivos, según este mismo criterio de *usus*, también pueden ser de dos tipos: personales, cuando se explicita el sujeto paciente, e impersonales, cuando se omite. El esquema, por tanto, quedaría así:

- 1) Nivel de *ratio* (lógico-semántico o de significación):
 - Verbos activos / Verbos pasivos.
- 2) Nivel de *usus* (sintáctico):
 - Verbos activos:
 - Transitivos (*amo te*).
 - Absolutos (o intransitivos: *curro*).
 - Verbos pasivos:
 - Personales.
 - Impersonales.

Pero, repetimos, estos cuatro tipos de verbos (transitivos, intransitivos, personales e impersonales) obedecen exclusivamente al criterio sintáctico, pues en el nivel racional de la lengua sólo hay verbos activos o pasivos (Galán 2004: XLIX-L).

Y, como viene siendo habitual, el Brocense recoge, amplía y perfecciona estas doctrinas, dedicando a este tema de la oración simple todo el libro III de su *Minerva*. Según Sánchez de las Brozas, para que se dé una oración completa son necesarios al menos dos constituyentes: un verbo y un *suppositum* (nombre sujeto). Por tanto, con sólo verbo, no puede haber oración; se necesita siempre un nombre sujeto. Y ello lo demuestra con dos argumentos, uno lógico-ontológico y otro puramente lingüístico. El argumento filosófico está tomado de Platón y Aristóteles y consiste en lo siguiente: si todo consta de forma y materia, también la oración debe constar de estos dos elementos, que son el nombre y el verbo respectivamente. El argumento lingüístico está tomado primariamente de Prisciano, pero ya estaba anteriormente en Apolonio Discolo y lo encontraremos también en gramáticos humanísticos como Linacro y Escalígero. Este argumento lingüístico consiste básicamente en rechazar la existencia de los verbos impersonales, pues para el Brocense, que sigue a todos estos gramáticos citados, en toda oración con un verbo impersonal hay siempre un nombre, si bien puede estar explícito o elíptico. Así, en efecto, en verbos aparentemente impersonales, como *curritur, statur, ambulatur*, hay que suplir como sujeto un *nomen cognatae significationis* (“nombre de significado emparentado con el verbo”), de modo que la estructura racional de estos verbos sería la siguiente: *curritur cursus, statur statio, ambulatur ambulatio*. Lo mismo ocurriría con los verbos impersonales de naturaleza del tipo *pluit*; tampoco son impersonales porque se sobreentiende *pluit pluvia*. Vemos, por tanto, cómo para su teoría general y racional el Brocense se ha servido de la autoridad de filósofos reconocidos

como Platón y Aristóteles, mientras que para sus explicaciones lingüísticas ha recurrido al análisis doctrinal de gramáticos de primer orden, tales como Apolonio, Prisciano, Linacro y Escalígero (Sánchez, *Minerva* III 1).

Como consecuencia de esta doctrina, a la hora de tratar sobre la clase de verbos, determina que no existen tampoco los verbos intransitivos, neutros o absolutos. Efectivamente, si ha defendido que todo verbo lleva un nombre sujeto explícito o elíptico, también tiene que admitir que todo verbo en activa lleva un complemento directo, es decir, que todo verbo activo es transitivo. Así, en verbos como *currit*, *ambulat*, *vivit* o *sedet*, considerados tradicionalmente intransitivos, hemos de entender un *accusativus cognatae significationis*, del siguiente modo: *currit cursum*, *ambulat ambulationem*, *vivit vitam*, *sedet sessionem* (Sánchez, *Minerva* III 2-3).

En conclusión, para el Brocense sólo hay dos clases de verbos: activos y pasivos. Si el verbo es activo, exige dos nombres, el sujeto y el complemento directo; y si es pasivo, exige un solo nombre, el sujeto, que es precisamente el mismo nombre que en el verbo activo aparece como objeto. Aunque esta doctrina estaba ya esbozada en algunos gramáticos anteriores, el Brocense llega mucho más lejos que ellos, pues no sólo nos dice que los constituyentes necesarios de la oración son dos: nombre sujeto y verbo, sino que también nos avanza que ese nombre es el que podemos llamar actualmente OBJETIVO, ya como caso semántico, es decir, el nombre que es sujeto en la pasiva y objeto en la activa (Sánchez Salor & Chaparro 1995: 16).

También relacionado con esto y con su sistema sintáctico de los casos encontramos la doctrina sanciana de que el único constituyente nominal necesario de la voz pasiva es el nombre sujeto, rechazando así la necesidad del ablativo agente, que ni es agente ni es necesario, sino simplemente un separativo; tampoco es agente ni resulta necesario el dativo, como ya vimos; ni tampoco un sintagma *per* + acusativo, que ni es agente ni algo necesario. De hecho, la gramática moderna parece estar de acuerdo en que la pasiva no es una simple transformación de la activa correspondiente, siendo además más normal la pasiva bipartita (sin complemento agente) que la tripartita (con complemento agente), que sería una pura transformación de la correspondiente activa. Para el Brocense, por tanto, no existe la pasiva tripartita, pues el llamado ablativo agente, como hemos visto, no es agente, sino un simple ablativo, un complemento circunstancial que indica origen, causa, etc. La pasiva, en consecuencia, consta sólo de sujeto y verbo, y nada más, como constituyentes necesarios. No es, en fin, una simple transformación de la correspondiente activa (Sánchez Salor 1989: 82-83). Así, en efecto, lo expuso el Brocense en los *Paradoxa* y luego en la *Minerva* (III 4).

5.2. La oración compuesta

La gramática racionalista, al estudiar la oración compuesta, esto es, la coordinación, la subordinación y la correlación, propone teorías que posteriormente fueron asumidas por la moderna lingüística. Podemos resumir las principales doctrinas en las siguientes: que las conjunciones unen frases, que cada conjunción tiene un solo significado y una sola función, que todos los *ut* responden a una estructura correlativa y remontan siempre a un esquema *ita...ut* o *sic...ut*, que todo *quod* es relativo y ha de suplirse un *id* o un nombre neutro, que en toda oración de relativo hay dos nombres correferenciales. Veámoslas una a una.

Ya Linacro y Escalígero determinaron que las conjunciones no unen partes de la oración, sino oraciones. Así lo dice el inglés:

Coniunctio est pars orationis quae clausulas in sermone apte coniungit. Aliter, coniunctio est pars orationis quae clausularum inter se connexum declarans, plurimum ad orationis claritatem confert. Aliter, quae tantum habitudinem clausularum inter se in sermone definit (Linacro, *De emendata structura* I: 160).

Y continúa explicando los tipos de uniones que proporciona cada conjunción: las conjunciones copulativas unen oraciones de significado afín; las adversativas, oraciones que se oponen en el sentido; las disyuntivas, oraciones de las cuales afirmamos una, pero no las dos; las causales son las que indican una causa y se dividen en continuativas y subcontinuativas; las completivas determinan la significación del verbo precedente; las perfectivas o finales indican el fin u objetivo; las dubitativas expresan dudas sobre dos opciones; las consecutivas o ilativas indican una consecuencia a partir de lo que ya se ha dicho; y las concesivas expresan que un determinado impedimento no es insalvable. Es decir, Linacro se mueve en una esfera puramente semántica.

En cuanto a Escalígero, aun siguiendo bastante de cerca a Linacro, se aprecia un mayor intento de simplificación y sistematización. Así, partiendo de la base de que las conjunciones sirven para unir formalmente dos oraciones, establece primero una división general en conjunciones que unen el significado oracional de dos oraciones y conjunciones que desunen el significado oracional de dos proposiciones. Estas últimas son las conjunciones disyuntivas y subdisyuntivas (*aut dies est aut nox*). En cuanto a las primeras, las que unen, se dividen a su vez en dos grandes grupos: las conjunciones

¹¹ “La conjunción es la parte de la oración que une convenientemente las cláusulas en el discurso. Dicho de otro modo, la conjunción es la parte de la oración que muestra la interconexión de las cláusulas y ayuda mucho a clarificar la oración. O bien es la parte de la oración que sólo delimita la interrelación de las cláusulas en el discurso”.

que unen de modo no necesario, como las copulativas (*Caesar doctus fuit et pugnax*), donde cada oración es independiente sin depender una de la otra; y las conjunciones que unen de modo necesario, llamadas causativas o causales, donde una oración depende o es causa de la otra. Asimismo, estas conjunciones causativas pueden ser de dos tipos: aquellas en las que la causa es solamente hipotética, llamadas continuativas o condicionales (*si stertit, dormit*), y aquellas en las que la causa es real, llamadas subcontinuativas (*movetur, quoniam ambulat*). El esquema quedaría como sigue:

Conjunciones que unen:

- De modo no necesario: copulativas (*Caesar doctus fuit et pugnax*).
- De modo necesario: causativas.
 - Causa hipotética: continuativa (*si stertit, dormit*).
 - Causa real: subcontinuativa (*movetur, quoniam ambulat*).

Conjunciones que desunen:

- De modo necesario: disyuntivas y subdisyuntivas (*aut dies est aut nox*) (Galán 2004: LXIII-LXIV).

Y en el resto de su clasificación de las conjunciones coincide con Linacro.

Un paso más da El Brocense, al preceptuar, no sólo que la conjunción une oraciones, sino también que una unidad lingüística tiene una sola función y un solo significado. Así, recurriendo en todo momento a la figura sintáctica de la elipsis, soluciona algunos problemas sintácticos en términos muy parecidos a los de la moderna lingüística. Establece que la conjunción copulativa tiene siempre el solo significado de “suma” (el significado de una oración se suma al de otra); si tenemos la realización concreta *Cicero scribit et vigilat* hemos de entender en la estructura profunda *Cicero scribit et Cicero vigilat*; y que también la partícula *vel* es siempre disyuntiva y tiene el solo significado de “alternativa”, uniendo siempre dos frases que introducen dos alternativas, de modo que si en la realización concreta sólo aparece un *vel*, hay que suplir el otro. A partir de aquí, se pueden explicar los casos anómalos en los que se dice que *vel* tiene valores o funciones diferentes y sirve para distinguir cosas o acciones excluyentes, para rectificar una palabra o frase, para introducir un concepto más importante o con una acepción acumulativa, significando “incluso”, “hasta”. El Brocense rechaza que la partícula *vel* tenga todos estos valores y defiende su único valor de “alternancia” diciendo que es siempre disyuntiva y que, en los casos anómalos, falta otro *vel*. Por ejemplo, en la frase *vel stultus haec intelligeret* (“incluso un tonto lo entendería”), las dos alternancias sintácticamente completas serían: *intelligens haec intelligeret* y *stultus haec non intelligeret*; se escoge una de las alternativas en las condiciones de la otra, es decir, se escoge la alternativa de *stultus*, pero se le coloca en las condiciones de *intelligens*. Por eso, aparentemente, significa “incluso”, pero realmente sólo significa disyunción y subyacen dos alternativas (Sánchez Salor 1989: 86-88).

También respecto a la correlación leemos en la *Minerva* ideas lingüísticas que coinciden con las modernas. Podemos resumir su doctrina diciendo que las oraciones compuestas latinas responden a una estructura subyacente, que es un esquema correlativo, y que el mecanismo metodológico para llegar a esa estructura subyacente es la elipsis. Así, para el Brocense y los lingüistas actuales, un *quamquam* exige siempre un *tamen* y viceversa (Sánchez, *Minerva* IV: 576-579); el *ut* no es una partícula polifuncional (completivo, final, concesivo, consecutivo, etc.), sino que *ut* tiene siempre una sola función y un único significado: un *ut* responde siempre al esquema *ita (sic)... ut*. Y si no está claro el *ita* o *sic*, hay que suplirlo (Sánchez, *Minerva* IV: 634-636). Se trata, en efecto, de una doctrina loable, pues desde el punto de vista diacrónico todo *ut* (partícula de la raíz del relativo) remite en origen a un *ita* (partícula de la raíz de un fórico); además, postular una estructura subyacente correlativa para todas las oraciones introducidas por *ut* es algo meritorio por parte del Brocense. No obstante, a su doctrina, como indica Sánchez Salor (1989: 89-91) le falta determinar qué clase de verbos pierde con mayor frecuencia el *ita*, explicar el motivo, distinguir los diferentes tipos de *ita* (fórico/enfático), hablar de las relaciones o matices en la relación entre una frase y otra, etc. Por tanto, aunque la doctrina del Brocense tiene carencias desde nuestra perspectiva moderna, es en general muy meritoria.

Respecto a la partícula *quod* y sus consabidos valores (relativo, completivo y causal), el Brocense defiende que todo *quod* es relativo, rechazando los otros valores. Cuando es causal, su interpretación resulta fácil, pues basta con suplir en la oración anterior algo como esto: *circa id, ex eo, propter id*. Cuando es completivo, el Brocense no se atreve a considerarlo como un relativo. Lo podría haber hecho fácilmente con su teoría de la elipsis, postulando que en una frase como *dico quod hoc est verum* se entiende *dico id, quod hoc est verum*. La solución que propone es rechazar como no latinas las construcciones del tipo *dico quod*, considerándolas como un invento del latín tardío, de los escolásticos medievales y de los comentaristas de obras retóricas, filosóficas y teológicas. Ahora bien, cuando estas construcciones aparecen en autores clásicos reconocidos, entonces rechaza sus textos aduciendo que ha habido una mala transmisión textual. Por tanto, para el Brocense, el *quod* completivo no existe; tampoco el causal; luego todo *quod* es relativo (Sánchez, *Minerva* III 14: 412-423).

En cuanto a la explicación de la sintaxis de las oraciones de relativo, también se acerca el Brocense a posturas de la lingüística moderna (transformacional). Defiende, en efecto, que todo nombre o pronombre relativo tiene su nombre antecedente al que se refiere, ya sea expreso o elidido. En toda oración de relativo subyace una estructura en la que hay dos oraciones con dos nombres correferenciales, entre los cuales se coloca el relativo, por ejemplo: en *lege*

librum quem habes subyace la estructura *lege librum quem librum habes*. En la sintaxis figurada, por la elipsis, pueden faltar el primer nombre, el segundo o incluso los dos (Sánchez, *Minerva* II 9; Sánchez Salor & Chaparro 1995: 16).

6. LA TEORÍA DE LA ELIPSIS

Según la opinión de los más destacados especialistas (Percival, Padley o Sánchez Salor) la teoría de la elipsis es la base de la lingüística racional, en cuanto que es el mecanismo lingüístico que mejor sustenta la existencia de un nivel de sistema racional y otro de uso en el análisis de cualquier lengua. La elipsis, vista ya, no como una figura retórica, sino como un procedimiento lingüístico similar a las reglas de deleción de algunos gramáticos generativistas actuales, da cuenta de la desaparición de determinados constituyentes que en un primer momento estaban en la estructura profunda, pero que el uso ha suprimido de la estructura superficial de la lengua.

No se trata de una doctrina novedosa y exclusiva de la gramática racional del siglo XVI, pues está ya presente como criterio de análisis lingüístico en los gramáticos grecolatinos (Apolonio Discolo y Prisciano), en los medievales (especialmente los modistas), e incluso aparece esporádicamente en algunos gramáticos descriptivistas como Valla (Sánchez Salor 2002: 370-381). Pero lo cierto es que es en el siglo XVI cuando se convierte en un procedimiento sistemático de análisis lingüístico, precisamente en 1524 con el *De emendata structura* de Linacro, en cuyo libro VI considera a la elipsis como la figura “por defecto” más importante, dedicándole buena parte de dicho libro. Linacro, en efecto, la define así:

Est eclipsis dictionis ad legitimam constructionem necessariae in sensu defectus. Sed quae cum foris sit petenda, vel consuetudine authorum subaudiri solet, vel quia ex caeteris verbis est certa [...] Est ergo eclipsis omnium orationis partium communis, ut per singulas indicabimus (Linacro, *De emendata structura*: 470-472).¹²

Según vemos, en este texto define y legitima la elipsis como la figura fundamental en el análisis lingüístico, pues es el criterio que permite distinguir entre la *constructio iusta* y *figurata*, es decir, entre nivel de lengua racional y nivel de habla o *usus*. Y el propio Linacro, como ha afirmado que dicha figura es común a todas las partes de la oración, hace un recorrido por todos los casos posibles de elipsis que afectan al nombre, a la preposición, al adjetivo, a los pronombres, a los verbos y demás partes de la oración. La doctrina fundamental a este respecto se puede resumir en

¹² “La elipsis es la desaparición de un término necesario para que la frase esté correctamente construida y tenga sentido completo. Y como tal término debe buscarse fuera de la frase, suele sobreentenderse, bien recurriendo al uso de los autores, bien porque está claro por el contexto de la frase [...] La elipsis, pues, afecta a todas las partes de la oración, como veremos una por una”.

que los verbos semánticamente llenos, tanto si los llamamos impersonales, neutros, intransitivos o pasiva impersonal, siempre llevan suplidos un *nomen cognatae significationis*: *pluit (pluvia)*, *grandinat (grando)*, *ningit (nix)*, *tonat (tonitrus)*; *ambulat (ambulationem)*; *curritur (cursus)*, *sedetur (sessio)*. La conclusión a la que Linacro llega parcialmente y luego el Brocense sistematiza es que no existen los verbos impersonales, ni tampoco los verbos intransitivos o neutros, ni por supuesto la pasiva impersonal, es decir, que todos los verbos son personales y transitivos, porque siempre puede y debe suplirse en el nivel de lengua ese “nombre de significado emparentado” con el verbo, que unas veces hará las veces sintácticas de sujeto y otras de objeto (Sánchez Salor 2002: 538-539).

Ahora bien, entre Linacro y El Brocense se publica el *De causis* de Escalígero, en cuyo libro XII se ocupa de las figuras de construcción, pero entre las cuales sorprendentemente no se encuentra la elipsis. De hecho, Escalígero aborda las figuras de construcción de una forma muy tradicional, sin aportar grandes logros teóricos e ignorando las grandes aportaciones que realizó Linacro, sobre todo respecto a la enálage y la elipsis, no tratadas por Escalígero. Y es que, a diferencia de lo que ocurre con Linacro, los intereses de Escalígero no están en inventariar, etiquetar y explicar las múltiples construcciones latinas que se desvían de la sintaxis ordinaria, pues eso lo considera como algo propio del nivel de *usus* y no de la *ratio* gramatical, esto es, una tarea propia del gramático puro, pero no del gramático científico. Lo que realmente le importa a Escalígero es demostrar que bajo los diversos usos aparentemente anómalos de las figuras de construcción hay siempre una *causa* o explicación racional. Y, en este sentido, se esfuerza por encontrar un principio unificador que explique el funcionamiento de la mayoría de las figuras, un principio que Colombat ha denominado “principio de la absorción”, según el cual un elemento de la oración absorbe, engloba o se impone (*concipit*) sobre otro, obligando así a que la concordancia se establezca en relación con él, y en detrimento del segundo elemento (Colombat 1989; Galán 2004: LXVII-LXVIII). El caso es que Escalígero no da un tratamiento teórico independiente a la elipsis, pero en la práctica de sus análisis lingüísticos la emplea constantemente como uno de los mecanismos fundamentales que permiten explicar racionalmente los usos gramaticales.

No obstante, es el Brocense quien regulariza y sistematiza la doctrina de la elipsis como el procedimiento lingüístico fundamental para explicar los giros que no responden al esquema racional y llegar precisamente a ese esquema racional y teórico. Siguiendo a Sánchez Salor (Sánchez Salor & Chaparro 1995: 25), podemos resumir las señas de identidad que esta figura adquiere en la *Minerva*:

- Se trata de un procedimiento gramatical y lingüístico, no ya poético ni retórico.
- Es un procedimiento gramatical parecido a las reglas de delección que algunos gramáticos generativistas actuales aplican para dar cuenta de aquellos constituyentes que han desaparecido en el paso de la estructura profunda a la superficial.
- La elipsis es un procedimiento lingüístico que opera, no aislada, esporádica y caprichosamente, sino de forma frecuente y sistemática en el paso del nivel de estructura racional al nivel de uso.

La elipsis, entonces, es un mecanismo gramatical que permite dar razón de los datos lingüísticos descubriendo y formulando principios de aplicación general, reduciendo así la aparente maraña de los datos a unas pocas reglas o principios razonados. Esas reglas generales y razonadas las resume el Brocense en las siguientes (Sánchez, *Minerva* IV: 440-454; Mañas 2010b):

- En los verbos impersonales se suple un nominativo de la misma familia y, si no lo hay, un infinitivo de la misma familia: *curritur [cursus]*, *pluit [pluvia]*, *miseret [miseratio]*, *placet [placere]*, *lectum est [legere]*.
- En los llamados verbos intransitivos se suple un acusativo de la misma familia: *curro [cursum]*.
- Todo adjetivo lleva su sustantivo. Así, se suple el mismo nombre cuando al verbo sustantivo sigue un adjetivo o un genitivo, *hoc pecus est [pecus] regium* o *[pecus] regis*; o en giros adjetivo+genitivo: *multos [milites] militum*.
- En el genitivo de toda construcción partitiva, en las construcciones comparativas que llevan genitivo o en giros como *unus* o *solus* +genitivo, se suple *ex numero*: *alter [ex numero] forum*; *maior [ex numero] fratrum*.
- En las primeras y segundas personas de los verbos se suple *ego*, *tu*, *nos*, *vos*.
- Cuando el sujeto actúa sobre sí mismo, se suple *me*, *te*, *se*: *nox [se] praecipitat*.
- Se suple el mismo nombre en caso diferente: *Omnium triumphorum [laurea] lauream adapte maiorem*.
- Se suple el genitivo de la misma familia: *Millia frumenti tua triverit area centum [modium]*.

La teoría de la elipsis, por tanto, es el eje vertebrador de la teoría lingüística sanctiana. Y así lo vieron los gramáticos posteriores, desde Scioppio o Caramuel hasta Port-Royal o la moderna gramática transformacional de Lakoff y Chomsky. Pero no sólo eso. La elipsis también es la marca más característica de la gramática racional del siglo XVI y el criterio que mejor define la gramática filosófica del siglo XVII. Dentro de esta corriente gramatical, todos los constituyentes oracionales necesarios que se encuentren omitidos o elididos en el nivel de habla habrá que entenderlos como expresos en el nivel racional o mental de la frase. De hecho, ya en el siglo XVII, Scioppio, entendiendo, como el Brocense, que el objetivo fundamental de la gramática es la sintaxis, la dividió en sintaxis regular y en sintaxis irregular o figurada. Y se esforzó en reducir toda la *grammatica sanctiana* a sólo doce reglas sintácticas generales y fundamentales, casi todas sostenidas por el pilar básico de la teoría de la elipsis (Mañas 2010a). Así, respecto a la oración, sanciona que:

- 1) Toda oración afirmativa o negativa consta de nombre y verbo.
- 2) Además del nombre y del verbo, hay otras partículas que tienen determinados significados y a las que el nombre, el verbo y otras partes menores de la oración se unen como a nervios, partículas que, cuando se siguen las reglas, aparecen explícitas, pero que pueden omitirse mediante la sintaxis figurada.

Respecto a las dos partes esenciales de la oración, el nombre y el verbo, también transmite una serie de reglas fundamentales. En cuanto a las especies del nombre, que son el adjetivo, el relativo y el comparativo, dicta las siguientes normas:

- 1) Todo nombre adjetivo tiene su sustantivo.
- 2) Todo nombre o pronombre relativo tiene su nombre antecedente al que se refiere.
- 3) Todo nombre comparativo tiene su positivo, con el que es comparado.

Y en cuanto a los casos:

- 4) Todo nominativo o es sólo sujeto (*suppositum*) del verbo finito, o es objeto (*appositum*) y sujeto (*suppositum*) a la vez, tanto si el verbo está expreso u omitido.
- 5) En la sintaxis latina todo genitivo va regido por un nombre sustantivo expreso u omitido; en cambio, en la sintaxis griega también va regido por una preposición expresa u omitida.
- 6) Todo acusativo va regido por un verbo activo, por un nombre verbal o por una preposición.
- 7) Todo ablativo va regido por una preposición.

Y, finalmente, las reglas del verbo son éstas:

- 8) Todo verbo accidental (es decir, el que no es verbo sustantivo) o es activo o es pasivo; en el primer caso lleva siempre un acusativo expreso u omitido.
- 9) Todo verbo finito tiene como sujeto un nominativo expreso u omitido, o en su lugar también puede aparecer un infinitivo u otra oración.
- 10) Todo infinitivo tiene como sujeto un acusativo expreso u omitido (Scioppio, *Grammatica philosophica*: 183-194).

Para que la elipsis pueda intervenir como procedimiento gramatical el resultado debe ser una frase latina y atestiguada por los mejores autores latinos (*usus*); además, sólo se puede suplir lo que es necesario para que una frase se adapte a las normas de la analogía, del sistema o de la *ratio*. Por tanto, *usus* y *ratio* son los dos criterios que justifican la existencia de la elipsis, sin olvidar el factor de la economía lingüística (*brevitas*) (Sánchez Salor 2002: 570-571).

7. CONCLUSIONES

La gramática racionalista del siglo XVI está representada básicamente por tres figuras de primer orden: Linacro, Escalígero y Sánchez de las Brozas. Se trata de una corriente gramatical que centra el objeto de su estudio en la sintaxis y que, buscando las causas y *rationes* que expliquen los usos

lingüísticos, establece un doble nivel, de lengua y habla, en la investigación gramatical. Se sistematiza, pues, un método que acude al nivel de lengua para explicar los usos y las realizaciones sintácticas.

En este sentido, la gramática racional del siglo XVI y su heredera, la gramática filosófica del siglo XVII (Mañas 2010a), alcanzan logros que son la antesala de muchas de las explicaciones esgrimidas por la moderna lingüística estructural, generativa y semantista.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fuentes primarias

LINACER, Thomas. 1998. *De emendata structura latini sermonis libri sex, Introducción, edición crítica, traducción y notas* ed. de M^a Luisa Harto Trujillo. Cáceres: Universidad de Extremadura.

LUIS DE LEÓN, Fray. 1977. *De los nombres de Cristo* ed. de C. Cuevas. Madrid: Cátedra.

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco. 1995. *Minerva o De causis linguae latinae. Libri I, III, IV Intr. y ed. de E. Sánchez Salor; liber II ed. de C. Chaparro Gómez*. Cáceres: Institución Cultural El Brocense-Universidad de Extremadura.

SATURNIUS, Augustinus. 1997. *Mercurius Maior sive Grammaticae Institutiones. Introducción, edición crítica, traducción y notas* ed. de Manuel Mañas Núñez. Cáceres: Universidad de Extremadura.

SCALIGER, J. C. 2004. *De causis linguae latinae. Introducción, edición crítica, traducción y notas* ed. de Pedro Juan Galán Sánchez. Cáceres: Universidad de Extremadura.

SCIOPIIUS, Gaspar. 1628. *Grammatica philosophica*, Mediolani: apud Io. Baptistam Bidellium (citamos por la edición de 1704. Franekerae: excudit F. Halma).

Fuentes secundarias

CODOÑER, Carmen. 2003. “Las gramáticas en el siglo XVI. Algunas consideraciones sobre el léxico”. *El Brocense y las humanidades en el siglo XVI* ed. por C. Codoñer Merino, S. López Moreda & J. Ureña Bracero. 137-167. Salamanca: Universidad de Salamanca.

COLOMBAT, Bernard. 1989. “Le livre XII du *De causis linguae latinae* (1540): Jules-César Scaliger et la syntaxe figurée”. *Speculum historiographiae linguisticae* ed. por K.D. Dutz. 77-94. Münster: Nodus Publikationen.

GALÁN SÁNCHEZ, Pedro Juan. 2004. *J. C. Scaliger. De causis linguae latinae. Introducción, edición crítica, traducción y notas*. Cáceres: Universidad de Extremadura.

GÓMEZ GÓMEZ, Juan María. 2003. *Emmanuelis Alvari e Societate iesu de institutione grammatica liber secundus de octo partium orationis constructione: estudio, edición crítica, traducción, notas e índices*. Cáceres: Universidad de Extremadura.

HARTO TRUJILLO, María Luisa. 1998. *Thomas Linacer. De emendata structura latini sermonis libri sex, Introducción, edición crítica, traducción y notas*. Cáceres: Universidad de Extremadura.

HERVÁS Y PANDURO, Lorenzo. 1789. *Historia de la vida del hombre. Tomo II. Parte I. Pubertad y Juventud del Hombre*. Madrid: Imprenta de Aznar.

LECOINTRE, Claire. 1993. *La "Grammatica philosophica" de Caspar Schoppe*. Thesis (doctoral). Université de Paris X: Nanterre.

LECOINTRE, Claire. 2000-2001. "Les transformations de l'héritage médiéval dans l'Europe du XVIIe siècle". *History of the Language Sciences. An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present* ed. por S. Auroux, E.F.K. Koerner, H.J. Niederehe & K. Versteegh. Volumen I, 1002-1008. Berlin-New York: De Gruyter.

LISI, Francisco Leonardo. 1993. "La relación entre palabra y realidad en la concepción del Brocense". *Humanismo y pervivencia del Mundo Clásico, 1.1* ed. por J. M. Maestre & J. Pascual, 549-555. Cádiz: Universidad de Cádiz.

LÓPEZ MOREDA, Santiago. 1999. *L. Valla. De linguae latinae elegantia*. Cáceres: Universidad de Extremadura.

MAÑAS NÚÑEZ, Manuel. 1997. *Augustinus Saturnius. Mercurius Maior sive Grammaticae Institutiones. Introducción, edición crítica, traducción y notas*. Cáceres: Universidad de Extremadura.

MAÑAS NÚÑEZ, Manuel. 1999. "Aproximación a la sintaxis latina de Manuel Álvarez". *Actas del I Congreso Internacional Humanismo Novilatino e Pedagogia. Gramáticas, Criações Maiores e Teatro*, 237-249. Braga: Univ. Católica Portuguesa. Faculdade de Filosofia.

MAÑAS NÚÑEZ, Manuel. 2001. "El platonismo del Brocense", *El Humanismo extremeño. IV Jornadas (2000)*, ed. Marqués de la Encomienda et alii, 171-179. Trujillo: Real Academia de Extremadura.

MAÑAS NÚÑEZ, Manuel. 2010a. "Sanctius y Scioppius". *Humanistica Lovaniensia. Journal of Neo-Latin Studies* (Lovaina, Universitaire Pers Leuven) LIX .125-149.

MAÑAS NÚÑEZ, Manuel. 2010b. "La teoría gramatical de Francisco Sánchez de las Brozas". *Post tenebras spero lucem. Los estudios gramaticales en la España Medieval y Renacentista* ed. por A. M. González Carrillo, 209-235. Varsovia-Granada: Universidad de Granada-Universidad de Varsovia.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 2001. "La *Grammatica audax* de Caramuel y las corrientes lingüísticas del siglo XVII". *History of Linguistics*

in Spain II, ed por E.F.K. Koerner & H.J. Niederehe, 107-133. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins Publishing.

PADLEY, G[eorge]. A[rthur]. 1976. *Gramatical Theory in Western Europe, 1500-1700. The Latin Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.

PERCIVAL, W[illiam]. K[eith]. 1975. "The gramatical tradition and the rise of the vernaculars". *Current Trends in Linguistics*, 13 ed. por Thomas A. Sebeok, 231-275. The Hague-Paris: Mouton.

PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. 2002. "O Brocense na teoria gramatical portuguesa no início do século XVII". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série "Linguas e Literaturas"* XIX. 491-520.

SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. 1989. "El concepto de oración compuesta en la *Minerva*". *Actas del Simposio Internacional IV Centenario de la publicación de la Minerva del Brocense, 1587-1987*, 81-97. Cáceres: Institución Cultural El Brocense- Diputación Provincial.

SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio & CHAPARRO GÓMEZ, César. 1995. *Francisco Sánchez de las Brozas. Minerva o De causis linguae latinae. Libri I, III, IV introducción y edición de E. Sánchez Salor. Liber II edición de C. Chaparro Gómez*. Cáceres: Institución Cultural El Brocense / Universidad de Extremadura.

SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. 1996. "La gramática racional del siglo XVI. ¿Continuidad o ruptura? *La recepción de las artes clásicas en el siglo XVI* ed. por E. Sánchez Salor, L. Merino Jerez & S. López Moreda, 25-48. Cáceres: Universidad de Extremadura.

SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. 2000. "El Brocense hoy". *Alcántara* 51. 13-42.

SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. 2002. *De las "elegancias" a las "causas" de la lengua: retórica y gramática del Humanismo*. Alcañiz-Madrid: Instituto de Estudios Humanísticos.

SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. 2012. *La gramática europea durante el siglo XVII*. Alcañiz-Madrid: Instituto de Estudios Humanísticos.

LA GRAMÁTICA RACIONALISTA EN ESPAÑA Y EUROPA EN EL SIGLO XVII

1. INTRODUCCIÓN

La tradición gramaticográfica española, si bien se inserta en las corrientes generales que conducen al desarrollo de otras tradiciones vernáculas europeas, presenta como rasgo excepcional la escasa repercusión inmediata de la obra que magníficamente la inicia: la *Gramática de la lengua castellana* de Antonio de Nebrija (Salamanca, 1492). En efecto, mientras que hay un intervalo de solo cuatro años entre la publicación de la *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira (Lisboa, 1536) y la *Grammatica da lingua portuguesa* de João de Barros (Lisboa, 1540)¹, han de transcurrir

¹ Únicos textos –si exceptuamos los tratados ortográficos– de la gramaticografía quinientista lusa, seguidos en la centuria siguiente solo por el *Methodo gramatical para todas as linguas* de Amaro de Roboredo (Lisboa, 1619) y por el *Ars grammaticae pro lingua lusitana adiscenda* de Bento Pereira (Lyon, 1672). La escasez de gramáticas de la lengua propia, al menos en el período inicial de la tradición portuguesa, justifica el juicio emitido por Ponce de León (2006a: 152): “en lo que concierne a la producción editorial de textos metagramaticales del portugués, se puede decir que el panorama es tan desolador como el de la centuria anterior”. Las tradiciones gramaticográficas italiana y francesa se inician, a semejanza de la portuguesa, más tardíamente que la española, pero, frente a estas, tienen un desarrollo más continuado y regular. En lo que respecta a la italiana, es preciso mencionar, por su temprana aparición, las *Regolle della lingua fiorentina* (compuestas hacia 1450 por León Battista Alberti), pero se trata únicamente de una sinopsis de la morfología del italiano –“opuscolo” compuesto de “brevissime annotazioni”, en palabras de su autor– (vid. en Swiggers y Vanvolsem 1987: 162 y 175, n. 10), y además circuló de forma manuscrita a través de una copia de 1508. La primera gramática italiana comparable a la de Nebrija es, pues, la de Francesco Fortunio (*Regole grammaticali della volgar lingua*), publicada en 1516, a la que sucede poco tiempo después la gramática del cardenal Pietro Bembo, incluida en su tratado dialogado *Prosa delle volgar lingua* (1525) (*ibid.*, 163-164), y otros muchos tratados gramaticales más a lo largo de todo el siglo (como los de Trissino, Corso, Dolce, entre otros). Por su parte, la tradición gramaticográfica francesa se inicia en la tercera década del siglo XVI: en 1530 ve la luz –si bien en Londres– *Lesclaircissement de la Langue francoyse* de Jean Palsgrave, y en los años inmediatamente sucesivos se publican los tratados de Dubois y Du Guez, seguidos de las obras de Meigret, Estienne y Ramus, por mencionar algunos de los autores más conocidos. (Vid. la extensa relación cronológica de gramáticas renacentistas italianas y francesas que recoge Kukenheim 1974: 219-223 y 226-229).

más de sesenta para que se reanude la labor de codificación del español emprendida por el gramático sevillano, pero las obras que la continúan ven la luz en los Países Bajos y están destinadas específicamente a la enseñanza de la lengua a extranjeros².

El hecho de no haber sido reeditada hasta el siglo XVIII³, las alusiones negativas de que fue objeto por parte de autores contemporáneos, como Juan de Valdés⁴, el –quizás fingido– desconocimiento que muestra Villalón⁵, son hechos todos que indican que la obra nebrisense no fue comprendida en su tiempo, lo que tal vez justifique su falta de continuidad en los años posteriores a su publicación.

Sean cuales fueren las razones que explican el denominado “enigma” (Esparza y Calvo 1993: 152) de la *Gramática castellana* de Nebrija⁶, lo cierto es que el panorama lingüístico del Renacimiento hispánico, en lo que al terreno estrictamente gramaticográfico se refiere, se caracteriza por el contraste entre la ausencia en España de tratados gramaticales de la lengua vernácula y la abundancia de manuales para su enseñanza a extranjeros, que se publican ininterrumpidamente en diversos países europeos a lo largo de los siglos XVI y XVII⁷. Todo ello revela que, mientras era grande el interés que suscitó fuera de nuestras fronteras el aprendizaje del español, reflejo de su situación hegemónica, en nuestro propio suelo aún no se sentía la necesidad o la utilidad de la gramática de la lengua materna, conocida ya a través del uso (Padley 1988: 181-183).

El punto de inflexión que marca un cambio de rumbo en esta situación son las escuetas y, a la vez, densas doctrinalmente *Instituciones de la gramática española* del maestro manchego Bartolomé Jiménez Patón (1569-1640), publicadas en Baeza en 1614 junto con el *Epítome de la ortografía latina*

² Tales son los denominados *Anónimos* de Lovaina, salidos de las prensas de Bartolomé Gravio: *Util y Breve Institution para aprender los principios y fundamentos de la lengua Hespañola*, 1555 (ed. facs. con estudio e índice de A. Roldán, Madrid, CSIC, 1977) y *Gramática de la lengua vulgar de España*, 1559 (ed. facs. y estudio de Rafael de Balbín y Antonio Roldán, Madrid, CSIC, 1966); también la *Gramática Castellana* del Licenciado Villalón, publicada en Amberes en 1558 (ed. facsimilar y estudio de C. García, Madrid: CSIC, 1971).

³ En edición realizada entre 1744 y 1747 por Francisco Miguel de Goyeneche, conde de Saceda.

⁴ “Assí es verdad que no lo he leído [...]. Porque nunca pensé tener necesidad dél y porque nunca lo he oído alabar, y en esto podéis ver cómo fue recibido y cómo era provechoso que, según entiendo, no fue impreso más que una vez” (Juan de Valdés: *Diálogo de la lengua*, ed., intr. y notas de Juan M. Lope Blanch, Madrid, Castalia, 1969, p. 75).

⁵ *Vid.* sobre ello Sola-Solé (1974-1975) y Ramajo (1987: 36-40).

⁶ Explicaciones muy plausibles se encuentran en Ridruejo (1994: 486-487 y 497) y en Esparza (1995: 245-246). *Vid.* también Ridruejo (2006).

⁷ Sánchez Pérez (1992) proporciona una visión de conjunto de tan ingente actividad didáctica.

y castellana⁸. Pocos años después, en 1625, el maestro extremeño Gonzalo Correas (1571-1631) compone el *Arte de la lengua española castellana*, obra que por sí sola compensa con creces el “letargo” (así, Lliteras 2002: 295) gramaticográfico del siglo precedente⁹, pero que no llegó a editarse a pesar de tener licencia y aprobación¹⁰. No obstante, a ella –y bajo el nombre de *Arte Grande*– alude y remite su autor en numerosas ocasiones en el *Arte Kastellana*, versión compendiada de la magna obra anterior, que da principio al *Trilingue de tres artes de las tres lenguas Castellana, Latina, i Griega, todas en Romanze* (Salamanca, 1627). Por último, y ya mediado el siglo, ve la luz el *Arte de la Lengua Española* (Valencia, 1651) del padre jesuita jienense Juan Villar (1595-1660), obra equiparable a las de Correas en cuanto que ofrece una descripción completa y bien estructurada de la lengua española, esto es, referida no sólo a sus aspectos morfo-sintácticos, sino también ortográficos y prosódicos.

Sobre estos tres gramáticos y sobre las referidas obras versa esta exposición.

2. PATÓN, CORREAS Y VILLAR EN EL CONTEXTO DE LA GRAMATICOGRAFÍA BARROCA

Además de ser coetáneos, hay ciertas similitudes en la trayectoria humanística de Jiménez Patón y Gonzalo Correas. Su período de formación transcurre en las últimas décadas del siglo XVI, en cuyos años finales inician ambos su actividad docente: el primero, como preceptor de Humanidades en diversas villas de la región manchega; el segundo, como catedrático de griego y, posteriormente, también de hebreo en la Universidad de Salamanca¹¹. Dicha actividad es compaginada con una importante labor filológica (trabajos

⁸ Como han señalado Quilis y Rozas (1965: LXXXV), editores del texto, “*Las Instituciones de la Gramática española* de Jiménez Patón son un librito, un opúsculo donde anota sus conceptos gramaticales; más que un verdadero tratado de gramática, como lo eran, por ejemplo las grandes obras precedentes, de Nebrija, Villalón o el Brocense, las Instituciones son como apuntes, como elementos, donde con unas cuantas y breves pinceladas nos da a conocer un cuadro completo y bien estructurado de la Gramática española”.

⁹ Su enorme valor justifica los juicios elogiosos de que ha sido objeto. *Vid.*, por ejemplo, Padley (1988: 186): “is one the three peaks of pre-1600 grammatical achievement in Spain, to be ranked with Nebrija’s *Gramática* and Franciscus Sanctius’s seminal *Minerva* of 1587”. Así mismo, Lope Blanch (1990: 63-64) califica el *Arte de la Lengua Española Castellana* de “la obra cumbre de la filología española renacentista”.

¹⁰ La publicó por primera vez el Conde de la Viñaza en 1903 a partir de una copia incompleta realizada por Bartolomé José Gallardo. Fue objeto nuevamente de edición en 1954 por parte de E. Alarcos García, que se basó en el manuscrito original dispuesto por su autor.

¹¹ Para la biografía de Jiménez Patón, véase Quilis y Rozas (1965: XXXV-XLIX), quienes señalan el prestigio e influencia de sus estudios filológicos en la cátedras de Humanidades de los colegios y universidades de La Mancha y de la zona colindante de Jaén. Sobre la vida del maestro Correas véase Alarcos (1965 [1919-1920]), que aporta una exhaustiva información, centrada especialmente en la reconstrucción detallada de sus años dedicados a la docencia en la institución salmantina. *Vid.* también Taboada (1984: 11-26).

gramaticales, ortográficos, traducciones y comentarios de textos clásicos, etc.), desarrollada en las tres primeras décadas del siglo XVII¹².

Sin embargo, Villar nos ha legado una obra mucho menos extensa¹³, porque no era exactamente un humanista comparable a los autores anteriores, sino un padre jesuita que dedicó la mayor parte de su vida a la enseñanza en diversos centros de la Orden ignaciana pertenecientes a la Provincia Bética (concretamente, en los colegios de las localidades jienenses de Cazorla y Baeza y en las sevillanas de Carmona y Utrera), en los que desarrolló tal actividad, de atención preferente dentro de la Compañía de Jesús, como “Magister Latinitatis”¹⁴. Por otra parte, no pertenece exactamente a la misma generación que Patón y Correas, pues son veinticinco años los que lo distancian cronológicamente de sus predecesores.

Aun así, los tres autores participan de unas mismas constantes o coordenadas de pensamiento, aquellas que configuran el contexto cultural de la época en general y de la España del momento en particular. Ello necesariamente se trasluce en la existencia en sus obras de una serie de rasgos comunes y coincidentes, en tanto que estos son un reflejo en el ámbito lingüístico –tanto en lo que respecta a los aspectos didácticos, relativos a la enseñanza de las lenguas, como en lo que se refiere a su análisis y descripción– del paradigma científico de su tiempo¹⁵. De estas características compartidas se da cuenta, a grandes rasgos, a continuación.

● Nuestros tres gramáticos dan perfecto testimonio de la culminación del proceso de dignificación de las lenguas vulgares, pues tienen en muy alta estima y consideración su lengua materna, el español –vehículo ya de una rica y valiosa literatura–, cuyas cualidades derivan de su propia naturaleza y no necesariamente de su proximidad o ascendencia latina¹⁶. De ahí que la

¹² La descripción y clasificación de las obras de Correas puede verse en Alarcos (1965 [1954]: 175-182) y en Taboada (1984: 43-54). Sobre Jiménez Patón, consúltese Quilis y Rozas (1965: LXI-LIX). En los últimos años se ha localizado un buen número de obras del maestro manchego, impresas o manuscritas, de las que no se tenía noticia o que se daban por perdidas debido a la dispersión de gran parte de su biblioteca tras su muerte. El estudio y edición de que están siendo objeto permite ampliar y completar las aportaciones del autor (vid. Madroñal 2003 y 2005, así como las referencias bibliográficas ahí efectuadas). La producción gramatical de Correas es más amplia que la de Patón, pues se dirige no sólo al castellano y al latín, sino también al griego y, según él mismo indica, al hebreo. Además, se concreta a través de *Artes* mucho más extensas y elaboradas que las escuetas *Instituciones* patonianas. Por el contrario, son especialmente relevantes las aportaciones del maestro manchego en el terreno de la retórica. Ambos hicieron también incursiones en la creación poética, si bien Correas en el ámbito de las lenguas clásicas. Por otra parte, Jiménez Patón escribió varios discursos sobre costumbres y problemas de la época y Correas recogió una copiosa colección de refranes (*Vocabulario de Rrefranes i Frases Proverbiales i otras Formulas komunes de la lengua kastellana*), que no llegó a editarse en su tiempo.

¹³ Además de la gramática mencionada, compuso un *Nuevo método y modo de reducir lo que en cualquiera arte, o ciencia o materia está escrito*, publicado en 1639 bajo el seudónimo de Juan Serrano Álvarez, dato que recojo de Moriyón (1993: 255-256, n. 2).

¹⁴ Los escasos datos biográficos de que disponemos sobre el autor fueron aportados por A. Alonso (1969: 73-74) y se recogen en el estudio introductorio a la ed. facsímil del *Arte de la Lengua* preparada por Peñalver (1997).

¹⁵ Lliterals (2002) y (2003) detalla las líneas o tendencias generales del pensamiento lingüístico que enmarcan la actividad gramatical de los tres autores.

¹⁶ Correas se sirve de la argumentación histórico-etimológica para apoyar, por medio de la teoría del castellano primitivo (a la que también se adhiere Patón), su tesis de la superioridad del castellano sobre el latín, lengua, en todo caso, derivada de la anterior (vid. Martínez Gavilán 1996 y Lliterals 2002 y 2003). Villar, sin embargo, sostiene la procedencia latina de la lengua vulgar, coincidiendo así con Nebrija. Ello no le impide el reconocimiento de la grandeza de sus propios valores, como se refleja en el Prólogo y en algunos de los poemas laudatorios que inician la obra.

consideren capacitada para ser sometida a *arte* o *artificio* (esto es, codificación gramatical o, lo que es lo mismo, sistematización y descripción teórica), prueba inequívoca de su perfección, a semejanza de las lenguas clásicas.

• Por otra parte, la codificación gramatical de la lengua materna responde a lo que nuestros autores consideraron ya, en el momento histórico que les tocó vivir, una necesidad fundamental: incidir –bien para fijarlas o regularlas, bien para enseñarlas– en las peculiaridades del propio idioma. Es esta justamente –según ha mostrado Lliteras (2002) y (2003)– una de las razones que explican la recuperación de los estudios específicamente gramaticales en el siglo XVII y, en consecuencia, la superación de la pasividad en esta materia propia del siglo anterior. Como ella misma indica, “Los tres autores –conscientes de la variación lingüística– comparten un mismo interés: demostrar en sus respectivas obras que no pocas variedades del uso contemporáneo del idioma se apartan de la propiedad castellana. El tratamiento del conflicto, presente por entonces, entre el uso supuestamente culto y la propiedad castellana permite a estos gramáticos defender la necesidad y la utilidad de esta disciplina para sus mismos compatriotas” (Lliteras 2002: 295).

De esta forma, la gramática adquiere pleno sentido, no solo ya para el aprendizaje de una lengua desconocida, sino para los propios usuarios del idioma. En relación con ello, Patón, Correas y Villar intentan poner de relieve, aunque en distinta forma y medida, los valores idiomáticos específicos del castellano, condensados bajo el término o el concepto de *propiedad*, presente reiteradamente en sus obras¹⁷. Tal propósito tiene importantes implicaciones, tanto en el uso descrito o prescrito, como en la teoría gramatical que lo sustenta. Por un lado, la propiedad de la lengua es el criterio decisivo o principio rector de los usos, lo que les conduce a una “deslatinización lingüística” (en expresión de Gómez Asencio 2001), pues en aras de la propiedad condenan el lenguaje de cuño latino¹⁸, llegando incluso

¹⁷ A modo de ejemplo, véanse las siguientes referencias: “fué siempre mui usado el articulo en Castellano, i lo es oi entre xente de mediana i menor talla, en quien mas se conserva la lengua i propiedad, i conforme lo pide la elegancia de la nuestra, como diziendo: la mi capa” (Correas 1954 [1625]: 144). “[...] tienen las lenguas gramática propia, assi mismo tienen ortografía y assi la tiene la española” (Jiménez Patón 1965 [1614]: 74). La cita pertenece al Epítome de la Ortografía, pero también está el concepto presente en las Instituciones, que finalizan con un breve discurso “Acerca de la propiedad de la lengua española”.

Sobre el concepto de propiedad en estos autores, además de los trabajos de Lliteras citados, puede verse Salvador Plans (1996) y Martínez Gavilán (1990a: 146-148), (1996: 91-92) y (2006b: 234-236).

¹⁸ Como lo muestran las siguientes citas, que selecciono, entre otras de contenido similar, a modo de ilustración: “[...] i no deven usarlos [los vocablos latinos], si no fuere con mucho tieno i en devido lugar, porque se deve huir de Latinizar el Rromanze, que seria torpe vizio. Ansimesmo es Latinismo, quando contando muchos nombres i cosas de industria no se pone conxunzion con mas de el postrero, i quitar los articulos, de que carezió el Latin, que todo esto es contra el Castellano i natural Español” (Correas 1954 [1625]: 385). “Muchos pecan con afectación demasiadamente viciosa [...] como en estas diciones dicen o escriben: *parecer*, *conocer* [...] debiendo no escribir ni pronunciar de otra suerte que desta: *parecer*, *conocer* [...]. Déxanse engañar de una cosa, y es que dicen que quanto más arrimados al latín, de quien se deriuian, es mejor pronuciación i ortografía. Debiendo saber (como diremos) que cada lengua tiene su idioma y dialectos propio, su pronuciación i ortografía, y assi, dicen mal” (Jiménez Patón 1965 [1614]: 58). “Sólo quiero aduertir que no se dexen lleuar del género que las diciones tienen en latín, que harán solecismos y mal romance, como los que dicen *el puente*, *el culebra*, porque *pons* y *anguis* son masculinos, y assi también abrán de decir *el fuente*, *el sangre*” (ibid., 96). “También se advierta, que en la composición de nuestras diciones antes se an de tomar en nuestra lengua, si ya estan Españolaizadas que no en su origen o raiz latina” (Villar 1997 [1651]: Prólogo, p. 15). “De lo dicho se infiere, que aunque los Españoles tomamos ambos estos caracteres de la lengua latina, no por esso nos obligamos a las atenciones, que ellos observaron en su uso: porque nosotros no distinguimos nuestras diciones escribiendo las unas con B. y las otras con V. como las distinguen ellos” (ibid., 133).

a tomar parte activa, desde el ámbito de la gramática, en la polémica gongorina que ocupa buena parte del período barroco¹⁹. Por otro lado, en lo que respecta al plano teórico o doctrinal, y en consonancia con lo anterior, rechazan o modifican el modelo latino como procedimiento de análisis cuando lo consideren inaplicable al castellano, incidiendo en aquello en que difieren ambas lenguas²⁰. La consecuencia inmediata es una “deslatinización descriptiva” (Gómez Asencio 2001) o emancipación del corpus doctrinal latino, que produce un notable avance en el proceso de elaboración de una gramática española autóctona, esto es, más acorde con la realidad idiomática descrita²¹.

● Junto al interés por codificar y poner de relieve la especificidad de la lengua propia, no podemos olvidar que los tres autores proceden del campo de la enseñanza de las lenguas clásicas, porque ello repercutirá notablemente en su labor de gramatización del castellano, hasta el punto de que es lo que determina la orientación propedéutica que otorgan a sus obras, concebidas también para facilitar el aprendizaje posterior de las lenguas clásicas. Como afirma Padley (1985: 276) a propósito de Correas (afirmación que podemos hacer extensiva

¹⁹ Sobre esta cuestión, véase Maquieira (2006) y (2008). Son muy ilustradoras las críticas, abiertas o veladas, a Góngora por su abuso del hipébaton, como puede verse en los fragmentos siguientes: “En este tiempo se á levantado esta plaga entre lipsianos en Latin i gongoristas en Rromanze i unos que se llaman cultos, para confundir los inxenios candidos, por querer ser monas unos de otros. I lo que por ventura es natural en el primero, i no le está tan mal, es enplasto en el segundo que le quiere imitar: i en ninguno lo apruevan los maduros xuiuzios; antes rrepruevan por inperfeto Castellano dezir: *Estas que me dictó rrimas sonoras, culta sí, aunque bucolica, Talia*” (Correas 1954 [1625]: 408). “Ya en estos tiempos es tan copioso su uso [...] que parece no professan ya los autores otra cosa, que obscurecer sus escritos con esta figura. [...] Esta figura en las diciones latinas ocasiona menos obscuridad, pues esta se huye con la concordancia de los casos que aquella lengua tiene y assi usó elegantemente de la inversion Ovidio 2 Meth diziendo: *Lactentis vituli dextra libratiu ab aure /Tempora disseusit, clavo cava malens ictu*. La cual si algun Castellano, guardando la mesma colocacion de palabras, quiere romançar, dirá: *De un que todavia mamaba, vecerro diestra arrojado desde la oreja, las sienes rompio con el clavo guecas, el martillo golpe*, dando en ello no pequeño motivo de risa” (Villar 1997 [1651]: 96-97). En lo que respecta a Jiménez Patón, es sobradamente conocida su postura lopista y antigongorina, sostenida desde el ámbito de la retórica. *Vid.* al respecto Rozas y Quilis (1962) y las puntualizaciones de Maquieira (2008: 138-140).

²⁰ *Vid.*, por ejemplo: “Las conjugaciones son tres y no quatro (como algunos quisieron fuesen a imitación de los latinos) [...]” (Jiménez Patón 1965 [1614]: 101). “Los tres azentos ke inventaron los Griegos agudo, grave, i zirkunflekso, ke imitaron los Latinos, i dellos los toman nuestros eskritores, no fueron ni son nezesarios, i menos para nosotros, komo largamente lo mostramos en nuestra Arte” (Correas 1954 [1625]: 125-126). “Con este *Arte* de nuestra lengua podra cessar el grande trabajo que a los que estudian la latina, solamente para hablar bien el romance Castellano, suele costarles, porque despues de ser buenos latinos, aun no àn conseguido su intento pues aunque todas las lenguas sean semejantes en las quatro partes de su gramatica, y en las ocho de la oracion, pero en las declinaciones, y conjugaciones, uso de preposiciones, y de circunloquios, son notablemente desemejantes; y assi no á vencido las dificultades de nuestra lengua, el que á estudiado la latina (Villar 1997 [1651]: Prólogo, pp. 5-6).

²¹ De ahí que los tres autores reconozcan, por ejemplo, que la flexión casual ha sido sustituida en castellano por preposiciones, que no incluyan en el paradigma verbal el optativo como modo distinto del subjuntivo, o que acoten perfectamente la función determinante del artículo. Es preciso advertir al respecto que es Correas el autor con quien llega más lejos el proceso de deslatinización, pues su intención primordial es mostrar en todo momento la independencia del castellano respecto al latín. A pesar de que Villar se mantiene bastante fiel a la gramática latina por las razones que se verán más adelante, intenta adaptar en no pocas ocasiones la tradición recibida a las peculiaridades del español. *Vid.* sobre ello Martínez Gavilán (2006b: 267-270).

a los otros dos autores), “his work too is an illustration of the fact that the history of grammatical theory cannot be considered apart from the pedagogical realities of the times”. De hecho, con tal planteamiento, participan del movimiento pedagógico que abogaba por la enseñanza de las lenguas clásicas, no sólo en romance, sino también precedida por la gramática del romance como medio de favorecer y allanar el acceso a las gramáticas de estas lenguas, idea defendida también por humanistas y gramáticos de la talla de Luis Vives, P. Simón Abril o Sánchez de las Brozas²². Sin duda, a todos ellos se anticipó el propio Nebrija, al concebir su *Gramática Castellana* como una herramienta al servicio de la *nova ratio* o método para la renovación de la enseñanza del latín²³. Pero, si el planteamiento nebrisenso no fue comprendido por sus contemporáneos, por la innovación que supone en la didáctica tradicional del latín—según explica Ridruejo (1994: 497)—, una vez transcurrido el tiempo, era ya un principio metodológicamente aceptado, al que dan concreción con sus obras nuestros tres autores²⁴. Esta orientación propedéutica justifica, así mismo, las abundantes referencias contrastivas de que están plagadas, hecho que adquiere tintes propios en las de Correas y Villar. En lo que respecta al primero, su conocimiento del griego y del hebreo le permite llevar a cabo también la comparación del castellano con estas lenguas, recurso del que se sirve de forma continuada y que responde no solo a razones didácticas, sino también de índole doctrinal, como se verá más adelante. En lo que se refiere al segundo, el haberse desarrollado su actividad docente en el seno de la Compañía de Jesús, tendrá—según mostraremos—enormes repercusiones en los aspectos teóricos de su *Arte de la Lengua Española*.

- Finalmente, ninguno de nuestros tres autores descarta la utilidad de sus gramáticas para el aprendizaje de los extranjeros, coincidiendo así, en parte, con el único objetivo perseguido por los tratadistas que, en la misma época, publican sus gramáticas del castellano en Europa. Pero, en relación con estas,

²² Vid. Brevia Claramonte (1994) y, para el empleo del castellano como vehículo de aprendizaje y como recurso didáctico en la gramaticografía latino-castellana de los siglos XVI al XVIII, consúltese Ponce de León (2006b).

²³ “I seguirse a otro no menor provecho que aqeste a los ombres de nuestra lengua que querrán estudiar la gramática del latín; por que después que sintieren bien el arte del castellano, lo qual no será mui difficile, por que es sobre la lengua que ia ellos sienten, cuando passaren al latín no avrá cosa tan oscura que no se les haga mui ligera (Nebrija 1980 [1492]: 100-101). Como indican al respecto Calvo y Esparza (1993: 158), “Con la *Gramática Castellana* se consiguió esto: ofrecer la posibilidad de transmitir los conceptos teórico-gramaticales necesarios para el aprendizaje del latín no sólo en su propia lengua ni referidos o aplicados a su lengua, sino nacidos de su propia lengua”. En el citado trabajo, los autores enmarcan la labor de Nebrija en la tradición de la *grammatica proverbiali*, que constituye su antecedente inmediato. Vid. también Esparza (2000: 203-209) y Esparza (2006).

²⁴ Con total claridad se plasma en el *Trilingue de tres artes de las tres lenguas Castellana, Latina, i Griega, todas en Romanze*, en el que Correas plantea el estudio de las lenguas clásicas (probablemente, también del hebreo, cuya gramática no pudo incluir por falta de caracteres tipográficos) precedido del *Arte Kastellana*.

sus obras presentan una serie de diferencias, tanto en lo metodológico como en lo doctrinal, derivadas de la distinta finalidad que les asignan y, por ello, también del distinto carácter de sus destinatarios. Mientras que los tratados para extranjeros persiguen transmitir de forma muy didáctica el conocimiento de una lengua desconocida, Jiménez Patón, Correas y Villar dirigen sus gramáticas primordialmente a hablantes nativos, usuarios y poseedores *per se* de la competencia lingüística. De ahí que puedan poner todo el acento en la doctrina gramatical y que, en consecuencia, sus tratados dispongan de un aparato teórico considerable (aunque en proporción directa con su extensión), hecho reforzado además por la necesidad de proporcionar los conceptos gramaticales susceptibles de ser aplicados posteriormente a las lenguas clásicas. Todo ello contrasta con el esquematismo excesivamente simplificador de los manuales para extranjeros, en los que las explicaciones o digresiones teóricas quedan totalmente desplazadas por las cuestiones prácticas²⁵. No obstante, la diferencia fundamental entre los unos y los otros deriva —a mi juicio— de la distinta actitud de sus autores ante los modelos de análisis gramatical preexistentes, a partir de los cuales elaboran sus obras. Mientras que los tratadistas para extranjeros se mantienen totalmente fieles a las pautas tradicionales, introducidas en España por Nebrija y difundidas en los manuales del siglo XVI que les sirven de modelo, Patón²⁶, Correas y Villar no asumen miméticamente y en su integridad esa tradición, sino que la renuevan con la introducción de planteamientos novedosos basados en el modelo teórico-explicativo desarrollado por el Brocense en su intento de sustentar los usos latinos sobre bases filosóficas.

Así pues, la aplicación de un enfoque gramatical de signo racionalista, inspirado en los presupuestos de la *Minerva* sanctiana, es también, según se ha señalado, característica compartida por Jiménez Patón, Correas y Villar²⁷. De ello nos ocupamos en detalle a continuación.

²⁵ No todas la gramáticas para extranjeros están cortadas por el mismo patrón. Habría que hacer distinciones entre ellas en función de la desigual importancia concedida a los aspectos gramaticales y a los de aplicación del idioma. Una exposición somera de sus características generales (por contraposición a las de las gramáticas publicadas en España), referida a los aspectos metodológicos y estructurales, así como a los de tipo doctrinal, puede verse en Lliteras (2003: 183-186) y Martínez Gavilán (2002: 341-345).

²⁶ Esta apreciación general debe ser matizada, al menos, en el caso de Villalón y, en lo que respecta a los tratadistas del siglo XVII, en el de fray Diego de la Encarnación, cuya *Grammaire espagnolle expliquée en François* (Douay, 1624) tiene muchos aspectos coincidentes (estructurales y doctrinales) con las obras de Patón, Correas y Villar, siendo el más destacado la adopción de una perspectiva de corte filosófico en la descripción de las categorías gramaticales. *Vid.* al respecto Martínez Gavilán (2002).

²⁷ De hecho, Lliteras (2003) considera que la recepción de la doctrina racionalista del Brocense fue una de las razones que propiciaron la reanudación de la gramatización de la lengua propia llevada cabo por nuestros tres autores, a la par que con ello se introduce un cambio de orientación respecto al modelo doctrinal representado por Nebrija.

3. LA PRESENCIA DE LA DOCTRINA DEL BROCENSE EN LAS OBRAS DE JIMÉMEZ PATÓN, CORREAS Y VILLAR

3.1. La “gramática racional castellana”

Como es bien sabido, la figura de Sánchez de las Brozas ha tenido gran proyección y difusión internacional en los estudios historiográficos a partir de su vinculación a la corriente pre-transformacionista cuyo punto de arranque Chomsky situaba en la *Grammaire Générale et Raisonné* (1660) de Port-Royal y atribuía a la influencia de los postulados cartesianos. A la necesidad de anticipar el origen de esta orientación responde una serie de trabajos en los que el Brocense se convierte en un punto de referencia obligado como precursor de la obra de Arnauld y Lancelot. Las similitudes o paralelismos entre determinados mecanismos explicativos puestos en práctica en la *Minerva* y las nociones básicas del generativismo (tales como la idea de universales lingüísticos, estructura profunda y superficial, regla transformacional, etc.) ha llevado incluso a la sustitución del término *lingüística cartesiana*, empleado por Chomsky, por el de *lingüística sanctiana*, considerado, en consecuencia, más apropiado para designar esta corriente gramatical secular²⁸.

En cualquier caso, está fuera de duda el papel desempeñado por el Brocense en el desarrollo de la gramática general y filosófica (Breva Claramonte 1980 y 1986: XLVI-LXII), ya advertido en los estudios historiográficos españoles por Fernando Lázaro Carreter, quien señaló la extraordinaria influencia de la *Minerva* en Europa y, por el contrario, su imperceptible huella en nuestros estudios de latinidad²⁹. A este respecto, pone de relieve lo que para él constituye una paradoja de nuestra tradición gramatical: “mientras el nombre del Brocense figura alejado de las gramáticas latinas y, con él, todo enfoque filosófico del problema lingüístico, vamos a verlo, en cambio, citado, y sus doctrinas seguidas indirectamente, en el campo de la gramática española” (Lázaro Carreter (1985 [1949]: 162). Y, si bien como “nota excepcional aún”, encuentra el primer testimonio de la utilización de la razón y la lógica en el *Arte de la Lengua Española* de Juan Villar (*ibid.*, 154).

²⁸ Así, R. Lakoff (1969). *Vid.* también Percival (1976), Padley (1976: 101-110), Padley (1985: 270-276) y Breva Claramonte (1983). Es preciso reconocer que Chomsky en su *Lingüística cartesiana* (1966) hace una breve referencia al Brocense y a su teoría de la elipsis. Es en una obra posterior (*El lenguaje y el entendimiento*) donde, en respuesta a las puntualizaciones de algunos de los estudiosos del tema, rechaza el carácter pre-transformacionista del planteamiento sanctiano, considerando que en la obra del Brocense la elipsis es un mero instrumento para la interpretación de textos. *Vid.* en Hernández Terrés (1984: 60-62).

²⁹ *Vid.* Lázaro Carreter (1985 [1949]: 151-161). Su opinión está siendo matizada desde investigaciones más recientes, que demuestran que el pensamiento del Brocense sí tuvo difusión en España entre los gramáticos latinos. *Vid.* Ramajo (1991) y (2000), Morcillo Expósito (2000), Ponce de León (2006c) y Martínez Gavilán (2008a).

Estudios posteriores han corregido la excepcionalidad que Lázaro veía en el seguimiento por parte de Villar de determinados supuestos sanctianos, reforzando su vinculación a la orientación que estos representan y extendiéndola a la obra de los otros dos autores aquí considerados. Pionero en este sentido es el trabajo de A. Yllera (1983). En la línea de los estudios ya mencionados, que han anticipado el inicio de la lingüística cartesiana situándolo en la tradición medieval y humanística, la autora considera que la mayoría de los presupuestos de la *Grammaire* de Port-Royal eran “nociones muy extendidas en la época” (*ibid.*, 650), como lo muestra la “profunda y decisiva” influencia ejercida por el Brocense en los gramáticos españoles del siglo XVII, influencia a la que atribuye su “análisis racional de los fenómenos lingüísticos”. Esta orientación –afirma– “no aparece por vez primera en España con el *Arte* del P. Villar, sino que anima también las breves consideraciones gramaticales de Jiménez Patón y los tratados de Correas en quien cobra su máximo desarrollo” (*ibid.*, 650, n. 6).

La presencia en sus obras de determinados postulados de procedencia sanctiana, que analiza detalladamente, permite a la autora sostener la existencia de una “gramática racional castellana”. De este modo, y por medio de una sólida argumentación, queda establecida de forma casi dogmática la inserción de los tres autores en la corriente teórico-explicativa de carácter racional instaurada en nuestros estudios lingüísticos por la *Minerva* del Brocense. En dicha inserción han profundizado numerosos trabajos posteriores³⁰, coincidentes algunos de ellos en ver en el componente racionalista de sus obras uno de los puntos centrales de sus doctrinas gramaticales, si bien es preciso reseñar que no hay consenso entre los estudiosos del tema sobre el grado de racionalismo de unos y otros: mientras que, por un lado, se han considerado las Artes de Correas “la mejor herencia en España de la *Minerva*” (Yllera 1983: 663)³¹, por otro, se ha calificado a Villar de “máximo representante del racionalismo en la gramática española del período áureo” (Salvador Plans 2002: 1286).

Revisaremos a continuación los aspectos de las obras de Patón, Correas y Villar atribuidos a la influencia del Brocense y considerados, por tanto,

³⁰ Bien a través de planteamientos de conjunto, referidos a los tres autores globalmente (como Martínez Gavilán 1994; Llitas 2002 y 2003; Brea Claromonte 2006), o bien centrados en alguno de ellos en particular. Así, en lo que respecta a Correas, es de referencia obligada el estudio de Llitas y Riduejo (1996), así como el de López Martínez (1994); específicamente sobre Jiménez Patón, son fundamentales las aportaciones de Ramajo, tanto las contenidas en su obra de carácter general (Ramajo 1987), como las efectuadas en su último trabajo sobre el autor (Ramajo 2006); en cuanto a Villar, destacamos los siguientes estudios: Moriyón (1993), Hernández Sánchez y López Martínez (1997), Salvador Plans (2002), Esparza (2002a), Martínez Gavilán (2006a) y Martínez Gavilán (2008b). Otros trabajos, que abordan aspectos parciales de sus obras relacionados con el tema que nos ocupa, se irán citando a lo largo de esta exposición.

³¹ Cf. Padley (1985: 276): “[...] it is to the Spaniard Gonzalo Correas that we must turn for an example of a major vernacular grammar with a debt to Sanctius”.

manifestación de un enfoque racionalista. Pero antes me parece conveniente advertir que toda atribución de influencias ha de estar basada, si no en las referencias directas de un autor a la obra de otro, sí al menos en paralelismos textuales o doctrinales con la supuesta fuente (Koerner 1987). Para ello habrá que cotejar los planteamientos de estos autores con los de la *Minerva* sanctiana, pues solo así se podrá situar sobre bases seguras su procedencia. Habrá que tener en cuenta también, si es el caso, la presencia, junto a los anteriores, de los postulados derivados del enfoque gramatical de corte nebrisense, lo que nos permitirá valorar en sus justos términos el alcance y medida en sus obras de la orientación de signo racionalista.

Veremos, en primer lugar, los aspectos referidos a la concepción de la propia disciplina y, en segundo lugar, los relativos al análisis de las clases de palabras o partes de la oración y a su construcción, esto es la etimología y la sintaxis, componentes fundamentales de la gramática de las lenguas.

3.2. Concepto y finalidad de la gramática

3.2.1. La doble tarea de la gramática

Bajo la invocación de Minerva, diosa de la sabiduría surgida de la cabeza de Júpiter, el Brocense se propone explicar las “causas y principios verdaderos” de la lengua latina³². Para ello la somete a un análisis basado en la razón³³, que da como resultado el establecimiento de los esquemas gramaticales fundamentales (*ratio*), determinados por presupuestos filosóficos, que subyacen a los usos concretos, esto es, a las manifestaciones textuales de los autores latinos. Aunque no afirma explícitamente su carácter general, los principios lógico-gramaticales descubiertos para la lengua latina, en tanto que están dictados por la razón, son universales, válidos para todas las lenguas (Yllera 1983: 653-656, Sánchez Salor 1995: 10). La *Minerva* no es, pues, una gramática general—producto del paradigma científico del siglo XVII, aún por venir—, pero sí un arte particular basado en la razón universal, tendencia que, en opinión de Yllera (*ibid.*, 656), siguen también, aunque en distinta medida y con diversas concesiones a la tradición, Jiménez Patón, Correas y Villar.

³² “¿Por qué llamé Minerva o Causas de la lengua latina a este producto de mis insomnios? Porque pretendo descubrir la causa y el verdadero principio de cada cuestión” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: 43). “Así pues, si no te entregas totalmente al estudio, si no investigas las causas y razones del arte que practicas, ves, créeme, con ojos ajenos y oyes con oídos ajenos” (*ibid.*, 39).

³³ “Puesto que el tema de que tratamos ha de ser demostrado primero con la razón, después con los testimonios y con el uso, nadie se debe extrañar, si no sigo a los hombres ilustres. Y es que, por muchas autoridades en que se apoye el gramático, si no demuestra lo que dice con la razón y con ejemplos, no será digno de crédito en nada, y menos en gramática” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: 43). “El uso, en verdad, no se mueve sin razón; de lo contrario habría que llamarlo abuso, no uso. Y la autoridad, a su vez, tiene sentido en el uso, ya que, si se aparta del uso, no hay tal autoridad” (*ibid.*, 41).

En efecto, las obras de estos tres autores son gramáticas del castellano—artes particulares, por tanto— y, solo obviado la cuestión, en absoluto baladí, de la ausencia en ellas de principios de carácter lógico-filosófico que fundamenten las reglas gramaticales, es posible admitir el paralelismo establecido entre sus Artes y la obra del Brocense si tomamos en consideración su reconocimiento explícito o implícito de la existencia de categorías comunes a todas las lenguas, que la gramática debe recoger junto a los rasgos particulares, propios y específicos de cada una de ellas:

[Las lenguas] convienen en lo xeneral, i mayor parte de la gramatica aunque sean sus vocablos i frases diferentes, i por esto parece ser natural a los onbres su conzierto i conveniencia, i desconviene en propiedades i cosas particulares. Arte de Gramatica se dize la que contiene i enseña los prezetos xenerales que convienen a todas las lenguas, i los particulares que pertenecen a sola aquella de que trata (Correas 1954 [1625]: 129).

Enseñado a la experiencia de tiempo largo que la lengua vulgar de cualesquiera naciones, adquirida con sola imitación del comun uso, no ayudada de arte, o reglas con que lo que de nuevo se va en ella introduciendo, se corrija, y ajuste, padece frecuentes alteraciones y mudanças, no en el numero de las partes de la gramática, ni de la oración, concordancias, y otras cualesquiera cosas, que a todas las lenguas son comunes, pero sí, en lo que a cada qual es particular y propio (Villar 1997 [1651]: Prólogo, p. 1).³⁴

La distinción entre estos dos tipos de categorías, generales y particulares, determina su concepción de la disciplina como *arte* y como *ciencia* y, en consecuencia, justifica la doble tarea que asignan a sus obras.

En tanto que la gramática atiende a los rasgos particulares y específicos es un *arte*, destinado a establecer los usos idiomáticos que configuran la *propiedad* de la lengua española y a someterla a codificación gramatical, poniéndola, por medio de reglas o preceptos, en “metodo o conzierto”. En ello actúan guiados, bien por una intención meramente descriptiva, como se trasluce en las obras de Patón y Correas, orientadas a la sistematización del uso común con su multiplicidad de variantes³⁵, bien por un propósito

³⁴ Jiménez Patón no sostiene explícitamente la existencia de universales, pero, según señala Lliteras (2003: 191), “el interés de distinguir el castellano del latín permite, a su vez, definir los límites de la gramática general y de la gramática particular. Y esta definición constituye una de las características más sobresalientes de las *Instituciones* de Jiménez Patón, quien advierte casi constantemente en todas las reglas de su carácter bien sea propio del castellano o bien común a todas las lenguas, aunque rara vez utiliza otra de referencia distinta del latín”.

³⁵ A modo de ejemplo, véanse las siguientes citas representativas de su actitud descriptivista: “Ase de advertir que una lengua tiene algunas diferencias, fuera de dialectos particulares de provinziias, conforme a las edades, calidades, i estados de sus naturales, de rrusticos, de vulgo, de ziudad, de la xente mas granada, i de la corte, del istoriador, del anziانو, i predicador, i aun de la menor edad, de muxeres, i varones: i que todas estas abraza la lengua universal debaxo de su propiedad, niervo i frase: i á cada uno le esta bien su languaxe” (Correas 1954 [1625]: 144). “*Quien pregunta de persona onbre ò muxer, i ansi es comun de dos,*

claramente normativo, como se observa en la de Villar, quien, haciendo gala de una actitud purista, persigue a través de su *Arte* imponer a los hablantes un modelo de corrección basado en el uso culto³⁶.

Además, en tanto que la gramática da cabida a las categorías de carácter universal, proporciona el conocimiento científico o teórico de los elementos que configuran la estructura o armazón de las lenguas, común a todas ellas:

[...] tuve siempre deseo años à de hazer una Arte acomodada, que sirviese a los estranxeros de istrumento para adquirir mas bien i facilmente el Castellano, i fuese ghia para los niños Españoles, que an de estudiar Latin, para la arte i lengua Latina, i aun para la Griega i Hebrea: porque siempre me parezio, desde que tuve esperiencia de enseñar estas lenguas, que se à de començar por la gramatica vulgar, que à de andar al prinzipio de la Latina [...] i en sabiendo aquel prinzipio de letras, ò cartilla, que prosigan leyendo de leido por las reglas, i partes de la gramatica de su lengua materna, i luego pasen à la arte de Latin [...] Porque sighiendo esta orden tengo por mui grande el aprovechamiento que se hará, i es claro de ver, pues con el uso de leer i escribir alcanzarán de camino, i sin trabaxo los mas de los terminos, disposizion, i fabrica de la gramatica Latina, porque la gramatica en lo general es comun a todas las lenguas, i una mesma en todas” (Correas 1954 [1625]: 9-10).

Cessarà tambien en grande parte suya el trabajo grande que sienten en estudiar la gramatica latina, los que para seguir la Iglesia, o estudiar otras cualesquiera artes o ciencias que en ella se escriben, tienen de ella necesidad: porque aprenden con grande facilidad todas aquellas cosas, que ya diximos a ambas lenguas ser comunes, pues por el mesmo caso que ya saben

i vale por singular i plural: ‘quien es aquel cavallero?’, ‘quien son esos estudiantes?’ [...] Ia le dan i se usa otro plural *quienes*, formado por es por la rregla comun; i es propio, mas no tan usado, ni antiguo: ‘quienes son aquellos onbres?’, ‘quienes son esas muxeres?’” (*ibid.*, 166). Cf. lo afirmado al respecto por Jiménez Patón (1965 [1614]: 105): “[...] *Pedro a quien onrras, te ama*; [...] Aunque a éste algunos le dan plural común de dos, diciendo: *los ombres o mugeres a quienes conoces*”. *Vid.* también: “[...] *el vinagre*, se dize en esta tierra, y en Castilla, *la vinagre, el chinche y la chinche* [...] sigan el género quel español tuuiere reciuido en la provincia donde estuuieren” (*ibid.*, 95 y 96).

³⁶ Así lo declara nitidamente en el Prólogo “A el lector”: “Pues como sea cierto, que esta firmeza y estabilidad de la dicion latinata [...] se debe a el arte, con que esta lengua se enseña en todas las naciones, porque con ella qualquiera moderado gramatico se puede oponer a qualquiera viciosa novedad, con que el mas presumido y licencioso le amenace. Siguese, que esta mesma estabilidad, y permanencia se podrá prometer la nacion Española en la integridad de sus diciones, legitima deducion de sus derivados y compuestos en su debida construccion, acentos, y ortografia, que como de lo notado en este Arte constará, viciosamente se un mudado y alterado” (Villar 1997 [1651]: Prólogo, pp. 4-5). Representativas de su intención normativa son las palabras con que lo finaliza: “este nuestro trabajo [...] sirva a lo que tantos án deseado, que es ver nuestra lengua Castellana ajustada a el rigor de reglas, y preceptos de la gramatica suya” (Prólogo, pp. 7-8). Además, confróntese la siguiente cita de Villar con las recogidas en la nota precedente acerca del plural *quienes*: “De los acabados en consonantes se sacan *alguien* y *quien*, que por no usarse en el plural, nunca lo forman. Aun que algunos van introduciendo el plural *quienes*, pero tan sin fundamento ni necesidad, y con pronunciacion tan desabrada, como si de *alguien* formaran *alguienes*” (Villar 1997 [1651]: 8-9). Como puede apreciarse, mientras que los autores anteriores se limitan a constatar las innovaciones idiomáticas, Villar las censura y las rechaza. A pesar de ser mayoritaria la postura que sostiene que Villar hace del uso culto el criterio de corrección gramatical (Moriyón 1993: 267-268, Satorre 1996: 931, Peñalver 1997: 107-109, Literas 2002: 302-303, Martínez Gavilán 1990a: 148-151), es preciso recordar que Lázaro Carreter (1985 [1949]: 151-152) y, más recientemente, Salvador Plans (2002: 1286) consideran que el autor fundamenta su normativismo en la razón y en la lógica, hecho en el que ven la impronta del Brocense. Para una valoración crítica de esta interpretación, *vid.* Martínez Gavilán (2006a).

hablar su lengua propia, solo les falta su *conocimiento científico*, con que puedan dar a cada cosa su nombre: la cual *teórica* una vez adquirida en la lengua propia, basta para conseguir con grande facilidad el conocimiento de las estrañas (Villar 1997 [1651]: Prólogo, pp. 6-7; el subrayado es mío).

Como puede verse aquí, es el supuesto de la universalidad de determinadas categorías lingüísticas, junto con el carácter teórico que atribuyen a la disciplina, lo que permite a estos autores concebir la gramática del castellano como un herramienta para facilitar el acceso y aprendizaje de otras lenguas (principalmente, la latina), pues es posible enseñar desde la lengua materna el conjunto de conceptos y categorías que, por ser universales, son coincidentes en todas ellas.

De esta forma, la doble finalidad asignada a la gramática³⁷ sitúa a nuestros autores ante una dicotomía entre la búsqueda de la especificidad de la lengua española y la necesidad, por razones pedagógicas, de mostrar los rasgos comunes y coincidentes con las lenguas clásicas, dicotomía que no resuelven todos de la misma manera, como se verá a continuación.

3.2.2. *Los universales lingüísticos*

Se ha señalado la inspiración sanctiana del principio de la universalidad de determinadas categorías lingüísticas sostenido por los tres autores (Padley 1985: 278-282, Padley 1988: 186-189; Yllera 1993: 653-656; Salvador Plans 2002: 1279). Pero debemos tener en cuenta que esta noción será propia de una orientación de signo racionalista si se postula que las categorías son universales por ser racionales, es decir, si están basadas en principios lógico-filosóficos. Por otro lado, es preciso recordar que la creencia en la universalidad de ciertas categorías (al menos, las relativas a las relaciones sintácticas) está presente también, explícita o implícitamente, en autores representativos de la orientación filológica, como es el caso de Nebrija³⁸, que concibe su arte del castellano no solo como medio de llevar a cabo su regulación normativa, sino también como soporte de la teoría gramatical (*artificio*) en que se sustentan las lenguas. Es esto justamente lo que le permite orientar la gramática castellana como vía de acceso al latín (Ridruejo 1994 y

³⁷ Que Villar clarifica en el título mismo de su obra: *Arte de la Lengua Española. Reducida a reglas, y preceptos de rigurosa gramática, con notas, y apuntamientos utilísimos para el perfecto conocimiento de esta, y de la lengua latina*.

³⁸ “Este concierto de las partes de la oración ente sí es natural a todas las naciones que hablan, por que todos conciertan el adjetivo con el sustantivo, & el nominativo con el verbo, & el relativo con el antecedente” (Nebrija 1980 [1492]: 204). Como ha señalado Esparza (1995: 234 y ss.), Nebrija, basándose en los conceptos de concordia (o concordancia), concierto y orden, establece las relaciones sintácticas que son naturales y, por tanto, comunes a las lenguas. Además, indica que “Nebrija consideraba la gramática no sólo como un conjunto de reglas capaz de estructurar una lengua particular, sino como una ciencia que remite a principios y causas universales” (Esparza 2000: 206-207).

2006)³⁹, planteamiento coincidente con el de los gramáticos del siglo XVII, según veíamos más arriba.

Así pues, al margen de la posible procedencia sanciana de este principio, y con independencia también de los tintes racionalistas que pudiera imprimir a sus obras, creo que se trata de una noción que Jiménez Patón, Correas y Villar ponen al servicio de sus objetivos o intereses particulares y que, como mostramos a continuación, encuentra pleno sentido si la ponemos en relación con los principios que vertebran sus obras gramaticales.

En lo que respecta a Correas, la interpretación adecuada de todos los aspectos de su doctrina gramatical ha de partir de su convicción de la independencia y superioridad del castellano sobre el latín, idea que fundamenta históricamente por medio de la teoría del castellano primitivo, según la cual es una de las 72 lenguas resultantes de la confusión de la Torre de Babel, traída a la Península por Túbal, nieto de Noé, origen que no atribuye a la lengua latina⁴⁰. En consecuencia, las propiedades y cualidades del castellano son mérito propio y no producto de la ascendencia latina. Como medio de resaltar su independencia genética, incide con insistencia en las peculiaridades del propio idioma y se sirve del recurso al contraste para poner de relieve sus diferencias con el latín, lo que se corresponde, en el plano teórico o doctrinal, con el rechazo del modelo gramatical latino como procedimiento de análisis trasvasable al castellano. En este planteamiento, ¿cómo encaja la constatación de la conformidad y conveniencia entre ambas lenguas? Es precisamente el concepto de universal lingüístico el que permite a Correas justificar la existencia de categorías coincidentes, debidas, no a una relación de dependencia genética del castellano respecto al latín, sino al hecho de ser rasgos comunes a todas las lenguas⁴¹. Por esa razón, puede concebir la gramática castellana como preparación para la adquisición posterior, no solo de la lengua latina, sino también de otras lenguas clásicas, e introducir en ella nociones y términos propios de estas, pero admisibles por su carácter universal. Ejemplo muy ilustrativo de este proceder es lo afirmado a propósito de los casos:

³⁹ “[...] para tres géneros de ombres se compuso el arte del castellano: primera mente, para los que quieren reducir en artificio & razón la lengua que por luengo uso desde niños deprendieron; después, para aquellos que por la lengua castellana querrán venir al conocimiento de la latina, lo cual pueden más ligera mente hazer, si una vez supieren el artificio sobre la lengua que ellos sienten” (Nebrija 1980 [1492]: 227).

⁴⁰ Una exposición detallada de dicha teoría y del planteamiento que de ella hace Correas, puede verse en Alarcos García (1934) y Binotti (1995).

⁴¹ Las similitudes léxicas entre ambas lenguas son explicadas bien como préstamos del latín en la etapa de la dominación romana de la Península, o más bien como el resultado del sustrato castellano en Italia: “I supuesto que la lengua de España se trasplantó en Rroma i sus comarcas, como queda dicho, quien quita que los mas vocablos que parece nos pegaron fuesen de la mesma Española que alla tenían los pasados?” (Correas 1954 [1625]: 20). Correas plantea la formación del latín a partir de la fundación de colonias españolas en la Península Itálica, lo que le lleva a sostener, en todo caso, que el latín deriva del castellano, con influencia decisiva también de otras lenguas, como el griego, llegando incluso a afirmar de la lengua “Rromana” que “casi todo cuanto tiene bueno es de la Griega, de mas de lo que antes tenia de la española” (*ibid.*, 482).

Los Griegos i Latinos conozen i tienen casos: nosotros no; mas las diferencias de hablar por ellos, si las conozemos: las quales diferenziamos i hazemos con preposiciones. [...] Mas porque el hablar pide las seis diferencias de sinificar i sentir, io á estas las llamo diferencias de casos, i por conpendio i claridad usaremos de casos, i los otros terminos gramaticales de la Arte Latina, porque no ai otros mas acomodados, i nos sirvan aqui, i se lleven sabidos para el Latin i Griego (Correas 1954 [1625]: 147).

Así pues, el concepto de universal lingüístico permite a Correas dar concreción a los principios pedagógicos de su tiempo, salvando el escollo que supone para su concepción de la independencia de la propia lengua las similitudes existentes entre el castellano y el latín.

Bastantes analogías con este planteamiento guarda el de Jiménez Patón, en cuya obra se encuentra ya el germen de lo que Correas desarrollará en sus Artes con mayor soporte teórico y profundidad doctrinal. La adhesión a la teoría del castellano primitivo permite a Patón negar también la procedencia latina del castellano, de ahí que las coincidencias entre ambas lenguas tengan perfecta cabida dentro del concepto de universal lingüístico⁴². Por otro lado, aunque considera que las similitudes léxicas podrían explicarse como préstamos en cualquiera de las dos lenguas, las atribuye a un fondo común, procedente del hebreo, anterior a la confusión lingüística de la Torre de Babel, mantenido por la misericordia divina para permitir de algún modo la comunicación⁴³. Así mismo, su obra parece tener una intención propedéutica, orientada hacia la gramática latina⁴⁴, pero, en tanto que la destina de forma expresa al aprendizaje de los extranjeros, apela a su probable conocimiento de la lengua clásica para, desde esta –y a modo de lengua puente–, facilitar la comprensión de los usos del castellano:

[...] y porque estas *Instituciones* y los demás preceptos que acerca de esta lengua se podrán dar, no son para nosotros, sino para los extranjeros que la desean sauer, y el medio más común que

⁴² Para Patón son universales el sistema de las clases de palabras, las tres personas verbales, el carácter nominal del pronombre, el significado natural de la interjección y la exigencia del nominativo por parte del verbo. Según indica a este respecto Llistera (2003: 191), “Queda claro en su obra que el castellano no se acomoda al latín más que en aquellas categorías, sobre todo semánticas y sintácticas, que igualmente se repiten en muchas o en todas las lenguas”.

⁴³ “Porque ¿qué más razón ay para que el español reciuiese estos nombres, *tabla* o *pared*, y otros, de *tabula* y *paries*, latinos, que el latino del español? Pues Quintiliano confiesa que reciuieron muchos términos los latinos de los españoles y los reduxeron a su idioma, como también se nos an pegado de otras naciones y las emos reducido a el nuestro. Assí digo que lo más cierto es, en semejantes voces, que dende la confusión de las lenguas en Babilonia, son muchissimas dellas comunes, si no todas. [...] Así, aunque castigó aquellos locos de la Torre con la confusión de las setenta y dos lenguas usó de su misericordia dexándoles vocablos comunes para que tuiesen alguna entrada y principio de comunicación [...]. Y (si no juzgo mal) me parece que lo más de los tales vocablos comunes serían de la lengua hebrea, que era sola la que hasta entonces se hablaba” (Jiménez Patón 1965 [1614]: 106).

⁴⁴ Indican Quilis y Rozas (1965: LXXXVI) que la obra “estuvo dedicada para el uso de sus alumnos”.

entre nosotros y ellos ay para entendernos es la lengua latina, por esso, para comunicarles la nuestra la bamos equiparando en lo que es posible, aduirtiendos en lo que tienen de diferencia, porque así les será más fácil esta doctrina (Jiménez Patón 1965 [1614]: 106).

Según este planteamiento, invierte la dirección propedéutica que encontramos en Correas, pues no es el castellano el que actúa como vía de acceso al latín, sino que es el latín el que sirve de soporte para favorecer la adquisición del castellano. En la práctica, el procedimiento contrastivo, del que se sirve de forma continuada, produce el mismo resultado que en la obra del maestro extremeño: el enfrentamiento entre ambas lenguas, insistiendo en lo que tienen de diferencial, como medio de resaltar la especificidad del español:

También, aunque (como hemos señalado) la lengua española tiene su idioma y dialectos, la hemos ydo cotejando con la latina por hacer más conocida esta verdad con la diferencia de declinaciones, conjugaciones, géneros y otras cosas que en nuestra doctrina se podrán aver aduertido” (*ibid.*).

Villar, a diferencia de los dos autores anteriores, sí defiende la procedencia latina del castellano⁴⁵, situándose así en la línea marcada por Nebrija, aunque no se sirve de ello para explicar las coincidencias entre ambas lenguas, que apoya, como se ha visto más arriba, en la existencia de categorías comunes a todas las lenguas, idea –también en su caso– con una clara aplicación pedagógica.

Su dedicación a la enseñanza del latín es, desde mi punto de vista, el hecho que impulsa y condiciona su proyecto gramatical, pues le lleva a asignar a su *Arte de la Lengua Española* la finalidad primordial de facilitar su aprendizaje. Esta orientación propedéutica condiciona estructural y doctrinalmente toda su obra y explica que se sirva del corpus conceptual proporcionado por la gramática latina para la elaboración de la gramática del castellano, procedimiento que encuentra pleno sentido a partir de la idea de la universalidad de las categorías lingüísticas. En tanto que los elementos que configuran el armazón de las lenguas (las clases de palabras, las relaciones sintácticas) son comunes a todas ellas, los conceptos gramaticales que los describen son susceptibles de ser proyectados y aplicados a cualquier lengua y, por tanto, se pueden trasvasar del latín al castellano o del castellano al latín. Dicho trasvase, además de estar justificado desde un punto de vista teórico, tiene clara utilidad didáctica, pues posibilita anticipar desde la gramática castellana el conocimiento de las categorías a las que el alumno ha de enfrentarse cuando inicie el estudio de la lengua latina.

⁴⁵ De sus observaciones de carácter diacrónico, expuestas fundamentalmente en el Prólogo, se han ocupado Peñalver y González Aranda (1998).

Así pues, Villar aplica la noción de universales en un sentido inverso al que hemos visto en Correas, con resultados divergentes e incluso opuestos en lo que se refiere a la teoría gramatical⁴⁶, pues, mientras que a este le sirve para justificar o excusar las analogías del castellano con el latín, a Villar le permite la búsqueda deliberada de la acomodación de la gramática castellana con la gramática latina.

3.2.3. *El papel del Arte reformado*

Para llevar a cabo dicha acomodación el padre De la Cerda se sirve de un texto en particular, del que incorpora definiciones y distinciones: el que, en virtud de la Cédula Real promulgada el 8 de octubre de 1598, había de usarse de forma obligatoria para el aprendizaje del latín en las escuelas y centros de enseñanza. Se trata, concretamente, de los *De institutione grammatica libri quinque* (1601), versión escolar de las *Introductiones Latinae* de Nebrija, preparada por el padre jesuita Juan Luis de la Cerda, esto es, la obra conocida como *Arte de Nebrija reformado*, que se distancia notablemente de la obra original⁴⁷.

Una de las peculiaridades de esta versión reformada de la obra nebrisenense es la presentación de la doctrina gramatical en dos soportes textuales diferentes: la preceptiva, constituida por reglas formuladas de forma sencilla y breve para facilitar su aprendizaje por parte de los discentes, y una serie de notas numeradas, situadas al final de los libros III y IV (dedicados, respectivamente, al tratamiento de las partes de la oración y de la construcción) y, probablemente, destinadas a los docentes, en tanto que desarrollan, amplían y testimonian con abundantes ejemplos de los autores el contenido de los preceptos anteriores.

Aunque no era este un procedimiento novedoso –de hecho, las notas cumplen una función análoga a las glosas características de la obra del propio Nebrija–, la singularidad al respecto del *Arte reformado* es la exposición en cada uno de estos componentes de planteamientos gramaticales diferentes e, incluso, contrapuestos a veces. Y, así, las notas son la vía para la introducción de la doctrina

⁴⁶ De igual forma, las referencias contrastivas cumplen funciones diferentes: en la obra de Correas están orientadas principalmente a resaltar las diferencias del castellano con el latín; en la de Villar, además de servir para mostrar la especificidad de la lengua materna (como en el caso anterior), se utilizan sobre todo para buscar las correspondencias o equivalencias entre ambas lenguas y facilitar desde los usos castellanos el conocimiento de los usos latinos, como ilustran los siguientes ejemplos: “Y estos circunloquios unos son tiempos llanos, cuales son todos aquellos, por quien se suplen los tiempos simples de activa, y de passiva. Otros se llaman de *que* y de *de*, porque en ellos se hallan estas particulas; [...] trataremos de ambas especies de circunloquios: por *lo particular que en su formación se halla*: que es muy digno de que todos lo sepan; y por *lo mucho que su conocimiento ayuda a el de los de la lengua latina: a el conocimiento de cuya gramática también se ordena el de la Española* (Villar 1997 [1651]: 72-73; los subrayados son míos). “Quanto a el participio simple, que algunas vezes llamamos supino, porque haze en nuestra lengua el oficio que el supino en la latina, pues assi como del supino *amatum* se forman *amatu amata amatum*, tambien de esta voz *amado* salen nuestros participios *amado, amada, amado* (*ibid.*, 79).

⁴⁷ He utilizado la siguiente impresión: *Aelii Antonii Nebrisensis, De institutione grammaticae, Libri Quinque. Iussu Philippi III Hispaniarum Regis Catholici nunc denuo recogniti*. Matriti, Ex Typographia Didaci Diaz de la Carrera, Anno 1643. (Ejemplar de la Biblioteca Universitaria de Salamanca, sig^a 33164). Esta versión, preceptuada definitivamente en 1601 como texto obligatorio, estuvo precedida de otra versión (*Institutio grammatica*, Madrid, 1598), de estructura y contenidos notablemente diferentes. Para la compleja historia de la reforma de las *Institutiones* de Nebrija y de las dos versiones del texto, *vid.* Rodríguez Aniceto (1931), Simón Díaz (1951), Gil Fernández (1997: 110-126) y Sánchez Salor (2002: 164-185).

de signo racionalista procedente de la *Minerva* del Brocense⁴⁸. Pero también la preceptiva es objeto de sensibles modificaciones, que el padre De la Cerda lleva a cabo condicionado por los presupuestos pedagógicos de la Compañía de Jesús relativos a la enseñanza de la gramática. A ello obedece la sustitución de los preceptos nebriseses por los procedentes del *De institutione grammatica libri tres* (Lisboa, 1572) del jesuita madeirense Manuel Álvares⁴⁹, obra –como es sabido– preceptuada por la *Ratio Studiorum* para el aprendizaje del latín en todos los centros de la orden Ignaciana, y que no había podido imprimirse en su integridad en Castilla, ente otras razones, por el monopolio de la obra de Nebrija⁵⁰.

El carácter oficial otorgado a esta versión de las *Introducciones*, acompañado de la prohibición de imprimir o utilizar en la enseñanza del latín otros textos gramaticales, trajo como consecuencia la aparición en el panorama editorial de un buen número de *Commentos* o explicaciones al *Arte* de Nebrija reformado o, más frecuentemente, a alguno de los libros o tratados que lo componen. Tal parece haber sido la finalidad perseguida por Jiménez Patón con una de sus obras recientemente localizadas: las *Instituciones Gramáticas*, breve opúsculo escrito en castellano, probablemente para el uso de sus escuelas de latinidad⁵¹. Como ha mostrado su editor tras un minucioso cotejo textual, en ella sigue muy de cerca el *De institutione grammatica* del padre De la Cerda y, a su vez, constituye la base de las *Instituciones de la gramática española*, a la que trasvasa, reproducidas literalmente, las definiciones, conceptos y explicaciones efectuadas previamente en la mencionada gramática latina⁵². La identidad conceptual sobre la que realiza la descripción de ambas lenguas, además de tener la finalidad propedéutica comentada más arriba, se sustenta en la idea de la universalidad de determinadas categorías lingüísticas, según vimos también anteriormente.

Así pues, tanto para Villar como para Jiménez Patón –maestros de latinidad, al fin y al cabo– el *Arte* reformado fue fuente de inspiración de sus tratados gramaticales del castellano. Y dada la escasa difusión editorial que tuvo la *Minerva* en España⁵³, cabe plantearse la posibilidad de que, a través de él, ambos autores tuvieran acceso a los postulados sanctianos.

Veremos a continuación hasta qué punto estos están presentes en las obras de los tres gramáticos de que aquí nos ocupamos, tanto en el análisis que

⁴⁸ Cuya influencia en el *Arte* reformado ha sido puesta de relieve por Rodríguez Aniceto (1931) y Sánchez Salor (2002) y ha sido analizada por Ramajo (1991) y Martínez Gavilán (2008a).

⁴⁹ Para la destacada presencia de los preceptos alvaresianos en el *Arte* reformado, puede verse Gómez Gómez (2005), Martínez Gavilán (2008a) y las observaciones al respecto incluidas en Ponce de León (2003b).

⁵⁰ Cuestión tratada en detalle por Ponce de León (2003a).

⁵¹ La obra, constituida por doce folios sin portada ni nombre de autor, aparece, junto con otras cinco más de contenido lingüístico (tres de las cuales son o se atribuyen a Patón), en un volumen ficticio perteneciente a la Biblioteca de la Fundación Zabálburu de Madrid. Ha sido descrita y editada por Madroñal (2003).

⁵² Si bien con la pertinente adaptación a las características específicas del español. De ahí las asimetrías encontradas, por ejemplo, a propósito del caso, de la preposición (cuya función en castellano, una vez descartada la composición, limita a la aposición o “ayuntamiento” con el nombre), o del género común de tres, propio solo del latín.

⁵³ Después de la edición salmantina, de 1587, no volvió a editarse hasta 1663, en Padua, corregida y aumentada con las notas de Scioppius, año a partir del cual sale a la luz en numerosas ocasiones hasta 1809, pero siempre en otros países europeos. *Vid.* sobre ello y sobre la aceptación y difusión de sus ideas en Europa, Brevia Claramonte (1980).

llevan a cabo de las clases de palabras, como en el de las relaciones que contraen en el marco de la oración.

3.3. Las clases de palabras o partes de la oración

3.3.1. Los sistemas de clases de palabras

Si bien hay unanimidad en el reconocimiento de la universalidad de las clases de palabras o partes de la oración, curiosamente nuestros autores proponen sistemas solo parcialmente coincidentes. En cualquier caso, en todos ellos es detectable, aunque no en la misma medida, la influencia del Brocense.

i) Jiménez Patón inicia precisamente sus *Instituciones* con el planteamiento de esta cuestión:

Las partes de la oración, todas las lenguas conuienen en que sean las mismas, aunque en el número ay opiniones. Mas supuesto que se determine cuántas y cuáles son, serán en nuestra lengua las que en la griega y latina, como constará. Varrón señaló dos partes solas (y parece lo tomó de Aristóteles), aunque después, siguiendo el parecer de Dión, dixo que eran tres, y en esto no tubo constancia, pues ultimamente señaló quatro. Aristarco afirmó que eran once; y así lo sintió Quintiliano, aunque después puso ocho. Pedro Simón Abril, en su arte latina y griega, puso diez. Antonio de Nebrixa enseñó ocho, y ésta es la opinión que más fuerça a tenido y durado. Francisco Sánchez de las Broças prueua que son seys. Mi opinión (desde que tube discurso propio) a sido de que son cinco [...] nombre, verbo, preposición, aduerbio, conjunción (Jiménez Patón 1965 [1614]: 94).

Como ha podido verse, entre los gramáticos antiguos y modernos cuyas opiniones al respecto recoge, figura el nombre del Brocense⁵⁴, al que atribuye la doctrina de las seis partes de la oración, esto es, la expuesta en la primera edición de la *Minerva* y en las *Veræ brevesque Grammaticæ Latinae Institutiones*, publicadas ambas en Lyon en 1562⁵⁵. La discrepancia que manifiesta es solo aparente, si tenemos en cuenta que, en la versión definitiva de la *Minerva* (Salamanca, 1587), en la que reduce a solo tres las partes de la oración⁵⁶, el Brocense propone denominar a la preposición, al adverbio y a la conjunción con el término genérico “partículas indeclinables”⁵⁷. Si las consideramos individualmente –tal como, de hecho, él hace en la práctica, tanto en la etimología como en la sintaxis– y las

⁵⁴ Es esta la única referencia directa al autor que encontramos a lo largo de toda la obra.

⁵⁵ “Partes orationis sex esse statuimus. Non quod nesciamus participia nihil a nominibus differre, et praepositiones sub aduerbiis intelligi. Sed claritatis gratia sex maluimus, quam pueris quatuor proponere” (Sánchez de las Brozas, 1975 [1562]: 67). En realidad, como puede verse, el sistema que propone aquí consta de cuatro partes: nombre (que incluye el pronombre y el participio), verbo, conjunción y adverbio (que incluye la preposición y la interjección), aunque enumera seis para facilitar su aprendizaje por parte de los niños: nombre, verbo, participio, preposición adverbio y conjunción. Vid. Liaño (1971: 83-85).

⁵⁶ Puede verse una exposición cotejada de los planteamientos de las distintas versiones de la obra y de la evolución de su doctrina en Liaño (1971) y en Sánchez Salor (1995: 12-28).

⁵⁷ “De todas formas, para el gramático sería suficiente, como he dicho, si a estas tres últimas partes las llamamos simplemente partículas indeclinables; y así se limitaría la función del gramático perfecto” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: 121).

sumamos al nombre y al verbo, tenemos como resultado exactamente la propuesta presentada por Jiménez Patón. A ello hay que añadir su adopción casi literal de la argumentación sanctiana a la hora de delimitar las clases acotadas, basada, en lo que al nombre y al verbo se refiere, en el criterio semántico-nocional y, en lo que respecta a las restantes, en su “funcionalidad sintáctica” (Lozano 1992: 143, n. 364), como puede verse a continuación:

JIMÉNEZ PATÓN (1614)	SÁNCHEZ DE LAS BROZAS (1587)
<p>[...] con ser opinión nuestra, hallamos ser tan antigua que la tuuo y enseñó Platón, y después dél lo escribió Diógenes Laercio en la vida de Zenón, y las quenta: nombre, verbo, preposición, aduerbio, conjunción. Las palabras de Platón son estas: Todas las cosas del mundo, o son permanentes, como el <i>hombre</i>, <i>árbol</i>, y éstas se llaman nombres; otras ay cuya naturaleza dura en quanto se exercita la tal cosa, como <i>corre</i>, <i>ama</i>, y éste es verbo (pp. 93-94).</p>	<p>Yo apruebo, como cierta, la opinión de éstos, pero, en aras de la claridad, sigo los mismos argumentos que Platón. Este dice: Todo lo que se enuncia, o es permanente, como árbol y duro, o es fluyente, como corre y duerme. Llamamos cosas permanentes o constantes a aquellas cuya naturaleza dura largo tiempo; a la marca de estas cosas se la llamó nombre. Llamamos fluyentes a aquellas cosas que duran sólo mientras ocurren. La marca de éstas es el verbo (p. 49).</p>

La división platónica de la realidad en cosas permanentes (o constantes) y transitorias (o fluyentes) proporciona la base de la distinción entre el nombre y el verbo efectuada dentro del marco de la gramática especulativa, que caracteriza las categorías lingüísticas por su correlación con los “modos de ser” de la realidad, y reaparece en la obra de Escalígero (Padley 1976: 65). Se trata, pues, de una distinción arraigada en la tradición medieval, de la que los gramáticos renacentistas preocupados por la búsqueda de las *causae* o *rationes* revitalizan, aunque posteriormente –como es el caso de Jiménez Patón y del Brocense– definan cada una de estas categorías únicamente a partir de sus propiedades formales⁵⁸.

⁵⁸ Vid. las definiciones de nombre y verbo de la *Minerva*: “Porro nominis finitio est per vocem numeri casuales cum genere”; “vox particeps numeri personalis cum tempore” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: 60 y 84). Cf. Jiménez Patón (1965 [1614]: 94): “El nombre (en la lengua española) no se declina por casos, sino que varía con preposiciones. [...] El verbo se conjuga con modos y tiempos”.

En lo que respecta a las tres categorías restantes, reducidas a una clase única sólo en razón de su invariabilidad, ambos destacan, desde la óptica de lo sintáctico, su función determinante en relación con el nombre y con el verbo (la rección casual, desempeñada por la preposición, y la expresión del modo, correspondiente al adverbio) y la función conectora de las oraciones, propia de la conjunción:

JIMÉNEZ PATÓN (1614)	SÁNCHEZ DE LAS BROZAS (1587)
El nombre a menester alguna cosa que le determine aquesto o aquello, y desto sirue la preposición, como <i>en la inorancia, por la inorancia</i> . El verbo también tiene necesidad de cosa que le dé calidad buena o mala, y esto hace el adverbio, <i>bien corre, mal corre</i> . Finalmente, conuenia que las oraciones que constan de las quatro cosas dichas, se trauassen y atasen entre sí, y para esto aproueche la conjunción, como <i>yo leo y tú oyes</i> . Esto es de Platón y doctrina verdadera (p. 94).	A su vez los verbos y nombres necesitan estar teñidos de modo, por medio del cual se explica la razón de las cosas. En los nombres, la marca de modo se llama preposición, como <i>uersatur in tenebris propter ignorantiam</i> . En los verbos es el adverbio; efectivamente, si le añades una cualidad, dirás <i>bene curris</i> ; si tiempo, <i>hodie legam</i> . Finalmente, las oraciones, para unirse entre sí, necesitan ligaduras. Por ello se inventó la conjunción. Hasta aquí Platón (p. 49).

Así pues, a pesar de la aparente disconformidad inicial de Jiménez Patón con el Brocense, no cabe duda de la inspiración sanctiana de su clasificación de las palabras, habida cuenta de las analogías textuales con los planteamientos de la *Minerva*. Dichas analogías son mayores aun con la versión en castellano que del pasaje de esta obra se ofrece en las notas del *Arte* reformado, lo cual sugiere que fue este concretamente el texto del que partió Patón⁵⁹.

⁵⁹ “Ha auido siempre gran dificultad entre los Gramaticos acerca del numero de las partes de la oracion. Varron, lib. 7 Ling. Lat. puso dos solamente, y despues puso tres siguiendo el parecer de Dion, y quando pone dos sigue el parecer de Aristoteles. Despues dize, que puede auer quatro partes de oracion, y las cuenta Quintiliano lib. 1 pone ocho partes de parecer de Aristarcho, y luego señala onze de parecer del mismo. Seruio dize, que tambien son onze. Antonio de Nebrija, y otros modernos ponen las ocho que nosotros hemos puesto. Diogenes Laercio pone cinco partes en la vida de Zenon. Va muy conforme a la razon lo que algunos han enseñado, que solamente estas partes son cinco, Nombre, Verbo, Preposicion, Aduerbio, Conjuncion. La qual sentençia se saca de Platon in lib. De Ente, donde dize, que todas las cosas del mundo, ò son permanentes, como *Arbor, Homo*, y estas se llaman Nombre. Otras ay, cuya naturaleza solo dura en quanto se exercita la tal cosa, como *Currit, Amat*, y este es Verbo. El Nombre ha menester alguna cosa que se determine à esto, ò aquello, y desto sirue la Preposicion, como *in ignoratione, propter ignorationem, &c*. El Verbo tambien ha menester cosa que le de calidad buena, ò mala, y desto sirue el Aduerbio, como *Bene, Male currit*. Finalmente era menester, que las oraciones que constan de las quatro cosas ya dichas, se trauassen entre sí, y para esto sirue la Conjuncion. Hasta aquí son palabras de Platón” (De la Cerda 1643: 105-106). Como puede comprobarse, el fragmento de Patón es más fiel al precedente del *Arte* reformado que al de la *Minerva*. Este, además, va precedido de referencias a las lenguas orientales y a la tradición gramatical hebrea, omitidas en la nota del *Arte* reformado y ausentes también en las obras de Jiménez Patón.

En efecto, según han mostrado Madroñal (2003) y Ramajo (2006), buena parte de la doctrina sanctiana presente en las *Instituciones de la gramática española* procede de la versión de la obra de Nebrija preparada por el padre De la Cerda, de la que el maestro manchego se había servido previamente en la redacción de sus *Instituciones Gramaticas*. En ellas se encuentra el texto sobre las partes de la oración reproducido literalmente después en la gramática española –salvo por la sustitución de los ejemplos latinos por otros castellanos– (vid. en Madroñal 2003: 237-238) y ahí se sostiene ya, por tanto, la propuesta de cinco clases de palabras, totalmente coincidente con la de la mencionada nota del *Arte* reformado, como han señalado Madroñal (2003: 238, n. 157) y Ramajo (2006: 157-158). En definitiva, la breve gramática latina de Jiménez Patón es el engarce entre el *Arte* reformado y las *Instituciones de la gramática española* y, por tanto, el cauce a través del cual penetra en ella la doctrina del Brocense⁶⁰.

ii) Correas, en principio, parece situarse más cerca que Jiménez Patón del planteamiento del Brocense, en tanto que asume su sistema de tres partes de la oración. Como veremos después, esta mayor fidelidad es solo aparente.

Si bien la clasificación tripartita de palabras aparece por primera vez en la tradición española en la obra de Cristóbal de Villalón, su introducción en la gramaticografía del siglo XVII a través de las *Artes* de Correas se produce bajo la influencia del Brocense (Merril 1970). El probable desconocimiento por parte de Correas de la obra del licenciado Villalón⁶¹, junto a la evidencia que proporciona el cotejo textual, indican que Sánchez de las Brozas fue a este respecto su fuente de inspiración⁶², como puede verse a continuación:

CORREAS (1625)	SÁNCHEZ DE LAS BROZAS (1587)
as palabras de una lengua sea qualquiera son tres, porque todos los vocablos son en tres maneras, i se dividen en tres partes o montones, i se reducen a estos tres xeneros dichos nonbre, verbo, i particula como está llano i asentado en Hebreo, Caldeo i Aravigo, i en todas las otras Lenguas Orientales i de Africa, i	...] veamos de qué consta la oración. Son tres las cosas: nombre, verbo y partícula. Entre los hebreos son tres las partes de la oración: nombre, verbo y dicción con significado. Los árabes también establecen sólo estas tres partes: <i>pheal</i> , verbo; <i>ismi</i> , nombre, y <i>herph</i> , dicción. Todas las lenguas

⁶⁰ Lo que, según ha hecho notar Ramajo (2006: 169), no impide que Patón se basara también directamente en la Minerva, como revela, por ejemplo, la doctrina acerca del pronombre, expuesta mucho más sucintamente en el *Arte* reformado que en las *Instituciones de la gramática española*.

⁶¹ Que, según indica Alarcos García (1965 [1941-1942]: 123), no figuraba en su biblioteca particular, legada a su muerte al Colegio Trilingüe.

⁶² Así se ha señalado reiteradamente. *Vid.*, por ejemplo, Taboada (1984: 59), Padley (1985: 280), Ramajo (1987: 54), Martínez Gavilán (1994: 428), López Martínez (1994: 370) y Lliteras y Ridruejo (1996: 369).

todas las del Mundo convienen en esto; i era ansi claro i asentado antiguamente en Griego i Latin como lo refiere Iuan Isaak en su Arte Hebrea del otro Rrabino que dize en el Libro que escrivio contra el Rrei Cosdroas, que antes en Griego, i Latin no avia mas de tres partes de orazion. Dixo lo mesmo Varron por sentenzia de Dion, aunque disputa otros numeros, i no se afirma, tocólo Quintiliano; i Plutarco siente que son tres en las Questiones de Platon, i San Agustin por parezer en Aristoteles lo saca, i pone tres en las Categorias [...] (pp.133-134).

orientales tienen estas tres partes de la oración. Rabino, ese sabio que discute contra Cosdra, rey de los persas, sostiene que todas las lenguas tienen su origen en la hebrea, y que la griega y la latina sólo tuvieron en otro tiempo tres partes de la oración. Lo mismo piensa Plutarco en las *Cuestiones de Platón*; y San Agustín, en las *Categorías*, establece tres partes. Yo apruebo como cierta la opinión de éstos [...] (p. 49).

Aunque Correas no cite a este respecto al Brocense, tanto los criterios para fundamentar la propuesta tripartita (que se verán más adelante), como las referencias a los autores de la tradición greco-latina y a las gramáticas de las “lenguas orientales” con que la apoya, parecen tener como punto de partida el correspondiente texto de la *Minerva*. Ahora bien, la mayor insistencia por parte de Correas en la equivalencia con las lenguas semíticas, que contrasta y equipara con el castellano en numerosas ocasiones a lo largo de la obra, y la referencia explícita a una célebre arte hebrea de su tiempo –la de Iuan Isaac– ha llevado a García-Jalón y Llitas a plantear la tesis de la introducción y aplicación por parte del maestro Correas en la descripción del castellano de las categorías y distinciones procedentes de la tradición gramatical hebrea, de la que era buen conocedor por el desempeño de su actividad docente desde 1610 en la “cátedra de propiedad de lenguas que llaman de hebreo” en la Universidad de Salamanca⁶³. De esta forma, el contraste con el hebreo se revela como un recurso fundamental al servicio de lo que constituye una de las motivaciones primordiales de Correas: contrarrestar la latinización lingüística y gramatical del castellano. Como ellos indican, “las referencias a la lengua hebrea [...] contribuyen a alcanzar uno de los principales propósitos de su autor, empeñado –como él mismo decía– en “no latinizar el Romanze” [...]. De ahí que, en este proyecto de dignificación del castellano, muy diferente al de Nebrija, el hebreo (y el griego) pasen a ocupar el lugar preferente de la comparación lingüística reservado antes al latín. Así, Correas recurre

⁶³ Se trata de una interesante línea de investigación que, aplicada a la gramaticografía española de los siglos XVI y XVII, y especialmente a las obras de Villalón y Correas, están siguiendo, con excelentes resultados, los autores mencionados. Vid. en García-Jalón y Llitas (2006a y 2006b), Llitas y García-Jalón (2006).

explícitamente a la semejanza con el hebreo para legitimar determinadas propiedades del castellano” (García-Jalón y Lliteras 2006a: 666). En lo que se refiere a su defensa de las tres partes de la oración, la referencia a las lenguas semíticas no actúa solo como recurso metodológico, sino que se sirve también de ello como apoyatura de un principio doctrinal: “Correas se acoge a la autoridad de Iuan Isaac –silenciado, en cambio, por el Brocense– para mostrar la universalidad del principio racional que se propone aplicar a su lengua vernácula” (*ibid.*, 669).

En cualquier caso, sea por inspiración sanctiana, sea además por influencia de la tradición hebraica, lo cierto es que Correas ofrece así –al menos, teóricamente– una alternativa a la propuesta de ocho clases de palabras aceptada mayoritariamente. Y en ello actúa guiado por la necesidad de emancipar la gramática del castellano de los moldes transmitidos secularmente desde la gramática latina, tal como revelan tanto el rechazo del principio de autoridad, como el apelar a la razón como criterio decisivo, hechos estos en los que es indudable la impronta del Brocense:

Io viendo la poca conformidad de los gramáticos no tengo de sighir su vulgo, ni cosa que no esté puesta en razón, solo porque lo dixessen otros; i mas sabiendo clara la verdad, allegome a lo menos, i a la razón que en esto es tan patente (Correas 1954 [1625]: 135).⁶⁴

No obstante, a la hora de desarrollar esta propuesta, se produce un quiebro en la fidelidad al sistema tripartito del Brocense, tal como veremos más adelante.

iii) Finalmente, en lo que se refiere a Villar, el hecho más destacable en el tema que nos ocupa es la adopción de una postura ambigua acerca del número de las partes de la oración:

Las partes de la oracion, o noticia, segun la mas cierta y fundada opinion son seis; porque el pronombre y el participio en todo rigor son nombres; y por consiguiente comprehendidos debaxo de la primera. Mas porque tienen algunos accidentes propios, conque notablemente se distinguen entre sí, y de los otros nombres: comunmente se dan por partes distintas de las otras, y todas son las ocho siguientes. Nombre, pronombre, verbo, participio, adverbio, intergecion, y conjuncion. De cada qual y de los accidentes que a las quatro primeras pertenecen (que son las que se declinan, o varian) iremos tratando, segun el orden en que aqui se refieren (Villar 1997 [1651]: 3-4).

El autor se hace eco de dos propuestas doctrinales distintas: la de raigambre secular, que defiende un sistema de ocho clases de palabras, y la de carácter

⁶⁴ Cf. Sánchez de las Brozas (1995 [1587]: 43): “Los gramáticos, en efecto, como dice Séneca, son los guardas de la lengua latina, no sus creadores. Ni la autoridad siquiera de seiscientos gramáticos me convencerá [...]”. “En la clasificación de estas últimas [partes de la oración] hay tanta veleidad en los gramáticos, que nada seguro nos pudieron dejar” (*ibid.*, 47).

innovador, que tiende a su reducción por la consideración de algunas de ellas (el pronombre y el participio) como subclases nominales. La primera es la sostenida en el ámbito de la gramática latina tanto por Nebrija como por Álvares; la segunda, como de todos es sabido, constituye uno de los puntos centrales de la propuesta del Brocense. Ambas están presentes en el *Arte* de Nebrija reformado por el padre De la Cerda, bien en las reglas que configuran la preceptiva, en la que, en este aspecto concreto, se mantiene fiel a la postura tradicional, bien en las notas que la complementan, elaboradas a partir de la renovadora doctrina sanctiana⁶⁵.

La ambigüedad en que se mueve a este respecto Villar, existente también en la obra en que se basa, explica la falta de unanimidad a la hora de insertarlo en una orientación gramatical determinada, pues si, por un lado, se le ha situado en la línea nebrisense (Marquant 1967: 216), por otro, se le ha insertado en la tendencia racionalista sanctiana (Lepinette 1998: 298, Salvador Plans 2002: 1275, Escavy 2002a: 25). Ciertamente, el autor parece estar convencido de la no independencia categorial del pronombre y del participio, pues afirma que “según la más cierta y fundada opinión” —probablemente se refiera a la del Brocense— “en todo rigor son nombres”. Sin embargo, razones didácticas le llevan a inclinarse en la práctica por la propuesta tradicional (“Mas porque tienen algunos accidentes propios [...] comúnmente se dan por partes distintas de las otras, y todas son las ocho siguientes [...]”), tal como se plasma en la disposición de la obra. Esto es, en tanto que su gramática está destinada a facilitar el aprendizaje del latín, acomoda su doctrina sobre el número de las partes de la oración a la seguida habitualmente en la enseñanza de la gramática latina: el modelo nebrisense, coincidente en este aspecto concreto con el modelo alvaresiano, recogidos ambos en la preceptiva del *Arte* reformado⁶⁶. Villar sacrifica la doctrina sanctiana, que quizás considere más adecuada descriptivamente, en aras de una mayor eficacia pedagógica, cuya consecución es, sin duda, su objetivo primordial, postura que contrasta con la adoptada por Patón. Así mismo, obsérvese la diferente posición de Correas en relación con la misma cuestión, muy representativa de la diferente actitud de uno y otro ante la tradición gramatical:

Io confieso que entre las otras causas que me movieron a hazer esta Arte fue la mayor enseñar en ella la verdad de tres partes de oración, pues ni son mas ni menos [...]; mas hecho de ver que [los gramáticos] se van unos tras otros como los carneros, i dizen que son ocho no por mas razón de que en Latin se las enseñaron (Correas 1954 [1625]: 135).

⁶⁵ Así, por ejemplo, tras definir el pronombre en los términos habituales, declara en la nota correspondiente que no es parte de la oración distinta del nombre (vid. De la Cerda 1643: 101 y 107).

⁶⁶ Es la misma decisión que adopta el padre De la Cerda (1643: 106): “Va muy conforme a la razón lo que algunos han enseñado, que estas partes son cinco Nombre, Verbo, Preposicion, Adverbio, Conjuncion [...] siendo esto así seguimos con todo esso la opinión comun de que las partes de la oracion son ocho, no por otra razón sino porque está ya tambien recibido”.

3.3.2. *El tratamiento de las categorías gramaticales*

Como acabamos de ver, Jiménez Patón, Correas y Villar adoptan en distinta manera y medida la postura del Brocense sobre el número de las partes de la oración, lo cual se traduce en la propuesta de sistemas diferentes. Habrá discrepancias también en el tratamiento de determinadas categorías, que se producen por la asunción en distinto grado de los postulados sanctianos, como se detalla a continuación.

i) La prioridad dada al carácter adjetival del participio, obviando otras de sus particularidades, llevó al Brocense a rechazar su condición de parte autónoma de la oración. No obstante, su inclusión en la categoría del nombre no se acomoda bien con la capacidad del participio de hacer referencia al tiempo, característica que posee por derivarse del verbo. Ciertamente, el autor es consciente de su naturaleza híbrida, en la cual la tradición gramatical basaba su caracterización⁶⁷, pero sostiene que el participio no tiene un valor temporal definido, sino que cada una de sus formas, sean de presente, pasado o futuro, pueden significar “todos los tiempos” (“singula participia omnia tempora ad significare”, p. 104)⁶⁸, atenuando de este modo su naturaleza verbal.

También Jiménez Patón, Correas y Villar sitúan el participio en la órbita del nombre, pero, mientras que los dos primeros asumen en su integridad la doctrina del Brocense⁶⁹, Villar no lleva hasta el final sus planteamientos: a pesar de considerar que “en todo rigor son nombres adjetivos”, prescinde de lo recogido por el padre De la Cerda en la nota correspondiente (pp. 110-111), en la que se expone la postura del Brocense acerca de la polivalencia temporal del participio, y adopta literalmente la definición de la preceptiva del *Arte* reformado, que responde al planteamiento tradicional, lo que le lleva a atribuirle valores temporales concretos:

⁶⁷ “Pars orationis declinabilis quae pro verbo accipitur: ex quo derivatur: genus & casus habens ad similitudinem nominis & accidentia verbi sine discrezione modorum & personarum” (Nebrija 1532 [1481]: fol. LIIr).

⁶⁸ Para el Brocense el participio es formal y funcionalmente nombre adjetivo; en tanto que deriva del verbo recibe de él su significado y su régimen de construcción, pero no sus valores temporales: “El participio, por su parte, es un nombre, pero tiene del verbo la marca de tiempo y el tipo de construcción” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: 49).

⁶⁹ “El participio no hace distinta parte de la oración quel nombre, porque es cierta manera de nombre verbal adjetivo, y si por alguna causa avía de ser parte distinta, fuere por significar con tiempo; no significa, luego no es. Porque *amans* en Latín y *amante* en español pueden ser de todos tiempos” (Jiménez Patón, 1965 [1614]: 99). Cf. *las Instituciones Gramáticas* (Madroñal 2003: 243), donde sostiene la misma opinión. *Vid.* también Correas (1984 [1627]: pp.144-145). “El partizipio es nombre adjetivo que sale del verbo i sinifica con tiempo en latin i en griego: i porque tiene parte del verbo, que es el tiempo, i del nombre genero, i declinazion, i casos se llama partizipio. En Castellano le daremos este nonbre, aunque tiene aca diferente rrazon, i no le ai de preterito ni futuro: sino solo de presente [...]. Los rromanzistas no los conozen por tales, i ansi pudieran pasar por simples adjetivos, i algunos por sustantivos”.

Aunque a el participio ponen entre las partes de la oracion despues de el verbo; tratamos antes de el. Porque como se dixo en el numero 5. en rigor es nombre, y ambos tienen unos mismos accidentes. El participio es un adjetivo que se deriva de verbo, y conota tiempo. Los participios son dos: el primero es el participio de presente, el que ama, el que enseña, &c. y el segundo de futuro: el que à o tiene de amar, enseñar (Villar 1997 [1651]: 17-18).⁷⁰

Aquí se pone de manifiesto ya lo que será una constante a lo largo de todo el tratado que Villar dedica a la Etimología: la conjunción de planteamientos procedentes de orientaciones doctrinales de signo muy diferente, lo que se percibe con mayor claridad aún en el tratamiento de las siguientes categorías: el pronombre, la interjección y la conjunción.

ii) La identificación del pronombre como clase de palabras independiente se apoyó desde los inicios de la tradición gramatical en su capacidad para sustituir al nombre, concepción transmitida a lo largo de los siglos, que, como es sabido, contó con la oposición del Brocense. Sirviéndose básicamente de la crítica razonada de la función sustitutiva, llega a rechazar su autonomía categorial y lo incluye en la clase del nombre, con el que no ve diferencia alguna, ni en su naturaleza ni en sus propiedades formales (Marquant 1967):

Tampoco incluimos entre las partes de la oración a los pronombres, y por razones claras. La primera: si el pronombre fuera distinto del nombre, se podría definir su naturaleza; es así que no hay ninguna definición verdadera del pronombre, ni se puede encontrar una definición verdadera y propia; luego no existe el pronombre como parte de la oración. ¿Y qué decir del hecho de que la definición de nombre no excluye el pronombre? [...] Además, ¿cómo van a poder ponerse los pronombres en lugar del nombre, si con ellos nos referimos a cosas que no tienen nombre o a cosas cuyos nombres ignoramos? [...] cuando digo *ego*, no se puede entender otra persona que yo, pero, cuando digo “Francisco”, puede entenderse otra persona; de ahí que más bien es “Francisco” lo que se pone por *ego* y no al revés. Mucho mayor error es considerar que los pronombres pueden estar en lugar de nombres propios [...] Se equivocaron también aquellos que definieron al pronombre como sustituto del nombre, porque en frases como *Annibal peto pacem* [...] falta el pronombre *ego*, pero no como sustituto sino como protagonista [...]. Otros, para escapar de este argumento, dicen que los nombres aluden a una persona concreta, por lo que está claro que no son nombres. todo lo contrario; con mucha mayor razón son nombres, ya que significan mejor y con más propiedad las cosas” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: 51-53).⁷¹

Jiménez Patón, haciendo uso de la argumentación sanctiana (Ramajo 1987: 126, Marquant 1967: 222), adopta una postura similar⁷², que contrasta con el planteamiento de Villar y, en este caso, también con el de Correas. El primero,

⁷⁰ Cf. *Arte reformado*: “Participio es un Adjetivo que se deriva de verbo, y significa tiempo” (pp. 52-53). “El participio es aquel que tiene casos y tiempos” (ibid., 103). El padre De la Cerda está recogiendo así las fórmulas definitorias empleadas por Nebrija y Álvares: “Participium est quod declinatur per casus cum tempore & derivatur a verbo semper, ut *amans*, ab *amo*” (Nebrija 1532 [1481]: fol. XIIIv); “Participium est pars orationis quae tum casus, tum tempora habet” (Álvares 2001 [1572]: 177).

⁷¹ Para una exposición detallada de las razones que aduce en apoyo de la inclusión del pronombre en el nombre, *vid.* Liaño (1971: 84-86) y Escavy (2002b: 142-148).

⁷² “El pronombre también no constituye distinta parte de la oración quel nombre. Porque si lo fuera, tuiera definición particular que declarara su naturaleza y no le conviniera la que le dan al nombre, como le conuiene y cuadra, luego también es nombre [...]” (Jiménez Patón 1965 [1614]: 99-100).

tras sostener claramente su naturaleza nominal, le atribuye –como al participio– “accidentes propios, con que notablemente se distinguen entre si, y de los otros nombres” (Villar 1997 [1651]: 3)⁷³ y lo define como sustituto del nombre, siguiendo los postulados tradicionales: “Pronombre es el que se pone en lugar de nombre, y significa cierta y determinada persona” (*ibid.*, 16). Tal definición, adoptada literalmente de la preceptiva del *Arte* reformado, es la procedente del *De institutione grammatica* de Manuel Álvares⁷⁴. El segundo, a semejanza de Nebrija, lo caracteriza a partir de su capacidad para reemplazar al nombre propio⁷⁵, concepción criticada por el Brocense que, además, no se acomoda bien con su inclusión entre las “espezies” del adjetivo en tanto que es condición de este acompañar al sustantivo (*vid.* Correas 1954 [1625]: 158 y ss.). Ninguno de los dos parece advertir que la negación de la autonomía categorial del pronombre llevaba aparejado el rechazo también de su función sustitutiva (Marquant 1967: 220), incurriendo de este modo en un planteamiento incoherente, consecuencia de aunar posiciones teóricas diferentes (Ramajo 1987: 222, López Martínez 1994: 378) y, en este caso, difícilmente compatibles.

iii) A similar conclusión se llega tras el análisis de la interjección, sobre la que ambos autores adoptan posturas coincidentes y alejadas, a su vez, de la seguida por Jiménez Patón. Aunque Correas integra la interjección en la categoría de las partículas, en la práctica, le da tratamiento de clase independiente, sin diferenciarse por ello del planteamiento de Villar:

CORREAS (1625)	VILLAR (1651)
<p>La interxezion es una particula que declara el sentimiento del animo de dolor, ú de alegría, ó de admirazion; i algunas son comunes á todas las lenguas, como es el sentir á todos los onbres (p. 355).⁷⁶</p>	<p>Interjeccion es aquella parte de la oracion, que declara los varios afectos que hay en el animo. Las mas comunes en nuestra lengua son à, ay [...] y otras cualesquiera voces nacidas de los afectos en que nos hallamos. Y porque estos son unos mismos en todos los hombres: por esso casi son unas mesmas, o muy semejantes todas las interjecciones en todas las lenguas (p. 57).</p>

⁷³ Pero, en la práctica, le asigna los mismos accidentes que al nombre, incluida la persona (*vid.* pp. 6-7).

⁷⁴ “Pronombre es el que se pone en lugar de Nombre, y significa cierta y determinada persona” (*Arte* reformado, p. 101). Cf. Álvares (2001 [1572]: 167): “Pronomen est quod loco nominis positum certam finitamque personam adsignificat”.

⁷⁵ “Pronombre es el que se pone en lugar de nombre propio” (Correas 1954 [1625]: 159). Cf. Nebrija (1980 [1492]: 180): “E llámase pronombre, por que se pone en lugar de nombre propio”. Advierte Ramajo (1987: 122) que Correas parece tener conciencia de que no siempre el pronombre sustituye al nombre propio: “Hablase con él [el articulo relativo las] absoluta y sustantivamente, solo u acompañado de un adxetivo, sin desear suplirse con él nombre ninguno ninguno sustantivo, como diciendo: él me las pagará” (Correas 1954 [1625]: 373).

⁷⁶ Admite la posibilidad de incluirla en la clase de los adverbios, como en el sistema griego, coincidiendo así con la propuesta de la Gramática Castellana de Nebrija, al que cita a este respecto (*vid.* Correas 1954 [1625]: 351).

En ningún momento se cuestionan su pertenencia a las clases de palabras, a pesar de reconocer su carácter natural, causa de su semejanza en todas las lenguas, idea procedente de la *Minerva* que llega a Villar a través de las notas sanctianas del *Arte* reformado⁷⁷ y que había conducido al Brocense a proponer su exclusión del inventario de los signos lingüísticos por carecer del carácter convencional propio del lenguaje humano. Sin embargo, nuevamente la hace suya en su integridad Jiménez Patón, como puede verse:

JIMÉNEZ PATÓN (1614)	SÁNCHEZ DE LAS BROZAS (1587)
<p>La interjección en latín, griego o español, no hace parte de oración, porque las partes de la oración an de sinificar por aluedrío de los hombres, y no naturalmente. La interjección es vn afecto del ánimo que sinifica sus pasiones naturalmente, luego no puede constituir parte de la oración. El suspiro, el solloço, queja, risa y las demás señales de dolor y alegría, de la misma manera se hallan en el griego que en el latino, arábigo, hebreo, indio, español, &c., y aún las ay en los brutos, luego son afectos naturales. Pues por serlo, todos rien y lloran con unas mismas voces, y así no hacen parte de la oración, según Aristóteles. Los griegos contaron entre sus aduerbios las interjecciones, mas fué engaño porque ni son voces griegas, ni latinas, ni españolas, aunque se escriban con sus letras, las quales no son más de vnas señales de alegría o de pesar que se hallan en los brutos que ni tienen discurso ni habla. Por estas causas Lorenço Vala desechó la interjección de las partes de la oración (p. 104).</p>	<p>Que la interjección no es parte de la oración lo demuestro así: lo que es natural es igual en todos los hombres; es así que el gemido y las manifestaciones de alegría son iguales en todos los hombres; luego son naturales. Y si son naturales, no son partes de la oración, ya que las partes de la oración, según Aristóteles, son producto de una convención y no de una causa natural. Los griegos incluyen la interjección entre los adverbios; pero se equivocan, ya que las interjecciones no son palabras latinas ni griegas, aunque se escriban con letras latinas o griegas, sino que son manifestaciones de tristeza o de alegría, como lo son en las aves o en los cuadrúpedos, en los cuales no aceptamos que haya voz ni discurso [...]. Valla [...] no considera parte de la oración a la interjección (p. 51).</p>

iv) En cuanto a la conjunción, mientras que Jiménez Patón limita su función conectora a las oraciones, Correas y Villar la hacen extensiva también a las palabras o partes de la oración:

⁷⁷ “La interjeccion, en rigor no es parte de la oracion, [...] realmente no es voz, ni palabra, sino sola una señal de afecto, la qual señal se halla tambien en los animales [...]. De suerte, que podemos dezir, que las interjecciones son signa naturalia, y si esto es assi, no seran voces porque las voces significan, no naturalmente, sino por imposición de los hombres, y assi vemos, que unas mismas interjecciones son comunes a naciones diversas (De la Cerda 1643: 112). En la preceptiva solo se afirma que “La interjeccion declara los varios afectos que ay en el Animo” (*ibid.*, 105), escueta formula definitoria que, como puede apreciarse, Villar recoge literalmente.

JIMÉNEZ PATÓN (1614)	CORREAS (1625)	VILLAR (1651)
La conjunción junta semejantes oraciones, como <i>tú lees y Pedro escribe</i> (p. 94).	La conxunzion es una partezilla que xunta en uno partes diversas, que es palavras i oraciones; i por este xuntar se llama conxunzion (p. 352).	Conjuncion es la que trava, y ata entre si mesmas las demas partes de la oracion, o las mesmas oraciones (p. 57).

Esto es, si el primero se sitúa –como es habitual– dentro de la ortodoxia sanctiana⁷⁸, el tratamiento de que es objeto la conjunción en las obras de los otros dos autores se caracteriza por la adopción solo parcial del planteamiento del Brocense, en tanto que lo suman a la postura tradicional, la que, procedente de la Antigüedad Clásica, es introducida en la gramaticografía castellana por Nebrija⁷⁹; y ello a pesar de que el autor de la *Minerva* se había opuesto tenazmente a dicha concepción. Es preciso señalar al respecto cómo Villar se aparta esta vez de la preceptiva del *Arte* reformado, debido probablemente a la incorporación en ella del planteamiento del Brocense, al definirse ahí la conjunción como “la que trava, y ata las oraciones entre si mismas” (p. 105).

v) La mayor aceptación de los postulados sanctianos por parte de Jiménez Patón se evidencia también en ciertas distinciones relativas a la clasificación verbal o a algunos de sus accidentes. Así, podemos trazar un paralelismo –inexistente en los otros dos autores– con las particulares posiciones del Brocense en lo referente a los verbos impersonales, la persona y el modo.

	JIMÉNEZ PATÓN (1614)	SÁNCHEZ DE LAS BROZAS (1587)
Verbo impersonal	El verbo es impersonal o personal. El personal es el que tiene números y personas ciertas y determinadas, como <i>amas, lees, oyes</i> . Impersonal el que no tiene números, ni personas ciertas ni determinadas, como son todos los infinitivos, <i>amar, leer, oyr</i> , y no otros modos (pp. 100-101).	En este asunto fallan estrepitosamente los gramáticos, los cuales, tras decir que verbos personales son los que tienen persona, tiempo y número, no saben definir los impersonales, cuando éstos deben ser los que carecen de persona, número y tiempo; así <i>amare</i> y <i>amari</i> , que se llaman precisamente infinitivos porque no definen ni determinan ni número, ni persona, ni tiempo (p. 87).

⁷⁸ “La conjunción no une casos ni otras partes de la oración, como enseñan los ignorantes [...]. La conjunción une oraciones entre sí, como en *Caesar pugnat et Cicero scribit*; y cuando se dice *Cicero scribit et uigilat*, hay dos oraciones en las que encontramos la figura del zeugma” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: 403); vid. también las pp. 118-119.

⁷⁹ “[...] llama se conjunción por que aiunta entre sí diversas partes de la oración” (Nebrija 1980 [1492]: 199).

Persona	En rigor, la persona es del verbo, y decir ques del nombre, no es otra cosa que decir quel nombre sirue a la tal persona (p. 99).	[...] en verdad que las terminaciones personales son auténticas <i>facies</i> del verbo; y es que los nombres no tienen persona, sino que son de alguna persona verbal (p. 85).
Modo	Los modos son según los adverbios, mas los más comunes son quatro: indicatiuo, imperatiuo, conjunctiuo, infinitiuo (p. 101).	El modo en los verbos, así llamada por Varrón esta categoría, no pertenece a la naturaleza del verbo; no es, pues, una categoría del verbo, sino que está marcada con frecuencia por el ablativo [...] y a veces con los adverbios, como <i>male currit, bene loquitur</i> ” (p. 91).

Sobre los verbos impersonales, ambos afirman que, en términos estrictos, solo lo es el infinitivo, pues es la única forma que carece de persona y número⁸⁰. Como es sabido, el Brocense postula para estos verbos un *suppositum* sobreentendido (normalmente, un nominativo *cognatus*), reduciéndolos así a la condición de personales (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: 220-233). Veremos más adelante cómo Correas plantea una solución similar, pero no va tan lejos como él, pues no llega a suprimir la categoría de los verbos impersonales, que enumera junto a los verbos “activos que pasan en la cosa que dicen” (transitivos) y “activos absolutos” (neutros o intransitivos) como las tres especies en que se clasifican los verbos del género activo (p. 244). También la mantiene implícitamente Villar, al referirse a las oraciones de verbo impersonal (pp. 29-30). En relación con ello, es conveniente hacer notar cómo, a semejanza de lo constatado a propósito de la conjunción, prescinde, no solo de las notas sanctianas del *Arte* reformado, sino también de lo sostenido en la preceptiva, en tanto que en esta el padre De la Cerda nuevamente acoge los planteamientos sanctianos: “Algunos diuiden el Verbo en Personal, y Impersonal, como en realidad de verdad no aya Verbos impersonales, aunque antiguamente les dio Varron este nombre, porque todos los verbos tienen todas las personas” (De la Cerda 1643: 102)⁸¹.

⁸⁰ Mucho más explícito es Jiménez Patón en las *Instituciones Gramáticas*, en donde recoge con más detalle las propuestas del Brocense sobre muchos de estos verbos. Aun así, considera conveniente seguir denominando impersonales a los verbos *miseret, miserescit, piget, poenitet, pudet y tedet*, aunque tengan “la voz de personales”, porque “en su construcción y significado son impersonales”. Advierte, no obstante, que “estos verbos que llamamos impersonales tienen la tal naturaleza y se les a de dar este nombre sueltos, porque puestos estos en la oración ya son personales, porque se determina el número y la persona, así los seys, como los infinitivos” (Madrónal 2003: 245).

⁸¹ Doctrina que se expone detalladamente en la nota correspondiente (pp. 108-109) siguiendo la argumentación y ejemplos de la *Minerva*.

En cuanto a la persona, tanto Patón como el Brocense la circunscriben exclusivamente al verbo, excluyéndola, por tanto, de los atributos del nombre y del pronombre, planteamiento que fue objeto de censura por parte de Correas⁸² y que tampoco asume Villar⁸³.

Y, en lo que respecta al modo, el Brocense no lo considera categoría específica del verbo, en tanto que los valores modales son aportados por el ablativo y los adverbios. En consonancia con ello, lo suprime del paradigma verbal, limitándose a señalar los tiempos incluidos habitualmente en cada una de las distinciones modales⁸⁴. Jiménez Patón considera también (aunque sin entrar en más especificaciones) que el modo depende de los adverbios, escueta afirmación en la que late la particular postura sanctiana. Aun así, no escapa a la influencia de la tradición al incluir el modo entre los accidentes verbales y enumerar a continuación los cuatro “modos más comunes”. A pesar de todo, obsérvese cómo en tal enumeración no tiene cabida ya el modo optativo⁸⁵, presente en la tradición gramatical castellana desde la obra de Nebrija⁸⁶.

Mucho más radical en la reducción de la tipología modal se muestra Correas. Por un lado, y a semejanza de Patón y de Villar, no otorga al optativo el estatus de modo independiente, sino que lo considera uno más de los múltiples valores significativos que conlleva el subjuntivo, único modo, junto

⁸² “el Brocense [...] enseñó a su modo de entender, que el nombre i el verbo no concertaban mas de en numero, no en persona, porque el nombre, dezia él, no tiene personas como el verbo. Mas no advirtió, que los nombres son representantes de las personas i cosas, i que no hablan ellos [...]. I ansi sus discipulos pueden bolverse en esto a la doctrina i tradición comun i antigua, como é hecho io, aclarandola un poco mas” (Correas, 1954 [1625]: 362).

⁸³ “Tambien son accidentes de los verbos los numeros y las personas, pero no propios sino comunes a las quatro primeras partes de la oracion” (Villar 1997 [1651]: 29).

⁸⁴ “Los tiempos del verbo finito son por naturaleza tres; pero hay once unidades; dos de presente, como *amo, amem*; dos de imperfecto, como *amabam, amarem*; dos de perfecto, como *amaui, amauerim*; dos de pluscuamperfecto, como *amaueram, amauissem*; tres de futuro, como *amabo, amauro, y ama o amato* (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: 93).

⁸⁵ Tampoco lo incluye en las *Instituciones Gramáticas* (Madroñal 2003: 243), en donde presenta una relación de modos idéntica a la de las *Instituciones de la gramática española*, salvo por la utilización del término *subjuntivo* en lugar de *conjuntivo*. Su propuesta es coincidente con la de Villar, que rechaza la delimitación del modo optativo como modo independiente del subjuntivo: “Los modos son quatro, indicativo, imperativo, optativo, subjuntivo (que esencialmente son un mesmo, y solamente se distinguen por las particulas que se les llegan) y el infinitivo” (Villar 1997 [1651]: 29). Sin duda, ambos autores actúan bajo la influencia del paradigma modal que se encuentra en el *Arte* reformado, pues el padre De la Cerda presenta las formas de subjuntivo bajo la especificación de “Modo Optativo, ò Subjuntivo, según la particula que se les diere, ò Utinam, ò Cum” (p. 14). Hace notar Ramajo (1987: 150) que la ausencia del optativo en la clasificación modal se constata ya en los *Principios de la gramática latina* de Juan Sánchez (Sevilla, 1586). Teniendo en cuenta que esta obra fue conocida y utilizada por el padre De la Cerda (como se verá más adelante), podría pensarse que en ella está la raíz del planteamiento del *Arte* reformado y, en consecuencia, también de lo sostenido al respecto por Patón y Villar (vid. Martínez Gavilán 2006b: 256-257, n. 61).

⁸⁶ *Id.* Nebrija (1980 [1492]: 237 y ss.) y Nebrija (1532 [1481]: fol. VIIIr y ss.).

al indicativo, que configura su propuesta de paradigma verbal⁸⁷. Por otro lado, cataloga a las formas incluidas tradicionalmente bajo los modos infinitivo e imperativo únicamente de *tiempos*⁸⁸, propuesta totalmente novedosa en la gramática española de su tiempo que, probablemente, Correas adopta bajo la influencia del planteamiento del Brocense.

En cualquier caso, por lo que respecta a este aspecto concreto, ni Jiménez Patón ni el maestro Correas llegan tan lejos en su acogida y aplicación al castellano de la doctrina sanctiana como otros gramáticos coetáneos también influidos por la *Minerva*. Tal es el caso, como ha señalado Ponce de León (2006a: 152-154), del portugués Amaro de Roboredo, quien, tanto en su *Verdadeira Grammatica Latina* (Lisboa, 1615), como en el *Methodo grammatical para todas as linguas* (Lisboa, 1619), suprime del paradigma verbal las clasificaciones modales, procediendo así de forma idéntica al Brocense⁸⁹.

vi) La influencia en Jiménez Patón de los parámetros descriptivos representados por el modelo nebrisense –que, como vemos, tampoco adopta irreflexivamente– se pone de manifiesto también en la clasificación del género nominal, basada en la que el gramático andaluz había establecido tanto para el latín como para el castellano⁹⁰, si bien Patón la modifica y reduce ligeramente al limitar el género común de dos a los adjetivos y al suprimir el común de tres: “O el adjetiuo es común de dos, porque (contra la opinión de los que lo contrario pensaron) en español no hay comunes de tres” (p. 95)⁹¹.

En esta cuestión, Correas es más sanctiano que Jiménez Patón⁹², pues presenta una concepción del género gramatical, basada en el género natural, procedente, sin duda, del autor de la *Minerva*, que le lleva, como a él, a

⁸⁷ “Este suxuntivo sin mudar nada de sus tienpos en letra o terminación se divide en optativo, potencial, conzesoivo, deprecativo, indefinido i vago, i en otros modos según la diversidad i maneras, i propositos de hablar, i las particulas que le modifican, i hazen de este u otro modo” (Correas, 1954 [1625]: 243). Tal vez, en la referencia a las particulas pueda verse algún eco de la propuesta sanctiana. Para una exposición de la particular doctrina de Correas sobre el paradigma modal y temporal, *vid.* Martínez Gavilán (1990b).

⁸⁸ “Ai tambien un tienpo infinitivo que no tiene mas de una persona vaga i comun á las tres personas bivalentes que hablan en anbos numeros. [...]. Ai mas un tienpo para mandar, que con palabra Latina llamamos tienpo imperativo, i en Rromançe le pudieramos llamar tienpo mandador o mandadero, o tienpo que manda, i no tiene mas de segunda persona de singular, i segunda plural [...]. En Latin le hazen de modo imperativo sin rrazon” (Correas, 1954 [1625]: 241). Como puede verse, su propuesta alcanza también a la gramática latina: “Del infinitivo en Latin hazen modo con poca rrazon, i ansi mesmo del imperativo con menos” (*ibid.*, 243).

⁸⁹ *Vid.*, por ejemplo, el paradigma que presenta en la voz activa de la primera conjugación: *Primum praesens*: primeiro presente (amo, eu amo); *Secundum praesens*: segundo presente (*amem, eu ame*); *Primum praeteritum imperfectum*: primeiro preterito imperfecto (*amabam, eu amaua*); *Secundum imperfectum*: segundo imperfecto (*amarem, eu amara, amaria, ou amasse*), etc. (Roboredo 2007 [1615]: 23 y ss.).

⁹⁰ “[...] son siete géneros: masculino, femenino, neutro, común de dos, común de tres, dudoso, mezclado” (Nebrija 1980 [1492]: 175-176).

⁹¹ Villar señala cinco géneros: masculino, femenino, neutro, común de dos y común de tres (p. 7), coincidentes con los que se acotan en el *Arte* reformado (p. 51) y con la enumeración efectuada por Álvares (p. 186).

⁹² De hecho, este autor –como indica Ramajo (2006: 162)– se aparta en esta ocasión de la postura del Brocense, situándose en la tradición que remonta a los gramáticos latinos.

reducir al masculino o al femenino los tradicionales géneros común, ambiguo y epiceno:

El xenero, cuarto azidente del nonbre, es aquello porque el macho se distingue de la henbra, i el neutro de entranbos. I son dos los xeneros en la naturaleza, masculino i femenino, para macho i henbra, i negativo de ino i otro el neutro: con que vienen a ser tres. [...] Los gramáticos van errados en decir que los xeneros son siete, añadiendo comun de dos, i comun de tres, ambiguo, epiceno o promisuio; los quales quatro añadidos no los ai (Correas 1954 [1625]: 227).⁹³

Comparte también con el Brocense—a quien hace nuevamente referencia—la doctrina sobre la ausencia de género de los nombres propios y la consideración de que, cuando van acompañados de un adjetivo, este concuerda tanto en género como en número con el nombre común sobreentendido:

[...] como si fueran singular se les da verbo, i adxetivo singular: *Burgos es rrica, Atenas es grande*, porque se entiende el nombre comun con quien se conzierta: *Burgos es rrica ciudad o es rrico lugar, Atenas es grande ciudad o pueblo*: i por esto de ir la concordancia hecha con el xeneral que alli se entiende sino se espresa, dixo el Brocense que los nombres propios son de ningun xenero, i da la razón porque el adxetivo va al xeneral aplicado (Correas 1954 [1625]: 228).⁹⁴

3.3.3. *La conjunción de dos modelos doctrinales*

Del análisis efectuado en las páginas precedentes se infiere la mayor fidelidad de Jiménez Patón a los innovadores postulados gramaticales del Brocense y el seguimiento solo parcial de su doctrina por parte de Correas y Villar, como consecuencia de superponer a esta los criterios procedentes de un enfoque de signo más tradicional, lo que les impide llevar hasta sus últimas consecuencias los principios sanctianos. Si, por un lado, consideran que el pronombre no debe ser incluido entre las categorías primarias, por otro, lo definen como tal e incluso Villar le da tratamiento independiente, a semejanza de lo efectuado con el participio. Ambos reconocen el carácter natural de la interjección y, sin embargo, no se cuestionan su pertenencia a las clases de palabras. Caracterizan la conjunción por su capacidad para unir oraciones, pero hacen extensiva dicha función conectora a las palabras o partes de la oración, en contra de lo sostenido por Sánchez de las Brozas.

Hemos visto también cómo el peso de la *Gramática Castellana* de Nebrija se hace sentir en las *Instituciones de la gramática española* de Jiménez Patón y, en bastante mayor medida, en las *Artes* de Correas. De igual forma, la orientación propedéutica con que Villar concibe su *Arte de la Lengua* le lleva a acomodarlo a la preceptiva, en parte nebrisenense y sobre todo alvaresiana,

⁹³ Cf. Sánchez de las Brozas (1995 [1587]: 65-71).

⁹⁴ Cf. Sánchez de las Brozas (1995 [1587]: 72-73).

del *Arte* de Nebrija reformado por el padre De la Cerda, de donde adopta literalmente la mayoría de las definiciones de las clases y subclases de palabras⁹⁵.

Así pues, nuestros autores se sitúan en la confluencia de dos modelos doctrinales: el de la gramática filológica, respaldado por la autoridad de Nebrija y de Álvares, de carácter tradicional, y el de la gramática racionalista, instaurado por el Brocense, de signo innovador. Patón opta más claramente por este, lo que no impide que haga algunas concesiones a la tradición (como hemos visto a propósito del género y del modo). Correas y Villar suelen conjugar los planteamientos, a veces contrapuestos, de ambos enfoques, pero en esa oscilación entre innovación y tradición, mientras que Correas se aproxima a la primera (según indica su concepción del participio, del modo y del género), Villar muestra una inclinación hacia la segunda, esto es, hacia los presupuestos de raigambre secular, inclinación que, en mi opinión, debemos considerar deliberada, como lo sugiere el hecho, no solo de prescindir de la doctrina expuesta en las notas del *Arte* reformado, sino también –lo que es más significativo– de distanciarse de la preceptiva tan solo cuando el padre De la Cerda introduce en ella los postulados sanctianos, como hemos visto a propósito de la conjunción y de los verbos impersonales. Tales apreciaciones nos han de llevar a atenuar, de momento, la integración de Villar en la corriente de la gramática racional. Veamos si el análisis de sus planteamientos sintácticos nos permite confirmar esta impresión.

3.4. La Sintaxis o Construcción de las partes de la oración

La Sintaxis o Construcción es objeto de tratamiento amplio y detallado por parte de Correas y Villar, lo que contrasta con las escuetas observaciones que Patón dedica a la materia –apenas una página–, limitadas a la exposición de las concordancias⁹⁶. En ellas, no obstante, resuenan ecos de la doctrina sanctiana, que inspira también las líneas esenciales del tratamiento de la construcción en las Artes de Correas⁹⁷.

En la obra del Brocense la sintaxis ocupa el centro de la descripción lingüística en tanto que hace de la oración el objetivo primordial de la gramática: “Grammatica est ars recte loquendi [...] cuius finis est congruens oratio” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: 46). Su tarea al respecto es establecer las reglas gramaticales, derivadas de principios racionales,

⁹⁵ Un análisis cotejado de la caracterización de las categorías gramaticales (clases de palabras, subclases y accidentes) efectuada por ambos autores puede verse en Martínez Gavilán (2006b).

⁹⁶ Más prolijo al respecto se muestra en las *Instituciones Gramaticas*, no solo por el tratamiento más detenido y detallado de la concordancia, sino también por la mayor amplitud de los contenidos (*vid.* en Madroñal 2003: 247-252).

⁹⁷ Sobre el concepto de Sintaxis y sus contenidos temáticos en la gramaticografía española del XVII, *vid.* Iglesias Bango (2006).

cuya aplicación conforma la estructura de la oración en sus componentes necesarios y esenciales, los cuales responden a un orden lógico o natural y contraen entre sí dos tipos de relaciones: la concordancia y la rección⁹⁸. Pero, a la vez, el gramático debe dar cuenta de la falta de correspondencia existente en muchas ocasiones entre esas estructuras oracionales completas e ideales y su manifestación en los usos reales testimoniados por medio de los autores. Para ello acude a las figuras, que dejan de ser procedimientos únicamente de ornato para convertirse en una herramienta necesaria en la descripción gramatical, por cuanto que permiten explicar los desvíos de los usos respecto a la sintaxis ideal (alteración del orden natural, discordancias, redundancias o elisiones) y reducir sus aparentes anomalías a la estructura oracional regular. De todas ellas es la elipsis la que ocupa un papel primordial, llegando a ser el eje sobre el que el Brocense articula la doctrina sintáctica⁹⁹.

Este planteamiento reaparece en las *Artes* de Correas, si bien privado de algunos de sus componentes principales, como es, por ejemplo, la existencia de argumentos filosóficos que fundamenten las reglas gramaticales. Pero, considerado en su conjunto, marca las directrices de su teoría sintáctica, como veremos a continuación.

3.4.1. La doctrina sintáctica de Correas

Según afirma Correas (1954 [1625]: 130-131), “No es natural ninguna lengua a los onbres, el tener habla i hablar lo es solamente, i lo será hablar concertadamente, porque sino mal declararan sus conzetos, ni se entendieran”. El *hablar concertadamente*, natural al género humano, constituye la base principal de la descripción lingüística, pues de su observación el gramático extrae los preceptos constitutivos del arte gramatical¹⁰⁰. De ahí que defina la gramática como el “arte, o zienza de hablar concertadamente en la orden de las palabras, considerada i sacada de la conformidad i conzierto del hablar natural o usual de las xentes en sus lenguas” (p. 129).

Aunque las lenguas “desconvienen en propiedades i cosas particulares”, sin embargo, es “natural a los onbres su conzierto i conveniencia”. La congruencia sintáctica o hablar concertadamente, en tanto que es natural al género humano, es universal y, como tal, objeto del arte o ciencia gramatical, que, además de ocuparse de la descripción de las particularidades de cada

⁹⁸ “Constructionem diximus diuidi in concordiam et rectionem” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: 124). No plantea el Brocense explícitamente la cuestión del orden natural, pero sí se refiere a él cuando aborda las figuras de construcción, como puede verse, por ejemplo, a propósito del hipébaton (p. 595).

⁹⁹ Sobre los fundamentos y líneas maestras de la sintaxis sanctiana puede verse Hernández Terrés (1984: 15-42), Breva Claramonte (1989), Lozano (1992: 141-159) y Sánchez Salor (2002: 493-518).

¹⁰⁰ El arte gramatical es, pues, “la natural arte advertida y puesta en metodo o conzierto” (p. 130) y los preceptos que lo constituyen no son propiamente normas de corrección que rigen y regulan los usos, sino principios explicativos por medio de los cuales se formaliza y sistematiza el arte natural.

idioma, también “enseña los prezetos xenerales que convienen a todas las lenguas” (p. 129). Para Correas la oración es la unidad formal y de sentido a través de la cual se manifiesta y materializa la congruencia en el hablar, como lo prueba la relación sinonímica que establece siempre entre *oración* y *habla concertada*. En consecuencia, hace de ella el objetivo principal del arte gramatical, coincidiendo así con el Brocense: “El fin de la Gramatica es la oración o habla concertada; el fundamento y fabrica della es la travazon i concordanzia de las palavras i partes que conponen i llenan la orazion” (p. 132)¹⁰¹.

El concepto de oración que sostiene Correas responde, desde mi punto de vista, a un doble criterio, semántico y formal a la vez:

En la Gramatica se llama orazion la rrazon breve i sentido o sentenzia que se haze con nombre i verbo concertados con numero i persona, que son las partes esenziales de la orazion gramatical o particular, sin las quales o qualquiera dellas no se ata rrazon ni dize ni puede dezir cosa que haga sentido [...] i se adorna con la particula si quiere (Correas 1954 [1625]: 132-133).

En tanto que la oración transmite enunciados inteligibles, es una unidad de sentido completo, de ahí que también la denomine en múltiples ocasiones “rrazon i sentido” o “rrazon breve, i sentido o sentenzia”. Ahora bien, la congruencia semántica se consigue por medio de una determinada estructura formal, la que viene dada por la presencia necesaria de un nombre y un verbo (sin los cuales “no se ata rrazon, ni puede dezir cosa que haga sentido”), elementos complementados de forma accesoria con las partículas¹⁰².

La materia de que se compone la oración son las palabras. Su forma vendría dada por la relación (“travazon i concordanzia”) que estas contraen¹⁰³:

¹⁰¹ También Jiménez Patón parece estar inspirándose en el Brocense con la afirmación que da principio a las *Instituciones Gramáticas*: “El fin de la Gramática es la oración perfecta, que se haze del nombre, verbo y de las otras partes de la oración [...]” (Madröñal 2003: 236). La posición central que otorga a la sintaxis dentro del marco de la gramática se evidencia en las siguientes citas, extraídas de una de sus obras manuscritas (*Declaración de la epigrama griega*) recientemente localizada y reproducida por Madröñal: “Esto enseñó siempre la Gramática, cuias partes no son más que las dos dichas de regimiento i concordancia, si bien le son necesarias para su mejor govierno las que otros le señalan como partes propias suas” (en Madröñal 2005: 1804-1805). “[...] si bien en quanto el rigor gramático no les tocaba más que saber hacer buena concordancia [...] i dar el caso a nombre, verbo o preposición según lo pide” (*ibid.*, 1803).

¹⁰² Cf. Lope Blanch (1979: 48-49), para quien Correas “prescinde de las consideraciones semánticas para delimitar el concepto de oración, y sólo se sirve de ellas para distinguir entre cláusula y oración”. Considera que, a semejanza del Brocense, Correas tiene un concepto puramente formal de la oración, en tanto que lo que determina su existencia es la relación entre un nombre y un verbo (*vid.* sobre ello las pp. 32 y 46-49).

¹⁰³ La dualidad aristotélica materia y forma está presente en la *Minerva*, si bien aplicada en términos algo diferentes, pues el Brocense identifica materia con el nombre y forma con el verbo: “Por otro lado, de la misma forma que todas las cosas constan de materia y forma, así también la oración; efectivamente, como dice Fabio, en los verbos está la fuerza de la forma, y en los nombres la de la materia, ya que en uno se dice lo que hablamos y en otro de lo que hablamos” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: 49).

Hacese la orazion de palavras, que son en ella la materia de que consta, i por esto llamaron partes de la orazion a todas las palavras que ai en las lenguas” (Correas 1954 [1625]: 132). Para que las palavras hagan orazion i rrazon entera, i perfeta, i de bueno i verdadero sentido, que es el alma, i fin de la lengua an de xuntarse i corresponderse en devida concordia i contestura, i trabazon, que en Griego se llama suntacsis, i en Latin constructio (Correas 1954 [1625]: 359).

Las tradicionales ocho clases de palabras se reducen a nombre, verbo y partícula, porque sólo con estos tres elementos se configura estructuralmente la oración; de ahí que insista reiteradamente en el carácter universal de la clasificación tripartita. Pero, además, las palabras han de articularse a partir de unas determinadas relaciones:

Toda la gramatica, como se á visto, consiste en las tres partes considerada cada una de por si, i en la orden i xuntura dellas para formar la orazion i sentido que hazen concertadas rretamente (Correas 1954 [1625]: 374).

Tales relaciones son —como dice el autor— el orden (o *contestura*), la concordancia (o *concordia*) y la rección (la *xuntura* o *trabazon*). Se trata, en definitiva, de los principios estructuradores de la sintaxis, de carácter natural y universal, de cuya exposición detallada se ocupa en los capítulos dedicados a esta materia¹⁰⁴.

En lo que se refiere al orden, hace notar Correas, parafraseando a Nebrija, que

Ai entre las cosas criadas, i aun en las de artificio, zierta orden natural i mui conforme a la rrazon, por la qual las que por naturaleza son primeras i de mayor dinidad, se an de anteponer a las sighientes i menos dinas, i por esto dize Quintiliano, que diremos *de oriente a poniente*, porque segun orden natural primero es el oriente que el ozidente i ansi por consiguiente diremos *el zielo i la tierra, el dia i la noche*, i no al contrario (Correas 1954 [1625]: 363-364).¹⁰⁵

Este orden natural es el que subyace a la disposición de las tres partes de la oración (“Esta orden se halla en las tres partes de la orazion, que primero es el nonbre, segundo el verbo, i tercera la particula”, p. 364), que detalla de la siguiente manera:

¹⁰⁴ Principios sintácticos que constituyen también el objeto de los capítulos iniciales del libro IV de la *Gramática Castellana* de Nebrija. En el primero de ellos, titulado “De los preceptos naturales de la gramática”, aborda la concordancia; del orden se ocupa en el segundo y, en los dos siguientes, trata la construcción del nombre y del verbo.

¹⁰⁵ Cf. Nebrija (1980 [1492]: 205): “Entre algunas partes de la oración ai cierta orden casi natural & mui conforme a la razón, en la cual las cosas que por naturaleza son primeras o de maior dignidad, se an de anteponer a las siguientes & menos dignas; i por esto dice Quintiliano que diremos *de oriente a occidente*, & no, por el contrario, *de occidente a oriente*, por que, según orden natural, primero es oriente que el occidente; & así diremos por consiguiente: *el cielo & la tierra, el día & la noche, la luz & las tinieblas*, & no por el contrario, *la tierra & el cielo, la noche & el día, las tinieblas & la luz*.”

La orden i contestura natural de las palavras, o partes, es, que el nonbre este primero, i luego el verbo, i tras este el acusativo, que declara la azion del verbo, si es transitivo, i el caso o parte que pide la ocasion: tras el nonbre sustantivo, el adxetivo o adxetivos que se le añidieren, i el xenitivo que del se rrixiere: que el nonbre antezedente este primero, i despues el rrelativo: i el adverbio despues de su verbo: la preposizion antes de su caso: el articulo antes de su nonbre (Correas 1954 [1625]: 362).

Y considera “mas lexitimo i propio estilo este de la lengua Castellana, que de la Latina i Griega, i mas conforme al umor Español” (p. 363), aprovechando la ocasión para arremeter contra el culteranismo por su abuso del hipérbaton, de impronta latinizante:

No entendiendo esto algunos modernos poetas, i a su parecer cortesanos criticos, enredan de manera su lenguaxe i conzetos que hablan en xerigonza, i huyen de hablar Castellano claro i bueno, sino bastardeado con un poco de Latin o Italiano que saben. La lengua para que es sino para darse a entender i declararse? (Correas 1954 [1625]: 363).

Al margen de esta tendencia, en boga en el lenguaje literario de la época, la lengua usual tampoco se ve libre de las alteraciones del orden natural, puesto que en ella “no se guarda enteramente, antes ai muchas vezes trueco de lugar en las partes i casos, i adverbios, anteponiendose o posponiendose por causa de buen sonido, i corriente de la orazion, i por tropos i figuras” (p. 362). Ejemplo representativo es la modificación del orden natural de las personas en la oración (consistente en que “primero soi *io*, segundo *tu*, terzero *el otro*”, p. 364), alteración que se produce por “adulazion i vana cortesía”.¹⁰⁶

El tratamiento de la concordancia discurre dentro de los cauces habituales:

Las concordancias son tres: de adxetivo con sustantivo, de rrelativo con antezedente, de nonbre i verbo, el nonbre en nominativo i el verbo en persona, o cadenzia finita. El adxetivo conzierta con el sustantivo en xenero, numero, i caso, como *varon santo* de *varon* i *santo*, *muxer hermosa i virtuosa* [...]. El rrelativo conzierta con el antezedente en xenero i numero , como *era un onbre xusto, el qual murió santo; fué una santa muxer, la qual bivió mui xenplaramente* [...]. El nonbre i el verbo conziertan en numero i persona, que entranbos sean

¹⁰⁶ A propósito de esta cuestión, expone Correas el paradigma de las formas pronominales de tratamiento de la época, describiendo con todo detalle sus valores y significados sociales (*vid.* en Martínez Gavilán 1988). Si lo aborda en este capítulo es para mostrar la falta de adecuación o “discordante concordia” que se produce en vos y *vuestra merced* entre sus propiedades formales y el referente para el que se usan, pues el interlocutor (2^a persona del singular) es designado o interpelado con una forma pronominal de plural (*vos*) o con una fórmula nominal concordante, por tanto, con el verbo en 3^a persona: “Esta mesma orden hallamos guardada en las lenguas antiguas [...]. Mas ia las vulgares la an turbado, como nosotros, i porque dezimos i hablamos de esta manera, con *vuestra merced*, que es segunda persona singular en nuestro ánimo, porque hablamos con ella, aunque *merced* en la verdad es tercera i de xenero femenino, ponemos verbo de tercera, como diziendo: *vuestra merced, señor mio, lo haze mal en no dexarse ver* [...]. *Vos*, que sinifica segunda persona de plural, le damos a segunda singular con verbo de plural, como diziendo *vos don cavallero hazeis mal en eso*” (Correas 1954 [1625]: 364).

de un numero i pertenezcan a una mesma persona de las tres, primera, segunda o tercera, en cada uno de los dos numeros, el nonbre como digo puesto en nominativo, como *io leo, tu escrives, aquel oie* (Correas 1954 [1625]: 359).¹⁰⁷

En lo que respecta a la concordancia del nombre y el verbo, Correas se refiere críticamente –según veíamos anteriormente– al planteamiento del Brocense, quien, al considerar que la persona es solo atributo del verbo, limita la concordancia entre ambas categorías únicamente al número¹⁰⁸. Jiménez Patón, que asumía la tesis sanctiana (“en rigor la persona es del verbo”, p. 99), no la lleva a sus últimas consecuencias, estableciendo dicha concordancia en los términos usuales¹⁰⁹, esto es, en número y persona.

También a partir de estos accidentes plantea el gramático manchego la relación formal entre el relativo y su antecedente, a diferencia de Correas, que la basa en el género y el número¹¹⁰. Ninguno de los dos autores coincide a este respecto, aunque por distintas razones, con la postura de Sánchez de las Brozas, quien, siendo coherente con sus planteamientos, la circunscribe al número, en tanto que los relativos son adjetivos y estos “no tienen género, sino terminaciones adaptadas a los géneros” (p. 125). Esta es la causa que le lleva, igualmente, a excluir el género de la concordancia entre el sustantivo y el adjetivo, cifrada únicamente en el número y el caso. Las discrepancias con el Brocense que estamos observando son debidas a la distinta concepción que tienen el uno y los otros de los accidentes poseídos por determinadas clases de palabras, a lo que hay que añadir las diferencias derivadas de las peculiaridades de la lengua española en relación con la latina. Así, Jiménez Patón no contempla la concordancia de caso en la relación sustantivo-adjetivo,

¹⁰⁷ Hay coincidencia total con las relaciones de concordancia establecidas por Nebrija (1980 [1492]: 203-204.)

¹⁰⁸ “Además, el nombre sólo concierta con el verbo en número, como ya dijimos, y no en persona, como enseñan los gramáticos, ya que dos cosas que conciertan entre sí deben tener en común a ambas una tercera; es así que los nombres no tienen persona, es decir aquella *facies* que sólo tienen los verbos, luego los nombres no conciertan con los verbos en persona” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: 127). Cf. Correas (1954 [1625]: 362).

¹⁰⁹ “Las concordancias son tres (como en Latín): de nominatiuo y verbo, sustatiuo y adjetiui, relatiui y antecedente. La de nominatiuo y verbo conciertan en dos cosas: en número y en persona, como *yo amo, tii amas* [...] El sustantiuo y adjetiui conciertan en género y en número, como *varón santo, muger honesta* [...] El relatiui y antecedente conciertan en dos cosas: en número y en persona, como *conozco a Pedro, el qual te ama*” (Jiménez Patón 1965 [1614]: 104-105). Vid. también las *Instituciones Gramáticas*: “La concordancias son tres: de nominatiuo y verbo, de sustantiuo y adjetiui, de relatiui y antecedente. La del nominatiuo y verbo concierta en dos cosas: en número y en persona, como *Tu legis*. No puede auer verbo sin nominatiuo o cosa que haga las partes. [...] El sustantiuo y adjetiui conciertan en tres cosas: género, número y caso, como *puer bonus, mulier bona, templum sanctum*. [...] El relatiui y antecedente conciertan en dos cosas: en género y en número, y también sigue el relatiui la persona del antecedente” (Madroñal 2003: 248-250).

¹¹⁰ Señala Ramajo (2006: 178) que Patón, en este punto concreto, muestra cierta confusión, al no explicar en qué consiste la concordancia de persona y al omitir toda referencia a la de género, a pesar de que parece referirse a ella en los ejemplos.

en tanto que la flexión casual no existe en castellano: “El nombre (en lengua española) no se declina por casos, sino que se varía con preposiciones” (p. 94). Sin embargo, Correas lo enumera junto al género y al número. No obstante, si actúa así no es por el seguimiento fidedigno del planteamiento nebricense, sino por su convicción de la universalidad de esta categoría, idea que encontramos también claramente manifestada en la *Minerva*¹¹¹:

Los casos ó diferencias de casos son seis: nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo, ablativo. Los Griegos i Latinos conozen i tienen casos: nosotros no; mas las diferencias de hablar por ellos, si las conozemos: las quales diferenziamos i hacemos con preposiciones. Casos llamaron á seis diferentes cadenzias que sus nombres tienen en singular, i en plural, i hazen diferencia en la sinificazion unos de otros, i por ellas los hazen i llaman declinables; de manera que caso es cadenzia diferente de su recto ó nominativo en terminazion i sinificado. Las quales no tienen los nuestros, porque sienpre se acaban de una manera en todo el singular, i de otra en s, ó es en todo el plural, i por esto son indeclinables ó invariables. Mas porque el hablar pide las seis diferencias de sinificar i sentir, io á estas las llamo diferencias de casos, i por compendio i claridad usaremos de casos, i los otros terminos gramaticales de la Arte Latina, porque no ai otros mas acomodados, i nos sirvan aquí, i se lleven sabidos para el Latin i Griego (Correas 1954 [1625]: 147).

Correas es consciente de que el castellano no posee el sistema casual de las lenguas clásicas, pero considera también que los valores significativos que conllevan los casos son comunes a todas las lenguas (“el hablar pide las seis diferencias de sinificar i sentir”), con independencia del procedimiento formal con que se expresen en cada una de ellas, sea por medio de *cadencias*, sea por medio de preposiciones¹¹². Así pues, el empleo del término *casos* (o *diferenzias de casos*) está justificado, tanto desde un punto de vista teórico o doctrinal, como por su utilidad de cara al aprendizaje posterior de las lenguas clásicas. De ahí que se sirva de él en numerosas ocasiones a lo largo de toda la obra y, especialmente, en el tratamiento de la construcción o rección.

En los capítulos dedicados a la *xuntura* o *trabazon* (la rección) Correas efectúa una descripción exhaustiva de los complementos nominales y verbales, así como de los elementos que se construyen con las partículas, detallando todas sus posibilidades de unión o combinación. Una vez que ha justificado por razones doctrinales y didácticas la pertinencia del término *caso*, aborda esta cuestión adoptando como marco de referencia las pautas

¹¹¹ “Y puesto que esta clasificación de los casos es natural, es necesario que todas las lenguas tengan todos estos casos” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: 63). Como indica Lozano (1992: 142), el Brocense establece las seis marcas casuales en correspondencia con otros tantos *oficia* o funciones semánticas estables al margen de las lenguas particulares.

¹¹² *Id.* también Jiménez Patón (1965 [1614]: 97): “Caso es la cayda y terminación de la dición, y éstas en ninguna otra lengua se hallan (de las que yo tengo noticia) con la variedad y elegancia que en la griega y latina, que tienen seys en cada número. Las lenguas que desto carecen se ayudan para variar las dicciones (como diximos) de las preposiciones”.

derivadas de la gramática latina y, así, va detallando cada uno de los casos con que se construyen las tres partes de la oración, aunque dejando siempre claro que “Las preposiciones los distinghen” (p. 372)¹¹³.

De todos los aspectos aquí tratados, el que más interés tiene en relación con el tema que nos ocupa –la recepción de la doctrina sanctiana– es su concepción de la oración como estructura bimembre, conformada por la unión necesaria de un nombre y un verbo, constituyentes en relación de interdependencia y de presencia obligada e imprescindible para dar sentido completo a la oración:

El nonbre está en la oración para mover, i aconpañar al verbo, i hazer ambos la orazion, porque sin el uno, o el otro, no se puede hazer sentenzia, ni dezir nada (Correas 1954 [1625]: 366).

El verbo está en la orazion aconpañando al nonbre, i nominativo de la persona que haze para declarar lo que haze, dize, o padeze, i hazer xunto con él la orazion (Correas 1954 [1625]: 370).

En este planteamiento, ya expuesto en los capítulos iniciales de la obra¹¹⁴, no es descartable la influencia del Brocense, que, en muchas ocasiones a lo largo de la *Minerva*, insiste en el carácter bimembre de la oración y no considera al nominativo caso regido por el verbo; la relación que establece entre ambos es, pues, únicamente de concordancia (Lozano 1992: 147):

¹¹³ En el capítulo sobre el nombre (pp. 366-369), se refiere a la construcción del sustantivo con genitivo (*el cavallo de Pedro*), de determinados adjetivos con dativo y con ablativo (*enoxosa a los buenos, manso con los suios*) y de otros, en fin, con genitivo o dativo (*zercano de Pedro y zercano a Pedro*), exponiendo pormenorizadamente las peculiaridades de algunas de estas construcciones. En lo que se refiere a la construcción del verbo (pp. 370-372), tras la distinción entre verbos *transitivos, ò pasadores, y absolutos, ò neutros* (explicada previamente en el capítulo “Del xénero i espezies de los verbos”, correspondiente a la Etimología), expone, en relación con los primeros, la mayor frecuencia de la construcción con acusativo, caso acompañado en algunas ocasiones del genitivo o del dativo (*hincho la troxe de trigo, enseñó gramatica a los niños*) y, además, su construcción con genitivo (*acuerdome de tí*), dativo (*obedezco a la Iglesia*) o ablativo (*paso por todo*). Observa, así mismo, que la duración del tiempo se expresa sin preposición (*duermo toda la noche*), pero señala a continuación que “pareze que estará en acusativo, porque no ai otro a que venga tan a proposito” (p. 372). Como puede apreciarse, Correas está trasvasando y adaptando al castellano el planteamiento expositivo, basado en los *genera y species* verbales, propio de la gramática latina de orientación tradicional. En cuanto a la construcción de las partículas, insiste en su carácter circunstancial y remite a lo expuesto en los capítulos anteriores, limitándose aquí a incidir en la anteposición de la preposición a su caso y a hacer algunas observaciones sobre la construcción del adverbio con el verbo (p. 373).

¹¹⁴ “Orazion es la rrazon i sentido ò habla concertada que se haze con nobre i verbo de un mesmo numero i persona, el nobre en nominativo, i el verbo en cadenzia ò persona finita, no infinitivo, i se adorna con la particula si quiere, i con otros casos destas partes, i con ellas mesmas rrepetidas. Las partes forzosas desta orazion son el nonbre i el verbo. La particula es azesoria” (Correas 1954 [1625]: 132-133).

¹¹⁵ Según sostiene García-Jalón y Lliteras (2006a: 670-671), la idea de los dos constituyentes básicos de la oración, nominal y verbal, claramente expuesta por Correas, es una muestra más de la presencia en su obra de la gramática hebrea, por cuanto que contaba en ella con una larga tradición, de la que se hace eco el propio Iuan Isaac, autor citado por Correas, según veíamos anteriormente.

Toda oración, aunque sea muy breve, está constituida de nombre y verbo, como si de materia y forma se tratara. Esto lo enseñan Platón en El Sofista y Aristóteles en su *Peri hermeneias* [...]. Por otro lado, el nominativo nunca es regido, ya que en la oración *Cato scribit, Cato* no está regido por *scribit*, ni *scribit* por *Cato*, sino que hay concordancia de nombre y verbo” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: 127).¹¹⁶

Claramente se percibe la huella del Brocense en las soluciones que Correas da a aquellas construcciones que suponen una alteración de dicha estructuración y, por lo tanto, invalidan el concepto de oración. Tales son los usos en que hay un verbo sin nominativo o, por el contrario, un nominativo sin verbo. Lo primero ocurre frecuentemente cuando “se entiende fácilmente qual es, i esto se haze en la primera persona, i en la segunda mas de ordinario por su notoriedad; en la tercera menos vezes” (p. 366). Considera al respecto que en estas construcciones el nominativo está suplido o no expreso, propuesta que hace extensiva a las expresiones carentes de verbo, como son las propias de “epitafios, i rretulos, i en prinzipios de libros, i capitulos, como diziendo: *libro de la creazion del mundo, Historia de las grandezas de España*” (*ibid.*). Advierte que “en tales ocasiones fácilmente se suplira verbo a proposito, *soi* u otro tal” (*ibid.*).

Pero, sin duda, mayor es la dificultad planteada por los verbos impersonales. Hace Correas una distinción entre los *puros impersonales*, los verbos referidos a fenómenos atmosféricos (*llueve, nieve, truena, venta, amanece, anochece*, etc.), y los que “se usan impersonalmente, como *inporta, perteneze, aconeteze, conviene* [...]”. Todos ellos se caracterizan en que “no se declara quien haze, i parece que van sin la persona viviente agente que los acompañe, i determine” (p. 245). Pero –afirma– si “en el hablar” esta no “se echa de menos”, el gramático “rrespeto de sus concordancias i rreglas, la rrastra”. Esto es, se trata de verbos aparentemente impersonales, pues solo “pareze” que van sin la persona agente y, de hecho, el gramático puede recuperarla. Para los primeros, propone como sujeto bien a Dios o bien algún fenómeno natural, que va expresado en algunas ocasiones:

Alguna vez en los puros impersonales, se dize la persona claramente como en los personales, como *llovia Dios a cantaros, amanece el dia apriesa, rrelanpaghea el zielo del rrelanpagas* (*ibid.*).

¹¹⁶ Es afirmación que aparece en varios lugares de la obra: “Así pues, si una oración consta, de la misma forma que las demás cosas que tienen naturaleza, de forma y de materia, es evidente que no se formará nunca una frase sin nombre y sin verbo” (*ibid.*, 223). Es indudable que este postulado late en las siguientes palabras de Patón, ya expresadas en las *Instituciones Gramáticas* (p. 248): “No puede auer verbo sin nominatiuo o cosa que haga las partes” (Jiménez Patón (1965 [1614]: 104).

En cuanto a los segundos, considera que el sujeto es el infinitivo o la oración dependiente del verbo:

[...] el gramático respeto de sus concordancias, i reglas, la rrastrera, i pone por persona agente la rrazon que se sighe, o cosa tal qual parecia convenir, i mover al verbo, como diziendo *conviene ir a misa*, o *conviene que vamos a misa*, dirá que será la persona i nominativo esta parte *ir a misa*, o *que vamos a misa* (*ibid.*)¹¹⁷.

De esta forma, reconstruye la estructura completa de la oración, ofreciendo soluciones que, si bien en algunos casos están ya presentes en otros autores de la tradición (*vid. Lozano 1992: 123*), son coincidentes con las propuestas por el Brocense, aunque bien es cierto que este las lleva más lejos, llegando incluso a suprimir la categoría de los verbos impersonales¹¹⁸.

La partícula, como constituyente oracional, carece del carácter indispensable del nombre y el verbo, lo que no implica que sea conveniente prescindir de ella, como sucede en algunas ocasiones con las oraciones completivas introducidas por *que*, conjunción que algunos suprimen dejando “la razón manca y confusa” (p. 174). En tales casos, Correas considera que

se debe suplir i entender la *que* y en esto de poderse quitar i suplirse se conozerá tambien que es partezilla; pongo exenplos sin ella i con ella. *Huelgome de saber están todos buenos: dizen á buelto el xuez [...] huelgome de saber que están todos buenos: dizen que á buelto el xuez*” (*ibid.*).

Como puede verse, propone ejemplos con la estructura completa para mostrar no solo la opcionalidad de esta construcción, sino también que el empleo de la partícula *que* da “grazia i claridad a la orazion”. También el Brocense atestiguaba, si bien por medio de los testimonios de los autores, la doble posibilidad de construcción, con la forma recuperada y elidida¹¹⁹.

¹¹⁷ *Vid.* también lo afirmado sobre otros usos impersonales: “i segun el Antonio quiere se habla impersonalmente por las terceras personas plurales, como *alli* xuegan, aqui bailan, tañen, i cantan [...], en las quales se calla la persona que haze, i no se señala, mas con facilidad se entiende” (Correas 1954 [1625]: 244).

¹¹⁸ Para los verbos de naturaleza el Brocense sobreentiende un nominativo *cognatus*, implícito o emparentado léxicamente con el verbo: “En el caso de los verbos erróneamente llamados de naturaleza, como *pluit, fulminat, lucescit*, Linacro y otros estudiosos están de acuerdo en sobrentender un nombre supuesto de significado emparentado [...], aunque no hay nada que impida que podamos decir que el verbo *pluit* tiene primera persona, siempre que el que hable sea Dios. Las oraciones enteras serían, pues: *pluit pluuiá, fulget fulgur, lucescit lux*” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: 225-227). Sobre los otros verbos impersonales su propuesta es totalmente coincidente con la de Correas: “*Accidit, contingit, euenit, liquet* y demás. No veo por qué son llamados impersonales, ya que nunca carecen de nombre supuesto. ¿Acaso es poco claro suponer que un infinitivo o toda una oración ocupen el lugar del nombre supuesto?” (*ibid.*, p. 225).

¹¹⁹ Como indica Hernández Terrés (1984: 49), “un argumento de peso para el Brocense es siempre encontrar textos en los que el elemento elidido en otros aparece de manera explícita; serían estos los enunciados gramaticalmente completos que explicarían las paralelas formas elípticas”.

Según se ha podido apreciar nítidamente en los ejemplos analizados, Correas hace uso del principio sanctiano de la elipsis¹²⁰, de cuya definición se ocupa en el capítulo dedicado a las figuras de construcción:

La ekleipsis, i corrutamente ellipsis, es defeto i falta de alguna parte en la orazion, i se á de cunplir de fuera, i qual sea lo que falta, se conoze por las presentes, i por lo que pide el sentido de la orazion i su gramatica, como diziendo: *Estuvo a canto*, por *estuvo a canto de rreal*, de perderse o ganarse o suceder algo; *buenos dias, buenas noches, falta tengais, os dé Dios* (Correas 1954 [1625]: 376).

La elipsis es, pues, la ausencia de algún elemento necesario, que es preciso sobrentender, no solo para la consecución del sentido pleno de la oración, sino también para “lo que pide su gramática”. Esto es, no es solo un mecanismo al servicio de la integridad semántica de la oración, sino también –lo que es más relevante– con claras implicaciones en el ámbito estrictamente formal o gramatical, pues solo la presencia del elemento suplido permite restituir en su integridad la estructura oracional fundamental, garantizándose así “la cumplida rrazon gramatical” (*ibid.*). Todo ello parece indicar la existencia en las *Artes* de Correas, al menos implícitamente, de la consideración de un nivel o estructura oracional completa y natural, que el gramático puede descubrir bajo las anomalías de los usos concretos¹²¹. El postulado de las estructuras elípticas, abreviaciones de otras completas semántica o lógicamente, era un lugar común en la gramática clásica, medieval y renacentista¹²², pero, mientras que en ella se hace un uso esporádico de este principio, o no trasciende el ámbito de lo significativo, el Brocense lo lleva a sus últimas consecuencias, poniéndolo completamente al servicio de la descripción sintáctica (Breva Claramonte 1989: 22, Lozano 1992: 116-117). Es, pues, en la orientación también sintáctica, y, por tanto, estrictamente gramatical, que Correas imprime a este procedimiento donde cabe trazarse un paralelismo con la doctrina sanctiana, reforzado por la consideración, común a ambos autores, de la aplicación de la figura de la elipsis no solo en el lenguaje literario, sino sobre todo en la lengua usual. Todo ello, unido a la referencia explícita

¹²⁰ También está presente en las *Instituciones* de Jiménez Patón, concretamente en tres ocasiones: a propósito de la concordancia entre el sustantivo y el adjetivo, afirma que “si vinieren los adjetivos solos, se suple el sustantivo” (pp. 94-95); cuando se refiere a los adverbios latinos de tiempo, observa que algunos de los que se tienen por tales (como *hodie*, *sero*, etc.) son en realidad sustantivos a los que se les suple *tempore*, planteamiento que trasvasa de algún modo al español al considerar que “así también en *mucho*, *poco* se entiende *tiempo*” (p. 103); de igual modo, “las interrogaciones son nombres, como ¿*por qué?*”, donde se suple *razón o causa*” (*ibid.*), aspecto este último sobre el que Ramajo (2006: 175) considera que “el eco del Brocense parece claro”.

¹²¹ Yllera (1983: 658) considera que en Correas “La elipsis es un procedimiento para restablecer el esquema racional de la oración”.

¹²² Vid. Percival (1976), Padley (1976: 104-107) y Padley (1985: 271-275), Breva Claramonte (1986: XVIII-XXXI), Breva Claramonte (1989) y Sánchez Salor (1996).

que efectúa a este propósito al Brocense, permite sostener su influencia en el tratamiento dado por Correas a esta cuestión:

Es tan estendida i frequente esta figura, que es comun a todas las palavras, i casi no ai clausula do no se halle i della escrivieron largo Tomas Linacro, i el Brozense (Correas 1954 [1625]: 376)¹²³.

Aun así, no debemos ver en Correas la asunción plena y con todas sus implicaciones de la doctrina sanctiana. Su concepción de las figuras responde al enfoque tradicional, como lo indica la extensa relación que presenta, en la que da cabida no solo a las de construcción, sino también a las de dición (metaplasmo) y de pensamiento (tropos). El Brocense, sin embargo, se limita al tratamiento de las figuras de construcción, reducidas a solo cuatro procesos formales (elipsis, pleonasma, silepsis e hipébaton), y califica a las restantes de “montius partus grammaticorum” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: 438)¹²⁴. Por otro lado, y en lo que se refiere concretamente a la elipsis, Correas la aplica de forma ocasional, mientras que para el Brocense es un principio sistemático y recurrente, el fundamento de su teoría gramatical (Lozano 1992: 144 y 165). No obstante, considerada en sus líneas esenciales, es innegable que la doctrina de la *Minerva* está presente y guía la teoría sintáctica del maestro Correas.

3.4.2. La doctrina sintáctica de Villar

No es esta, sin embargo, la impresión que se obtiene tras la lectura del Tratado II del *Arte de la Lengua Española* de Villar. Aun así, se ha señalado la inspiración sanctiana de algunas de las nociones que aplica en la sintaxis (Yllera 1993, Peñalver 1997: 78, Llitas 2003: 207-209). Pero, si en la doctrina sobre las partes de la oración hay algún atisbo de los planteamientos del Brocense, su tratamiento de la construcción discurre plenamente dentro de los cauces de la tradición escolar latina, que es, como ha indicado Esparza (2002a: 94), el contexto en el que hay que situar su labor gramatical. Así lo prueba la presencia en su obra de una serie de términos y conceptos (*noticia* como sinónimo de *oración*, *componer* o *construir* oraciones, *romanzar*, etc.) acuñados específicamente para designar procedimientos contrastivos

¹²³ Hernández Terrés (1984: 66-67) hace ver la clara dependencia respecto al Brocense en la definición de elipsis del *Arte Latina* incluida en el *Trilingüe*, pues Correas apela ahí al testimonio de los autores (*usus*) y a la estructura racional (*ratio*): “es falta i defeto de alguna parte en la orazion para su cunplida Gramatica, i se à de cunplir de fuera: i qual sea lo que falta, se conoze del uso de los autores, o por las precedentes rrazones, i de lo que pide la orazion i gramatica” (*apud* Hernández Terrés 1984: 66).

¹²⁴ Sobre el tratamiento de las figuras de construcción en la obra del Brocense, inspirado en buena medida en la doctrina de Linacro, véase Colombat (1993: 212-229), Pérez Rodríguez (1996) y Sánchez Salor (2002: 565-587).

habituales en la enseñanza del latín desde la época Bajo Medieval, de los que él se sirve de forma continuada y que –según considera Esparza (2002a)– permiten vincular su tratado sintáctico a la tradición de la *grammatica proverbiandi*, caracterizada por el empleo del romance como recurso didáctico para el aprendizaje de la lengua latina¹²⁵.

El contraste entre ambas lenguas impregna el *Arte de la Lengua Española* de Villar en tanto que con él consigue un doble propósito, en correspondencia con las dos finalidades que asigna a su obra: resaltar, por medio de la confrontación con el latín, la especificidad del castellano y facilitar, desde los usos castellanos, la comprensión de los usos latinos. A este respecto, efectúa una distinción entre construcción *intrínseca o material* y *extrínseca o ejemplar*¹²⁶:

Aquella es la que se halla entre las partes de la oracion de por si considerada, y sin respeto a otra oracion alguna, como se ve en esta noticia Castellana *yo amo a Dios*. Y la extrínseca es, la conveniencia; o conformidad que entre las partes de la oracion de una lengua se puede hallar con las de otra oracion de lengua distinta, a quien la oracion, que en tal lengua se pretende convertir, mira como idea o exemplar suyo (Villar 1997 [1651]: 59-60).

La primera es la construcción específica de una lengua concreta. La segunda es la orientada al aprendizaje de una segunda lengua, sirviéndose para ello de la traducción directa e inversa:

como quando para latiniçar esta oracion *yo amo a Dios*, miramos y atendemos esta de la lengua latina *ego amo Deum*, de donde resultó, que de considerar estas tres partes que en la latina se hallan, diessemos estas mesmas a la castellana: y esto es lo que comunmente llaman construir. O quando por el contrario considerando estas mesmas partes que se hallan en la castellana, diéremos estas mesmas partes a la latina, y esto se llama componer (Villar 1997 [1651]: 60).

Como el propio autor indica, la construcción extrínseca no tiene cabida en la gramática de la lengua propia¹²⁷. Su tratado sintáctico atenderá, por tanto, a la construcción de las ocho partes de la oración en el ámbito del español. Sin embargo, en tanto que plantea su obra también como preparación para la

¹²⁵ Sobre la *grammatica proverbiandi*, ha de consultarse Calvo y Esparza (1993) y la monografía de Calvo (2000). Sobre su pervivencia e influencia en nuestra gramaticografía, latina y romance, desde la Edad Media hasta el Siglo de Oro, véase Ridruejo (1977), Esparza (2002a), (2002b) y (2006).

¹²⁶ Distinción muy oportuna desde el punto de vista metodológico y didáctico, y –a decir de Esparza (2002a: 96)– original, pues no se halla en ningún otro gramático de la época.

¹²⁷ “Esta construccion extrínseca solamente se estudia, quando alguno pretende adquirir de nuevo la noticia de alguna lengua que no sabe, como con la sintaxi de la lengua latina lo pretendemos, quando estudiamos esta lengua. Tratamos pues en esta segunda parte, de la construccion intrínseca que las partes de la oracion Castellana pueden tener entre si, no de la exemplar, o extrínseca” (Villar 1651: 60-61).

adquisición posterior del latín, es comprensible que, en múltiples ocasiones, acuda a la práctica de la traducción inversa, o composición de frases latinas a partir de la correspondiente frase romance, especialmente en aquellos aspectos que entrañaban cierta dificultad por las diferencias existentes entre ambas lenguas¹²⁸:

Y quando a el comun modo de hablar en que se dize que el *que* nos lleva a infinitivo; se note, que esto se debe entender según la construccion extrinseca de nuestras noticias, no según la intrinseca de quien tratamos en el num. 113. y es dezir, que en esta oracion Española *creo que irè a Roma*, no se halla el infinitivo de el verbo *ir*, si se considera según las palabras, de que en nuestra lengua se compone, que es en lo que consiste la construccion intrinseca, aunque si la consideramos en orden a las que en la latina se le daran, quando en ella se vuelve, se hallara el infinitivo de el verbo *irè*, como se halla en las oraciones latinas que responden a nuestras Españolas con *que*, y diremos, *credo me iturum esse Romam* (Villar 1997 [1651]: 77-78).

Así pues, como “Magister Latinitatis”, Villar era buen concedor de estas prácticas docentes, arraigadas en la enseñanza del latín, y a su servicio pone buena parte de los contenidos desarrollados en la sintaxis, orientados, en gran medida, a proporcionar los conocimientos indispensables que permitieran al alumno llevar a cabo la traducción de oraciones elementales del castellano al latín, práctica en la que, además, la pedagogía jesuítica hacía especial hincapié¹²⁹. En función de ello, asigna a la sintaxis la tarea de enseñar “cómo estas voces se pueden juntar para componer oraciones, o noticias”

¹²⁸ Aspectos señalados por el propio autor en el Prólogo: “en las declinaciones, y conjugaciones, uso de preposiciones, y de circunloquios, son notablemente desemejantes”. De hecho, este tipo de referencias contrastivas castellano-latín son muy abundantes en los capítulos dedicados a la construcción de los circunloquios (así denomina los tiempos compuestos y las perífrasis), especialmente en lo referente a la construcción del infinitivo, gerundio y participio. De ellas se sirve para explicar la construcción latina desde el marco de la oración castellana, a la par que muestra la peculiaridad de esta lengua, como puede verse: “De donde inferimos, que quando estos circunloquios con de se vuelven en la lengua latina, a este circunloquio *yo avia de amar*, o *yo tenia*, (que es lo mesmo) no à de responder e el circunloquio latino *ego amaturus fueram* porque este es de preterito mas que perfecto en la lengua latina, y el que se tomó de la Castellana, es preterito imperfecto: y de la mesma suerte, *yo aya o tenga de amar*, no pide *ego amaturus fuerim*, porque este es de preterito perfecto, y aquel presente” (Villar 1997 [1651]: 76-77).

¹²⁹ Así se deduce de la insistencia con que se alude a ella en la *Ratio Studiorum*. Las referencias son numerosas y aparecen sobre todo en las reglas relativas a los ejercicios que debían realizar los alumnos de los tres niveles de gramática, aunque lógicamente según el grado de dificultad requerido por cada uno de ellos. Aunque el aprendizaje de la Sintaxis se ejercía fundamentalmente en la “clase media de Gramática”, era una enseñanza escalonada, en tanto que en la “clase ínfima” ya se transmitían las nociones elementales y en la “clase suprema” se repasaba lo aprendido en el nivel inferior (*vid.* Ponce de León 2000 y 2001: LVI-LVIII). Esto justifica la presencia de estos ejercicios en los tres niveles. *Vid.*, por ejemplo, los de la clase ínfima: “[...] pasar al latín en dictado en lengua vernácula, ejercitando las reglas de sintaxis” (Gil (ed.) y C. Labrador et alii 1992: 251; *cf.* pp. 237 y 243). De ello habían de ser también examinados: “Luego propóngaseles a los gramáticos algo en lengua vulgar para que lo pasen de seguida al latín” (*ibid.*, 169). E, igualmente, constituía de una de las pruebas de los certámenes “[...] preguntarse mutuamente la traducción al latín, conforme a las reglas de sintaxis, de frases en lengua vulgar” (*ibid.*, 253).

(p. 2)¹³⁰. Llevar esto a cabo requiere el conocimiento de los más elementales principios estructuradores de la oración romance para, si es el caso, poder ser transvasados, con las adaptaciones pertinentes, a la oración latina. De su exposición y tratamiento se ocupa en el tratado II dedicado a la construcción, que define como “la unión o colocacion que las partes de la oracion entre si mismas pueden tener, segun las reglas de la gramatica” (p. 59).

Los principios de naturaleza sintáctica que fundamentan la construcción de las palabras en la oración son la concordancia y el régimen¹³¹, que Villar expone con la gramática latina como marco de referencia, aunque intentando siempre buscar la equivalencia con las peculiaridades del castellano:

Después de la construcción, que consiste en las concordancias, que las cuatro primeras partes de la oracion pueden tener entre si; se sigue la de los casos, que a algunas partes de la oracion se an de dar: y es de quien la sintaxi latina trata de principal intento. Mas porque no tenemos casos los Españoles, tratara la nuestra de las preposiciones, pues por ellas conseguimos lo que por sus casos los latinus (Villar 1997 [1651]: 82).

¹³⁰ “Tal expresión, en su conjunto [...], tiene un significado concreto en la tradición gramaticográfica hispánica: se refiere a los ejercicios con que el maestro enseñaba a construir oraciones a los alumnos. Por medio de este ejercicio se entrenaban en la tarea de la traducción desde el romance al latín. ‘Componer’ es, en fin, un verbo con un significado denotativo muy preciso, pero cargado de connotaciones: las propias de una práctica escolar varias veces centenaria” (Esparza 2002a: 95). Práctica de la que se hace eco también Jiménez Patón en su gramática latina, concretamente en la sección con que la finaliza, titulada *Regla de la construcción*: “Construcción es una recta composición de las partes de la oración, según el regimiento dellas y el buen sonido. Esto es así en latín como en romance, mas ya –largamente hablando– los grammáticos llaman *construcción* al conuertir de latín en romance y *composición* al conuertir de romance en latín. Siendo así que lo uno y lo otro se dize propiamente construcción o composición” (en Madroñal 2003: 251). Señala Madroñal al respecto (*ibid.*, 214) que la obra tiene como destinatarios a los jóvenes estudiantes y, en relación con ello, considera que la última parte de las *Instituciones Gramaticales* “más parece una serie de ejemplos prácticos para la correcta traducción del latín al castellano y para la composición de frases latinas que desde luego decide el tono anterior observado en la exposición de los hechos gramaticales, mucho más riguroso y científico”.

¹³¹ Relaciones sintácticas que se complementan con las de “unión natural” y “unión accidental”, por medio de las cuales Villar da cuenta de qué tipo de palabras son susceptibles de combinarse entre sí desde el punto de vista morfosintáctico. A pesar de ser nociones propiamente sintácticas, Villar las recoge en el tratado IV dedicado a la Ortografía, porque las plantea para determinar la correcta utilización de los signos de puntuación en relación con la apropiada división de los elementos de la cláusula: “El inciso se nota de esta manera (,) y con él se parte la cláusula en sus partes mas menudas, para cuya inteligencia se note que las partes de la oracion quando se juntan a componerla unas vezes es con union natural qual se puede llamar, la que es conforme a la naturaleza de cada qual, y otras con union accidental: y porque es natural la que se halla entre el sustantivo, y adjetivo, con quien va, y entre la interjecion, y toda la oracion, [de nombre y verbo, verbo y adverbio, preposicion y caso] de ay es que entre ellas no ay necesidad de coma o inciso como se ve en esta noticia *Pedro ama a Dios fervorosamente*” (Villar 1997 [1651]: 150). (El fragmento de la cita encerrado entre corchetes está omitido en el texto, pero se añade en la fe de erratas).

Y así, tras el tratamiento de las concordancias¹³², se ocupa de la construcción de las preposiciones¹³³, en tanto que cumplen la misma función de los casos latinos. Villar es plenamente consciente de que en castellano no hay declinación, pero sí es común a ambas lenguas la necesidad de expresar “el oficio que en la oracion exercitan los nombres”:

Dixose concertar *en oficio* en lugar de el caso, en que los latinos dizen concertar sus adjetivos con los sustantivos: porque nosotros no tenemos casos. Mas porque los casos en la lengua que los usa, se ordenan a significar al oficio [esto es la habitud o respeto] que exercita el nombre: como si dixemos de persona que haze, padece, posee, recibe daño o provecho &c. La distincion que nuestras concordancias no pueden tomar de los casos, la deben tomar de el oficio que en la oracion exercitan los nombres, de que constan (Villar 1997 [1651]: 62).

De ahí que sustituya el término *caso* por el de *oficio* y que atribuya al sustantivo precedido de una determinada preposición los valores significativos que la tradición gramatical latina asignaba a cada uno de los casos:

Regla I. siempre que el nombre haze en la oracion oficio de persona que posee (que es lo mesmo que significar cuya es alguna cosa) á de tener la preposicion *de*, como quando dezimos: *esta ley es de Dios* [...]. Regla segunda. Quando el nombre significa, o denota adquisicion, que es lo mesmo que ser la persona a quien viene daño, o provecho, o para quien es la cosa, se le dan las preposiciones *a* o *para* como quando dezimos, *da a luan esta carta, esta carta es para Pedro*. [...] Tambien la preposicion *a* se da a la persona que padece, quando es nombre proprio, como quando dezimos *Francisco ama a Dios y enseña a luan* [...] (Villar 1997 [1651]: 82-85).¹³⁴

El caso, entendido sintácticamente como “oficio”, es una categoría común a ambas las lenguas, como también lo son las funciones semánticas de cada uno de los casos u oficios, con independencia de cómo se expresen en cada

¹³² “Las concordancias son tres de sustantivo y adjetivo, relativo y antecedente, nombre y verbo. El sustantivo y adjetivo conciertan en genero, numero, y oficio. [...] El relativo y antecedente conciertan en genero y numero [...] y el nombre y verbo conciertan en numero y en persona” (Villar 1997 [1651]: 62-63).

En los capítulos que dedica a desarrollar la concordancia entre el sustantivo y el adjetivo trata la aparente discordancia de género que se produce en las formaciones del tipo *el alma, el agua*, a propósito de lo cual aborda el uso de los artículos (que él considera pronombres demostrativos) y de los pronombres personales (o relativos), entre los que establece una relación análoga –salvando las distancias– a la postulada por Bello (*vid.* en Martínez Gavilán 2004). En lo que se refiere a la concordancia entre el relativo y su antecedente, describe las “equivocaciones” en el uso de las formas pronominales átonas (*lo, la, le*), calificando de “vicios” o “descuidos” el laísmo y el leísmo. Finalmente, bajo el marco de la concordancia del nombre y el verbo, se ocupa de los circunloquios. Su presencia en el tratado sintáctico tal vez se explique por el hecho de interesarse Villar más bien por la descripción de su composición, entendida como la unión o combinación de palabras (una forma verbal conjugada y una forma no personal).

¹³³ Cuestión a la que dedica varios capítulos, seguidos de otro, muy breve, titulado “De la construccion de el adverbio, la intergecion, y conjuncion”. A pesar de aludir al resto de las partes invariables, en realidad solo hay en él escuetas observaciones sobre el adverbio.

¹³⁴ La ausencia de preposición es lo propio del nombre cuando su oficio es significar “persona que haze por activa, o que padece por pasiva, pues entonces concuerdan con el verbo” (p. 86). Se trata, en definitiva, del valor específico del nominativo.

una de ellas, sea a través de un procedimiento flexivo (la declinación), sea a través de un procedimiento sintáctico (las preposiciones).

En definitiva, para Villar las relaciones que regulan la construcción de las palabras en la oración tienen carácter universal, como lo sugiere la intención generalizadora (expresada por medio un impersonal “se inventó”) que, a veces, imprime a sus explicaciones, en las que desliga los principios sintácticos (unión, concordancia y rección) de una lengua concreta y los eleva a un plano general:

[...] un nombre substantivo no se inventó para juntarse con otro, sino para ser sujeto de el adjetivo, y para ser supuesto de el verbo: y el verbo no se inventó para juntarse con otro, sino concordar con el supuesto, y para regir los casos que cada cual (segun su especie) pide (Villar 1997 [1651]: 151).

Por último, la aplicación de estos principios constructivos precisa, además, del conocimiento de la estructura oracional. Con ese fin, Villar ofrece una somera relación de oraciones o noticias, descritas a partir de sus constituyentes elementales sintáctico-semánticos:

Las noticias y oraciones [...] son cinco, dos de activa, y dos de passiva, y una de verbo impersonal. La primera de activa tiene persona que haze, verbo, y persona que padece, como *yo amo las virtudes*. La segunda de activa trae solamente persona que haze, y verbo, como *yo amo*. La primera de passiva es en la que es supuesto de algun verbo passivo el nombre, que fue persona paciente en la activa: y en quien la persona agente que en la activa no tuvo preposicion, se le da la preposicion *de*, o *por*: como *las virtudes son amadas de mi*, o *por mi* [...]. La de verbo impersonal es en la que se pone el verbo solo sin persona que haze ni que padece: como *dizese, dicho es* (Villar 1997 [1651]: 29-30)¹³⁵.

Todo este conjunto de observaciones y reglas sintácticas, relativas a las concordancias, los valores significativos de los casos y la tipología de oraciones o noticias –de que aquí nos hemos ocupado someramente–, permiten vincular nuevamente a Villar con la tradición de la gramática contrastiva latín-español, pues se documentan ya en los textos Bajo-Medievales, reaparecen en las gramáticas pre-humanistas y se recogen, reelaboradas y ampliadas, en las gramáticas renacentistas latinas de carácter escolar influidas por el método *proverbiandi* (Esparza 2002a y 2002b), como es el caso del *Arte* reformado. De una de ellas en concreto, los *Principios de la gramática latina* de Juan Sánchez (Sevilla, 1586), pudo servirse el padre De la Cerda en la redacción del capítulo titulado “Algunos preceptos más comunes, y faciles, para que los principiantes comiencen à hazer oraciones” (*vid.* Martínez Gavilán 2007), situado tras la

¹³⁵ La morfología, y concretamente el capítulo dedicado a los accidentes del verbo, es el lugar en que Villar introduce esta tipología oracional. Su presencia aquí puede deberse a que le interesa ante todo mostrar la distinción entre el verbo activo, pasivo e impersonal (distinción que responde al accidente voz), que efectúa no solo a partir de sus propiedades formales, sino también sintácticas, esto es, teniendo en cuenta sus posibilidades combinatorias, en función de las cuales presenta dicha tipología.

presentación de los paradigmas nominales y verbales y destinado, como su propio título indica, a proporcionar las nociones de carácter elemental para la iniciación en la sintaxis del latín¹³⁶. Dichas nociones coinciden con las que Sánchez recoge en una sección análoga bajo la indicación de “Suma de las cosas, que deven saber los principiantes para començar a hazer Oraciones¹³⁷” y son, a su vez, fuente de inspiración para Villar, tanto en los contenidos, como en la orientación escolar que imprime a su sintaxis¹³⁸.

Así pues, y a semejanza de lo percibido a propósito de la morfología, la doctrina sintáctica de Villar ha de ser puesta en relación con el *De institutione grammatica*, especialmente en aquellos aspectos en que el padre De la Cerda se muestra cercano a los planteamientos de cariz más tradicional. Es esto, justamente, lo que se constata a propósito de la construcción figurada, materia que Villar aborda en los últimos capítulos del tratado sintáctico, en los que adopta como punto de referencia los contenidos que dan fin al libro IV, dedicado a la construcción, del *Arte* reformado. Frente a lo observado en el tratamiento de la *constructio iusta*, es preciso hacer notar la ausencia, a

¹³⁶ Dado el enfoque escolar de las *Instituciones Gramáticas* no es de extrañar que Jiménez Patón incorpore algunos de los contenidos de esta sección del *Arte* reformado. Así, tras el tratamiento de cada una de las partes de la oración, y previamente a la exposición de las concordancias, introduce la clasificación de oraciones o noticias, si bien las presenta con algo más de detalle que en el *Arte* reformado: “Hasta aquí hemos dicho de las partes de la oración sueltas, aora digamos de lo que de ellas se compone, que es la oración, a quien los gramáticos llaman noticia. Las noticias son cinco: una de actiua, otra de pasiuua, tercera, segunda de actiua; quarta, segunda de pasiuua; quinta, la que se haze en el verbo impersonal y la del verbo sustantivo, que es particular. La primera de actiua es la que trae el verbo de voz actiua, la persona que haze en nominatiuo, verbo concertado y acusativo por persona que padece o cosa que haga las partes del acusatiuo [...]” (en Madroñal 2003: 247-248). La inclusión en esta relación de las oraciones impersonales no entra en contradicción con lo que había sostenido al autor anteriormente acerca de estos verbos (*vid.* en la nota 80), pues aclara aquí que “La de verbo impersonal ya diximos que es la que se haze por alguno de los verbos que llamamos impersonales, aunque los infinitiuos se pueden reducir al verbo de quien vinieren, sabiendo que su supuesto es acusatiuo, como en el personal el nominatiuo”.

¹³⁷ Véase la clasificación de oraciones presentada por ambos autores, en la que se constata la reproducción literal por parte del padre De la Cerda de las observaciones y ejemplos de Sánchez: “Las Oraciones o noticias de la lengua Latina son cinco: dos de activa, dos de Passiva, i una de verbo Impersonal. La primera de Activa es aquella, que trae Nominativo de persona, que haze, i verbo, i Acusativo de persona, que padece; ut *Magister docet pueros; El maestro enseña a los niños*. La segunda de Activa es aquella, que trae Nominativo, i verbo tan solamente; ut *Magister docet; El maestro enseña*. La primera de Passiva es, la que trae Nominativo de persona que padece, i verbo, i ablativo con preposicion a vel *ab* de persona, que haze: ut *pueri docentur a Magistro* [...]. La segunda de passiva es aquella, que no tiene mas que Nominativo de persona, que padece, i verbo; ut *pueri docentur* (Sánchez 1586: fol. 66). “Las Noticias, ò Oraciones, son quatro, dos de activa, y dos de passiva. La primera de activa trae nominativo de persona que haze, y Verbo, y Acusativo de persona que padece, como *Magister docet pueros*. La segunda de Activa trae solamente Nominativo de persona que haze, y Verbo, como *Magister docet*. La primera de passiva trae Nominativo de persona que padece, y Verbo, y Ablativo con preposicion, *A*, vel *Ab*, como *Pueri docentur à Magistro*. La segunda de passiva trae solamente Nominativo de persona que padece, y Verbo, como *Pueri docentur*” (De la Cerda 1643: 54).

¹³⁸ Además de las similitudes que se pueden observar en la relación de noticias, compárese también el texto de Villar sobre la construcción de las preposiciones, recogido más arriba, con el fragmento del *Arte* reformado sobre el uso de los casos: “En Nominativo ponemos la persona que es, ò dize, ò haze por activa, y la que padece por pasiva. En Genitivo, cuya es la cosa, con este Romance, *De*. En Dativo, à quien viene daño, ò provecho, con este Romance, *Para*. En Acusativo la persona que padece por activa [...]” (De la Cerda 1643: 53). Es probable que Villar se hubiera basado directamente también en el texto de Juan Sánchez, con el que guarda no pocas similitudes. De él pudo haber tomado el término *oficio*, presente también en su obra (“Los oficios de los casos”, fol. 67). Así mismo, coinciden ambos en incluir en la relación de oraciones o noticias las de verbo impersonal, a diferencia del padre De la Cerda, que las omite de su tipología, tal vez influido por la doctrina del Brocense.

este respecto, de los planteamientos del Brocense, pues el padre De la Cerda se limita a adoptar, refundida y abreviada, la doctrina de Álvares, tanto en lo que se refiere a la concepción de la *constructio figurata*, como en la relación y definición de las figuras presentada por el gramático portugués¹³⁹. Villar, como en otras ocasiones, se limita a trasvasar al *Arte de la lengua española* los conceptos y nociones relativos a las figuras de construcción y dicción procedentes en su totalidad del *Arte* reformado (y, por ende, del manual alvaresiano), aunque sustituyendo normalmente los ejemplos latinos por otros castellanos, como puede verse en la selección que presento a continuación¹⁴⁰:

M. ÁLVARES: DE INSTITUTIONE GRAMMATICA LIBRI TRES	J. L. DE LA CERDA: DE INSTITUTIONE GRAMMATICA LIBRI QUINQUE	J. VILLAR: ARTE DE LA LENGUA ESPAÑOLA
Est enim figura noua loquendi ratio a trito et vulgari sermone remota, quae fere ratione aliqua nititur (p. 475).	Est enim figurata noua loquendi ratio, à trito & vulgari sermone remota, quae fere ratione aliqua nititur (p. 174).	La figurada es un nuevo modo de hablar apartado de el tribal y comun, que casi se funda en razon (p. 90).
Prolepsis est cum dictio aliqua totum significans praecessit, quae rursus in partibus intelligitur neque explicatur, ut <i>Duo reges Romam auxerunt, Romulus bello, Numa pace</i> (p. 484).	Prolepsis est cum dictio aliqua totum significans praecessit, quae rursus in partibus intelligitur, neque explicatur, ut <i>Duo Reges Romam auxerunt. Romulus bello, Numa pace</i> (p. 175).	La quarta es, quando en la oracion precede alguna dicion, que significa el todo; la qual despues se divide en sus partes, como quando dezimos, <i>Dos reyes amplificaron a Roma: Romulo en la guerra y Numa en la paz</i> (p. 94).
Enallage figura est cum pars una orationis pro alia ponitur. Cic., Att., lib. 13: <i>Quam turpis est assentatio, cum uiuere ipsum turpe sit nobis!</i> (p. 476).	Enallage, figura est cum pars vna orationis pro alia ponitur, Cic., Ad Attic. <i>Quam turpis est assentatio, cum viuere ipsum turpe sit nobis: ubi, viuere, pro vita ponitur</i> (p. 174).	la Enalage consiste en tomar una parte de la oracion por otra, como quando se dize, <i>indigna cosa es adular a el que tiene por afrenta el vivir</i> , donde el <i>adular</i> , y <i>vivir</i> se toman por <i>la adulation</i> , y <i>la vida</i> (pp. 94-95).
Apocope fini dictionis aliquid detrahit, ut <i>tuguri</i> pro <i>tugurii</i> (p. 600).	Apocope fine dictionis aliquid detrahit, ut <i>Tugurii</i> pro <i>Tugurii</i> (p. 65).	La tercera llamamos Apocope, y se comete, quando a la dicion le quitamos alguna silaba de el fin, como quando el Poeta latino dixo, <i>tuguri</i> , en lugar de <i>tugurii</i> (p. 92).

¹³⁹ Las coincidencias del *Arte* reformado con la *Minerva*, si las hubiere, se explicarían por el hecho de basarse tanto el Brocense como Álvares en la misma fuente: el planteamiento de Linacro, cuya doctrina fue adaptada y modificada en mayor o menor medida por ambos autores. *Vid.* Colombat (1993: 209-217) y Sánchez Salor (2002: 561-564).

¹⁴⁰ La referencia a la *razón* efectuada por Villar en la definición de la construcción figurada es, precisamente, lo que motivó su vinculación con el planteamiento logicista del Brocense sostenida por Lázaro Carreter (1985 [1949]: 151-152). Pero, como puede verse, el autor está traduciendo al castellano la fórmula definitoria recogida en el *Arte* reformado, precedente, palabra por palabra, de la obra de Manuel Álvares.

En definitiva, no hay en la doctrina sintáctica de Villar, huella alguna del racionalismo de corte sanctiano¹⁴¹. Aun así, es preciso recordar que se le ha relacionado con el Brocense por su tratamiento de la construcción figurada, atribuyéndole una aplicación próxima o análoga del principio de la elipsis como procedimiento explicativo de ciertas construcciones oracionales (Esparza 2002a: 103) y como mecanismo para establecer su estructura racional (Yllera 1983: 655 y 658), interpretación que, desde mi punto de vista, debe ser objeto de revisión.

Por un lado, hay que tener en cuenta la fidelidad de Villar a las fuentes de que parte, cuyos planteamientos de la construcción figurada no parecen responder al enfoque de carácter racionalista característico de la *Minerva*¹⁴². Por otro lado, si analizamos su concepción y aplicación de la elipsis, veremos que carece del valor explicativo que posee en manos del Brocense e incluso de Correas:

[...] la oracion está imperfecta quanto a su gramatica, como quando se comete la figura eclipsi, y tambien quando la ceuma, como descanso ninguno, trabajos quantos quisieredes, donde se suple en todas el verbo ay por la figura eclipsi, y quando dezimos: La virtud nunca, el vicio siempre crece, donde en la primera por la ceuma se toma el verbo crece de la segunda (Villar 1997 [1651]: 153).¹⁴³

Para Villar las figuras son mecanismos puramente descriptivos, por medio de los cuales da cuenta de una anomalía respecto a lo preceptuado por las reglas gramaticales que configuran la “construcción propia”. En este caso, se refiere a la ausencia de un elemento que impide a la oración ser perfecta “quanto a su gramatica” y que hay que sobrentender para que la oración esté “llena” semánticamente, pero no llega a sostener la necesidad de recuperar o restituir formalmente los elementos elididos para restablecer la estructura

¹⁴¹ A similar conclusión llegan Hernández Sánchez y López Martínez (1997: 201) tras el análisis de los contenidos de su tratado sobre la construcción. En relación con el tema del racionalismo en la obra de Villar, Esparza (2002a: 104-105) ha puesto de relieve las semejanzas existentes con determinados puntos fundamentales de las doctrinas expuestas por los autores de Port-Royal, como son el empleo del término ‘proposición’ (en lo que Villar se anticipa a Benito de San Pedro) y la alusión, en la caracterización del verbo, a las “enunciaciones o afirmaciones” que este hace del nombre o sujeto, aspecto también destacado por Lliteras (2003: 209).

¹⁴² En lo que respecta al enfoque dado por Álvares a esta cuestión, Ponce de León (2001: CLII, n. 114) ha señalado que su inclusión de la construcción figurada en el sistema sintáctico “no nos parece que obedezca, como ocurre en la *Minerva* de Sánchez de las Brozas, a criterios estrictamente lingüísticos –en el sentido de justificar sistemáticamente con determinadas figuras, como la elipsis, la teoría gramatical– sino pedagógicos, esto es, el discente debe aprender a escribir y hablar de forma correcta en términos gramaticales y estilísticos”. Señala además este autor que Álvares parece identificar el término *ratio* con los preceptos gramaticales (*ibid.*, CXXX, n. 30).

¹⁴³ *Id.* también: “La eclipsi, cometese quando la parte que falta a la oracion, se toma de fuera de todo el periodo, o escriptura, como quando dezimos, *Buenos dias buenas noches, buen viaje*, donde se suple os *dé Dios*. La segunda es la zeuma: cometese quando lo que falta en la noticia, se toma de lo mas cercano, sin mudar ninguno de sus accidentes, como quando dezimos: *Homero fue el Principe de los poetas Griegos: y Virgilio de los Latinos*, pues para estar llena esta segunda oracion se toma de la antecedente: *Fue Principe de los Poetas*” (Villar 1997 [1651]: 93-94).

sintáctica de la oración en su integridad, por lo que no creo que las figuras tengan las implicaciones de orden gramatical que veíamos en la obra de Correas.

Finalmente, a todo ello hay que añadir que Villar no es partidario de determinadas propuestas del Brocense –recogidas en el *Arte* reformado–, basadas precisamente en la aplicación del principio de la elipsis, que él rechaza tanto para el latín como para el castellano. Tales son la reducción de los verbos neutros a la categoría de activos y la regencia del ablativo (incluido el ablativo absoluto) siempre por parte de una preposición expresa o tácita:

Contra esta division [del verbo en sustantivo, neutro, activo, pasivo y común] se puede oponer (lo que el arte de Antonio ultimamente reformado, opone a ella mesma, hecha en los verbos latinicos) que como segun buena filosofia, no ay verbo alguno, que puesto en la oracion, no denote accion, todos seran verbos activos: por tanto no ay para que dividir a el verbo en activo y neutro; o otra cualquiera especie que lo distinga contra el verbo activo. [...] Respondese, que [...] ni el gramatico latino tiene para que dar reglas para dar a sus verbos neutros estos acusativos, ni el Español tampoco tiene para que darlas (Villar 1997 [1651]: 26-28).¹⁴⁴

[...] lo que los latinicos llaman ablativo absoluto, como *Reinando Felipe, escribiendo Pedro*, pues ni aun en la lengua latina pende de preposicion tacita ni expresa (Villar 1997 [1651]: 87).¹⁴⁵

Así pues, y como confirmación de lo que percibíamos tras el análisis de su doctrina morfológica, Villar adopta como marco configurador de su tratado gramatical la preceptiva del *De institutione grammatica*, excepto en aquellos aspectos en que el padre De la Cerda acoge los planteamientos sanctianos, lo que prueba su preferencia por un enfoque gramatical de signo más tradicional.

¹⁴⁴ Esta es la única ocasión en que Villar hace referencia directa al *Arte* reformado, pero para mostrar disconformidad con su propuesta, expuesta detalladamente en las notas y aplicada en las reglas de la preceptiva. *Vid.*, por ejemplo, la defensa de la propuesta sanctiana situada como preámbulo de los preceptos: “Antes de entrar en el verbo que llaman ordinariamente Neutro, aduierte que, ay muchos hombres doctos, que con grande razon piensan que no ay estos verbos, antes que todo son Actiuos. La razon es [...] que su accion no passa mas que à un Acusatiuo, que llaman Cognatae significationis” (De la Cerda 1643: 119).

¹⁴⁵ *Vid.* cómo el planteamiento con el que muestra su desacuerdo es el sostenido en los preceptos del *Arte reformado*: “Omnibus verbis addi potest Ablatiuus is, qui vulgo Absolutus dicitur, qui tamen reuera pendet à praepositione, ut *Rege Philippo pax floret*, id est, sub *Rege Philippo*” (De la Cerda 1643: 129). También rechaza Villar (1997 [1651]: 84) la necesidad de la preposición en los acusativos y ablativos de lugar (*venio Romam Brundusio*), afirmando al respecto “quanto yerran algunos maestros de latinidad, que quieren probar, que ambos casos estan pendientes de preposicion tacita”. Se está refiriendo a la doctrina sanctiana introducida por el padre De la Cerda en las reglas del *Arte* reformado relativas a las *nomina localia*: “Cum per Unde fit interrogatio, [...] utemur Ablatiuo tacita, vel expressa praepositione, ut *Venio Roma, Brundusio* [...]. Quando per Aduerbum, *Quo*, fiat interrogatio, nomina propria [...] redduntur in Accusatiuo, tacita, vel expressa praepositione, ut *Eo Romam, Brundusium* [...] vel *ad Romam, ad Brundusium*” (De la Cerda 1643: 135-136).

4. CONCLUSIÓN

El objetivo de este trabajo ha sido mostrar la influencia del Brocense en las obras de Jiménez Patón, Correas y Villar, para lo cual hemos analizado los aspectos de su doctrina gramatical considerados de carácter racional por estar inspirados en los presupuestos lógico-gramaticales propios de la *Minerva*.

Las referencias directas, aunque escasas, efectuadas por los dos primeros al maestro de las Brozas, inequívocamente indican el conocimiento de su pensamiento gramatical por parte de ambos autores, lo que, en el caso de Correas, se ve reforzado por el hecho de haber recibido sus enseñanzas, probablemente en su etapa de colegial del Trilingüe salmantino. Sin embargo, no hay ni una mención a la *Minerva* o a su autor en el *Arte de la Lengua Española* de Villar, a pesar de lo cual nos consta que tuvo acceso a su doctrina a través de las notas que complementan la preceptiva del *Arte* reformado, versión de las *Introductiones Latinae* de Nebrija llevada a cabo por el padre De la Cerda. De esta obra se sirvió también Jiménez Patón en la redacción de las *Instituciones Gramaticas*, cuyas reglas y explicaciones adapta después al estudio y descripción del español.

Así pues, ¿cuál es la presencia en las artes castellanas de los innovadores presupuestos de carácter racional con que el Brocense llevó a cabo una renovación de la gramática latina? Son muchas las analogías doctrinales, e incluso textuales, percibidas en las obras de Jiménez Patón y Correas con puntos esenciales de la doctrina sanctiana. En lo que respecta al primero, se constata la asunción casi en su totalidad de los criterios determinantes del análisis de las clases de palabras, aspecto al que se reducen básicamente las observaciones que componen las *Instituciones de la gramática española*. Esta fidelidad no ha podido apreciarse en los capítulos correspondientes a la etimología del *Arte de la lengua española castellana* de Correas, quien, a pesar de introducir los postulados sanctianos, no los lleva hasta el final al aunarlos con los procedentes de la *Gramática Castellana* de Nebrija. Sin embargo, en lo referente a la construcción, si bien es perceptible también la presencia de la obra nebrisense, los principios sintácticos de la *Minerva* son su hilo conductor.

Frente a lo detectado en estos dos autores, apenas hemos encontrado huellas del Brocense en el *Arte de la Lengua Española* de Juan Villar: hay sólo algunos atisbos de su doctrina en el tratamiento de las partes de la oración, pero siempre presentados en conjunción con los criterios derivados de la orientación tradicional, más arraigada en la didáctica del latín. Tal vez la necesidad de acomodar la gramática española a los cauces por los que discurría la enseñanza y descripción gramatical de la lengua latina, motivada por la orientación propedéutica que otorga a la obra, justifique su inclinación hacia los postulados propios del enfoque filológico, esto es, la doctrina, en

parte nebrisense y fundamentalmente alvaresiana, que configura la preceptiva de los *De institutione grammatica libri quinque*. De ella adopta el trasfondo conceptual sobre el que construye su gramática del castellano, en tanto que la concibe como preparación para el estudio posterior del latín a través del *Arte* reformado.

Debido a su refrendo oficial, esta obra, no solo consiguió mantener vivos los postulados de la *Minerva*, sino que también salvaguardó en la enseñanza de la gramática latina el corpus doctrinal específico de la orden jesuítica, lo cual cobra especial relevancia si tenemos en cuenta que tanto el Brocense como Manuel Álvarez se habían visto eclipsados por la poderosa influencia de Nebrija. Pero, a la vez, actuó como vía de transmisión de los planteamientos de ambos autores a la gramática española. Así lo han atestiguado Villar y Jiménez Patón, maestros de latinidad, que lo adoptan en buena medida como fuente, directa o indirecta, de sus tratados gramaticales castellanos, decantándose, respectivamente, bien por la doctrina alvaresiana que configura la preceptiva, o bien por la sanctiana vertida en sus notas. Por todo ello, considero al *Arte* reformado obra de importancia capital para reconstruir adecuadamente la historia de la transmisión de las ideas gramaticales y pieza ineludible para explicar las imbricaciones entre la gramaticografía latina y castellana en la época estudiada.

En definitiva, una aplicación rigurosa del concepto de influencia, basado, no en aparentes analogías o coincidencias terminológicas—bajo las que pueden subyacer planteamientos diferentes o presupuestos teóricos discrepantes—, sino en sólidos paralelismos doctrinales, nos ha de llevar a establecer una clara y tajante distinción entre las obras de Jiménez Patón, Correas y Villar en relación con el tema que nos ha ocupado, pues solo los dos primeros actúan en buena medida, aunque en distinto grado, bajo la inspiración de los postulados racionalistas sanctianos. En consecuencia, creo que no es posible sostener la inserción del *Arte de la Lengua Española* de Villar en la corriente de la gramática racional, en la que sí se integran, aunque con las precisiones aquí efectuadas, las *Instituciones de la gramática española* de Jiménez Patón y las *Artes* castellanas del maestro Gonzalo Correas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fuentes primarias

ÁLVARES, Manuel. 2001[1572]. *De institutione grammatica libri tres* (cf. PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. 2001).

CERDA, Juan Luis de la, S. I. *Aelii Antonii Nebrisensis, De Institutione Grammaticae, Libri Quinque. Iussu Philippi III Hispaniarum Regis Catholici nunc denuò recogniti*. Matriti: Ex Typographia Didaci Diaz de la Carrera, Anno 1643.

CORREAS, Gonzalo. 1954[1625]. *Arte de la lengua española castellana*. Edición y prólogo de Emilio Alarcos García. Madrid: CSIC.

CORREAS, Gonzalo. 1984[1627]. *Arte Kastellana*. Introducción, edición y notas por Manuel Taboada Cid. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.

JIMÉNEZ PATÓN, Bartolomé. 1965[1614]. *Epítome de la ortografía latina y castellana. Instituciones de la gramática española*. Estudio y edición de A. Quilis & J. M. Rozas. Madrid: CSIC.

JIMÉNEZ PATÓN, Bartolomé. *Instituciones Gramáticas* (CF. MADROÑAL, Abraham. 2003. 236-253).

NEBRIJA, Elio Antonio de. 1532[1481]. *Introductiones in latinam grammaticem*. Hispalí, in aedibus Ioannis Varela Salmanticens[sem]. Ed. facs. disponible en <<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01482963434583854112257/index.htm>>

NEBRIJA, Elio Antonio de. 1980[1492]. *Gramática de la Lengua Castellana*. Estudio y edición de A. Quilis. Madrid: Editora Nacional.

ROBOREDO, Amaro de. 2007[1615]. *Verdadeira grammatica latina, para se bem saber em breve tempo, scrita na lingua portuguesa com exemplos na latina*. Edição facsimilada com prefácio de Amadeu Torres e estudo introdutório de G. Fernandes, R. Ponce de León & C. Assunção. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

SÁNCHEZ, Juan. 1586. *Principios de la gramatica latina*. Sevilla: Andrea Pescioni & Juan de León.

SÁNCHEZ DELAS BROZAS, Francisco. 1975[1562]. *Minerva*. Introducción y edición de E. del Estal Fuentes. Salamanca: Universidad de Salamanca.

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco. 1995[1587]. *Minerva o De causis linguae latinae. Libri I, III, IV* introducción y edición de Sánchez Salor. *Liber II* edición de C. Chaparro Gómez. Cáceres: Institución cultural El Brocense, Universidad de Extremadura.

VILLAR, Juan. 1997[1651]. *Arte de la Lengua Española*. Edición y Estudio Introdutorio de Manuel Peñalver Castillo. Jaén: Diputación Provincial.

Fuentes secundarias

ALARCOS GARCÍA, Emilio. 1934. “Una teoría acerca del origen del castellano”. *BRAE* XXI. 209-228.

ALARCOS GARCÍA, Emilio. 1965[1919-1920]. “Datos para la biografía de Gonzalo Correas”. *Homenaje al profesor Alarcos García, I, Selección antológica de sus escritos*, 1-79. Valladolid: Universidad de Valladolid.

ALARCOS GARCÍA, Emilio. 1965[1940-1941]. “La doctrina gramatical de Gonzalo Correas”. *Homenaje al profesor Alarcos García, I, Selección antológica de sus escritos*, 81-167. Valladolid: Universidad de Valladolid.

ALARCOS GARCÍA, Emilio. 1965[1954]. “Vida y obras del maestro Correas. (Prólogo a *Arte de la lengua Castellana*, de Gonzalo Correas)”. *Homenaje al profesor Alarcos García, I, Selección antológica de sus escritos*, 169-196. Valladolid: Universidad de Valladolid.

ALONSO, Amado. 1969. *De la pronunciación medieval a la moderna en español*. Tomo II. Ultimado y dispuesto para la imprenta por Rafael Lapesa. Madrid: Gredos.

BINOTTI, Lucia. 1995. *La teoría del castellano primitivo. Nacionalismo y reflexión lingüística en el Renacimiento español*. Münster: Nodus Publikationen.

BREVA CLARAMONTE, Manuel. 1980. "La teoría gramatical del Brocense en los siglos XVII y XVIII". *Revista Española de Lingüística* 10:2. 351-371.

BREVA CLARAMONTE, Manuel. 1983. *Sanctius Theory of Language. A contribution to the History of Renaissance Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

BREVA CLARAMONTE, Manuel. 1986. "Introduction" a *Minerva seu de causis linguae Latinae*. Reprint of the edition of Salamanca 1587 with an introduction by Manuel Brevia-Claramonte. Stuttgart-Bad Cannstatt: frommannholzboog. VII-LXXI.

BREVA CLARAMONTE, Manuel. 1989. "La aportación del Brocense a la teoría sintáctica del Renacimiento". *Actas del simposio internacional IV Centenario de la publicación de la Minerva*, 13-25. Cáceres: Institución Cultural "El Brocense", Excma. Diputación Provincial.

BREVA CLARAMONTE, Manuel. 1994. *La didáctica de las lenguas en el Renacimiento*. Bilbao: Universidad de Deusto.

BREVA CLARAMONTE, Manuel. 2006. "La huella de la *Minerva* (1587) del Brocense en la gramática castellana del siglo XVII". En GÓMEZ ASENCIO, José Jesús (dir.). 2006b. 71-102.

CALVO FERNÁNDEZ, Vicente. 2000. *Grammatica Proverbiandi. Estudio de la Gramática Latina en la Baja Edad Media*. Münster: Nodus Publikationen.

CALVO FERNÁNDEZ, Vicente & Miguel Ángel Esparza Torres. 1993. "Una interpretación de la *Gramática Castellana* de Nebrija a la luz de la tradición gramatical escolar". *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios latinos* 5. 149-180.

COLOMBAT, Bernard. 1993. *Les figures de construction dans la syntaxe latine (1500-1780)*. Louvain/Paris: Éditions Peeters.

ESCAVY, Ricardo. 2002a. "Aspectos de la aportación hispánica a la teoría general del pronombre". *Ideas lingüísticas hispánicas. De San Isidoro a Ortega*, 21-36. Murcia: Universidad de Murcia.

ESCAVY, Ricardo. 2002b. "El Brocense y la teoría del pronombre en el contexto renacentista". *Ideas lingüísticas hispánicas. De San Isidoro a Ortega*, 133-149. Murcia: Universidad de Murcia.

ESCAVY, Ricardo, José Miguel Hernández Terrés & Antonio Roldán (eds.). 1994. *Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística. Nebrija V Centenario 1492-1992*. Murcia: Secretariado de publicaciones e intercambio científico de la Universidad de Murcia, 3 vols.

ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. 1995. *Las ideas lingüísticas de Antonio de Nebrija*. Münster: Nodus Publikationen.

ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. 2000. "La lingüística española en tiempos de Fernando de Rojas. Ideas, autores, obras". *El mundo como contienda*.

Estudios sobre La Celestina ed. por Pilar Carrasco. *Analecta Malacitana*, anejo XXXI. 185-219.

ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. 2002a. “De la ‘noticia’ a la ‘proposición’: notas sobre la doctrina sintáctica de Juan Villar (1651)”. En ESPARZA TORRES, Miguel Ángel, Benigno Fernández Salgado & H[ans]-J[osef] Niederehe (eds.). 2002. Tomo I. 93-108.

ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. 2002b. “Ecos del método *proverbiandi* en la tradición gramaticográfica española del Siglo de Oro”. *Romeral. Estudios Filológicos en homenaje a José Antonio Fernández Romero* ed. por I. Báez & M^a R. Pérez, 93-116. Vigo: Servicio de publicaciones Universidade de Vigo.

ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. 2006. “El camino hacia Nebrija”. En GÓMEZ ASENCIO, José Jesús (dir.). 2006a. 57-88.

ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. 2008. *Bibliografía temática de historiografía lingüística española. Fuentes secundarias*. 2 vols. Hamburg: Helmut Buske Verlag.

ESPARZA TORRES, Miguel Ángel, Benigno Fernández Salgado & H[ans]-J[osef] Niederehe (eds.). 2002. *SEHL 2001. Estudios de Historiografía Lingüística. Actas del III Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística, Vigo, 7-10 de febrero de 2001*. 2 vols. Hamburg: Helmut Buske Verlag.

GARCÍA-JALÓN, Santiago & Margarita Llitas. 2006a. “Tradiciones hebraicas en el *Arte Grande* (1625) de Gonzalo Correas”. En ROLDÁN, Antonio *et alii* (eds.). 2006. Tomo I. 663-675.

GARCÍA-JALÓN, Santiago & Margarita Llitas. 2006b. “Aplicación de teorías hebreas a la gramática española del siglo XVII”. En GÓMEZ ASENCIO, José Jesús (dir.). 2006b. 103-129.

GIL FERNÁNDEZ, Luis. 1997. *Panorama social del humanismo español (1500-1800)*. Madrid: Tecnos (2^a ed.).

GIL, Eusebio. (ed.) & Carmen Labrador *et alii*. 1992. *El sistema educativo de la Compañía de Jesús. La “Ratio Studiorum”*. Edición bilingüe, Estudio histórico-pedagógico, Bibliografía. Madrid: UPCO.

GÓMEZ ASENCIO, José Jesús 2001. “Lo latino de las gramáticas del español”. *Actas del II Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística, León, 2 al 5 de marzo de 1999*, ed. por M. Maquieira, M^a D. Martínez Gavilán & M. Villayandre, 35-54. Madrid: Arco/Libros.

GÓMEZ ASENCIO, José Jesús (dir.). 2006a. *El castellano y su codificación gramatical. Vol. I: De 1492 (A. de Nebrija) a 1611 (John Sanford)*. Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

GÓMEZ ASENCIO, José Jesús (dir.). 2006b. *El castellano y su codificación gramatical. Vol. II: De 1614 (B. Jiménez Patón) a 1697 (F. Sobrino)*. Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

GÓMEZ GÓMEZ, Juan María. 2005. “La sintaxis de Álvares en la reforma de las *Introducciones* de Nebrija realizada por Juan Juis de la Cerda”. *La Filología Latina. Mil años más. Actas del IV Congreso de la Sociedad de Estudios Latinos*

(*Medina del Campo 22-24 de mayo de 2003*) ed. por Pedro P. Conde Parrado & Isabel Velázquez, 1144-1159. Madrid: Sociedad de Estudios Latinos.

HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Eulalia & María Isabel López Martínez. 1997. “Aportación de J. Villar a la teoría sintáctica española en el siglo XVII”. *Estudios de Lingüística General. Trabajos presentados en el II Congreso Nacional de Lingüística General. Granada, 25 al 27 de marzo de 1996*, ed. por José Andrés de Molina Redondo & Juan de Dios Luque Durán, vol. III, 191-202. Granada: Método Ediciones.

HERNÁNDEZ TERRÉS, José Miguel. 1984. *La elipsis en la teoría gramatical*. Murcia: Universidad de Murcia.

IGLESIAS BANGO, Manuel. 2006. “Rastros de teoría sintáctica en gramáticas del español del siglo XVII”. En GÓMEZ ASENCIO, José Jesús (dir.). 2006b. 599-639.

KOERNER, E[rmst]. F[rideryk]. K[onrad]. 1987. “On the problem of ‘influence’ in Linguistic Historiography”. *Papers in the History of Linguistics. Proceedings of the Third International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS III), Princeton, 19-23 august 1984*, ed. por H. Aarsleff, L. G. Kelly & H.-J. Niederehe, 13-28. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

KUHENHEIM, Louis. 1974. *Contributions à l'histoire de la grammaire italienne, espagnole et française à l'époque de la Renaissance*. Utrecht-Netherlands: H&S Publishers.

LÁZARO CARRETER, Fernando. 1985[1949]. *Las ideas lingüísticas en España durante el siglo XVIII*. Edición y prólogo de Manuel Brea Claramonte. Barcelona: Editorial Crítica.

LÉPINETTE, Brigitte. 1998. “Juan Villar”. *Corpus representatif des grammaires et des traditions linguistiques*, I, ed. por B. Colombat. HEL, Hors-série 2. 296-298.

LIANO, Jesús. María. 1971. *Sanctius. El Brocense*. Madrid: Aldus.

LLITERAS, Margarita. 2002. “La recuperación de la gramática española en el siglo XVII: del uso conflictivo al uso de razón o propiedad castellana”. En ESPARZA TORRES, Miguel Ángel, Benigno Fernández Salgado & H[ans]-J[osef] Niederehe (eds.). 2002. Tomo I. 293-305.

LLITERAS, Margarita. 2003. “La lengua española y su codificación en la época de Calderón”. *El mundo como teatro. Estudios sobre Calderón de la Barca* ed. por José Lara Garrido. *Analecta Malacitana*, anejo XLVII, 175-210. Málaga: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga.

LLITERAS, Margarita & Emilio RIDRUEJO. 1996. “La gramática racional en las obras de Correas y de Buommattei”. *Italia ed Europa nella Lingüística del Rinascimento: confronti e relazioni. Atti del Convegno Internazionale, Ferrara, Palazzo Paradiso, 20-24 marzo, 1991*, vol I: *L'Italia e il mondo romanzo* ed. por Mirko Tavoni, 365-380. Ferrara: Franco Cosimo Panini Editore.

LLITERAS, Margarita & Santiago García-Jalón. 2006. “El foco vallisoletano: El caso Villalón y la recepción de las artes hebreas”. En GÓMEZ ASENCIO, José Jesús (dir.). 2006a. 215-238.

LOPE BLANCH, Juan Manuel. 1979. *El concepto de oración en la lingüística española*. México: UNAM.

LOPE BLANCH, Juan Manuel. 1990. "Notas sobre los estudios gramaticales en la España del Renacimiento". *Estudios de historia lingüística hispánica*. Madrid: Arco/Libros. 51-67.

LÓPEZ MARTÍNEZ, María Isabel. 1994. "Las ideas gramaticales de Gonzalo Correas: una encrucijada entre Nebrija y el Brocense". En ESCAVY, Ricardo, José Miguel Hernández Terrés & Antonio Roldán (eds.). 1994. Vol. III: *Nebrija y otros temas de Historiografía Lingüística*. 367-386.

LOZANO GUILLÉN, Carmen. 1992. *La aportación gramatical renacentista a la luz de la tradición*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Valladolid.

MADROÑAL, Abraham. 2003. "Obras "perdidas" de Jiménez Patón y otros autores en la Biblioteca del primer director de la Real Academia Española (Retórica, dialéctica y gramática en el Siglo de Oro)". *BRAE* 83. 195-253.

MADROÑAL, Abraham. 2005. "Las ideas gramaticales del maestro Jiménez Patón, un impreso desconocido y un manuscrito inédito". *Filología y Lingüística. Estudios ofrecidos a Antonio Quilis*, vol. II. 1797-1818. Madrid: CSIC, UNED y Universidad de Valladolid.

MARQUANT, Hugo. 1967. "La función sustitutiva del pronombre en la gramática española de los siglos XVI y XVII". *Orbis* 16. 202-224.

MAQUIEIRA, Marina. 2006. "Ideas lingüísticas en la polémica gongorina". En ROLDÁN, Antonio *et alii* (eds.). 2006. Tomo II. 1023-1040.

MAQUIEIRA, Marina. 2008. "Un aspecto de la polémica gongorina: la lengua de las *Soledades* y el *Polifemo* como discutido criterio de corrección". *Quaderns de Filologia, Estudis linguistics XIII: Historiografia lingüística hispánica* ed. por B. Lépinette, M^a J. Martínez Alcalde & E. Casanova, 135-156. Valencia : Universidad de Valencia.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 1988. "Formas de tratamiento en el siglo XVII". *Estudios humanísticos. Filología* 10. 85-105.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 1990a. "Normativismo y antinormativismo en la tradición gramatical española del siglo XVII". *Contextos* VIII: 15-16. 129-151.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 1990b. "La concepción del modo verbal en la gramática española del siglo XVII". *Estudios humanísticos. Filología* 12. 197-211.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 1994. "Tradición e innovación en la teoría gramatical española del siglo XVII". En ESCAVY, Ricardo, J[osé] M[iguel] Hernández Terrés & A[ntonio] Roldán (eds.). 1994. Vol. III: *Nebrija y otros temas de Historiografía Lingüística*. 421-436.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 1996. "La originalidad de Gonzalo Correas y su influencia en la tradición gramatical española". *Panorama de la Investigació Lingüística a l'Estat Espanyol. Actas del I Congrés de Lingüística General, València, 15-17 de Febrer de 1994*, vol. IV ed. por Enric Serra Alegre *et alii*, 87-94. Valencia: Universitat de València,

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 2002. “La *Grammaire espagnolle* (1624) de Fray Diego de la Encarnación, un enfoque racionalista en la enseñanza del español como lengua extranjera”. En ESPARZA TORRES, Miguel Ángel, Benigno Fernández Salgado & H[ans]-J[osef] Niederehe (eds.). 2002. Tomo I. 341-360.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 2004. “El artículo y el pronombre personal en la *Gramática* de Juan Villar (1651): una anticipación de la doctrina de Bello”. *Nuevas aportaciones a la Historiografía Lingüística. Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL, La Laguna (Tenerife), 22-25 de octubre de 2003*, vol. II ed. por C. Corrales Zumbado *et alii*, 1067-1081. Madrid: Arco/Libros.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 2006a. “Sobre el supuesto racionalismo del *Arte de la Lengua Española* del padre Villar”. En ROLDÁN, Antonio *et alii* (eds.). 2006. Tomo II. 1079-1098.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 2006b. “El cierre del ejercicio: la obra de Juan Villar”. En GÓMEZ ASENCIO, José Jesús (dir.). 2006b. 219-276.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 2007. “Racionalismo y tradición escolar en el *Arte* de Nebrija reformado por el P. Juan Luis de la Cerda”. *Península. Revista de Estudios Ibéricos* 4. 327-346.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 2008a. “Las fuentes del *De institutione grammatica* del P. de la Cerda: racionalismo sanctiano y pedagogía jesuítica y en el *Arte* de Nebrija reformado”. *Gramma-Temas 3. España y Portugal en la tradición gramatical* (= *Contextos*, 18) ed. por Marina Maquieira & María Dolores Martínez Gavilán, 199-238. León: Centro de estudios metodológicos e interdisciplinares de la Universidad de León.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 2008b. “El tratamiento de las partes de la oración en el *Arte de la lengua Española* de Juan Villar: entre los postulados sanctianos y la tradición escolar”. *Quaderns de Filologia, Estudis linguistics XIII: Historiografía lingüística hispánica* ed. por B. Lépinette, M^a J. Martínez Alcalde & E. Casanova, 157-181. Universidad de Valencia.

MERRILL, J[udith]. S[enior]. 1970. “Las primeras clasificaciones tripartitas de las partes de la oración: Villalón y el Brocense”. *NRFH* 19. 105-110.

MORCILLO EXPÓSITO, Guadalupe. 2002. “Estudio” introductorio a *La gramática de Diego López. Estudio y edición*. Cáceres: Servicio de publicaciones de la Universidad de Extremadura. 15-221.

MORIYÓN MOJICA, Carlos. 1993. “Concepción de la normatividad en la obra gramatical de Juan del Villar”. *Boletín de la Biblioteca Menéndez Pelayo* LXIX. 255-269.

PADLEY, G[eorge] A[rthur]. 1976. *Gramatical Theory in Western Europe. 1500-1700. The Latin Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.

PADLEY, G[eorge] A[rthur]. 1985. *Gramatical Theory in Western Europe. 1500-1700. Trends in Vernacular Grammar I*. Cambridge: Cambridge University Press.

PADLEY, G[eorge] A[rthur]. 1988. *Gramatical Theory in Western Europe. 1500-1700. Trends in Vernacular Grammar II*. Cambridge: Cambridge University Press.

PEÑALVER CASTILLO, Manuel. 1997. “Estudio introductorio” a la edición del *Arte de la Lengua Española* de Juan Villar. Jaén: Diputación Provincial.

PEÑALVER CASTILLO, Manuel & Yolanda González Aranda. 1998. “La teoría de Juan Villar sobre los orígenes del español”. *Actas del IV Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española, La Rioja, 1-5 de abril de 1997*, vol. II, 595-606 ed. por Claudio García Turza *et alii*. Logroño: Servicio de publicaciones de la Universidad de La Rioja.

PÉREZ RODRÍGUEZ, Estrella. 1996. “Algunas reflexiones sobre la *receptio* de las figuras en el Renacimiento”. En SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio, Luis Merino Jerez & Santiago López Moreda (eds.). 1996. 393-400.

PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. 2000. “Las propuestas metodológicas para la enseñanza del latín en las escuelas portuguesas de la Compañía de Jesús a mediados del siglo XVI”. *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios latinos* 19. 233-257.

PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. 2001. *Aproximación a la obra de Manuel Álvares: edición crítica de sus De institutione grammatica libri tres*. Madrid: Universidad Complutense. Edición electrónica.

PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. 2003a. “La difusión de las artes gramaticales latino-portuguesas en España (siglos XVI-XVII)”. *Península. Revista de Estudios Ibéricos* 0. 119-145.

PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. 2003b. “El *Liber de octo partium orationis constructione* (Medina del Campo, 1600) de Bartolomé Bravo, S. I., y sus comentaristas durante los siglos XVII y XVIII”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série “Linguas e Literaturas”* XX:II. 569-606.

PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. 2006a. “Notas sobre la presencia de la gramática y de los gramáticos españoles en la gramaticografía portuguesa (siglos XVI-XVII)”. *Romanistik in Geschichte und Gegenwart* 12:2. 147-165.

PONCE DE LEÓN ROMEO, Romeo. 2006b. “La metalengua en romance: el castellano de las gramáticas latino-castellanas”. *El castellano y la gramática en la Biblioteca Universitaria de Salamanca (siglos XV-XVIII)*, 43-66. Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

PONCE DE LEÓN ROMEO, Romeo. 2006c. “Una visión particular de los compendios latino-castellanos del siglo XVII: los *Rudimentos de latinidad* (Bilbao 1659) de Bartolomé Díaz de Junguitu”. En GÓMEZ ASENCIO, José Jesús. (dir.). 2006b. 131-149.

QUILIS, Antonio & Juan Manuel Rozas. 1965. “Estudio” introductorio a la edición del *Epítome de la ortografía latina y castellana. Instituciones de la gramática española* de Jiménez Patón. Madrid: CSIC. XIX-CXXIII.

RAMAJO CAÑO, Antonio. 1987. *Las gramáticas de la lengua castellana desde Nebrija a Correas*. Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca.

RAMAJO CAÑO, Antonio. 1991. “La huella del Brocense en el “Arte” del P. La Cerda (1560-1643)”. *Revista de la Sociedad Española de Lingüística* 21:2. 301-321.

RAMAJO CAÑO, Antonio. 2000. “Nebrija y el Brocense en la tradición humanística española”. *Cuestiones de actualidad en Lengua Española* ed. por J.

Borrego Nieto *et alii*, 91-99. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca-Instituto Caro y Cuervo.

RAMAJO CAÑO, Antonio. 2006. “El trabajo gramatical de Bartolomé Jiménez Patón”. En GÓMEZ ASENCIO, José Jesús (dir.). 2006b. 153-190.

RIDRUEJO, Emilio. 1994. “Notas romances en gramáticas latino-españolas del siglo XV”. *Revista de Filología Española* LIX. 47-80.

RIDRUEJO, Emilio. 1994. “De las *Introducciones Latinae* a la *Gramática Castellana*”. En ESCAVY, Ricardo, José Miguel Hernández Terrés & Antonio Roldán (eds.). 1994. Vol. I: *La obra de Nebrija*. 485-498.

RIDRUEJO, Emilio. 2006. “La gramática latina y la gramática castellana de Nebrija, juntas y en contraste”. En GÓMEZ ASENCIO, José Jesús (dir.). 2006a. 89-115.

RODRÍGUEZ ANICETO, Cipriano. 1931. “Reforma del Arte de Antonio de Lebrija”. *Boletín de la Biblioteca Menéndez y Pelayo*. Número extraordinario en Homenaje a D. Miguel Artigas. Vol. I.. Santander: Sociedad Menéndez Pelayo. 226-245.

ROLDÁN, Antonio *et alii* (eds.). 2006. *Caminos actuales de la Historiografía Lingüística. Actas del V Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística, Murcia, 7 al 11 de noviembre de 2005*. Murcia: Universidad de Murcia, 2 vols.

ROZAS, Juan M. & Antonio QUILIS. 1962. “El lopismo de Jiménez Patón. Góngora y Lope en la *Elocuencia española en Arte*”. *Revista de Literatura* 21. 35-54.

SALVADOR PLANS, Antonio. 1996. “La búsqueda de una identidad propia en las gramáticas romances del siglo XVI”. En SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio, Luis Merino Jerez & Santiago López Moreda. (eds.). 1996. 161-174.

SALVADOR PLANS, Antonio. 2002. “Consideraciones sobre el “Arte de la Lengua Española” del P. Juan Villar”. *Pulchre, bene, recte. Estudios en homenaje al prof. Fernando González Ollé* ed. por Carmen Saralegui Platero & Manuel Casado Velarde, 1269-1286.. Pamplona: Eunsa.

SÁNCHEZ PÉREZ, Aquilino. 1992. *Historia de la enseñanza del español como lengua extranjera*. Madrid: SGEL.

SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. 1995. “Introducción” a la edición de la *Minerva o De causis linguae latinae*. Cáceres, Institución cultural El Brocense, Universidad de Extremadura. 7-29.

SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. 1996. “La gramática racional del XVI ¿continuidad o ruptura?”. En SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio, Luis Merino Jerez & Santiago López Moreda (eds.). 1996. 25-48.

SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. 2002. *De las “elegancias” a las “causas” de la lengua: retórica y gramática del humanismo*. Alcañiz: Instituto de Estudios Humanísticos, Madrid: Ediciones del Laberinto/ CSIC, Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, Zaragoza: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Zaragoza, Teruel: Instituto de Estudios Turolenses.

SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio, Luis Merino Jerez & Santiago López Moreda (eds.). 1996. *La recepción de las artes clásicas en el siglo XVI*. Cáceres: Universidad de Extremadura.

SARMIENTO, Ramón. 1989. “Origen y constitución de la doctrina sintáctica en la época clásica”. *Philologica II. Homenaje a D. Antonio Llorente* ed. por J. Borrego Nieto *et alii*, 419-438. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

SATORRE GRAU, Francisco Javier. 1996. “Los criterios de corrección en la gramática de los siglos XVI y XVII”. *Actas del III Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española, Salamanca, 22-27 de noviembre de 1993*, vol I ed. por A. Alonso González *et alii*, 923-937. Madrid: Arco/Libros.

SIMÓN DÍAZ, José. 1951. “La Universidad de Salamanca y la reforma del “arte” de Nebrija”. *Aportación documental para la erudición española*. Suplemento de “Revista Bibliográfica y Documental” 5. 1-7.

SOLA-SOLÉ, Josep María. 1974-1975. “Villalón frente a Nebrija”. *Romance Philology* XXVIII. 35-43.

SWIGGERS, Pierre & Serge VANVOLSEM (1987): “Les premières grammaires vernaculaires de l’italien, de l’espagnol et du portugais”. *Histoire Épistemologie Langage* IX:1. 157-181.

TABOADA CID, Manuel. 1984. “Introducción” a la edición del *Arte Kastellana* de Correas. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela. 7-84.

YLLERA, Alicia. 1983. “La gramática racional castellana en el siglo XVII: La herencia del Brocense en España”. *Serta Philologica F. Lázaro Carreter*. Vol. I, 649-666. Madrid: Cátedra.

A GRAMÁTICA RACIONALISTA EM ESPANHA NO SÉCULO XVIII

1. INTRODUÇÃO

O início dos estudos sobre a gramaticografia espanhola do século XVIII tem como marco o trabalho de Fernando Lázaro Carreter (1985[1949]). Passados mais de sessenta anos sobre a primeira edição dessa obra, o tema continua a ser alvo de atenção da comunidade investigadora, como, recentemente, se tem tornado visível através de importantes eventos científicos¹ e do trabalho de especialistas como María José García Folgado (2002; 2003; 2004a 2004b, 2005, 2006, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d, 2011)². No âmbito do presente trabalho, convém sublinhar que, tanto os estudos mais recentes como os que os precederam, são indicadores do relevo da matéria de que aqui se trata, na medida em que um dos focos privilegiados da atenção dos investigadores é precisamente a produção gramaticográfica de cunho racionalista.

¹ De que são exemplos especialmente relevantes os seguintes casos:

- *VI Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*. “*En la senda de 1812: las ideas y realidades lingüísticas en los siglos XVIII Y XIX*”: realizado de 6 a 9 de novembro de 2007, em Cádiz, pela *Sociedad Española de Historiografía Lingüística*;

- *III Simposio Internacional “El castellano y sus gramáticas. La gramática española en el siglo XVIII (1700-1835)”*: realizado de 20 a 22 de maio de 2009, em Salamanca, pela *Fundación Instituto Castellano y Leonés* e pela Universidade de Salamanca.

² Por razões de economia de referências, uma vez que a tese de doutoramento da García Folgado (2005) recolhe grande parte do contributo de alguns destes artigos ou é recuperada noutros, nos casos em que a informação se sobrepõe, é apenas citada a dissertação. Para um conhecimento exaustivo dos estudos publicados no período compreendido entre a publicação da obra de Lázaro Carreter e os últimos trabalhos de García Folgado, cf. Miguel Ángel Esparza Torres (coord.) (2008). Pela sua importância enquanto obra de conjunto sobre o período dentro do qual se inscreve a maior parte das obras que aqui se estudam, destacam-se aqui ainda os trabalhos de José Jesús Gómez Asencio (1981 e 1985).

Advirta-se, desde já, que a expressão *racionalismo* será aqui usada num sentido lato, aproximando conceitos, em rigor, distintos, como os de *gramática racional*, *gramática geral* e *gramática filosófica*³. Não obstante se proceder aqui a essa pontualização sempre que for oportuno, a tradição gramatical espanhola da época em estudo, particularmente até meados do século, permite-nos, tanto por razões qualitativas como quantitativas, reduzir esse nível de rigor.

Com efeito, como descreve Lázaro Carreter (1985[1949]: 190), a produção gramaticográfica setecentista espanhola é escassa, particularmente no tocante à gramática de língua materna. Segundo o mesmo autor (1985[1949]:190), os textos gramaticais deste período orientam-se de forma maioritária para o ensino do Espanhol como língua estrangeira⁴. Niederehe (2001: 183-184) inclui ainda dentro deste foco prioritário o estudo do Latim⁵, embora alerte para o facto de que, se bem que os textos sobre o Latim se revelam pouco inovadores, já as gramáticas de Espanhol para estrangeiros traduzem a influência das correntes linguísticas que marcam a época em questão, notando-se nelas o cunho do racionalismo de influência francesa. No que às gramáticas de língua materna se refere, há contudo que observar que a situação se altera a partir da segunda metade do século, observando-se um incremento significativo de obras desse tipo, como demonstra e explica García Folgado (2004b: 91-93, 2011) e como vem reforçar o *corpus* aqui seleccionado. Note-se que, apesar desse desenvolvimento gramaticográfico e do vigor das ideias racionalistas na época em estudo, não devemos esquecer que, como aqui se verá, elas assumem na gramaticografia espanhola contornos ainda algo incipientes, quando em França o racionalismo gramatical em sentido estrito alimentado pela escola de Port Royal já perdia projecção para as teorias expostas por autores como César Du Marsais e Nicolas Beauzée na

³ Sobre a necessidade de diferenciar os conceitos correntemente abrangidos pela expressão *racionalismo*, cf. Swiggers (2011: 59).

⁴ Mesmo neste domínio específico, Sánchez Pérez (1992: 152-153) regista um declínio gramaticográfico qualitativo e quantitativo relativamente aos séculos XVI e XVII, como consequência do declínio do próprio império espanhol.

⁵ Observe-se, no entanto, que, como aliás refere Niederehe (2000: 184), a situação do Latim no século XVIII sofreu modificações em termos do seu estatuto e uso. Essa alteração é resultado de mudanças de paradigmas culturais e linguísticos, às quais não parecem alheias as ideias preconizadas pelos gramáticos racionalistas a respeito da independência da descrição gramatical das línguas modernas face à tradição de descrição do Latim e a respeito da afirmação das línguas modernas como veículo de descrição do Latim, se bem que, como adverte García Folgado (2004b: 103-109; 2005: 85-98), em comentário à situação do ensino do Latim em Espanha no século XVIII, tais reivindicações não significam a proposta de eliminação do ensino do Latim, o qual era ainda um pilar fundamental do sistema educativo da época. Seja como for, o contexto a que aqui se faz referência - e sobre o qual se encontra mais informação em Gil Fernández (1997: 59-83) - teve consequências no plano pedagógico, quer no âmbito das reformas e políticas educativas, quer no âmbito dos materiais gramaticográficos de suporte à aprendizagem de línguas, tanto da espanhola como da latina.

Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, (Paris 1751-1765), publicada por Jean le Rond D' Alembert e Denis Diderot⁶. Acresce a este fator de relativização do relevo da gramática racionalista em Espanha o facto de que a gramática de cunho mais descritivo e normativo continua a ter um papel muito relevante, mesmo nas obras que em maior ou menor medida aderem às ideias racionalistas⁷.

2. O CORPUS

Para a constituição do *corpus*, serviu de referência a proposta de periodização gramatical de Luis Girón Alconchel (2007: 57) e, em particular, o levantamento bibliográfico que a complementa, no qual se isolaram os textos de inspiração racionalista publicados durante o século XVIII⁸. Ainda que a quase totalidade das obras selecionadas para este estudo se situe na segunda metade do século, de acordo com a referida proposta, a centúria reparte-se por dois períodos, nos quais a produção gramatical racionalista se distribui da seguinte forma:

i) Do início do século até à publicação da gramática académica

1728. Francisco de La Torre y Ocón:

Nuevo método, breve, útil y necesario para aprender a escribir, entender y pronunciar las dos principales lenguas, española y francesa (Madrid, Imprenta de Juan de Ariztia, 1728).

1769. Benito de San Pedro:

Arte del romance castellano (Valencia, Imprenta de Benito Monfort, 1769).

1770. Salvador Puig:

Rudimentos de gramática castellana (Barcelona, Thomas Piferrer, 1770).

⁶ A maior parte do *corpus* deste trabalho coincide com o período que Swiggers (2011: 69-76) descreve como “una tercera fase de la gramática general en Francia”, que teria início na segunda metade do século XVIII. Por seu turno, a primeira fase (Swiggers 2011: 61-64) estaria vinculada ao texto que se convencionou designar *Gramática de Port Royal* ou *GGR* e que corresponde à *Grammaire générale et raisonnée* (Paris 1660), publicada anonimamente por Antoine Arnauld & Claude Lancelot; a segunda fase (Swiggers 2011: 64-69), corresponderia ao período de desenvolvimento das ideias de Claude Buffier e Gabriel Girard; Finalmente, uma quarta fase (Swiggers 2011: 76-79) teria por referências as obras de Étienne Bonnot de Condillac e Antoine-Loius- Claude Desttut de Tracy.

⁷ Veja-se, por exemplo, o que escreve Emilio Ridruejo Alonso (1989) sobre a influência das edições da *GRAE* em Jovellanos. Outro reflexo do relevo dessa tradição gramatical é o facto de ser precisamente no século XVIII, mais precisamente em 1740, que se reedita a Gramática de Antonio de Nebrija, e cuja receção setecentista foi recentemente estudada por Esparza Torres (2011). Simetricamente, cabe aqui sublinhar também a influência racionalista na gramaticografia de cunho normativo-descritivo, como fez Girón Alconchel (2007: 64-65 e 67) a respeito, por exemplo, da obra de Benito Martínez Gómez Gayoso e da *GRAE*.

⁸ Para uma visão completa da produção gramaticográfica espanhola setecentista cf. Niederehe (2005).

ii) De 1771 até final do século

1794-1797. Gaspar Melchor de Jovellanos:

Foi consultada a edição do *Curso de Humanidades Castellanas* que integra a coletânea de Cândido Necedal: *Obras publicadas e inéditas de D. Gaspar Melchor de Jovellanos*, Tomo I (Madrid, M. Rivadeneyra, 1858: 101-168).

1798. Juan Antonio González de Valdés:

Gramática completa grecolatina y castellana (Madrid, Imprenta Real, 1798)⁹.

Aqui são contemplados cinco materiais gramaticográficos publicados em Espanha por autores espanhóis que, *latu sensu*, se inserem na linha do racionalismo gramatical, não obstante as diferenças entre eles quanto à maior ou menor absorção dos pressupostos racionalistas, conforme adiante se desenvolverá. Todos eles são gramáticas do Espanhol ou incluem uma gramática do Espanhol. Dois correspondem a gramáticas de língua estrangeira ou segunda língua - o de Torre y Ocón e o de Puig -, orientados, respetivamente, para franceses, para catalães e valencianos. Um terceiro texto - o de González de Valdés - corresponde a uma gramática de línguas clássicas. Nestes três casos, a análise aqui realizada incide sobre a parte da obra correspondente à gramática do Espanhol. O *Curso de Humanidades Castellanas* de Gaspar Melchor de Jovellanos, embora não seja uma gramática, inclui textos metagramaticais de relevo. Nele se analisam os seguintes textos: *Rudimentos de gramática general*, *Rudimentos de gramática castellana* e *Tratado de análisis del discurso*. Do conjunto de textos apontados por Girón Alconchel, foi excluído *Fundamento y vigor da la lengua castellana* (Madrid 1791) de Gregorio Garcés, por não cumprir com o critério acima enunciado.

Sobre a produção gramaticográfica francesa que, de forma privilegiada, enquadra e inspira desde o exterior a gramaticografia espanhola setecentista de cunho racionalista, falar-se-á oportunamente, na medida em que o requeira o comentário das obras aqui tratadas¹⁰. No tocante aos antecedentes do racionalismo espanhol no seu próprio território, adotar-se-á a mesma estratégia, mas em menor medida, já que deles tratam, com detalhe, os trabalhos de Manuel Mañas Nuñez e María Dolores Martínez Gavilán, no presente volume. Num e noutro caso, o propósito será sobretudo determinar quais os pressupostos teóricos partilhados e quais os textos de referência¹¹ mais relevantes para os autores em foco neste estudo.

⁹ Deste texto existe uma primeira edição datada de 1791 e intitulada *Gramática de la lengua latina y castellana* (Madrid, Imprenta Real), contudo não foi possível aceder à mesma.

¹⁰ Para uma atualização da visão de conjunto sobre a receção da gramática geral e filosófica francesa em Espanha, cf. Pierre Swiggers (2011). Para um alargamento desta perspectiva ao impacto na tradição espanhola da generalidade da tradição europeia, cf. Gerda Hassler (2011).

¹¹ Assume-se aqui este conceito tal como definido por Hassler (2011: 17): “Llamamos gramáticas de referencia obras gramaticales a las cuales pueden referirse autores de otras gramáticas y naturalmente también los usuarios. Se trata, según esta definición, de gramáticas influyentes y prestigiosas que sirvieron de modelo para otras”.

Independentemente da sua diversidade, não se desenvolvem aqui os aspetos formais que separam ou aproximam os textos do *corpus*. Tampouco são aqui tratados os metodológicos, apesar de a totalidade das obras em estudo, como se conclui da leitura dos seus textos preliminares, estar orientadas para a situação de aprendizagem¹². Em seu lugar, o presente trabalho incide prioritariamente sobre a teoria linguística subjacente às obras em estudo - mais especificamente, sobre os aspetos que denunciam a afinidade doutrinal com a corrente racionalista - estruturando-se em torno de três eixos: i) a noção de gramática; ii) as classes de palavras; iii) a sintaxe.

3. A NOÇÃO DE GRAMÁTICA

Benito de San Pedro (1769: tomo I, XXIV)	“Se llama Gramatica el Arte que enseña a hablar i escribir bien; esto es, conforme a las reglas autorizadas por el uso de los doctos”.
Puig (1770: 1)	“Gramatica es el Arte que enseña a hablar bien ò correctamente. Su fin, ò su obgeto es la concertada y congruente locucion”.
Jovellanos (1794-1797: 104)	“Al arte de unir y enlazar las palabras de una lengua para expresar por su medio los pensamientos y formar un discurso seguido, se ha dado el nombre de gramática, la cual puede ser definida así: <i>gramática</i> es el arte de hablar bien una lengua, ó es el conjunto de reglas que deben ser seguidas y observadas para hablar bien una lengua [...]. Estas reglas establecidas por el uso y reunidas por la observacion, fueron en parte derivadas de la naturaleza, y en parte de condiciones arbitrarias; y por eso hay algunas que son comunes á todas las lenguas del mundo, y otras que son propias y peculiares de cada lengua en particular. Al conjunto de reglas de la primera clase daremos el nombre de <i>gramática general</i> , y al de la segunda, de <i>gramática particular</i> ”.
González de Valdés (1798: 1, 5 e 308)	“El arte de hablar bien se dirige, á hablar con propiedad y pureza algun lenguaje, y se divide en metódica elemental y sublime, y en historial. El fin de la Gramática elemental es enseñar las diferencias del sonido de la voz, y las sílabas de las palabras del lenguaje por medio de las articulaciones de cada palabra”. “La gramática sublime enseña la esencia y accidentes de las palabras de un lenguaje por medio de los sonidos de la voz, aunque también se sirve accidentalmente de las letras que los representan, igualmente que se sirven de ellas las demas ciencias para enseñar sus objetos. Se extiende a mucho más que un diccionario por las 4 partes de que se compone, <i>analogía etimología, prosodia, y construccion</i> . Gramática historial es la explicacion ó leccion de las demas ciencias y artes á lo menos en general”. “Para conseguir esta erudicion se necesita indispensablemente algun lenguaje, su uso, y la razon ó lógica de él, que es la gramática”.

Quadro 1: gramática - definição

¹² Inclusivamente, no caso de Puig e de Jovellanos, os seus textos estavam expressamente destinados a um contexto didático institucional: ao *Colegio Episcopal y Tridentino de Barcelona* e ao Instituto Asturiano,

Nas passagens recolhidas¹³ destaca, em primeiro lugar, o recurso unânime à expressão *Arte*. Este conceito, como se recolhe dos trabalhos de Lozano Guillén (1992: 23-28) e de Martínez Gavilán (2011: 576), ficou historicamente marcado pela bipolarização entre *ars* e *scientia*. Essa distinção tem origem na tradição clássica e desenvolve-se na gramaticografia medieval, identificando o primeiro destes conceitos com a tradição gramatical descritivo-normativa e o segundo, com a filosófico-especulativa. Não obstante, como explica Gómez Asencio (1981: 18), a expressão *arte* acabou por generalizar-se de tal forma que foi absorvida quer pela linha normativa, quer pela racionalista, salvaguardadas as diferenças¹⁴ e excetuados certos contextos¹⁵. É a esta luz que se compreende a sua presença nos textos em cotejo, integrando uma definição de gramática cujas raízes na tradição clássica são comentadas por Lozano Guillén (1992: 27-30) e que Gómez Asencio faz remontar a Diomedes: “gramática es el arte de hablar y escribir correctamente” (Gómez Asencio 1981: 18).

As definições apresentadas por Benito de San Pedro e por Puig são as que menos acrescentam a esta ideia. É na formulação extraída de Jovellanos que são mais evidentes elementos chave da tradição racionalista. Em primeiro lugar, surge a identificação de *gramática* com “unir y enlazar las palabras”, o que remete para a noção de *sintaxe* e confere a esta uma centralidade acorde com o relevo que a mesma adquire na gramática de inspiração racionalista. Destaca-se ainda a conceção da dupla tarefa (geral e particular) da gramática, aspeto em que Jovellanos, segundo Gómez Asencio:

[...] es uno de los pioneros y primeros difusores y defensores de la gramática general en nuestro país y es también, salvo error, el primer gramático en la historia de la gramática

respetivamente, como informam a folha de rosto da gramática de Puig e uma nota de rodapé de Cándido Nocedal na sua edição das obras de Jovellanos (1858[1794-1797]: 101). Aliás, como põe em relevo García Folgado (2011: 283), nas três últimas décadas do século XVIII predominam as obras orientadas para o ensino, sendo as tipologias textuais predominantes “textos con valor didáctico – las que hemos denominado gramáticas escolares –, textos con valor propedéutico y textos con valor cognoscitivo o como perfeccionamiento del idioma patrio”. Importante informação sobre as opções metodológicas de alguns dos textos do *corpus* pode ser encontrada neste mesmo trabalho de García Folgado.

¹³ Excluiu-se Torre y Ocón, por não apresentar uma definição propriamente dita. As transcrições realizadas ao longo deste trabalho respeitam a ortografia das edições consultadas, excepto em três casos em que se procedeu à modernização da grafia: i) a representação da sibilante [s], em que f é substituído por s (ex: *syntaxis* por *fyntaxis*); ii) a representação da vogal francesa anterior fechada [y], em que “v” é substituído por “u” (ex. *une* por *vne*); iii) a representação da vibrante labiodental francesa [v], em que “u” é substituído por “v” (ex. *avoient* por *avoient*).

¹⁴ Em Martínez Gavilán (2011: 585-592), identificam-se, contextualizam-se e exploram-se as diversas configurações que, durante o período aqui em estudo, assume o conceito de *arte* em textos de diferente alinhamento doutrinário.

¹⁵ No quadro da distinção racionalista entre *gramática geral* e *gramática particular*; a correlação destas noções com as de *ciência* e *arte*, respetivamente, revela maior constância, não se verificando o uso do termo *arte* aplicado à gramática geral, como dá conta Gómez Asencio (1981: 30).

española que define la gramática general y que contempla este campo de estudio como complementario con el de la gramática particular (Gómez Asencio 1981: 26).

Como põe em relevo García Folgado (2005: 559-561), em Jovellanos, a gramática geral e a gramática castelhana dão inclusivamente lugar a capítulos diferentes do seu *Curso*, enquanto que, em San Pedro, tal distinção apenas se insinua:

Ai principios generales y comunes a todas las lenguas especialmente a la española i latina con la italiana i francesa, i en quanto se trata en estos dos libros [*Analogía e Sintaxis*] está notado lo que basta para enterarse a un mismo tiempo de las nociones fundamentales de todas estas lenguas, i de lo particular de nuestro romance (San Pedro 1769: tomo I, X).

Esta conceção surge aqui associada à da dupla natureza da linguagem (natural e arbitrária) - uma diferenciação que remonta à chamada *Gramática de Port Royal* - a *Grammaire Générale et Raisonnée (GGR)* de Antoine Arnauld e Claude Lancelot (Paris 1660) -, onde tem correspondência com a dicotomia *som/sentido*¹⁶. Como também faz ver García Folgado (2005: 261), embora esta questão se possa já pressentir em San Pedro, encontra-se ainda num estágio muito incipiente e desvinculada da noção de arbitrariedade: “hablamos para manifestar nuestros pensamientos por medio de las palabras, que son las voces articuladas por la lengua o labios, con intencion de manifestar lo que se oculta en nuestro animo” (San Pedro 1769: tomo I, XXIV). Seja como for, tanto a questão do caráter geral da linguagem como o da sua arbitrariedade são relevantes para o enquadramento teórico destes autores na linha do pensamento racionalista, já que se afiguram como questões essenciais na gramática racionalista e que alcançaram especial projeção na linguística moderna, sobretudo através da obra de Ferdinand de Saussure¹⁷ e de Noam Chomsky¹⁸.

Em González de Valdés, a identificação dos conceitos de *lógica* e *razão* com o de *gramática* já imprime certa proximidade às ideias racionalistas, mas é em Jovellanos - e particularmente no *Tratado de análisis del discurso* - que a relação entre linguagem, gramática e pensamento se reveste de contornos

¹⁶ “La grammaire est l’Art de parler. Parler, est expliquer ses pensés par des signes, que les hommes ont inventez à ce dessein. [...] Ainsi l’ ont peu considerer deux choses dans ces signes: La premiere; ce qu’ ils sont para leur nature, c’est à dire, en tant que sons & caracteres. La seconde; leur signification; c’est à dire, la maniere dont les hommes s’ en servent pour signifier leurs pensées” (Arnauld & Lancelot 1660: 5).

¹⁷ A retoma desta herança é visível a propósito da dupla face do signo (significado e significante) e da sua arbitrariedade: “o laço que une o significado ao significante é arbitrário, ou melhor, uma vez que entendemos por signo o total resultante da associação dum significante a um significado: o signo linguístico é arbitrário” (Saussure 1986[1916]: 124).

¹⁸ Sobre a evolução das teorias setecentistas acerca de uma gramática geral ou universal para as modernas descrições generativistas da dicotomia *estrutura profunda/estrutura de superfície*, cf. Chomsky (2009[1966]: 78-92).

racionalistas mais claros, na medida em que, paralelamente à noção de que a linguagem é subsidiária do pensamento, estabelece ainda a ideia de que a gramática é expressão da razão.

Una cosa es pensar y hablar, y otra pensar y hablar bien. Todos los hombres piensan y hablan, porque sus necesidades les precisan á esto desde la infancia. Mas ¡qué diferencia reina entre ellos en este punto!

[...] ¿Quien duda que explicarán bien sus ideas si estuviesen colocados en su entendimiento en un órden claro? Pues en este caso solo tendrían que dar á las palabras el mismo órden que tienen sus ideas (Jovellanos 1794-1797:150-151).

Do mesmo modo que o signo, na sua dupla natureza formal e significativa, se institui por esta altura enquanto representação arbitrária de uma ideia (Fuertes Gutiérrez 2004: 95-99), a gramática é assumida como representação de uma ordem lógica ou natural.

Na definição de Jovellanos é ainda visível a identificação de Arte com um conjunto de regras e a definição do método de estabelecimento e recolha das mesmas através do uso e observação, conciliando a atitude prescritiva com a descritiva, mais habitual, conforme aponta Gómez Asencio (1981: 31), nos gramáticos que se desviam da linha normativa.

Das passagens selecionadas no quadro anterior, apenas as de Jovellanos e González de Valdés se referem explicitamente às partes da Gramática. Jovellanos, expressamente, apenas distingue entre *gramática geral* e *gramática particular*, integrando-se num esquema binário que, como expõe Manuel Iglesias Bango (2011: 648), é partilhado pelos tratados de gramática geral deste período, ao passo que os de gramática particular se inclinariam por uma conceção quaternária das disciplinas da gramática. É o caso de González de Valdés, que, para além de considerar em termos macroestruturais três tipos de gramática (*elementar, sublime e historial*), propõe ainda, no plano interno, quatro partes: *analogia, etimologia, prosódia e construção*. Trata-se de uma proposta que Gómez Asencio (1981: 34) não identifica, nestes termos concretos, em nenhum outro gramático do último quartel do século XVIII e que apresenta como a mais tradicional das propostas de divisão em quatro partes desse período. Efetivamente, como refere Lozano Guillén (1992: 29), a proposta de quatro partes que encontramos em González de Valdés remonta à estabelecida por Prisciano e foi acolhida no período medieval quer pela tradição normativa quer pela especulativa. Como, por sua vez, se pode ler em Martínez Gavilán (2011: 616), tal proposta consolida-se entre os séculos XV e XVII e perdura ainda no século XVIII. Concretamente, no caso de González de Valdés observa-se que a ortografia fica excluída e que, como esclarece Gómez Asencio (1981: 35), os conceitos de *analogia* e *etimologia* são concebidos como duas faces do que hoje se designa como *morfologia*.

Analogía, se llama la proporcion, ó semejanza natural que hay de unas palabras, ó expresiones á otras del lenguaje en alguna de sus circunstancias, v. g. *coruus*, *taurus*, el cuervo, el toro, disílabas, masculinas, de una misma declinacion, especie, número, cantidad &c.

La *etimología* sirve para buscar el origen de que dimanen las palabras que se han ido multiplicando en las lenguas con el aumento de la composicion, y derivacion de ellas: lo qual se llama figura simple, ó compuesta, y especie primigenia, ó derivada, v. g. *decus*, honor, 2 palabras simples; *dédecus*, deshonor, 2 palabras compuestas: *arbo*, arbol, 2 palabras primigenias; *arbúscula*, arbolito, 2 palabras derivadas (González de Valdés 1798: 6).

Já em San Pedro, a descrição das partes da gramática surge no seguimento da sua definição.

Hablamos para manifestar nuestros pensamientos por medio de las palabras, que son las voces articuladas por la lengua o labios, con intención de manifestar lo que se oculta en nuestro ánimo.

Escrivimos por medio de figuras o letras, que ponen a la vista las palabras o vocablos [...].

De las palabras ordenadas nace el razonamiento o la oración, que las considera como sus partes [...]. A este fin deberá el Gramático conocer primero la calidad de cada una de estas partes separadamente, i después el modo como se an de ordenar i disponer entre sí, para componer el habla pura, clara, i elegante, como también la correspondencia de las pronunciaciones con sus letras para la buena escritura.

Por esta doctrina se puede dividir comodamente la Gramática en cinco libros. En el primero se trata del Origen, i perfeccion de la lengua Española. En el segundo de las partes de la oracion separadamente, que llamamos *Analogia*. en el tercero de la *Syntaxis*, o decente union de dichas partes, para formar la perfecta oracion. En el cuarto de la buena pronunciación o *Prosodia*. En el quinto de la buena escritura, que se llama *Orthographia* (San Pedro 1769: tomo I, XXIV-XXV).

As matérias que aí reconhece teoricamente como partes da Gramática encontram correspondência na estrutura da sua obra, para a qual reivindica o Brocense como modelo¹⁹, embora tal fidelidade tenha sido questionada (Lázaro Carreter 1985[1949]: 200)²⁰. Um dos aspetos que merece destaque é a inclusão de um capítulo sobre a história da língua. Trata-se de uma situação que García Folgado (2003: 58) explica à luz da atitude pedagógica dos padres escolápios relativamente ao ensino do Latim. Particularmente significativa é também a introdução por San Pedro da expressão *analogia* para referir-se ao que a tradição designava *etimologia*. Este critério é explicado por

¹⁹ “Este es el methodo que me e propuesto seguir imitando al de Francisco Sanchez de las Brozas en su Minerva sobre la union de las partes de la oracion Latina, por la cual mereció ser llamado Padre de las Letras, i Restaurador de las Ciencias, i en el dia es seguido universalmente con singular honor i gloria de nuestra Nacion de todos los Estrangeros, i hombres sabios de nuestro Siglo: aviendole casi copiado Vossio, i explicado Sciopio i Perizonio: como tambien el célebre Lanceloti Autor del nuevo methodo de Puerto Real” (San Pedro 1769: XI).

²⁰ Efetivamente, Francisco Sánchez discorda da tradicional divisão quatripartida: “La gramática no se divide en histórica y metódica, ni en Ortografía, Prosodia, Etimología, Sintaxis” (Sánchez de las Brozas 1995[1587], I, 2).

García Folgado (2003: 59) pela influência de Claude Lancelot, associando-o à preocupação racionalista “por mostrar la regularidad, el orden y la conformidad de las lenguas a determinadas proporciones, sobre todo flexivas, junto con el intento de explicar y reducir las irregularidades”.

Nos casos de Torre y Ocón e de Puig, a ausência de passagens sobre esta questão impede a retirada de conclusões seguras a este respeito. Poder-se-ia pressupor que a estrutura real das obras destes autores coincide com a divisão da Gramática que os mesmos reconhecerão como ideal. A fazê-lo, Torre y Ocón trataria de 4 partes (prosódia e ortografia, morfologia e sintaxe), mas Puig, apenas de uma (morfologia), quando no seu texto aponta para uma conceção binária da Gramática²¹, como põe em relevo Iglesias Bango (2011: 650, n. 16). No entanto, tal suposição reveste-se de alguma fragilidade, na medida em que a organização dos diferentes textos se encontra condicionada pelo seu público e pelas suas finalidades específicas, as quais podem implicar divergências entre o plano teórico e o plano prático. Observa-se, em conclusão, que não existe uniformidade entre os autores do *corpus* no tocante à designação e número das partes da Gramática.

4. AS CLASSES DE PALAVRAS

No tocante às classes de palavras, destaca, em primeiro lugar, o modo e proporção da combinação de critérios formais, sintáticos e semânticos na sua descrição. Como demonstrou Gómez Asencio (1981: 92-94 e 144) acerca da produção gramatical de finais do século XVIII e da primeira metade do seguinte, trata-se de um ecletismo que nem sempre ocorre no mesmo plano de descrição e análise e que apresenta desequilíbrios: reduzida presença dos critérios formais e escassos indícios dos sintático-funcionais, sendo que estes últimos, segundo o mesmo autor (Gómez Asencio 1981: 144), são precisamente uma das heranças da gramática filosófica francesa, em especial de Étienne Bonnot de Condillac e de Destutt de Tracy. Como conclui Gómez Asencio (1981:123-125), esta situação revela fragilidades de assimilação das teorias de inspiração francesa por parte dos gramáticos espanhóis. Mais adiante, no comentário às diferentes classes de palavras, poder-se-á verificar como esta é, de facto, a situação observada no *corpus* em estudo.

No tocante ao número de classes consideradas, conforme é visível no quadro 2, com exceção de Torre y Ocón (que preconiza um sistema de sete classes), os autores do *corpus* defendem modelos de oito ou nove classes de palavras, agrupadas, excetuado o caso de Jovellanos, em partes declináveis e indeclináveis.

²¹ “Las voces significativas, que decimos ser las Partes de la Oracion gramatical, pueden considerarse de dos maneras: esto es; ò separadas, ò entre si unidas” (Puig, 1770: 1, n.*).

Torre y Ocón (1728)	7 partes Partes declináveis: nome; pronome; verbo. Partes indeclináveis: advérbio, preposição, interjeição; conjunção.
Benito de San Pedro (1769)	9 partes Partes declináveis: artigo; nome; pronome; verbo; participio. Partes indeclináveis: advérbio; preposição; conjunção; interjeição.
Puig (1770)	8 partes Partes declináveis: nome; pronome; verbo; participio. Partes indeclináveis: preposição; advérbio; interjeição; conjunção.
Jovellanos (1794-1797)	9 partes Substantivo; adjetivo; artigo; pronome; verbo; advérbio; preposição; conjunção; interjeição.
González de Valdés (1798)	8 partes Partes declináveis: nome; pronome; participio; verbo. Partes indeclináveis: advérbio; preposição; conjunção; interjeição.

Quadro 2: as partes da oração

Tanto a distinção entre partes declináveis e indeclináveis como a opção por um sistema de oito ou nove partes têm arraigo na tradição gramatical mais normativa e mais apegada à descrição do Latim (Gómez Asencio 1981: 96-102), com inspiração em Dionísio de Trácia e Prisciano. Contudo, no que ao número de partes da oração se refere, há que precisar que esta opção não significa necessariamente alinhamento com a corrente normativa, já que podemos também observar estes traços na tradição racionalista precedente. A distinção das partes da oração em função da sua capacidade de declinação é um dos traços comuns à gramaticografia espanhola inspirada em Sánchez de las Brozas, como expõe Ramajo Caño (1987: 54-55), apontando os casos de Gonzalo Correas, Bartolomé Jiménez Patón y Juan de Luna. Quanto à divisão em nove classes de palavras, ela está presente na própria Gramática de Port-Royal (1660: 30). Outro aspeto a observar é que a coincidência no número de classes não implica necessariamente coincidência nas mesmas e essa questão é relevante para distinguir os autores em estudo no que concerne ao seu alinhamento doutrinário, sendo particularmente significativas, as divergências nos autores do corpus a respeito da consideração do participio, adjetivo e artigo. De facto, apenas Puig e González de Valdés coincidem nas classes de palavras a que reconhecem independência categorial e, mesmo assim há traços divergentes a registar. Com efeito, Puig singulariza-se relativamente a González de Valdés pela distinção entre a perspectiva de consideração das classes de palavras em abstrato e isoladamente (*partes en aptitud*) e a perspectiva da sua combinação real no contexto da oração (*partes en actualidad*). No que concerne a outro traço original da sua proposta - hierarquização entre classes

principais (o nome e o verbo) e *accessórias* (as restantes) - há que registar uma situação mais complexa. Trata-se de uma distinção realizada em função de critérios sintático-semânticos: i) a capacidade para, autonomamente, conferir sentido à oração; ii) a capacidade para figurar autonomamente sem se combinar com outras classes.

Las voces significativas, que decimos ser las Partes de la Oracion gramatical, pueden considerarse de dos maneras: esto es; ò separadas, ò entre si unidas. Separadas son solamente partes en aptitud: unidas lo son con actualidad. Y aunque sean ocho, no todas concurren siempre, è igualmente à formar la Oracion, sino algunas, y de estas, unas como principales, y otras como accesorias. Las principales son el *Nombre*, y el *Verbo* sin las quales no puede proferirse enunciacion en materia alguna, que tenga perfecto sentido; y al contrario, con ellas solas puede formarse qualquiera enunciacion perfecta: v. g. *Dios gobierna todas las cosas*. Las demás son menos principales, y no siempre precisas. Concurren no obstante ò deben concurrir siempre que conviene expresar alguna circunstancia, de la cosa de que se trata; ò siempre que conviene mejor explicarla, determinarla, exornarla, segun la naturaleza, virtud, y oficio de cada Parte (Puig 1770: 1-2).

De acordo com García Folgado (2005: 369-370) é esta particular orientação que o singulariza entre os que o precederam neste tipo de hierarquização e que a autora procura identificar.

En el caso de Puig, es probable que esta distinción se deba a una reelaboración de la herencia clásica, apoyada en el manejo de los racionalistas hispánicos, como el Brocense o Correas, aunque es interesante señalar también un cierto acercamiento a los postulados de Buffier (García Folgado 2005: 370).

Simultaneamente, relativamente aos autores em estudo, o foco no critério semântico (“que tenga perfecto sentido”) para distinguir entre partes principais e partes secundárias aproxima Puig de González de Valdés, que, como observa a mesma autora (García Folgado 2005: 370, n.7), oferece uma distinção similar²²:

La esencia de las palabras consiste en ser significativas para ser partes de la oracion. Las que por sí solas nada significan como *titivilitium*, segun Festo; ó significan como partes de otras palabras, v. g. *cine* en *hiccine*; no son partes principales de la oracion si no subalternas, como lo son tambien los sonidos simples, las sílabas de las palabras, los artículos, y preposiciones, que nada significan por sí solos (González de Valdés 1798: 7).

No entanto, separa-os o facto de que em González de Valdés tal critério não adquire, como em Puig, contornos sintáticos. De algum modo, mais

²² Gómez Asencio (1981:99) identificou contradições na forma como González de Valdés desenvolveu este raciocínio, nomeadamente no que se refere à preposição. Segundo o investigador, se bem que a inclua entre as partes principais da oração – conforme, aliás, é exposto no quadro 2-, por outro lado descreve-a como uma parte subalterna.

semelhante à de Puig é a distribuição a que se assiste em Jovellanos entre *palabras necesarias* e *palabras determinantes*.

[...] Para expresar un juicio se necesitan tres palabras. Así, cuando decimos *el hombre es mortal, hombre y mortal* representan dos ideas, y *es* representa aquella percepción del alma que halla una relación entre ellas. El juicio expresado con palabras se llama *proposición* (Jovellanos 1794-1797: 104).

Hay otra especie de palabras cuyo oficio es determinar aquellas de que hemos hablado, y por esto se llaman palabras determinantes (Jovellanos 1794-1797: 105).

Nesta proposta, as *palabras necesarias* correspondem a substantivo, adjetivo e verbo e são respetivamente apresentadas como indicadores de *ser*, *qualidad* e *estado*. Se bem que esta apresentação remete para um critério semântico, a sua consideração do ponto de vista da sua imprescindibilidade na proposição transpõe a abordagem para um plano intraproposicional. Já para o estabelecimento das *palabras determinantes* - composto por artigo, adjetivos possessivos, demonstrativos e conjuntivos, advérbio, preposição, conjunção e interjeição -, o autor conjuga critérios sintáticos e semânticos, como sistematiza Gómez Asencio (1981: 106)²³.

Por sua vez, as propostas de oito classes de Puig e González de Valdés diferem das de nove de San Pedro e de Jovellanos pela admissão, por parte destes últimos, do artigo como categoria independente do nome - aspeto em que se demarcam também de Torre y Ocón. Por outro lado, Puig e González de Valdés coincidem com San Pedro no tocante à consideração do participípio como categoria autónoma, enquanto que em Torre y Ocón e em Jovellanos este é tratado juntamente com o verbo. Na gramática de Arnauld & Lancelot, se bem que o participípio é considerado uma categoria autónoma, tratam-no juntamente com o verbo, observando a sua equivalência funcional, e descrevem-no como sendo um nome²⁴. De certa forma, é também o que acontece em San Pedro, Puig e González de Valdés, onde o participípio concilia traços nominais e verbais. Apesar desta questão, nas classes consideradas autonomamente, a proposta de San Pedro coincide com a da Gramática de Port-Royal (1660: 30), sendo a sua *Arte del romance castellano* a primeira

²³ Observe-se que o pronome (restringido ao pronome pessoal) fica de fora desta distribuição. Sobre esta situação e sobre a consideração dos adjetivos tanto entre as palavras determinantes como entre as necessárias, cf. Gómez Asencio (1981: 106).

²⁴ “Les Participes sont de vrais noms adjectifs, & ainsi ne seroit pas le lieu d’en parler icy, si ce n’etoit à cause de la liaison qu’ils ont avec les verbes.

Cette liaison consiste, comme nous avons dit, en ce qu’ils signifient la mesme chose que le Verbe, hors l’ affirmation, qui en est ostée, & la designation des trois differentes personnes, qui suit l’ affirmation. C’est pourquoy en l’y remettant on fait la mesme chose par le participe que par le verbe” (Arnauld & Lancelot 1660: 121).

gramática espanhola a defender este sistema específico de nove classes, como refere Gómez Asencio (1981: 97), não obstante os sistemas de nove classes serem os mais frequentes na gramaticografia espanhola precedente (Ramajo Caño 1987: 55). San Pedro singulariza-se ainda relativamente a todos os autores do *corpus*, pela distinção entre substantivo e adjetivo como categorias independentes, aspeto em que também se demarca dos gramáticos de Port Royal - mas não da tradição francesa coeva²⁵ - e no qual é pioneiro na gramaticografia espanhola, como faz notar Gómez Asencio (1981: 98).

De acordo com o anteriormente exposto, a proposta de Benito de San Pedro reproduz a de Port-Royal no número de classes e nas classes em si. Contudo, como já foi referido, tais aspetos também são partilhados por gramáticas não-racionalistas como a *GRAE*, nas suas edições setecentistas (1771 e 1796). Lliteras Poncel (1992: 14-15) considera que o principal contributo de San Pedro para a difusão do racionalismo francês em Espanha terá sido a sua rutura com uma descrição meramente formal e semântica que opõe umas classes a outras – que é o que faz ao passar a considerar também o nível de análise lógica da proposição. É, contudo, com Jovellanos que as ideias racionalistas francesas têm uma projeção mais profunda, situando-o Gómez Asencio (1981: 104), entre outros fatores, pelo seu contributo para a abordagem das classes de palavras a partir de uma perspetiva intraproposicional, na linha da corrente sensualista inaugurada em França por Condillac.

Atentar-se-á agora no modo como as diferentes classes de palavras são apresentadas pelos diferentes autores, concentrando a atenção nos aspetos postos em evidência nas definições recolhidas.

4.1. Substantivos e Adjetivos

Torre y Ocón (1728: 220)	“Les noms substantifs sont des noms qui signifient quelque substance, quelque être, quelque chose que ce soit, & ils subsistent par eux mêmes, sans le socors d’aucun autre nom comme <i>Aguila</i> , <i>Aigle</i> ; <i>León</i> , Lyon; <i>Serpiente</i> , Serpent; <i>manzana</i> , pomme; <i>rosa</i> , rose; <i>leche</i> , lait, &c. Les noms adjectifs sont ceux, qui signifient pour une chose; mais qui marquent seulement la qualité de la chose comme <i>bueno</i> , <i>buena</i> , bon, bone; <i>malo</i> , <i>mala</i> , mauvais, mauvaise; <i>amargo</i> , <i>amarga</i> , amer, amere; <i>hermoso</i> , <i>hermosa</i> , beau, belle; <i>fuerte</i> , fort, forte; <i>capaz</i> , capable; <i>facil</i> , facile, & ils ne peuvent jamais être employez, sans être joints à un nom substantif”.
-----------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

²⁵ Entre os precedentes franceses, Gómez Asencio (1981: 98) aponta Gabriel Girard, autor de *Vrais Principes de la langue françoise* (Paris 1747), como introdutor desta distinção na gramaticografia europeia.

Benito de San Pedro (1769: tomo I, 134)	“Es en dos maneras <i>substantivo</i> i <i>adjetivo</i> . Substantivo es el que significa la cosa absolutamente i que subsiste por si mismo en la oracion, como <i>Sol, Cielo, Planeta</i> . Adjetivo es el que califica la cosa, o señala la calidad i manera de la cosa, como <i>blanca, fria noble, amable</i> ”.
Puig (1770: 3)	“NOMBRE SUBSTANTIVO es aquel, que expresa <i>lo que es en sí</i> , la persona o cosa: v. g. <i>Dios. Hombre. Arbol. Piedra</i> . NOMBRE ADGETIVO es: aquel, que expresa <i>qual es</i> , ò que qualidad tiene la persona ó cosa: v.g. <i>Bueno. Malo, Amargo. Dulce</i> ”.
Jovellanos (1794-1797: 105 e 106)	<p>“Se dio a esta palabra el nombre de adjetivo, porque debe juntarse á un sustantivo para significar algo, siendo propio de ella indicar la calidad como perteneciente á un objeto. Pero si consideramos la calidad abstracta, esto es, separada de un objeto, entonces la palabra que la indica se convierte en substantivo. Así, de la palabra <i>blanco</i> se formó <i>blancura</i>, como de virtuoso virtud [...]”</p> <p>“[...] Llama desde luego nuestra atención una especie de palabras, que sin duda alguna fueron las primeras sugeridas al entendimiento humano, á las que todas las demás se refieren, y sin las cuales no puede subsistir ninguna en la oracion. Tales son los substantivos que sirven para nombrar las cosas ó personas, y para distinguir las, sin señalar cantidad, calidad, acción ó relación”.</p>
González de Valdés (1798: 8)	“Los nombres son de 2 maneras, substantivos ó adjetivos. <i>SUBSTANTIVOS</i> son los que sirven de fundamento á los adj. y á los verbos, significando alguna substancia ó propiedad en abstracto, separada mentalmente de la substancia v.g. el subst. <i>Sol</i> , quando sirve de fundamento al adj. <i>magnus</i> , en <i>Sol magnus, sol grande</i> [...]. <i>NOMBRES ADJETIVOS</i> , adjuntos, ó concretos, son los vocablos, que sirven para nombrar alguna propiedad, ó circunstancia determinada de los subst. y se juntan y sujetan á ellos en género, número y caso, con la misma ó distinta terminacion v.g. <i>magnus</i> , quando se aplica á <i>Sol</i> significa la magnitud ó grandeza unida con el <i>Sol</i> [...]”.

Quadro 3: o nome - substantivos e adjetivos

Como esclarece Gómez Asencio (1981: 98 e 137), a consideração do substantivo e adjetivo como categorias independentes é introduzida na gramaticografia espanhola por Jovellanos a partir da obra de Condillac, sendo que Ridruejo Alonso (2011: 243) equaciona igualmente a possibilidade de que tal presuposto possa estar também inspirado na *Encyclopaedia Britannica* de William Smellie (1740-1795). Segundo o mesmo autor (Gómez Asencio 1981: 137), tal proposta - juntamente com a análise extraproposicional e semântica, por meio da qual se precisa o conteúdo e modo de significação do substantivo - constitui um traço de modernidade da proposta de Jovellanos. Inversamente, a opção contrária, consubstanciada na divisão do nome em *nome substantivo* e *nome adjetivo* - comum aos restantes autores de que aqui

se trata, é apresentada por Gómez Asencio (1981: 131) como uma resistência em abandonar a tradição gramatical normativo-descritiva. Não obstante, o mesmo autor (Gómez Asencio 1981: 134-135) reconhece na postura de González de Valdés uma atitude crítica, para a qual aponta raízes na gramática especulativa medieval, pelo facto de sustentar a diferenciação entre os dois tipos de nomes a partir do conteúdo e modo de significação e não na mera identificação com o conceito de substância ou qualidade. Tal é, com efeito, um aspeto que separa a sua definição das de Torre y Ocón, San Pedro e Puig.

Recuperando o que já aqui se disse sobre a hierarquização das classes de palavras, destaca-se que, em Puig, González de Valdés e Jovellanos, o substantivo figura como classe principal ou entre as principais junto com o verbo - o que aliás acontece em toda a tradição gramatical espanhola que deriva de Aristóteles, como refere Gómez Asencio (1981: 214). Segundo este autor (Gómez Asencio 1981: 140), Jovellanos distingue-se por considerar o valor do substantivo como superior ao do verbo, no que identifica uma proximidade quase literal com Condillac pela argumentação utilizada em função de fatores históricos e sintáticos, como é, aliás, visível no quadro anterior.

Relativamente às subespécies dos substantivos, a generalidade dos autores em estudo, segue a tradição precedente (Ramajo Caño 1987: 79-81) distinguindo entre *próprios* e *comuns* (ou *apelativos*)²⁶, mas destacam-se alguns casos. Um caso a salientar é o de Jovellanos que aos substantivos *comuns* e *próprios* acresce o *abstractos* (1794-1797: 106). Outro caso em destaque é o de San Pedro (1769: tomo I, 135-154) que estabelece uma tipologia mais complexa, onde, a par com a anterior distinção, na linha da tradição gramatical anterior (Ramajo Caño 1987: 86-94), estabelece outra entre *primitivos* e *derivados*²⁷. Algo semelhante acontece também em González de Valdés, mas, neste caso, como assinala Gómez Asencio (1985: 15), a oposição é implícita, já que não incide apenas sobre os derivados, dentro dos quais estabelece – aliás, como Puig (1770:6) - subespécies em função da categoria gramatical de que derivam (*denominativos, pronominales, participiales, verbales, adverbiales, preposicionales, conjuncionales* e *interjeccionales*)²⁸.

Quanto às subespécies dos adjetivos, San Pedro (1769: tomo I, 135-154) destaca apenas a classe dos numerais. Torre y Ocón (1728: 222) coincide em identificá-las com os graus dos mesmos (*positivos* - ou *absolutos*-, *comparativos*

²⁶ A designação *apelativos* é utilizada por Torre y Ocón e por Puig em lugar de *comuns* e como sinónima da mesma por San Pedro. Em Torre y Ocón, a identificação destas subespécies como sendo próprias dos nomes substantivos e não dos adjetivos tem lugar implicitamente, quando, depois da declinação de *próprios* e *apelativos*, se afirma o seguinte: “de la même manière se déclinent les noms adjectifs, quand ils ont un article [...]” (Torre y Ocón 1798: 221).

²⁷ Não obstante, ao tratar dos adjetivos, González de Valdés (1798: 114) refere a existência de *primitivos* e *derivantes*, por oposição aos *derivados*.

²⁸ Tal subdivisão é partilhada tanto por nomes substantivos, como adjetivos.

e *superlativos*), mas Puig (1770: 39) desenvolve ainda outra classificação em função do modo de significação (*posesivos, denominativos, correlativos e numerales*). Em González de Valdés (1769: 111), os comparativos e superlativos fazem parte dos adjetivos aumentativos, o que, por sua vez, corresponde a uma das categorias em que o gramático divide os nomes adjetivos denominativos, utilizando critérios semânticos (*gentílicos o nacionales, posesivos, de materia, de tiempo, numerales, aumentativos e diminitivos*). Jovellanos (1794-1797: 107), por sua vez, distingue entre os adjetivos *que determinan* e os *que califican*.

4.2. O artigo

No tocante ao artigo, é importante não só esclarecer o significado doutrinal da aceitação ou rejeição da sua autonomia categorial, mas também dar conta de que, independentemente da sua opção nessa matéria, os autores em estudo não revelam unanimidade na sua conceção do artigo.

Torre y Ocón (1728: 215)	“Les Espagnols ont deux sortes d’articles ainsi que les François, l’un qu’on appelle défini, qui sert à décliner toute sorte de noms, à la reserve des noms propres, les quels ordinairement ne le prenent pas. L’autre indéfini, le quel entre non seulement dans la déclinaison de tous les noms sans exception, mais qui sert encore à décliner l’article défini luy même, comme il se verra bien tôt”.
Benito de San Pedro (1769: tomo I, 126)	“El Articulo es una parte de la oracion que se pone antes del nombre i de otras partes para darles ser, i excelencia. En los nombres distingue el género, el número y el caso”.
Puig (1770: 30)	“Para la declinacion de los Nombres, á mas de las <i>Particulas</i> denotativas de los Casos, se necesitan <i>Articulos</i> designativos de los Generos. [...] De Artículos hay dos especies: Unos que se llaman <i>Definidos</i> v.g. <i>El</i> , masc. <i>La</i> , fem. <i>Lo</i> , neutro. Otros que se llaman <i>Indefinidos</i> : v.g. <i>Un</i> , masc. <i>Una</i> , fem”.
Jovellanos (1794-1797: 105)	“Hay otra especie de palabras cuyo oficio es determinar aquellas de que hemos hablado, y por esto se llaman palabras determinantes. Cuando decimos <i>dame los libros</i> , la palabra <i>los</i> denota que son ciertos y determinados los libros que se piden; pero cuando se dice <i>dame libros</i> , no se señala ni determina cuáles son; y así no se usa de aquella palabra que suele llamarse artículo”.
González de Valdés (1798: 6-7)	“Los artículos determinantes, <i>el, los</i> , masculinos; <i>la, las</i> , femeninos; <i>lo</i> , neutro; y los no determinantes <i>un, uno, unos</i> , masculinos; <i>una, unas</i> , femeninos, son una especie de adjetivos muy frecuentes, que usamos antepuestos siempre á los nombres, pronombres, y participios, solo para determinar, ó no determinar los animales, y cosas, y distinguir el género, y número de ellos, por lo cual se pueden llamar con propiedad <i>señalagéneros</i> v. g. <i>el viento, los vientos; el cual, los cuales; lo bueno, lo dicho, un hombre, unos hombres; una mujer, unas mujeres</i> ; si <i>uno</i> es pobre, no es estimado”.

Quadro 4: o artigo - definição e classificação

Tanto Torre y Ocón como González de Valdés consideram o artigo como subclasse nominal, mas diferem no estatuto que lhe atribuem. González de Valdés considera-o como uma das espécies dos nomes adjetivos. Já em Torre y Ocón, o artigo surge, em termos de organização do texto, a par com os nomes adjetivos e os nomes substantivos, e não na sua dependência. Não acontece o mesmo em Puig, que reforça o tópico historiográfico da ambiguidade entre artigo e pronome, integrando aquele entre os pronomes, apesar de descrever os artigos no capítulo referente aos nomes, pelo papel auxiliar que desempenham em relação à declinação dos mesmos. Observe-se também que, embora González de Valdés considere os artigos como nomes adjetivos, ele reconhece a sua ambivalência formal como pronomes ou artigos. A consideração do artigo como uma categoria autónoma arranca com os estoicos e consolida-se com os gramáticos alexandrinos, sendo esta conceção a que impera na tradição gramatical espanhola desde Antonio de Nebrija (Sarmiento 1996: 211-213; Martínez Gavilán 2007: 2934-2936). A sua consideração como subclasse nominal, como explica Martínez Gavilán (2007: 2936), remonta a Cristóbal de Villalón e tem continuidade, no século XVII, em autores conotados com o pensamento racionalista de Sánchez de las Brozas, como Jiménez Patón o Correas. Já os textos setecentistas de inspiração racionalista não revelam unanimidade nesta questão. Se, por um lado, os gramáticos de Port-Royal conferem autonomia ao artigo, como fazem San Pedro e Jovellanos, os enciclopedistas, como Du Marsais, negam-na considerando-os uma espécie dos adjetivos²⁹.

Se bem que coincidam no reconhecimento da independência do artigo, Jovellanos e San Pedro diferem do ponto de vista dos critérios presentes na sua definição. Como refere Gómez Asencio (1981: 155), quer entre a tradição normativa, quer entre os gramáticos que dela se desviam, predomina uma descrição do artigo assente em critérios sintático-funcionais e sintático-colocacionais. Em Torre y Ocón, Puig e Jovellanos estão presentes os primeiros. San Pedro e González de Valdés combinam ambos os critérios. A associação a estes critérios do critério semântico de determinação/indeterminação, observável em Jovellanos e González de Valdés, aproxima mais estes autores da descrição de tipo lógico-semântico que caracteriza a gramática racionalista - a qual, segundo Gómez Asencio (1981: 155), só aparecerá no século XIX, com José Gómez Hermosilla.

Relativamente à classificação, com exceção de Jovellanos, todos os autores do *corpus*, admitem a variação definido/indefinido (expressa como *determinante /no determinante*, no caso de González de Valdés) estabelecida

²⁹ “A l’égard de le, la, les, je n’en fais pas une classe particulière de mots sous le nom d’article je les place avec les adjectifs prépositifs” (D’Alembert & Diderot 1751-1765: tomo I sv «ARTICLE»).

pelos gramáticos de Port-Royal. Observe-se que, em San Pedro, como advertem Lliteras Poncel (1992: 513-514) e Martínez Alcalde (1998: 391-392) a formulação dessa destriça é ainda incipiente e revela mais a influência de Correias que de Port-Royal. De facto, o registo da mesma em San Pedro resume-se à equivalência funcional do artigo *el* e do adjetivo numeral *un*³⁰. Na medida em que não procede a esta distinção³¹, Jovellanos, como já foi referido por Gómez Asencio (1981: 158, n. 165), coincide com a generalidade da tradição gramatical espanhola, mas também com os enciclopedistas franceses³².

4.3. O pronome

Sobre o tratamento do pronome nos textos em estudo, nota-se que há consenso no tocante à consideração daquele como categoria autónoma, como é observável no quadro 2, anteriormente apresentado. Há também relativa uniformidade em relação aos valores assumidos por esta categoria, já que todos os autores assentam as suas definições no seu valor substitutivo do pronome, com uma única referência, no texto de San Pedro, à componente estilística, a qual, como refere García Folgado (2005: 295), está presente na *GGR* e em Pierre Restaut.

Torre y Ocón (1728: 241)	“Les pronoms sont les parties de l’oraison, qui se mettent à la place d’un nom, & ils ont des genres, des nombres, & des cas, comme les noms”.
Benito de San Pedro (1769: tomo I, 154)	“SE introdujo el Pronombre en las lenguas para evitar la repeticion del nombre, en cuyo lugar se pone”.
Puig (1770: 51)	“ <i>PRONOMBRE</i> es: una Parte de la Oracion, que se pone en lugar del <i>Nombre</i> ; y como hace de este el oficio, tiene tambien su forma, y figura, y demás afecciones”.
Jovellanos (1794-1797: 108)	“El pronombre se pone en lugar de un nombre; <i>yo</i> en lugar de la persona que habla, <i>tú</i> en lugar de aquella á quien se habla, <i>él, ella</i> en lugar del sujeto ó de la cosa de que se habla”.
González de Valdés (1798: 9)	“Llámanse <i>PRONOMBRES</i> aquellos vocablos declinables, ó indeclinables que se distinguen de los demas en substituirse esencial y accidentalmente con los verbos, significando el mismo animal, ó cosa, y con el mismo género, número, y caso, en que se usan repetidos algunas veces con ellos los nombres á que se refieren, v. g. en <i>amittunt homines proprium, qui alienum ádpetunt</i> , pierden lo propio los hombres, que apetenen lo ageno”.

Quadro 5 : o pronome - definição

³⁰ “En los dos siguientes se ve como *un* determina del mismo modo que *el*” (San Pedro 1769: 133).

³¹ “Los articulos son tres: *el* para el masculino, *la* para el femenino y *lo* para el neutro” (Jovellanos 1794-1798: 106).

³² “La Grammaire générale de P. R. pag. 53. dit que *un* est *article* indéfini. Ce mot ne me paroît pas plus *article* indéfini que *tout*, *article* universel ou *ce, cette, ces, articles* définis” (D’Alembert & Diderot 1751-1765: tomo I sv «ARTICLE »).

Se bem que os gramáticos de Port Royal coincidem com o panorama geral aqui descrito, na tradição racionalista precedente inspirada em Sánchez de las Brozas é negado ao pronome o estatuto de categoria autónoma, frequentemente em associação com a negação do seu carácter substitutivo, como expõe Escavy (2002: 25). Segundo dados recolhidos no mesmo autor (Escavy 2002: 28), esta proposta tem escassa representação entre a produção gramaticográfica espanhola setecentista, e os autores do *corpus* não constituem uma exceção à mesma. É, contudo, de destacar a posição singular de Jovellanos, que, como é observável nos quadros 5 e 6, revela maior proximidade às propostas de gramáticos franceses como Condillac (Gómez Asensio 1981: 174, n. 204), que restringem aos pessoais a condição de pronome.

Torre y Ocón (1728)	Pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, indefinidos e conjuntivos.
Benito de San Pedro (1769)	Pessoais, conjuntivos, possessivos, demonstrativos, relativos, absolutos, indefinidos.
Puig (1770)	i) Substantivos e adjetivos; ii) Primitivos e derivativos; iii) Simples e compostos; iv) Pessoais, demonstrativos, possessivos, relativos, interrogativos e recíprocos.
Jovellanos (1794-1797)	Pessoais.
González de Valdés (1798)	Pessoais, demonstrativos e relativos.

Quadro 6: o pronome - classificação

O quadro anterior permite concluir que todas as propostas de tipologia pronominal apresentam diferenças. Inclusivamente as de Torre y Ocón e San Pedro, não obstante uma maior semelhança, diferem pela distinção, em San Pedro, entre relativos e absolutos ou interrogativos. Puig também se singulariza entre os restantes autores por uma proposta que, na linha de Nebrija, combina, como expõe García Folgado (2005: 381-383), três critérios diferentes: origem, forma e significação. Finalmente, González de Valdés, apresenta a proposta, depois da de Jovellanos, com menos categorias. San Pedro considera a interrogação como um traço transversal a todos os pronomes - ideia que podia já ser encontrada nos gramáticos de Port-Royal,

como faz ver García Folgado (2005: 596) - e considera ainda os indefinidos como uma variante dos relativos³³ e os possessivos dentro da designação *personales*³⁴ - uma designação para a qual García Folgado (2005: 296) chama a atenção pelo seu caráter inovador na tradição espanhola e pelo que revela de proximidade à proposta tipológica de Restaut.

4.4. O participípio

A consideração do participípio como classe autónoma remonta a Dionísio de Trácia, como observa Gómez Asencio (1981: 313) e, conciliando as marcas nominais com as verbais, é a que predomina em toda a gramaticografia espanhola até à edição da *GRAE* de 1771. Como se ilustra no quadro 7, é nessa linha que se situam San Pedro, Puig e González de Valdés, que, embora o apresentem como categoria independente, acabam por o classificar como um nome adjetivo que participa tanto das categorias do nome como do verbo. A mesma ambiguidade categorial é observável nos autores que não lhe reconhecem caráter independente, como acontece em Torre y Ocón e em Jovellanos, que lhe atribuem natureza verbal, mas reconhecem que participa igualmente de características nominais (Torre y Ocón) ou adjetivais (Jovellanos). Já o não reconhecimento do participípio como categoria autónoma enquadra estes dois gramáticos na linha quer do racionalismo francês quer da gramática racionalista espanhola que, desde Sánchez de las Brozas, questiona essa autonomia, como demonstra Gómez Asencio (1981: 313).

Torre y Ocón (1728: 315)	“Ils s’ apellent participes, parece qu’ ils participant du Nom, & du Verbe. Ils participant du Nom en ce qu’ ils se varient quelque fois par Nombres, & Cas, comme le Nom; & ils participant du Verbe en ce, qu’ ils ont la signification, & construction du verbe dont ils sont Participes”.
Benito de San Pedro (1769: tomo II, 76)	“Participio es una dición verbal o que sale de verbo, que guarda la señal de tiempo con significacion i regimen de verbo, que se declina por generos, numeros, i casos. I por participar del verbo, i del Nombre se llama Participio”.
Puig (1770: 131)	“Participio es una Voz significativa de accion ò de pasion con tiempo; pero declinable por generos, numeros, y casos”.
Jovellanos (1794-1797: 105)	“Los participios se llaman así porque participan del verbo y del adjetivo [...]”.

³³ “Todos los pronombres pueden ser *interrogativos*, ó servir para preguntar, como *quis est?* quien es? *quid est?* qué es? los cuales dos tambien se usan indefinidos, ó sin determinar persona, ó cosa, preguntando, ó sin preguntar, v. g. *quis sit*, ó *quid sit*, *nescio*; quien es, ó que es, no lo sé” (González de Valdés 1798: 9).

³⁴ “*Personales* son los que significan propiam. personas, é impropiam. las cosas, y son *ego*, *nos*, *tu*, *uos*, *sui*” (González de Valdés 1798: 9).

González de Valdés (1798: 9)	“ <i>PARTICIPIOS</i> son los vocablos adj. verbales, y algunos no verbales, declinables, antiguamente indeclinables, que significan sin afirmacion el modo, y tiempo determinados por los verbos de que dependen [...]. Los partic. se dividen como los verbos, y se llamaron <i>participios</i> por el modo, tiempo, y afirmación, que participan de los verbos, y por el género, número, caso, y declinacion de nombres”.
------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Quadro 7: o participio

4.5. O verbo

No que respeita à teoria verbal, a tradição gramatical hispânica, como esclarece Ramaja Caño (1987: 139), divide-se entre os gramáticos que propõe definições orientadas fundamentalmente por critérios semânticos e os que as constroem combinando esses critérios com os morfológicos, sendo que dentro deste segundo grupo estariam gramáticos que, em maior ou menor medida, alimentaram a corrente racionalista em Espanha. Na época de que aqui se trata, como já fez notar Gómez Asencio (1981: 197), essa divisão evoluiu para uma situação em que se opõem definições com o foco no critério semântico (*existencia, pasión, acción, estado*) - característico da gramática descritivo-normativa - e definições com o foco na teoria do verbo único (o verbo *ser*) sustentada pela gramática filosófica francesa a partir da *GGR*. Tal teoria, não rejeita o critério semântico, mas enquadra-o no contexto da oração, advogando que a natureza do verbo reside na expressão da relação de *afirmação* que se estabelece entre sujeito e atributo³⁵. O quadro 8 permite situar teoricamente os autores do *corpus*, com exceção de Torre y Ocón, que não oferece propriamente uma definição de verbo.

Benito de San Pedro (1769: tomo II, 104)	“El Verbo, hablando en propiedad es una palabra cuyo principal uso es el de significar la afirmacion, pues hablamos para afirmar u assegurar que una idea conviene o no conviene a otra. Aquello de quien se afirma alguna cosa se llama <i>sugeto</i> , i lo que se afirma del fugeto se llama <i>atributo</i> ”.
Puig (1770: 66)	“VErbo es: una voz significativa de accion, ò de pasion, denotando persona, numero, modo y tiempo en que se hace ò padece.”
Jovellanos (1794-1797: 154)	“El verbo, segun hemos dicho, juzga de la relacion de semejanza ó de diferencia que existe entre el sugeto y el atributo; de donde se podria inferir que no hay mas que un verbo en el lenguaje.”
González de Valdés (1798: 9)	“Se llaman <i>VERBOS</i> los vocablos mas declinables, y mas excelentes que se distinguen de todos los demas vocablos en significar por sí solos la afirmacion, ó juicio que hacemos de las cosas señalando con su terminac. la persona, el número, y el tiempo pres. pasado, ó venidero.”

Quadro 8: o verbo - definição

³⁵ “Et c’est proprement ce que c’est le verbe, *un mot dont le principal usage est de signifier l’affirmation [...]*” (Arnauld & Lancelot 1660: 90). O desenvolvimento desta ideia no quadro da relação sujeito/atributo e da teoria do verbo único é levado a cabo nas páginas 89-91 da gramática de Arnauld & Lancelot.

Em alinhamento com a definição tradicional está a que apresenta Puig. Como esclarece Gómez Asencio (1981: 189), as de Benito de San Pedro e de González de Valdés denunciam uma aproximação à proposta por Port-Royal³⁶. Em San Pedro, é já visível a deslocação do foco nos traços formais e semânticos para os semântico-oracionais na esteira da *GGR* (Lliteras Poncel 1992: 514) e de Restaut (García Folgado 2005: 303). Contudo, como adiante se desenvolverá, é Jovellanos quem, entre os autores do *corpus*, assume ainda mais visivelmente que San Pedro ou González de Valdés uma definição verbal de base intraproposicional e leva mais longe a teoria do verbo único, na linha da gramática filosófica e sobretudo por influência de Condillac (Gómez Asencio 1981: 205). Não obstante, na associação ao verbo do valor *estado*³⁷, o mesmo investigador (Gómez Asencio 1981: 205-206) considera que Jovellanos se aproxima das definições encontradas nas gramáticas de cunho normativo. Já García Folgado (2005: 604-605) interpreta as referências ao verbo *estar* e à noção de *estado* como uma reformulação das ideias de Condillac.

Relativamente à importância atribuída ao verbo entre as diferentes classes de palavras, há a registar diferentes situações entre os autores do *corpus*. Como já aqui se disse a respeito do substantivo, Puig (1770: 2) considera que este e o verbo são as duas principais categorias gramaticais, não fazendo distinção de importância entre elas. Já González de Valdés apresenta uma postura complexa em que, como também se viu antes, parece hierarquizá-las dando a primazia ao nome, mas, apresentando os verbos como “vocablos mas declinables, y mas excelentes” (González de Valdés 1798: 9), o gramático atribui-lhes o que Gómez Asencio (1981: 215) descreve como *superioridade morfológica*. Tal parece significativo, por se dar num momento em que, como descreve Gómez Asencio (1981: 214) citando E. Stankiewicz (1974)³⁸, se produz uma mudança na teoria linguística: a tendência para sobrevalorizar o nome dá lugar a uma tendência de valorização preferencial do verbo.

Entre os traços reveladores do enquadramento doutrinal destes autores estão ainda as opções no âmbito da tipologia verbal. O quadro 9 permite uma visão de conjunto desta questão, contemplando as categorias consideradas

³⁶Na linha de Lázaro Carreter (1985[1949]: 200-201), Gómez Asencio (1981: 190) aponta semelhanças quase literais entre o texto de González de Valdés e o da *Grammaire Générale*, mas defende que a fonte mais provável do autor espanhol será precisamente San Pedro.

³⁷“La palabra *es*, que se halla en la proposicion de arriba, representa, como hemos dicho, una percepcion del alma, cuya percepcion se reduce á juzgar que la calidad está en el objeto; luego esta palabra puede llamarse indicante de estado, bien que otros la llaman verbo. Sucede algunas veces que el verbo y la calidad se incluyen en una sola palabra. Así, *Pedro piensa*, es lo mismo que decir *Pedro está pensando*” (Jovellanos 1794-1797: 105).

³⁸Infelizmente, não foi possível aceder diretamente à obra de Stankiewicz, no período de redação deste trabalho.

por estes autores desde a perspetiva de uma gramática geral³⁹, para se poder, depois, precisar eventuais diferenças relativamente à sua perspetiva particular sobre as tipologias a considerar para o Castelhana:

Torre y Ocón (1728: 259)	1. Ativos; 2. Passivos; 3. Neutros; 4. Defetivos ou impessoais; 5. Recíprocos ou neutros passivos.
San Pedro (1769: Tomo II, 69)	1. Substantivo: <i>ser</i> ; 2. Adjetivos: todos os outros; 2.1. Ativos; 2.2. Neutros; 2.3. Passivos; 2.4. Recíprocos; 2.5. Impessoais.
Puig (1770: 68-69)	1. Ativos; 2. Passivos; 3. Neutros; 4. Pessoais; 5. Impessoais; 6. Regulares; 7. Irregulares.
Jovellanos (1794-1797: 155)	Verbo substantivo: <i>ser</i> (ou <i>estar</i>); Verbos adjetivos: todos os outros.
González de Valdés (1798: 9-10)	1 – Substantivo; 2 - Adjetivo; 2.1. Ativo; 2.1.1 Ativo transitivo; 2.1.2. Ativo absoluto intransitivo; 2.2. Passivos; 2.2.1. Impersonales; 2.3. Neutro; 2.4. Pronominal.

Quadro 9: o verbo - classificação

As propostas aqui sistematizadas revelam proximidade entre si, pese embora algumas variações, quer nas distinções admitidas, quer na metalinguagem utiliza-

³⁹ Observe-se que as propostas que se procurou sistematizar no quadro 9 convivem em todos os autores com as classificações *auxiliares/regulares/irregulares*, apesar de não estarem integradas nas referidas propostas - a única exceção é Puig. No caso deste autor, a sua proposta aqui ilustrada e extraída do capítulo “*Varias especies de verbos*”, convive ainda com outra que não será ignorada durante o tratamento das diferentes subespécies verbais. Tal classificação figura em nota de rodapé a propósito do tratamento dos acidentes verbais e está estruturada de acordo com esse mesmo critério:

conviene observar en los Verbos su *Qualidad*, su *Genero*, su *Especie*, su *Figura*, su *Modo de significar*; su *Modo de conjugarse*.

Su *Qualidad* los constituye *Personales*, ò *Impersonales*.

Su *Genero*: *Activos*, *Passivos*, *Neutros*, ò *Reciprocicos*.

Su *Especie* : *Primitivos*, ò *Derivativos*.

Su *Figura*: *Simples*, ò *Compuestos*.

Su *Modo de significar*: *Transitivos*, ò *Intransitivos*.

Su *Modo de conjugarse* : *Regulares*, ò *Irregulares*” (Puig 1770: 94).

Também em San Pedro se oferece, no capítulo sobre a sintaxe de regência uma subdivisão dos verbos adjetivos que não coincide exatamente com a que aparece no quadro 9: “se notan vulgarmente cinco diferencias de verbos adjetivos, esto es, Activo, Neutro, Pasivo, Reflexivo, i Reciproco” (San Pedro 1769: 106).

Em Jovellanos (1794-1797: 109-111), há a registar, em paralelo, a referência às suclasses dos verbos *auxiliares, regulares, irregulares e impessoais*.

da e na compreensão da mesma. São, contudo, essas diferenças cujo significado teórico importa aferir, como se procurará fazer seguidamente.

Entre os traços que revelam afinidade com as ideias racionalistas está a diferenciação entre verbo substantivo e verbo adjetivo, a qual, como se pode ler em Gómez Asencio (1985: 115), remonta a Prisciano e alcança particular desenvolvimento entre os gramáticos de Port-Royal. Observe-se que, segundo Gómez Asencio (1985: 117), se bem que esta distinção é pouco frequente na tradição gramatical espanhola anterior ao século XVIII e menos ainda na de cunho descritivo-normativo⁴⁰, a partir do seu último quartel, ela torna-se uma questão de interesse generalizado. Com efeito, com exceção de Torre y Ocón, trata-se de uma distinção partilhada por todos os autores aqui em estudo, mesmo que não lhe deem visibilidade na sua proposta de classificação, como é o caso de Puig.

<p>San Pedro (1769: Tomo II, 4 e 105-106)</p>	<p>“De esta doctrina se infiere que ai en general dos suertes de Verbos : Substantivo, i Adjetivo. El Substantivo es el que expresa la afirmacion pura. El Adjetivo el que expresa la afirmacion con el atributo juntamente en una palabra. Aquel es Verbo puro; éste mezclado. El Verbo <i>Ser</i> es substantivo; los demás son adjetivos”.</p> <p>“A mas del verbo <i>ser</i> se miran para el regimen como substantivos los verbos <i>estar</i>, <i>parecer</i> i otros en que el atributo se refiere derechamente al nominativo del verbo; v. gr. El dia está <i>claro</i>, la <i>Luna parece</i> hermosa”.</p>
<p>Puig (1770: 66, n.*)</p>	<p>“À mas de ser <i>Auxiliar</i> [o verbo ser] es tambien <i>Substantivo</i>, porque denota la substancia de qualquier cosa”.</p>
<p>Jovellanos (1794-1797: 155)</p>	<p>“El verbo es el signo de una operacion de nuestra alma, que juzga de la relacion de semejanza ó diferencia que existe entre el sugeto y el atributo. [...] Damos tambien el nombre de verbo á una palabra compuesta que comprende el verbo verdadero en adjetivo y varias relaciones expresadas con sus terminaciones, aunque algunos los diferencian llamando verbo substantivo al primero y verbo adjetivo al segundo”.</p>
<p>González de Valdés (1798: 9-10)</p>	<p>“El verbo anterior á todos por su naturaleza, y el mas necesario es el verbo subst. <i>sum</i> anómalo, porque afirma simplemente el ser, ó la existência: todos los demas se pueden llamar adj., porque á la simple afirmac. de <i>sum</i>, que es comun á todos los verbos, añaden otra afirmac. que es propia de ellos, v. g. <i>hombres uiuunt</i>, los hombres viven, que vale lo mismo que <i>hombres sunt uiuentes</i>, los hombres son vivientes, ó existen viviendo, esto es, tienen ser, y vida. En lo cual se incluye doble afirmac. la de que existen, ó tienen ser, y la de que viven , ó tienen vida, y así los demas”.</p>

Quadro 10: verbo substantivo/verbo adjetivo

⁴⁰ Antes de Benito de San Pedro, Gómez Asencio (1985: 117) apenas identifica a presença da mesma no Brocense, Jiménez Patón, Correas y Francisco Sobrino. Ramajo Caño (1987: 140) refere ainda a presença da noção de verbos substantivos em Fray Diego de la Encarnación.

Contudo, como esclarece Gómez Asencio (1985: 122), apenas em San Pedro e Jovellanos essa diferenciação se aproxima dos moldes em que é expressa pelo racionalismo francês, sob influência respetivamente da *Grammaire Générale* e de Condillac, ou seja, no quadro de uma análise intraproposicional que suporta a teoria do verbo substantivo *ser* como verbo único, indispensável em toda a proposição e de algum modo presente em todas as formas identificadas como verbos. Tanto Puig como González de Valdés limitam a sua análise ao plano semântico, embora apoiando-se em noções diferentes: a de substância, para Puig; a de existência, para González de Valdés. Cabe advertir, como fez Gómez Asencio (1985: 118), que o foco no critério semântico, no caso da gramaticografia do Espanhol, ofereceu problemas à teoria do verbo único, dado o facto de os conceitos de *ser*; *estar*; *existir*; *haber*, normalmente associados ao verbo substantivo, não estarem restringidos em Espanhol ao verbo *ser*. No caso dos autores do *corpus*, tal é visível na passagem transcrita de San Pedro.

Com exceção de Jovellanos, todos os autores referem também a subclasse do verbo ativo, embora com formulações diferentes em San Pedro, Puig e González de Valdés, como se comprova no seguinte quadro⁴¹.

<p>San Pedro (1769: Tomo II, 69 e 106)</p>	<p>“Verbo activo es aquel, que expresa siempre una accion, i se conoce en que despues de èl se puede poner una de estas palabras: <i>Alguno, o alguna cosa</i>”.</p> <p>“El verbo activo es aquel, por quien se expresa una accion, que passa fuera del sugeto, que es el principio de ella; v. gr. <i>David matò a Goliât</i>. Matar es el verbo activo porque la accion de <i>matar</i> passa a Goliat, que està fuera, o es distinto de David principio de la accion. El <i>penitente conoce sus faltas</i>, conocer es activo porque la accion del penitente se termina en las faltas objeto distinto del penitente, i por tanto se llama transitivo. Se podrá conocer el verbo activo por esta señal: siempre que despues del verbo se pueden poner estas palabras: <i>alguno o alguna cofa</i> será el verbo activo”.</p>
<p>Puig (1770: 68 e 100-101)</p>	<p>“Los <i>Verbos</i>, que significan <i>accion</i>, se llaman <i>Activos</i>: v. g. <i>Amar</i>”.</p> <p>“Pero es de advertir que no consiste precisamente el ser <i>Activos</i> en que tengan significacion activa, sino en que amàs de eso les corresponda tener pasiva. Y asi como entre los Verbos Latinos son <i>Activos</i> aquellos, que tienen <i>Voz</i> activa en o: v. g. <i>Amo</i>; y les corresponde tener pasiva en or: v. g. <i>Amor</i>; pero si no les corresponde pasiva en or son <i>Neutros</i>: afimismo los Verbos Castellanos, que amàs de tener significacion activa, pueden pasar à tenerla pasiva, son <i>Activos</i>; pero si su significacion activa es absoluta, de forma que no puedan ser tomados en la pasiva: v. g. <i>Vivir</i>; al qual no corresponde <i>Ser Vivido</i>: son <i>Neutros</i>, que es el tercer genero de los Verbos”.</p>

⁴¹ Torre y Ocón, embora o contemple, não explicita o seu entendimento deste conceito e, como tal, não figura no quadro 11.

González de Valdés (1798: 10)	“De esta 2. ^a afirmac. nace la division de llamarse unos <i>activos transitivos</i> , porque al ser añaden una accion, que, si no pasa, puede pasar generalmente del sugeto que la exerce en nomin. al término immediato que la recibe en acus. como <i>doceo, imitor</i> , ensino, imito, <i>doceo discipulos, imitor Ciceronem</i> , ensino á los discipulos, imito á Ciceron. Entre los verbos activos hay algunos siempre <i>absolutos intransitivos</i> , como <i>eo, gradiar</i> ; voy, ando: <i>eo domum</i> , voy á casa, porque no introducen la accion en el término adonde llega”.
-------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Quadro 11: verbo ativo

A identificação de *verbo ativo* com *verbo transitivo*, por oposição a *neutro* ou *intransitivo* é a que predomina na gramaticografia espanhola que precede os autores do *corpus* (Gómez Asencio 1985: 134). Essa ideia surge de forma explícita em San Pedro, que, na passagem acima, concilia o critério semântico com o sintático e sintático-colocacional, e talvez se possa inferir em Puig, a partir da oposição de ordem sintática dos ativos aos neutros, pela identificação destes com um modo de significação absoluta e, como se verá adiante, no quadro 14, com os intransitivos. Contudo, ao assentar exclusivamente num critério semântico, a definição de verbo ativo de Puig, por si só não esclarece essa questão, pois, semânticamente, ativos e neutros partilham a conotação com o conceito de *ação*, como revela igualmente a passagem transcrita no quadro 14. Há que considerar também a informação que a respeito dos acidentes verbais se pode recolher em Puig⁴² e onde se compreende que, se, por um lado, a semelhança entre a definição que dá de verbo ativo e de verbo transitivo permite fazer uma leitura de que o gramático identifica os dois conceitos, por outro lado, a dado momento, o gramático inclui os neutros entre os ativos (cf. quadro 14), contrariando essa mesma leitura e denunciando uma - no mínimo - aparente contradição. Já a definição sintático-semântica que González de Valdés oferece do verbo ativo não opõe claramente estes aos intransitivos, nem associa o conceito de neutro a intransitivo, no que Gómez Asencio (1985: 146) encontra afinidades com as propostas de Correas (pela distinção dos ativos em *transitivos* e *absolutos*) e de Villalón (pela identificação do neutro com a ausência dos traços semânticos de ativo e passivo). Não obstante, o mesmo Gómez Asencio (1985: 139) aponta para a originalidade de González de Valdés em acrescentar - ao que parece pela primeira vez na tradição espanhola - à carga semântica do neutro a ideia de *estado*.

No tocante ao verbo passivo, San Pedro, Puig e González de Valdés sublinham que, em rigor, só admitem a sua existência em Latim - uma posição que, como informa Ramajo Caño (1987:144), já remonta a Nebrija. Na língua

⁴²“Hay Verbos activos que rigen persona paciente como termino de la accion que sale de la persona agente: *Yo Amo à Dios*. Esta acción se llama transeunte, y los Verbos de esta naturaleza *Transitivos*” (Puig 1770: 107).

espanhola, em seu lugar, admitem a estrutura que se classifica tradicionalmente como passiva: *ser* + *participio passivo* ou outras com o mesmo valor, pelo que a sua compreensão do verbo passivo parece condicionada pela forma que este assume em Latim. No que toca aos critérios de definição, os autores do *corpus* dividem-se entre os que privilegiam os critérios formais (San Pedro) e os que os conciliam com os semânticos e/ou sintáticos (Puig, Torre y Ocón e González de Valdés), como se ilustra no seguinte quadro:

<p>Torre y Ocón (1728: 313)</p>	<p>“Les verbes Passifs sont des verbes qui ayant en leur signification active une personne qui agit: dans la passive la personne est sujet de l’ action. Ils se conjuguent d’ ordinaire par le verbe <i>Ser</i>, & le Participe Passif du verbe”.</p>
<p>Benito de San Pedro (1769: tomo II, 113 e 70-71)</p>	<p>“En nuestra lengua no ai verbo passivo en propiedad, pero se suple por el participio de preterito junto con el verbo <i>ser</i> auxiliar en todos los tiempos”.</p> <p>“Otro supliendo de la passiva ai mui considerable en nuestra Lengua, i se hace por los pronombres <i>me, te, se</i> del singular, i <i>nos, os, se</i> del plural, juntandose con las personas de los verbos, como diciendo: <i>Consumome, consumeste, consumese, consumimonos, consumisos, consume;</i> o bien, <i>me consumo, te consumes &c.</i> I esto ordinariamente tiene sentido de passiva en los verbos llamados Neutros, En los Activos pueden ser verbos Reciprocos , como luego se dirá”.</p>
<p>Puig (1770: 68 e 99-100)</p>	<p>“Los que significan <i>pasion; Pasivos</i>: v. g. <i>Ser Amado</i>”.</p> <p>“Los Verbos Latinos tienen Voz activa: v. g. <i>Amare</i>; y pasiva: v. g. <i>Amari</i>. No así los Verbos Castellanos, que no tienen propriamente sino Voz activa: v. g. <i>Amar</i>; y el defecto de la pasiva en todos los que puedan ò deban tenerla, se suple con el Verbo <i>Ser</i>; y el Participio de preterito del Verbo que se conjuga: v. g. <i>Ser amado</i>. Estas dos significaciones de activa, y de pasiva son las que constituyen la diferencia de los dos primeros generos de los Verbos, esto es <i>Activos, y Pasivos</i>”.</p>
<p>González de Valdés (1798: 10 e 10-11)</p>	<p>“Otros se llaman <i>pasivos</i>, porque al contrario siempre tienen por supuesto en nomin. el término de los activos, y afirman con todas sus determinac. derivadas respectivamente de las activas la pasion dimanada de alguna causa agente oculta, como <i>docetur</i>, se enseña, ó expresada, como <i>docetur á me</i>, se enseña por mí, cuando vale lo mismo que <i>ego doceo</i>, yo enseño”.</p> <p>“La lengua castellana carece de verbos pasivos, y solo tiene verbos activos transitivos, activos absolutos, neutros, y pronominales. Para significar la pasion nos servimos de verbos auxiliares con participios pasivos, ó de los verbos activos transitivos, ó absolutos, con la palabra mudable <i>se</i> antepuesta, ó pospuesta á ellos, ó á los participios: v. g. <i>soy enseñado, se enseña, ó enseñase, enseñándose ha, has enseñado, se ha enseñado</i>”.</p>

Quadro 12: verbo passivo

Segundo Gómez Asencio (1985: 154), é San Pedro quem introduz na tradição gramatical espanhola a subclasse do *verbo recíproco*. Martínez Alcalde (2011: 180), contudo, põe em evidência que se trata de uma novidade partilhada na tradição espanhola pela gramática de Gómez Gayoso - reeditada no mesmo ano de publicação da de San Pedro -, sendo que ambos podem ter recolhido tal noção de Restaut. Segundo ainda os dados de Gómez Asencio (1985: 154), este conceito generaliza-se no século XVIII, após a edição da *GRAE* (1771), e prolonga-se até à segunda metade do século XIX. Como ilustra o quadro 13, em seu lugar - e afastando-se, portanto, também de Torre y Ocón -, González de Valdés propõe a expressão *verbo pronominal*. Jovellanos não considera de todo esta subclasse, mas Puig, embora a exclua da tipologia por si criada, inclui-a, como já se referiu, nas classes que constrói a propósito dos acidentes verbais.

Torre y Ocón (1728: 312)	“Les verbes Reciproques, ou Neutres passifs sont ceux, qui prenent toujours le Pronom personnel , comme sont: <i>Irse</i> , s’en aller; <i>matarse</i> , se tuer; <i>defenderse</i> , se defendre, &c. Ils se conjuguent de même, qu’ en François hormis aux temps composés, ou ils se conjuguent toujours avec le verbe <i>Haver</i> ; & jamais avec le verbe <i>Ser</i> ”.
Benito de San Pedro (1769: tomo II, 71)	“El Verbo <i>Reciproco</i> es aquel, que expressa un sugeto, que obra sobre si mismo; i se conjuga siempre con los pronombres conjuntivos <i>me</i> , <i>te</i> , <i>se</i> puestos entre el Nominativo i el Verbo”.
Puig (1770: 101-102 e 108-109)	<p>“Hay tambien otro genero de Verbos que se llaman <i>Reciprocos</i>, y son aquellos que no pueden conjugarse sin ir acompañados de los Pronombres <i>Me</i>, <i>Te</i>, <i>Se</i>, en Singular, y <i>Nos</i>, <i>Os</i>, <i>Se</i>, en Plural: v. g. <i>Yo me arrepiento</i>, <i>Tu te arrepientes</i>, <i>Aquel se arrepiente</i>, &c. Y aunque los que no se conjugan de otro modo que este son precisamente los <i>Reciprocos</i> propriamente tales; pueden no obstante pasar à serlo qualesquiera Verbos <i>Activos</i>, usandose con este genero de significacion reciproca, y pasiva: v. g. <i>Yo me amo</i>, <i>Tu te amas</i>, <i>Aquel se ama</i> &c”.</p> <p>“Otros hay en que la misma persona agente se repite como paciente, ò como termino de la accion de si misma. Estos son los <i>Reciprocos</i>: v. g. <i>Yo me Arrepiento</i>, que no son <i>Transitivos</i>, pero ni absolutamente <i>Intransitivos</i>. Sea como fuere, su accion, como no pasa à otra persona, que à la misma de que proviene, es permanente; y su significacion es promiscuamente activa y pasiva”.</p>
González de Valdés (1798: 11)	“Verbos pronominales son los que siempre significan reciprocacion, y siempre se usan con algun pronombre personal que se refiere al supuesto: v. g. <i>arrecime</i> , ò <i>me</i> arrecí. Estos últimos verbos regularm. son neutros en ambas lenguas, y los latinos correspondientes se usan sin pronombres pers. en acus.”.

Quadro 13: verbo pronominal / reflexivo / recíproco

Independentemente de partilharem ou não a mesma terminologia, os autores em estudo revelam uma diferente compreensão destes conceitos. Torre y Ocón define esta subclasse dos verbos em função da mera associação a uma forma pronominal - sem mais especificações -, enquanto González de Valdés, tal como Puig e San Pedro, restringe a sua aplicação aos casos em que o sujeito e a forma pronominal são correferentes. Independentemente das diferentes formas de compreender e designar esta realidade, estes autores não procedem ainda a uma distinção entre *pronominais*, *reflexivos* e *recíprocos*. Apenas San Pedro, na parte da sua obra dedicada à sintaxe, esboça uma distinção entre *reflexivo* e *recíproco*⁴³, no quadro de uma classificação dos verbos adjetivos distinta da que apresenta no âmbito do tratamento das partes da oração. Contudo, o gramático não explicita em que consiste essa diferença⁴⁴. Nisso é seguido por Puig, que, conforme é visível na primeira das duas transcrições do quadro 13, também parece esboçar - sem a desenvolver - uma distinção entre dois tipos de verbos recíprocos (os que têm existência não pronominal e os que não a têm).

É de salientar ainda a identificação por Torre y Ocón entre *verbo recíproco* e *verbo neutro passivo*. Não se pode, no entanto, compreender cabalmente qual o entendimento por este gramático da noção de *verbos neutros*, já que não os define. Se bem que González de Valdés, como também é observável no mesmo quadro, alude à frequente coincidência de neutros e pronominais, por um lado, e passivos, por outro, a situação é distinta. Iguamente distinta é a sua descrição dos recíprocos como simultaneamente passivos e ativos e a referência ao facto de não se poderem definir cabalmente como transitivos ou intransitivos.

Sem repetir a definição de Torre y Ocón comum ao verbo neutro e recíproco apresentada já no quadro 13, o seguinte quadro demonstra que, nos restantes autores que admitem a suclasse do verbo neutro, assiste-se a uma divisão entre os que o definem em função de critérios semânticos (González de Valdés) e os que, conciliando estes com critérios sintáticos (San Pedro e Puig), identificam o verbo neutro com o verbo intransitivo, o que, como demonstra Gómez Asencio (1985: 139), é a posição predominante entre o final do século XVIII e a primeira metade do seguinte. É de observar ainda

⁴³“Se notan vulgarmente cinco diferencias de verbos adjetivos, esto es, Activo, Neutro, Passivo, Reflexivo, i Recíproco” (San Pedro 1769: Tomo II, 106).

⁴⁴“Los verbos reflexivos i recíprocos que son aquellos, en que el nominativo i el regimen se refieren a una misma perfona o cosa, tienen la misma construccion directa o relativa que los activos o passivos; v.gr. *Yo me divierto: El se ofende de mis palabras*. Lo mismo sucede en los reflexivos passivos; v. gr. *Se esparce la noticia de tu partida. Los edificios se arruinan*.

Aquellos verbos reflexivos, que no pueden tener regimen directo, imitan a los neutros, v. gr. *Yo me voi a la Iglesia. Tu te arrepientes de tu falta*” (San Pedro 1769: Tomo II, 114).

que, salvo, como já aqui se viu, pela consideração dos verbos recíprocos, neste ponto, segundo Gómez Asencio (1985: 130-131), Puig aproxima-se bastante da teoria verbal de Villalón, pela defesa de um esquema tripartido (*ativos, passivos e neutros*) que remonta a Donato:

Benito de San Pedro (1769: tomo II, 69 e 107)	<p>“Verbo Neutro es el que expresa alguna vez una accion; pero de ordinario no expresa alguna; i se conoce en que despues de èl no se puede meter acusativo de persona o de cosa: esto es volver por la palabra; <i>alguno</i> u <i>alguna cosa</i>. Como: <i>Venir, dormir</i>”.</p> <p>“Por verbo neutro se entiende aquel que o no expresa accion, o expresa una que no sale fuera del sugeto; v. gr. <i>Crecer, dormir, desfallecer, partir, llegar, venir, triunfar</i>. I se llaman tambien absolutos o intransitivos”.</p>
Puig (1770: 68 e 108)	<p>“Los que significan <i>accion</i>, pero de un modo absoluto, é intransitivo[sic] <i>Neutros</i>: v. g. <i>Vivir</i>”.</p> <p>“Otros hay cuya accion queda en sí mismos absoluta de modo que no pasa de la persona agente á la paciente: v. g. <i>Yo Vivo. Yo Ando</i>. Esta accion se llama permanente, y los Verbos de esta naturaleza <i>Intransitivos</i>. Tambien se llaman <i>Neutros</i>, porque, aunque Activos, no les corresponde tener pasiva, pues no rigen persona paciente”.</p>
González de Valdés (1798: 10)	<p>“Así como los nombres que no son masc. ni fem. se llaman, y son nombres neut. así tambien hay verbos verdaderamente neut. ó medios que no afirman accion ni pasion, sino el estado de las cosas, como <i>sum, soy, palleo, estoy amarillo</i>”.</p>

Quadro 14: verbo neutro

Conforme se expõe seguidamente, o conceito de *verbo impessoal* é o único tratado sem exceção por todos os autores, ainda que não estruturarem a sua proposta de classificação em função dele, como é o caso de Jovellanos:

Torre y Ocón (1728: 311)	<p>“Comme les verbes personnels sont ceux, qui communément se conjuguent par les trois personnes, & par les deux nombres; les impersonnels sont ceux, qui n’admettent communément que les troisièmes personnes du nombre singulier.</p> <p>Il y a des verbes impersonnels Propres, & d’impropres: les Propres sont ceux, qui n’ont que les troisièmes personnes du nombre singulier, comme sont: <i>Nevar, neiger; tronar, tonner; relampaguear, faire des éclairs, &c.</i> Les impersonnels impropres sont ceux, qui étant de leur nature personnels se prennent: impersonnellement, ce, qui arrive quelque fois à pres que tous les verbes personnels. Exemple: <i>En la Corte hablan bien, On parle bien à la Cour. Alli juegan, on joue là, &c</i>”.</p>
--------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

San Pedro (1769: tomo II, 72-73)	<p>“El verbo <i>Impersonal</i> es aquel, que no se emplea mas que en las terceras personas del plural, o en las del singular con el pronombre general <i>se</i> o sin él, como: <i>Cantan; corren; se canta; se corre; llueve; importa.</i> [...] Se deven distinguir dos suertes de verbos impersonales; unos que parece lo son por su naturaleza, porque no se hallan en uso mas que en las terceras personas: otros que ya se hallan en la tercera, ya en las otras personas; i éstos se pueden llamar impersonales por construccion: Todos los verbos se pueden considerar en este segundo sentido, como quando en la oracion ponemos: <i>Se cree, se dice, se oye, se corre,</i> o bien en la tercera del plural sin partícula: <i>Creen, dicen, oyen, corren, &c.</i> Son expresiones equivalentes”.</p>
Puig (1770: 68 e 95)	<p>“Los que se conjugan sin <i>Personas; Impersonales</i>: v. g. <i>Conviene, Convenia, Convino, &c</i>”.</p> <p>“<i>Impersonal</i> es el que se conjuga con voces de tercera persona singular pero no significa determinadamente persona alguna: v. g. <i>Conviene, Convenia, Convino &c</i>”.</p>
Jovellanos (1794-1797: 111)	<p>“Por último, hay verbos que solo se usan en las terceras personas de singular, como <i>amanecer, anochece, helar, llover</i>, y otros; los cuales, por no referirse á persona determinada, suelen llamarse impersonales. Sin embargo, expresamos algunas veces la persona diciendo: <i>quando Dios amanezca, amaneció el día, yo anochece en Toledo...</i> A esla clase pertenece el verbo <i>haber</i>, que tiene la propiedad de convenir á ambos números quando se usa como impersonal; el verbo <i>placer</i>, que no solo carece de primeras y segundas personas, sino de algunos tiempos; y el verbo <i>yacer</i>, que apenas tiene uso fuera de la tercera persona del presente de indicativo”.</p>
González de Valdés (1798: 93)	<p>“<i>Impersonalidad</i> es una exclusion de la 1.^a y 2.^a pers. de sing. y pl. <i>Impersonales</i> se llaman los verbos pas. que afirman solamente la pas. con la terminac. 3.^a de sing. sin nominat., ó supuesto determinado, de quien ni pueda afirmarse la accion, ni la pas., ni la neutralidad, - ya porque se ignora, ya porque no se quiere declarar [...]. [...] Aunque en la terminac. 3.^a sing. de los verbos pas. es en donde cabe propiam. la impersonalidad, por ser comun á cualq. nomin. que no sea <i>ego, tu</i>, ni del núm. pl. en los 3 modos finitos; y á cualq. acus. en el infinit.: hay no obstante impersonalidad todas las veces que no determinamos pers., aunque sea con otras terminac. [...]”.</p>

Quadro 15: verbo impessoal

No quadro anterior, é visível que o critério formal - que caracteriza a tradição gramatical normativa - não deixa de estar presente nestes gramáticos, pois todos coincidem em que a essência do verbo impessoal está associada à terceira pessoa - do plural e singular, para San Pedro e Puig; exclusivamente do singular, nos restantes casos. Outro dos aspetos comuns a sublinhar é que todos procuram diferenciar entre o que, em rigor, é o verbo impessoal e outras

formas de exprimir a impessoalidade (Puig, Jovellanos e González de Valdés) ou entre diferentes tipos de verbos impessoais (Torre y Ocón e San Pedro).

Entre os traços que separam estes autores quanto à sua compreensão deste tipo de verbo está o facto de que San Pedro se singulariza por, em termos rigorosos, negar a existência do mesmo, fundamentando essa rejeição desde uma perspetiva intraproposicional⁴⁵, o que o situa na linha da gramática racionalista francesa, como já foi apontado por Lliteras Poncel (1992: 522-525)⁴⁶, embora sem menosprezar a dívida quer da *GGR*, quer de San Pedro para com Sánchez de las Brozas e a sua tese de rejeição do verbo impessoal⁴⁷. Tal posição de negação do verbo impessoal, talvez se possa pressupor em González de Valdés, por coerência com a sua já referida posição de negação do verbo passivo, uma vez que apresenta o verbo impessoal como uma subclasse do passivo, como transparece na passagem transcrita no quadro 15. Não há, contudo, afirmações expressas do gramático nesse sentido. Por seu lado, Torre y Ocón (1728: 259) distingue-se pela identificação expressa do verbo impessoal com *verbo defetivo*, o que não acontece em nenhum outro autor do *corpus*, apesar de todos sustentarem conceções predominantemente formais do verbo impessoal (baseadas na admissão exclusiva da 3ª pessoa) que, implicitamente, o definem como uma espécie de verbo defetivo. Explicitamente, essa caracterização torna-se comum após a publicação da *GRAE*, como descreve Gómez Asencio (1985: 151).

No que se refere aos critérios de definição de verbo impessoal, Torre y Ocón e San Pedro seguem exclusivamente critérios formais, que, como refere Gómez Asencio (1985: 151, n. 225), é a situação mais frequente na tradição gramatical espanhola anterior a 1771⁴⁸. No caso de San Pedro, contudo, como

⁴⁵“Verbo impersonal no ai en propiedad, porque no puede aver afirmacion sin sugeto o nominativo de ella” (San Pedro 1769: 114).

⁴⁶Segundo Lliteras, neste ponto, as fontes mais prováveis de San Pedro estariam na gramática de Port-Royal e na obra de Correas.

⁴⁷Por oposição aos *impessoais*, denunciados pelo Brocense por meio da elipse, a conceção sanctiana do verbo impessoal é coincidente com o infinitivo e incompatível com o nominativo: “digamos, con Consentio, que los verdaderos impersonales son *amare, amauisse, amari*; efectivamente, de la misma forma que en *amo, amai* se ve que hay persona, número y tiempo concretos, de ahí que con razón se les llame personales y finitos; así en *amare y amari* no se pueden definir ni persona, ni número, ni tiempo. De ahí que con razón se les llame impersonales e infinitos. Último argumento: se dice que son diferentes aquellas cosas que se diferencian en su naturaleza; es así que *amat, decet, amatur, curritur* no se diferencian en naturaleza, ya que tienen persona, tiempo y número y un nominativo como sujeto; luego son personales. *Amare*, sin embargo, y *amari* y *amauisse* no tienen ni persona, ni tiempo, ni número; y tienen como sujeto un acusativo, caso que es lo contrario del nominativo; son éstos, pues, los que sin duda deben ser llamados impersonales” (Sánchez de las Brozas 1995[1587]: I, 12).

⁴⁸Essa tradição é descrita por Lliteras (1992: 522) nos seguintes termos: “así, durante los siglos XVI y XVII llega a generalizarse el criterio nebricense - clásico, por lo demás - de que el verbo impersonal es aquel que sólo se conjuga en tercera persona, bien del plural o bien del singular con el pronombre *se*. La imitación de los modelos latinos lleva a nuestros primeros gramáticos a mantener las dos especies de verbos impersonales, representados por los tipos *corritur* (= *se corre o corren*) y *decet, libet*, etc. (*conviene, agrada*, etc.), además de los que designan fenómenos de la naturaleza, como *pluit* (*llueve*)”.

apontou Lliteras Poncel (1992: 522-523), o critério formal perde importância perante o critério sintático que o leva à já referida negação do verbo impessoal em Espanhol. Os restantes gramáticos do *corpus* conciliam o critério formal com o semântico, sendo que este último se traduz, em todos, na referência ao modo indeterminado de significação e, no caso de González Valdés, na dissociação dos conceitos de “*neutralidad, acción, pasión*” e também no valor dessa indeterminação.

4.6. O advérbio

Como refere Gómez Asencio (1981: 219), relativamente às categorias tradicionalmente enquadradas entre as partes indeclináveis ou partículas (advérbio, preposição, conjunção e interjeição), a existência em si dessas classes não é normalmente questionada na gramaticografia espanhola. É a forma como são designadas, definidas, descritas e preenchidas que traduz diferenças teóricas significativas entre os gramáticos. O próximo quadro permite distinguir o tratamento do advérbio nos diferentes autores:

Torre y Ocón (1728: p. 320)	“L’ Adverbe est une partie d’ oraison, qui ne reçoit nulle variation, & qui sert à modifier un nom adjectif, un verbe, ou un Participe, c’est à dire à exprimer quelque qualité, quelque manière, ou quelque circonstance de ce qui est signifié par ce nom, ce verbe ou ce participe”.
Benito de San Pedro (1769 tomo II: 79)	“Es una voz indeclinable que se ayunta regularmente al verbo para expresar algun modo suyo o circunstancia. Como diciendo: <i>Amò tiernamente Christo a sus Discipulos. Los Vasallos deven servir fielmente a su Soberano: donde tiernamente, i fielmente denotan la circunstancia</i> de los verbos <i>amar i servir</i> . Por lo que de ordinario acrecientan, menguan, o mudan la significacion del verbo, como: <i>mucho lee; poco observa; nada sabe</i> ”.
Puig (1770: 139)	“ <i>Adverbio</i> es: una Voz indeclinable, que ajustandose al verbo, nombre, ó participio, aumenta, disminuye, muda, ó quita la significacion de aquel, al qual se ajusta [...]”.
Jovellanos (1794-1797: 105 e (111-112).	“Así como el artículo y los adjetivos determinan los substantivos hay también otra palabra que determina y modifica el verbo, y por esta razon la llaman adverbio”. “Tratarémos ahora de la tercera clase de palabras, cuyo oficio es determinar ó modificar los substantivos ó los verbos. Cuando decimos <i>habla poco, estudia mucho</i> , las palabras <i>poco</i> y <i>mucho</i> modifican los verbos <i>habla</i> y <i>estudia</i> . Cuando decimos <i>Dios es infinitamente justo, Cicerón es muy elocuente</i> , las palabras <i>infinitamente</i> y <i>muy</i> modifican los adjetivos <i>justo</i> y <i>elocuente</i> ; y cuando decimos <i>Dios castigará muy severamente á los pecadores</i> , la palabra <i>muy</i> modifica <i>severamente</i> , donde se ve que el adverbio puede modificar un verbo, un adjetivo ó otro adverbio”.

González de Valdés (1798: 11)	“ <i>ADVERBIOS</i> se llaman los vocablos indeclinables, que se distinguen de los demas en alterar de varias maneras con su significacion la de los adj. sing. ó plur., nombres, y participios, la de los verbos, la de otros adverbios; como <i>bis septem</i> , dos veces siete; <i>nimis iratus</i> , muy enojado; <i>servabo semper</i> , observaré sempre; <i>bis millies</i> , dos mil veces; y la de los nombres subst. usados como adj., v-g. <i>admodum puer</i> , muy muchacho. Tambien hacen oficio de conjunc. algunas veces, y algunos oficio de adverbio, y conjun. á un tiempo”.
----------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Quadro 16: o advérbio - definição

Na tradição gramatical normativa, a definição de advérbio assenta geralmente em critérios sintático-colocacionais (Gómez Asencio 1981: 220-221). Nas definições aqui recolhidas, predomina o recurso ao critério sintático-funcional, centrado na sua capacidade modificadora⁴⁹, conforme, segundo Gómez Asencio (1981: 221-222), é prática comum na gramatografia espanhola setecentista inspirada na gramática filosófica francesa. Com efeito, todos os autores do *corpus* realçam o papel do advérbio enquanto modificador de sentido, mas distinguem-se quanto às classes de palavras que podem ser modificadas pelo advérbio e quanto à própria compreensão deste processo de modificação. Destaca-se em primeiro lugar o facto de estes autores considerarem a modificação extensível a outras classes além do verbo⁵⁰, conforme se ilustra no seguinte quadro:

Categorias modificadas	Autores
Verbo	Todos
Nome	Puig, Jovellanos e González de Valdés ⁵¹
Adjetivo	Torre y Ocón, San Pedro, Jovellanos e González de Valdés
Particípio	Torre y Ocón ⁵² , San Pedro, Puig e González de Valdés
Advérbio	Puig ⁵³ , Jovellanos e González de Valdés

Quadro 17: classes de palavras modificadas pelo advérbio

⁴⁹ Embora seja o critério predominante, não é o único considerado. Com exceção de Jovellanos, os autores do *corpus* combinam o critério sintático-funcional com outros critérios de definição do advérbio. Exceto Jovellanos, todos se apoiam no critério formal (indeclinabilidade), e Torre y Ocón e San Pedro conciliam-no também com o semântico (a identificação com a noção de *circunstância, modo, qualidade*). Em San Pedro, regista-se igualmente a combinação do critério formal com o sintático-colocacional (junção com o verbo).

⁵⁰ No caso de Jovellanos há que distinguir, tal como fez Ridruejo Alonso (1989: 411), entre a teoria explanada no tratado de *Gramática General* e a sustentada nos *Rudimentos de gramática castellana*. Conforme revelam as passagens transcritas no quadro 16, apenas no segundo tratado é referida a extensão do processo de modificação a outras classes.

⁵¹ Se bem que para Puig o nome se divide em adjetivo e substantivo o exemplo apresentado neste ponto pelo gramático apenas respeita a esta segunda subclasse: “*Es un hombre, que lo entiende bien*” (Puig 1770: 139). Já em Jovellanos e González de Valdés, uma vez que os tratam como categorias gramaticais distintas, essa situação não coloca dúvidas.

⁵² Esta situação entra em contradição com o facto de Puig não considerar o particípio entre as sete partes da oração às quais reconhece autonomia categorial. De facto, a negação dessa autonomia ao particípio pode mesmo ser a única razão para Jovellanos não mencionar essa possibilidade.

⁵³ Embora tal não seja visível na passagem transcrita no quadro 16, o autor explicita em rodapé essa possibilidade: “*el Adverbio se llamó así; porque fué instituido para hacer con el Verbo, lo que hace qualquier*

Neste sentido, demarcam-se, portanto, da tese mais tradicional, que é, como informa Gómez Asencio (1981: 230), a de circunscrever essa modificação ao verbo. Uma vez que, como põe em relevo Ramajo Caño (1987: 186), são precedidos nessa posição pelo próprio Brocense, em Espanha, e, no âmbito do racionalismo francês, pelos gramáticos de Port-Royal, os autores do *corpus* revelam neste ponto identificação com a tradição gramatical racionalista. Destaque-se o caso de González de Valdés, por ter sido, como refere Gómez Asencio (1981: 231), um dos primeiros na tradição gramatical espanhola a reunir numa mesma proposta as diferentes categorias (verbo, adjetivo, substantivo, participio e advérbio) sobre as quais a tradição racionalista anterior se dividia.

No que se refere à forma como cada um destes autores exprime e concebe a ideia de *modificação*, as diferenças são igualmente significativas. Tanto Torre y Ocón como San Pedro encaram a modificação como o processo de *exprimir* uma determinada carga semântica da palavra sobre a qual opera o advérbio. Distinguem-se, contudo, por dois aspetos: i) a consideração, por Torre y Ocón da ideia de *qualidade*, além da de *modo* e *circunstância*; ii) o facto de que San Pedro precisa ainda de que modo esa carga semântica afeta a significação das palavras que modifica (“acrecientan, menguan, o mudan”), no que é seguido de perto por Puig (“aumenta, disminuye, muda, ò quita”). Esta perceção do processo de modificação não é, contudo, novidade na tradição espanhola, pois, como informa Ramajo Caño (1987: 185-186), tal conceção remonta a Nebrija, em quem, segundo o mesmo autor, a recolhem outros gramáticos, entre os quais interessa aqui salientar aqueles que alimentaram a corrente racionalista em Espanha: Licenciado Villalón, Fray Diego de la Encarnación e Correas. Já em Jovellanos, como pôs em evidência Gómez Asencio (1981: 227), o modelo textual parece ser a *GRAE* na sua edição de 1771, onde *modificar* surge pela primeira vez na gramatografia espanhola como equivalente de *determinar*. No autor do *Curso*, contudo, esta ideia é desenvolvida no quadro da distinção – já referida neste estudo - entre *palabras necesarias* e *palabras determinantes*⁵⁴, para a qual a sua fonte já não é a obra académica. É aliás

Adjetivo con el Nombre; pero trascienden à otras Partes de la oracion sus efectos; y aun el mismo Adverbio tiene ò admite otro, que oportunamente se le ajuste: v. g. en el egeemplo de arriba: Es un Hombre, que lo entiendo bien, si á bien se le aplica muy le aumenta la significacion; si se le aplica menos, se la disminuye; si se le aplica nada, se la muda; &c.” (Puig 1770: 139-140). Segundo García Folgado (2005: 409), Puig é o primeiro gramático espanhol a admitir a possibilidade de um advérbio ser modificado por outro advérbio.

⁵⁴Apesar de a preposição também partilhar essa condição em Jovellanos, não se explicita nesse caso essa aproximação ao valor do advérbio, ainda que, de acordo com Gómez Asencio (1981: 235 e 288, n. 439), tal ideia esteja implícita quer em Jovellanos, quer na primeira edição da *GRAE*. Conforme desenvolve o mesmo autor (Gómez Asencio 1981: 235), a equivalência semântica do advérbio ao grupo *preposição + substantivo* remonta a Port Royal e tem grande impacto na gramática espanhola entre o último quartel do século XVIII e primeira metade do seguinte.

essa condição comum de palavras determinantes que justifica que, em Jovellanos, a descrição deste processo de modificação/determinação se apoie no paralelismo entre a relação advérbio/verbo e a relação adjetivo/nome, ou artigo/nome, como é visível na definição dada e como põe de manifesto Gómez Asencio (1981: 227). Finalmente, González de Valdés, conforme salienta o mesmo autor (Gómez Asencio 1981: 226), parece ser o primeiro gramático na tradição espanhola a utilizar o termo *alterar* para descrever a forma como o advérbio interfere na significação das categorias que modifica.

No que concerne à classificação do advérbio, como descreve também Gómez Asencio (1985: 170), a tradição gramatical estabeleceu várias dezenas de subespécies, relativamente às quais não se entrará aqui em detalhes, dada sua profusão. Em traços largos, o panorama gramatical que precede os autores em estudo divide-se entre propostas de classificação assentes em critérios formais e propostas assentes em critérios semânticos. No caso dos autores do *corpus*, todos integram os dois tipos de propostas, salvo Puig, que apenas distingue os advérbios com base em critérios semânticos.

4.7. Preposição

Benito de San Pedro (1769: tomo II, 85)	“Preposicion es una parte indeclinable de la oracion, que se pone antes de algun nombre o pronombre para regimiento del caso. Como diciendo: <i>Óra en la Iglesia. Por el hilo se saca el oவில்.</i> &c. Dicen cierta nota de orden u relacion de una cosa con otra; i se llaman preposiciones, por preceder siempre al nombre que rigen”.
Puig (1770: 135 e 135-136, nota)	“ <i>Preposicion es:</i> una voz indeclinable, que se antepone, ò al caso que rige, ò à la dccion con que compone”. “La <i>preposicion</i> es una partecilla pequeña en la figura, pero grande en valor; pues es capaz ella sola de hacer, que la Oracion ò Discurso en que entviene, tenga un sentido totalmente diverso del que tenia, con que se muda solamente de Preposicion: v.g. Esta Oracioncilla: <i>Esto se dijo à ti;</i> por medio de la <i>a</i> significa <i>atribucion</i> ”.
Jovellanos (1794-1797: 105 e 112)	“La preposicion es una palabra determinante que expresa una relacion entre dos cosas”. “La preposición, llamada así porque se pone antes de otras partes de la oracion, denota la diferente relación que tienen unas con otras; tales son las siguientes: <i>à, ante, cada, como, con, contra, de, desde, en, entre, hácia, hasta, para, por, según, sin, sobre, tras</i> ”.
González de Valdés (1798: 11)	“ <i>PREPOSICIONES, preverbios, ó señala casos,</i> son palabras indeclinables que sirven para señalar casos, ó palabras de la oracion sing. ó plur. que significan la causa, el lugar, el tiempo, la union, la distancia, el movimiento, la privación, la conversion &c.: y quando no se usan para distinguir casos, pertenecen á la especie de adverbios.”

Quadro 18: Preposição - definição

Relativamente à preposição, do quadro anterior destaca em primeiro lugar que Torre y Ocón não oferece propriamente uma definição dessa categoria, embora forneça informação sobre a sua tipologia e regime⁵⁵. As definições dos restantes autores conciliam critérios formais⁵⁶ e sintático-colocacionais com critérios semânticos. Nos casos de San Pedro e de González de Valdés, devemos observar ainda a presença do critério sintático-funcional⁵⁷. Conforme esclarece Gómez Asencio (1981: 237), os dois primeiros critérios identificam, desde Prisciano, a definição de preposição na tradição descritivo-normativa, sendo visível na gramaticografia espanhola desde Nebrija. Já a componente semântica destas definições remete para uma tradição que Gómez Asencio (1981: 237) faz remontar a Donato e à qual se vinculou a gramática racionalista, quer a espanhola (Ramajo Caño: 1987: 193-194) quer a de Port-Royal⁵⁸.

Outro aspeto fundamental consiste em que a definição formulada por González de Valdés remete para a questão dos limites entre esta e o advérbio. Tal questão é aliás considerada nos mesmos termos por Torre y Ocón, San Pedro e Puig: para todos estes gramáticos o limite entre a preposição e o advérbio reside em que aquela é marcada por um regime⁵⁹, no que se demarcam do Brocense⁶⁰.

No tocante à classificação das preposições, o panorama é bastante diversificado: Jovellanos e González de Valdés não apresentam uma proposta

⁵⁵ “Les prépositions, son ou simples, ou composées. [...] La préposition régit, ou un nom, ou un pronom, ou un verbe, ou un adverbe” (Torre y Ocón 1728: 327). É no tratado de gramática francesa, correspondente à primeira parte da obra, que se pode encontrar uma definição: “no es otra cosa la preposicion que una parte de la oración indeclinable, que ajustada à otra parte de la oración la rige, y gobierna” (Torre y Ocón 1728: 128).

⁵⁶ Com exceção, mais uma vez, de Jovellanos, que não assume o conceito de *palavra indeclinável*.

⁵⁷ A diferença entre os dois autores é, contudo, merecedora de nota, já que, enquanto que para San Pedro a função da preposição é a regência em si mesma, para González de Valdés trata-se apenas de anunciar a mesma - uma situação que Gómez Asencio (1981: 244) aponta como reveladora de certa modernidade neste autor.

⁵⁸ “Nous avons dit cy-dessus chap. 6. que les Cas & les Prepositions avoient esté inventez pour le mesme usage, qui est de marquer les rapports que les choses ont les unes aux autres.

Ce sont presque les memes rapports dans toutes les Langues qui sont marquez par les Prepositions” (Arnauld & Lancelot 1660: 83).

⁵⁹ “On doit remarquer ici qu’il ya des prépositions qui sont aussi des adverbes, comme sont *dentro*, dedans, *fuera*, dehors; *arriba*, dessus; *debajo*, dessous & autres semblables, quand ce sont des prepositions, elles portent toujours (comme en François) quelque régime, ou exprés, ou sousentendu, en quoi consiste la difference entre la preposition et l’adverbe, qui de lui même n’a aucun régime” (Torre y Ocón 1728: 327).

“Algunas de las preposiciones se toman como adverbios, quando se ponen en la oracion sin regimen en sentido absoluto, como: *Cerca*, *lejos*, *dentro*, *fuera*. Assi es adverbio en esta u otras locuciones: *No está lejos el Señor*. Es preposicion en esta; *El Señor no está lejos de nosotros*” (San Pedro 1769: 86-87).

“Notese, que si alguna de las Preposiciones se halla fuera de la composicion, no rigiendo caso, ya no es *Preposicion*, sino que será regularmente *Adverbio*: v. g. *Lejos*, si digo de alguno: *Se fué lejos*, es *Adverbio* si digo: *Se fué no lejos de la Ciudad*, es *Preposicion*. Pues no es incompatible con una misma voz, el que sea *Preposicion*, y ella misma *Adverbio*, ò tambien *Conjuncion*, ò *Intergeccion*, segun el sentido en que se toma, y el papel ù oficio que hace” (Puig 1770: 137-138).

Observe-se que Puig refere ainda a possibilidade de uma preposição funcionar como conjunção ou interjeição, no que García Folgado (2005: 395) deteta a influência de Buffier e Harris.

⁶⁰ “Para mí, las preposiciones que no llevan caso no son adverbios; se trata más bien de una elipsis, ya que falta el caso regido; es lo que ocurre en el siguiente ejemplo de Virgilio: *Longo post tempore venit*, es decir: *Longo tempore post id tempus*” (Sánchez de las Brozas 1995[1587]: III, 12).

de tipologia para o Espanhol⁶¹; Torre y Ocón classifica-as de acordo com critérios exclusivamente formais; San Pedro, assume um triplo critério de classificação, aliando ao formal os critérios semântico e sintático; Puig procede a uma fusão do critério sintático com o formal.

Torre y Ocón (1728: 327)	“Les prépositions, sont ou simples, ou composées”.
Benito de San Pedro (1769: tomo II, 85-86)	“Pueden considerarse o en cuanto a la expression o en cuanto al significado. En el primer sentido unas se llaman simples, porque constan solo de una palabra; v. gr. <i>Con, sin, en, &c.</i> Otras compuestas, porque constan de muchas; v. gr. <i>En frente, a excepcion, &c.</i> En cuanto al significado podian considerarse tantas suertes de preposiciones, cuantas son las relaciones con que las cofas se pueden comparar entre si. Mas esta division hace poco a la Gramatica. La division principal se toma por orden al caso que ellas rigen. I efeto puede ser u ablativo, o bien dativo, o finalmente acusativo en esta orden”.
Puig (1770: 135)	“Las <i>Preposiciones</i> pues, son ò de <i>Aposicion</i> , ò de <i>Composicion</i> . Son de <i>Aposicion</i> , rigiendo caso: v. g. la Preposicion <i>En</i> , si digo: <i>En Barcelona</i> . Son de <i>Composicion</i> , no rigiendo caso, sino componiendo alguna dición: v.g. La misma Preposicion <i>En</i> , si digo: <i>Encubierto</i> . Los casos que suelen regir las <i>Preposiciones</i> , son ò Genitivo, ò Dativo, ò Acusativo, ò Ablativo”.

Quadro 19: a preposição - classificação

A divisão proposta por Puig entre preposições *de aposición* ou *de composición* parte das expressões que sustentam a definição que Nebrija oferece de esta categoria gramatical⁶². No entanto, em Nebrija não existe a associação direta entre os conceitos de *aposición* e *composición* e o conceito de *caso*, tratando-se mais propriamente de uma distinção formal, equivalente à distinção que faz entre preposições simples e compostas⁶³, e a que dão

⁶¹ Contudo, para o Latim, González de Valdés organiza-as de acordo com os casos que regem: acusativas; ablativas; genitivas. Para o Espanhol limita-se a descrever a correspondência entre as preposições e o seu regime de casos (genitivo, ablativo, dativo, acusativo) ou de tempos verbais: “En la lengua castellana se usan siempre antepuestas las prepos. *de*, señalando genitivos, ó ablativos: *para*, dativos: *á*, dativos, ó acusativos: *ante, contra, entre, ácia, hasta, segun, sobre, tras*, señalan acusativos: *con, en, por, sin*, ablativos. Tambien se anteponen á verbos infinitivos, *á, con, de, en, entre, hasta, para, por, sin, sobre, tras*, v. g. *á vencer, con vencer, de guardar, en guardar, entre ir y venir, hasta vencer, para morir, por decir, sin hacer, sobre guardar, tras romper: en* tambien se antepone al participio indeclinable, v. g. *en* siendo: seguidas de la conjuncion *que*, son conjunciones indicat. ó subjunt., v. g. *hablas sin saber la verdad, sinque sepas, ó no sabiendo*” (González de Valdés 1798:11)

⁶² “Preposición es una de las diez partes de la oración, la cual se pone delante delas otras por aiuntamiento o por composición” (Nebrija 2011[1492]: 110).

⁶³ “Los accidentes de la preposición son tres: figura, orden i caso; mas por que en la lengua castellana siempre se prepone i nunca se postpone, no pormemos la orden por accidente dela preposición. Assí que serán las figuras dos, assí como enel nombre: sencilla, como *dentro*; compuesta, como *dedentro*. Los casos con que se aiuntan las preposiciones son dos: genitivo i acusativo” (Nebrija 2011[1492]: 110).

continuidade Torre y Ocón e San Pedro, mas não precisamente nos mesmos moldes⁶⁴.

O conceito de caso, no entanto, também é contemplado por Nebrija entre os acidentes das preposições, segundo os quais distingue, como já se viu, as diferentes classes de preposições. Tal conceito, segundo Gómez Asencio (1981: 244), domina as propostas tipológicas da tradição gramatical normativa a respeito da preposição. Com exceção de Jovellanos e Torre y Ocón, os gramáticos do *corpus* continuam a servir-se desse critério sintático (o caso) para organizar as suas propostas. Na passagem de San Pedro acima transcrita, tal critério chega mesmo a assumir um valor superior ao dos restantes critérios considerados. Contudo, é importante precisar que, apesar de esse critério remontar à proposta nebrissense, esta não coincide totalmente com as dos gramáticos em estudo no tocante aos casos admitidos pelas preposições⁶⁵. Segundo dados recolhidos em Ramajo Caño (1987: 194-198), é notório que, ao longo da tradição gramatical do espanhol, não houve uniformidade relativamente aos casos regidos pelas preposições, sendo que a primeira vez que os casos admitidos por González de Valdés e Puig (genitivo, dativo, acusativo e ablativo) aparecem juntos numa mesma proposta é no texto anónimo de Lovaina (1555), enquanto que os considerados por San Pedro (ablativo, dativo,acusativo), encontram-se pela primeira vez reunidos nas *Osservationi* de Giovanni Miranda (Veneza 1565). Como demonstra Gómez Asencio (1981: 244), a classificação das preposições em função dos casos que regem é um critério que se conserva até ao século XIX. Contudo, de acordo com a informação que se pode encontrar em Ramajo Caño (1987: 194-198), está ausente das propostas

⁶⁴ Em Nebrija, as preposições simples opõem-se às que se assumem como prefixo na composição de outra palavra. Em Torre y Ocón e San Pedro, opõem-se às que são formadas por mais de uma palavra. Torre y Ocón, inclusivamente, chega a admitir, entre as simples, preposições formadas por prefixação desde que constituam uma única palavra: “Sous le nom de prepositions simples on comprend encore toutes celles dont l’ usage ne fait q’un seul mot, quoiqu’ originairement elles soient composées, comme: *Delante*, qui est composé de *del*, & *ante*, detrás, de *de*, & *tras*, enfrente, de *de*, & *frente*, y ainsi des quelques autres” (Torre y Ocón 1728: 327). As preposições simples, nos termos usados por Nebrija, San Pedro chama “separadas” distinguindo-as não das compostas, mas dos prefixos: “A mas de estas preposiciones, que se llaman separadas, se consideran las que sirven para componer otras palabras, aumentando, disminuyendo o mudando en contrario la (significacion del verbo, nombre, o division, en cuya composicion entran” (San Pedro 1769: 87). Gómez Asencio (1981: 253) vê nesta atitude de San Pedro a negação dos prefixos, colocando-o, desde essa perspetiva, na linha do racionalismo espanhol de Patón e Correas, afastando-se, como eles, de uma tradição normativa que, desde Nebrija, encara os prefixos como uma subclasse das preposições. Segundo ainda Gómez Asencio (1981: 253), será essa postura de negação da natureza preposicional dos prefixos que se generalizará durante a segunda metade do século XVIII e a primeira do seguinte.

⁶⁵ Formalmente, Nebrija (2011[1492]: 110) só admite genitivo e acusativo, como já foi aqui referido, embora semanticamente associe outros casos às preposições: “Sirven como diximos las preposiciones para demostrar la diversidad dela significación delos casos, como *de* para demostrar cúia es alguna cosa, que es el segundo caso; *a*, para demostrar a quién aprovechamos o empecemos, que es el tercero caso; *a* esso mesmo para demostrar el cuarto caso en los nombres propios i aun algunas vezes en los comunes” (Nebrija 2011[1492]: 111).

tipológicas de alguns dos nomes mais emblemáticos da tradição racionalista espanhola precedente (como Jiménez Patón e Correas)⁶⁶. No racionalismo francês, a noção de *caso* vai dando lugar a uma análise de tipo semântico, como acontece na Gramática de Port-Royal (Arnauld & Lancelot 1660: 83), onde a classificação das preposições assenta igualmente num critério semântico: *de lieu, de situation, d'ordre; du temps; du terme; de la cause; autres rapports* (Arnauld & Lancelot 1660: 34).

4.8. A conjunção

Por sua vez, na descrição da conjunção, sobressaem dois aspetos: i) tal como em relação ao advérbio e à preposição, Jovellanos é o único a não considerar o critério formal (indeclinabilidade); ii) quase todos os gramáticos em estudo apresentam uma definição de tipo sintático centrada no valor da conjunção enquanto elemento de ligação entre partes da oração ou entre orações. Gónzáles de Valdés é o único que apenas considera o seu papel quanto às partes da oração, revelando nisso mais aproximação à postura, que, como sistematiza Carolina Martín Gallego (2011: 838), predomina na tradição normativa, contrariamente à dos restantes gramáticos, que denuncia a transição para aquela que, segundo a mesma autora (Martín Gallego 2011: 839), deriva do modelo *sanctiano* e do dos gramáticos franceses. Pelo recurso à expressão *membres du discours*, saliente-se ainda que em Torre y Ocón também não fica clara a sua compreensão desse valor da conjunção. Não obstante, em contexto, parece poder unir tanto as orações como as partes da oração, como se deduz dos exemplos apresentados pelo autor para ilustrar o valor da conjunção e que se apresentarão seguidamente no quadro 20:

Torre y Ocón (1728: 328)	“La conjuncion est une partie de l’ oraison indeclinable qui sert á la liaison, ou union des membres du discours”.
Benito de San Pedro (1769: tomo II, 89)	“Las conjunciones son partes indeclinables, que expressan diferentes operaciones de nuestro animo, i juntan las partes diversas de la oracion, o las mismas oraciones”.
Puig (1770: 150)	“La <i>Conjuncion</i> es: una Voz indeclinable, que sirve para unir las palabras, ò clausulas”.

⁶⁶ Ramajo Caño apenas considera gramáticas do Espanhol, pelo que o nome mais representativo da corrente racionalista em Espanha (Sánchez de las Brozas) não está entre o *corpus* por si estudado. No caso do Brocense não há propriamente uma classificação das preposições, mas sim uma definição, enumeração e comentário. Não obstante, a noção de caso também é considerada na sua descrição: “la preposición es una forma que no tiene número, que precede a los casos y se encuentra en composición. Lo característico, pues, de la preposición es ir delante de los casos del nombre, ya que, aunque no vaya, se trata de una anástrofe, y no por ello pierde su condición de preposición” (Sánchez de las Brozas 1995 [1587]: III, 12).

Jovellanos (1794-1797: 105 e 154-155)	“La conjuncion sirve para juntar dos palabras ó dos proposiciones, como <i>es menester que el hombre estudie para saber</i> ”.
González de Valdés (1798: 12)	“La conjunción encierra en sí el pensamiento ó la idea que se acaba de expresar, uniéndola con la que sigue”.
	“ <i>CONJUNCIONES</i> se llaman las palabras indeclin., que siguiendo el órden natural de la traduccion sirven para atar las palabras siguientes á ellas con las que están antes: y si no atan, son adverbios, como, quando <i>uel, etiam</i> , significan <i>hasta, aun</i> ”.

Quadro 20: a conjunção - definição

O debate sobre a função da conjunção como elemento de ligação de palavras ou orações percorre a tradição gramatical espanhola precedente desde Nebrija (Ramajo Caño 1987: 201-203), não obstante, a circunscrição a uma função de ligação entre orações apenas está presente em alguns autores representativos da gramática de cunho racionalista, como é o caso do Brocense e de Jiménez Patón (Ramajo Caño 1987: 202-203), que, conforme esclarece, Gómez Asencio (1981: 277), seguem a este respeito a peugada de Giulio Cesare Escalígero, tal como o fazem na tradição francesa, Destutt de Tracy e Nicolas Beauzée.

No que concerne à classificação desta categoria, como se pode verificar seguidamente no quadro 21, apenas San Pedro contempla nas suas propostas o critério formal, considerando-o a par com o semântico. É neste último que assentam as propostas de todos os outros autores, bem como a tradição gramatical espanhola precedente, tanto a normativa como a racionalista, segundo a informação que se pode recolher em Ramajo Caño (1987: 203-204). É de observar ainda que San Pedro vinca a flexibilidade desta tipologia pela possibilidade de as diferentes conjunções pertencerem a mais de uma subclasse. Do mesmo modo, San Pedro sublinha igualmente a versatilidade da conjunção pela possibilidade de atuar como preposição ou advérbio⁶⁷. Algo semelhante acontece também em González de Valdés, em quem se regista igualmente uma nota de proximidade entre conjunção e advérbio, conforme se tornou já visível na definição no quadro 16:

Torre y Ocón (1728: 328-329)	“L’ Abbé Regnier Desmarais dit en sa Grammaire Française, que les conjonctions se divisent: En copulatives, disjonctives, adversatives, conditionnelles, suspensives, concessives, declaratives, interrogatives, comparatives, augmentatives, diminutives, causales, ou causatives, illatives, ou conclusives, & en conjonctions de temps, de ordre & de transición. Je ne saurois mieux faire que de suivre ici la même division, reduisant sous chacune les exemples qui leur sont propres”.
---------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

⁶⁷ “Una misma conjuncion puede tener lugar en dos classes segun el sentido en que se toma. Muchas de las conjunciones son tambien adverbios o preposiciones, i su diferencia depende del sentido que tienen en la oracion. Se conocerá quando son puras conjunciones, si solo tienen oficio de juntar las partes del razonamiento sin otro respeto o expression de circunstancia de nombre o verbo” (San Pedro 1769: 92).

Benito de San Pedro (1769: 89-92)	<p>“Las conjunciones pueden dividirse por orden a la expresion o al significado. En cuanto a la primera parte se consideran o simples si constan de una sola palabra, o compuestos si de muchas.</p> <p>Por relacion al significado se pueden reducir a clases. Es a saber: 1. <i>Copulativas</i> [...]. 2. <i>Disyuntivas</i> [...]. 3. <i>Adversativas</i> [...]. 4. Las de <i>Restriccion</i> [...]; 5. Las <i>Condicionales</i> [...]; 6. Las <i>Causales</i> [...]; 7. Las <i>Racionales</i> o <i>conclusivas</i> [...]; 8. Las de <i>Transicion</i> [...]; 9. Las <i>Ordinativas</i> [...]; 10. la conjuncion <i>que</i>”.</p>
Puig (1770: 151)	<p>“Hay conjunciones de varias especies: 1. COPULATIVAS, Y CONTINUATIVAS [...]. 2. DISJUNTIVAS; Ò DIVISIVAS [...]. 3. CONDICIONALES [...]. 4. EXCEPTIVAS, Y ADVERSATIVAS [...]. 5. CAUSALES, à que la razon ò causa precede [...]. 6. CAUSALES à que la razon ò causa sigue [...]. 7. CAUSALES con que se designa el fin ò motivo [...]; 8. y ultimo. ASIMILATIVAS, Y DECLARATIVAS”.</p>
Jovellanos (1794-1797: 112)	<p>“Llámanse copulativas las siguientes: <i>y, é, ni, que</i> [...].</p> <p>Las disyuntivas denotan alternativa entre as cosas como <i>ó, ú, ya</i> [...].</p> <p>Las que sirven para expresar alguna contradiccion ó contrariedad se llaman adversativas, como las siguientes: <i>mas, pero, cuando, aunque, bien que</i>.</p> <p>Las condicionales son las que envuelven alguna condicion, como <i>si, sino</i>.</p> <p>Las causales expresan causa ó motivo, como <i>por que, pues, así que</i>.</p> <p>Las continuativas sirven para continuar la oracion como <i>mientras, pues, así que</i>”.</p>
González de Valdés (1798: 12-13)	<p>“Hay conj. de palabras y de proposic. Conjunc. de palabras son las que pasan á unir, segun el órden de las ideas, las palabras sing. ó plur. expresadas, ó calladas pendientes de un mismo verbo [...].</p> <p>Conjunc. de proposic. son las que pasan á unir uno, ó algunos verbos siguientes con los anteriores, á fin de perfeccionar el sentido del periodo, y á fin de que los verbos convengan muchas veces entre sí en la terminac., número, y modo de significar un mismo tiempo en género, ó en especie [...].</p> <p>Las conj. son varias, y se distinguen unas de otras por sus varios modos de significar. Unas se llaman <i>concesivas</i>, porque expresan la concesion de alguna cosa [...]; otras <i>causales</i> que refieren la causa de alguna proposicion [...]; otras <i>condicionales</i> por la condicion de lo que se dice, ó hace [...]; otras <i>inales</i> por el fin con que se hace, ó dice algo [...]; otras <i>disyuntivas</i>, porque sirven para excluir una , ó mas cosas de otras [...]; otras <i>racionales</i>, que sirven para inferir [...]; otras <i>adversativas</i>, que expresan alguna contradiccion de lo que antecede [...]; otras <i>expletivas</i>, cuando solo sirven para hermosear y adornar la oracion, así en la prosa, como, como en el verso [...]; otras <i>dubitativas</i> [...]; y otras cuyo uso, y distincion enseñan los autores latinos”.</p>

Quadro 21: a conjunção - classificação

4.9. A interjeição

Torre y Ocón (1728: 328)	“La interjecction est une partie de l’ oraison, qui sert á exprimer quelque subit mouvement de l’ ame, comme de joye, de douleur, d’ admiration, &c.”.
San Pedro (1769: tomo II, 95)	“La Interjeccion es una parte indeclinable de la oracion, que sirve para declarar algunos afectos del alma, como: de gozo, de pena, de temor, &c. Casi en todas las Lenguas son unas mismas”.
Puig (1770: 147 e 149, nota)	“La <i>intergeccion</i> es: aquella Parte de la oracion, que proferida con cierto irregular tono de voz expresa algun afecto del animo”. “Como las <i>Intergecciones</i> son expresiones de afectos naturales, no solo cada Lengua, sino cada Individuo tiene, no tanto por arte, como por naturaleza las suyas. Los afectos son aquellos movimientos indeliberados, que excita en el animo la apprehension del bien, ò del mal”.
Jovellanos (1794-1797: 106 e 112)	“La interjeccion expresa un afecto del alma”. “La interjeccion sirve para denotar los afectos del ánimo, ó por mejor decir, llámanse interjecciones aquellos breves sonidos ó voces con que el ánimo prorumpie casi involuntariamente para desahogo suyo, ó para advertir alguna cosa á otro, ó llamar la atencion [...]”.
González de Valdés (1798: 13)	“ <i>INTERJECCIONES</i> , ó primeros signos en el órden de la naturaleza, son las palabras indeclinables, con que interrumpiendo el hilo del asunto prorumpimos manifestando los varios afectos, mociones, alteraciones, sentimientos, ó pasiones de nuestra alma [...]”.

Quadro 22: a interjeição - definição

Embora nas definições propostas por San Pedro e González de Valdés esteja presente também o critério formal (indeclinabilidade), o critério predominante é o semântico. Nesse ponto, os autores em estudo seguem a tradição gramatical precedente já que, como refere Ramajo Caño (1987: 207), “desde los gramáticos latinos la interjección es partícula que señala algún sentimiento, afecto, sensación...”. Tradicionalmente, a associação a esta particular carga semântica surge por vezes em relação com a sustentação do seu caráter natural. Trata-se de um pressuposto que, como refere García Folgado (2005: 399), serviu a Sánchez de las Brozas para negar à interjeição o estatuto de categoria independente, tal como, segundo Ramajo Caño (1987: 207), acontece também em Jiménez Patón. Contudo, não é uma marca de toda a gramática racionalista, pois tal não acontece, por exemplo, com os gramáticos de Port-Royal, que as consideram entre as partes da oração, como aliás fazem também os gramáticos do *corpus*. Contudo, com exceção de Torre y Ocón e de Benito de San Pedro, cujas definições, aliás, bastante próximas, não referem expressamente a questão do caráter natural da interjeição, os autores em estudo reconhecem essa situação,

ainda que a equacionem de diferentes formas. Em González de Valdés, tal surge em associação com a sua essência primária. Já em Puig e em Jovellanos a associação é com a sua natureza involuntária, sendo que em Puig, surge ainda associada ao carácter individual das interjeições.

Em Puig e Jovellanos a carga semântica da interjeição vem apoiada também no valor significativo da prosódia. Relativamente a Puig, García Folgado (2005: 398) vê nesta situação uma influência de Buffier, que também faz apoiar a carga significativa da interjeição nos seus elementos não-verbais.

Os autores em estudo não apresentam propostas de classificação da interjeição. Como explica Gómez Asencio (1985: 182), na tradição clássica, a classificação das interjeições foi estabelecida por Prisciano e Donato, mas questionada posteriormente por Alcuino o que levou a que a tradição gramatical espanhola se dividisse entre uma e outra posição, sendo a mais frequente a de não apresentar uma proposta de tipologia, como de facto acontece também no *corpus* em estudo. Apenas há a registar um esboço de tal em Torre y Ocón e San Pedro. No primeiro caso, o gramático recorre a um critério formal⁶⁸ e, no segundo, a um critério semântico⁶⁹.

Em função do anteriormente exposto sobre a peugada racionalista no tratamento das classes de palavras - e que, pela sua profusão, procurei sintetizar no quadro 23 -, observamos que é em Jovellanos que predominam largamente os traços que denunciam essa mesma herança doutrinal:

	Torre y Ocón (1728)	Benito de San Pedro (1769)	Puig (1770)	Jovellanos (1794-1797)	González de Valdés (1798)
Correspondência entre categorias gramaticais e categorias lógicas				+	
Autonomia categorial do adjetivo				+	
Autonomia categorial do artigo		+		+	

⁶⁸ “Quoique les véritables interjections soyent d’ ordinaire d’ une, ou de deux syllabes, comme sont: *A*, ou *ha*, *ha*; *oxte*, ouf; *yza*, *ize*; *ay*, *hela*; *guay*, ou *guaya*, *hela*. On en trouve neantmoins deplusieurs syllabes, & même de plusieurs mots joints en semble, comme: *O mi Dios!* O mon Dieu! *Ay Padre mio*, *què es lo que usted haze!* Helas mon Pere qu’ est que vous faitez; *hijo mio*, *hijo mio*, *no te me vayas!* Mon fils, mon fils ne m’ abandonnez pas, &c.” (Torre y Ocón 1728: 328).

⁶⁹ Patente nos exemplos apresentados na passagem transcrita no quadro 22 e relativos a algumas das noções expressas pelas interjeições.

Restrição da condição de pronome aos pronomes pessoais				+	
Consideração do participio como forma verbal	+			+	
Abordagem intraproposicional da dicotomia verbo substantivo/ verbo adjetivo		+	+	+	+
Natureza semântica do conceito de <i>proposición</i>		+	+	+	+
Caráter natural e autónomo da interjeição			+	+	+

Quadro 23: marcas da descrição gramatical racionalista

5. A SINTAXE

Na gramática racionalista, a sintaxe ocupa um lugar central não só em termos do estatuto que assume relativamente às outras partes da gramática, mas, sobretudo, enquanto fator determinante de todos os planos de análise e descrição gramatical. Dos autores do *corpus*, o único que não nos oferece um capítulo dedicado à sintaxe é Puig, embora, na dedicatória, justifique essa opção e o lugar que reserva às questões sintáticas⁷⁰. Nos restantes gramáticos em cotejo, a sintaxe assume proporções variáveis⁷¹. Contudo, num quadro em que, como descreve Ramajo Caño (1987: 211) referindo-se aos gramáticos da tradição precedente, “bastantes hay que no le dedican ninguna línea”, é suficientemente significativo que lhe seja dado espaço e importância pelos gramáticos em estudo. Nas passagens transcritas no quadro 24, tal importância é particularmente sublinhada em San Pedro - que, na esteira do Brocense, associa intimamente a sintaxe à finalidade

⁷⁰ “De otra parte conviene, que sepa el Público, que V. S. I. no me encargò que compusiera una Arte completa de la Gramatica Castellana, sino los Rudimentos de ella. Lo que sin duda lo pensò, y dispuso asi V. S. I. persuadido, de que para el fin de instruirse los Muchachos era bastante darles por reglas los primeros, y esenciales principios; y que lo demás lo supliria, entre el egercicio de leer, y construir los buenos Autores, la viva voz del Maestro: para cuyo auxilio puse separadamente las Notas, entre las quales he procurado echar unas como semillas de la Syntaxis” (Puig 1770: [XIX-XX]).

⁷¹ Torre y Ocón: 6 páginas em 168; San Pedro: 60 páginas em 412; González de Valdés: 47 páginas em 311; Jovellanos: 1,5 em 7, nos *Rudimentos de gramática castellana*.

última da gramática⁷² - e em González de Valdés - que a apresenta como a parte da gramática que dá sentido a todas as outras:

<p>Torre y Ocón (1728: 340)</p>	<p>“[...] Maintenant il me reste a exposer en peu des mots ce qui regarde la syntaxe, ou construction de ces mêmes parties dans la construction, qui est en Espagnol pres que la même qu’en François. La syntaxe n’est autre chose que la bonne disposition & arrangement des parties de l’óraison: elle est, ou de convenence, ou de regime: La syntaxe de convenence régle le report des mots à l’ égard des genres, des nombres, des persones, & des cas: celle de regime regle les cas, & les modes qu’il faut joindre aux noms, aux verbes, aux participes, aux gérondifis, & aux prépositions”.</p>
<p>Benito de San Pedro (1769: tomo II, 97)</p>	<p>“[...] Conviene ahora tratar de la construccion, que los griegos llaman <i>Syntaxis</i> συνταξις, esto es, coordinacion de unas partes con otras para el buen sentido i oracion perfecta. Que es el fin de la Gramatica i de todas las Lenguas. Se consigue esto por medio del concierto de las partes juntas en quanto a la devida concordia i colocacion de casos segun i regencia”.</p>
<p>Jovellanos (1794-1797: 112)</p>	<p>“[...] Pasarémos ahora a tratar de su union, esto es, del orden con que deben colocarse para expresar con claridad los pensamientos”.</p>
<p>González de Valdés (1798: 148)</p>	<p>“La construc. 4ª, y últ. parte de que se compone la gramática de las lenguas, sin la cual de nada servirian la analog., etimolog., y prosodia, consiste em conocer la relac. que hay de unas palabras á otras. Esta relac. es de 2 maneras, de union, y de dependencia. Se llama de union, ó concordancia, quando se unen, ó corresponden unas á otras palabras, aviniéndose entre sí, ó conveniendo en otra 3ª cosa, ó cosas: y de regimen, ó dependencia, quando las unas dependen de otras, y están sujetas, ó subordinadas á ellas. La union, ó concordia de unas palabras con otras se considera absoluta en quanto prescinde de la dependencia, y es de 7 maneras”.</p>

Quadro 24: a sintaxe - definição e classificação

Atentando nas definições de sintaxe dadas por estes autores, é possível ver como as mesmas são reveladoras de maior ou menor aproximação à corrente racionalista. Um dos aspetos que o denuncia é o modo como uma valoração assente numa atitude normativa e orientada para a correção formal (visível em Torre y Ocón) dá lugar a uma atitude racionalista que põe a tónica na noção de clareza e na finalidade lógica do discurso (mais evidente em San Pedro e em Jovellanos).

⁷² Observe-se, contudo, que, diferentemente de San Pedro, Sánchez de las Brozas, apoia-se justamente nesta ideia para questionar que a sintaxe seja uma das partes da gramática: “otros dividen la gramática en letra, sílaba, palabra y oración o, lo que es lo mismo, en ortografía, prosodia, etimología y sintaxis. Pero la oración o sintaxis es el fin de la gramática, luego no es parte de ella, pues, como dice Cicerón, ‘una cosa es el arte y otra el fin de ese arte, ya que ningún arte trata sobre sí misma’” (Sánchez de las Brozas 1995[1587]: I, 2).

Outro dos aspetos mais destacados do cotejo reside no facto de todos os autores identificarem explicitamente *sintaxe* com *construção*⁷³. Como explica Gómez Asencio (1981: 43), em termos globais, na tradição gramatical ocidental os dois conceitos foram usados indistintamente por gramáticos de diferente filiação doutrinal, desde Prisciano até à própria Gramática de Port-Royal. Com Du Marsais, no artigo que dedicou na *Encyclopedie* (1751-1765) à *construção*, formula-se, como demonstra Chevalier (2006[1968]: 694-695), uma separação teórica destes conceitos, pela identificação de *sintaxe* com as relações entre as palavras e pela identificação de *construção* com a disposição das mesmas. Tal distinção, segundo Gómez Asencio (1981: 43-44), não parece ter precedentes na tradição hispânica anterior à edição de 1796 da *GRAE*⁷⁴ e, com efeito, não se manifesta em nenhum dos autores aqui estudados.

Da leitura das passagens em foco, destaca-se ainda a divisão da sintaxe em sintaxe de concordância e sintaxe de regência, a qual, segundo Ian Michael (1970: 133), remonta a Petrus Ramus. Entre os gramáticos do *corpus*, ela é contemplada por todos menos por Jovellanos, que, como já apontou García Folgado (2005: 641), não considera a noção de regência, desenvolvendo antes outra abordagem⁷⁵: destaca-se, em seu lugar o tratamento das noções de *ordem* e *concordância* e a introdução da *determinação* como uma noção sintática⁷⁶. Como aponta ainda a mesma autora (García Folgado 2005: 641), a afinidade de Jovellanos com o sensualismo de Condillac está também

⁷³ Jovellanos é o único em cuja definição tal não acontece, mas fá-lo precisamente no título que dá a esta parte do seu opúsculo: *Sintáxis ó construccion* (Jovellanos 1794-1797: 112).

⁷⁴ Observe-se que aí não ocorre nos mesmos moldes que em Du Marsais: “Je crois qu’on ne doit pas confondre *construction* avec *syntaxe*. *Construction* ne presente que l’idée de combinaison & d’arrangement. Ciceron a dit selon trois combinaisons différentes, *accepi litteras tuas, tuas accepi litteras, & litteras accepi tuas*: il y a là trois constructions, puisqu’il ya trois diferentes arrangements des mots; cependant il n’y qu’une *syntaxe*; car dans chacune des ces *constructions* a les mêmes signes des rapports que les mots ont entr’eux ainsi ces rapports sont les mêmes dans chacune de ces phrases. Chaque mot de l’une indique également le même corrélatif qui est indiqué dans chacune des autres; [...] La *syntaxe* est donc la partie de la Grammaire qui donne la conoissance des signes établis dans une langue pour exciter un sens dans l’esprit” (D’Alembert & Diderot 1751-1765: tomo IV sv «CONSTRUCTION»). Já na edição de 1796 da *GRAE* a *construção* é uma das relações de dependência que determinam a sintaxe a par com a regência: “La CONSTRUCCION de las partes de la oración es otra especie de dependencia que las une, no con tanta precision como el régimen, sino con alguna mayor anchura y libertad, ya añadiendo unas, ya introduciendo otras entre las que van enlazadas por el régimen, para dar energía á las oraciones, y evitar la uniformidad que resultaria, si se guardaran constantemente en el uso las reglas del régimen y concordancia de las palabras” (GRAE 1796: 326).

⁷⁵ “La unión de las palabras puede señalarse de varios modos: por el lugar que se les da en la oracion, por la mudanza que reciben en la terminacion, por medio de preposiciones que indican el segundo término de una relacion, de adjetivos que juntan las proposiciones incidentes con los substantivos á quienes modifican, y de conjunciones que sirven para trabar las diferentes partes de la oración” (Jovellanos 1794-1797: 113).

⁷⁶ “En una oracion el sugeto puede ser determinado por un articulo, un participio ó un adjetivo, como acabamos de decir, y tambien por un substantivo con preposicion, como *hombre de bien*; por una proposicion incidente, como *hombre que cuida de su casa*; por conjunciones que le enlazan con otro sugeto, como *Juan y Antonio*, y por interjecciones ó expresiones de gozo, tristeza ó miedo, v. g.: *mi hijo; ah! ya habrá perecido... Mi padre ¡oh, qué dicha! está para llegar al puerto*” (Jovellanos 1794-1797: 113).

presente na sua teoria sintática, como revela o exemplo de análise lógica que constitui o seu opúsculo *Tratado de análisis del discurso*.

Relativamente ao conceito de *concordância*, como refere Gómez Asencio (1981: 66), tradicionalmente, este consubstancia-se em três tipos de relações, a saber: i) substantivo + verbo; ii) adjetivo + substantivo; iii) relativo + antecedente. Tal é o que acontece em Benito de San Pedro (1769: tomo II, 98). Torre y Ocón (1728: 342-343) considera ainda a concordância advérbio + preposição⁷⁷ e González de Valdés (1798: 150-158) admite mesmo sete tipos de concordâncias⁷⁸: i) verbo + sujeito; ii) infinitivo + acusativo; iii) substantivo + substantivo / pronome pessoal; iv) nominativo + vocativo; v) adjetivo / nome / pronome / participio + substantivo (expresso ou implícito); vi) relativo + antecedente; vii) verbo em pergunta e resposta. Jovellanos (1794-1797: 113) apenas refere a concordância de substantivo e adjetivo e esta é também a posição que, de acordo com os dados recolhidos em Ramajo Caño (1987: 215), também se encontra em alguns destacados gramáticos espanhóis de inspiração racionalista, como Correas, Villalón e Jiménez Patón.

Relativamente ao conceito de *regência*, como explica Gómez Asencio (1981: 59), na gramaticografia espanhola anterior ao sec. XVIII, não há muitos textos que o definam e tratem⁷⁹. No caso dos autores do *corpus*, conforme deixa ver o quadro 24, tal conceito, em Torre y Ocón e em San Pedro, surge associado ao sistema de casos latinos, e o mesmo acontece em González de Valdés, embora com diferenças significativas. Tais diferenças, como expõe Iglesias Bango (2011: 669-670), residem em que, em primeiro lugar, a regência de caso, observável em San Pedro e nos autores setecentistas que partilham a sua noção de regência, é substituída pela de relação entre as palavras, em González de Valdés e outros autores coevos. Em segundo lugar, segundo o mesmo investigador distingue-os ainda a focalização por parte dos primeiros na palavra regente, e, no caso dos segundos, na palavra regida. Note-se que San Pedro e González de Valdés não se limitam, como Torre y Ocón, a apresentar os casos e/ou categorias que podem reger e ser regidos⁸⁰. Em San Pedro, o plano de análise formal é combinado com o funcional e semântico pela distinção entre *regência direta ou absoluta* de *indireta ou*

⁷⁷ Relativamente a estas duas categorias, observa-se, contudo, que, ao incidir exclusivamente sobre questões de ordem, o autor afasta-se da definição que dá de *concordancia*: “La sintaxe de convenence régle le report des mots à légard des genres, des nombres, des personnes, & des cas” (Torre y Ocón: 340).

⁷⁸ Uma singularidade assinalada por Gómez Asencio (1981: 67, n. 119) como um dos casos mais extraordinários de variação ao tradicional esquema tripartido de relações de concordância. Paralelamente, há ainda a assinalar em González de Valdés (1798: 149) a distinção entre *concordância absoluta (ou intransitiva)* e *de dependência (ou transitiva)*.

⁷⁹ O autor refere apenas Nebrija e Correas.

⁸⁰ “La sintaxe, ou construction de régime, regarde les noms, les verbes, les géronatifs, les prépositions, & les conjonctions” (Torre y Ocón 1728: 343).

relativa, no que Lliteras Poncel (1992: 521) pressente o esboço da noção a que posteriormente se designaria *complemento*⁸¹. González de Valdés, por seu lado, conforme também deixava já antever o quadro 24 e como aponta Gómez Asencio (1981: 60-61), tal como a maior parte dos gramáticos de finais do século XVIII, concebe a regência “como una relación, en cierta medida semântica, de dependencia unilateral con la vista puesta en la palabra dependiente: la relación de régimen tiene lugar cuando una palabra depende o está subordinada a otra”. Parece, portanto, registar-se com estes autores certa aproximação progressiva aos conceitos de *subordinação e complemento* que encontrarão posterior desenvolvimento na tradição espanhola, e que, em rigor, segundo Iglesias Bango (2011: 672) só se podem localizar no século seguinte: “Solo cuando se produzca esta identificación del régimen con el término regido o palabra que determina o restringe la significación de otra va a aparecer realmente el concepto de *complemento*. Esto quiere decir, a mi juicio, que el origen del concepto de *complemento* hay que situarlo, en realidad, en Pelegrín, Alemany y Lacueva y no en Saqueniza”⁸².

No tocante à sintaxe figurada, apenas San Pedro e Jovellanos lhe dedicam tratamento específico nas suas obras⁸³, onde explicam através de quatro figuras (elipse, hipérbato, pleonasma e silepsis) os desvios à ordem natural ou lógica das palavras, assumida como referente discursivo.

La figura es irregularidad de las partes de la oracion, que sucede o porque sobra alguna palabra, o porque falta, o porque desconcierta, o por colocacion perturbada. I segun esto son cuatro generalmente las figuras: *Pleonasmos, Elipse, Sylepsis, Hyperbaton*. I se a estendido tanto su uso, que casi todo lo que hablamos es figura (San Pedro 1769: 133).

Sintaxis figurada es aquella que permite algunas mudanzas en la construccion natural, ya alterando el órden y colocacion de las palabras, ya omitiendo unas, ya añadiendo otras, ya quebrantando las reglas de la concordancia. Cuando se invierte el órden de

⁸¹ “De dos modos se puede concebir esta relacion entre el nombre i verbo, es a saber directa o indirectamente. Un verbo se refiere o termina directamente a un nombre, quando por èl se puede responder a la pregunta a *quien* o *què cosa*? V. gr. *El hijo ama, a quien? A su Padre. Yo conozco, qué cosa? la verdad*. Los verbos *ama*, i *conozco* se refieren directamente a los nombres *Padre*, i *verdad*. Si no se puede responder a estas preguntas se terminará entonces la accion indirectamente; v. gr. *El mendigo carece de què cosa? de sustento*.

Segun esto ai dos suertes de regencia, esto es directa u absoluta, e indirecta o relativa” (San Pedro 1769: tomo II, p. 107).

⁸² A identificação do aparecimento da noção de complemento com a obra de Jacobo Saqueniza dá-se por exemplo no trabalho supracitado de Gómez Asencio (1981: 61).

⁸³ No caso de Puig, tal decorre, como já se referiu anteriormente, do facto de não haver uma parte da obra especificamente orientada para a sintaxe. Observe-se que, apesar de não as tratar separadamente, González de Valdés exprime-se a respeito desta matéria na parte da sua obra que dedica aos vícios da oração: “el tropo es un modo de hablar, que consiste necesariamente en dexar la significac. propia, para que se inventó una palabra, y usarla en otra, que también es muy natural y comun por necesidad y apropió á lo que se habla” (González de Valdés 1798: 181).

las palabras se comete la figura hipérbaton, que significa inversion. Cuando se callan palabras, es por la figura elípsis, que equivale á falta o defecto. cuando se aumentan, es por la figura pleonasmio, que vale sobra ó superfluidad; y cuando se falta á la concordancia, es por la figura silepsis ó concepcion (Jovellanos 1794-1797: 113).

Nesse sentido, aproximam-se da gramática de Port Royal (Arnauld & Lancelot 1660: 145-147). Da mesma forma – seja através dos gramáticos franceses ou diretamente – a sua proposta coincide também com a tipologia definida pelo Brocense, como acerca de San Pedro sublinha Mercedes Martínez Mezo (2011: 793). No entanto, simultaneamente, desviam-se da conceção sanctiana, na medida em que, de acordo com a mesma, as figuras não recebem tratamento isolado, porque não valem tanto pela sua componente estilística, mas sim como recurso sistemático de descrição linguística e de construção da linguagem comum (Sánchez de las Brozas 1995[1587]: IV, 2).

Finalmente, torna-se essencial abordar uma ideia basilar da teoria sintática em geral: a noção de *oração/proposição*, cuja distinção só se desenvolve a partir de meados do século XIX (López Quero 2006: 983-989), mas que já se encontra esboçada em alguns dos textos do *corpus*. Enquanto que Torre y Ocón e Puig usam apenas o termo *oração*, San Pedro apresenta as duas expressões como sinónimas: “La serie de palabras donde se contiene un sugeto i un atributo unidos por medio del Verbo se llama oracion o proposición” (San Pedro 1769: tomo II, 2). Por outro lado, González de Valdés e Jovellanos esboçam já uma distinção entre os dois conceitos⁸⁴. No primeiro dos dois gramáticos, a separação assenta em diferenças de nível na estrutura da língua.

A manera del punto matemático que es parte indivisible de la línea, así generalmente hablando el sonido es parte de la sílaba, la sílaba de la palabra, la palabra de la proposicion simple, ó compuesta, y esta de la oracion; aunque alguna vez el sonido es sílaba, palabra, y en la apariencia proposicion, v. g. en *di*. donde falta *yo*, ó *tu*. Y así al reves la oracion se resuelve en proposiciones, la proposicion en palabras, la palabra en sílabas, y la sílaba en las tres especies de sonidos que tuviere con el valor mismo que tienen articulados en las palabras, quando hablamos y leemos, sin dividirla jamas en ellos quando escribimos (González de Valdés 1798: 3-4).

Em Jovellanos, como desenvolve Gómez Asencio (1981: 105), a proposição é a noção que permite articular o plano de análise lógica com o plano de análise estritamente gramatical. De acordo com as passagens seguidamente transcritas, a oração parece situar-se no segundo caso.

⁸⁴ A esta luz, haveria que matizar o que afirma López Quero (2005: 981) sobre Andrés Bello como “el primero de los gramáticos que estableció la distinción entre oración y proposición”.

El juicio expresado con palabras se llama *proposicion* (Jovellanos 1794-1797: 104).

Hemos de advertir que un pensamiento se compone de uno ó mas juicios, porque quando pensamos no hacemos sino juzgar de dos ó mas cosas, y quando expresamos con palabras estos juicios de nuestra alma formamos lo que se llama proposición (Jovellanos 1794-1797: 152).

Luego toda proposición consta de tres palabras. La primera se llama sugeto, la segunda atributo; ambos son seguidos de dos ideas que hemos comparado; y la tercera, que es signo de la operacion de nuestra alma se llama verbo.

Las proposiciones son simples ó compuestas, quando constan de tres palabras ó de dos, porque en este caso el verbo y el atributo se confunden en una misma palabra. [...].

Llama-se proposicion compuesta la que contiene en compendio varios juicios [...].

Se infiere de esta doctrina que un juicio es simple, y que una proposicion es compuesta quando encierra en sí varios juicios (Jovellanos 1794-1797: 153).

Se observa la última especie de proposicion en estas palabras: “una montaña, que embarga la vista del espectador.” *Que embarga* no es proposicion *principal*, tampoco es *subordinada*; determina solamente la palabra montaña, señalando la calidad que tiene de embargar la vista, por lo que se le da el nombre de incidente.

En la primera parte del último párrafo vemos una proposicion principal que carece de miembros. Esta tiene el nombre de frase ó de oracion (Jovellanos 1794-1797: 152).

6. FONTES

Além do anteriormente exposto, para efeitos do enquadramento doutrinal dos autores do *corpus*, importa ainda considerar a informação que, em alguns casos, os próprios oferecem explicitamente sobre as suas fontes e modelos ou sobre os textos de que se demarcam teoricamente. É verdade que tal matéria mereceria por si só um estudo específico, no entanto, tentar-se-á aqui resumir brevemente a informação mais significativa.

No caso de Torre y Ocón, no preâmbulo que dirige ao leitor, o gramático assegura a leitura exaustiva de quantos autores franceses escreveram sobre a língua espanhola, assumindo em relação aos mesmos uma atitude profundamente crítica que se estende ao corpo da gramática, não obstante os seus principais modelos estarem também dentro deste grupo, como adverte Brigitte Lepinette (2001: 146): a gramática da Academia de Paris (Bruxelas 1706) de François Régnier-Desmarais e a *Grammaire françoise sur un plan nouveau* (Paris 1709) de Claude Buffier. Por outro lado, entre os textos mais censurados sobressaem largamente as obras de Jean Perger e Sier Ferrus, autores, respetivamente, de *Nouvelle grammaire de la langue espagnolle, contenant les principes de cette Langue avec la nomenclature des mots les plus necessaire, & plufiers Historiettes Espagnolles & Françoises* (Paris,

1704) e de *Nouvelle grammaire espagnole* [...] avec un ample vocabulaire [...] et un recueil de sentences (Lyon, 1704)⁸⁵. Note-se, contudo, que também censura frequentemente os autores da gramática de Port-Royal e, pontualmente, Francisco Sobrino⁸⁶. Deve, ainda, sublinhar-se que estas críticas incidem mais propriamente no conhecimento particular da língua espanhola ou das opções metodológicas que no domínio da teoria linguística geral. Contrapostas a estas críticas estão as apreciações positivas que Torre y Ocón (1728: 197, 201, 208) faz de Sebastián de Covarrubias e de Bernardo de Aldrete enquanto referentes para a pronúncia do Espanhol.

Quer nos textos preambulares quer ao longo da obra, San Pedro (1769: tomo I, XI-XV, 93-95 e 102) dá igualmente indicação de fontes gramaticais espanholas de diferente filiação doutrinal, distinguindo entre as que lhe servem de referência (Antonio de Nebrija, Francisco Sánchez de las Brozas, Giovanni Miranda, Bartolomé Jiménez Patón, Gonzalo Correas, Benito Martínez Gómez Gayoso, Benito Feijoo e Gregorio Mayans) e as que lhe suscitam distanciamento teórico entre os quais predominam gramáticos da área da gramaticografia do Espanhol como língua estrangeira (Francisco Sobrino, Cesar Oudin e Jean de Vayrac). Como principal modelo, indica a obra do Brocense, que procura enaltecer ilustrando a sua projeção em autores estrangeiros entre os quais destaca os seus comentadores e seguidores: Gaspar Schopp, Jakob Voorbroek Perizonius, Johann Gerhard Voss e Claude Lancelot.

Em Puig, salvo raras exceções - como no caso de Juan de Palafox y Mendoza, Giulio Cesare Escalígero e Prisciano (Puig 1770: 28 e 30) -, a maior parte das referências não é feita de forma nominal, mas sim por alusão geral às ideias de grupos de gramáticos.

Em González de Valdés (1798: 308), a intenção de identificação com os pressupostos racionalistas torna-se visível na demarcação teórica de outros gramáticos, na referência destacada ao modelo do Brocense e no elogio ao valor da lógica e da razão quer entre os modelos quer entre os seguidores de Sánchez de las Brozas.

Já Jovellanos não oferece nos textos em estudo referências expressas a outros gramáticos, embora as possamos encontrar noutros textos seus do *Curso*, como o *Tratado teórico-prático de enseñanza* onde menciona, por exemplo, os nomes dos gramáticos racionalistas franceses Du Marsais, Court de Gibelin e Condillac (Jovellanos 1858[1794-1797]: 245).

⁸⁵ Conforme se põe de manifesto em Sáez Rivera (2007: 360-369; 482-483), estas obras sofreram várias críticas por falta de originalidade e qualidade. Neste seu trabalho, Sáez Rivera explora com detalhe as críticas que Torre y Ocón dirige aos dois gramáticos franceses.

⁸⁶ Como aponta Sánchez Pérez, (1992: 155-159), ao longo do século XVIII, o texto de Sobrino teve variadas reedições, contando-se entre as obras de Espanhol para estrangeiros mais difundidas na Europa durante este século.

Independentemente da sua diversidade, estas referências permitem, comprovar o conhecimento das ideias racionalistas, por parte dos autores em estudo, quer através dos teóricos franceses quer dos seus antecedentes europeus, com especial destaque, naturalmente, para os da tradição espanhola.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do anteriormente exposto se conclui que é em Jovellanos e em González de Valdés que o cunho das ideias racionalistas é mais evidente, sendo de precisar, que, num uso mais rigoroso dos termos, a obra de Jovellanos revela mais propriamente a influência do sensualismo. Paralelamente, é de recordar o balanço de Gómez Asencio (1981: 124) sobre a introdução da gramática racionalista em Espanha como um percurso marcado por contradições resultantes de uma tentativa de ecletismo. Como aqui se tentou mostrar, esse ecletismo está presente até naquele gramático em quem as ideias racionalistas tiveram maior enraizamento: com efeito, em Jovellanos, a defesa de um único artigo, os critérios utilizados na descrição do mesmo e a tónica colocada no valor substitutivo dos pronomes são alguns dos pontos em que se revela mais conforme com a tradição gramatical descritivo-normativa.

No termo deste trabalho, no âmbito da síntese do que aqui se tentou levar a cabo (um levantamento, em traços largos, das notas racionalistas da produção gramaticográfica espanhola setecentista) e do que ficou por fazer (o tratamento da gramaticografia latino-castelhana e a aferição de pressupostos metodológicos subjacentes às gramáticas do *corpus*), sublinhe-se a utilidade de, como fez recentemente Filomena Gonçalves (2011), investir no cruzamento das conclusões sobre a tradição racionalista espanhola e portuguesa setecentista, no quadro de uma interpenetração dos estudos gramaticográficos ibéricos que urge materializar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

ARNAULD, Antoine & Claude Lancelot. 1660. *Grammaire générale et raisonnée: contenant les fondements de l'art de parler expliqués d'une manière claire & naturelle; Les raisons de ce qui est commun à toutes les langues, & des principales différences qui s'y rencontrent; Et plusieurs remarques nouvelles sur la langue françoise*. Paris: P. Le Petit.

CHOMSKY, Noam. 2009[1966]. *Cartesian Linguistics. A Chapter in the History of Rationalist Thought* ed. por James McGilvray. Cambridge: Cambridge University Press.

D'ALEMBERT, Jean le Rond & Denis Diderot. 1751-1765. *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Tomo I e IV. Briasson: Paris.

GONZÁLEZ DE VALDÉS, Juan Antonio. 1798. *Gramática completa grecolatina y castellana*. Madrid: Imprenta Real.

JOVELLANOS, Gaspar Melchor de. 1858[1794-1797]. *Curso de Humanidades Castellanas. Obras publicadas e inéditas* ed. por Cándido Necedal. Madrid: por M. Rivadeneyra.

NEBRIJA, Antonio de. 2011[1492]. *Gramática sobre la lengua castellana* ed. por Carmen Lozano Guillén & Felipe González Vega. Barcelona: Galaxia Gutenberg & Círculo de lectores.

PUIG, Salvador. 1770. *Rudimentos de gramática castellana*. Barcelona: por Thomas Piferrer.

REALACADEMIA ESPAÑOLA. 1796. *Gramática de la lengua castellana*. Madrid: Viuda de Don Joaquín Ibarra.

SAN PEDRO, Benito de. 1769. *Arte del romance castellano*. Valencia: Imprenta de Benito Monfort.

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco. 1995[1587]. *Minerva o de causis linguae latinae* ed. por Eustaquio Sánchez Salor & César Chaparro Gómez. Cáceres: Institución Cultural El Brocense / Servicio de Publicaciones da la Universidad de Extremadura. Documento electrónico disponível em: <http://iessapostol.juntaextremadura.net/latin/minerva/>, consultado por última vez a 30 de junho de 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. 1986[1971]. *Curso de Linguística Geral*. Traduzido para o Português a partir da edição francesa por José Victor Adragão. Lisboa: D. Quixote.

TORRE Y OCÓN, Francisco de la. 1728. *Nuevo método, breve, útil y necessario para aprender a escribir, entender y pronunciar las dos principales lenguas, española y francesa*. Madrid: Imprenta de Juan de Ariztia.

Fontes secundárias

BARGALLÓ ESCRIVÁ, María. 1996. “Influencia de la gramática general francesa en la gramática española de los siglos XVII y XVIII: el tema del orden de las palabras”. *L’ Universalité du français et sa presence dans la Péninsule Ibérique (Actes du Colloque de la SIHFLES)* ed. por García Bascuñana, B. Lepinette & C. Roig, 449-459. Documento electrónico disponível em: <http://fle.asso.free.fr/sihfles/Documents/Documents%2018/DOC%2018%20pdf/u%20d18%20bargallo%20escriva.pdf>, consultado por última vez a 30 de junho de 2012.

CHEVALIER, Jean-Claude. 2006[1968]. *Histoire de la syntaxe. Naissance de la notion de complément dans la grammaire française, 1530-1750*. Paris: Honoré Champion.

ESCAVY ZAMORA, Ricardo. 2002. “Aspectos de la aportación hispánica a la teoría general del pronombre”. *Ideas lingüísticas hispánicas: de San*

Isidoro a Ortega ed. por Ricardo Escavy Zamora, 21-36. Murcia: Universidad de Murcia.

ESPARZA TORRES, Miguel Ángel (coord.). 2008. *Bibliografía temática de historiografía lingüística española. Fuentes secundarias*. Hamburg: Helmut Buske.

ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. 2011. “La recuperación de la obra gramatical de Nebrija en el siglo XVIII”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835* dir. por José Jesús Gómez Asencio, 99-123. s.l.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

FUERTES GUTIÉRREZ, Mara. 2006. “Consideraciones acerca de la idea de signo lingüístico en los siglos XVII y XVIII”. *Diacronía, lengua española y lingüística: actas del IV Congreso Nacional de la Asociación de Jóvenes Investigadores de Historiografía e Historia de la Lengua Española (Madrid, 1, 2 y 3 de abril de 2004)* coord. por Javier Rodríguez Molina & Daniel Sáez Rivera, 91-102. Madrid: Síntesis.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2002. “La enseñanza de la gramática española en la segunda mitad del siglo XVIII: Benito de San Pedro”. *Actas del V Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española, Valencia 31 de enero -4 de febrero 2000* coord. por María Teresa Echenique Elizondo & Juan P. Sánchez Méndez, 1191-1200. Madrid: Gredos.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2003. “El Arte del Romance Castellano de Benito de San Pedro: los fundamentos de la principal Gramática preacadémica del siglo XVIII”. *Boletín de la Real Academia Española*, Tomo 83, Cuaderno 287, 51-111.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2004a. “La gramática a finales del siglo XVIII (1769-1800): obras, objetivos y fuentes”. *Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística: actas del IV Congreso Internacional de la SEHL, La Laguna (Tenerife), 22 al 25 de octubre de 2003*, vol. 1 coord. por Cristóbal José Corrales Zumbado [et al.], 561-572. Madrid: Arco Libros.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2004b. “Motivaciones para el estudio de la Gramática Española en el siglo XVIII”. *Analecta malacitana: Revista de la Sección de Filología de la Facultad de Filosofía y Letras*, vol. 27, nº 1, 91-116.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2005. *La Gramática española y su enseñanza en la segunda mitad del siglo XVIII y principios del XIX (1768-1815)*. Tese de doutoramento. Departamento de Filología Española, Universidad de Valencia.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2006 “La gramática general y la institución escolar en España: inicios”. *Caminos actuales de la historiografía lingüística: actas del V Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía lingüística*, vol. 1 coord. por Antonio Roldán Pérez, 651-662. Murcia: Universidad de Murcia.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2010a “Lengua, gramática, enseñanza: Salvador Puig i Xoriguer”. *Revista argentina de historiografía lingüística*, II, 1, 1-26.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2010b: “Los inicios de la gramática escolar en España (1768-1813). Una aproximación historiográfica”. *ELS – Études linguistiques* 4.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2010c. “Lengua, gramática, enseñanza: Salvador Puig i Xoriguer”. *Revista argentina de historiografía lingüística* vol. II., n.º 1. 1-26.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2010d. “De Francia a España: el análisis lógico y gramatical”. *Enfoques de teoría, traducción y didáctica de la lengua francesa. Estudios dedicados a la profesora Brigitte Lépinette* ed. por Juan Carlos de Miguel, Carlos Hernández & Julia Pinilla, 163-174. Valencia: Universitat de València.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2011. “La gramática española de 1770 a 1800”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835* dir. por José J. Gómez Asencio, 261-284. s.l.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

GARCÍA-CERVIGÓN, Alberto Hernando. 2003. “El adverbio en el ‘Arte del Romance Castellano’ (1769) de Benito de San Pedro”. *Revista de filología románica* 20. 41-51.

GIL FERNÁNDEZ, Luis. 1997. *Panorama social del humanismo Español (1500-1800)*. Madrid: Tecnos.

GIRÓN ALCONCHEL, José Luís. 2009. “Corrientes y periodos en la gramática española”. *Historiografía lingüística en el ámbito hispánico. Fundamentos epistemológicos y metodológicos* ed. por Josefa Dorta, Cristóbal Corrales & Dolores Corbella, 57-88. Madrid: Arco/Libros.

GÓMEZ ASENCIO, José J[esús]. 1981. *Gramática y categorías verbales en la tradición española (1771-1847)*. Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca.

GÓMEZ ASENCIO, José J[esús]. 1985. *Subclases de palabras en la tradición española (1771-1847)*. Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca.

GONÇALVES, Filomena. 2011. “La conexión portuguesa: Gramáticas portuguesas y gramáticas españolas entre 1700 e 1835”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835* dir. por José J. Gómez Asencio, 419-441. s.l.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

HASSLER, Gerda. 2012. “Textos gramaticales de referencia en la Europa del siglo XVIII”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835* dir. por José Jesús Gómez Asencio, 17-51. s.l.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

IGLESIAS BANGO, Manuel. 2011. “Alcance y cometidos de la *Sintaxis* en textos gramaticales del siglo XVIII”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835* dir. por José Jesús Gómez Asencio, 631-693. s.l.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

LÁZARO CARRETER, Fernando. 1985[1949]. *Las ideas lingüísticas en España durante el siglo XVIII*. Barcelona. Crítica.

LEPINETTE, Brigitte. 2001. “La Grammaire contrastive franco-espagnole de la première moitié du XVIIIe siècle - analyse de six ouvrages”. *History of linguistics in Spain: Historia de la lingüística en España*, vol II ed. por E. F. Konrad Koerner & Hans-Josef Niederehe, 137-180. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

LLITERAS PONCEL, Margarita. 1992. “Benito de San Pedro frente a la tradición nebricense”. *Bulletin hispanique*, vol. 94, n.º 2 *Nebrija (1492-1992): cinq siècles de réflexion sur la langue espagnole*. 505-527.

LÓPEZ QUERO, Salvador. 2006. “¿Es necesario el concepto de proposición? un recorrido por la historia de las gramáticas de la lengua española”. *Caminos actuales de la historiografía lingüística: actas del V Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía lingüística*, vol. 2 coord. por Antonio Roldán Pérez, 981-994. Murcia: Universidad de Murcia.

LOZANO GUILLÉN, Carmen. 1992. *La aportación gramatical renacentista a la luz de la tradición*. Valladolid: Universidad de Valladolid.

MARTÍN GALLEGO, Carolina. 2011. “Conjunción y conectores en gramáticas del español del siglo XVIII”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835* dir. por José J. Gómez Asencio, 833-852. s.l.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

MARTÍNEZ ALCALDE, María José. 1998. “Gramáticas españolas preacadémicas del XVIII: sobre el llamado artículo indefinido”. *Homenaje al profesor Emilio Alarcos García en el centenario de su nacimiento: 1895-1995* coord. por César Hernández Alonso & Emilio Alarcos LLorach, 387-398. Valladolid: Junta de Castilla León & Universidad de Valladolid.

MARTÍNEZ ALCALDE, María José. 2011. “El retorno de la gramática: los textos de 1743 (Benito Martínez Gómez Gayoso) y 1769 (Benito de San Pedro)”. *El Castellano y su codificación gramatical*, v. III: *De 1700 a 1835* dir. por José Jesús Gómez Asencio, 160-193. s.l.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 2007. “La relación entre el artículo y el pronombre en la teoría gramatical española del siglo XVII.” *Actas del VI Congreso de Lingüística General, Santiago de Compostela, 3-7 de mayo de 2004*, vol. 3: *Lingüística y variación de las lenguas* coord. por Pablo Cano López, 2933-2946. Madrid: Arco Libros.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 2011. “El campo de la Gramática Española y sus partes en el siglo XVIII”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835*, 571-630 dir. por José J. Gómez Asencio. S.I.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

MARTÍNEZ MEZO, Mercedes. 2011. “Las figuras en las gramáticas del español del siglo XVIII”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835*, 789-804 dir. por José Jesús Gómez Asencio. S.I.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

MICHAEL, Ian. 1970. *English Grammatical Categories and the tradition to 1800*. Cambridge: Cambridge University Press.

NIEDEREHE, Hans-Josef. 2001. “La gramaticografía del siglo XVIII entre tradición y reorientación”. *History of Linguistics in Spain/Historia de la Lingüística en España*, vol. II ed. por E.F. Koerner & Hans-Josef Nederehe, 181-194. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

NIEDEREHE, Hans-Josef. 2005. *Bibliografía cronológica de la lingüística, la gramática y la lexicografía del español (BICRES III). Desde el año 1701 hasta el año 1800*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

RAMAJO CAÑO, Antonio. 1987. *Las Gramáticas de la lengua castellana desde Nebrija a Correas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

RIDRUEJO ALONSO, Emilio. 1989. “Los rudimentos de gramática castellana de Jovellanos y la ‘Gramática’ de la Real Academia”. *Philologica: homenaje a Antonio Llorente*, vol. 2 coord. por Julio Borrego Nieto, José J. Gómez Asencio & Luis Santos Rio, 399-414. Salamanca: Universidad de Salamanca.

RIDRUEJO ALONSO, Emilio. 2011. “La aportación de Jovellanos a los estudios gramaticales”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835* dir. por José J. Gómez Asencio, 225-259. S.I.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

SÁEZ RIVERA, Daniel. 2007. *La lengua de las gramáticas y métodos de español como lengua extranjera en Europa (1640-1726)*. Tese de doutoramento. Facultad de Filología, Universidad Complutense de Madrid. Documento eletrônico disponível em: <http://eprints.ucm.es/7813/>, consultado por última vez a 30 de junho de 2012.

SÁNCHEZ PÉREZ, Aquilino. 1992. *Historia de la enseñanza del español como lengua extranjera*. Madrid: Sociedad General Española de Librería.

SARMIENTO, Ramón. 1996. “Historia Problemas y función de ‘una particilla’ de nuestra lengua”. *Scripta in memoriam Manuel Taboada Cid*. Tomo I ed. por Manuel Casado Velarde [et. al]. Coruña: Servicio de Publicaciones Universidad de la Coruña.

SWIGGERS, Pierre. 2011. “La gramática general y filosófica francesa y su recepción en España”. *El Castellano y su codificación gramatical*, vol. III: *De 1700 a 1835* dir. por José J. Gómez Asencio, 53-98. S.l.: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

LA GRAMÁTICA RACIONALISTA EN ESPAÑA EN EL SIGLO XIX

1. INTRODUCCIÓN

1.1. El siglo XIX comienza en España con un acontecimiento que cambiará radicalmente la vida política y social: el 19 de marzo de 1812 se aprueba en Cádiz su primera Constitución. He utilizado la palabra “radicalmente” (*i.e.*, “de raíz”) porque del espíritu (y de la letra) de esa Constitución surge una herencia que, con momentos de interrupción, y evolucionada en muchos casos, perdura en la actualidad. La “Pepa” supone el fin de un régimen (el Antiguo Régimen), la liquidación de un modelo político y social, de manera que a partir de entonces, y diciéndolo de una manera muy simple, “muere el súbdito y nace el ciudadano”.

Fruto de esa herencia es la separación de poderes (poder ejecutivo/poder judicial), la libertad de expresión y de ideas (con el nacimiento por entonces de las primeras publicaciones que anticipan la prensa periódica), la abolición de la tortura, la libertad de trabajo, el modelo impositivo (que se generaliza y se reparte entre todos, sin privilegios), y, en relación con el objeto de este trabajo, la idea de que la educación es una obligación del Estado.

Estos logros políticos y sociales no surgen espontáneamente, no nacen “de repente”, sino que se arrastran desde fines del siglo XVIII para consolidarse ahora. Se trata además de una serie de avances en los que juega un papel muy importante la Ilustración, movimiento cultural que, precedido y anticipado en cierta forma por los *novatores* (véase Mestre 1976: 11-106), persigue fundamentalmente aplicar la razón como (re)medio para disipar las “tinieblas” de la humanidad.

1.2. Las reflexiones lingüísticas guardan, los primeros años del siglo XIX, un gran paralelismo con la situación anteriormente descrita. En la primera

parte de ese siglo se consolida en la gramática española (que, como se irá viendo, es fundamentalmente de tipo racionalista) un cambio “radical” en sus análisis. Son cambios que van a llevar a asumir ciertas ideas nuevas que, modificadas posteriormente para su actualización, ya no se abandonarán. Me refiero a conceptos como “complemento”, “complemento directo”, “complemento indirecto”, “objeto”, “objeto directo”, “objeto indirecto”, “oración principal”, “oración simple”, “oración compleja”, “oración compuesta”, “oración subordinada” (Calero 2008: 11-12).

Sin duda alguna, estas nuevas ideas, que afectan sobre todo a la Sintaxis (aunque, en cierta forma, también a la Morfología: véase aquí mismo § 4.2.2.) y que convertirán, en esencia, a la oración en su unidad de referencia, son tan importantes que, en realidad, suponen un auténtico cambio de modelo teórico, un nuevo paradigma, al menos para aquella disciplina. En palabras de Calero (2008: 12), desde este momento

[en el ámbito de la sintaxis] se pasa progresivamente a una visión multidimensional, de mayor capacidad descriptiva y explicativa, que hará posible una profunda renovación de la teoría sintáctica, y donde comienzan a tener cabida los “oficios” gramaticales, las funciones, los diversos niveles jerarquizados que, en su engarce, presentan los diferentes elementos del discurso, y donde las unidades supraoracionales son finalmente acogidas.

Igual que sucedía con las ideas políticas y sociales, las novedades gramaticales, en realidad, se arrastran desde épocas precedentes, en concreto desde la última mitad del siglo XVIII. Es difícil, por poner un solo caso, explicar, tal y como se verá más adelante (*cf.* § 4.3), que el concepto de *complemento* (en la práctica como lo conocemos hoy en día) surge entre 1825 (Pelegrín) y 1829 (Alemany) a partir del concepto de régimen, sin hacer referencia a Benito de San Pedro (1769).

De la misma forma, siguiendo con los paralelismos respecto a la situación política y social, juega un papel importantísimo la corriente ilustrada y racionalista, que, además de las ciencias matemáticas, de las biológico-naturales y físico-químicas, y de la filosofía, también se (pre)ocupa de reflexiones lingüísticas, y cuyo pensamiento en este último campo del saber (con orígenes diversos: Port-Royal, empirismo inglés, sensismo, enciclopedistas...) entra en España por diversas vías (Sarmiento 1989 y 1994, Hassler 2000, García Folgado 2005: 59-64, Calero 2009, e Iglesias Bango 2011): bien directamente, bien a través de traducciones, bien por medio de adaptaciones, o bien mediante su enseñanza en los niveles universitarios. Son las ideas de la Ilustración (básicamente, el predominio de la razón, la experiencia y los sentidos) las que actúan desde el fondo provocando ese cambio en el modelo teórico. Precisamente a Jovellanos, uno de los máximos representantes de ese movimiento, con bastante protagonismo también en

lo político y en lo social, debemos, gracias a su conocimiento de la obra de Condillac, la introducción en el ámbito hispano de conceptos como “proposición principal”, “proposición subordinada”, “proposición simple”, “proposición compuesta”:

(1)

(...) veremos en el trozo precedente tres especies de proposiciones (...). Hallamos una proposición, llamada principal, porque la que precede y las que siguen se refieren á ella; y no hacen mas que desenvolverla. Su carácter consiste en que presenta por sí sola un sentido completo. Llamamos subordinada la que está antes, (...) porque no forma sentido alguno, sino en cuanto se une á la proposición principal (...). Se observa la última especie de proposición en estas palabras: “una montaña, que embarga la vista del espectador”. *Que embarga* no es proposición *principal*, tampoco es *subordinada*; determina solamente la palabra *montaña*, señalando la calidad que tiene de embargar la vista, por lo que se le da el nombre de incidente (Jovellanos c. 1795: 152)

Las proposiciones son simples ó compuestas; simples cuando constan de tres palabras ó de dos, porque en este caso el verbo y el atributo se confunden en una misma palabra. Así, yo hablo es una proposición simple, que equivale á yo estoy hablando. Llámase proposición compuesta la que contiene en compendio varios juicios, como la siguiente: “Rodríguez tiene ingenio, osadía, talento”. Es claro que en esta proposición hay tantos juicios cuantos atributos. Es lo mismo que decir ‘Rodríguez tiene ingenio... Rodríguez tiene osadía... Rodríguez tiene talento’ (Jovellanos c. 1795: 153)

2. LA IMPORTANCIA DEL PENSAMIENTO GRAMATICAL DEL XIX

2.1. ¿En qué consiste la importancia del pensamiento lingüístico de fines del XVIII y principios del XIX? En mi opinión, la palabra clave que explica su trascendencia es *deslatinización*, aunque quizás en un sentido diferente al que normalmente se ha venido utilizando.

2.1.1. Es una idea muy extendida en las reflexiones gramaticográficas señalar la importancia y el influjo que en las primeras descripciones del castellano tienen los análisis efectuados sobre el latín:

Cuando los primeros autores de gramáticas castellanas se enfrentan con la tarea de “reducir en arteificio” esta lengua, tienen tras de sí varios siglos de tradición gramatical. Además, buena parte de esta tradición se había centrado en la descripción de una lengua estrechamente emparentada con el castellano. Lo mismo que la gramática latina estaba basada en la griega, las gramáticas romances se basan en la latina. Los conceptos y términos están dados previamente, por lo que no es necesario partir de cero en la elaboración de los instrumentos imprescindibles para realizar las descripciones (Rojo 1978: 281).

Como ha señalado muy acertadamente Gómez Asencio en un luminoso trabajo del año 1999 (aunque publicado en 2001), afirmar eso es tanto como decir que ‘el sol sale por el este y se pone por el oeste’. Es decir, a la gramática española no le quedaba otra que ser latinizante: ¿cómo habría de ser, si no?

¿sobre qué otro modelo podía haberse construido? En palabras del profesor Gómez Asencio (2001: 38)

las gramáticas se insertan, y no puede ser de otro modo, en el paradigma científico o en el marco teórico de que dispone cada gramático en el momento de elaborarla: es el caso que hasta primeros del siglo XX solo hubo uno; el gramático, pues, no podía elegir y su gramática por necesidad resultaba (...) latinizante.

Pero, con ser esto cierto, también lo es que hay autores que se ‘apartan’ de ese modelo latino por unas causas o por otras. De esta manera, se van introduciendo nuevas ideas, nuevos conceptos... Este proceso *deslatinizador*, que es gradual y progresivo, comienza desde el mismo Nebrija, porque, en realidad, se puede afirmar que casi todas las gramáticas son deslatinizantes en cierto grado. Cuanto más deslatinizante es un autor más original e importante; cuanta más antigua es la deslatinización también es más notable. El propio Gómez Asencio (2001) o Martínez Gavilán (2004), por ejemplo, han dado cuenta de algunos ejemplos en Nebrija, en Correas, en Villar... Las citas de (2) son una buena muestra de cómo nuestros gramáticos se alejan del molde latino, por ejemplo, al eliminar el término declinación para hacer referencia a las distinciones de caso, al cambiar el número de partes de la oración, al crear categorías nuevas, o al suprimir, dentro de la conjugación, las formas compuestas o la voz pasiva:

(2)

Declinacion del nombre no tiene la lengua castellana salvo del numero de uno al numero de muchos, pero la significacion delos casos distingue por preposiciones (Nebrija 1492: 231, líneas 11-13)

Io confieso que entre las otras causas que me movieron á hazer esta Arte fue la maior enseñar en ella la verdad de tres partes de orazion, pues ni son mas ni menos [...] mas hecho de ver que [los gramáticos] se van unos tras otros como los carneros, i dizen que son ocho no por mas rrazon de que en Latin se las enseñaron (Correas 1625: 135)

Una otra parte dela oracion tiene nuestra lengua: la cual no se puede reducir a ninguna delas otras nueve (...) & menos la tiene el griego. Latin. Ebraico. & arabigo. E por que aun entre nosotros no tiene nombre; osemos la llamar nombre participial infinito. Nombre por que significa substancia & no tiene tiempos. Participial por que es semejante al participio del tiempo passado. Infinito por que no tiene generos. Ni numeros. Ni casos. Ni personas determinadas (Nebrija 1492: 259, líneas 19-28)

Espantarse han (quiça) algunos de que no pogo io en estos Verbos el Tiempo mas que perfecto, i la Voz Passiva, como dizen los latinos. Estas son dos cosas las quales io no pongo la causa que esta lengua no las tiene (Anónimo de Lovaina 1559: 54)

2.1.2. Se deslatiniza, pues, pero ¿cómo? Gómez Asencio (2001), de nuevo, señala algunas posibilidades:

1. En unos casos se descartan los análisis efectuados sobre el latín porque se consideraban inapropiados para explicar la realidad de la lengua romance: es lo que sucede, por ejemplo, con la *declinación casual* o con los cambios en el *número de partes de la oración*.

2. En otros casos, se crean nuevos conceptos, nuevos términos y nuevas explicaciones ex profeso para dar cuenta de las especificidades de nuestra lengua: es el caso del *nombre participial infinito*, o de los *rodeos* o *circunloquios*, que acabarán dando lugar a las perifrasis. También es el caso del *artículo*, una nueva realidad que hay que explicar de una manera completamente nueva y que va a encontrar tres soluciones distintas en nuestros primeros gramáticos: la de Nebrija, que lo considera como una parte independiente de la oración, la de Correas, que lo toma como un accidente del nombre, y la de Villar (Martínez Gavilán 2004), que lo trata, en una clara anticipación de las ideas de Bello, como una entidad que guarda estrecha relación con el pronombre.

Por lo tanto, de una u otra manera, los avances, la deslatinización se obtiene del cotejo entre las dos lenguas, el latín y el castellano. Las palabras de Rojo (1978: 281-282), aunque aplicadas al verbo, pueden generalizarse a toda la gramática:

No cabe, por tanto, esperar originalidad en las primeras descripciones del castellano. Ahora bien, el proceso consiste en transferir una doctrina constituida a partir de una lengua con ciertas características a un sistema parcialmente divergente, por lo cual es lógico que aparezcan diferencias entre los distintos intentos de realizar esa adaptación.

Las primeras descripciones del verbo castellano constituyen un ejemplo bastante claro de lo anterior. En el paso de la conjugación latina a la castellana se habían producido una serie de cambios que planteaban ciertos problemas a todo el que se dispusiera a aplicar a este romance las teorías subyacentes a las gramáticas latinas (...). Estructurar en modos y tiempos las formas verbales castellanas no consistía, por tanto, en buscar únicamente la equivalencia de cada forma latina y situarla en la casilla correspondiente. Había también que enfrentarse con las diferencias entre ambas lenguas y resolverlas

2.2. En este contexto, la verdadera relevancia, especialmente en la Sintaxis, de las gramáticas del XIX (y sus predecesoras de fines del XVIII) es que ‘deslatinizan’ más que porque al comparar las lenguas los autores observen peculiaridades, diferencias o problemas a la hora de trasladar las ideas que se habían aplicado a la lengua clásica, porque asumen un nuevo modelo explicativo, un nuevo marco teórico, que entra desde Francia y que ve favorecida su implantación por la influencia que la gramática teórica (Sánchez de las Brozas 1562, especialmente), ya con un fuerte componente deslatinizador, venía teniendo en gramáticas filológico-normativas precedentes (sobre estas cuestiones, véase el trabajo, incluido en este mismo volumen, de Martínez Gavilán: § III).

3. LA ORIGINALIDAD DE LAS IDEAS LINGÜÍSTICAS DEL XIX. CAUSAS Y CAMBIOS

3.1. Uno de los aspectos más destacados de este momento histórico (que comienza a mediados del siglo XVIII) es la gran “eclosión” (Iglesias Bango 2011) de estudios gramaticales. En efecto, llama poderosamente la atención el contraste de este período con el anterior. Como se puede comprobar en el cuadro de (3), mientras que las reflexiones lingüísticas del siglo XVII descansan en solo 5 obras y 4 autores, las que me interesan ahora solo hasta mediados del XIX, suman más de 20 y cada una prácticamente de autor diferente¹:

(3)

Siglo XVII	Mediados S. XVIII-Mediados S. XIX
Jiménez Patón 1614	Martínez Gayoso 1743
Correas Arte Grande 1625	San Pedro 1769
Correas Arte Kastellana 1627	Puig 1770
Villar 1651	GRAE 1771
	González de Valdés 1791
	Muñoz Álvarez 1793
	Jovellanos 1795
	Ballot 1796
	GRAE 1796
	Muñoz Álvarez 1799
	Mata 1805
	Calleja 1818
	Díaz 1821
	Hermosilla 1823
	Pelegrín 1825
	Alemaný 1829
	Costa de Val 1830
Diego de la Encarnación 1624	Salvá 1830
	Muñoz Capilla 1831
	Saqueniza 1832
	Lacueva 1832
	Noboa 1839

¹ Dejo a un lado las gramáticas para extranjeros porque en ellas no hay reflexiones teóricas, o si las hay se encuentran en un segundo plano, y porque se trata, en su mayoría, de obras sencillas y breves en las que suelen aparecer diálogos, vocabularios y refranes que solo pretenden reflejar el lenguaje hablado. Solo considero el caso de Diego de la Encarnación 1624, debido a la originalidad e importancia de su pensamiento para el siglo XVII (véanse Lépinette 1997, Lépinette 1998, Martínez Gavilán 2002 e Iglesias Bango 2008).

3.2. En este aumento considerable juegan un papel importante tres tipos de causas (García Folgado 2004a, García Folgado 2004b, García Folgado 2004c, García Folgado 2005: 65-100, Calero 2008, Iglesias Bango 2011: 631-638): de tipo político, de tipo social y de tipo cultural.

3.2.1. Políticamente, con los Borbones, y especialmente con Carlos III, se impulsa y revaloriza el español con dos fines: uno, para extenderlo e implantarlo en la Península Ibérica y en América por razones educativas, comerciales, económicas y de cohesión nacional; y dos, para que esa lengua esté normalizada y estandarizada.

Relacionado con el primer aspecto, hay que destacar diversas actuaciones legislativas que hacen “obligatoria” la enseñanza en español (y no en latín); fruto de lo segundo es la creación de la RAE y el impulso que se da a su primera gramática, al convertirla prácticamente en el primer libro de texto gramatical de las escuelas.

3.2.2. Socialmente, se produce un hecho trascendental: se expulsa a la Compañía de Jesús. Dado que hasta fines del XVIII tenían el “monopolio” de la enseñanza, que además impartían en latín, su expulsión hará que surjan nuevos modelos y métodos educativos. De una u otra manera, el español cobra cada vez más importancia o bien como instrumento para aprender otras lenguas, o bien como medio para hablar y escribir bien, y así lograr mayor educación y nivel social:

(4)

déxo apárte quanto convencerá la experiencia la utilidad de una *Gramática* de la propia Lengua, no solo por el recto úso de ella (...), sino tambien para facilitar el estudio de las Estrangeras (Martínez Gayoso 1769 [1743]: XXIV-XXV)

Fuera de esto juzga V.S.I., que la enseñanza de la Gramatica Castellana facilitará el estudio de la Latina: ya porque haviendose de usar en las Escuelas de la lengua Castellana en cumplimiento de la nueva Real Orden, se hace preciso, que los Niños procuren saberla para entender lo que leen, y lo que oyen à sus Maestros: ya porque los principios de la Gramatica Castellana, como los de cualquier otra Lengua vulgar, son hasta cierto punto comunes à la Latina; de que resulta, que aprendiendo los Niños què cosa es Oracion Gramatical, quantas, y quales son sus partes, y el oficio de ellas para la Lengua Castellana, tendrán ya todo esto adelantado para la Latina (Puig 1770)

Seria, pues, conveniente que los padres ó maestros instruyesen con tiempo à los niños en la Gramática de su lengua. Los que no hubiesen de seguir la carrera de las letras se ilustrarian à lo menos en esa parte de ellas, y hallarian en el ejercicio de sus empleos, en el gobierno de sus haciendas, y en el trato civil, las ventajas que tienen sobre otros los que se explican correctamente de palabra y por escrito.

Los que hubiesen de emprender carrera literaria necesitan saber la lengua latina, y lo conseguirian con mayor facilidad llevando ya sabidos por su Gramática propia los principios que son comunes à todas las lenguas.

No hay edad, estado, ni profesion alguna en que no sea conveniente la Gramática ... (GRAE 1771: III-IV)

3.2.3. Culturalmente, hay que mencionar, en realidad, la causa que está en la base de las dos anteriores: la influencia de la corriente ilustrada y racionalista. Son las ideas de la Ilustración las que están detrás de la expansión del castellano de los Borbones, las que sirven de promoción de las lenguas nacionales como vehículos de cultura y conocimiento; son también esas ideas las que fomentan la aparición de organismos como las academias; son los ilustrados los máximos defensores de la educación como fuente de progreso y de modernización, y son los responsables, al menos al principio, del primer impulso en la reforma educativa.

Las reflexiones lingüísticas cobran gran protagonismo en el racionalismo: se estudian los lazos entre el pensamiento y el lenguaje, se aborda el origen del lenguaje, se especula sobre la existencia de leyes universales lingüísticas, y se reflexiona sobre los requisitos del lenguaje científico. Estas ideas entran en España y contaminan nuestras gramáticas y el resultado son nuevas ideas, nuevos enfoques, nuevos puntos de vista que producen cambios profundos teóricos.

3.3. Entre las novedades más destacadas con las que nos encontramos ahora, habría que destacar las siguientes:

(i) Surgen los primeros defensores y difusores de una auténtica *Gramática general* como complemento a las gramáticas particulares en lenguas vernáculas.

(ii) Se produce un cambio de modelo de análisis gramatical que hará que cambie la unidad de referencia: de la *palabra* el foco se traslada a la *oración*.

(iii) Aparece, por vez primera y definido de manera muy parecida a como lo consideramos hoy, el concepto de *complemento*, que, por un lado, se verá compartimentado en dos tipos, el *complemento directo* y el *complemento indirecto*, y que, por otro, alternará con el término *objeto*, también subdividido en *objeto directo* y *objeto indirecto*.

(iv) Nace el *análisis oracional*: desde ahora las palabras no solo se colocan de una determinada manera para construir una unidad superior, sino que forman un conjunto estructurado, llamado *oración* o *proposición*, analizable en componentes más pequeños, a partir de los cuales se empieza a hablar de diferentes tipos oracionales (“principal”, “accesoria”, “copulativa”, “relativa”...).

4. LAS NUEVAS IDEAS

4.1. El nacimiento de una *Gramática general*

Ya en el siglo XVII (Iglesias Bango 2008: 602), y también en el XVIII e incluso en el XIX (Iglesias Bango 2011: 638), existen referencias en obras diversas a principios generales y universales comunes a todas las lenguas,

pero se trata de ideas en las que los autores correspondientes se apoyan para elaborar tratados sobre lenguas específicas:

(5)

... la Gramatica en lo general es comun á todas las lenguas, i una mesma en todas (Correas 1625: 9-10)

Arte de Gramatica se dize la que contiene i enseña los prezetos xenerales que convienen á todas las lenguas, i los particulares que pertenezzen á sola aquella de que trata (Correas 1625: 129)

Las palavras, o partes desta, u otra qualquiera lengua son tres *nombre, verbo, i partezilla, o particula*... (Correas 1627: 111).

... la lengua vulgar de cualesquiera naciones [...] padece frequentes alteraciones y mudanças, no en el numero de las partes de la gramatica, ni las de la oracion, concordancia, y otras qualesquiera cosas, que a todas las lenguas son comunes; pero si, en lo que a cada qual es particular y propio (Villar 1651: *A el Lector*)

Ai principios generales que son comunes a todas las lenguas, especialmente a la española i latina con la italiana i francesa, i en cuanto se trata en estos libros (Analogía y Sintaxis) está notado lo que basta para entenderse a un mismo tiempo de las nociones fundamentales de todas estas lenguas i de lo particular de nuestro romance (San Pedro 1769 t. I: X)

Procuraré poner todas las definiciones fundadas en la filosofia comun de las lenguas, que constituye la Gramatica general; y á consecuencia el que aprenda estos principios, podrá con facilidad acomodarlos á qualquiera otra lengua á que se dedique (Mata 1805: 8)

No obstante lo anterior, a fines del XVIII y principios del XIX, tres autores (Jovellanos c. 1795, Gómez Hermosilla 1835 [1823] y Lacueva 1832) van a apoyar, defender y difundir una gramática general independiente, aunque con algunas diferencias que se ilustran mediante los textos de (6): para Jovellanos esa gramática general ha de servir como complemento previo y preparatorio (de la gramática particular) que refleja los principios y reglas universales; en Gómez Hermosilla, en cambio, se considera como una especulación científica o una teoría ajena a las lenguas particulares; Lacueva, por último, la toma como un complemento a las gramáticas particulares donde se ubicarían todos los contenidos teóricos:

(6)

Empezará [este Curso de Humanidades castellanas] por los principios de la gramática general, enseñados según nuestro método (...). Como estos principios serán enseñados en lengua castellana, podrán excusar el estudio particular de esta lengua. Con todo, para ilustrar más y mas uno y otro estudio, se explicará separadamente la índole de la lengua castellana, y comparándola con los principios de la gramática general, resultará á los jóvenes un completo conocimiento de la gramática de su lengua; y por este método, cuando los jóvenes hubieren de pasar al estudio de las lenguas muertas ó vivas, y de sus gramáticas, la

enseñanza se reducirá á hacer esta misma comparación de la lengua cuyo estudio emprendieron (Jovellanos c. 1795: 101)

[La gramática general] es un tratado teórico sobre el lenguaje hablado; contiene la *ciencia* no el *arte*, de la palabra; investiga cuáles son las que el hombre necesita para comunicar sus pensamientos; los clasifica y define, determina las modificaciones de que son susceptibles y hace observaciones generales sobre su coordinación; pero, considerando siempre las voces en el estado de mera posibilidad, prescinde absolutamente de las lenguas que con las ya inventadas se han formado. Y si para ilustrar las definiciones, ó cualquier otro punto, se ponen ejemplos tomados de alguna de las vivas ó de las muertas, es porque sin ellos no sería fácil explicar, y hacer inteligible á los lectores, el mecanismo del language (Gómez Hermosilla 1835 [1823]: V-VI)

Toda ciencia tiene su teórica y su práctica. La primera comprende los principios generales, y la segunda las reglas, según las cuales se aplica aquellos en los casos que ocurren (...). Por esto es infundada la distinción entre *ciencia* y *arte*, si se quiere considerar este como independiente de aquella: la teórica y la práctica constituyen la ciencia, de modo que faltando la una ó la otra, la ciencia queda incompleta. Júzguese, según esto, lo que puede ser una gramática particular sin la existencia de la general. La primera es el arte de espresar bien las ideas en una lengua determinada, y la segunda es la ciencia general de su expresión; por consiguiente, aquella no puede ser buena sino en tanto que esta se haya perfeccionado (Lacueva 1832: V-VI)

Las obras en las que se recoge esta nueva orientación son obras independientes que presentan una organización específica alejada de las que se ocupaban del análisis de las gramáticas particulares (véase Ridruejo 2001: 287): por ejemplo, no tienen reflexiones sobre ortografía y prosodia, y las de tipo morfológico o sintáctico carecen de referencias a ejemplos de lenguas particulares, en la creencia, muy bien explicada por Lacueva (1832: XIII), de que “es mas ventajoso inculcar principios fundamentales y fecundos en consecuencias, que gravar la memoria con una multitud de estas, que se suelen olvidar con facilidad, ó que no se sabe aplicar mas que á un caso particular [...]”.

4.2. Cambio(s) en el modelo de análisis gramatical

4.2.1. Hasta el siglo XIX en las gramáticas españolas predomina el influjo de la tradición española que entronca con Nebrija y Correas. Por esa razón, la unidad gramatical de referencia es la *palabra* (véase, como ejemplo, el texto de Mata 1805 de (7)). La *oración*, aunque mencionada y definida en algunos casos, no es una auténtica unidad de referencia. Como he señalado en otro lugar (Iglesias Bango 2008: 612)

no se pretende en los apartados dedicados a esta disciplian [la Sintaxis] analizar la oración en sus componentes, ni establecer relaciones diferentes entre estos últimos, ni, por supuesto, describir distintos tipos de oraciones, ni estudiar la combinación de las mismas. Lo que se hace, en verdad, es partir de la palabra y desde ahí observar cómo la unión de estas forma una

unidad de orden superior. De otra manera, la oración no se considera algo *analizable (en)*..., sino más bien una unidad *construida (a partir de)*...

De hecho, partir de la palabra es lo que permite obtener las distintas disciplinas gramaticales (véase la cita de la GRAE 1796 de (7)): del estudio de las letras de que se compone surge la Ortografía; de su pronunciación y de sus sílabas se encarga la Prosodia; su tratamiento aislado para saber su composición interna es lo que se va a denominar Etimología o Analogía; y, por último, su combinatoria dará lugar a la Sintaxis (*cf.* el texto de la GRAE de (7)):

(7)

El objeto de la Gramática es hablar bien un idioma por medio de oraciones bien ordenadas, y expresiones propias; de donde se sigue, que su materia es la palabra. Entiendo por palabra cualquiera voz significativa (...) y por oracion, la expresión de una idea ó pensamiento enunciado por palabras (Mata 1805: 8).

La gramática es el arte de hablar bien. Consta de quatro partes, que son Ortografía, Analogía, Sintaxis y Prosodia. La Ortografía enseña el número y valor de las letras de que se forman las sílabas y palabras: la Analogía el conocimiento de las palabras, que son partes de la oracion, con todos sus accidentes y propiedades: la Sintaxis el órden y dependencia de estas palabras en las oraciones, con que explicamos nuestros pensamientos: la Prosodia el sonido propio y verdadera pronunciacion de las letras, sílabas y palabras, de que se compone el language (GRAE 1796: 1-2)

En contraposición con lo anterior, desde el siglo XIX las ideas de los gramáticos racionalistas van a provocar un cambio de perspectiva notable: los análisis gramaticales no se centrarán solo en los elementos aislados (las palabras), sino también y, sobre todo, en los conjuntos inmediatamente perceptibles, a los que se llamarán oraciones o proposiciones, invirtiéndose el sentido del análisis gramatical, de modo que se realiza ahora de arriba hacia abajo (es decir, partiendo de la oración), en lugar de abajo hacia arriba (tomando como referencia la palabra). A partir de Jovellanos, de Ballot o, como se puede ver en (8), de Pelegrín, las oraciones se someterán a un tipo de descomposición (que recibirá el nombre de “análisis lógico”) en componentes totalmente diferente (*sujeto, atributo, oración principal, oración accesoria...*) al que se realizará desde el punto de vista más tradicional (y para el que se reservará el nombre de “análisis gramatical”) (véanse Calero 2008 y Hassler 2012):

(8)

La proposicion considerada gramaticalmente tiene tantas partes como voces. Las llamamos partes del discurso. Considerada lógicamente solo tiene tres: el *sujeto*, el *verbo*, y el *atributo* (Pelegrín 1825: 159)

4.2.2. El cambio en el modelo de análisis se refleja también en modificaciones terminológicas importantes, en especial en lo que hoy llamamos Morfología.

Para hacer referencia a esa disciplina, desde la Edad Media, se utilizarán dos términos, Etimología y Analogía, a los que ahora, en el siglo XIX se unirá un tercero, Análisis. Los dos primeros guardan una estrecha relación entre sí: aparecen, primero, como materias diferenciadas, la una con valor histórico (Etimología), y la otra dedicada al estudio de las partes de la oración, en especial desde el punto de vista de lo que estas significan (Analogía), para confluir, más tarde (por ejemplo, ya en Nebrija), bajo la denominación de Etimología (véanse Llorente 1967: 242-248 y Hernando García-Cervigón 2006: 31-45). Pero, a partir del XVIII, en concreto, tras Benito de San Pedro (1769), el proceso anterior se invierte, es decir, la Analogía vuelve a reaparecer para ocupar el lugar de la Etimología (y hacer que esta o bien desaparezca, o bien se resitúe tomando los valores iniciales históricos o adquiriendo algún otro nuevo) (para estas cuestiones y las que siguen, véanse Lliteras 1996 e Iglesias Bango 2011: 653-660). El siglo XIX, por último, conoce un nuevo cambio: algunos autores comienzan a utilizar el término Análisis para hacer referencia a la Analogía. En esquema:

(9)

Gramáticas medievales	Nebrija	XVIII	XIX
Etimología	Etimología	Analogía	Análisis
Analogía			

Ambos cambios (primero, Etimología → Analogía, y, después, Analogía → Análisis) son más que una mera sustitución terminológica. Se trata, en realidad, de dos modificaciones sustanciales y profundas que tienen que ver con el cambio en el punto de interés de la disciplina. En los dos, además, juega un papel importante el pensamiento racionalista, en uno (Etimología → Analogía) el derivado de Port-Royal, en el otro (Analogía → Análisis) el que procede de Condillac, Du Marsais y Destutt Tracy.

4.2.3. La primera de las anteriores sustituciones terminológicas ha sido muy bien explicada por Lliteras (1996) (véase también Iglesias Bango 2011: 655-657). En su opinión (Lliteras 1996: 137), el cambio Etimología → Analogía se ve propiciado asimismo por los comienzos de los estudios históricos y comparados de lenguas: el interés por estos últimos aspectos pasó a interesar a la Etimología, de tal modo que, de acuerdo con la doctrina clásica, quedaba la Analogía como la disciplina encargada del estudio de las propiedades y accidentes de las partes de la oración.

Ahora bien, las cosas no se quedan solo en esto: por influencia de la vigencia que adquieren los procedimientos analógicos en el racionalismo, el estudio de las “palabras sueltas” (de la Analogía) deja de tener que ver con lo que estas significan para poner énfasis en la regularidad, el orden, en

definitiva, en los diferentes modelos de flexión. Un caso sintomático es Salvá (1847 [1830]): según relata Lliteras en el estudio introductorio a la edición de la obra del autor valenciano (pág. 37) y también en las anotaciones (Salvá 1847 [1830]: 121-123, notas 3 y 5), en la primera edición de su Gramática Salvá todavía habla de Etimología y, como consecuencia, para su definición hace alusión al estudio de la “procedencia” de las voces o palabras; en cambio, en ediciones posteriores, cuando ya ha asumido la sustitución referida, la Analogía pasa a definirse como el “estudio de las variaciones de las palabras”.

4.2.4. La utilización del término Análisis en lugar de Analogía guarda relación también con la forma (distinta) en que se va a abordar el estudio de la gramática en aquellos autores que asumen el cambio (véase Iglesias Bango 2011: 657-663).

En las obras en las que se utilizan los términos Analogía o Etimología, la palabra es la unidad de referencia, pero en las que se prefiere el término Análisis la palabra no es el punto de partida, sino una unidad que se desgaja de otra más amplia, la oración o proposición. El empleo de la denominación Análisis procede de la incorporación, por influencia de Condillac, Du Marsais y Destutt Tracy, de un apartado en los textos gramaticales, que va a recibir el nombre de *Análisis de Discurso* (Jovellanos) o *Tratado del discurso gramatical* (Ballot), en el que las oraciones o proposiciones en cuanto que expresiones de un juicio se van a someter, como ya señalé antes (véase la cita de (8), como muestra), a dos tipos de descomposiciones: una lógica (en *sujeto, atributo...*) y otra gramatical (en *nombre, adjetivo...*). Lo que en Jovellanos y Ballot es un tratado exento que figura como apéndice a los textos gramaticales correspondientes, pasa a integrarse ya con Calleja (1818) pero en mayor medida con Pelegrín, Saqueniza y, sobre todo, Lacueva en el cuerpo de la obra, no solo como un método de descomposición del discurso, sino también como una parte de la Gramática.

Surge así un nuevo método de análisis (el lógico) diferente que complementa (*cf.* Calero 2008 y Hassler 2012) al método de análisis tradicional (el gramatical) y que provocará cambios importantes tanto en la Morfología como en la Sintaxis (en § 5 volveré sobre esos dos modelos de análisis y su posterior fusión; *cf.* Calero 2008: 34-37).

4.2.4.1. Como ejemplo de cambios en la Morfología, se puede mencionar el caso de Calleja (1818), en quien esta nueva forma de abordar la gramática le llevará a observaciones específicas que le conducen a dudas sobre el estatus como ‘parte de la oración’ de cierto grupo de palabras, las *interjecciones*, y que culminarán, años más tarde, en Lacueva (1832) con su descarte, porque, en realidad, son una forma ‘abreviada’ de oración:

(10)

[Interjeccion] Es una parte indeclinable de la oracion que sirve para espresar los diferentes movimientos que agitan á nuestra alma (...). Son la forma abreviada y primera de oracion (...), porque las interjecciones son proposiciones enteras, en vez de que todas las demas partes de la oracion consideradas aisladamente no son mas que elementos de la proposicion (...). La interjeccion no tiene lugar determinado en la oracion, pues figura en el momento mismo en que el sentimiento que la produce la manifiesta al exterior (Calleja 1818: 7-8)

Las interjecciones son, pues, elementos inmediatos del discurso (...) ni es elemento de la proposicion, ni su oficio es espresar solamente las conmociones del ánimo producidas por una pasion (...) De lo que hemos dicho acerca de la naturaleza y oficio dela interjección inferiremos, que hay en cada lengua mas interjecciones de las que comúnmente se cree; pues que se debe tener por tales todas las palabras que encierran implícitamente una proposicion entera (Lacueva 1832: 7-10)

Algo parecido ocurre con la *conjunción*, que Lacueva (1832: 11) rechaza como ‘clase de palabra’ porque no sirven para expresar un juicio, sino para enlazarlo con otro:

(11)

Otra clase de palabras, que no debe confundirse con los elementos de la proposicion, es la de las *conjunciones*, aunque de naturaleza muy diferente que las interjecciones, pues que no son expresiones de juicios. Llamamos conjunciones á *ciertas palabras que sirven para unir y enlazar unas proposiciones con otras*, ocupando el lugar de una proposicion entera, que haria lo mismo (Lacueva 1832: 11)

4.2.4.2. En cuanto a cambios producidos en la Sintaxis, el hecho de que ahora sea la oración el punto de partida de los análisis provocará que comience a interesar a los autores cómo se pueden combinar entre sí, qué diferencias hay entre unas y otras cuando se unen, sus distintos componentes, las relaciones que median entre ellos etc. Poco a poco los nuevos hallazgos (*oración principal, oración accesoria, oración simple, oración compuesta, oración relativa...*), que comienzan a aparecer primero en los *Tratados del Discurso*, irán integrándose en alguno de los apartados de la Sintaxis, en concreto en la *construcción*, bajo el nombre tremendamente significativo de *De las varias o diversas especies de oraciones* (de estas cuestiones me ocuparé en § 4.4. Véanse las citas de (27)).

Por otra parte, de igual forma que el Análisis puede ser doble (lógico/gramatical), también en la Sintaxis ahora algunos autores podrán hablar de dos formas de abordar las cuestiones sintácticas. En esto, el testimonio de Muñoz Álvarez (1799), que recuerda a Du Marsais, es tremendamente significativo: las oraciones se pueden clasificar lógicamente, observando su comportamiento externo y su capacidad de completar o ser completadas semánticamente por otra; o gramaticalmente, esto es, teniendo en cuenta datos internos, y, en concreto, las características ‘analógicas’ del verbo:

(12)

De dos maneras pueden dividirse las oraciones: lógicamente ó atendiendo al sentido, y gramaticalmente ó atendiendo al verbo que las gobierna. Atendiendo al sentido, se dividen las oraciones en principales y accesorias (...) (Muñoz Álvarez 1799: 155-156).

Para dividir las gramaticalmente, se ha de atender al verbo que las gobierna. Atendiendo al verbo, todas las oraciones se reducen á tres especies: oraciones de verbo sustantivo, oraciones de activa y oraciones de pasiva (Muñoz Álvarez 1799: 159)

En una postura prácticamente idéntica se encuentra Saqueniza (1832): aunque ahora el criterio que sirve para la doble posibilidad de clasificación de las oraciones no se enuncia con términos específicos (‘lógico’ frente a ‘gramatical’), en el fondo se está aplicando el mismo, interno (= gramatical) en un caso (“considerándolas en sí mismas”), y externo (= lógico) en el otro (“comparando unas con otras para ver si hay alguna dependencia entre ellas”):

(13)

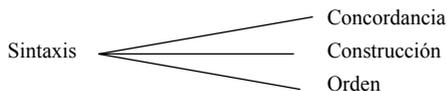
Las especies de oraciones se determinan de dos modos. 1º Considerándolas en sí mismas, en cuyo caso se distinguen por la naturaleza del verbo, esto es, en *transitivas*, *intransitivas*, *impersonales* y *sustantivas*. 2º Comparando unas con otras para ver si hay alguna dependencia entre ellas; y bajo este aspecto se distinguen en simples y compuestas (Saqueniza 1832: 97)

4.3. El concepto de complemento

4.3.1. En siglos anteriores, la Sintaxis era una disciplina que se dividía en tres grandes bloques, denominados *concordancia*, *orden* y *construcción*. En la primera, se trataban ciertos aspectos formales que se manifestaban a la hora de unir palabras para formar oraciones; en el segundo el interés se centraba en la disposición lineal de los componentes de las oraciones; y en la tercera se ponía énfasis en las dependencias o, en palabras de Rojo (2001: 62), en “las exigencias de caso” que algunas elementos mínimos [...] imponen a otras cuando entran en relación.

En el siglo XIX (en realidad, desde Benito de San Pedro y la GRAE 1796) se producen cambios notables en dos de estas tres subdisciplinas sintácticas. En efecto, mientras que la concordancia permanecerá más o menos igual, las otras dos partes de la Sintaxis sufrirán transformaciones profundas que tienen que ver no solo con modificaciones terminológicas (la *construcción* pasa a denominarse *régimen* desde Benito de San Pedro, y el *orden* adopta la denominación de *construcción* desde la GRAE 1796), sino también con cambios en el objeto de estudio (véase Iglesias Bango 2011: 667-679):

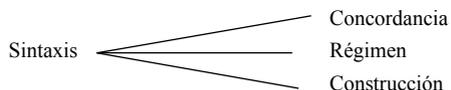
(14)
(a) Siglo XVII



(b) Siglo XVIII

Construcción → Régimen (B. de San Pedro)
Orden → Construcción (GRAE 1796)

(c) Siglo XIX



4.3.2. La razón que explica el primer cambio tiene que ver con el doble sentido que podía adquirir el término *construcción* ya desde Nebrija. Como ya he indicado en Iglesias Bango (2008: 614-621), con *construcción* (y también con *orden*) los primeros gramáticos podían referirse a la disciplina (*construcción*¹ = Sintaxis), pero también podían aludir, de acuerdo con el punto precedente, a una subdisciplina sintáctica (*construcción*² = dependencias o “exigencias de caso”). Para evitar esa ambigüedad en el uso de la palabra *construcción* se opta, a partir de Benito de San Pedro, por una solución drástica: se elimina toda referencia al término en el apartado en el que se estudian las dependencias de las palabras para sustituirlo, desde el autor valenciano, por el término *sintaxis de regencia* o *régimen*.

El *régimen*, pues, trata de las dependencias entre las palabras, pero no en todos los autores de la misma forma (Gómez Asencio 1981: 56-66). En un principio (B. de San Pedro, GRAE 1771 y GRAE 1796), y de acuerdo con la tradición gramatical de siglos precedentes, se liga a la “petición o exigencia de casos”, pero posteriormente (González de Valdés, Mata, Salvá) se utiliza para referirse a la relación necesaria que une semánticamente dos palabras, y por la cual una no puede aparecer sin la otra.

La diferencia de enfoque es importante: mientras que en el primer grupo de gramáticas el régimen se obtiene horizontalmente en sentido izquierda derecha y considerando como punto de partida el elemento regente, en el segundo grupo se determina también horizontalmente pero de derecha a

izquierda, y poniendo la atención sobre la palabra regida. El cambio en el punto de vista conlleva consecuencias notables: desde la primera postura no se puede llegar al concepto de subordinación; en cambio, desde la segunda, sí (véase la cita de González de Valdés de (15)), sobre todo cuando además se produzca otra variación interesante (por ejemplo, en Ballot, Muñoz Álvarez 1799, o Lacueva), mediante la cual el régimen se ocupa de las palabras y las dependencias entre sí pero también respecto a una unidad superior en la que se integran (la oración, el periodo...). Desde esta tercera opción el régimen se constituye horizontalmente (de derecha a izquierda) pero también verticalmente (de arriba abajo), tomando como punto de referencia la situación de cada palabra respecto del elemento superior: el acceso al concepto de subordinación (y, como se verá más adelante, al de complemento) estaba asegurado (para más detalles, véase Iglesias Bango 2011: 668-675). En (15) se pueden ver diferentes textos que ejemplifican las tres opciones indicadas:

(15)

Régimen es el gobierno ó precedencia que tienen unas palabras respecto de otras: las que están ántes rigen: las que están después son regidas. Esta general significación de la voz régimen se ciñe en la Gramática á determinar la relación ó dependencia de unas palabras con otras (GRAE 1771: 235)

Esta relación [que hay de unas palabras á otras] es de 2 maneras, de unión, y de dependencia. Se llama de unión, ó concordancia, cuando se unen, ó corresponden unas á otras palabras, aviniéndose entre sí, ó conviniendo en otra 3ª cosa, ó cosas: y de régimen, ó dependencia, cuando las unas dependen de otras, y están sujetas, ó subordinadas a ellas (González de Valdés 1798 [1791]: 148)

Entiendo [por régimen] la propiedad que tienen las palabras ó partes de la oración de regir casos; ó bien la relación ó dependencia de unas palabras con otras (...) Mas claro. Siempre y cuando una palabra por sí misma no cierra el sentido de una oración, nos vemos entonces obligados á poner la palabra determinante ó esencial, para tener todo el sentido entero y perfecto; por ejemplo, si decimos: *el rey ha dado*, estas palabras no forman más que una parte de un sentido particular, porque falta lo que el rey ha dado, y á quien lo ha dado (...) (Ballot 1796: 176)

Régimen es la dependencia que tienen en la oración unas partes de otras. De manera que aquella palabra u oración, cuyo sentido está pendiente de otra palabra ú oración, se dirá que está regida de ella (Muñoz Álvarez 1799: 145)

Esta palabra, que se puede llamar el nombre del sugeto, será colocada en primer lugar: si necesitare de algún complemento, se colocará en seguida precedido de una preposición, porque el complemento de una palabra es parte de ella, y con ella forma un solo todo (Lacueva 1832: 72)

4.3.3. Ahora bien, a partir de la última opción anterior (la representada por Ballot, Muñoz Álvarez y Lacueva) se va producir un cambio en la noción

misma de *régimen*, que incidirá notablemente en el nacimiento del concepto de *complemento*: el *régimen* pasará de ser la manifestación de una relación dependencial entre palabras, a identificarse con uno de los componentes que entra en esa relación, en concreto con *el componente regido*.

El paso es ya apuntado por la GRAE (1771: 235-236), cuando al diferenciar dos tipos de régimen verbal² señala que “otras veces tiene el verbo un régimen principal y otro accesorio, como: *doy pan á mis hijos*. El primer régimen es *pan*: el segundo *á mis hijos*”, pero con Calleja (1818), Alemany (1829) y Costa de Vall (1830) se manifiesta ya de manera explícita:

(16)

El régimen de un verbo es la palabra que depende de él, y que restringe y determina su significación (Calleja 1818: 59)

(...) si se dice *el vecino de Pedro compró castañas para los niños*; la palabra *Pedro* depende de *vecino*, *castañas* de *compró*, y *los niños* de la preposición *para*; pues sin estas dependencias ó complementos no formaría la narración ningun sentido (Alemany: 1829: 85-86)

Se entiende por régimen el objeto ó aquello en que recae la accion o significación del verbo; ej *Juan estudia la leccion*. Aquí la leccion es el régimen del verbo *estudiar*, porque es el objeto en que se va recayendo la accion de estudiar (Costa de Vall 1830: 124-125)

Solo cuando se produzca esta identificación del *régimen* con el término regido o palabra que determina o restringe la significación de otra va a aparecer realmente el concepto de *complemento*. Ese paso ya esta conseguido en Pelegrín, Alemany y Lacueva³:

(17)

Luego en una proposición entendemos por complemento todo lo que sirve para acabar la idea comenzada del sujeto y del atributo. Cuando yo digo: *el hombre avaro desprecia las leyes divinas y humanas*. El *hombre* es el sujeto, *es* el verbo, *despreciante* el atributo. Pero el sujeto y el atributo separados de las voces *avaro* y *leyes divinas y humanas*, no presenta un sentido acabado. Se necesita añadir al primero *avaro*, y al segundo *leyes*, etc. Luego *avaro* y *leyes*, etc. acaban y complementan el sujeto y el atributo. Luego son sus *complementos*. (Pelegrín 1825: 160)

El [verbo] transitivo puede regir á un sustantivo, á un pronombre, á un verbo ó proposicion entera que sea su complemento o término de la accion (Alemany 1829: 89)

Los gramáticos llaman régimen á lo que nosotros hemos llamado hasta aquí complemento de un nombre, de un adjetivo, ó de un verbo adjetivo. Es, pues, el régimen un nombre, ó una

² Ballot (1796: 190-191) también lo recoge: “[el verbo activo] puede tener un régimen principal y otro accesorio. El régimen principal es el término de su accion (...). El régimen accesorio puede ser un genitivo ó dativo (...)”. Obsérvese que tanto en el texto académico como en el de Ballot ya se identifica el régimen con una palabra o término concreto y no con ningún tipo de relación o dependencia.

³ En mi opinión es con estos autores con quienes surge el concepto de complemento en la gramática española. Véase Iglesias Bango (2011: 672-673).

palabra tomada como tal, que se añade á otro nombre, á un adjetivo, ó á un verbo adjetivo para completar su significación (...) La palabra cuya significacion es completada, se llama *regente*, y de ella se dice que *rige* su complemento ó régimen (Lacueva 1832: 78)

4.3.4. Desde la posición de estos últimos autores se puede comprender de manera relativamente sencilla el nacimiento de los términos *complemento directo e indirecto* en nuestra tradición gramatical (Iglesias Bango 2010): si el *régimen* es la palabra que completa la significación de este, es decir, su *complemento*, y si el *régimen* puede ser (véase (18)) *directo e indirecto*, según cómo se reciba la acción del verbo, cuando Pelegrín, Alemany o Lacueva identifiquen el *régimen*, en este caso de un verbo, con la palabra que “completa la significación de este” y lo denominen *complemento*, el trasvase es relativamente fácil: el *complemento* también podrá calificarse y dividirse de la misma manera. El autor en el que primero parece producirse esta identificación es Alemany (véase (20)). La distinción, como se puede ver en (21) es muy clara y muy “moderna”:

(18)

De dos modos se puede concebir esta relacion entre el nombre i verbo, es a saber directa o indirectamente. Un verbo se refiere o termina directamente a un nombre, cuando por èl se puede responder a la pregunta a *quièn* o *què cosa?* V.gr. *El hijo ama, a quièn? A su Padre. Yo conozco, qué cosa? la verdad* (...). Si no se puede responder a estas preguntas se terminará entonces la accion indirectamente; v. gr. *El mendigo carece de qué cosa?* de sustento (San Pedro 1769, t. II: 107-108)

Hay régimen directo é indirecto. El directo es el objeto ó aquello en que recae directamente el verbo activo, como en el ejemplo anterior [Juan estudia la leccion]; observando que dicho régimen está siempre en acusativo. El indirecto es aquel que no recibe directamente la accion del verbo, sino de un modo indirecto ú oblicuo, y se distingue con alguna preposicion (...)

(Costa de Vall 1830: 125)

(19)

P. Cuántos complementos puede tener el verbo transitivo?

R. Dos: directo é indirecto. Llámase complemento directo el que es termino de la accion del verbo é indirecto el que espresa el fin ú objeto con que se ejecuta la accion del verbo; v. gr. *yo cojo flores para mi hermana*, donde se ve que el complemento directo son *las flores* y el indirecto *mi hermana* (Alemany 1829: 90)

(20)

P. Cómo se distingue en este caso el complemento directo del indirecto?

R. En que el complemento directo se puede siempre poner en concordancia con el participio del verbo y el indirecto no; v. gr. si se dice *te amo, os diré*, el pronombre *te* del primer ejemplo es complemento directo porque puede decirse *tú eres amado*; y el pronombre *os* del segundo es complemento indirecto porque no puede decirse *vosotros sois dichos*.

Nota. Los pronombres de la tercera persona del plural y el femenino del singular se distinguen además por su terminacion. Para el complemento directo se usan las terminaciones *le, la, lo, los, las*; y para el indirecto *le, y les* de este modo *yo le cojo flores* (esto es, yo cojo flores

para él, para ella), *yo les cojo flores* (esto es, yo cojo flores para ellos, para ellas). Además, cuando concurren los pronombres de las terceras personas, como complemento directo é indirecto á la vez, se expresa el indirecto por el pronombre *se*; v. gr. tratando de dar un libro á él, á ella, á ellos, á ellas, se dice *yo se le daré*, si es una pluma, *yo se la daré*; si son unos libros *yo se los daré*; si son una plumas *yo se las daré*; donde se ve que los pronombres *le, la, los y las* son el complemento directo que se refiera al libro, á la pluma, á los libros, á las plumas; y el pronombre *se* es el complemento indirecto que se refiera á él, á ella, á ellos, á ellas. (Alemany 1829: 91-92)

4.3.5. Más o menos por la misma época surge otra distinción que, con el tiempo, podrá sustituir o alternar con la de *complemento directo/complemento indirecto*: la que probablemente formula por vez primera Noboa (1839: 219) entre *objeto directo/objeto indirecto*:

(21)

El verbo puede regir al nombre como objeto directo é indirecto, i como complemento

Logra así Noboa una diferenciación terminológica clara con relación a otro tipo de complementación verbal, a la que se refiere simplemente con el nombre de *complementos*, y entre los cuales distingue dos, según que sean necesarios o no para la significación del verbo, adelantando de manera implícita otra distinción que con el tiempo se va a consolidar en las reflexiones gramaticales entre el *complemento circunstancial* (innecesario) y el *suplemento* (necesario) (Martí Sánchez, 1992: 154 y Maquieira 2001: 309-310):

(22)

Hai verbos que (...) exigen forzosamente un complemento que termine su significación, v. g. *propender á la tristeza, consentir en una cosa*, &c. Hai tambien complementos que no son tan necesarios, porque solo sirven para explicar mas la significación de la frase ó darla mas extensión, v. g. *ponerse el sombrero en la cabeza*. Bajo este supuesto, unos verbos suelen pedir un complemento, v. g. *consentir en una cosa*; otros tienen dos, v.g. *hablar con un amigo sobre un asunto*, i esto sin embargo de los objetos que les pueden convenir por ser transitivos, v. g. *poner al perro el collar en el pescuezo por adorno* (Noboa 1839: 221)

4.4. El análisis oracional

4.4.1. Como ya he señalado anteriormente y como se puede ver en la cita de (23), el *orden* es una parte de la Sintaxis que en autores como Martínez Gómez Gayoso (1769 [1743]) y San Pedro (1769), por influencia de Correas (Iglesias Bango 2011: 675), se encarga de estudiar los aspectos que tenían que ver con la disposición lineal de las palabras en las oraciones:

(23)

El orden, y proporcion natural, que deben tener las partes de la Oracion entre sí, es, que el Nombre há de ser primero, y después el Verbo; tras de éste há de seguir el Acusativo, en quien cae la accion, ó ejercicio del Verbo, si es Transitivo; y luego el caso que pidiere. Junto con el

Nombre Substantivo se há de poner el Adjetivo, ò Adjetivos que se le juntáren, y el Genitivo que de él se rigiere. Después del Verbo se há de poner el Adverbio; la Preposicion antes de su caso; y el Artículo antes de cualquier Nombre, con quien deba juntarse (Martínez Gómez Gayoso 1769 [1743]: 273)

Ahora bien, como tal parte de la Sintaxis, desaparece a partir de la GRAE 1771, sin ocupar un apartado específico. Desde este texto académico el *orden* adquiere un valor previo, acudiendo al cual se logra una distinción muy frecuente entre *Sintaxis natural* y *Sintaxis figurada*:

(24)

Esta union, trabazon, ó enlace, se llama entre los gramáticos *sintaxis*, ó *construccion*, y sus reglas se reducen á declarar el órden con que deben juntarse las palabras para expresar con claridad los pensamientos (...). Hay un órden natural de colocar las palabras, que se funda en la naturaleza misma de las cosas (...) Llámase *construccion natural* la que observa con exâctitud este órden, y *construccion figurada* la que no le observa. La *construccion natural* consta de régimen y concordancia (GRAE 1771: 232-234)

4.4.2. La desaparición del *orden* como parte de la Sintaxis y su desplazamiento hacia ámbitos más amplios relacionados con los posibles tipos de Sintaxis (*Sintaxis natural/Sintaxis figurada*) dejaba a esta disciplina sin uno de sus componentes básicos. Por esa razón, probablemente, la GRAE 1796 intenta corregir la situación incorporando una nueva subdisciplina que tenga básicamente los mismos cometidos que tenía el *orden* de Gayoso o San Pedro, es decir, que dé cuenta de los diferentes aspectos colocacionales de las palabras en la oración. Y la encuentra en Du Marsais y su *construcción*, que precisamente tenía este sentido relacionado con la colocación u ordenación de las palabras (Gómez Asencio 1981: 52)⁴. La incorporación de esta nueva *construcción*² se había convertido ya en San Pedro en *régimen*. De la GRAE 1796 va a pasar, con este nuevo valor, a algunos textos gramaticales del XVIII y del XIX, como el de Ballot (1796):

(25)

La construccion de las partes de la oracion es otra especie de dependencia que las une, no con tanta precision como el régimen, sino con alguna mayor anchura y libertad; ya añadiendo unas, ya introduciendo otras entre las que van enlazadas por el régimen, para dar energía á las oraciones, y evitar la uniformidad que resultaria, si se guardaran constantemente en el uso las reglas del régimen y concordancia de las palabras (GRAE 1796: 326)

Entiendo [por construccion] en la gramática el órden y colocacion de las palabras (Ballot 1796: 201)

⁴ Por supuesto hay una diferencia importante: lo que en el enciclopedista es una disciplina independiente de la Sintaxis, se convierte en la GRAE 1796 en una parte de ella.

Así pues, desde B. de San Pedro, por un lado, y la GRAE 1796, por otro, *régimen* y *construcción* son dos subdisciplinas sintácticas diferentes: la primera se encarga de las dependencias de las palabras entre sí, y la segunda, de las distintas posibilidades distribucionales de las mismas. Por esa razón en una secuencia cualquiera el *régimen*, es decir, las dependencias entre las palabras que la forman, permanece igual sea cual sea la *construcción*, la colocación o el orden que hayamos elegido para manifestarlo (natural o inverso). Ballot (1796: 200) pone un ejemplo, con clara reminiscencia de Du Marsais, tremendamente clarificador:

(26)

No [es lo mismo régimen que construcción], pues cuando decimos según estas tres combinaciones: *me salgo á divertir: sálgame á divertir: salgo á divertirme*, hay tres distintas construcciones; pero no hay mas que un solo régimen

4.4.3. Pero de la misma manera que, en el siglo XIX, cambia el *régimen* pasando a identificarse con el componente regido, la *construcción* también se va a ver modificada. Si en la GRAE 1796 o Ballot tenía un claro valor *colocacional*, a partir de Muñoz Álvarez (1799) puede adquirir un valor *estructural* y *componencial*, es decir, la *construcción* estudia cómo a través del *régimen* y la *concordancia* se forman o ‘construyen’ elementos más amplios, estructuras que pueden recibir un nombre (*oracion, proposición, periodo...*) y que aceptan ser analizadas en componentes más pequeños que, a su vez, pueden clasificarse, como ya he señalado con anterioridad, desde diferentes puntos de vista (gramatical o lógicamente). Cuando la *construcción* pase a tener este valor es cuando surge el “análisis oracional”:

(27)

De la observación de la concordancia y el régimen resulta la buena estructura de las oraciones que es el complemento de la sintaxis. Esta buena estructura suele llamarse construcción, y algunos la tienen por el tercer fundamento de esta parte de la gramática. Sobre este punto nos ceñiremos á tratar de las varias especies de las oraciones, y las clasificaremos del modo más racional, desterrando la insulsa nomenclatura que han introducido algunos Gramáticos en esta materia (Muñoz Álvarez 1799: 155)

Atendiendo al sentido, se dividen las oraciones en principales y accesorias. Oracion principal es la que puede subsistir por sí sola; y oracion accesoria ó incidente es la que no puede subsistir sin agregarse á otra. En todo período ó miembro perfecto, esto es, desde el principio de la cláusula hasta el punto ó dos puntos, hay tantas oraciones como verbos de modo finito: y de estas una sola es principal, y todas las demas son accesorias (Muñoz Álvarez 1799: 155-156)

La llaman *construccion* [a la correspondencia general entre las palabras de una oracion], y consta de dos partes. En la primera se esplican las diversas especies de oraciones, y en la segunda el orden en el que conviene colocar las palabras para que la oracion resulte clara, espresiva y armoniosa (Saqueniza 1832: 81)

Oracion simple es la que espresa por sí sola y con un solo verbo el pensamiento que se desea comunicar (...). Oracion compuesta es la que necesita mas de un verbo para espresar el pensamiento completo (Saqueniza 1832: 101)

Se puede afirmar que Noboa (1839) es quien da el paso definitivo de una construcción colocacional a una componencial o estructural:

(28)

No encuentro muy bien distribuidas en los gramáticos las partes de la Sintáxis, pues generalmente toman la construccion i la colocacion por una misma cosa, i en mi opinión son diversas, porque yo por construccion entiendo lo que esta palabra naturalmente significa, esto es, la formación ó composición de un todo que consta de diversas partes ó principios; i por colocacion uno de estos principios ó condiciones que, juntamente con los otros dos el réjimen i la concordancia, concurren á formarla: por esta causa he dividido en cuatro tratados la Sintáxis, uno para explicar los modos de hacerse la construccion ú oraciones, i los otros tres para cada una de las partes que la sirven de base (Noboa 1939: prólogo, IV-V)

5. LA PROGRESIVA CONVERGENCIA DEL ANÁLISIS LÓGICO Y DEL ANÁLISIS GRAMATICAL: BELLO COMO PRECURSOR Y BENOT COMO EPÍLOGO.

5.1. Ya he señalado con anterioridad (§ 4.2) cómo, a partir de Jovellanos y Ballot, pero sobre todo con los primeros gramáticos del XIX, las unidades gramaticales podían encontrar dos tipos de análisis, el “lógico” y el “gramatical”.

El primero tiene como referencia la oración y pretende señalar básicamente sus componentes en relación al todo del que forman parte, atendiendo fundamentalmente al comportamiento de los mismos. El segundo, en cambio, se fija en las palabras e intenta analizar sus propiedades formales. El análisis “lógico” tiene que ver, por lo tanto, con los aspectos “funcionales” de las unidades que constituyen las oraciones, mientras que el análisis “gramatical” con la pertenencia a una determinada “parte de la oración”. El texto, ya señalado en (8), pero que vuelvo a reproducir ahora, de Pelegrín (1825: 159), y sobre todo el de Calderón (1852 [1843]: 68), que incluyo en (29) junto con el anterior, son bastante significativos:

(29)

La proposicion considerada gramaticalmente tiene tantas partes como voces. Las llamamos partes del discurso. Considerada lógicamente solo tiene tres: el *sujeto*, el *verbo*, y el *atributo* (Pelegrín)

Se llamará análisis lógica la que responda á estas preguntas: ¿Qué es la palabra *Pedro* en esta proposicion determinada? Sugeto. ¿Qué es *estudia* en esta ocasión y en la forma que actualmente tiene? Atributo: y será gramatical la que se limite á responder a éstas: ¿Qué es

Pedro en cualquier parte en que se halle? Sustantivo. ¿Qué es *estudia* en cualquier parte en que se halle y con cualquier forma que tenga? Verbo. Supone esto que las palabras son algo en cualquier parte que se encuentren de la proposición, y que son algo determinado, ó que ejercen alguna función especial en tal circunstancia dada (Calderón).

Estos dos tipos de análisis permanecerán separados, cada uno con su propio campo de aplicación, en la mayor parte de autores (Calero 2008: 24-34): el “lógico” en la Sintaxis, el “gramatical” en la Analogía.

5.2. La aplicación del criterio “lógico” a la Sintaxis supone un paso muy importante hacia su total independencia con respecto a la Analogía, disciplina a la que aparecía muy vinculada en siglos anteriores (Iglesias Bango 2008: 613-614) y, en consecuencia, permite, por un lado, el gran desarrollo que aquella conoce en el siglo XIX, tal y como se ha visto a lo largo de este trabajo, y, por otro, la definitiva salida de los criterios “analógicos” (o “gramaticales”) en las descripciones sintácticas. En efecto, esta “contaminación” de lo “analógico” en lo “sintáctico” se puede constatar, por ejemplo, en el establecimiento de tipos oracionales: cuando en siglos anteriores algún autor se aventure en esta tarea (por ejemplo, como se puede ver en (30), Diego de la Encarnación), lo hará a partir del análisis “gramatical” de los verbos que forman las oraciones correspondientes (*cf.* más adelante § 5.4.3.3):

(30)

Après cecy il est aussi necessaire sçavoir, que l' oraison peut estre composé en la signification actífue des verbes, ou en la passífue; raison pourquoy elle se diuise en oraison actífue & passífue. De forme que quand le verbe signifie action, c'est oraison actífue; & quand il signifie passion, c'est passífue (Diego de la Encarnación 1624: 142).

En el siglo XIX la aparición del criterio “lógico” hará que las clasificaciones puramente sintácticas alternen primero con las que utilizan el criterio “gramatical” para después imponerse a estas. Un ejemplo de la alternancia señalada pueden ser los textos de Muñoz Álvarez (1799) y Saqueniza (1832) de (12) y (13). También Noboa (1839: 191-206) utiliza el mismo enfoque en la práctica (aunque sin la mención de términos específicos), añadiendo además una tercera posibilidad que adelanta las actuales clasificaciones según la modalidad:

(31)

Las oraciones se pueden considerar, primero, según la naturaleza de su verbo ; segundo, según la dependencia ó relación de un verbo con otro, tercero, según su forma ó modo de enunciarse

§. 1.

De las oraciones consideradas según su verbo

Como el verbo es el que da la forma i nombre á la oracion, habrá tantas maneras de oraciones cuantas sean las de los verbos ; así, hai oraciones de verbo transitivo, intransitivo, inversivo ó pasivo, sustantivo, pronominal, impersonal, &c. [...]

§.2.

De las oraciones segun el enlace ó dependencia de sus verbos.

Las oraciones, segun su dependencia ó relaciones, se pueden dividir en simples i computetas. Oracion simple es la que con un solo verbo esplica el pensamiento que se quiere comunicar [...] Compuesta será la que necesite mas de un verbo para esplicar todo el pensamiento completo

§. 3.

De las oraciones segun su forma ó modo de enunciarse

Las oraciones, con respecto al modo de enunciarse, se pueden dividir de este modo. Espositivas, las cuales enuncian simplemente el pensamiento [...] Imperativas, que son las que denotan mando, prohibicion, ruego, &c. [...] Interrogativas, son las que llevan interrogacion, la cual se conoce por la entonacion de la voz [...] Admirativas, son las que llevan admiracion, que tambien se denota por la entonacion, i comprende asimismo varias clases [...]

5.3. El auge del nuevo criterio “lógico” y sus indudables éxitos en la Sintaxis va a provocar que se aplique a la Analogía, terreno propio del criterio “gramatical”. Al menos en dos aspectos se puede apreciar, en los textos del XIX, ese trasvase que acabo de mencionar.

Uno de ellos ya ha sido apuntado con anterioridad (§ 4.2.4.1): algunos autores (Calleja y, en especial, Lacueva) descartan como partes de la oración independientes la *interjección* y la *conjunción* basándose en criterios sintácticos (véanse las citas de (10) y (11)): la primera, porque su “naturaleza y *oficio*” equivale al de una proposición entera (Calleja y Lacueva), y, la segunda, porque “*sirve para unir y enlazar*” (Lacueva).

El otro aspecto es, en mi opinión, todavía más interesante, porque afecta no a una o dos partes de la oración y su exclusión de la lista, sino a la clasificación misma. En efecto, la existencia de este nuevo enfoque “lógico” o “sintáctico” hará que en algunos autores se lleguen a establecer dos sistemas diferentes de partes de la oración, según que las palabras se analicen separadamente y se asimilen a unos determinados valores o significados (criterio “gramatical” o “analógico”), o se integren en la oración y reflejen tipos de comportamiento distintos en la misma (criterio “lógico” o “sintáctico”). El caso más sintomático es probablemente Calleja (1818), que, siguiendo el primer criterio, diferencia 9 categorías (*nombre, pronombre, artículo, adjetivo, verbo, adverbio, interjección, conjunción y preposición*) (cf. Calleja 1818: 5), mientras que, siguiendo el segundo (cf. Calleja 1818: 95-97), distingue solamente tres (*partes sustantivas, partes atributivas y partes conexivas*)⁵:

⁵ Como se puede observar en el cuadro de (32), al intentar hacer una equivalencia entre una división y otra surgen algunos datos reveladores: la clase de palabra *verbo* se disocia en dos tipos (*verbo modificativo/verbo ser*) porque en la oración se comportan de manera diferente; el *artículo* ha de ir introduciendo cualquier palabra para que pueda ser considerado clase siguiendo el criterio sintáctico; y el *pronombre* se une al nombre como categoría sintáctica..

(32)

Criterio analógico	Criterio sintáctico
Nombre	Sustantivas
Pronombre	
Artículo (+ palabra)	
Adjetivo	Atributivas
Verbo (modificativo)	
Adverbio	
Interjección	
Verbo ser	Conexas
Conjunción	
Preposición	

La aplicación del criterio “sintáctico” a la hora de tratar las partes de la oración, al menos como otra posible alternativa, tiene en Calleja también reflejo en alguna de las definiciones (Hassler 2012: 26), como por ejemplo la de *artículo*, clase de palabra que caracteriza como un adjetivo “porque *sus funciones* son las de calificar al nombre determinando su extensión” (Calleja 1818: 78, cursivas mías).

La proliferación, cada vez mayor en los autores del XIX, de términos que hacen referencia a los “oficios” o la “función” de las unidades se debe indudablemente al uso del llamado criterio “lógico”, y es lo que, de acuerdo con Hurtado Valero (2004), Calero (2008: 29) o Hassler (2012: 26), hace que se le pueda llamar criterio “funcional”.

5.4. El punto de vista “funcional”, “sintáctico” o “lógico” y el punto de vista “formal”, “analógico” o “gramatical” convivirán en la mayor parte de las gramáticas del XIX más o menos separados y con cierto predominio de uno u otro, según autores (*cf.* Calero 2008: 29-34). En concreto, Calero (2008: 29) señala cómo, aunque algún autor como Calderón (1852 [1843]: 72) vislumbra la posibilidad de fusionar los dos criterios,

tendría que pasar aún al menos una generación de gramáticos para que, finalmente, esas líneas paralelas se fundieran en una sola ya sin titubeos: para que los dos niveles de descripción, el lógico y el gramatical, se fusionaran coincidiendo en una única dimensión, con el consiguiente trasvase de términos y conceptos del primero al segundo, dando lugar a una sola herramienta descriptiva e interpretativa del discurso.

La fusión plena de estos dos enfoques de los que vengo hablando se producirá, según Calero (2008: 34-37), eliminando “el apartado específico destinado al análisis lógico, [pero] manteniendo los conceptos y nomenclatura [y los criterios de análisis] de este nivel incrustado en la doctrina gramatical que exponen”.

El proceso (Calero 2008: 34-36) culmina ya bien entrado el siglo XX, en concreto a partir de la obra, sin autor expreso, editada por el Instituto de España en 1939, de título tan significativo como *Análisis lógico gramatical*, y en donde, como señala Calero (2008: 36), se ha suprimido la conjunción *y* (*Análisis lógico y gramatical*) en muestra de la unión de los dos enfoques.

Indudablemente, al resultado anterior no se llega de repente. Se trata de un proceso progresivo y no muy uniforme en el que, a mi juicio, se pueden mencionar tres líneas: una primera en la que lo “analógico” convive con lo “funcional” y puede dar lugar a dobles clasificaciones o a dobles definiciones de las diferentes clases de palabras; una segunda línea en la que, aun reconociendo los dos enfoques, lo “funcional” ya es el único criterio que se utiliza para la definición y/o para el establecimiento de las diferentes partes de la oración; y una tercera línea en la que lo “sintáctico” se impone claramente. En el primer grupo se encuentran Calleja (1818), Noboa (1839), Avendaño (1849), Calderón (1852 [1843]) y, probablemente, todos los seguidores de este último (L. Parral, M. Santiago y Martín, S. Aguilar y un largo etcétera que se menciona en Calero (2008: 30-34)); en el segundo grupo se podría citar a Fernández Monje (1854), Salleras (1876) o Herrainz (1885); y el tercer grupo estaría formado, en este siglo, fundamentalmente por Bello, a través de dos de sus obras (Bello 1841 [1951] y Bello 1847 [1988]), y Benot (1889).

5.4.1. El caso de Calleja (1818) es, desde mi punto de vista, el más interesante de los que he mencionado en la primera de las tres líneas anteriores no solo porque se trata de una obra de principios del siglo XIX, sino también porque la aplicación del criterio “funcional” le arrastra, además de a contemplar dos diferentes maneras de clasificar las clases de palabras (cf. § 5.3), a afirmaciones muy novedosas relacionadas con la caracterización de las distintas clases de palabras o la ubicación de algunas tradicionalmente consideradas como tales.

Definiciones enteramente funcionales de las clases de palabras (como la que ya he mencionado anteriormente para el *artículo*⁶) no son extrañas en Calleja, sobre todo si se tiene en cuenta que para este autor (Calleja 1818: 5, cursivas mías) “todas las palabras de que nos valemos para formarla [la oración], ó que pueden concurrir á componerla, *egercen en ella distintas funciones*”. A partir de esta idea “programática” no puede, pues, resultar sorprendentes caracterizaciones como las siguientes:

(33)

El adgetivo es una palabra que se junta al nombre para calificarle” (Calleja 1818: 69)

[El adverbio] Es una parte indeclinable de la oracion que se junta al verbo, ó al adgetivo para modificar su significacion” (Calleja 1818: 89)

Y tampoco, por supuesto, la definición de *verbo*, clase de palabra que se vincula a su carácter nuclear (“palabra por escelencia”) para “declarar el pensamiento”, que es tanto como decir que es o funciona como el centro o núcleo de la oración, puesto que, en sus palabras (Calleja 1818: 5), “el pensamiento expresado se llama oracion”:

(34)

[El verbo] Es la palabra por escelencia, por que sin ella no podríamos declarar nuestros pensamientos” (Calleja 1818: 23)

Todavía más: la influencia del criterio “funcional” lleva a nuestro autor a conclusiones muy interesantes a la hora de tratar el *pronombre*. Aunque le asigna independencia como parte de la oración desde un punto de vista “analógico” o “gramatical” (véase el cuadro de (32)), no deja de reconocer (Calleja 1818: 21) que “[los pronombres], siendo como son unos sustitutos de los nombres, egercen las mismas [funciones] que ellos (...)”. El mismo criterio le permite descartar como *pronombres* a los *posesivos*, *demostrativos*, *relativos*:

(35)

Creemos que no deben considerarse como pronombres mas que los personales, por que ellos solos son los que rempazan á los nombres, los otros no son más que unos adgetivos, pues que tienen solo la propiedad de calificar á los nombres con quien se juntan (Calleja 1818: 16)

5.4.2. La postura de Salleras (1876) y Herrainz (1885) es algo distinta a la de Calleja: en estos autores, aunque se reconoce la doble posibilidad

⁶ “El artículo no es otra cosa que un adgetivo por que sus funciones son las de calificar al nombre determinando su extensión” (Calleja 1818: 78).

de análisis ya solo se aplica uno, el “lógico” o “funcional”, para determinar cuántas y cuáles son las clases de palabras:

(36)

La clasificación de las palabras puede efectuarse bajo dos puntos de vista: ó se atiende á las necesidades ideológicas que aquellas han de satisfacer como signos, ó se tienen en cuenta las diferencias que presentan en su material estructura y el diferente uso que de ellas se hace el idioma. En el primer caso, se hace la clasificación *á priori* como se dice; la cual es verdaderamente racional y filosófica y muy a propósito para el estudio lógico de la lengua. Por esto nos atenemos a ella... (Salleras 1876)

El resultado final es que ahora, de acuerdo con lo que había establecido Calleja y algún autor posterior a este, como Fernández Monje (1854: 54), utilizando el criterio “funcional”, solo se hablará de 3 tipos de palabras (las *sustantivas*, las *determinativas* (Salleras) o *modificativas* (Fernández Monje y Herrainz) y las *conexivas*), a los que se podrá añadir un cuarto grupo denominado, según el caso, “vocablos sintéticos” (Herrainz) o “palabras mixtas” (Salleras):

(37)

“- *Sustantivos, modificativos, conexivos y vocablos sintéticos* forman las cuatro agrupaciones que procede establecer, y que, en efecto, establecemos, en exacta correspondencia con la lógica (...) (Herrainz 1885: 2)

Con este punto de vista, no resulta raro que los *pronombres* queden incluidos en el mismo grupo que los *nombres*, sin ninguna otra opción, tal y como había intuido Calleja y señalado ya explícitamente Fernández Monje (1854: 63) al integrar a aquellos en estos bajo el nombre de “sustantivos personificativos”:

(38)

Luego los nombres y los pronombres son dos especies de un mismo género, sirviendo los primeros para representar los seres que no intervienen en la conversación, y los segundos para designar aquellos que figuran hablando, ó escuchando la palabra que se les dirige (Salleras 1876: 39)

5.4.3. A Bello, indudablemente, hay que considerarlo precursor de la fusión de los dos enfoques en favor del funcional. Y lo afirmo porque, aunque voy a citar su *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (Bello 1847 [1988]), muchas de las ideas a las que voy a aludir ya están en otra obra suya anterior, *Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana*, fechada en 1841, pero que probablemente, según Hassler (2012: 31), sea de antes de 1810.

Bello se decanta claramente por el criterio “funcional” en los dos aspectos que estoy considerando (el establecimiento de clases de palabras y las

definiciones de las mismas), pero su asunción le lleva también a conclusiones innovadoras en otros aspectos, como es el tratamiento del *infinitivo*, *participio* y *gerundio*, y la definición de algunos tipos o clases oracionales.

5.4.3.1. La reducción en el número de partes de la oración no es tan drástica en Bello como en Fernández Monje, Salleras o Herrainz (que solo citan cuatro), pero tiene un “sesgo” mucho más marcado hacia los aspectos funcionales, que se observa desde el principio, en el criterio que le sirve para determinarlas (*cf.* la referencia a “los varios *oficios*”):

(39)

Atendiendo ahora a los varios oficios de las palabras en el razonamiento, podemos reducir las a siete clases, llamadas Sustantivo, Adjetivo, Verbo, Adverbio, Preposición, Conjunción, Interjección (Bello 1847 [1988]: 175)

Con este preámbulo, las definiciones de cada clase de palabras (exceptuando la de la *interjección*, por sus especiales características) están repletas de alusiones a los “oficios”, a las “funciones” que pueden “ejercer”, o al hecho de que “sirven o se emplean para algo” o que “modifican a tal o cual palabra”:

(40)

Esta palabra es la mas esencial del atributo; es por excelencia el atributo mismo, porque todas las otras de que éste puede constar no hacen más que referirse a ella, explicando o particularizando su significado. Llamámosla *verbo*. EL VERBO es, pues, una palabra que denota el atributo de la proposición, indicando juntamente el número y persona de sujeto y el tiempo del mismo atributo (Bello 1847 [1988]: 177)

El SUSTANTIVO es, pues, una palabra que puede servir para designar el sujeto de la proposición. Se dice que *puede servir*, no que *sirve*, porque, además de esa función, el sustantivo ejerce otras [...] (Bello 1847 [1988]: 178)

Entre las palabras de que nos servimos para modificar el sustantivo, hay unas que, como el verbo, se refieren a él y lo modifican directamente, pero que se diferencian mucho del verbo, porque no se emplean para designar primariamente el atributo [...]. Llámense ADJETIVOS porque suelen añadirse al sustantivo [...]. Pero sucede también muchas veces que, sin embargo de referirse directamente a un sustantivo, no se le juntan; como cuando decimos *el niño es o me parece instruido*; proposiciones en que *instruido*, refiriéndose al sustantivo sujeto, forma parte del atributo (Bello 1847 [1988]: 179)

Como el adjetivo modifica al sustantivo y al verbo, el ADVERBIO modifica al verbo y al adjetivo [...]. Sucede también que un adverbio modifica a otro [...] (Bello 1847 [1988]: 185)

Frecuentemente precede al término una palabra denominada PREPOSICIÓN, cuyo oficio es anunciarlo, expresando también, a veces la especie de relación de que se trata (Bello 1847 [1988]: 186)

La CONJUNCIÓN sirve para ligar dos o más palabras o frases análogas, que ocupan el mismo lugar en el razonamiento (Bello 1847 [1988]: 188)

El mismo criterio “funcional” es el que, de acuerdo con autores de las líneas anteriores (Calleja, Fernández Monje, Salleras, Herrainz), le hace descartar

al *pronombre* como categoría independiente, porque su comportamiento lo iguala, según el caso, a los *sustantivos* o a los *adjetivos*, o, utilizando su terminología, lo convierte en un *nombre* (clase que en Bello incluye a *sustantivos* y *adjetivos*):

(41)

Llamamos PRONOMBRES los nombres que significan primera, segunda o tercera persona, ya expresen esta sola idea, ya la asocien con otra (Bello 1847 [1988]: 261)

La aplicación del mismo enfoque es el que le lleva a constatar los cambios de clase, en un párrafo que puede utilizarse como muestra además de todo lo anterior (es decir, la utilización de términos de clara reminiscencia funcional, a saber, “mudar de oficio”, “hacer el oficio de”, “modificar a algo”...):

(42)

Las palabras mudan frecuentemente de oficios, y pasan por consiguiente de una clase a otra. Ya hemos notado que el adjetivo se sustantiva y el sustantivo se adjetiva. *Algo, nada* que son sustantivos en *algo sobra, nada falta*, puesto que hacen el oficio de sujetos, son adverbios en *el niño es algo perezoso*, donde *algo* modifica al adjetivo *perezoso*, y en *la niña no adelata nada*, donde *nada* modifica a la frase adverbial *no adelanta* [...]. *Poco, mucho*, son sustantivos en *piden mucho* y *alcanzan poco*, puesto que significan lo pedido y lo alcanzado; son adjetivos en *mucho talento, poco dinero*, donde modifican a los sustantivos *talento* y *dinero*; y son adverbios en *su conducta es poco prudente*, donde *poco* modifica al adjetivo *prudente*, y *sus acciones se critican mucho*, en que *mucho* modifica a la frase verbal *se critican* (Bello 1847 [1988]: 192)

5.4.3.2. La utilización casi exclusiva del punto de vista “sintáctico” o “funcional” alcanza en el autor venezolano unas dimensiones totalmente innovadoras en el tratamiento del *infinitivo*, *gerundio* y *participio* (bastante criticado, por otra parte, en las notas de Cuervo: cf. notas 70, 71 y 72).

Las características funcionales le empujan a considerarlos en capítulo aparte (el XX) bajo el nombre de *derivados verbales*. Las razones las deja claras desde el principio (Bello 1847 [1988]: 345): “Llamo *derivados verbales* ciertas especies de nombres y de adverbios que se derivan inmediatamente de algún verbo”. Posteriormente, se amplían sin que puedan existir dudas sobre el tipo de enfoque que está utilizando:

(43)

El infinitivo es un derivado verbal sustantivo [...] ejerce todos los oficios del sustantivo, sirviendo ya de sujeto, ya de predicado, ya de complemento, ya de término (Bello 1847 [1988]: 345-346)

El participio es un derivado verbal adjetivo (Bello 1847 [1988]: 348)

El gerundio es un derivado verbal que hace el oficio de adverbio [...] Sirve, pues, el gerundio para dar a una proposición la forma y oficio de un adverbio (Bello 1847 [1988]: 352-353)

Su catalogación como formas no enteramente verbales queda todavía más patente a la hora de tratar la conjugación (capítulo XXIII), en donde acaba incluyéndolas, “además de las formas que pertenecen propiamente al verbo”.

Pero la originalidad de Bello en este tema todavía va más allá: el mismo criterio “funcional” le hace reconocer el carácter “híbrido” de los tres derivados, puesto que, aunque no son propiamente verbos, llevan los mismos complementos que estos últimos. La idea está presente primero cuando señala que “le imitan [al verbo] en la forma de construirse con otras palabras” (Bello 1847 [1988]: 345), para después ser mucho más explícito:

(44)

[El infinitivo] en todas sus otras construcciones imita al verbo de que se deriva. Las construcciones características del verbo y que solo le son comunes con los derivados verbales, consisten en llevar sujeto, complemento acusativo y afijos o enclíticos; v.g., “Informado el general de estar ya a poca distancia de los enemigos, mandó reforzar las avanzadas”: *enemigos* es sujeto de *estar*, como lo sería de *estaban* si se dijese *de que los enemigos estaban a poca distancia*; y *las avanzadas* es complemento acusativo de *reforzar*, como lo sería de *reforzó* si se sustituye este verbo a la expresión *mandó reforzar*. Pónganse otros sustantivos en lugar de los infinitivos, y será preciso variar la construcción: “Sabiedo el general *la aproximación de los enemigos*, ordenó *el refuerzo de las avanzadas*” [...] (Bello 1847 (1988): 346-347)

5.4.3.3. Como ya he señalado con anterioridad (§ 5.2), el peso de lo “analógico” en la Sintaxis es grande en gramática anteriores al XIX, pero también los es en gramáticas de este siglo. Uno de los factores en los que mejor se observa es en el establecimiento de clases oracionales: en la mayoría de gramáticas el tipo de verbo que se defiende (con criterios casi siempre “gramaticales”) condiciona el tipo de proposición o de oración. Como muestra se pueden mencionar los textos de Herrainz (1870) o el de la GRAE (1870):

(45)

La oracion *transitiva de acusativo* es formada por lo verbos de esta clase [...] La oracion *transitiva de dativo* presenta un verbo de esta naturaleza [...] La *transitiva de circunstancia obligada* ofrece un verbo de esta clase [...] *La de intransitivo* consta de nominativo agente y verbo intransitivo (Herrainz 1870: 59)

Estudiadas las partes generales de las oraciones, procede ocuparse de las últimas; y como es el verbo quien principalmente las caracteriza, dividense como el último, en *sustantivas* y *atributivas*, y estas, en *intransitivas* y *transitivas*; mas como el verbo transitivo reclama necesariamente después de sí, ora acusativo, ora dativo, ora genitivo ó ablativo, las oraciones transitivas admiten la misma triple division -En resumen, todas ellas serán, *sustantivas*, *intransitivas*, *transitivas de acusativo*, *transitivas de dativo* y *transitivas de genitivo ó ablativo* (Herrainz 1870: 116)

Hay oraciones de verbo en voz activa, de verbo en voz pasiva; de verbo sustantivo; de neutro; y de reflexivo ó recíproco; de modo imperativo y de infinitivo; de gerundio y de participio, impersonales y de relativo (GRAE 1870: 206)

Esta forma de clasificar las oraciones todavía se prolonga hasta comienzos del siglo siguiente, como se puede ver en (46), a pesar de que Bello, como veremos a continuación, cambia, setenta años antes, el criterio completamente (cf. Iglesias Bango 1991: 111-113):

(46)

En las [oraciones] simples hemos de considerar la índole del verbo, se dividen en oraciones de verbo copulativo, transitivas, intransitivas, pasivas, reflexivas, impersonales y unipersonales [...] (GRAE 1917: 249)

[Oraciones transitivas] Son las formadas por verbos transitivos [...] (GRAE 1917: 249)

[Oraciones intransitivas] Son aquellas cuyo verbo carece de complemento directo [...] (GRAE 1917: 254)

En efecto, Bello diferencia, por ejemplo, entre *construcción transitiva* (o también *activa* en su terminología) y verbo *transitivo* (o *activo*): la primera es aquella en la que hay un *complemento directo* (*complemento acusativo*); el segundo es el que “se usa normalmente como transitivo” (con *complemento directo*). El cambio de óptica es importante, puesto que es, en realidad, la combinatoria oracional y no el tipo de verbo lo que juega un papel determinante. El punto de vista “analógico” (tipo o índole del verbo) es, pues, sustituido por el “sintáctico” o “funcional” (combinación o no con un determinado complemento). Los textos son bastante precisos:

(47)

Transitiva, llamada también *activa*, es aquella [proposición] en que el verbo está modificado por un acusativo (Bello 1847 (1988): 483)

La proposición regular que carece de complemento acusativo, se llama *intransitiva* (Bello 1847 (1988): 484)

Los verbos activos pueden usarse y se usan a menudo como intransitivos, considerándose la acción como un mero estado (Bello 1847 (1988): 485)

Hay también muchos neutros que accidentalmente dejan de serlo formando construcciones activas. Así *respirar*, primariamente intransitivo, [...] desvuelve su acusativo tácito, cuando se modifica ese objeto: *respirar un aire puro* [...] (Bello 1847 (1988): 486)

En rigor, es construcción activa toda la que consta de complemento acusativo, y verbo activo o transitivo todo el que lleva un complemento de esta especie. Pero en este sentido serían muy contados los verbos a que no se pudiese dar este título. Clasificaremos, pues, los verbos bajo otro punto de vista más conveniente para señalar los diferentes modos de usarlos. [...] Verbo *activo* o *transitivo* es el que en su uso ordinario admite acusativos oblicuos (Bello 1847 (1988): 498)

5.5. Antes de que acabe el siglo XIX y, por lo tanto, antes de que el criterio “funcional” se imponga, surge un autor que puede considerarse como el representante máximo del mismo: E. Benot.

5.5.1. La utilización del enfoque “sintáctico” no plantea dudas en el gramático gaditano desde las primeras páginas (Benot 1889 I: 91):

(48)

las palabras, YA SOLAS, ya formando grupos, masas ó ENTIDADES ELOCUTIVAS SIN SENTIDO INDEPENDIENTE se dividen en dos clases, SEGÚN LOS OFICIOS QUE DESEMPEÑAN

Los dos grupos a los que se refiere en la cita de (48) son el grupo de las “palabras determinadas”, entre las que incluye al *sustantivo* y al *verbo*, y el grupo de “palabras determinantes”, donde cita al *adjetivo* y al *adverbio*. Más tarde reorganiza los tipos de palabras para incluir a la *preposición* y *conjunción*, a las que califica como “palabras-á-medias”, agrupándolas bajo el término genérico de “nexos”. De esa reorganización (Benot 1889 I: 94), resultan 4 clases de palabras: el *verbo*, el *sustantivo*, los *modificantes* (*adjetivos*, *adverbios*, *artículo*...) y los *nexos*.

El criterio “funcional” aparece también en varios pasajes para justificar la equiparación de los “vocablos aislados” (i.e., *sustantivos*, *adjetivos*, *adverbios* y *verbos*) con ciertas agrupaciones de palabras a las que llama “masas elocutivas” (véase la cita (48)), o para reconocerles a estas últimas un comportamiento unitario, debido a su “peso gramatical” equivalente:

(49)

[...] *hambriento* es adjetivo en la tesis “veo al *hombre* HAMBRIENTO”, también será adjetivo su equivalente la oración “que tiene hambre” de la tesis “veo al *hombre* QUE-TIENE-HAMBRE”, por más que (aun cuando el PESO GRAMATICAL sea equivalente) las expresiones *hambriento* y *que-tiene-hambre* no sean enteramente sinónimas. Las MASAS ELOCUTIVAS deben, pues, analizarse sin descomponerlas (Benot 1889 I: 87-88)

Las MASAS ELOCUTIVAS sirven unas veces para determinar un *objeto*, y entonces son ADJETIVOS: otras veces se emplean para circunscribir ó especificar restrictivamente las circunstancias de un *acto*, y entonces son ADVERBIOS: otras veces no modifican ni circunscriben, y entonces son SUSTANTIVOS: otras, en fin, contienen la expresión de la finalidad de una enunciación, y entonces son VERBOS (Benot 1889 I: 87)

Si por vía de transacción con el uso, parece bien reservar á los VOCABLOS AISLADOS los nombres corrientes de *verbo*, *sustantivo*, *adjetivo* y *adverbio*, no hay inconveniente en que se llame á las correspondientes MASAS DE PALABRAS *entidad elocutiva* que hace oficios ó que ejerce funciones de *verbo*, de *sustantivo*, de *adjetivo* ó de *adverbio* (Benot 1889 I: 95, nota 1)

5.5.2. La prioridad del criterio “sintáctico” en Benot es absoluta y la demostración más clara es su idea, repetidamente señalada en su *Arquitectura de las lenguas*, de que los elementos lingüísticos solo pueden adquirir caracterización de manera relativa a su realización concreta en la oración en la que aparecen. En palabras de Hurtado Valero (2002: 83), en la obra de Benot “[...] el paradigma goza de un valor secundario: no sirve de mucho clasificar una palabra o una masa elocutiva según su forma o según su sentido ya que todo depende de la cláusula donde figure”. Esta idea le llevará a la afirmación, sumamente original, de que “no hay partes de la oración”, sino “partes en cada oración” (cf. (50)), opinión que, como otras que examinaré más adelante, va a tener repercusión en autores posteriores, especialmente en J. Cejador (cf. (51)):

(50)

[...] de que una voz resulte *determinante* en una cláusula, no se deduce que no pueda ser, y Á CADA INSTANTE NO sea, *determinada* en otra cláusula (y AL CONTRARIO). De donde resulta que no es enteramente correcto el decir *en absoluto*, atendiendo sólo á la estructura, “que hay partes de la oración”; pues lo que sólo aparece incuestionable y justificado es el decir LIMITATIVAMENTE que “hay partes en cada oración”. Si por el SENTIDO, pues, de cada palabra, se conoce únicamente su oficio en cada cláusula (por lo cual jamás ha de atenderse EXCLUSIVAMENTE Á LA ESTRUCTURA) cuando alguno pregunte “QUÉ PARTE DE LA ORACIÓN es tal palabra”, se le debe siempre contestar: ponga usted un ejemplo [...] (Benot 1889 I: 86)

(51)

Preguntar si *ver* es nombre ó verbo, si *tú* es adjetivo, nombre ó pronombre, es una vaciedad, pues son una ú otra según funcionen en la cláusula (Cejador 1905: 206)

Benot lleva el “extremismo funcional” incluso hasta su aplicación al análisis de la estructura interna de las palabras, puesto que, en su opinión, solo el *sentido*, es decir (como se puede leer en la cita de (50)), el *oficio en cada oración* o cláusula es lo que determina los llamados *accidentes gramaticales* (Benot 1889 I: 157-169).

5.5.3. En la cita de (50) hay otro aspecto tremendamente original que va a tener un par de consecuencias importantes: las dos clases de palabras básicas, las *determinantes* y las *determinadas*, pueden intercambiar sus oficios.

Si se ha leído atentamente la mencionada cita y se une a otras, como la primera de (49), se puede observar que el hecho de que las unas se comporten como las otras, o que sean equivalentes en determinados contextos, le lleva a Benot a afirmar que en ciertas oraciones las palabras “determinantes” *pasan a ser* “determinadas”, es decir, *son* “determinadas”, y a la inversa. Para hacerlo comprensible utiliza un símil muy ilustrativo:

(52)

Una SILLA puede servir para el uso especial á que está en general destinada; pero, si sobre ella nos subimos para alcanzar algo de lo alto, ya no es silla, sino escalera; y, si con ella golpeamos á un injusto agresor en defensa propia, ya no es silla, sino arma, etc., etc. (Benot 1889 I: 87)

No puede haber duda: Benot deja sentadas las bases para el acceso a los conceptos de *sustantivación*, *adjetivación* y *adverbialización*, puesto que ese tipo de transformación se aplica a las “masas elocutivas” (*oraciones subordinadas* al fin y al cabo), que “pasan a ser”, según el caso, *sustantivos*, *adjetivos* y *adverbios* (véanse las citas de (49)) porque tienen el “mismo peso gramatical” que estos.

Precisamente estas equivalencias entre “vocablos sueltos” y “oraciones”, como la que se señala en la primera cita de (49) a propósito de *hambriento* y *que-tiene-hambre*, le conduce a un gran hallazgo: las que denomina *oraciones-sustantivo* (o *sustantivo-oración*), las *oraciones-adjetivo* (*adjetivo-oración*) y las *oraciones-adverbio* (*adverbio-oración*):

(53)

Cuando en la lengua no existen sustantivos simples adecuados, se forman al efecto SUSTANTIVOS-ORACIÓN, que desempeñan en las cláusulas el mismo oficio que desempeñarían los vocablos sustantivos, caso de existir. Por ejemplo *es injusto* ESE CASTIGO *es injusto* QUE-SIN-PIEDAD-CASTIGUEN-ESOS-INFAMES-Á-UN-NIÑO-TAN-INOCENTE (Benot 1889 II: 285)

Los medios de determinar descritos en lecciones anteriores no son bastantes, la mayor parte de las veces, para individualizar bien los objetos y formarles de una manera inequívoca sus nombres propios y exclusivos. En una palabra: hay que construir adjetivos.

Esto se consigue por medio de CONJUNTOS DE PALABRAS, entre las cuales hay siempre un verbo en desinencia personal llamadas ORACIONES ADJETIVO-DETERMINANTES (y mejor aún, ADJETIVOS-ORACIÓN), por ser su oficio equivalente ó análogo al de los simples adjetivos. Por ejemplo: Es temible el hombre *hambriento*. Es temible el hombre *que-tiene-hambre* (Benot 1889 II: 335-336)

Las ORACIONES-ADVERBIO se JUNTAN por medio de especiales nexos, llamados conjunciones adverbiales, á las TESIS ó ANÉUTESIS cuyos verbos modifican (Benot 1889 II: 471)

Benot (1889 II: 286), por otro lado, insiste continuamente en que “para conocer el papel que [*oraciones-sustantivo*, *oraciones-adjetivo* y *oraciones-adverbio*] representan en su cláusula [...], tienen que ser antes que nada tomados como UN-TODO-GRAMATICAL, como un CONJUNTO, como UNA-ENTIDAD-ELOCUTIVA”. Es ese carácter de “bloque” lo que les permite entrar en los mismos oficios que (y ser) *sustantivos*, *adjetivos* o *adverbios*.

La aparición de nexos a la cabeza de estas “masas elocutivas” también es resaltado, así como el papel que estos juegan y que no se queda en eso solo, es decir, en el mero encabezamiento. Lo ejemplifico con las llamadas *oraciones-sustantivo*:

(54)

El oficio de los nexos de las oraciones-sustantivo es de capital importancia.

A.

Estos nexos (ó bien la posición cuando los nexos se suprimen) tienen poder:

- 1.º Para quitar á una reunión de palabras, que sin ellos sería tesis, el carácter de entidad elocutiva con sentido completo é independiente.
- 2.º Para dar carácter de sustantivos á esas entidades elocutivas ya sin independencia.
- 3.º Para hacerles desempeñar los capitales oficios de Nominativos, Acusativos, y Dativos.
- 4.º Para hacer (con el auxilio de preposiciones adecuadas) que esas oraciones desempeñen los oficios de Genitivos, y Ablativos; ó sea de *determinantes* de sustantivos, ó de *circunscriptivos* de verbos.
- 5.º En todas las oraciones-sustantivo entran como factores esenciales un NEXO y un VERBO en desinencia personal

Toda oración-sustantivo es, por tanto, una COMBINACIÓN. (Benot 1889 II: 331)

En definitiva, todas estas ideas, es decir, la existencia de “masas elocutivas” que forman un todo introducidas por nexos, que tienen el mismo peso gramatical que *sustantivos*, *adjetivos* o *adverbios* y que reciben el nombre de *oraciones-sustantivo*, *oraciones-adjetivo* y *oraciones-adverbio*, son una clara e indudable anticipación de los conceptos de *oración sustantiva*, *oración adjetiva* y *oración adverbial*, que, a partir del principio de siglo XX, especialmente después de Cejador, tanto éxito tendrán en nuestras gramáticas:

(55)

Puesto que la proposición subordinada no es más que un miembro complementario de la principal, y solo con ella forma sentido completo, corresponde á un o de los complementos de la proposición simple. Ahora bien, estos son ó sustantivos ó adjetivos ó adverbios: sustantivo es el sujeto y los términos directo é indirecto; adjetivos los complementos atributivos de sujeto y términos; adverbios los del predicado. Las proposiciones subordinadas tienen, pues, que ser sustantivas, adjetivas y adverbiales. Las sustantivas hacen las veces de un nombre cualquiera de la principal. Las adjetivas completan como un atributo cualquiera de estos términos. Las adverbiales completan el predicado declarando sus circunstancias de causa, espacio, tiempo, modo [...]. Las proposiciones subordinadas no son más que sustantivos, adjetivos ó adverbios de las subordinantes (Cejador 1905: 399)

5.5.4. En resumen, Benot es un epílogo excelso en este siglo de ruptura e innovación. Su riqueza conceptual y su pensamiento lingüístico tan novedoso (García Martín 2009) lo sitúan como una de las principales fuentes, declaradas o no, de estudios posteriores y especialmente de la línea que a través de Cejador lo enlaza con las gramáticas académicas de principios del

XX (Iglesias Bango 2001 y Calero 2008: 36, nota 49). Más aún, si los ecos de Bello (por ejemplo, en la teoría de los *derivados verbales*) están presentes en autores “funcionalistas” de nuestra época como Emilio Alarcos, los de Benot no son menores, especialmente si se repara en los puntos 2º y 3º de la cita de (54), a través de los cuales parece que el gaditano anticipa lo que hoy conocemos con el nombre de *transpositor*, es decir, una partícula que, primero, “da carácter de” *sustantivo*, *adjetivo* o *adverbio* a una oración, y, después, le permite entrar en sus “oficios capitales”. Bello y Benot, de la mano de la corriente racionalista y con diferencias entre ellos (Hurtado Valero 2004), son dos innovadores, al principio y al final de un siglo excepcional por el desarrollo de la Sintaxis, sin los cuales es difícil comprender una buena parte de los conceptos y la terminología presentes hoy en los estudios gramaticales.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Gramáticas

ALEMANY, Lorenzo de. 1829. *Elementos de gramática castellana dispuestos para uso de la juventud*. Lion: imprenta de Juan Tibó.

ANÓNIMO DE LOVAINA. 1966[1559]. *Gramática de la lengua vulgar de España*, edición facsimilar y estudio de R. de Balbín & A. Roldán. Madrid: CSIC.

AVENDAÑO, Joaquín. 1849. *Elementos de Gramática castellana*. Imprenta de A. Vicente: Madrid.

BALLOT, Josef Pablo. 1796. *Gramática de la lengua castellana dirigida á las escuelas*. Barcelona: por Juan Francisco Piferrer.

BELLO, Andrés. 1841. *Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana*, en *Obras completas de Andrés Bello*. Vol. V: *Estudios gramaticales*. Caracas: Ministerio de Educación (1951).

BELLO, Andrés (con notas de Rufino José Cuervo). 1847 [1988]. *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*, estudio y edición de Ramón Trujillo. Madrid: Arco Libros.

BENOT, Eduardo. 1889. *Arquitectura de las lenguas*. 3 tomos. Madrid: Juan Muñoz Sánchez Editor.

CALDERÓN, J[uan]. 1852 [1843]. *Análisis lógica y gramatical de la lengua española*. Madrid: Imprenta de A. Vicente. En *Textos clásicos sobre Antiguas gramáticas del castellano*, comp. por José J. Gómez Asencio. Madrid: Digibis (Colección Clásicos Tavera, Serie VIII, vol. 1) [CD-ROM], 1999.

CALLEJA, Juan Manuel. 1818. *Elementos de gramática castellana*. Bilbao: por don Pedro Antonio de Atraiz. En *Textos clásicos sobre Antiguas gramáticas del castellano*, comp. por José J. Gómez Asencio. Madrid: Digibis (Colección Clásicos Tavera, Serie VIII, vol 1) [CD-ROM], 1999.

CEJADOR Y FRAUCA, Julio. 1905. *La lengua de Cervantes*. Tomo I. Madrid: Establecimiento tipográfico de Jaime Ratés.

CORREAS, Gonzalo. 1625. *Arte de la lengua española castellana*. Edición de E. Alarcos García. Madrid: CSIC (1954).

CORREAS, Gonzalo. 1627. *Arte Kastellana*. Salamanca [Primera de las gramáticas que constituyen el *Trilingue de tres artes de las lenguas Castellana, Latina, i Griega*. Salamanca, 1627]. Edición de M. Taboada-Cid. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela (1984).

COSTA DE VALL, Jaime. 1830. *Nuevo método de gramática castellana*. Barcelona: imprenta viuda de don Agustín Roca.

DÍAZ, Agustín. 1821. *Elementos de gramática castellana*, Madrid: Imprenta de don Antonio Martínez.

ENCARNACIÓN, Diego de la. 1624. *Grammaire espagnolle expliquée en françois*. Douay: Balthazar Bellere.

FERNÁNDEZ MONJE, I[sidorio]. 1854. *Curso elemental de la Lengua española*. Madrid: Librería de D. Len Pablo Villaverde. En *Textos clásicos sobre Antiguas gramáticas del castellano* comp. por José J. Gómez Asencio. Madrid: Digibis (Colección Clásicos Tavera, Serie VIII, vol. 1) [CD-ROM], 1999.

GÓMEZ HERMOSILLA, José. 1835 [1823]. *Principios de Gramática general*. Madrid: Imprenta Nacional.

GONZÁLEZ DE VALDÉS, Juan Antonio. 1798 [1791]. *Gramática completa grecolatina y castellana combinada en caracteres latinos*. Madrid: Imprenta Real.

GRAE (1771): REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Gramática de la lengua castellana* edición de Ramón Sarmiento. Madrid: Editora Nacional (1984).

GRAE (1796): REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Gramática de la lengua castellana*. Madrid: Viuda de don Joaquín Ibarra.

GRAE (1870): REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Gramática de la Lengua castellana*. Madrid: Imprenta y estereotipia de M. de Rivadeneyra.

GRAE (1917): REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Gramática de la Lengua castellana*. Madrid: Perlado, Páez y Cía.

HERRAINZ, G[regorio]. 1870. *Compendio de Gramática castellana razonada y al alcance de los niños*. Madrid: Imprenta de El Correo Militar, á cargo de J.J. Heras.

HERRAINZ, G[regorio]. 1885. *Tratado de Gramática razonada*. Segovia: Establecimiento tipográfico de F. Santiuste. En *Textos clásicos sobre Antiguas gramáticas del castellano* comp. por José J. Gómez Asencio. Madrid: Digibis (Colección Clásicos Tavera, Serie VIII, vol. 1) [CD-ROM], 1999.

JIMÉNEZ PATÓN, Bartolomé. 1614. *Instituciones de la gramática española*. Baeça.

JOVELLANOS, Gaspar Melchor de. C. 1795. *Curso de Humanidades castellanas* (B.A.E. 46), 101-168. En *Textos clásicos sobre Antiguas gramáticas del castellano*, comp. por José J. Gómez Asencio. Madrid: Digibis (Colección Clásicos Tavera, Serie VIII, vol. 1) [CD-ROM], 1999.

LACUEVA, Francisco 1832. *Elementos de gramática general con relacion a las lenguas orales*. Madrid: imprenta de D. J. Espinosa.

MARTÍNEZ GÓMEZ-GAYOSO, Benito. 1769 [1743]. *Gramática de la lengua castellana*. En *Textos clásicos sobre Antiguas gramáticas del castellano*, comp. por José J. Gómez Asencio. Madrid: Digibis (Colección Clásicos Tavera, Serie VIII, vol. 1) [CD-ROM], 1999.

MATA, Luis de 1805. *Nuevo epítome de gramática castellana o verdadero y sencillo método de enseñar el castellano por principios generales á la filosofía comun de las lenguas, arreglado tambien á la latina para facilitar su estudio*. Madrid: imprenta de la Administracion del Real Arbitrio de Beneficiencia.

MUÑOZ ÁLVAREZ, Agustín. 1793. *Gramática de la lengua castellana ajustada a la latina para facilitar su estudio*. Sevilla: imprenta de Vázquez, y viuda de Hidalgo.

MUÑOZ ÁLVAREZ, Agustín. 1799. *Gramática de la lengua castellana ajustada a la latina para facilitar su estudio*. Sevilla: imprenta de don Felix de la Puerta.

MUÑOZ CAPILLA, José de Jesús. 1831. *Gramática filosófica de la lengua española*. Madrid: imprenta de D. J. Espinosa.

NEBRIJA, Antonio de 1492. *Gramática castellana*. Edición de Miguel Ángel Esparza & Ramón Sarmiento. Madrid: Fundación Antonio de Nebrija (1992).

NOBOA, Antonio Martínez de 1839. *Nueva gramática de la lengua castellana según los principios de la filosofía gramatical*. Madrid: imprenta de don Eusebio Aguado.

PELEGRÍN, Lamberto. 1825. *Elementos de la gramática universal aplicados a la lengua española*. Marsella: imprenta D' Achard.

PUIG, Salvador. 1770. *Rudimentos de la Gramatica castellana*. Barcelona: Thomas Piferrer.

SAN PEDRO, Benito de. 1769. *Arte del romance castellano dispuesta según sus principios generales i el uso de los mejores autores*. 2 tomos. Valencia: imprenta de Benito Monfort. En *Textos clásicos sobre Antiguas gramáticas del castellano* comp. por José J. Gómez Asencio. Madrid: Digibis (Colección Clásicos Tavera, Serie VIII, vol. 1) [CD-ROM], 1999.

SALLERAS, M[atías]. 1876): *Gramática razonada de la Lengua española*. Imprenta de Pedor Ondero, Segovia. En *Textos clásicos sobre Antiguas gramáticas del castellano* comp. por José J. Gómez Asencio. Madrid: Digibis (Colección Clásicos Tavera, Serie VIII, vol. 1) [CD-ROM], 1999.

SALVÁ, Vicente. 1847 [1830]. *Gramática de la lengua castellana según ahora se habla*. 2 volúmenes. Estudio y edición de Margarita Lliteras. Madrid: Arco libros (1988).

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco. 1562. *Minerva seu de causis Linguae Latinae*. Traducción y edición de Fernando Rivera Cárdenas. Madrid: Cátedra, 1976.

SAQUENIZA, Jacobo. 1832. *Gramática elemental de la Lengua Castellana, con un compendio de Ortografía*. Madrid: imprenta de Norberto Llorenci. En *Textos clásicos sobre Antiguas gramáticas del castellano* comp. por José J. Gómez Asencio. Madrid: Digibis (Colección Clásicos Tavera, Serie VIII, vol. 1) [CD-ROM], 1999.

VILLAR, Juan. 1651. *Arte de la lengua española. Reducida a reglas y preceptos de rigurosa gramática*. Valencia. En *Textos clásicos sobre Antiguas gramáticas del castellano* comp. por José J. Gómez Asencio. Madrid: Digibis (Colección Clásicos Tavera, Serie VIII, vol. 1) [CD-ROM], 1999.

Estudios

CALERO, María Luisa. 2008. “Análisis lógico y análisis gramatical en la tradición española: hacia una (r)evolución de la sintaxis”. *Gamma-Temas 3. España y Portugal en la tradición gramatical* ed. por Marina Maquieira & M^a Dolores Martínez Gavilán, 11-42. León Universidad de León (Colección Contextos, 18).

CALERO, María Luisa. 2009. “La recepción del análisis (lógico y gramatical) en manuales escolares españoles del XVIII: deudas y silencios”. *Las ideas y realidades lingüísticas en los siglos XVIII y XIX*, dir. por José María García Martín y ed. por Victoriano Gaviño Rodríguez, 63-75. Cádiz: Universidad de Cádiz.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2004^a. “La gramática a finales del siglo XVIII (1769-1800): obras, objetivos y fuentes”. *Nuevas aportaciones a la Historiografía Lingüística. Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL*. Tomo I ed. por C. Corrales Zumbado, J. Dorta Luis, D. Corbella Díaz [et. al.], 561-572. Madrid: Arco Libros.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2004b. “La sintaxis en el siglo XVIII”. *History of Linguistics in Texts and Concepts*. Vol I ed. por Gerda Hassler & Gesina Volkmann, 225-235. Münster: Nodus Publikationen.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2004c. “Motivaciones para el estudio de la gramática española en el siglo XVIII”. *AnMal XXVII*: 1. 91-116.

GARCÍA FOLGADO, María José. 2005. *La gramática española y su enseñanza en la segunda mitad del siglo XVIII y principios del XIX (1768-1815)*. Valencia. Tesis Doctoral.

GARCÍA MARTÍN, José María. 2009. “Las funciones sintácticas en Eduardo Benot: entre tradición y novedad”. *Las ideas y realidades lingüísticas en los siglos XVIII y XIX* dir. por José María García Martín y ed. por Victoriano Gaviño Rodríguez, 205-221. Universidad de Cádiz: Cádiz.

GÓMEZ ASENCIO, José Jesús. 1981. *Gramática y categorías verbales en la tradición española 1771-1847*. Salamanca: Universidad de Salamanca.

GÓMEZ ASENCIO, José Jesús. 2001. “Lo latino de las gramáticas del español”. *Actas del II Congreso Internacional de la SEHL* ed. por M. Maquieira Rodríguez, M. Dolores Martínez Gavilán & M. Villayandre Llamazares, 35-54. Madrid: Arco Libros.

HASSLER, Gerda. 2000. “Andrés Bello y el método analítico”. *La Gramática de Andrés Bello (1847-1997)* ed. por Christian Schmitt y Nelson Cartagena, 103-128. Bonn: Romanistischer Verlag.

HASSLER, Gerda. 2012. “Los conceptos de ‘análisis lógico’ y ‘análisis gramatical’ en gramáticas de la primera mitad del siglo XIX”. *Revista argentina de historiografía lingüística* IV: 1. 23-37.

HERNANDO GARCÍA-CERVIGÓN, Alberto. 2006. *El grupo del nombre en la Analogía de la GRAE (1771-1917)*. Madrid: Editorial Complutense.

HURTADO VALERO, Pedro Manuel. 2002. *Eduardo Benot: una aventura gramatical*. Madrid: Verbum.

HURTADO VALERO, Pedro Manuel. 2004. “Andrés Bello y Eduardo Benot: ¿continuidad o ruptura?”. *Nuevas aportaciones a la Historiografía lingüística*. Tomo I ed. por C. Corrales *et alii*, 835-845. Arco Libros: Madrid.

IGLESIAS BANGO, Manuel. 1991. *La voz en la gramática española*. Universidad de León. León (Colección Contextos 9).

IGLESIAS BANGO, Manuel. 2001. “La formación de las ideas sintácticas en las Gramáticas académicas de principios de siglo: la posible influencia de J. Cejador y Frauca”. *Actas del II Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* ed. por M. Maquieira, M^a Dolores Martínez Gavilán & M. Villayandre, 573-588. Madrid: Arco Libros.

IGLESIAS BANGO, Manuel. 2008. “Rastros de teoría sintáctica en gramáticas del español del siglo XVII” *El castellano y su codificación gramatical. Volumen II. De 1614 (B. Jiménez Patón) a 1697 (F. Sobrino)* dir. por José J. Gómez Asencio, 599-639. Burgos: Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

IGLESIAS BANGO, Manuel. 2010. “Sobre el origen de los términos *complemento/objeto directo* y *complemento/objeto indirecto* en la Gramática española”. *Ideias Lingüísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX)*. Tomo I ed. por C. Assunção, G. Fernandes & M. Loureiro, 443-455. Münster: Nodus Publikationen.

IGLESIAS BANGO, Manuel. 2011. “Alcance y cometidos de la Sintaxis en textos gramaticales del siglo XVIII”. *El castellano y su codificación gramatical. Volumen III. De 1700 a 1835* dir. por José J. Gómez Asencio, 631-693. Burgos: Instituto Castellano y Leonés de la Lengua.

LÉPINETTE, Brigitte. 1997. “Deux grammaires françaises pour espagnols (XVIIe siècle)”. *Linguisticae Investigationes XXI*: 1. 199-239.

LÉPINETTE, Brigitte. 1998. “Diego de la Encarnación”. *Corpus representatif des grammaires et des traditions linguistiques. Histoire Épistémologie Langage 2*: I dir. por B. Colombat. 292-295.

LLITERAS, Margarita. 1996. “De la Etimología a la Analogía en la Historia gramatical española”. *Scripta Philologica in memoriam Manuel Taboada Cid*. Tomo I ed. por Manuel Casado Velarde [et. al.], 131-141. Coruña: Universidade da Coruña.

LLORENTE, Antonio. 1967. *Teoría de la lengua e Historia de la Lingüística*. Madrid: Alcalá.

MAQUIEIRA, Marina. 2001. “La Nueva gramática de la lengua castellana de Martínez de Noboa. La coherencia interna de una doctrina”. *History of Linguistics in Spain*, Vol. II ed. por E.F.K. Koerner & H.J. Niederehe, 301-322. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

MARTÍ SÁNCHEZ, Manuel. 1992. “Consideraciones sobre el suplemento desde la Historia de la gramática”. *Contextos X/19-20*. 149-165.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 2002. “La Grammaire espagnolle (1624) de Fray Diego de la Encarnación, un enfoque racionalista en la enseñanza del español como lengua extranjera”. *Actas del III Congreso Internacional de la Sociedad de Historiografía Lingüística*. Tomo 1. ed. por Miguel Ángel Esparza Torres, Benigno Fernández Salgado & Hans-Josef Niederehe, 341-360. Hamburg: Helmut Buske Verlag.

MARTÍNEZ GAVILÁN, María Dolores. 2004. “El artículo y el pronombre personal en la Gramática de Juan Villar (1651): Una anticipación de la doctrina de Bello”. *Nuevas aportaciones a la Historiografía Lingüística. Actas del IV Congreso Internacional de la Sociedad de Historiografía Lingüística*. Tomo II ed. por C. Corrales Zumbado [et. al.], 1067-1081. Madrid: Arco Libros.

MESTRE, Antonio. 1976. *Despotismo e ilustración en España*. Barcelona: Ariel.

RIDRUEJO, Emilio. 2001. “Los epígonos del racionalismo en España. La aplicación al castellano de la Gramática General de Gómez Hermosilla”. *History of Linguistics in Spain*. Vol. II ed. por E.F.K. Koerner & H.J. Niederehe, 281-299. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

ROJO, Guillermo. 1978. “Las primeras descripciones del verbo castellano”. *Estudios ofrecidos a Emilio Alarcos Llorach*, III, 281-304. Oviedo: Universidad de Oviedo.

ROJO, Guillermo. 2001. *El lugar de la Sintaxis en las primeras Gramáticas de la Academia*. Discurso de ingreso en la Real Academia Española de la Lengua. Madrid.

SARMIENTO, Ramón. 1989. “Los comienzos de la gramática general en España”. *Europäische Sprachwissenschaft um 1800*. Band 1 ed. por Brigitte Schlieben-Lange [et. al.], 343-353. Münster: Nodus Publikationen.

SARMIENTO, Ramón. 1994. “La presencia de los ‘ideólogos’ en la gramática española del siglo XIX. La sintaxis oracional (1780-1880)”. *Europäische Sprachwissenschaft um 1800*. Band 4, ed. por Brigitte Schlieben-Lange [et. al.], 155-175. Münster: Nodus Publikationen.



ORGANIZADORES

SÓNIA DUARTE (S. João da Madeira, 1973) é professora de Espanhol nos ensinos básico e secundário e investigadora do Centro de Linguística da Universidade do Porto, desenvolvendo a sua investigação fundamentalmente nas áreas da gramaticografia luso-espanholas e da didática do espanhol como língua estrangeira, com dezenas de trabalhos publicados. Licenciou-se em Língua e literaturas Modernas - Estudos Portugueses e Ingleses (1995) e em Língua e literaturas Modernas - Estudos Portugueses e Espanhóis (2002) pela Universidade do Porto. É mestre em Estudos Ibéricos (2008) pela Universidade de Évora, com uma dissertação no âmbito da historiografia linguística. Ainda no mesmo âmbito, desenvolve atualmente os seus estudos de doutoramento na Universidade de Leão com uma bolsa da Fundação de Ciência e Tecnologia.

ROGELIO PONCE DE LEÓN é licenciado em Filologia Clássica pela Universidad Complutense de Madrid (UCM) (1991) e doutor em Filologia também pela UCM (2001). É Professor Associado do Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), onde leciona didática do espanhol como língua estrangeira, linguística espanhola, tradução espanhol-português e historiografia gramatical. É autor de dezenas de estudos dedicados à historiografia linguística na Península Ibérica, à história do ensino do espanhol em Portugal e do português em Espanha, à didática do espanhol como língua estrangeira e à linguística contrastiva português-espanhol. É diretor, na FLUP, do Mestrado em Ensino de Inglês e Alemão / Francês / Espanhol e do Mestrado em Ensino de Português e Língua Estrangeira."



A COLEÇÃO **FLUP e-DITA**, DESTINADA A PUBLICAÇÕES DE INICIATIVA DOS DOCENTES DAS VÁRIAS ÁREAS CIENTÍFICAS, É UMA NOVA LINHA EDITORIAL, A PAR DA **CAPFLUP**, **HOMENAGENS FLUP** E **ORAÇÕES DE SAPIÊNCIA**, CRIADA NO ÂMBITO DE UM PROJETO DE DINAMIZAÇÃO, INCENTIVO E PROMOÇÃO DA ATIVIDADE CIENTÍFICA, PEDAGÓGICA E CULTURAL DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO.

ISBN: 978-989-8648-43-3



FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

clup Centro de
Linguística da
Universidade do
Porto

U. PORTO
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO